



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

Monique Carina Caliri Schmidt

**Representações Sociais sobre políticas públicas socioambientais no modelo
de desenvolvimento brasileiro: uma abordagem na mídia convencional e
especializada (2003-2021).**

Florianópolis
2023

Monique Carina Caliri Schmidt

Representações Sociais sobre políticas públicas socioambientais no modelo de desenvolvimento brasileiro: uma abordagem na mídia convencional e especializada (2003-2021).

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Luis Boeira
Coorientador: Prof. Dr. Julian Borba

Florianópolis

2023

Schmidt, Monique Carina Caliri

Representações Sociais sobre políticas públicas socioambientais no modelo de desenvolvimento brasileiro : uma abordagem na mídia convencional e especializada (2003-2021) / Monique Carina Caliri Schmidt ; orientadora, Sergio Luis Boeira, coorientador, Julian Borba, 2023.

378 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. agrotóxicos . 3. Amazônia brasileira. 4. ambientalismo complexo-multissetorial. 5. complexidade. I. Boeira, Sergio Luis . II. Borba, Julian. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Monique Carina Caliri Schmidt

Representações Sociais sobre políticas públicas socioambientais no modelo de desenvolvimento brasileiro: uma abordagem na mídia convencional e especializada (2003-2021).

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 28 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Sergio Luis Boeira

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Julian Borba

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a) Marcia Grisotti

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a) Cristiana Losekann

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Luciano Felix Florit

Fundação Universidade Regional de Blumenau

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Interdisciplinar em Ciências Humanas

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Dr. Sergio Luis Boeira

Orientador

Florianópolis, 2023

A todos que se dedicam incansavelmente às
causas relacionadas ao meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo.

À UFSC, fundamental na minha trajetória acadêmica.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento no curso de doutorado.

Ao meu orientador, professor Sérgio Luís Boeira, pela compreensão, pelo incentivo, pela dedicação e por compartilhar do seu imenso conhecimento.

Ao professor Julian Borba, pela colaboração na orientação desta pesquisa.

Aos membros que gentilmente aceitaram compor a minha banca, Márcia Grisotti, Luciano Florit, Cristiana Losekann, Marcos Montysuma e Camila Monteiro dos Santos.

À minha amada mãe, Miriam, por todo amor, incentivo, parceria e dedicação. Eu te amo imensamente!

Às minhas amadas sobrinhas, Cecília e Clarisse.

Ao meu querido primo Thomás, pelo carinhoso acolhimento em Florianópolis.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, em especial, Márcia Grisotti, Eunice Nodari, Luzinete Minella e Tereza Kleba Lisboa.

Às servidoras do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Cristina e Luciana.

Ao professor Fernando Ávila-Pires, pelo conhecimento compartilhado e por doar parte do seu precioso acervo.

Aos jornalistas/editores que gentilmente aceitaram participar desta pesquisa: Dal Marcondes, René Capriles (*in memoriam*), Lúcia Chayb e Amália Safatle.

Aos amados amigos: Rubens, Melissa, Kenia, Fabiane, Juliane, Roberta, Diana, Letícia, Mariana, Lilian, Silvia, Magale, Andresa, Fernanda, Fátima, Doraci, Carla e Ester Menegasso (pelo empréstimo de algumas obras).

Aos amados amigos do doutorado, Cláudia, Fernanda e Javier. Foi fundamental conhecer vocês e trocar experiências nessa trajetória.

Aos amados amigos no período de docência na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), Luciane, Janaína, Darley, Rafaeli e Marialva (*in memoriam*).

Aos colegas de trabalho na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

A lição para a humanidade é não temer a natureza que nos mantém e de onde viemos, mas sim restaurá-la, abraçá-la e entender como viver e se beneficiar dela.

Thomas Lovejoy

RESUMO

As reflexões desenvolvidas nesta tese inserem-se no âmbito das representações sociais de dois subsetores de mídia do ambientalismo complexo-multissetorial no debate acerca das políticas socioambientais para os agrotóxicos e Amazônia brasileira, exercidas por um dos principais atores do ambientalismo complexo-multissetorial, o Ministério de Meio Ambiente brasileiro (MMA) entre 2003 e 2021 e sua relação com o modelo de desenvolvimento centrado no paradigma econômico moldado pelo PIB e adotado no país. Mais precisamente, num primeiro momento, buscamos caracterizar o enfoque teórico-epistemológico que norteia essa pesquisa e sua relação com o histórico das políticas ambientais no país, assim como as características do MMA, dos cinco ministros selecionados nesse recorte temporal, do movimento ambientalista e mais precisamente do chamado ambientalismo complexo-multissetorial. Além disso, apresentamos a caracterização das cinco mídias selecionadas e as políticas públicas relacionadas a esses dois macrotemas selecionados, assim como buscamos identificar como tais questões são abordadas por meio da teoria das representações sociais de dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial: o subsetor de mídia convencional/não especializada e o subsetor de mídia socioambiental/especializada, no intuito de identificar como o conteúdo simbólico produzido acerca desses temas é direcionado ao grande público. Mais precisamente, buscamos identificar e apresentar as características de cada macrotema selecionado assim como as características de cada subsetor de mídia selecionado nas cinco diferentes mídias: duas no subsetor convencional e três do subsetor socioambiental. Nesse sentido, investimos na identificação e interpretação das representações sociais nas publicações relacionadas a esses temas. Mediante a busca por notícias/reportagens no sistema buscador de cada uma das mídias selecionadas, a identificação e interpretação revelou que o discurso desenvolvido por essas mídias é característico a cada subsetor: o convencional, mais informativo e ligado aos valores mercantis, e o socioambiental, mais crítico, esclarecedor e voltado aos aspectos socioambientais. A articulação, entre os dados coletados em cada mídia e os dados coletados por meio dos questionários enviados aos jornalistas/editores das mídias socioambientais, permitiu evidenciar as fragilidades nas políticas públicas socioambientais no modelo de desenvolvimento brasileiro. Este reflete a construção e o predomínio da desconstrução das políticas ambientais ao longo do período, assim como o enfraquecimento da democracia em relação às políticas de meio ambiente no Brasil. Na parte conclusiva da tese, oferecemos subsídios para uma discussão mais ampla acerca do ambientalismo complexo-multissetorial em relação à sua contribuição para o modelo de desenvolvimento necessário a ser adotado no país, pois ambos subsetores trataram diferentemente dos temas: o subsetor convencional apresentou maior alinhamento com o setor do agronegócio, fortemente alinhado com um sistema político ruralista, já o subsetor socioambiental fez uma crítica aberta por ser constituído por uma rede com o objetivo de conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância da consolidação de um modelo de desenvolvimento favorável ao equilíbrio dos ecossistemas e ao bem-estar civilizacional, com base numa governança socioambiental.

Palavras-chave: agrotóxicos; Amazônia brasileira; ambientalismo complexo-multissetorial, mídia, complexidade, paradigmas hegemônicos.

ABSTRACT

The reflections developed in this thesis fall within the scope of the social representations of two media subsectors of complex-multisectoral environmentalism in the debate about socio-environmental policies for pesticides and the Brazilian Amazon, exercised by one of the main actors of complex-multisectoral environmentalism, the Brazilian Ministry of the Environment (MMA) between 2003 and 2021 and its relationship with the development model centred on the economic paradigm shaped by GDP and adopted in the country. More precisely, at first, we seek to characterise the theoretical-epistemological approach that guides this research and its relationship with the history of environmental policies in the country, as well as the characteristics of the MMA, the five ministers selected in this time frame, the environmental movement and more precisely the so-called complex-multisectoral environmentalism. In addition, we present a characterisation of the five media outlets selected and the public policies related to these two selected macro-themes, as well as seeking to identify how these issues are approached through the theory of social representations of two subsectors of complex-multisectoral environmentalism: the conventional/non-specialised media subsector and the socio-environmental/specialised media subsector, in order to identify how the symbolic content produced about these themes is directed to the general public. More precisely, we sought to identify and present the characteristics of each macro-theme selected, as well as the characteristics of each media sub-sector selected in the five different media: two in the conventional sub-sector and three in the socio-environmental sub-sector. In this sense, we invested in identifying and interpreting the social representations in the publications related to these themes. By searching for news/reports in the search engine of each of the selected media, the identification and interpretation revealed that the discourse developed by these media is characteristic of each subsector: the conventional, which is more informative and linked to market values, and the socio-environmental, which is more critical, enlightening and focused on socio-environmental aspects. The articulation between the data collected in each media outlet and the data collected through the questionnaires sent to journalists/editors of socio-environmental media outlets has made it possible to highlight the weaknesses in socio-environmental public policies in the Brazilian development model. This reflects the construction and predominance of the deconstruction of environmental policies over the period, as well as the weakening of democracy in relation to environmental policies in Brazil. In the concluding part of the thesis, we offer subsidies for a broader discussion about complex-multisectoral environmentalism in relation to its contribution to the necessary development model to be adopted in the country, since both subsectors dealt with the issues differently: the conventional subsector presented greater alignment with the agribusiness sector, which is strongly aligned with a ruralist political system, while the socio-environmental subsector made an open criticism because it is made up of a network with the aim of raising awareness in Brazilian society about the importance of consolidating a development model favourable to the balance of ecosystems and civilisational well-being, based on socio-environmental governance.

Keywords: pesticides; brazilian Amazon; complex-multisectoral environmentalism, media, complexity, hegemonic paradigms.

RESUMEN

Las reflexiones desarrolladas en esta tesis se inscriben en el ámbito de las representaciones sociales de dos subsectores mediáticos del ambientalismo complejo-multisectorial en el debate sobre las políticas socioambientales para los plaguicidas y la Amazonia brasileña, ejercidas por uno de los principales actores del ambientalismo complejo-multisectorial, el Ministerio del Medio Ambiente (MMA) brasileño entre 2003 y 2021 y su relación con el modelo de desarrollo centrado en el paradigma económico configurado por el PIB y adoptado en el país. Más precisamente, en un primer momento, buscamos caracterizar el enfoque teórico-epistemológico que orienta esta investigación y su relación con la historia de las políticas ambientales en el país, así como las características del MMA, de los cinco ministros seleccionados en este lapso, del movimiento ambiental y más precisamente del llamado ambientalismo complejo-multisectorial. Además, presentamos una caracterización de los cinco medios de comunicación seleccionados y de las políticas públicas relacionadas con estos dos macrotemas seleccionados, así como buscamos identificar cómo estos temas son abordados a través de la teoría de las representaciones sociales de dos subsectores del ambientalismo complejo-multisectorial: el subsector de los medios de comunicación convencionales/no especializados y el subsector de los medios de comunicación socioambientales/especializados, con el fin de identificar cómo el contenido simbólico producido sobre estos temas se dirige al público en general. Más precisamente, buscamos identificar y presentar las características de cada macrotema seleccionado, así como las características de cada subsector de medios seleccionado en los cinco medios diferentes: dos en el subsector convencional y tres en el subsector socioambiental. En este sentido, invertimos en identificar e interpretar las representaciones sociales en las publicaciones relacionadas con estos temas. Mediante la búsqueda de noticias/reportajes en el motor de búsqueda de cada uno de los medios seleccionados, la identificación e interpretación reveló que el discurso desarrollado por estos medios es característico de cada subsector: el convencional, más informativo y vinculado a los valores del mercado, y el socioambiental, más crítico, esclarecedor y centrado en los aspectos socioambientales. La articulación entre los datos recogidos en cada medio y los recogidos a través de los cuestionarios enviados a los periodistas/editores de los medios socioambientales ha permitido destacar las debilidades de las políticas públicas socioambientales en el modelo de desarrollo brasileño. Esto refleja la construcción y el predominio de la deconstrucción de las políticas ambientales a lo largo del período, así como el debilitamiento de la democracia en relación con las políticas ambientales en Brasil. En la parte final de la tesis, ofrecemos subsidios para una discusión más amplia sobre el ambientalismo complejo-multisectorial en relación a su contribución al necesario modelo de desarrollo a ser adoptado en el país, ya que ambos subsectores trataron las cuestiones de forma diferente: el subsector convencional presentó mayor alineamiento con el sector del agronegocio, fuertemente alineado con un sistema político ruralista, mientras que el subsector socioambiental hizo una crítica abierta por estar constituido por una red con el objetivo de concienciar a la sociedad brasileña sobre la importancia de consolidar un modelo de desarrollo favorable al equilibrio de los ecosistemas y al bienestar civilizatorio, basado en la gobernanza socioambiental.

Palabras clave: plaguicidas; Amazonía brasileña; ambientalismo complejo-multisectorial, medios, complejidad, paradigmas hegemónicos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mídias selecionadas para a pesquisa.....	104
Quadro 2 – Características das seções publicadas diariamente na Folha de São Paulo	107
Quadro 3 – Princípios editoriais da Folha	109
Quadro 4 – Seções do Portal Veja	114
Quadro 5 – Subsetor de mídia convencional/não especializada	136
Quadro 6 – Subsetor de mídia socioambiental/especializada	137
Quadro 7 – Categorias para o macrotema agrotóxicos (mídia convencional).....	140
Quadro 8 – Categorias para o macrotema agrotóxicos (mídia socioambiental).....	152
Quadro 9 – Subsetor de mídia convencional/não especializada	163
Quadro 10 – Subsetor de mídia socioambiental/especializada	163
Quadro 11 – Categorias para o macrotema Amazônia brasileira (mídia convencional)	168
Quadro 12 – Categorias para o macrotema Amazônia brasileira (mídia socioambiental).	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

AMBRAMPA Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente

ANA Agência Nacional de Águas

ANVISA Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ASCEMA NACIONAL Associação Nacional dos Servidores de Carreira do Meio Ambiente

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAR Cadastro Ambiental Rural

CDB Convenção sobre a Biodiversidade

CNRS Centro Nacional de Pesquisa Científica

CUT Central Única dos Trabalhadores

CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente

CNUDS Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

DEGRAD Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira

DEM Democratas

DETER Detecção de Desmatamento em Tempo Real

EHESS Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FGV EAESP Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio

FGVces Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

GEE Emissões de gases de efeito estufa

GPTI Grupo Permanente de Trabalho Interministerial

IBAMA Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade

IDEC Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

INCAB Iniciativa Nacional para a Conservação da Anta Brasileira

INESC Instituto de Estudos Socioeconômicos
INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISA Instituto Socioambiental
ISEB Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISER Instituto de Estudos da Religião
IUCN União Mundial para a Natureza
JNE Society of Environmental Journalists
LNSB Lei Nacional de Saneamento Básico
MERCOSUL Mercado Comum do Sul
MAPA Ministério da Agricultura
MMA Ministério do Meio Ambiente
MCTIC Ministério da Ciência e Tecnologia
MOM Monitoramento da Propriedade de Mídia no Brasil
NDC Contribuições Nacionalmente Determinadas
NOVO Partido Novo
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONU Organização das Nações Unidas
OMS Organização Mundial da Saúde
OSC Organizações da Sociedade Civil
PLs Projetos de Lei
PFL Partido da Frente Liberal
PIB Produto Interno Bruto
Plansab Plano Nacional de Saneamento Básico
PNMA Política Nacional do Meio Ambiente
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPCDAm Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PV Partido Verde
SBPC Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMA Secretaria Especial do Meio Ambiente

SFB Serviço Florestal Brasileiro

SINUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SISNAMA Sistema Nacional do Meio Ambiente

SUS Sistema Único de Saúde

UNFCCC Convenção sobre Mudança do Clima

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UNCCD Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF Worldwide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
MÉTODO	29
1 INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO TRANSDISCIPLINAR	34
1.1 PARADIGMA DA COMPLEXIDADE	34
1.2 COMPLEXIDADE E MODELO DE DESENVOLVIMENTO	44
1.3 TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS	57
1.4 AMBIENTALISMO COMPLEXO-MULTISSETORIAL	63
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA	70
2.1 INÍCIO, DESENVOLVIMENTO E CONTEMPORANEIDADE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS	70
2.2 MMA: UM BREVE HISTÓRICO	82
2.3 MINISTROS DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL	83
2.3.1 Ministra Marina Silva	83
2.3.2 Ministro Carlos Minc	85
2.3.3 Ministra Izabella Teixeira	86
2.3.4 Ministro Sarney Filho	87
2.3.5 Ministro Ricardo Salles	87
3 MACROTEMAS SELECIONADOS PARA A PESQUISA	95
3.1 AGROTÓXICOS	95
3.2 AMAZÔNIA BRASILEIRA	97
4 MÍDIAS SELECIONADAS	104
4.1 MÍDIAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA.....	104
4.2 SUBSETOR DE MÍDIA CONVENCIONAL.....	105
4.2.1 Folha de São Paulo	105
4.2.2 Revista Veja	110
4.3 SUBSETOR DE MÍDIA SOCIOAMBIENTAL.....	115
4.3.1 Revista Eco21	115
4.3.2 Envolverde	118
4.3.3 Página22	120
5 IDENTIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E SÍNTESE DAS PUBLICAÇÕES 123	
5.1 AMOSTRA DAS PUBLICAÇÕES.....	124

5.2	ORGANIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS/REPORTAGENS SELECIONADAS	136
5.3	MACROTEMA AGROTÓXICOS - RESULTADOS GERAIS	136
5.3.1	Mídia convencional (Folha de São Paulo e Revista Veja/Portal Veja)	138
5.3.2	Agrotóxicos na mídia convencional.....	139
5.3.2.1	<i>Categorias por subtema.....</i>	143
5.3.3	Mídia socioambiental (Eco21, Envolverde e Página22).....	148
5.3.4	Agrotóxicos na mídia socioambiental.....	150
5.3.4.1	<i>Categorias por subtema.....</i>	154
5.4	MACROTEMA AMAZÔNIA BRASILEIRA – RESULTADOS GERAIS	163
5.4.1	Mídia convencional (Folha de São Paulo e Revista Veja/Portal Veja)	164
5.4.2	Amazônia brasileira na mídia convencional.....	165
5.4.2.1	<i>Categorias por subtema.....</i>	170
5.4.3	Mídia socioambiental (Eco21, Envolverde e Página22).....	189
5.4.4	Amazônia brasileira na mídia socioambiental.....	190
5.4.4.1	<i>Categorias por subtema.....</i>	195
5.5	PAUTA NA MÍDIA CONVENCIONAL E SOCIOAMBIENTAL	221
5.5.1	Macrotema agrotóxicos.....	222
5.5.2	Macrotema Amazônia brasileira	226
5.6	ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO: AGROTÓXICOS E AMAZÔNIA.....	232
5.6.1	Agrotóxicos na mídia convencional.....	233
5.6.2	Agrotóxicos na mídia socioambiental.....	233
5.6.3	Amazônia brasileira na mídia convencional.....	236
5.6.4	Amazônia brasileira na mídia socioambiental.....	236
6	A PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS.....	240
7	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS GESTÕES DO MMA BRASILEIRO	252
7.1	MARINA SILVA	252
7.2	CARLOS MINC	254
7.3	IZABELLA TEIXEIRA	256
7.4	SARNEY FILHO.....	258
7.5	RICARDO SALLES.....	260
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	268
	REFERÊNCIAS.....	277
	APÊNDICE A.....	294

APÊNDICE B	310
APÊNDICE C	348
APÊNDICE D	351
APÊNDICE E	356
APÊNDICE F.....	362
APÊNDICE G	375
APÊNDICE H	376

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX e no início do século atual intensificou-se um rico debate público sobre a dimensão socioambiental. A institucionalização dessa questão teve origem com a constatação do uso indiscriminado dos recursos naturais e impulsionou o reordenamento da agenda política internacional. Nesse âmbito, agentes políticos, agentes econômicos, sociedade civil, mídia e pesquisadores têm debatido sobre o uso adequado dos recursos naturais em consonância com a manutenção dos processos vitais dos ecossistemas e a garantia que estarão à disposição das atuais e futuras gerações.

O ritmo do processo de modernização influenciado pelo desenvolvimento idealizado e sustentado pelos modelos hegemônicos do crescimento econômico consideram a produção de bens materiais e serviços como base da economia, desconsiderando as preocupações socioambientais no processo produtivo. Ainda assim, os recursos naturais são tidos como bens gratuitamente disponíveis que causam impactos negativos caracterizados como efeitos externos.

Mais concretamente, o olhar histórico sobre a ideia romântica e simplista do progresso surgiu com a “noção de que os acontecimentos históricos desenvolvem-se no sentido mais desejável, realizando um aperfeiçoamento crescente” (Heidemann, 2009, p. 23). No século 19, o conceito assumiu o caráter de necessidade por meio da realização material como condição essencial para a prosperidade dos indivíduos com plena liberdade e um Estado mínimo. Por outro lado, a liberdade não incluía a dimensão comunal e a resolução de problemas pela via política. No início do século 20, a ideia do progresso foi substituída pela ideia do desenvolvimento impulsionado pelas forças da economia de mercado sob o comando teórico da economia política e, a liberdade individual foi substituída pelo poder exercido pela comunidade política, que passou a elaborar as leis, limitando as atividades individuais no campo econômico com o aumento do papel do Estado (Heidemann, 2009).

Ainda no século XX, indicadores de desenvolvimento definiram uma forma de classificação para os países: desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento, onde o desenvolvimento era representado pelo grau de industrialização. Na prática, esse ideário representava que o nível de industrialização fascinava os países em estágios inferiores, já que o desenvolvimento tornou-se algo positivo. Essa tendência, intensificada pela avaliação do crescimento por meio de

indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) tem repercutido no âmbito da discussão pública desde a década de 1950, por calcular apenas o volume das atividades monetárias, excluindo qualquer referência às riquezas ambientais e sociais.

A percepção de que o crescimento material não é suficientemente capaz de garantir desenvolvimento devido às consequências negativas causadas pelo agravamento da crise planetária socioambiental estimulou novos valores correspondentes a essa dimensão. Todavia, continuam a predominar como referência à questão ecológica o controverso conceito de desenvolvimento sustentável, que alcançou notoriedade na Cúpula da Terra, em 1992, mas sem considerar contribuições pioneiras como enfoque clássico do ecodesenvolvimento (Vieira *et al.*, 2010).

Essa tendência evidenciou que as premissas que sustentaram o modelo de desenvolvimento associado ao progresso gerou inúmeros aspectos negativos¹ que não condizem com o cenário atual e impõem um modelo que contemple o desenvolvimento com adjetivos desejáveis. Na visão de Heidemann (2009, p. 27) essa percepção impulsionou questionamentos sobre o modelo de desenvolvimento desejado, associado a uma lista de adjetivos que incluem: “político, econômico, social, sustentável, justo, inclusivo, humano, harmônico, cultural, material etc.”, sendo que “alguns dos adjetivos referem-se ao desenvolvimento em seu sentido integral; outros, ao desenvolvimento de certos setores ou aspectos da totalidade”.

Assim, a nova maneira de apropriação das questões ambientais, apesar da postura remanescente, contribuiu para a formulação de diversas leis e normas ambientais criadas com o intuito de disciplinar o uso dos recursos naturais por meio de instrumentos legais, impulsionadas, em grande parte, pelo aumento da expressão do movimento ambientalista, que trouxe um novo debate sobre o conceito de qualidade de vida associado a um modelo de desenvolvimento que não atenda exclusivamente a uma economia de mercado associada ao crescimento.

O crescimento do movimento ambientalista, no contexto global e nacional, evidenciou a importância discursiva da questão ambiental. Esse crescimento revelou que a dinâmica não consensual do movimento, em virtude da fragmentação setorial,

¹ Modelo de desenvolvimento ilusório a partir da noção de geração do crescimento a qualquer custo, com o uso indiscriminado de recursos naturais e a geração de dependência tecnológica, econômica e política, ao mesmo tempo impulsionador da dominação, do colonialismo e do racismo.

com diversos graus de integração e institucionalização foi influenciada por um referencial teórico variado e fundamentado nos múltiplos interesses de grupos, setores e classes sociais (Boeira, 2016; Viola; Leis, 1992).

A multissetorialidade do ambientalismo emergiu como um sistema aberto de valores/práxis, constituído de setores sociais que ainda não se reconhecem nitidamente como partes de um todo, num fenômeno complexo e desafiador que transformou-se a partir da ruptura com o bissetorialismo, afetando profundamente os atores envolvidos em cada setor, que passaram a “intercambiar e receber influências e demandas de atores com dinâmicas mais profissionalizadas” (Leis, 1996 apud Jacobi, 2003, p.526).

No Brasil, essa fragmentação gerou inúmeras formas de envolvimento com a questão ecológica, que se divide em oito setores vinculados a diferentes vocações e causas que se opõem (apesar de suas diferenças e tensões) às forças predominantes e predatórias que representam o capitalismo e o industrialismo.

A divisão do ambientalismo, na visão multissetorial, especifica que um dos eixos do movimento está centrado no âmbito educacional, que inclui os profissionais da educação, os jornalistas e artistas preocupados com a capacidade de influir na consciência das massas, ou como essas preocupações são direcionadas ao grande público.

O jornalismo ambiental surge nesse contexto como o espaço no qual os profissionais de imprensa se organizam para trazer informação para o campo de discussões sobre meio ambiente a partir de uma perspectiva interdisciplinar, pois alcançou espaço específico nas publicações convencionais e se tornou um ramo específico da mídia especializada. O entendimento dos problemas socioambientais a partir de dois subsetores da mídia abre espaço para a identificação/interpretação de representações que oscilam entre os valores consolidados pela lógica mercantil, assim como representações que refletem os valores da ecologia social e política.

Assume-se para o desenvolvimento deste trabalho o pressuposto de que as notícias divulgadas pelos dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial alcancem a sociedade, interferindo na forma como os indivíduos percebem as questões associadas às políticas para o uso de agrotóxicos e para a Amazônia brasileira. Desse modo, é possível considerar que a produção e transmissão do conteúdo simbólico opera com o intuito de intervir no curso dos acontecimentos e consequentemente nas ações dos atores sociais a partir da diversidade de

concepções e significados que são utilizados para perceber e compreender a problemática em torno das questões socioambientais? Além disso, é importante considerar que os efeitos da informação divulgada pela mídia não ocorrem automaticamente, de modo que nem sempre geram compreensão imediata.

No que tange a política, no aspecto teórico é diferentemente definida em inúmeras obras de referência. No aspecto operacional, traduz-se como ações, práticas e diretrizes políticas apoiadas em leis que determinam as funções de Estado por um governo no atendimento às demandas específicas da sociedade. Assim é definida a presença prática do Estado na sociedade, que por meio do planejamento define políticas de alcance geral ou setorial, como no caso as políticas ambientais (Heidemann, 2009).

Ainda segundo Heidemann (2009, p. 29), entre as mais variadas definições conceituais, a política é concebida como teoria política “ou conhecimentos dos fenômenos ligados à regulamentação e ao controle da vida humana em sociedade, como também à organização, ao ordenamento e à administração das jurisdições político-administrativas (nações, estados, municípios e distritos especializados)”, sistematizando o “fato político básico”.

No que tange os aspectos políticos e administrativos, “o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado em seu sentido lato” (Heidemann, 2009, p.29). É esse conjunto que constitui as políticas públicas, que inclui decisões de ações de múltiplos atores.

Conforme observou Heidemann (2009, p, 30), a definição do cientista político Thomas Dye para o termo política pública é caracterizada como “tudo que os governos decidem fazer ou deixar de fazer”, considerando empiricamente a prática político-administrativa. Essa definição descritiva “tem um sentido de conformidade com o que se pode observar na prática”, pois inclui negativamente a ausência de ação, ou seja, a ausência de ações traduz a inação como fato objetivo.

A política pública é um processo que segue etapas e regras no intuito de buscar soluções para um problema público. Desse modo, compreende um conjunto de decisões, projetos, objetivos e metas no intuito da resolução de problemas específicos para o atendimento do interesse público.

Os inúmeros verbetes sobre políticas públicas na literatura acadêmica e político-normativa costumemente fazem acepção ao termo como “fluxo de decisões governamentais para equalizar desequilíbrios indesejados”, ora com o esvaziado conceito de “solução para problemas reconhecidos como coletivos” (Januzzi, 2022)²

Por outro lado, esses estudos precisariam “estar fundamentados em conceituações mais instrumentais do seu objeto e, de outro, em definições matizadas pela natureza política-valorativa que as conformaram em seu desenho e implementação” (Januzzi, 2022)³. Assim, políticas públicas podem ser entendidas como empreendimentos governamentais para demandas societárias que incluem a promoção de iniciativas favoráveis ao uso ecologicamente adequado dos recursos da natureza.

É importante considerar que as políticas públicas são complexas, pois envolvem diferentes públicos, técnicos envolvidos e “arranjo operacional de agentes e instituições implicados na produção dos serviços e bens públicos” (Januzzi, 2022)⁴.

No Brasil, a administração pública caracterizava-se essencialmente pelo caráter formal e patrimonialista da máquina burocrática. Por outro lado, na segunda metade do século passado, a preocupação com a gestão da máquina administrativa deixou de ser exclusiva e passou à elaboração de políticas de governo centradas na resolução de problemas globais ou setoriais, prestando serviços à sociedade.

As políticas socioambientais no Brasil, entendidas como iniciativas voltadas à proteção, conservação e uso dos recursos naturais e do meio ambiente, oscilam entre avanços e a falta de ressonância para outras agendas nas últimas décadas. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), atualmente denominado Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (2023) foi criado em 1992, tornando-se responsável pelas funções de planejamento, coordenação, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente.

No que tange o macrotema agrotóxicos, compete ao MMA a reavaliação dos agrotóxicos no Brasil, que inclui aspectos agronômicos, toxicológicos e ambientais. Essa competência, dividida com os Ministérios da Saúde e Agricultura está associada à permanência, alteração, suspensão ou cancelamento do registro.

² A fonte consultada não é paginada.

³ A fonte consultada não é paginada.

⁴ A fonte consultada não é paginada.

A liberação de agrotóxicos e dos cultivos transgênicos são potencialmente estratégicos para o aumento dos ganhos da produção em larga escala no modelo de desenvolvimento centrado no potencial agrícola do país. O PIB do agronegócio aparece como elemento fundamental no desafio à construção de uma realidade em termos de produção sustentável, pois influencia diretamente nas tentativas de alteração da legislação referente à rotulagem de transgênicos, a liberação massiva e a redução de impostos para produtos agrotóxicos, além do agravamento de conflitos por terras entre povos originários e produtores do setor agropecuário. Por outro lado, o uso dos agrotóxicos desperta a percepção de que há alternativas ao uso dos pesticidas e a necessidade de elaboração de políticas públicas favoráveis a um modelo de produção sustentável.

No que tange o Macrotema Amazônia brasileira, o MMA assume uma posição fundamental nas ações de controle e prevenção do desmatamento, seguindo as diretrizes instituídas pelos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCDAm), criado em 2004 com o intuito de conter o aumento do desmatamento na Amazônia.

A influência do setor produtivo agropecuário e da bancada do agronegócio no Congresso compõe um cenário político desfavorável aos temas socioambientais que impactam nos altos índices de desmatamento e na recusa da assinatura de acordos para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Não obstante, a incoerência na gestão pública em inúmeras ações desfavoráveis à preservação e à manutenção das áreas ocupadas por florestas e habitadas por povos originários intensifica a preponderância de ações para o crescimento do agronegócio no país, que em grande parte, preza por um modelo de desenvolvimento que privilegia o aspecto econômico sem considerar a realidade socioambiental da região amazônica.

Paralelamente, a aprovação do Código Florestal, a construção da usina de Belo Monte e a proposta para regularização fundiária na região amazônica intensificaram o aspecto desenvolvimentista presente em todas as gestões, mas de maneira acentuada nos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, sendo que este último atuou de maneira significativa para inúmeros retrocessos ambientais no país.

Por outro lado, a preocupação com a Amazônia evidencia que é possível incentivar o desenvolvimento por meio de atividades econômicas sustentáveis, a exemplo da Moratória da Soja e do Fundo Amazônia, patrocinador de vários projetos.

Diante disso, esta tese ambiciona contribuir para o entendimento do conteúdo simbólico produzido por dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial e como esse movimento identifica as características do modelo de desenvolvimento associado à formulação de políticas públicas ambientais para os agrotóxicos e a Amazônia brasileira associadas às ações do Ministério do Meio Ambiente brasileiro, um dos principais atores do ambientalismo complexo-multissetorial.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é interpretar as representações sociais (e suas possíveis ambivalências) sobre políticas de meio ambiente no Brasil relativas aos agrotóxicos e à Amazônia brasileira, de dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial: subsetor de mídia convencional/não especializada e subsetor de mídia socioambiental/especializada, entre 2003 e 2021.

De forma específica, três objetivos se colocam: 1) identificar e interpretar representações sociais sobre as políticas públicas relativas aos agrotóxicos nos diferentes tipos de mídias, ao longo do período de 2003-2021; 2) identificar e interpretar representações sociais sobre as políticas públicas relativas à Amazônia brasileira nos diferentes tipos de mídias, ao longo do período de 2003-2021; e 3) comparar o conjunto das políticas ambientais, a partir das suas representações sociais e possíveis ambivalências, considerando os referidos aspectos estratégicos (motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas).

Com isso, o objeto empírico escolhido está associado ao simbolismo no processo de construção das notícias sobre agrotóxicos e Amazônia brasileira, combinado a questões atreladas à Psicologia Social⁵, a temas do campo ambiental e à governança na área. Assim, os enfoques do paradigma da complexidade e do paradigma paraeconômico sugerem uma redefinição dos aspectos epistemológicos norteadores da supremacia técnico-científica-econômica-civilizacional dominantes na problemática socioambiental, a partir de uma ruptura paradigmática que parte do princípio sistêmico, que liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo, se opõe ao reducionismo, produz qualidades novas em relação às partes consideradas

⁵ A Psicologia Social utilizada na pesquisa é relativa à contribuição Europeia de Serge Moscovici.

isoladamente nos sistemas e impõe o desafio de discutir o papel do conhecimento científico nesse contexto (Morin, 2007; 2013; Guerreiro Ramos, 1981).

A presente pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem qualitativa, voltada para a interpretação das representações sociais sobre os agrotóxicos e Amazônia brasileira, divulgadas nas mídias convencional e socioambiental, interpretadas segundo o referencial teórico-epistemológico escolhido, considerando suas convergências e ambivalências relativas à política ambiental brasileira.

A pesquisa qualitativa “tende a valorizar a criatividade e a solução de problemas teóricos propostos pelos fatos inconvenientes” e se caracteriza em geral:

a) por sua flexibilidade de adaptação durante seu desenvolvimento, inclusive no que se refere à construção progressiva do próprio objeto da investigação; b) por sua capacidade de se ocupar de objetos complexos, como as instituições sociais, os grupos estáveis, ou ainda, de objetos ocultos, furtivos, difíceis de apreender ou perdidos no passado; c) por sua capacidade de englobar dados heterogêneos, [...] de combinar diferentes coletas, técnicas de coleta de dados; d) por sua capacidade de escrever em profundidade vários aspectos importantes da vida social concernentes à cultura e à experiência vivida, justamente devido à sua capacidade de permitir ao pesquisador dar conta (de um modo ou de outro) do ponto de vista do interior, ou de baixo; e) finalmente por sua abertura para o mundo empírico, a qual se expressa, geralmente, por uma valorização da exploração indutiva do campo de observação, bem como por sua descoberta de “fatos inconvenientes” (Weber), ou de “casos negativos” (Pires, 2017, p. 90).

Assim, o estudo que engloba a teoria das representações sociais, que é primordial nesta investigação, permite um entrelaçamento com a referida opção metodológica, pois busca o entendimento do processo de “organização de conhecimentos que possui um grupo a respeito de um objeto social” (Moscovici, 1979, p. 45 apud Andrade, 2018, p. 5) e, além disso, porque a teoria proposta por Moscovici considera que “independentemente de suas origens, os sujeitos sofrem as repercussões das representações em seus conhecimentos e na sua produção cognitiva”; os sujeitos são induzidos a uma “conceitualização do real, considerando a ativação do conhecimento prévio”; e as representações sociais “possibilitam a reconstrução da realidade e, por isso, podem também ser consideradas como estruturas cognitivo-afetivas (Moscovici, 2010 apud Andrade, 2018, p. 5). Desse modo, a partir da problemática desenvolvida nesta tese, a opção de investigar as representações sociais sobre os agrotóxicos e sobre a Amazônia brasileira permite a verificação dos conteúdos simbólicos produzidos por dois subsetores do

ambientalismo complexo-multissetorial em relação às políticas ambientais e ao MMA brasileiro, que é um dos principais setores do ambientalismo complexo-multissetorial.

A tese em questão desenvolve sua argumentação no decorrer de um conjunto de capítulos. É composta por esta introdução, seguida de sete capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo, *Interpretação do Pensamento Transdisciplinar* é dedicado à apresentação do delineamento teórico que norteia esta pesquisa a partir da "triangulação"⁶ de enfoques teóricos: o Paradigma da Complexidade de Edgar Morin, a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais de Alberto Guerreiro Ramos e a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, que será abordada no capítulo 5.

O segundo capítulo, *Contexto Histórico da Política Ambiental Brasileira* traz uma caracterização das mudanças no modelo civilizatório a partir da aproximação entre dinâmica social e critérios ecológicos, que destacou-se no debate público dos últimos anos com a elaboração de documentos e discursos públicos sobre meio ambiente e crescimento, acentuando a preocupação com as responsabilidades globais, sua inter-relação com os ecossistemas e o contexto histórico da política ambiental brasileira.

O terceiro capítulo, *Macrotemas Selecionados para a Pesquisa* traz uma caracterização panorâmica do contexto de formação e desenvolvimento das políticas ambientais no Brasil, desde as primeiras iniciativas até o período contemporâneo.

O quarto capítulo, *Mídias Selecionadas* é dedicado à apresentação das mídias selecionadas para esta tese, suas características e forma de atuação.

O quinto capítulo, *Identificação, Interpretação e Síntese das Publicações* é dedicado à apresentação dos resultados obtidos em função da coleta das notícias/reportagens publicadas sobre os dois macrotemas selecionados para esta tese: agrotóxicos e Amazônia brasileira entre 2003 e 2021 por meio da identificação, interpretação e síntese das publicações das mídias convencional e socioambiental.

O sexto capítulo, *A Percepção dos Jornalistas* é dedicado à apresentação do resultado dos questionários enviados aos dois jornalistas/editores das mídias

⁶ Segundo Vergara (2010, p. 242-243), "a triangulação visa determinar a exata posição de um objeto a partir de diversas fontes de referência. No âmbito das ciências sociais, a triangulação pode ser definida como uma estratégia de pesquisa baseada na utilização de diversos métodos para investigar um mesmo fenômeno". Assim, diferentes tipos de triangulação são apresentados na literatura, dentre eles a teórica, que "é uma abordagem baseada em diversas perspectivas teóricas".

socioambientais selecionadas para esta tese, com o intuito de identificar a percepção destes sobre as políticas ambientais para os dois macrotemas selecionados.

O sétimo capítulo, *Representações Sociais nas Gestões do MMA brasileiro* traz as representações sociais identificadas e interpretadas em cada macrotema e gestão do MMA nos subsetores de mídia (convencional e socioambiental).

Por fim, as considerações finais da tese buscam recuperar pontos considerados fundamentais e apontar lacunas que poderiam eventualmente estimular a realização de investigações adicionais.

MÉTODOS

A presente pesquisa, voltada para a análise das *representações sociais* de agrotóxicos e da Amazônia brasileira, divulgadas pelas mídias selecionadas foi desenvolvida por meio do seguinte método de trabalho para o alcance dos objetivos propostos: pesquisa bibliográfica e uma revisão de literatura relacionada ao tema; pesquisa documental no acervo das mídias; e envio de questionário aos diretores, editores ou repórteres desses veículos.

A pesquisa bibliográfica possibilita a escolha da fundamentação teórica por parte do pesquisador e as leituras facilitam o processo analítico-interpretativo em relação ao objeto/fenômeno de estudo selecionado. Nesse contexto,

a leitura das obras teóricas fornece os conceitos e as metáforas graças aos quais pode-se interpretar um dado opaco. O uso de metáforas retiradas dos textos científicos, da literatura, ou do meio social, é, sem dúvida, um dos procedimentos mais ‘secretos’ e mais fecundos que podem auxiliar o pesquisador a realizar a contento uma análise, bem como a construir seu objeto de pesquisa (Deslauries; Kérisit, 2014, p. 127).

Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica da literatura relacionada ao tema em questão e ao referencial teórico-epistemológico, considerando, especialmente, publicações recentes, ou seja, atualizadas e consistentes que incluem reportagens e publicações científicas sobre o tema. Além disso, foram pesquisados livros, artigos, periódicos especializados, monografias, dissertações e teses, que foram úteis para o cumprimento dos objetivos específicos.

Paralelamente, também foi feita uma coleta de informações relacionadas à metodologia das representações sociais⁷ nas mídias entre 2003 e 2021, recorrendo-se à pesquisa documental nas publicações (notícias/reportagens) lançadas pelas mídias selecionadas nesse período. Este tipo de pesquisa foi útil para o cumprimento dos objetivos específicos. A pesquisa documental torna-se necessária a partir do entendimento que “o documento possibilita realizar alguns tipos de reconstrução na pesquisa”, principalmente o documento escrito, que constitui “uma fonte

⁷ Na Teoria das Representações Sociais existem três vertentes: a) o fenômeno das representações sociais; b) a teoria das representações sociais e c) a metodologia das representações sociais.

extremamente poderosa para todo pesquisador de ciências sociais” (Cellard, 2014, p.295).

A pesquisa documental é insubstituível para a reconstituição do passado por apresentar “todos os vestígios da atividade humana em determinadas épocas” e serve “como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente”, pois “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. Ainda assim, a partir do documento é possível “operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias (Tremblay 1968, p. 284 apud Cellard, 2014, p. 295).

A pesquisa documental possibilita uma análise em profundidade do material selecionado, mas deve ser acompanhada pela avaliação da credibilidade e da representatividade do que foi documentado, ou seja, como os documentos exprimem os fatos ou as percepções particulares de quem o elaborou. É nesse contexto que o papel do pesquisador atenta para a identificação do sentido da mensagem. Para esta pesquisa considera-se o documento como “todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel (ou postado on-line). No caso desta pesquisa, foram utilizados os chamados “documentos públicos não arquivados”, que incluem “os jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncios, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos etc.” (Cellard, 2014, p. 297).

Na análise documental foram considerados o contexto social global, no qual foi produzido o documento, incluindo a conjuntura política, econômica, social, cultural que propiciou a produção de documento determinado, esse tipo de conhecimento propicia “o aprendizado dos esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc.” (Cellard, 2014, p. 299-300). Também é preciso identificar “os autores, seus interesses e os motivos que o levaram a escrever”, pois possibilita “avaliar melhor a credibilidade do texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento”.

Além da seleção de notícias/reportagens nos jornais foi enviado um questionário com perguntas abertas (piloto na fase inicial da pesquisa, e sobre os

macrotemas na fase avançada da pesquisa) aos diretores executivos das mídias especializadas (ECO21, Envolverde e Página22). O conteúdo foi utilizado para a elaboração das características das mídias; a percepção da problemática socioambiental para o entrevistado (a); a identificação do papel do jornalismo ambiental; o apontamento das especificidades de cada uma delas e a percepção sobre os macrotemas.

O questionário-piloto foi respondido pelos diretores Dal Marcondes, da Envolverde; Amália Safatle, da Página22; Lucia Chayb e René Capriles da ECO21, que faleceu poucos meses após o envio do questionário respondido⁸. O questionário está inserido no Apêndice G. O questionário sobre os macrotemas (Apêndice H) foi respondido por dois dos referidos jornalistas⁹. Este tipo de instrumento foi útil para todos os objetivos específicos.

O questionário é “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (Marconi; Lakatos, 1999, p. 100).

Como instrumento de pesquisa de campo, foram enviados questionários que atendiam a roteiros elaborados com questões do tipo semiestruturada (ver apêndices G e H). Os questionários-piloto foram direcionados aos editores das mídias especializadas para a obtenção de dados preliminares sobre a proposta de investigação desta tese. Todos os questionários-piloto visaram o cumprimento de todos os objetivos específicos. Além disso, foram enviados dois questionários aos editores das mídias selecionadas com o intuito de identificar a percepção destes sobre as políticas ambientais para os dois macrotemas selecionados para esta tese.

Todas as informações foram processadas e analisadas com base em considerações teóricas avaliadas como mais adequadas. A pesquisa foi qualitativa, interpretativa, com base num pluralismo teórico, no paradigma da complexidade, na abordagem da racionalidade e na teoria das representações sociais.

Como o objetivo principal da pesquisa foi interpretar as representações sociais de duas mídias convencionais e de três mídias socioambientais nas políticas ambientais que tratam dos agrotóxicos e da Amazônia brasileira entre 2003 e 2021,

⁸ Todos os entrevistados autorizaram a divulgação do nome na fase preliminar de questionamentos.

⁹ Somente dois jornalistas de duas mídias responderam ao questionário. A outra jornalista optou por não responder por motivos pessoais. Os jornalistas responderam ao questionário por escrito e autorizaram a divulgação dos seus nomes na pesquisa.

sugere-se que a investigação das representações sociais de dois subsetores da mídia (convencional/não especializada e socioambiental/especializada) contribui com a compreensão pública a respeito de graves e complexas questões ambientais no Brasil.

A escolha do referencial epistemológico da complexidade e da delimitação dos sistemas sociais, assim como o referencial teórico-político sobre a problemática socioambiental considerou o contexto histórico das ciências modernas, onde a concepção de ciência se consolidou a partir do estabelecimento das cidades, quando os interesses sociais de dominação foram sobrepostos ao bem-estar comum e a manutenção sustentável dos ecossistemas. Nesse contexto, acontecimentos históricos que redefiniram os processos de trabalho e organização social, assim como o desenvolvimento da ciência fragmentada em disciplinas científicas, colocando à margem a filosofia e o senso comum, contribuíram para a formação do paradigma dominante na ciência moderna, denominado por Edgar Morin como “paradigma disjuntor-redutor”.

Nosso intuito foi refletir sobre como o modelo moderno ou clássico de ciência consolidado pelo referido paradigma resultou na organização dos saberes e ideias que costumeiramente constituem o elemento estrutural e convencional das formas de se pensar e agir sobre a problemática socioambiental, sobrepondo-se a perspectiva proposta pela interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade. Nessa perspectiva, a ciência moderna, ao romper com o senso comum e a filosofia, fragmentando-se na especialização, gerou um conhecimento racionalizado e incapaz de compreender a realidade complexa, socioambiental.

As sucessivas crises que o mundo vem enfrentando desde a segunda metade do século XX evidenciam que a proposta da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade são tão necessárias quanto o estabelecimento de padrões sustentáveis de produção e consumo, em nível global. A disjunção ou separação definidas pela ciência moderna privilegiou uma perspectiva distante dos valores éticos e matematizada. Desse modo, a ciência moderna¹⁰ favoreceu o surgimento de

¹⁰ É necessário ressaltar que não há a rigor apenas uma ciência moderna, um bloco de ideias homogêneo. A epistemologia da complexidade, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade no século XX também são parte da ciência moderna, gerando um fenômeno complexo, pois há toda uma literatura sobre pós-modernidade e especialmente sobre modernidade reflexiva, que torna mais complexa a modernidade industrial. Tanto Ulrich Beck quanto Anthony Giddens distinguem duas modernidades e as relações tensas entre elas. A primeira modernidade afirma-se contra as tradições, ainda que tendo aspectos tradicionais embutidos, como pressupostos patriarcais, predatórios, etc. Já

políticas públicas tecnocráticas, unilaterais e unidimensionais, cada vez mais burocratizadas sem atender à problemática socioambiental, que demanda esforços inter e transdisciplinares na pesquisa.

Por outro lado, concebemos o ambientalismo como um movimento multissetorial, multiclassista e complexo, vinculado à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

a segunda modernidade emerge como autoconfronto (daí a reflexividade) da primeira modernidade. Daí também emerge uma série de riscos, a chamada sociedade de riscos, que agora se torna uma sociedade de risco mundial.

1 INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO TRANSDISCIPLINAR

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o delineamento teórico que norteia esta pesquisa a partir de uma perspectiva interdisciplinar que dialoga com dois referenciais teórico-epistemológicos: o Paradigma da Complexidade de Edgar Morin e a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais de Alberto Guerreiro Ramos¹¹. A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici¹² será abordada no capítulo 5¹³.

As revisões críticas que têm ocorrido na área das ciências da natureza e das ciências sociais (Pires, 2014) evidenciam o período de transição que coloca em questão a concepção clássica de ciência, que domina o campo de produção do conhecimento desde o início das ciências modernas.

Como a construção do método científico não se consolidou a partir do que conceituam o paradigma da complexidade e o paradigma paraeconômico, emergem novas exigências que refletem a necessidade da transversalidade, a noção de interdependência, e uma compreensão sistêmica da correlação entre as múltiplas dimensões que garantam uma coexistência harmoniosa e sustentável na relação humanos e natureza.

1.1 PARADIGMA DA COMPLEXIDADE

A obra epistemológica de Edgar Morin¹⁴ reflete suas preocupações em relação à crise geral da humanidade. Segundo o autor, essa se tematiza por: crise da

¹¹ Guerreiro Ramos e Morin, apesar de uma análise teórica com a identificação de alguns pontos em comum, em particular no que tange à crítica, à técnica e à racionalidade instrumental, problematizaram a forma como o conhecimento e o progresso se disseminaram. Por outro lado, apresentam diferenças em relação às proposições - Ramos sugere a teoria da delimitação dos sistemas sociais; e Morin, com o paradigma emergente da complexidade, sugere a transformação por meio de múltiplas vias.

¹² A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici foi selecionada no intuito de compreender as representações sociais das mídias socioambientais/especializadas e da mídia convencional/não especializada.

¹³ Optamos por apresentar o referencial teórico de Moscovici no Capítulo 5, pois este trata da interpretação das notícias/reportagens selecionadas. Assim, consideramos relevante utilizar o referencial no capítulo que trata especificamente das Representações Sociais identificadas e interpretadas.

¹⁴ Edgar Morin (1921) é antropólogo, sociólogo, filósofo, epistemólogo, e, devido a sua extensa obra, pode ser colocado no patamar dos grandes pensadores contemporâneos. Publicou mais de trinta livros, além de ter sido professor do Centro de Estudos Transdisciplinares, Sociologia, Antropologia e História da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) em Paris, e ligado ao Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS). Diversas universidades no mundo concederam a ele o título de Doutor Honoris Causa, entre elas: as Universidades de Perugia, Palermo e Milão, na Itália; Universidade de Genebra, na Suíça; Universidade de Bruxelas, na Bélgica; Universidade Tecnológica de La Paz, na

economia mundial; crise ecológica; crise das sociedades tradicionais; crise da civilização ocidental - efeitos egoístas do individualismo, mal-estar psíquico e moral que se instala no coração do bem-estar material, intoxicação do consumidor da classe média, aumento do empobrecimento e desigualdades -; crise demográfica; crise rural; crise política; crise religiosa; e, por fim, pela crise do desenvolvimento.

Para Morin, a razão moderna sofre de uma carência cognitiva alicerçada no método científico convencional - denominado por ele como paradigma disjuntor-reductor. O argumento desenvolvido está diretamente associado à definição que o autor apresenta sobre o conceito de paradigma no quarto volume de sua obra, *La Méthode*.

A origem do conceito é atribuída por Morin a Thomas Kuhn, autor de “A estrutura das Revoluções Científicas”. Na referida obra, o conceito de paradigma é explicado semanticamente como um termo que “determina a inteligibilidade e dá o sentido”; logicamente como algo que “determina as operações lógicas principais” e, ideologicamente como “o princípio primeiro de associação, eliminação e seleção que determina as condições de organização das ideias”. Esse entendimento sobre o triplo sentido generativo e organizacional “orienta, governa, controla a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas de ideias que lhe obedecem” (Morin, 2002, p. 304 apud Boeira; Koslowski, 2009, p. 100).

Morin considera a precisão de Thomas Kuhn na interpretação do conhecimento científico, reconhecendo a originalidade dessa contribuição ao dissociar o conhecimento da mera acumulação de saberes. Para Kuhn, “o modo de conceber, formular e organizar as teorias científicas era comandado e controlado por postulados e pressupostos ocultos” (Morin, 2002, p. 186). Segundo Boeira e Koslowski (2009, p. 102), Morin reconheceu a originalidade da visão kuhniana em seus pressupostos ou postulados por revelarem “um fundo coletivo de evidências escondidas e imperativos que chamou de paradigmas”, de modo que as grandes transformações na história das ciências são “construídas por revoluções paradigmáticas”.

Bolívia - além de, no Brasil, pelas universidades: Cândido Mendes no Rio de Janeiro; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Edgar Morin foi presidente da Associação para o Pensamento Complexo em Paris, e presidiu a Agência Europeia para a Cultura da Unesco. A obra de Morin, por sua abrangência e profundidade, tornou-se um obstáculo à pesquisa, o que por consequência tem dificultado sua difusão entre os vários setores sociais além dos centros de pesquisa.

Na visão de Morin, a noção de paradigma “aparece constituída pelas descobertas científicas universalmente reconhecidas, as quais durante um certo tempo, fornecem a um grupo de investigadores problemas típicos e soluções”. Essa revolução intelectual ganhou um sentido “sociologizado” e tornou-se um “conjunto de crenças, dos valores reconhecidos e das técnicas comuns aos membros de um determinado grupo”. Um aspecto central dessa revolução é que Kuhn atribuiu ao termo paradigma um novo sentido forte e difuso, forte porque o paradigma “tem valor radical de orientação metodológica, e de esquemas fundamentais do pensamento, de pressupostos ou de crenças que desempenham um papel chave, e transporta consigo um poder dominador sobre as teorias”. Ao mesmo tempo é difuso porque “oscila entre diversos sentidos [...] “cobrindo *in extremis*, de maneira vaga, a adesão coletiva dos cientistas a uma visão de mundo”. O fato é que Thomas Kuhn foi muito criticado pela imprecisão do termo e acabou abandonando-o (Boeira; Koslowski, 2009, p. 103).

A referência principal para essa crítica é a tipologia insuficiente e imprecisa adotada por Kuhn em seu esforço para apresentar a noção de paradigma. Nessa análise, Kuhn deixa transparecer certa dificuldade, pois a noção apresentada “se obscurece e depois se desvanece, logo que aprofundamos o seu caráter primeiro, fundador, nuclear”. Para Morin, essa noção indica “que não sabemos nem isolar verdadeiramente com a linguagem, a lógica, o espírito humano, a cultura... (Morin, 2002, p. 187).

O argumento sobre paradigma desenvolvido por Morin se diferencia dessa abordagem de Kuhn. No entanto, conserva a noção de que o paradigma remete para “múltiplas raízes emaranhadas (linguísticas, lógicas, ideológicas e, ainda mais profundamente, cérebro-psíquicas e socioculturais)”. Desse modo, “o termo paradigma não se limita ao saber científico – remete para todo conhecimento, todo o pensamento, todo o sistema noológico” (Boeira; Koslowski, 2009, p. 103).

Na visão de Morin, as características básicas da noção de paradigma são resumidamente

1. Trata-se de conceito não passível de falsificação, isto é, encontra-se ao abrigo de qualquer verificação empírica, embora as teorias científicas que dele dependem sejam passíveis de refutação;
2. Dispõe de princípio de autoridade axiomática. Embora não se confunda com os axiomas, é o seu fundador, e a autoridade do axioma legitima retroativamente o paradigma;
3. Esta noção dispõe de um princípio de exclusão: exclui não só os dados, os enunciados e as ideias que não se ajustam ao que ela prescreve, mas também os

problemas que não reconhece; 4. Aquilo que o paradigma exclui por não existir torna-se um ponto cego. Assim, segundo o paradigma estruturalista, o sujeito e o devir seriam ficções; 5. O paradigma é invisível. Situado na ordem inconsciente e na ordem sobreconsciente, ele é o organizador invisível do núcleo organizacional da teoria, em que dispõe de um lugar visível. É assim invisível na organização consciente que controla. É um princípio sempre virtual que constantemente se manifesta no que gera. Não se pode falar dele senão a partir das suas atualizações, as quais, como diz o sentido grego da palavra, o exemplificam: ele só aparece através dos seus exemplos; 6. O paradigma cria a evidência auto-ocultando-se. Como é invisível, aquele que lhe está submetido pensa obedecer aos fatos, à experiência, à lógica, quando a verdade é que a ele que obedece em primeiro lugar; 7. O paradigma é cogerador do sentimento de realidade, visto que o enquadramento conceptual e lógico do que é percebido como real tem a ver com a determinação paradigmática. Assim, aquele que obedece ao paradigma da Ordem pensa que todos os fenômenos deterministas são fatos reais, e que os aleatórios são apenas aparências; 8. A invisibilidade do paradigma torna-o invulnerável. Contudo, seu ponto fraco pode ser identificado: em toda sociedade, em todo grupo, existem indivíduos desviantes, anônimos, em relação ao paradigma reinante. Além disso, por raras que sejam, há revoluções de pensamento (paradigmáticas); 9. Há incompreensão e antinomia entre paradigmas diferentes, isto é, entre pensamentos, discursos, sistemas de ideias comandados por paradigmas diferentes; 10. O paradigma está recursivamente ligado aos discursos e sistemas que ele gera. Ele apoia aquilo que o apoia. Como em toda organização recursiva viva, o gerador tem constantemente necessidade de ser regenerado pelo que ele gera, e tem, portanto, necessidade de confirmação, provas, etc.; 11. Um grande paradigma determina, via teorias e ideologias, uma mentalidade, uma visão de mundo. Uma revolução paradigmática modifica o nosso mundo. Um grande paradigma comanda a visão da ciência, da filosofia, da razão, da política e da moral; 12. Invisível e invulnerável, um paradigma não pode ser atacado, contestado ou vencido diretamente. É preciso que ele tenha fissuras, erosões, corrosões no edifício das concepções e teorias que sustenta. É preciso que surjam novas teses ou hipóteses que deixem de obedecer a esse paradigma, e que se multipliquem as verificações e confirmações de novas teses ali onde fracassaram as antigas; é preciso, em resumo, ida e volta corrosiva e crítica dos dados, observações, experiências, para que, então, possa ocorrer o desmoronamento integral do edifício minado, arrastando consigo o paradigma, cuja morte poderá, tal como a sua vida, manter-se invisível... (Boeira; Koslowski, 2009, p. 103-104).

Um aspecto central na noção de paradigma proposta por Morin se baseia na existência de paradigmas com características diversas: grandes e pequenos, amplos e restritos. Na sua definição existem dois grandes paradigmas em confronto, o chamado paradigma disjuntor-redutor (dominante na ciência moderna), e o paradigma emergente, que ele denomina paradigma da complexidade ou pensamento complexo.

De forma simplificada, o primeiro paradigma (disjuntor-redutor) surgiu a partir do entendimento de que a razão foi conduzida pelo fechamento disciplinar e pela especialização, o que originou subdisciplinas fechadas que compartimentalizam os saberes e fragmentam os problemas fundamentais globais que necessitam de um conhecimento transdisciplinar. Nesse contexto, a procura pelo saber e pela compreensão transformou-se no seu contrário. Ao especializar-se, o saber retraiu-se e, ao perder contato com a realidade, tornou-se cada vez mais irreal e impessoal (anônimo). Assim, o conhecimento científico é também um progresso de ignorância (Morin, 2007).

Uma das implicações do que foi mencionado é que o conhecimento científico foi mantido durante muito tempo e ainda permanece como algo com a missão de simplificação, que baseada nos princípios de disjunção, de redução e de abstração gerou modos simplificadores de conhecimento para explicar a realidade (Morin, 2005).

A questão que envolve a complexidade humana foi tratada por Morin em sua obra “O Homem e a Morte”, de 1951. Segundo ele, a complexidade humana não é apreensível por meios meramente disciplinares e a morte não pode ser compreendida apenas a partir de uma perspectiva biológica, pois envolve outras dimensões: cultural, social e histórica. Essa mesma perspectiva foi adotada em duas outras obras: “X da Questão: o sujeito à flor da pele”, de 1969, e em “O Paradigma Perdido”, de 1973.

Essas obras se tematizam a partir do desejo de reformular o conceito de ser humano em toda sua complexidade com a preocupação de estabelecer comunicação entre as disciplinas ou especialidades.

Segundo Morin (2005, p. 11), “Descartes formulou este paradigma essencial do Ocidente ao separar o sujeito pensante (*ego cogitans*) e a coisa entendida (*res extensa*), isto é, filosofia e ciência, e ao colocar como princípio de verdade as ideias ‘claras e distintas’, isto é, o próprio pensamento disjuntivo”. Esse paradigma, apesar de ter gerado descobertas que contribuíram para o progresso do conhecimento científico - como a descoberta da molécula, do átomo e da partícula pela física; a célula, o gene e o ADN pela biologia -; gerou a procura do elementar que “tornou-se decididamente obsessão da elementaridade” (Fortin, 2005, p. 21).

Em consequência, todo conhecimento que não estivesse alicerçado nesse método simplificador era desconsiderado, onde “a desordem, o acaso, o singular foram deste modo afogados em concepções estatísticas (probabilismo estatístico, ‘leis

do risco’) ou pura e simplesmente rejeitados como resíduos, dejetos (isto é, não como científicos)” (Fortin, 2005, p. 21).

Morin adverte que esta lógica reducionista negligencia uma parte considerável da realidade, pois limita qualquer alcance mais amplo do conhecimento evidenciado pelas consequências nocivas geradas a partir do século XX. Assim, a explicação da realidade parte da busca para o entendimento a partir de unidades simples, de modo que tudo o que não corresponda ao esquema simplificador seja abafado ou eliminado. Nesse contexto, a desordem, o acaso e o singular têm sido rejeitados, pois são vistos como não científicos, perdendo espaço para concepções estatísticas.

O método científico baseado na disjunção limita a comunicação entre o conhecimento científico e a reflexão filosófica, o que por consequência restringe a ciência “de qualquer possibilidade de conhecer a si própria, de refletir sobre si própria, e mesmo de se conceber cientificamente”. Além disso, o princípio baseado na disjunção “isolou radicalmente um dos três grandes campos do conhecimento científico: a física, a biologia e a ciência do homem” (Morin, 2005, p. 11).

Tal forma de se produzir ciência elimina a sociedade e a cultura da construção das ciências físicas e biológicas, o que impede o entendimento sobre o caráter social e cultural desses campos do conhecimento, ao mesmo tempo em que as ciências humanas isolam o homem e a sociedade de seu aspecto físico e biológico. Para Morin, essa disjunção entre o campo das ciências naturais e o campo das ciências humanas dá continuidade ao método desenvolvido por Descartes que obriga a separação oficial entre ciência e filosofia, formando uma tripla disjunção - entre natureza/cultura, ciências naturais/humanas e ciência /filosofia -, desencadeando inúmeras disputas e equívocos entre as diferentes áreas do conhecimento (Fortin, 2005).

Essa abordagem indica que o princípio da disjunção vigorou em relação à especialização dos saberes até o século XX. Essa forma de produção do conhecimento se fundamenta no rigor e na operacionalidade alicerçados na medida e no cálculo como indispensáveis para o desenvolvimento científico. Nesse contexto, a matematização e a formalização “desintegraram os seres e os entes para só considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas”. Assim, “o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno ao múltiplo (*unitat multiplex*), ou “ele unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade” (Morin, 2005, p. 12).

No século XX, o desenvolvimento disciplinar “transformou-se em espírito disciplinar, a especialização em superespecialização” (Fortin, 2005, p. 22). Essa pulverização do saber baseada na separação das disciplinas, e na subdivisão entre elas, abriu espaço para disciplinas fechadas e arrogantes, incapazes de se comunicar a partir de pontos de vista parciais sobre a realidade. Para Morin, a especialização e a superespecialização “tornam agora impossível toda a reconstituição do saber, toda a visão macroscópica das coisas” (Fortin, 2005, p. 23), já que as ciências estão atomizadas e todo conhecimento produzido é reduzido ao acúmulo de informações que podem ser utilizadas para as mais diversas finalidades.

Mais concretamente, o argumento de Morin é que essa forma de produção do conhecimento origina a chamada inteligência cega, capaz de destruir conjuntos e totalidades, pois

isola todos os seus objetos do seu meio ambiente. Ela não pode conceber o elo inseparável entre o observador e a coisa observada. As realidades-chaves são desintegradas. Elas passam por entre as fendas que separam as disciplinas. As disciplinas das ciências humanas não têm mais necessidade da noção de homem. E os pedantes cegos concluem então que o homem não tem existência, a não ser ilusória. Enquanto que as mídias produzem a baixa cretinização, a Universidade produz a alta cretinização. A metodologia dominante produz um obscurantismo acrescido, já que não há mais associação entre os elementos disjuntos do saber, não há possibilidade de registrá-los e de refleti-los (Morin, 2005, p. 12).

Morin considera que a especialização gera uma tendência para a esoterização, já que cada nova disciplina científica possui uma vasta quantidade de informações que as distancia dos leigos. A inacessibilidade presente no vocabulário, nos conceitos, no alto nível de abstração, no conhecimento técnico e matemático servem de obstáculo à compreensão e gera a chamada “resignação da ignorância” que priva os indivíduos do direito à reflexão e avança no sentido da anomização, ou seja, o saber parece não ser produzido para ser articulado e pensado, mas para ser capitalizado de maneira anônima. Assim, a busca pela compreensão e sentido, que caracterizou o saber retraiu-se e, perdeu contato com a realidade, tornando-se irreal e impessoal (Fortin, 2005).

Nesse contexto, Morin conclui que o progresso do conhecimento também é o progresso da ignorância, pois o crescimento informacional gera pobreza de pensamento e de reflexão. Assim, “aquilo que julgávamos libertador, o conhecimento,

tornou-se um obstáculo à nossa libertação, o saber já não nos pertence, destina-se agora a uma pequena elite que detém o seu monopólio” (Fortin, 2005, p. 24).

De forma sintetizada, o paradigma disjuntor-redutor possui um princípio de universalidade, separando o local e o singular como contingentes ou residuais; desconsidera qualquer possibilidade de transformação temporal, pois não reconhece o contexto histórico; opera com base no reducionismo do conhecimento, seja dos conjuntos ou sistemas do conhecimento das partes ou unidades que os constituem; é um princípio reducionista do conhecimento das organizações aos princípios de ordem (leis, invariâncias, constâncias, etc.), inerentes a essas organizações; baseia-se no princípio da causalidade linear, superior e exterior aos objetos; assume a postura determinista universal na explicação dos fenômenos considerando que as aleatoriedades são aparências devidas à nossa ignorância. Nesse contexto, tais princípios indicam que a inteligência de um fenômeno ou objeto complexo reduz-se ao conhecimento das leis gerais e necessárias que governam as unidades elementares de que é constituído. O paradigma disjuntor-redutor também se consolida pelo princípio do isolamento ou separação do objeto em relação ao seu ambiente. Assim, estabelece o princípio de separação absoluta entre o objeto e sujeito que o percebe/concebe, onde a verificação por observadores/experimentadores diversos é suficiente não só para atingir a objetividade, mas também para excluir o sujeito cognoscente (Fortin, 2005).

Além disso, intensifica a exclusão do sujeito no conhecimento científico; substitui a existência pela quantificação e pela formalização; caracteriza-se pela inexistência da autonomia na busca pelo conhecimento; parte do princípio da confiabilidade e da lógica como determinante na verdade absoluta das teorias; restringe a autonomia e não abre espaço para a contradição, vista como erro; de modo que o pensamento se estabelece pela expressão de ideias claras e distintas num discurso monológico (Morin, 1998; Boeira; Vieira, 2006 *apud* Boeira; Koslowski, 2009)

Morin se insurge contra o conhecimento que separa, reduz e fragmenta. Para ele, a resignação é impossível, já que sente cada vez mais necessidade de um conhecimento que reconheça a multidimensionalidade das coisas, que procure em toda parte as ligações, relações e associações. O que Morin procura é um conhecimento que deverá articular as ciências, rearticular as ciências naturais nas ciências antropossociais, que seja capaz de conceber sujeito e objeto, ciência e

filosofia, de maneira complementar. Para tal será necessário repensar o estatuto social e cultural da ciência, incluindo a física e a biologia.

O argumento de Morin está associado à procura de um método não mutilante ou simplificante, que possa ligar o que é isolado, complexificar o que é simplificado. O método cartesiano postula a distinção das noções, ideias e objetos pelo seu isolamento em relação ao ambiente e baseia-se num método que impõe a decomposição de conjuntos em elementos menores na análise, do recorte das realidades globais em peças separadas, sem reconstituição destas. O método da complexidade, que produz um emaranhamento de interações, de ações e retroações (Schnitman, 1996) opõe-se ao da simplificação, que mesmo tendo atingido progressos consideráveis, perdeu sua fecundidade, pois é um método que pertence a sua época, a do nascimento das ciências, do início da experimentação e que convergia para um ideal de domínio e transformação da natureza (Fortin, 2005).

A proposta para uma epistemologia da complexidade enfrenta alguns obstáculos principais: um problema de ordem enciclopédica; um problema epistemológico e um problema de circularidade lógica. No que tange ao problema de ordem enciclopédica, a integração entre física/biologia/antropossociologia parece impossível. Nesse sentido, Morin propõe articular de forma circular os saberes, mas com a consciência de que seria impossível articular todos os saberes. Assim busca articular o que é fundamentalmente desligado e o que deveria ser fundamentalmente ligado em cada esfera ou área. A articulação ocorre a partir de pontos estratégicos (Fortin, 2005).

A ideia de organização aparece na proposta de enciclar o saber, unida à recursão, à lógica recursiva. O autor fundamenta a ideia de recursão como um instrumento lógico que traduz a complexidade, onde a organização aparece como a realidade que dá substância a esta complexidade. Assim recursão, organização e complexidade aparecem como três pilares do método elaborado por Morin.

Já a noção de teoria aparece na obra de Morin como um sistema de ideias aberto à crítica e à contribuição do pensamento externo, um sistema que constantemente está pronto para autorrevisar-se, autorreorganizar-se. A teoria está sempre inacabada, condenada à insuficiência. Por outro lado, a doutrina aparece como um sistema de ideias fechado, que se autorreforça, que colhe no exterior de si apenas o que lhe convém. Já a ideologia ocupa um espaço intermediário entre estas noções, contaminando e degradando a teoria e reforçando a doutrina. Assim, para

que uma teoria da organização seja complexa e assim reconhecida é preciso que ela seja aberta ao diálogo, à novidade, à confrontação, à incerteza, ao desconhecido, evitando petrificar-se e tornar-se doutrina (Fortin, 2005).

O problema epistêmico se refere ao paradigma. Ao opor o paradigma da simplificação ao da complexidade, Morin tenta mostrar que este último tem o desafio de fundar-se sobre os princípios de ligação e de associação. Para ele, a constituição do paradigma da complexidade precisa mostrar que a articulação e a integração têm tanto peso quanto a distinção e oposição, procurando voltar-se contra a imposição da simplificação disjuntiva e redutora, ou seja, trata-se de um processo de reaprendizagem.

Em relação à circularidade, Morin define que há um desafio em articular termos sem reduzi-los uns aos outros, que é adequado conceber termos desligados ou isolados simultaneamente como princípio e fim, efeito e causa um do outro. Desse modo, aprender a pensar de forma recursiva implica em aprender a pensar de forma relacional e aberta.

A proposta de Morin é vencer esses três obstáculos: enciclopédico, epistemológico e circular por meio da utilização da lógica recursiva, da elaboração de uma teoria da organização e da edificação do paradigma da complexidade. Tais condições são interligadas e interdependentes. Segundo ele, lógica recursiva, teoria da organização e paradigma da complexidade precisam ser compreendidos em conjunto para gerar o método e fazer emergir a complexidade.

Para Morin, o segundo paradigma, o da complexidade é caracterizado pela presença de sete princípios resumidos por Boeira e Koslowski em 2009:

o primeiro deles, o sistêmico ou organizacional é o princípio que liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo, opondo-se ao reducionismo. Assim, a organização do todo (átomo, partícula, órgão) produz qualidades novas em relação às partes consideradas isoladamente: as emergências. Mas o todo é também menos do que a soma das partes, cujas qualidades são inibidas pela organização do todo; o segundo princípio, denominado hologramático, evidencia o paradoxo dos sistemas complexos nos quais não somente a parte está no todo, mas também este se inscreve nas partes. Nesse contexto, cada célula compõe parte do corpo, que tem a totalidade do patrimônio genético em cada célula. Assim, a sociedade, como todo, aparece em cada indivíduo, por meio da linguagem, da cultura, das normas; o terceiro princípio, do anel retroativo rompe com o princípio de causalidade linear, na medida em que a causa age sobre o efeito e este sobre a causa. Desse modo, as retroações, inflacionistas ou estabilizadoras são numerosas nos fenômenos econômicos, sociais,

políticos, psicológicos ou ecológicos; o quarto princípio, do anel recursivo, constitui-se como um anel gerador “no qual os produtos e os efeitos são produtores e causadores daquilo que os produz. Os indivíduos humanos produzem a sociedade nas suas interações, mas a sociedade, enquanto todo emergente, produz a humanidade desses indivíduos fornecendo-lhes a linguagem e a cultura; o princípio de auto-eco-organização (autonomia/dependência) estabelece que os seres vivos são auto organizadores, gastando para isso energia. Como têm necessidade de extrair energia, informação e organização do próprio meio ambiente, sua autonomia é inseparável dessa dependência – por isso é imperativo concebê-los como auto-eco-organizadores; o princípio dialógico: tem como característica unir dois princípios ou noções que se excluem, embora permaneçam indissociáveis numa mesma realidade. Sob formas diversas, a dialógica entre ordem, desordem e organização, por meio de inumeráveis inter-retroações, está constantemente em ação nos mundos físico, biológico e humano; por último, o princípio da reintrodução opera a restauração do sujeito nos processos de construção do conhecimento e ilumina a problemática cognitiva central – da percepção à formação de teorias científicas, de modo que todo conhecimento é uma reconstrução/tradução por um espírito/cérebro numa certa cultura e num determinado horizonte temporal (Boeira; Koslowski, 2009, p. 105-106).

A complexidade só pode ser definida de forma negativa, ou seja, trata-se do que não é simples, o que não é simplificável, já que não se reduz a leis simples, a causas simples, a ordem simples, reconhecendo que tudo que nos cerca é multidimensional, enredado, diversificado. É um método que deve servir para conceber os laços e as articulações que tecem a realidade (Fortin, 2005).

1.2 COMPLEXIDADE E MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A forma de crescimento idealizada e sustentada pelos modelos hegemônicos do crescimento econômico que consideram a produção de bens materiais e serviços como base da economia, desconsiderando as preocupações socioambientais no processo produtivo foi intensificada pela avaliação do crescimento por meio de indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) - que calcula apenas o volume das atividades monetárias, excluindo qualquer referência às riquezas ambientais e sociais - tem repercutido no âmbito da discussão pública desde a década de 1950.

A percepção de que o crescimento econômico não é capaz de garantir ao mesmo tempo desenvolvimento está implícita na exclusiva utilização de valores monetários em relação às transações de compra e venda de bens e serviços, não

distinguindo o que causa prejuízo ou benefício para a sociedade, ou seja, por si só, o PIB não é suficientemente capaz de avaliar os avanços e retrocessos nas condições de vida da população (Veiga, 2013; Viveret, 2003).

Mais concretamente, o PIB (que também pode ser definido como valor comercial agregado) é composto de duas partes. A primeira se refere ao valor comercial de todos os produtos e serviços vendidos num país durante um ano. A segunda parte é a soma desse valor comercial mais o custo de produção dos serviços não-comerciais das administrações públicas: ensino público, serviços oferecidos por governos municipais, estaduais federais etc. Mensurada dessa forma, a criação da riqueza econômica não passa de um fluxo de riqueza puramente comercial e monetário. Nesse contexto, o crescimento é determinado pela progressão do PIB, a partir do “aumento do volume de toda a produção de bens e serviços vendidos, ou que têm um custo monetário, produzidos por trabalho remunerado” (Gadrey; Jeny-Catrice, 2006, p. 31).

Por tudo isso, Gadrey e Jeny-Catrice (2006, p. 31) indicam que essa é uma forma de simplificação, pois “para avaliar o PIB em volume ou termos reais é preciso neutralizar as variações de preço”. Ainda segundo os autores, essa maneira de mensurar a riqueza nacional tem três efeitos. O primeiro deles evidencia que qualquer bem que se possa vender tem um valor monetário agregado e, conseqüentemente contribuirá para o aumento do PIB e do crescimento sem necessariamente representar aumento do bem-estar individual e coletivo. O segundo efeito está relacionado às várias atividades e recursos vinculados à geração de bem-estar e que não são contabilizadas por não serem comerciais ou não apresentarem um custo monetário direto de produção.

O terceiro efeito indica que o PIB mede apenas quantidades produzidas, portanto é indiferente aos resultados alcançados pela satisfação e bem-estar que não estejam vinculados às quantidades produzidas. Assim, o progresso é avaliado pela quantidade do que se produz, e não pelo bem-estar gerado. Além disso, a mensuração do PIB “é também indiferente à partilha das riquezas contabilizadas, às desigualdades, à pobreza, à segurança econômica etc. que são, todavia, quase unanimemente consideradas dimensões do bem-estar de uma sociedade” (Gadrey; Jeny-Catrice, 2006, p. 32).

Essas evidências indicam que a noção de PIB e de crescimento econômico não necessariamente geram desenvolvimento econômico e estão distanciadas das ideias

de bem-estar e de desenvolvimento a partir de quatro fatores. Em primeiro lugar porque não se deduzem os prejuízos no atual modelo de crescimento que incluem despesas para a reparação de danos decorrentes das atividades humanas. É evidente que um indicador que acrescenta riqueza econômica a partir da produção e venda monetária não considera as perdas decorrentes das atividades que geram essa riqueza. Assim, não são contabilizados os danos e destruições que causem a perda de bem-estar provocados pelo crescimento econômico na presente e nas futuras gerações.

Nesse contexto, a destruição organizada da floresta Amazônica e o uso maciço de agrotóxicos na produção agropecuária são atividades que fazem avançar o PIB nacional e global. Em parte alguma “contabiliza-se a perda da dimensão natural que resulta disso, nem suas diversas consequências sobre o clima, a biodiversidade, o longo prazo e as necessidades das gerações futuras”. O PIB não contabiliza as perdas do ambiente natural, mas contabiliza sua destruição organizada. Do mesmo modo, “uma empresa que polui um rio, para garantir seu próprio desenvolvimento econômico e assim contribuir para o PIB, causa danos que reduzem o bem-estar de certas pessoas. Ora, esses danos não são considerados como tais nas contas da riqueza econômica” (Gadrey; Jeny-Catrice, 2006, p. 38-39).

Em segundo lugar porque não se contabilizam contribuições positivas essenciais ao bem-estar, como o trabalho voluntário não-remunerado, mesmo que produza as mesmas riquezas e bem-estar que o trabalho assalariado, e o trabalho doméstico. Em terceiro lugar porque o PIB se interessa por *outputs* e não por *outcomes*, porque o PIB mede apenas *outputs*, ou seja, volume de bens, quantidade de serviços consumidos, e não *outcomes*, ou seja, saúde e expectativa de vida, o acesso à educação e ao conhecimento, a estabilidade econômica, o predomínio da pobreza e das desigualdades, as condições de habitação e trabalho etc.

Por exemplo, a contribuição dos serviços de saúde para o crescimento é mensurada (no melhor dos casos) pelo volume de consultas, de internações nos hospitais, de tratamentos, e não pela contribuição desses serviços para a melhoria da saúde e das condições de vida. Com tal medida, uma política eficaz de prevenção dos riscos sanitários tenderá a reduzir a participação dos serviços de saúde no crescimento, ao mesmo tempo que possivelmente fará aumentar o bem-estar (Gadrey; Jeny-Catrice, 2006, p. 41).

Em quarto lugar porque o aumento do PIB não vem acompanhado da redução das desigualdades sociais, ou seja, são fenômenos não contabilizados pela concepção de riqueza estabelecida pelo padrão econômico. Desse modo, o indicador é indiferente ao bem-estar da maioria dos pobres e favorece apenas o percentual dos mais ricos, privilegiados pelo aumento da riqueza material.

A persistência dos problemas sociais historicamente enraizados, que incluem o desemprego e a exclusão social - evidenciados pelo aumento da pobreza e da desigualdade em países desenvolvidos e não desenvolvidos - acentuaram a insuficiência do crescimento econômico enquanto base da sustentação para o desenvolvimento, além de evidenciar que os problemas ambientais diferem entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Mesmo o PIB *per capita*, que poderia expressar o nível de desenvolvimento socioeconômico das nações, não foi suficiente para demonstrar o alcance em termos de bem-estar na sociedade, na medida em que não atende ao “monitoramento efetivo da mudança social em seus múltiplos aspectos e de formação de políticas sociais de cunho redistributivo ou compensatório nas diversas áreas” (Jannuzzi, 2003, p. 13).

Pelo fato de computar transações monetárias, a contabilidade nacional expressa pelo PIB também não considera as perdas e os custos resultantes da destruição dos ecossistemas, assim como seus elevados custos de recuperação. Desse modo, não distingue o que é vantajoso ou destrutivo e não considera despesas que elevem ou rebaixem os mais vulneráveis, obrigados a conviver com inúmeros problemas socioambientais e que exigem um alto custo de recuperação.

A compreensão de que o PIB mede apenas, de forma restrita, o fluxo de uso de meios produtivos e o capital físico, ilustra uma visão distorcida da realidade social e da situação dos recursos ambientais, pois o indicador é incapaz de dar respostas aos problemas essenciais que vivenciamos. Diante dessas críticas, os defensores do PIB argumentam que o indicador não foi desenvolvido para medir o bem-estar, e que paralelamente outros indicadores podem ser utilizados além do PIB.

O filósofo Patrick Viveret ficou conhecido pela posição que contesta essa ideia de riqueza. Para ele, essa forma de representação da riqueza gera efeitos perversos, já que “a contabilização da riqueza tem o efeito [...] de conceder uma espécie de prêmio à destruição e à reparação pesada, em detrimento da prevenção e de reparações menos dispendiosas, caso o ‘estrago’ ecológico, social ou sanitário fosse menos importante” (Viveret, 2006, p. 42).

Seja como for, é difícil negar que não há interesse pela continuidade do atual modelo de desenvolvimento por parte de seus maiores beneficiários, os responsáveis pelo volume de negócios que impacta diretamente na destruição do ambiente natural e na atrofia do desenvolvimento social. Além disso, o Estado - nos seus diversos níveis - também é financiado por impostos ou contribuições provenientes dessas atividades, com um retorno monetário atrativo.

Nesse contexto, os cidadãos contribuintes aparecem como parte mais frágil nesse sistema, pois “não dispõem de meios para se fazer ouvir e, em sua maioria, nem sequer imaginam a estranha mistura que compõe esse crescimento, do qual têm a melhor das impressões (Viveret, 2006, p. 42).

Além disso, os benefícios colhidos nessa lógica atendem a um curto espaço de tempo, que a médio e longo prazo gera mais perdas do que ganhos. No entanto, o aspecto contábil e mercantil é preponderante a ponto de limitar até mesmo o papel institucional do Estado, responsável pela construção de desafios de longo prazo. Assim, a economia acaba por abraçar e ditar os rumos da vida social e cultural, influenciando até o processo educativo pautado na busca do sucesso financeiro e no individualismo ao invés de pregar a importância do altruísmo, do civismo etc.

Por consequência, essa lógica também estabelece uma divisão entre sugadores e produtores, que coloca em lados opostos os responsáveis pela geração da riqueza, as empresas; e, do outro lado, as atividades ecológicas e sociais, financiadas a partir da geração e da generosidade de quem gera a riqueza econômica, ou do próprio Estado. Nesse caso, as empresas condenam as associações sem fins lucrativos a mendigarem seus meios de subsistência ao Estado ou a irem buscá-los no mercado, na impossibilidade de dispor de recursos relacionados com as riquezas sociais que contribuem para criar ou preservar. Elas desconhecem as contribuições antropológicas e ecológicas sem as quais nenhuma riqueza econômica seria possível. “E fazem do Estado e do conjunto dos serviços públicos um setor permanentemente suspeito de ser parasitário” (Viveret, 2006, p. 43).

O reconhecimento das limitações dessa “forma de cálculo” impôs às instituições multilaterais como OCDE, Unesco, FAO, OIT, OMS e ONU, um esforço conceitual e metodológico no desenvolvimento de instrumentos que garantissem a aferição de índices de bem-estar e mudança social que fossem mais específicos em relação “à quantificação e qualificação das condições de vida, da pobreza estrutural e outras dimensões da realidade social” (Jannuzzi, 2003, p. 14).

Tamanho visibilidade impulsionou os sistemas nacionais de produção e disseminação de estatísticas públicas na década de 1960, que passaram a incluir outros aspectos nas dimensões investigativas. Esse contexto impulsionou a produção de relatórios sociais para a orientação dos governos no alcance de bem-estar social, a partir de instrumentos operacionais capazes de monitorar a realidade social com a finalidade de formulação e reformulação de políticas públicas, na tentativa de minimizar as mazelas causadas pelo excessivo enfoque do desenvolvimento econômico (Jannuzzi, 2003).

O discurso oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) repercutiu a ambiguidade entre crescimento/desenvolvimento baseada no fator econômico e intensificou o debate de que o desenvolvimento não se resume à renda per capita, evidenciando a necessidade do uso de indicadores sociais que avaliassem operacionalmente o nível e o progresso do desenvolvimento humano.

Além do fator humano, a dimensão ambiental passou a ocupar maior espaço no campo de discussões sobre bem-estar, impulsionada por discussões que emergiram do movimento ambientalista organizado e atingiram o patamar dos interesses públicos com o discurso crítico relativo aos padrões de desenvolvimento e de vida contemporâneos, a partir da metade do século passado (Viola; Leis, 1995; Jacobi, 1999).

Nesse contexto, “os problemas ambientais deixaram de ser concebidos como questões periféricas de competência exclusiva dos Estados, regidos por uma noção estrita de soberania” (Franchini *et al.*, 2020, p.177, tradução nossa). Como resultado, “a comunidade internacional iniciou um esforço progressivo de cooperação nas questões ambientais, na tentativa de incorporar elementos universalistas em detrimento da soberania, apesar de suas limitações” (Franchini *et al.*, 2020, p.177, tradução nossa). Tamanho notoriedade resultou na visibilidade pública da questão ambiental durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em 1972 (Jacobi, 1999).

As controvérsias em torno do modelo de desenvolvimento e as críticas ao relatório Meadows contribuíram para a elaboração da teoria do ecodesenvolvimento, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs em 1974. Na sequência foi lançado o Nosso Futuro Comum – mais conhecido como Relatório Brundtland, no ano de 1987, responsável pela difusão do conceito de desenvolvimento sustentável, que apesar de não ter valor científico, foi produto de consulta a “notáveis” de vários países.

Não trata de entropia e outros aspectos científicos, mas tem um grande valor simbólico e ético.

O conceito, apesar de ser alvo de críticas por ser uma solução simplista e idealista para a problemática ambiental foi estrategicamente definido na tentativa de institucionalização da questão, ao incluir o tema no primeiro plano da agenda política internacional (Nobre, 1999). O Desenvolvimento Sustentável alcançou grande repercussão pela massiva divulgação na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Brasil em 1992, o que o tornou uma espécie de referência para as políticas públicas em conjunturas internacionais e nacionais.

Esse contexto revelou o afincamento da humanidade em termos de cooperação nas questões ambientais por meio de três vias principais:

em primeiro lugar, a consolidação de organizações científicas que fornecem informações detalhadas sobre questões ambientais - como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), criado em 1972, e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988. Em segundo lugar, a criação de órgãos de diálogo político e coordenação - como a “Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio” em 1985; a Convenção sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a Convenção sobre a Biodiversidade (CBD) assinada em 1992 e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) em 1994. E, finalmente, o estabelecimento de mecanismos regulatórios juridicamente universais - como o Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Esgotam a Camada de Ozônio de 1987, a Convenção da Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Descarte de 1989 e o Protocolo de Kyoto para mitigar a Mudança Climática de 1997 (Franchini *et al.*, 2020, p. 177-178, tradução nossa).

Os avanços decorrentes da pauta centrada no equilíbrio em relação ao meio ambiente e no consenso civilizacional são a garantia de bem-estar para as presentes e futuras gerações. Por outro lado, essas iniciativas têm sido insuficientes para impactar de forma massiva as atividades humanas, comprometendo o processo decisório em relação ao equilíbrio da vida na Terra.

A humanidade enquanto força de transformação do planeta impulsionou a mudança do Holoceno para o Antropoceno. Uma parte da comunidade científica - em especial, pesquisadores das humanidades (Veiga, 2019) - considera que no final do século XX e início do século XXI, a “transformação da sociedade industrial para a sociedade de informação/conhecimento, com aumento exponencial da população

global e do consumo per capita de recursos naturais” foi responsável pela redefinição dos conceitos de ameaça e segurança que anteriormente eram associados ao contexto das guerras (Viola; Basso, 2016, p. 2).

O desenvolvimento envolve fatores culturais e sociais que resultam no aumento significativo dos processos sociais, ao mesmo tempo que é um fenômeno físico, na medida em que as atividades humanas modificam o planeta (Franchini *et al.*, 2020, tradução nossa).

Desse modo, intensificou-se o debate sobre os limites planetários, que traz à tona a discussão em torno dos modelos de desenvolvimento adotados, assim como seus padrões de produção e consumo. Segundo Viola e Basso (2016, p. 3), dois desses limites encontram-se ultrapassados: “os fluxos biogeoquímicos do nitrogênio e do fósforo, em razão do uso massivo de fertilizantes desde os anos de 1950, e a integridade da biosfera”, que em decorrência da expansão e da ação humana “impactou negativamente os ecossistemas naturais e outras espécies a ponto de extingui-las”.

Um dos aspectos centrais dessa discussão envolve as mudanças climáticas, que urgentemente precisam ser estabilizadas a partir do compromisso de redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, como um bem comum global. Essa é uma difícil proposição em virtude da sua complexidade e da implementação de ações que alteram significativamente os atuais modos de vida contemporâneos: “como fontes de energia, estilos de vida, instituições e governança, formas de organização econômica e valores”. Além disso, “instituições e sistemas jurídicos atuais, centrados na lógica causa-efeito de curto prazo e na provisão de bens privados, não estão preparados para lidar com a mudança do clima” (Viola; Basso, 2016, p. 4).

A redução da emissão de gases de efeito estufa (como o carbono) é um fator preponderante para o alcance das novas metas climáticas. Para mitigar essas mudanças é indispensável o desenvolvimento de novas tecnologias capazes de superar a utilização de combustíveis fósseis como principais fontes de energia, assim como novos rumos em direção a um novo contexto cultural e político.

As respostas políticas para a mudança do clima ainda têm sido insatisfatórias. Apesar da existência de um regime internacional para mudanças climáticas, há registros de aumento de emissões de GEE, “mesmo que de modo bastante heterogêneo entre os diversos países”, intensificando o avanço de uma mudança

climática severa (Viola; Basso, 2016, p. 4). Nesse contexto, o “dilema social” em relação aos problemas do Antropoceno limita as ações cooperativas e necessitam de maior aprofundamento nas demandas por uma governança global (Franchini *et al*, 2020, tradução nossa), já que uma parte dos atores internacionais desconsidera a universalidade da questão.

De fato, “as demandas do Antropoceno só podem ser tratadas de forma eficaz, eficiente e equitativa quando a maioria dos principais atores do sistema internacional faz a transição para identidades pós-soberanas. Esse movimento implica o abandono, entre outras questões, do discurso e da prática comuns nos fóruns ambientais globais de dividir o mundo em duas categorias: países desenvolvidos e em desenvolvimento” (Franchini *et al.*, 2020, p. 182, tradução nossa). É uma mudança em curso que implica na mitigação da razão instrumental associada ao capital (sempre vinculado à aceleração) para trazer mudanças necessárias.

O Antropoceno é consequência “das escolhas que foram feitas pela humanidade”. Desse modo, são escolhas políticas associadas a grupos de interesse ou de privilégios que impõem mudanças significativas nos campos político e socioeconômico. Portanto, “compreender e modificar a política de poder é a diferença entre a adoção de medidas que efetivamente mitiguem a ultrapassagem das fronteiras planetárias e medidas que tratam o problema como marginal ou acessório” (Viola; Basso, 2016, p. 9).

Para Morin, o modelo de desenvolvimento adotado na sociedade globalizada, apesar de ter gerado zonas de prosperidade é semelhante ao modelo de ciência que se desenvolveu, que diz respeito principalmente ao crescimento econômico. Tal crescimento, com a expansão da economia neoliberal, impulsionou o desenvolvimento tecnológico e material que apresenta aspectos positivos e negativos. Entre eles, a destruição dos laços de solidariedade; o aumento do número de trabalhadores “escravizados”; o abandono de culturas alimentares; o crescimento da corrupção etc.

Para Morin, a sociedade ocidentalizada e orientada pelo paradigma disjuntor-reductor tem como referência o paradigma reducionista culturalmente inscrito nela. Ou seja, o conhecimento, o pensamento e a ação refletem a limitação para o equacionamento dos problemas que cercam a totalidade, já que o modelo seguido ignora os contextos humanos e culturais e fundamenta-se pela intensificação da ideia de desenvolvimento a partir do crescimento econômico. Segundo o autor, a

supervalorização da questão econômica não permite uma visão integrada das interdependências sistêmicas que contemplem as exigências socioambientais.

A análise de Morin (2005, p. 65) considera o mercado mundial um sistema auto-organizador, capaz de produzir suas próprias regulações, a despeito e por meio de “evidentes e inevitáveis desordens”, pois dispõe de instrumentos regulatórios com capacidade de lidar com possíveis crises. No entanto, Morin alerta que o sistema auto-organizador “é na verdade auto-eco-organizador, ou seja, autônomo/dependente em relação a seu (seus) ecossistema (s)”.

Em suma, a economia não pode ser considerada “como uma entidade fechada”, já que é uma instância com autonomia relativa, pois depende de outras instâncias, sociológica, cultural e política, que também são “autônomas/dependentes umas em relação às outras”. Desse modo, “a economia de mercado supõe um conjunto coerente de instituições e esse conjunto coerente faz falta em escala planetária” (Morin, 2005, p. 65).

Em outras palavras, a ciência econômica peca ao considerar os aspectos não-econômicos como secundários por não assumirem o rigor de sofisticação que a matematização e a formalização assumem, desconsiderando o contexto social, cultural e político relacionados às atividades econômicas. Para Morin, esse reducionismo centrado na precisão formal limita o entendimento sobre a complexidade real, ou seja, “esquecendo que a economia depende daquilo que depende dela” (Morin, 2005, p. 65). A referência principal para essa afirmação é que o saber economista limitado ao campo econômico não é capaz de equacionar a problemática no seu entorno, tornando-se limitado e cego.

O argumento desenvolvido por Morin evidencia as oscilações na economia mundial, que desregulada “não cessa de restabelecer regulações parciais, frequentemente às custas das destruições (de excedentes, por exemplo, para manter o valor monetário dos produtos) e de prejuízos humanos, culturais, morais e sociais em cadeia (desemprego, progressão do cultivo de plantas destinadas à droga)”. Tal questionamento aponta o crescimento econômico como motor e regulador da economia que garante a elevação do nível de vida ao mesmo tempo que “destruiu irremediavelmente as civilizações rurais, as culturas tradicionais” (Morin, 2005, p.66).

Para tratar de tais questões, Morin considera que todos os processos que conduziram a humanidade a se reunir (como a globalização) são, ao mesmo tempo, processos que nos conduzem a catástrofes futuras. Nesse contexto, a globalização

apresenta dois aspectos contraditórios: o pior (a ciência permitiu que a técnica desenvolvesse armas de destruição em massa, uma economia sem uma real regulação e novas ameaças como catástrofes ambientais); e o melhor (todos os humanos conectados e todos os humanos sofrendo os mesmos riscos – ecológicos, econômicos e guerras - o que permite o surgimento de novas formas de democracia).

A questão que se coloca é que, em meio a este cenário, torna-se indispensável a regeneração do pensamento. No campo da política, sua arte implica no desafio permanente de aliar risco e precaução. A política deve estruturar-se a partir do entendimento planetário centrado no atendimento das necessidades do mundo, dos humanos e da sociedade.

Morin salienta que o autoexame e a autocrítica permanentes, apesar de indispensáveis, não são relevantes na prática da política, já que a classe política estagnou o pensamento, preferencialmente influenciada por relatórios de estatística e pesquisas de opinião, colocando-se a reboque da economia. Vistas como solução para os problemas políticos, as estratégias econômicas competitivas de crescimento causam sofrimentos à população, distanciando-a do bem comum. O pensamento político carece de regeneração. Deve voltar-se para uma nova política, que, por sua vez, deveria obedecer “a uma dupla orientação: a de uma política de humanidade e de uma política da civilização [...] comprometida em pensar de modo permanente e simultâneo o planetário, o continental, o nacional e o local” (Morin, 2013, p. 56).

A iniciativa política deve ser condizente com uma política de humanidade e de civilização, naquilo que é comum à humanidade. Ou seja, uma pátria comum que considere a importância das diversidades culturais e nacionais, englobando unidade e diversidade humana, com instituições adequadas e uma consciência comum que não considere a preponderância do Ocidente, incluindo as contribuições de civilizações do ocidente aliadas às de outras civilizações.

De fato, os efeitos negativos provenientes do desenvolvimento poderiam ser substituídos pela abertura à solidariedade, pelo sentimento de pertencimento a uma comunidade, pelo bem-estar no sentido existencial - que implica afeição e comunicação. Desse modo, seriam ultrapassadas, assim, as alternativas mundialização/desmundialização desenvolvimento/envolvimento e crescimento /decrecimento.

Também se pode pensar, grosso modo, que um novo tipo de governança poderia ser instituído, com a conjunção das instâncias participativas cidadãs, das

instâncias políticas e administrativas locais e regionais, dos profissionais competentes em domínios a serem debatidos e suprimidos, intensificando o entendimento de que “a democracia precisa muito mais do que um parlamento representativo resultante das eleições e de uma separação entre poder executivo, poder legislativo e poder judiciário” (Morin, 2013, p. 81).

A mundialização, a ocidentalização e o desenvolvimento representam uma ameaça que degrada o patrimônio natural, tanto global quanto localmente, por meio da dinâmica civilizatória impulsionada pela sociedade ocidental de mercado, direcionada pelos desenvolvimentos ininterruptos da ciência, da técnica, da indústria, da produção e do consumo, que se encontram totalmente sem regulações.

Nesse contexto, o surgimento da consciência ecológica impôs um novo tipo de ciência que envolve necessariamente um complexo no qual as interações entre as partes constituem um sistema global, cujas qualidades retroagem sobre as partes. “Trata-se da primeira ciência que ressuscita a relação entre os homens e a natureza. Ao revelar nossa relação de vida e de morte com a biosfera, ela nos obriga a repensar nosso planeta, a ligar nosso destino a ele, e repensar sobre nós mesmos” (Morin, 2013, p. 101).

Para tal, é necessário problematizar o desenvolvimento e promover uma reforma do conhecimento, tão influenciada pelo pensamento disjuntivo e redutor que produz conhecimentos fragmentados que impedem a associação de conhecimentos fundamentais e globais, por meio do conhecimento que produz mais cegueira que lucidez. A reforma do pensamento faria tomar a consciência de nossa comunidade do destino de seres humanos de todas as origens, ameaçados pelos mesmos perigos mortais. O planeta como lar e os seres humanos que compartilhariam um destino de perdição.

Assim, a ecopolítica impõe-se local, regional, nacional e globalmente, onde surgem novas formas de proteção ao patrimônio natural, considerando novas reformas e usos dos recursos naturais e da promoção da qualidade de vida. Seria uma política que implicaria no ensino da civilização, que incluiria a educação para o consumo, para o uso do automóvel e voltada para o turismo e as excursões a pé (Morin, 2013). O termo *pensée ecologisée* (pensamento ecologizado)¹⁵ trata de tópicos como olhar ecológico, ecologia social, ecologia da ação e ecologia das ideias.

¹⁵ Que aparece no segundo dos seis volumes de série *La Méthode*, como título do capítulo 5 da primeira parte do livro (Morin, 1980).

Esta perspectiva política demandaria uma ação conjunta do Estado, das coletividades públicas, das associações privadas e dos cidadãos, contribuindo com a política de civilização, da educação, do consumo e de vida, substituindo a “hegemonia da quantidade pela qualidade, ou seja, a substituição da obsessão do mais pela obsessão do melhor” (Morin, 2013, p. 116).

Nessa perspectiva de mudança, novos princípios de governança poderiam ser adotados: solidariedade, responsabilidade e pluralidade. Além disso, a redução da hegemonia da racionalidade econômica deve dar lugar a novos princípios que organizem os laços sociais, e não a eficácia máxima a qualquer preço, que incluiu a participação dos pobres nas instituições que os representam e nas instâncias de decisão, favorecendo o pleno reconhecimento de suas culturas.

Essas novas circunstâncias implicariam também na reforma das administrações nacionais dedicadas ao serviço público, das administrações multinacionais e dos grandes bancos, que substituiriam a administração burocrática, garantindo que as aptidões e qualidades dos indivíduos sejam empregadas de melhor maneira, invertendo a lógica da quantificação e garantindo autonomia para a fluidez da inteligência e efetividade.

Num contexto amplo, Morin propõe múltiplas reformas, que culminam com a restauração da responsabilidade e da solidariedade no conjunto da sociedade, o que implica uma reforma no conjunto da organização das empresas e no conjunto das transformações humanas, sociais e históricas. São incluídas também as reformas políticas do pensamento, da educação e da democracia, ou seja, é uma reforma da vida, inseparável das reformas sociais e econômicas que inspiram a regeneração da ética, do civismo e da democracia, o que provocaria a redução das barbáries da civilização.

Como já abordado, o método científico (paradigma disjuntor- redutor) tende a eliminar a sociedade e a cultura na construção das ciências físicas e biológicas. O fechamento disciplinar, caracterizado pela especialização, fez surgir subdisciplinas fechadas e arrogantes. Assim, a procura de saber, de compreensão, transformou-se no seu contrário. Ao especializar-se, o saber retraiu-se e, ao perder contato com a realidade, tornou-se cada vez mais irreal e impessoal (anônimo), desse modo, o conhecimento científico é também um progresso de ignorância. O crescimento informacional resulta em pobreza do pensamento e da reflexão.

O conhecimento, que considerávamos libertador, tornou-se um obstáculo a nossa libertação, pois o saber já não nos pertence, sendo agora destinado a uma pequena elite que detêm o seu monopólio.

É preciso transformar a economia, a burocratização da administração pública e privada, reformular a justiça, o consumo e a educação. Esta última, inclusive, produz especialistas que não são ensinados a enfrentar os problemas da vida e caem nas armadilhas do conhecimento. Ou seja, é necessária uma reforma do pensamento, do conhecimento e do pensamento político. É preciso transformar e descobrir o bem viver, a ideia de humanidade que resgate os povos, as civilizações e a diversidade.

1.3 TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS

A obra epistemológica de Guerreiro Ramos¹⁶ faz a crítica da razão moderna, em específico pelos métodos empregados pelas ciências sociais e da sua influência sobre a teoria das organizações. O autor considera que tanto a teoria social quanto a teoria das organizações que decorre dela são moldadas pelos preceitos do mercado, que instituiu a racionalidade instrumental e o atendimento dos objetivos da utilidade funcional. Essa noção, constitutiva da modernidade, vinculava a ideia de progresso social a partir da ideia de razão.

Para o autor, esse modelo, que delimitou o projeto de desenvolvimento a partir da modernidade, poderia ser superado com a redefinição da razão e por consequência, a reestruturação epistemológica das ciências sociais e da teoria organizacional. Esse novo paradigma estaria em consonância com a superação dos inúmeros dilemas que a sociedade vivencia, pois se adequaria à complexidade dos múltiplos sistemas sociais existentes. O intuito de Guerreiro Ramos é contribuir para a emancipação da razão substantiva, colocando-a como principal categoria de análise.

A sociedade centrada no mercado, como apresenta limitações, não contempla a vida humana no seu âmbito geral. Nesse contexto, o ensino que é ofertado aos estudantes de ciências sociais e nas escolas de administração passa a ser

¹⁶ Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) foi sociólogo, professor, pesquisador e atuou em diversos cargos da administração pública, o que inclui um breve mandato parlamentar. Autor de uma vasta e diversificada obra, 10 livros e vários artigos, foi professor nas universidades da Califórnia do Sul, Yale e Wesleyan, nos Estados Unidos. No Brasil, lecionou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

questionado, pelo fato de ser submetido à teoria organizacional formal. Tal teoria não é capaz de gerar entendimento em relação à complexidade dos sistemas sociais, já que reflete a incorporação de valores e preceitos regulados pelo mercado no atendimento dos critérios de eficiência organizacional.

Para Guerreiro Ramos, essa realidade é influenciada pela predominância do reducionismo psicológico, que se traduz pelas tentativas de vincular comportamento e racionalidade funcional. Essa tratativa é delineada pela síndrome comportamentalista, que, marcada pela individualidade, pelo perspectivismo, pelo formalismo e pelo operacionalismo, adequa à conduta humana as imposições do mercado, respaldadas pelo estabelecimento de padrões cognitivos fundamentados a partir da Escola das Relações Humanas.

Ao tratar da crítica da razão moderna e sua influência sobre a teoria das organizações, Guerreiro Ramos apresentou a distinção entre a racionalidade instrumental (voltada para a expectativa de resultados) e a substantiva (que não decorre de expectativas de sucesso). Para o autor, Max Weber fez a distinção entre as racionalidades, sem, no entanto, sugerir um modelo de análise que considerasse a razão substantiva. Weber, por sua vez, foi referência para Karl Mannheim, que definiu que uma vida ética e responsável só seria possível a partir “de uma percepção inteligente das inter-relações de acontecimentos que tornam possível a vida orientada por julgamentos independentes” (Guerreiro Ramos, 1981, p. 6). Apesar desse entendimento, Ramos indica que Mannheim não foi capaz de desenvolver um conceito de ciência social que estivesse em conformidade com a noção de racionalidade substancial desenvolvida por ele.

A Escola de Frankfurt também tratou de analisar o tema da racionalidade, que “se transformou num instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social, em vez de sinônimo de razão verdadeira” (Guerreiro Ramos, 1981, p. 8). Além disso, seus principais representantes recusam o conceito marxista de razão, que via o processo histórico das forças de produção como racional e emancipatório.

Para os teóricos de Frankfurt, Karl Marx não percebeu que, na sociedade moderna, todas as forças produtoras haviam conquistado um impulso institucional independente. Como tal, subordinava-se tudo que se relaciona à vida humana a um conjunto de metas distantes do seu pressuposto de emancipação humana. Jürgen Habermas, por seu lado, identificou que uma das consequências do domínio da racionalidade instrumental nas sociedades modernas ocorre por meio da

naturalização da comunicação sistemática e distorcida. A resolução se daria, portanto, por meio da teoria da competência comunicativa.

Para Habermas, não é possível produzir uma situação ideal de discurso que se distancie das estruturas empíricas do sistema social, sendo possível, apenas, antecipar essa situação. Assim, Guerreiro Ramos conclui que a consciência individual não é uma característica coletiva do comportamento de massa e que uma situação ideal de discurso não depende de um contexto social adequado.

Ao mencionar o trabalho de restauração de Eric Voegelin, Guerreiro Ramos conclui que a racionalidade substantiva aparece como qualidade da consciência humana, não sendo um atributo da sociedade. Nesse contexto, Guerreiro Ramos coloca a psique humana como elemento fundamental para a teoria substantiva da vida humana associada, que aponta as limitações dos sistemas sociais centrados mais no coletivo do que no individual.

A redefinição da ciência social a partir da razão resultaria, à vista disso, numa nova epistemologia para as ciências sociais e, por consequência, constituiria um novo paradigma para a teoria organizacional. Por esse motivo, Guerreiro Ramos sugere que a teoria da vida humana associada considere a razão, no sentido substantivo, como principal no contexto da razão instrumental.

A questão que se coloca é que a teoria organizacional formal, apesar de suas fases de evolução, não é capaz de gerar entendimento em relação à complexidade dos sistemas sociais. Isto ocorre, pois tal teoria reflete mais a incorporação de valores e preceitos regulados pelo mercado para o atendimento de critérios de eficiência organizacional. Esta tratativa é delineada pela síndrome comportamentalista. Marcada pela individualidade, pelo perspectivismo, pelo formalismo e pelo operacionalismo, tal síndrome adequa a conduta humana às imposições do mercado, respaldadas pelo estabelecimento de padrões cognitivos fundamentados a partir da Escola das Relações Humanas.

A naturalização dos preceitos que constituem a síndrome comportamentalista limita qualquer tentativa de superação dessa realidade e torna a organização um elemento referencial e ordenativo na vida individual. Sob esse aspecto, cumpre salientar que - a partir desta Escola -, a ciência humanista passou a ser influenciada por um humanismo irreal. Segundo Paula (2007, p. 13), tal humanismo despertou o entendimento que seus representantes não têm “uma compreensão sistemática do espectro de requisitos contextuais que a prática do humanismo deveria levar em

conta, e ainda são levados por uma colocação inapropriada de conceitos que articulam estratégias integracionistas, com vistas a conciliar metas individuais e organizacionais”.

Guerreiro Ramos indica que a teoria científica das organizações deve, ao contrário, considerar requisitos funcionais e substantivos, no intuito de estabelecer independência do pensamento organizacional. Para tal, seria necessário o desenvolvimento de um modelo de análise que contemplasse os diferentes traços epistemológicos presentes nos diversos cenários organizacionais. Além disso, um modelo de análise que não incorporasse os padrões distorcidos de linguagem e conceitos já estabelecidos pela teoria formal da ciência social.

A proposta alternativa aos sistemas sociais dominantes surge nesse contexto, a partir da emergência de uma nova ciência das organizações, que se fundamenta pela impossibilidade de realização individual plena no contexto das organizações econômicas, tornando necessária a ampliação do sistema exclusivamente centrado no mercado, privilegiando a criação de novos sistemas sociais que possam atender às necessidades sociais e individuais (Paula, 2007).

Para tratar de tais questões, Guerreiro Ramos realizou uma análise dos aspectos epistemológicos da ciência das organizações, com o intuito de apresentar uma nova proposição voltada aos aspectos epistemológicos nos cenários organizacionais, delineando um novo padrão responsável por excluir os padrões distorcidos de linguagem e conceptualização, e permitindo aflorar a comunicação substantiva, que abre espaço para uma experiência autogratiificante.

Nesse contexto, Guerreiro Ramos sugere que a abordagem substantiva da organização seja capaz de abranger a multiplicidade de organizações existentes, sem priorizar as organizações econômicas, já que os sistemas sociais são variados. Neste meio, as organizações econômicas aparecem como parte e não como elemento fundamental, já que o comportamento administrativo não deveria moldar a vida humana, dada sua limitação em relação ao pleno desenvolvimento do indivíduo.

O modelo multidimensional de sociedade, que abarcaria uma nova teoria das organizações, seria pautado a partir da compreensão e aplicação de princípios que considerem as particularidades dos indivíduos e suas diferentes necessidades em tempos distintos. Assim, categorizando os diferentes sistemas sociais e os diferentes cenários sociais, inter-relacionados no contexto mais amplo de sociedade, e que necessitam de uma abordagem substantiva e multidimensional.

Para tal, Guerreiro Ramos delinea o chamado paradigma paraeconômico sem desmerecer o mercado, que deve estar sujeito a limites e regulações. Esse novo paradigma estrutura-se a partir de uma delimitação organizacional que considere a autorrealização humana, na noção de homem parentético, em fenonomia e isonomias. Este raciocínio está em consonância com um sistema de governo capaz de implementar políticas públicas que promovam o equilíbrio entre os diversos enclaves sociais.

O paradigma paraeconômico limita a supremacia dos fundamentos mercadológicos estabelecidos pelo paradigma convencional, ao mesmo tempo em que inclui critérios mais abrangentes e substantivos, que valorizem a vida pessoal e as relações interpessoais, sugerindo a insubmissão dos seres humanos à razão instrumental. É uma espécie de espaço múltiplo, que permite ao indivíduo encontrar ocupações para além das convencionalmente ofertadas pelo mercado. Cria-se, dessa forma, uma diversidade de oportunidades que promovam a realização individual e estimulem a vida criativa, sem descartar o estudo científico dos cenários sociais de natureza econômica, já que são indispensáveis para a sociedade. Nesse contexto, a natureza pode ser associada (de maneira complexa) à insubmissão dos seres humanos à razão instrumental, com a finalidade de atingir a autorrealização humana.

A teoria da delimitação dos sistemas sociais é estruturada por Guerreiro Ramos a partir de categorias delimitadoras pertencentes aos diversos sistemas sociais. A primeira delas, a Economia apresenta um contexto organizacional ordenado, que inclui firmas competidoras, monopólios e organizações sem fins lucrativos que se voltam para a produção de bens e serviços. Além disso, produz para os clientes a partir de atividades planejadas e executadas, e sua existência se dá pela eficiência na produção ou prestação dos serviços para os clientes. Os indivíduos que participam dela são identificados como detentores de empregos e avaliados como empregados, e as informações estão condicionadas mediante interesses pessoais ou empresariais.

A isonomia entra num contexto organizacional caracterizado pela igualdade entre todos os membros e inclui associações, empresas de propriedade dos trabalhadores etc. Tem como objetivo principal a constante atualização de seus membros num contexto em que as prescrições são estabelecidas a partir do consenso e da autogratificação, na média em que os indivíduos livremente associados desempenham atividades compensadoras.

De maneira diferente da categoria econômica, na isonomia, as atividades são promovidas como vocações e não como empregos. Além disso, o sistema de tomada de decisões e fixação de diretrizes políticas é abrangente, não existindo diferenças entre líderes e liderados, e a eficácia é condicionada à prevalência de relações pessoais primárias entre seus membros.

A fenonomia “é um sistema social mais ou menos estável, iniciado ou dirigido por um indivíduo ou pequeno grupo que permite aos seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação e prescrições operacionais formais” (Guerreiro Ramos, 1981, p. 152). Nesse contexto, inserem-se as oficinas de atores e artesãos que trabalham por conta própria. É um tipo de ambiente que permite que as pessoas possam liberar sua criatividade e que seja estabelecida a plena autonomia e o exercício da criatividade. A automotivação é uma característica marcante, numa espécie de cenário social protegido do mercado, no qual a comercialização é consequência e não finalidade. Mesmo com singularidades, os membros têm consciência social (Paula, 2007).

Para Guerreiro Ramos, a sociedade é multicêntrica e composta de categorias delimitadoras. Nesse cenário é necessário que se estabeleça um arranjo organizacional que seja condizente com essa realidade, de modo que cada sistema social possa definir seus requisitos próprios de planejamento, o que inclui a tecnologia, a cognição, o espaço, e o tempo.

A partir desse entendimento, Guerreiro Ramos lança a proposição de que a sociedade - orientada pelo paradigma paraeconômico - passaria a ter cada categoria delimitadora reconhecida como importante e necessária. Assim, o autor indica que com base em um esforço epistemológico, que também parte das ciências, existiria a possibilidade de avanço social a partir da redução da valorização exclusiva para tudo que se refere às atividades econômicas, pois existem outras possibilidades de alocação de recursos que considerem o indivíduo como um detentor de uma ocupação que ultrapasse a predominância das regras ditadas pelo mercado. No caso, esse modelo primaria também pelo trabalho exercido por comunidades tradicionais que exercem o trabalho a partir de arranjos coletivos que incluem a divisão de tarefas e a obtenção de rendimentos com uso adequado dos recursos naturais.

1.4 AMBIENTALISMO COMPLEXO-MULTISSETORIAL

As mudanças no modelo civilizatório a partir da aproximação entre a dinâmica social e critérios ecológicos que tem-se destacado nos últimos anos no debate público. Nesse sentido, a retórica da maioria dos documentos e discursos públicos sobre o meio ambiente e crescimento desenvolveram-se na década de 1970, acentuando a preocupação para as responsabilidades globais e sua inter-relação com a ecossfera. Apesar disso, Vicent (1995) identificou que essa ideologia é caracterizada por divergências internas que distanciam a filosofia e a prática política do ecologismo, por um lado prevalece a filosofia ambiental, por outro lado, prevalecem as generalizações simples, o que dissocia o debate filosófico e a prática da política ambiental.

Além disso, o movimento apresenta uma relação histórica controversa em relação às ciências naturais e à disciplina científica da ecologia. Apesar da força do movimento político da ecologia derivar da orientação científica, permanece a crítica “contínua, moral e filosófica ao caráter da ciência natural mecanicista e a sua ligação política com o industrialismo” (Vincent, 1995, p. 235), gerando certa hostilidade entre comunidade científica e os ecologistas políticos.

O ambientalismo é um movimento que apresenta uma estrutura complexa. Segundo Leis (2004), pode ser enquadrado de três formas diferentes, como grupo de pressão ou interesse, como novo movimento social ou como movimento histórico:

de acordo com a primeira perspectiva, utilizada especialmente nos Estados Unidos, o ambientalismo seria um grupo que se constitui basicamente como *lobby*, para exercer suas demandas no interior do sistema político (como outros grupos de diferentes interesses). Neste caso se presume que as demandas de proteção ambiental não representam um grande desafio para o funcionamento da sociedade, nem uma ameaça do ponto de vista normativo. Segundo alguns autores, estas circunstâncias levariam ao ambientalismo a ter características elitistas. O ambientalismo entendido como novo movimento social foi um conceito elaborado principalmente [na] Europa. Segundo esta perspectiva, relativamente contrária à anterior, o ambientalismo é percebido como um ator crítico e alternativo em relação à ordem capitalista existente, tendo suas ações uma orientação fortemente ética e normativa (diferenciando-se, neste sentido, dos movimentos e grupos sociais tradicionais, e aproximando-se dos movimentos pacifista e feminista). Esta visão dá um destaque especial aos setores radicais do ambientalismo (autoidentificados normalmente como ecologistas) e associa seu desenvolvimento político à emergência dos partidos verdes. A terceira perspectiva caracteriza o ambientalismo como movimento histórico, assumindo a sociedade atual como insustentável a médio ou longo prazo. Isto

significa que não apenas se considera insustentável o modelo de desenvolvimento econômico, mas também as instituições e valores predominantes (especialmente aqueles que propiciam o consumismo e o crescimento econômico sem limites). De acordo com este enfoque, o ambientalismo aponta na direção de mudanças em várias dimensões da vida social. Esta interpretação do ambientalismo é a que mais se aproxima da compreensão de sua complexidade, estabelecendo uma clivagem, no conjunto da sociedade contemporânea, entre forças conservadoras predatórias, perdulárias e forças transformadoras que apontam na direção de um mundo ecologicamente sustentável (Leis, 2004, p. 35-36).

Leis (2004) tratou o ambientalismo como um movimento que permite dar ressonância a variados atores: setores moderados, setores radicais, setores técnicos e políticos, setores não governamentais e governamentais, cientistas, empresários, etc.

Do mesmo modo, a perspectiva histórica do movimento supõe perceber que o ambientalismo

não estimula a cooperação por cima do conflito na relação entre os diversos setores e atores sociais (como no caso da literatura dos grupos de interesses), nem o conflito por cima da cooperação (como no caso da literatura dos novos movimentos sociais), senão que concebe a ambos (conflito e cooperação) atravessando e redefinindo o comportamento dos diversos setores e atores sociais em termos de suas orientações favoráveis ou contrárias a uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza (Leis, 2004, p. 42).

A referência principal para esse pensamento é que a temática ambiental reconta a história, salientando a importância do aspecto civilizatório aos setores e atores tradicionais, ou seja, é preciso reordenar a maneira como todos lidam com a natureza, independentemente de despertar o conflito ou a cooperação para tais questões.

Leis concluiu que a envolvente dialética das posições preservacionistas e conservacionistas sugere o caráter histórico-vital do ambientalismo, o que seria colocado em evidência após a Segunda Guerra Mundial, “quando as diversas posições do ambientalismo apareceram encarnadas concretamente em atores sociais provenientes de cada um dos diferentes setores da sociedade”. Em sua narrativa, o ambientalismo percorreu um longo e complexo processo para consolidar a gama de preocupações nos diversos setores da sociedade e do Estado. Por fim, ele apontou que o ambientalismo enquanto movimento estabeleceu-se de uma forma não linear,

constituindo-se de diversos feixes ou setores sociais, onde cada um dos atores de cada setor convergem para o ambientalismo de “características multissetoriais progressivamente articuladas”, onde a diversidade de atores “terá especificidades teóricas e práticas que constituem a marca de seu momento histórico dentro do conjunto” (Leis, 2004, p. 48).

O ambientalismo como um movimento histórico no contexto da globalização foi identificado por Eduardo Viola e Hector Leis na década de 1990. Segundo eles, o movimento “estava destinado a incorporar, em dinâmicas contraditórias, mas crescentes, todos os segmentos sociais, em todas as partes do mundo” (Crespo, 2021, p. 159). O argumento desenvolvido por Viola e Leis está precisamente no crescimento e incorporação do ambientalismo multissetorial complexo em diversos níveis: local, nacional e global.

Nesse contexto, o ambientalismo brasileiro começou a se estruturar mesmo com um número restrito de participantes. A partir da segunda metade da década de 1980, o ambientalismo no Brasil ultrapassou o caráter bissetorial (que incluía grupos de base civil e agências estatais ambientais), para esse movimento multissetorial e complexo, orientado pelas diferentes vertentes políticas e normativas existentes na sociedade, capaz de gerar comportamentos confrontacionais advindos dessa diversidade de posturas.

O foco dos autores está precisamente na diversidade de atores interessados na temática: cientistas, técnicos e ativistas. Já nas décadas seguintes: 1990 e 2000, empresários, outros movimentos sociais, globalistas e agentes do chamado regime climático internacional foram incluídos.

Crespo (2021, p. 160) salienta que, na visão dos autores, “essa dinâmica do desenvolvimento e crescimento do ambientalismo ajudaria a explicar pelo menos dois fenômenos que testemunhamos no Brasil: a tomada de assalto da pauta ambiental pelos movimentos sociais nos anos 1990 e o movimento de responsabilidade ambiental empresarial na década seguinte”.

Essa perspectiva refletiu uma mudança significativa no movimento ambientalista brasileiro, pois o ambientalismo passou a ser alvo de interesse de outros atores além dos ativistas, que organizaram-se, distanciaram-se do amadorismo e assumiram o compromisso que substituiu as proposições para o campo das ações, berço de muitos projetos e da profissionalização das ONGs.

O argumento desenvolvido por Crespo (2021, p. 162) aponta que foram alguns anos de criatividade e de uma profissionalização que refletiu a burocratização e a especialização que afastou “os ambientalistas da opinião pública, do calor das ruas”, com mais responsabilidades a serem assumidas.

Dentre as várias ramificações identificadas no ambientalismo complexo-multissetorial (Viola, 1992; Viola *et al.*, 1992; Viola *et al.*, 1995), a interpretação para o movimento feita por Viola e Boeira em 1990 define que o ambientalismo complexo-multissetorial como constituído por oito setores principais (embora a quantidade de setores seja variável conforme a conjuntura): *ambientalismo scricito sensu*; *ambientalismo de Estado*; *socioambientalismo*; *ambientalismo dos cientistas*; *ambientalismo empresarial*; *ambientalismo dos políticos profissionais*; *ambientalismo religioso*; *ambientalismo dos educadores* (Viola *et al.*, 1992; Boeira, 2016).

O enfoque no ambientalismo dos educadores, especificamente no que tange o jornalismo ambiental inclui os profissionais da educação, os jornalistas e artistas preocupados com a capacidade de “influir na consciência das massas”, ou como essas preocupações são direcionadas ao grande público. O jornalismo ambiental é o espaço no qual os profissionais de imprensa se organizam para trazer informação para o campo de discussões sobre meio ambiente¹⁷, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. No campo jornalístico, o tema demorou para ganhar espaço e reconhecimento nos veículos de mídia, deixando de ser um assunto generalizado nas páginas de variedades para ocupar um espaço específico nas publicações convencionais e se tornar um ramo específico da mídia especializada (Girardi *et al.*, 2018).

O jornalismo ambiental é um processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas etc.)

¹⁷ Cobre um conjunto bastante diversificado de temas: o desenvolvimento e a proteção da fauna e da flora; a diversidade biológica ou biodiversidade; a poluição em suas várias formas (atmosférica, visual, sonora etc.); as mudanças climáticas; as condições da água e do solo; o consumo consciente; a sociodiversidade, que prevê a relação do homem com o seu entorno; os resíduos domésticos e o lixo industrial; as condições de produção de alimentos (a agroecologia, os transgênicos e os aditivos alimentares, por exemplo); a produção, conservação e utilização de energia; as condições de habitação (favelização, edifícios doentes, etc.); as comunidades biológicas (os biomas e sua preservação); o crescimento e a regulação populacional; a embalagem (ecodesign) e a reciclagem; o saneamento e o tratamento de efluentes industriais; os agrotóxicos e os fertilizantes químicos em geral; a ocupação desordenada do solo urbano; o conhecimento e o saber das populações tradicionais (Bueno, 2007, p. 35).

comprometidas com a temática ambiental¹⁸. Surgiu na França em 1968, na mesma época que ocorreu a Conferência da Biosfera. A primeira organização foi chamada de *Journalistes-ecrivains pour la nature et l'ecologie* (JNE). Mas foi a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, que a mídia começou a pautar os problemas ambientais. Em 1990, surgiu a *Society of Enviromental Journalists* (JNE), nos Estados Unidos.

No Brasil, em 1968, Randau Marques foi o primeiro jornalista a se especializar em meio ambiente. Foi preso pela Operação Bandeirantes e considerado subversivo na época, pois suas publicações denunciaram a contaminação por chumbo e o uso de agrotóxicos, responsáveis pela mortandade de peixes e intoxicação de agricultores. No decorrer de sua carreira foi trabalhar no Jornal da Tarde, onde se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais (Villar, 1997).

Na visão de Bueno (2007), o jornalismo ambiental possui três funções: informativa, pedagógica e política. A primeira delas, preenche a necessidade de informar o cidadão sobre temas que envolvem o meio ambiente, como o comportamento humano relacionado aos hábitos de consumo; processos como o efeito estufa, poluição e as influências do modelo desenvolvimentista para geração de crescimento; além de temas sobre a relação entre meio ambiente e qualidade de vida.

A segunda função oferece orientação que indique um caminho para que os cidadãos possam identificar as causas e agir na busca por soluções para a problemática ambiental. A terceira função, a política, ultrapassa a instância político-partidária, pois tem a função de mobilizar os cidadãos “para fazer frente aos interesses que condicionam o agravamento da questão ambiental” (Bueno, 2007, p. 35-36). É uma mobilização que incentiva ações de vigilância do processo produtivo em consonância com o cumprimento das normas ambientais. Incentiva a vigilância das ações governamentais e eficácia de políticas públicas benéficas para o meio ambiente (Bueno, 2007).

¹⁸ A Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental foi fundada em 1998 no Brasil “para viabilizar o aprimoramento da atividade jornalística em temas de meio ambiente e qualidade de vida e o intercâmbio de informações, textos e experiências, oportunidades de trabalho e estágios, entre jornalistas e estudantes de jornalismo”. Em 25 de maio de 2016, a rede foi institucionalizada, em reunião em São Paulo, com a aprovação de um estatuto e eleição da primeira diretoria e de outros órgãos internos [...], “tem como objetivos principais discutir jornalismo ambiental, integrar jornalistas que cubram os temas da sustentabilidade, promover encontros dentre os associados e ser uma ferramenta para troca de informações sobre fontes especializadas”. Para mais informações consultar: <https://sites.google.com/view/rbja-redebrasileiradejornalismo/inicial>.

Um aspecto central é, antes de tudo, que o jornalismo tem um papel fundamental no processo civilizatório da humanidade, no caso do jornalismo ambiental, é fundamental a aproximação com a ciência e com o compromisso de informar sobre a necessidade de garantir os serviços ambientais planetários em biodiversidade, estabelecendo a qualidade do bioma planetário. É um compromisso com o interesse público e com a democratização do conhecimento que exige do profissional um conhecimento aprofundado e renovado, em virtude da alta complexidade e de suas múltiplas facetas (Bueno, 2007; Marcondes, 2020¹⁹).

O olhar atento no campo da economia é essencial, pois o jornalismo ambiental não pode ser utilizado para disseminar o discurso de segmentos da sociedade “que privilegiem poderes e privilégios”, considerando que os problemas ambientais têm origem a partir de decisões influenciadas pela economia (Marcondes, 2020²⁰).

Além disso, a realidade brasileira é diversificada e isso influencia na existência e na qualidade de produção do jornalismo ambiental, em virtude da dependência em torno da mobilização social local. No momento atual, com a disseminação da informação pela internet, aumentou a necessidade de apoiadores ou anunciantes que sustentem esses canais de comunicação.

Nos últimos anos, principalmente após a década de 1990, tem acontecido um maior interesse na divulgação da pauta ambiental, com a incursão dos grandes grupos de comunicação do país, apesar da postura mais centrada no âmbito economicista, que privilegia temas relacionados aos custos gerados pelos impactos negativos na utilização dos recursos, ou a cobertura de grandes desastres, como os desmatamentos na região amazônica, ou as tragédias causadas pela mineração.

A notoriedade da temática também influenciou na chamada comunicação ambiental²¹, que desenvolve atividades de divulgação ou promoção da causa ambiental, numa espécie de estrutura profissionalizada da comunicação. Essa prática insere-se mais no âmbito da vantagem competitiva em termos de imagem e reputação perante todos os públicos e para legitimar ações controversas, na medida em que

¹⁹ Dados obtidos por escrito de acordo com o questionário de entrevistas-piloto elaborado pela pesquisadora (Apêndice G) e enviado ao jornalista Dal Marcondes.

²⁰ Dados obtidos por escrito de acordo com o questionário de entrevistas-piloto elaborado pela pesquisadora (Apêndice G) e enviado ao entrevistado Dal Marcondes.

²¹ Que pode ser realizada por qualquer profissional, seja ele jornalista, comunicador, biólogo, agrônomo, advogado, pescador ou indígena (Bueno, 2010).

utiliza um discurso que desvirtua os fundamentos do jornalismo ambiental para um discurso que legitime postura e ações.

O chamado marketing verde abrange práticas de comunicação/marketing voltadas para gerar visibilidade institucional de empresas ou governos e, por isso, é mais próximo de interesses políticos ou empresariais. Bueno (2010) considera que essa estratégia se sustenta a partir de dois pilares: um que se baseia na falta de consciência crítica de profissionais e veículos de imprensa, em virtude da falta de preparo para atuar nessa área, ou pelo acelerado processo de produção jornalística, que limita uma investigação aprofundada que releva a qualidade e a precisão das informações. O segundo pilar indica os vínculos comerciais com empresas e governos que financiam essa reprodução de “falas e discursos que contribuem para legitimar a prática do marketing verde” (Bueno, 2010).

A pauta ambiental é imersa na complexidade da relação sociedade, cultura, natureza, política e economia. Por isso não pode ser reduzida a uma pauta centrada em alguns campos de interesse. É muito mais do que isso, é uma pauta que engloba múltiplos fatores interrelacionados que não podem ser respondidos por uma única instância técnica ou científica (Bueno, 2007). Essa clivagem entre o jornalismo oriundo do ambientalismo complexo-multissetorial e as forças dominantes não é simples, mas dinâmica e complexa em cada conjuntura.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

Neste capítulo, o objetivo é apresentar todo o contexto de formação e desenvolvimento das políticas ambientais no Brasil, desde as primeiras iniciativas até o período contemporâneo.

2.1 INÍCIO, DESENVOLVIMENTO E CONTEMPORANEIDADE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

A percepção crítica em relação ao risco do uso indiscriminado dos recursos naturais no Brasil remete aos séculos XVIII e XIX, com a reflexão de pensadores como José Bonifácio e Joaquim Nabuco, dentre outros, preocupados com as consequências da degradação ambiental. Em alguns dos escritos da época, os recursos naturais foram mencionados como “algo relevante para o progresso e desenvolvimento do país, desde que utilizados com inteligência e cuidado”, tratando a destruição como “um crime que deveria ser severamente combatido” (Pádua, 2002). Naquele contexto, a proibição da utilização de madeiras de lei na indústria naval, a proibição da devastação de mangues e a exploração de minas de ouro e diamante, são alguns dos exemplos que visavam disciplinar o uso dos recursos naturais no país (Ferreira; Salles, 2016).

A observação crítica não impediu que os recursos naturais fossem utilizados sem cautela nas atividades produtivas do país. De acordo com Pádua (1987, apud Losekann, 2014, p. 37) “os pensamentos de Bonifácio sobre a natureza e a forma como construía a justificação de sua importância seriam o que chamamos hoje de ‘desenvolvimentismo’”, ou seja, naquele momento, era importante “garantir a independência externa e progredir na produção agrícola”, para que o país atingisse o patamar civilizatório.

A política ambiental no Brasil, mesmo sofrendo constantes alterações e adaptações (que são o resultado de uma diversidade de fatores) tem sido direcionada – mesmo que cercada em parte pelo insucesso – para o atendimento de uma demanda de proteção ambiental. As primeiras preocupações, a partir do avanço da industrialização em 1930, impuseram a implementação de iniciativas regulatórias no campo ambiental no Brasil, e conseqüentemente da elaboração de uma política específica para o atendimento desta demanda.

O período marcado pelo forte viés desenvolvimentista durante os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e dos militares acentuou-se pela propagação do discurso oficial do governo brasileiro, que pregava a ideia de um país predisposto ao crescimento exponencial. O mais significativo, contudo, é que vigorava o pensamento que os temas ambientais eram importantes como pauta para os países desenvolvidos, pois estes já desfrutavam de uma situação material e economicamente favorável.

Nesse âmbito, as iniciativas de viés conservacionista²² apresentavam um duplo sentido: por um lado, um aparente zelo pelo patrimônio ambiental que delimitava as áreas de proteção ambiental; e, por outro lado, a liberação indiscriminada de exploração das demais áreas, uma iniciativa política que primordialmente era direcionada para a valorização do sistema econômico, que estava vinculado às estratégias de industrialização e explorava recursos naturais não renováveis como ferro e petróleo (Ferreira; Salles, 2016).

Entre 1945 e 1964, com o retorno do período democrático, é restaurado o sistema federativo descentralizador, que abre espaço para a reorganização dos partidos políticos e o sistema de representações, mas sem uma política nacional de descentralização. No período de 1964 a 1985, durante a ditadura militar, ocorre o retorno da centralização do poder nas mãos dos militares, técnicos burocratas e da burguesia industrial, em meio ao despertar da conscientização sobre a necessidade de reordenação do ideário desenvolvimentista, que acentuou a preocupação da sociedade em relação à preponderância de padrões de vida insustentáveis.

A retórica sobre a urgência da revisão do crescimento econômico desenfreado, assim como seus métodos ambientalmente degradantes, e conseqüentemente a busca de novas alternativas de desenvolvimento impulsionou uma mudança de postura no Brasil, que sentiu o reflexo das preocupações socioambientais intensificadas globalmente. O movimento ambientalista autônomo (formado pelas entidades civis ambientalistas) e os organismos financeiros internacionais começaram a pressionar o país em virtude do descompromisso com a preservação/conservação ambiental, impulsionado pelas políticas modernizantes e de integração nacional do regime militar, contrárias às iniciativas de regulação socioambiental.

²² Dentre as primeiras iniciativas de viés preservacionista é possível destacar: a promulgação, em 1934, dos códigos florestais, das águas e das minas; a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), que tinha como objetivo a defesa da fauna marítima, a flora aquática e a fiscalização da pesca no litoral e a promulgação do código de pesca em 1965 (Cunha; Coelho, 2003).

Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), que ocorreram entre 1975 e 1985, passaram a realizar estudos de impacto ambiental com um olhar mais atento para obras de construção de estradas, barragens e linhas de transmissão de energia elétrica, além de projetos de mineração industrial que incluíam medidas de mitigação sobre os impactos ambientais negativos gerados (Cunha; Coelho, 2003, p. 51).

A Secretaria Especial do Meio ambiente (SEMA) foi o primeiro órgão ambiental criado no país em 1973, pelo presidente Emílio G. Médici, apesar da incapacidade inicial na regulamentação e fiscalização das atividades com potencial danoso ao meio ambiente. Caracterizada como uma iniciativa simbólica e burocrática, mas não questionadora, atendeu a demanda influenciada pela propagação do suposto alarmismo em nível internacional, no intuito de aliar o Brasil com as novas exigências internacionais (Ferreira; Salles, 2016; Monosowski, 1989).

Segundo Ferreira e Salles (2016, p. 5), “as ações da secretaria apresentavam certa limitação quanto ao seu alcance, decorrente da natureza de suas atribuições legais – típicas da administração direta”; assumindo, portanto, “caráter muito mais orientativo e acessório do que de executor de políticas públicas”. Ainda segundo os autores, as ações da secretaria tornaram-se mais relevantes com a implementação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) em 1974, que tratava de questões específicas como desenvolvimento urbano, controle de poluição e preservação do meio ambiente, “onde notou-se prioridade destinada ao controle da poluição industrial”.

Por outro lado, Monosowski (1989, apud Ferreira; Salles, 2016, p. 5) indica que as iniciativas de controle da poluição industrial implementadas pelos militares tiveram efeito limitado, pois restringiam sem questionar, certos efeitos do modelo de desenvolvimento. Desse modo, foi uma estratégia que “privilegiou a solução de um problema (a poluição industrial), um agente (a indústria) e uma responsabilidade de controle (o Estado)”, evidenciando uma medida restritiva, mas não questionadora dos impactos potencialmente negativos causados ao meio ambiente. Segundo Neder (2002), a cultura desenvolvimentista do autoritarismo das décadas de 1960 e 1970, considerava a poluição como sinônimo de progresso, ideia derrubada na Conferência de Estocolmo em 1972, que apontou a poluição como problemática e disseminadora de uma imagem negativa da gestão governamental.

Por consequência foram implementados no período: a já citada SEMA por meio do Decreto n.º 73.030, de 30 de outubro de 1973; a criação de 76 unidades de

conservação como: parques e florestas nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas e áreas de proteção aos biomas. Alguns aspectos destacam-se nesse contexto: o avanço da comunidade científica nas atividades de pesquisa com a criação de estações ecológicas para o mico-leão; a identificação de problemas de estruturação regional (Nordeste) e região Amazônica; a preocupação com a floresta amazônica; o surgimento de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), que “foram respostas à crescente visibilidade das populações locais, nativas ou não, ameaçadas pelos projetos infraestruturais que proliferam todo o país” (Cunha; Coelho, 2003, p. 52).

A Lei n.º 6.938/81 instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). A PNMA criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) - constituído por um órgão superior, um órgão consultivo deliberativo, um órgão central, um órgão executor, órgãos seccionais e órgãos locais. Além disso, estabeleceu os princípios, as diretrizes, os instrumentos e atribuições para os diversos entes da Federação que atuam na política ambiental nacional.

A descentralização, promovida pelas normas ambientais federais aprovadas na década de 1980, estavam ligadas à reordenação institucional, que tinha como funções: controlar a poluição, a degradação ambiental e a inserção dos mecanismos de participação social na área ambiental por meio do Sisnama. Por outro lado, “a forma, como e quando deveriam ser feitas tais atividades não haviam sido discutidos com os estados e muito menos com os municípios, estes últimos, alvos das ações previstas no Sisnama” (Scardua; Bursztyn, 2003, p. 291).

A divulgação do Nosso Futuro Comum, mais conhecido como Relatório *Brundtland*, visou o fomento de um modelo de crescimento econômico balizado pela prerrogativa da qualidade ambiental, em 1987 (Viola; Leis, 1995; Bursztyn; Bursztyn, 2006).

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável (enunciado pela Comissão Brundtlandt), alcançou grande repercussão pela massiva divulgação na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Brasil em 1992, mas sem considerar contribuições pioneiras como a do ecodesenvolvimento (Vieira *et al.*, 2010). A Rio-92, foi um marco significativo nessa nova fase da política ambiental, pois tornou “impossível discutir meio ambiente sem incluir as decisões e os critérios que

orientam investimentos econômicos dos diferentes agentes privados, governos e organismos multilaterais” (Neder, 2002, p. 35).

O maior envolvimento de novos atores sociais na política socioambiental, impulsionados pelo novo texto constitucional (no seu art. 225), e pela demanda internacional, contribuiu para uma nova forma de gestão ambiental, que considera o meio ambiente saudável, como bem público, como responsabilidade comum dos governos, da sociedade e de suas instituições, ou seja, a preservação do meio ambiente passa a ser pública, redirecionando as atribuições que, até então, eram exclusivas do Estado (Brasil, 1988).

Nesse sentido, “noções de divisão de responsabilidades e de complementaridade entre as competências federais, estaduais e municipais ganham importância”, numa espécie de responsabilização participativa que inclui “o papel dos diversos atores sociais na reformulação das políticas públicas e no reordenamento das demandas setoriais e regionais” (Cunha; Coelho, 2003, p. 53).

Para o cumprimento destas novas garantias constitucionais, a legislação federal instituiu a divisão de responsabilidades entre a União, os estados e municípios, que possibilitou maior descentralização da política ambiental, e “uma consequente estruturação de instituições estaduais e municipais de meio ambiente, com a criação de órgãos e/ou secretarias, bem como de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente” (Moura, 2016, p.17).

A partir desse período, as legislações nos níveis estadual e municipal passaram a ser elaboradas de acordo com as novas competências desses entes federados, já que todas as Constituições Estaduais apresentavam capítulos sobre o meio ambiente, e os municípios adotaram dispositivos legais por meio de Leis Orgânicas. Por outro lado, a “elevação do município à categoria de ente federativo trouxe mais obrigações e competências para eles; ficaram, porém, desprovidos de capacidade institucional, administrativa e financeira para cumprir essas novas atribuições” (Scardua; Bursztyn, 2003, p. 302).

De acordo com Neder (2002), apesar de ter sido instaurada em 1982/84, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) começa a ser realmente implementada em 1988, pois suas diretrizes coincidem com o novo marco institucional legal implementado no Brasil após a promulgação do texto constitucional, numa fase posterior ao impacto negativo causado pelas políticas do nacional-desenvolvimentismo.

Nas décadas de 1980 a 2000 destacam-se: a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) órgão de hierarquia superior responsável por formular a Política de Meio Ambiente no Brasil, em 1992; a promulgação do novo código Florestal em 1996; A lei que regulamenta a gestão dos recursos hídricos (Lei n.º 9.433/1997), e a lei que trata dos crimes ambientais (Lei n.º 9.605/1998) (Cunha; Coelho, 2003; Moura, 2016).

Durante as décadas de 1980 e 1990, alguns instrumentos previstos na PNMA, acabaram não sendo implementados em virtude da crise econômica no período, especialmente na década de 1990. A implementação do Plano Real em 1994 garantiu a estabilidade da inflação ao mesmo tempo em que a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) aumentava em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), devido ao esforço em manter o câmbio fixo.

Nesse cenário, adota-se uma política monetária contracionista que “aumentava a taxa de juros e a autoridade monetária atuava comprando e vendendo divisas com as reservas internacionais”, de forma que o “cenário econômico também não foi favorável à continuidade dos investimentos na indústria nacional e na ampliação e aprimoramento da infraestrutura logística nacional”. Esse contexto, caracterizado pela falta de demanda por serviços ambientais diretamente influenciados pela redução do gasto público e investimentos, também foi responsável pela limitação em relação aos instrumentos de regulação nesta área, já que “o estabelecimento de uma política ambiental demanda distribuição de recursos, criação de instituições públicas eficientes, responsáveis e bem gerenciadas” (Ferreira; Salles, 2016, p. 11).

A ampliação da gestão mais participativa no campo ambiental impulsionou iniciativas por parte do setor não estatal, principalmente após as discussões da Rio-92. A indústria lançou a certificação ambiental e a aquisição dos padrões ISO (*International Organization for Standardization*) 9001 e 14000. Por outro lado, Duarte (2001) aponta que a dinâmica da institucionalização da questão ambiental no país conduz uma tendência reformista aos em que os discursos e práticas ambientalistas apontam para supremacia da corrente instrumental, consolidada a partir da noção de modernização ecológica.

A modernização ecológica é um conceito que reconhece, ao mesmo tempo, o caráter estrutural da problemática ecológica, e defende as instituições políticas, econômicas e sociais já existentes, “afirmando que elas podem internalizar o cuidado

com o meio ambiente por meio de um programa de direcionamento de políticas ambientais” (Cunha; Coelho, 2003, p.57).

Nesse contexto, a noção de sustentabilidade passa a ser incorporada ao reordenamento da atividade produtiva, por meio de um rearranjo do viés desenvolvimentista, que visa dar continuidade à exploração de recursos da natureza e os trabalhadores, privilegiando a vantagem inquestionável do desenvolvimento econômico em relação aos impactos sociais e ambientais, restando por exemplo, à “realidade de comunidades indígenas, pesqueiras e rurais a adaptação forçada às condições estruturantes das novas formas de socialização que, em geral, têm impactos deletérios” (Alexandre, 2012, p. 71).

No Brasil, a referência da corrente instrumental hegemônica não define isoladamente a formulação de políticas ambientais, já que a demanda da sustentabilidade emerge também com uma preocupação social crescente a partir do discurso emancipatório da sociedade civil, ONGs e grupos minoritários – estimulados pela nova forma de representação alcançada na reformulação de políticas públicas e no reordenamento de demandas setoriais e regionais – em um contexto de institucionalização da questão que passa a incorporar novas crenças, ideias e valores diversificados na interpretação da relação sociedade e meio ambiente (Cunha; Coelho, 2003).

A adoção da participação local, formada por diversos órgãos colegiados responsáveis, inclui novos protagonistas não estatais como universidades, ONGs, fundações ligadas à ciência, grupos minoritários etc., que protagonizam a construção e execução de políticas de proteção ambiental. Para Alonso e Costa (2002), essa difusão em relação às novas práticas de proteção ambiental está relacionada às iniciativas de produção e difusão dos conhecimentos disseminados por organizações não governamentais e organizações científicas com foco nos temas ambientais, numa forma de participação que inclui o próprio Estado, que nesse contexto, substituiu o “protagonismo dos funcionários burocratas por sujeitos recrutados e pagos por programas de cooperação internacional” (Losekann, 2014, p. 41).

A nova identidade da sociedade civil brasileira, marcada por iniciativas de pressão, fez com que o Estado e o sistema político se adaptassem a essa nova concepção de institucionalidade democrática, “com maior atuação e responsabilidade na formulação e execução de ações inerentes das políticas públicas” (Jacobi, 2006 apud Câmara, 2013, p. 135). Por outro lado, nem sempre esse modelo de governança,

que incluiu as formas de gestão participativa, alcançaram o sucesso esperado, já que as reivindicações desses atores nem sempre foram ouvidas e incorporadas na agenda decisória dos governos.

Nesse contexto houve a formulação da Agenda 21 brasileira, que surgiu como “resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global, tornando-se um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País” (MMA, 2019). Elaborada a partir do compromisso que estabeleceu novos padrões de governabilidade, a Agenda intensifica a participação e a descentralização como fundamentais para a governança ambiental a partir de uma nova interlocução entre o Estado e a sociedade.

Em relação à governança, a Agenda 21 brasileira contempla especificamente a dimensão político-institucional (que inclui: a dimensão geoambiental, a dimensão social, a dimensão econômica e a dimensão da informação e do conhecimento), que dispõe de cinco linhas estratégicas:

- 1) Integração entre desenvolvimento e meio ambiente na tomada de decisões. - Esse eixo enquadra as proposições, de competência do estado, que visem à adoção de políticas públicas integradoras, pautadas no critério da sustentabilidade.
- 2) Descentralização para o desenvolvimento sustentável. - Reúne as proposições relativas à necessidade de integração e descentralização das decisões governamentais e trata da iniciativa das autoridades locais (âmbito municipal).
- 3) Democratização das decisões e fortalecimento do papel dos parceiros do desenvolvimento sustentável. - Organiza as propostas referentes à necessidade de envolvimento da população nas decisões das políticas públicas e na democratização das políticas de desenvolvimento, enfatizando a criação de conselhos, fóruns de debate e decisão. Inclui também as ações voltadas ao fortalecimento de organizações não governamentais, trabalhadores e seus sindicatos, associações empresariais (comércio, indústria e agricultura) _ os setores organizados da sociedade, para a construção do desenvolvimento sustentável.
- 4) Cooperação, coordenação e fortalecimento da ação institucional. - Engloba o conjunto de ações voltadas ao fortalecimento do estado como mediador, regulador e controlador das ações sociais e econômicas, aí incluídos os acordos internacionais. As propostas dizem respeito exclusivamente à competência das instituições públicas nos seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal).
- 5) Instrumentos de regulação. - Reúne as proposições referentes às ações executivas do poder público, sob a responsabilidade dos governos municipais, estaduais e federal voltadas à criação de instrumentos e mecanismos jurídicos, administrativos, tributários e creditícios (Agenda 21 brasileira, 2002. Adaptado pela autora).

Nesse contexto foi expressiva a disseminação de ONGs, que desde o início da década de 1980 têm sido relevantes para a integração dos países em desenvolvimento ao sistema mundial. Por outro lado, a evidência de uma excessiva valorização da atuação das ONGs - vistas inclusive por alguns segmentos do movimento ambientalista, como as únicas interlocutoras capazes de representação no que tange os interesses da sociedade civil -, permite que a autonomia de atuação com a oferta de “serviços caracterizados pela especialização, profissionalização e adoção de um estilo de gerenciamento baseado em critérios, metodologias e formas organizacionais que são próprios do campo empresarial” sejam incorporadas para o campo das práticas ambientais (Alexandre, 2012, p. 76).

Em consequência, os interesses das organizações internacionais e das ONGs podem ser provavelmente, mais consistentes com a agenda dos países industrializados do que com a agenda dos países em desenvolvimento, já que a autonomia das ONGs estabelece que elas se tornem responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e ao Estado que as controla como prestadoras de serviços. Assim, a sociedade civil - da qual se intitulam como representantes, passa a ser representada de forma secundária, já que nem sempre as ações das ONGs traduzem os seus interesses.

Em paralelo, outros atores que representam grupos minoritários, recorrem ao discurso da sustentabilidade para ao atendimento de interesses locais em protesto contra a instalação de obras públicas que incluem: a construção de hidroelétricas, linhas de transmissão de energia elétrica etc. (Alexandre, 2012).

Essa abertura de canais de participação nem sempre vem acompanhada de uma cultura cívica que induz a sociedade civil à participação em temas pontuais e de seu interesse. Segundo Burgos (2005), um elemento considerável no contexto urbano, como por exemplo, a territorialização da cidade, “funciona como um importante limitador na possibilidade de massificação de uma cultura cívica orientada para a ampliação da participação” (Burgos, 2005, p. 192). É contraditório, principalmente, quando se discute a descentralização e a participação promovidas pela abertura democrática, que os territórios e não a cidade, sejam os palcos de participação política, colocando à margem ou excluindo da discussão, aqueles já marginalizados pela condição socioeconômica, socioespacial e sociocultural.

A impossibilidade de uma participação ampla, que incluía todos os atores sociais, não impediu que a legislação ambiental continuasse a avançar no decorrer século XXI. Na primeira década século foi criado, em 2000, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), Lei n.º 9.985/2000; a segunda etapa do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II) e o PNMA III; a realização da Conferência Ambiental Rio+10, em Joanesburgo, África do Sul; o lançamento da Agenda 21 brasileira (cuja preparação iniciou-se em 1997), lançada apenas em 2002; a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que passou a responder pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); a realização da Conferência Rio+20 - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), em 2012, no Rio de Janeiro.

A conferência realizada 20 anos após a RIO-92, teve como objetivos: “assegurar a renovação do compromisso político para o desenvolvimento sustentável; avaliar os avanços e os hiatos nos processos de implementação das principais decisões quanto ao desenvolvimento sustentável; e identificar desafios novos e emergentes” (Moura, 2012, p. 20). Os dois temas definidos para a conferência foram: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

As promessas seladas na época da Rio-92 acabaram perdendo força no evento mais recente. Em um cenário internacional desfavorável, a recusa dos Estados Unidos em assumir qualquer compromisso vinculante para reduzir as emissões causadoras do aquecimento global ocorreu ao mesmo tempo em que os países menos desenvolvidos reivindicaram o seu direito a poluir enquanto os mais desenvolvidos não assumissem a dívida pelos danos causados pelas emissões lançadas. Além disso, a Europa deixou de lado a reflexão em relação aos problemas ambientais em virtude das crises financeiras que enfrentava.

Na Rio +20 destacaram-se: a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), novos indicadores para a mensuração do desenvolvimento, ênfase na produção e consumo sustentáveis (selos verdes e compras públicas sustentáveis) e propostas para aperfeiçoar a estrutura de governança ambiental das Nações Unidas, além do Acordo para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativa que partiu do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e contou com a participação dos membros do conselho, de diversas organizações da sociedade civil,

de ministérios, de acadêmicos, e de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ipea.

O *The future we want* (O futuro que queremos), não obteve o mesmo sucesso que seu antecessor no ano de 1972 em Estocolmo. Segundo Moura (2012), o documento foi considerado frágil e tímido, pois não conseguiu estabelecer compromissos obrigatórios, tornando-se mais uma declaração de intenções. Em consequência, o saldo positivo foi o aumento da consciência ambiental por parte da sociedade e uma maior mobilização social desta em relação aos temas ambientais.

Ainda no âmbito de novas proposições para o século XXI, destacaram-se no Brasil, a Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como novo "Código Florestal" e o processo de ratificação do Acordo de Paris, após a aprovação pelo Congresso Nacional, em 12 de setembro de 2016, o Brasil transformou as metas brasileiras em compromissos oficiais, por meio das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC).

Segundo o MMA (2019), o Brasil:

comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005, em 2030. Para isso, o país se comprometeu a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030. A NDC do Brasil corresponde a uma redução estimada em 66% em termos de emissões de gases efeito de estufa por unidade do PIB (intensidade de emissões) em 2025 e em 75% em termos de intensidade de emissões em 2030, ambas em relação a 2005. O Brasil, portanto, reduzirá emissões de gases de efeito estufa no contexto de um aumento contínuo da população e do PIB, bem como da renda per capita, o que confere ambição a essas metas.

Em 2019, além da reestruturação do MMA, foi retomada no âmbito legislativo, a proposta do PL n.º 3.729/2004, que visa estabelecer um novo processo de licenciamento ambiental e redefinir as competências dos órgãos do Sisnama.

Ainda em 2019, o Serviço Florestal Brasileiro foi transferido para o Ministério da Agricultura por meio de uma Medida Provisória (MP 870/19); a Agência Nacional das Águas (ANA) foi transferida para o Ministério de Desenvolvimento Regional, também por meio de uma Medida Provisória (MP 870/19). Além disso, o Conama foi

reestruturado por meio do Decreto n.º 9.806/19 e os colegiados do Fundo Amazônia foram extintos por meio do Decreto n.º 9.759/19.

No âmbito do MMA houve a flexibilização da Lei da Mata Atlântica por meio do Despacho n.º 4.410/20, do Ministério do Meio Ambiente e o encaminhamento do Projeto de lei n.º 2.633/20, derivado da Medida Provisória MP 910/2019, que trata da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.

Considerando o histórico apresentado, a capacidade institucional aliada à participação social aparece como fator fundamental para que as decisões sobre o meio ambiente sejam tomadas em conformidade com interesses coletivos.

A abertura democrática e a inclusão de diversos atores sociais no campo da política ambiental, seguindo a tendência mundial de reestruturação e descentralização do papel do Estado, são alguns dos fatores que, considerados em conjunto, contribuem para tornar mais complexa uma ação eficaz do Estado. Em consequência, a organização de parte da sociedade civil tem gerado uma multiplicidade de demandas às quais o Estado descentralizado não consegue responder satisfatoriamente, já que não dispõe de instrumentos que venham suprir os desafios para uma gestão ambiental adequada.

A descentralização, entendida como a transferência de autoridade do poder decisório para outras instâncias além da União, já havido sido prevista antes da promulgação da Constituição de 1988, por meio do Sisnama em 1981, mas só ganhou força a partir do novo contexto político de redemocratização, que elevou os municípios à condição de unidade federada e estabeleceu a repartição de competências - não acompanhada pelo fortalecimento dos municípios, para que estes tivessem condições reais de assumir seus novos compromissos.

Nas últimas décadas, é possível considerar que inúmeros fatores que incluem capacidade operacional, mudanças políticas e falta de recursos (financeiros e humanos especializados), ressaltaram a fragilidade dos órgãos ambientais no desafio de colocar em prática a política ambiental.

2.2 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: UM BREVE HISTÓRICO

Conforme já apresentado, no Brasil, o período próximo ao fim do século XX e o início do século XXI foi relevante na redefinição da forma de exploração e uso dos recursos da natureza. Grosso modo, a questão influenciou na criação de um órgão de hierarquia superior responsável por formular a Política de Meio Ambiente, sendo o órgão principal do poder executivo na construção e implementação de políticas governamentais para o meio ambiente, apesar das iniciativas de outros setores, como a sociedade civil.

A criação de um ministério específico para os temas ambientais ocorreu em 1992, com a sanção da Lei n.º 8.490/1992, que tratava da organização da Presidência da República e dos Ministérios. Naquele texto, o Ministério do Meio Ambiente²³ se tornou responsável pelas funções de planejamento, coordenação, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente; pela formulação e execução da política nacional do meio ambiente; pela preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis; além da implementação de acordos internacionais na área ambiental”. Sua competência para administração e fomento da atividade pesqueira, florestal e da borracha seriam definidas em um projeto de lei elaborado futuramente (Brasil, 1992).

Na gestão atual, o MMA pretende “ser reconhecido pela sociedade e pelo conjunto de atores públicos por sua excelência, credibilidade e eficiência na proteção do meio ambiente”, e tem como missão “formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável” (MMA, 2023)²⁴.

O nome do ministério sofreu algumas alterações desde sua criação: Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; e Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, para em 1999 ser rebatizado como Ministério do Meio Ambiente. Ao longo

²³ O MMA está inserido no ambientalismo complexo-multissetorial ocupando o setor do ambientalismo de Estado, constituído pelo funcionalismo público convencional que atua tecnicamente, apesar de ser mal compreendido pelas entidades ecológicas (Viola; Boeira, 1989).

²⁴ Segundo um levantamento feito pelo Observatório do Clima, o website do Ministério do Meio Ambiente sofreu alterações em 19 de novembro de 2020. O lançamento do novo website “foi ao ar sem a maior parte das informações, registros e dados históricos disponíveis há anos na página antiga”. Todas as informações apresentadas no projeto foram salvas anteriormente no formato de impressão por esta pesquisadora, inclusive as que não estão mais disponíveis on-line (Observatório do Clima, 2020).

de sua trajetória, o ministério teve 20 ministros no seu comando, contabilizando os ministros que atuaram no órgão que anteriormente recebeu outras nomenclaturas²⁵.

No Brasil, o MMA apresenta alguns traços que, de acordo com o histórico das últimas décadas, oscilam entre avanços e a ausência de ressonância. Para os objetivos desta tese optamos pelo período que compreende o ano de 2003, com a posse de Marina Silva como ministra, até junho de 2021, contabilizando a atuação de 5 ministros do meio ambiente (Marina Silva; Carlos Minc, Izabella Teixeira, Sarney Filho e Ricardo Salles).

2.3 MINISTROS DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Neste item, o objetivo é apresentar a biografia profissional relativa à atuação dos ministros no MMA entre 2003 e 2021.

2.3.1 Ministra Marina Silva

Marina Silva foi uma liderança expressiva no meio ambiente por sua relação com as causas ambientais e por construir um respeito político para além da identificação com a temática ambiental. Renomada ativista reconhecida no Brasil e internacionalmente, nasceu e se criou numa comunidade de seringueiros - como seringueira foi militante ao lado de Chico Mendes e fundadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre (Losekann, 2014). Ingressou no exercício de cargo

²⁵ Paulo Nogueira Neto: Secretário Especial do Meio Ambiente - SEMA - 1973/1985; Flávio Rios Peixoto da Silveira: Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - 1985/1986; Roberto Messias Franco: Secretário Especial do Meio Ambiente - SEMA - 1985/1986; Deni Lineu Schwartz: Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - 1986/1987; Prisco Viana: Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - 1987/1988; Bem-Hur Luttemberck Batalha: Secretário Especial do Meio Ambiente - SEMA - 1988/1989; José Antônio Lutzemberger: Secretário do Meio Ambiente - PR-SEMAM - 1990/1992; José Golderberg: Secretário do Meio Ambiente - PR-SEMAM - Março de 1992 a Julho de 1992; Flávio Miragaia Perri: Secretário do Meio Ambiente - PR-SEMAM - Julho de 1992 a Setembro de 1992; Fernando Coutinho Jorge: Ministro do Meio Ambiente - Outubro de 1992 a Dezembro de 1993; Rubens Ricupero: Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - Dezembro de 1993 a Abril de 1994; Henrique Brandão Cavalcanti: Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal - Abril de 1994 a Dezembro de 1994; Gustavo Krause: Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - Janeiro de 1995 a Dezembro de 1998; José Sarney Filho: Ministro do Meio Ambiente - Janeiro de 1999 a Março de 2002; José Carlos Carvalho: Ministro do Meio Ambiente - Março de 2002 a Dezembro de 2002; Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima: Ministra do Meio Ambiente - Janeiro de 2003 a Maio de 2008; Carlos Minc Baumfeld: Ministro do Meio Ambiente - Maio de 2008 a Março de 2010; Izabella Teixeira: Ministra do Meio Ambiente - Abril de 2010 a Maio de 2016; José Sarney Filho: Ministro do Meio Ambiente - Maio de 2016 e Ricardo Salles: Ministro do Meio Ambiente - Janeiro de 2019.

público nas eleições municipais de 1988, como vereadora em Rio Branco. Em 1990 foi eleita deputada estadual, em 1994 foi eleita senadora pelo Acre e reeleita para o mesmo cargo em 2002, mas se licenciou do cargo para assumir o posto de ministra do Meio Ambiente em 2003, concorreu por 3 vezes ao cargo de presidente da República (2010, 2014 e 2018).

A posse de Marina repercutiu, principalmente pela iniciativa de transformar a questão ambiental em uma política de governo, já que a maioria dos ministros anteriores não eram ligados à temática ambiental. Alguns dos ministros até tinham essa ligação, mas não tinham peso político que impusesse relevância ao ministério e os partidos políticos nunca deram muita importância para a formação de quadros ambientais. Além disso, o ministério nunca foi considerado como relevante para os interesses partidários do presidencialismo de coalizão, pois poucos partidos dispunham de um conjunto de militantes, afiliados e políticos ligados ao tema ambiental de forma que fossem capazes de ocupar as pastas de tal ministério (Losekann, 2014).

No decorrer de sua gestão houve a maior queda do desmatamento na Amazônia em toda a história das medições, o que levou o nome dela a ser lembrado no exterior como a maior liderança ambiental brasileira. Além disso, Marina conseguiu implementar medidas para a proteção da biodiversidade brasileira. A criação do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável por proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental nas Unidades de Conservação da natureza (O Eco, 2013) e o Serviço Florestal Brasileiro, dedicado ao fomento do uso econômico sustentável das florestas tropicais do país.

Sob o comando de Marina, o MMA estreitou laços com os ambientalistas ao mesmo tempo que desfrutava de prestígio por parte do governo, já que era uma importante liderança no Partido dos Trabalhadores (PT). A ambiguidade nessa relação ficou evidente quando os líderes do partido exigiam controle sob o movimento ambientalista ao mesmo tempo em que ativistas ambientalistas pressionavam para que a ministra conseguisse concessões do partido. Nesse contexto houve abertura para a participação da sociedade civil com a criação de novos conselhos e a inauguração da primeira Conferência Nacional do Meio Ambiente²⁶. Por outro lado,

²⁶ As linhas básicas que determinaram o traçado da política ambiental do Brasil nos primeiros anos do comando de Marina Silva foram: a promoção do desenvolvimento sustentável; a necessidade de controle e participação social; o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e o

após o PT assumir a presidência, houve uma mudança na relação entre o partido e os movimentos sociais, o que culminou na saída da ministra do cargo e do PT, durante a segunda gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (Abers; Oliveira, 2015; Losekann, 2014).

A ministra Marina Silva foi eleita para o cargo de Deputada Federal por São Paulo em 2022, mas assumiu novamente o cargo de ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2023-2026).

2.3.2 Ministro Carlos Minc

Carlos Minc sucedeu Marina Silva no comando do MMA em 2008. Economista, ingressou na carreira política em 1986 como deputado estadual, atualmente (2023) está exercendo seu décimo mandato, totalizando mais de 250 projetos de lei de sua autoria aprovados. Assumiu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente em 2007, no Rio de Janeiro²⁷. É um dos fundadores do Partido Verde (PV), notório defensor das causas ambientais e do socialismo libertário.

No Ministério do Meio Ambiente foi responsável por conseguir reduzir o desmatamento da Amazônia de 13 mil km² para 6.500 km², dando continuidade ao plano elaborado por Marina Silva; contribuiu para o desenvolvimento de política que contemplou fundo nacional de clima²⁸, com metas de redução das emissões de gases-estufa e a adoção de metas para a redução de emissões de carbono. Como destaque, contribuiu para a elaboração do Decreto do Fundo Amazônia²⁹, que contemplou investimentos sustentáveis, a partir de doações financeiras da Noruega.

Sua atuação teve um impacto no que tange os crimes ambientais, a partir de um decreto assinado pelo presidente Lula, que concedeu poderes às autoridades ambientais para ações de repressão, além da assinatura da Moratória da Soja, do Pacto da Madeira Legal, do Protocolo Verde dos Bancos, com o apoio à exploração sustentável da floresta e a restrição dos degradadores ao crédito bancário. Também

envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, chamado princípio da “transversalidade” (MMA, 2006).

²⁷ Cargo que voltou a ocupar de janeiro de 2011 a janeiro de 2014.

²⁸ Contribuiu para a aprovação da lei que criou a Política Nacional de Mudanças Climáticas, com metas brasileiras de redução das emissões de gases-estufa – dentre elas, a de reduzir o desmatamento na Amazônia em 80%, até 2020 (Minc, 2022).

²⁹ Fundo Amazônia é uma iniciativa pioneira de financiamento de ações de Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REED+).

conseguiu impedir o avanço da cana de açúcar no Pantanal e na Amazônia, “nas áreas de produção de alimentos e de mata nativa – aprovando o Zoneamento Econômico-Ecológico” (Minc, 2022; MMA, 2021a).

O ministro Carlos Minc foi reeleito para o cargo de Deputado Estadual pelo estado do Rio Janeiro em 2022.

2.3.3 Ministra Izabella Teixeira

Izabella Teixeira assumiu o MMA em abril de 2010. Bióloga e servidora de carreira do ministério no cargo de analista ambiental desde 1984. “Atuou em funções de coordenação e gerência de projetos no Ibama nas áreas de gestão ambiental estratégica, licenciamento ambiental e introdução de novos instrumentos de gestão”.

Ocupou diversos cargos na esfera federal: chefe do Departamento de Qualidade Ambiental do Ibama; coordenadora de projetos do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA-Banco Mundial); coordenadora de Cooperação Técnica Bilateral no Ministério da Habitação, do Programa Nacional de Substâncias Químicas e nas negociações junto ao BID do Programa Pantanal; diretora do Programa de Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental, da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Ambiente.

Em 2008, ocupou o cargo de Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente. Na sua atuação como ministra integrou o Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global, composto por autoridades de 21 países. Contribuiu para a preparação e realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Também contribuiu para o relatório que definiu a Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas após 2015 (MMA, 2021a).

A ministra Izabella Teixeira atualmente ocupa a copresidência do Painel Internacional de Recursos, plataforma político-científica do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (Pnuma) e é um dos principais nomes no âmbito das discussões climáticas.

2.3.4 Ministro Sarney Filho

José Sarney Filho ingressou na vida política como deputado federal. Exerceu nove legislaturas na Câmara dos Deputados pelo Partido Verde (PV). Foi um dos autores dos dispositivos que tratam de planejamento familiar e de meio ambiente, durante a Constituinte de 1988. Apresentou a proposta que criou a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, além de ter participado da criação da Frente Parlamentar Ambientalista em 1997, e da formulação da Lei de Resíduos Sólidos e da Política Nacional do Clima.

Exerceu por duas vezes o cargo de ministro no MMA (1999-2002 e 2016-2018), quando redefiniu as estruturas do IBAMA; regulamentou a Lei de Crimes Ambientais; criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); a Política Nacional de Educação Ambiental e a Agência Nacional de Águas (ANA). Além disso, participou do lançamento da Agenda 21 e da implantação do Programa de Combate aos Desmatamentos e Queimadas (MMA, 2021b).

O ministro exerceu o cargo de Secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal até 2022.

2.3.5 Ministro Ricardo Salles

Ricardo Salles assumiu o MMA em 2019. Advogado e ex-secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, também foi secretário particular do ex-governador Geraldo Alckmin (2013-2014) e Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2016-2017). Fundou, em 2006, o Movimento Endireita Brasil (MEB), organização alinhada à chamada nova direita e parceira do Instituto Millenium. Candidatou-se a deputado federal em 2006 pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e em 2018 pelo Partido Novo (NOVO), do qual foi expulso em 2020; em 2010 foi candidato a deputado estadual pelo Democratas (DEM), mas não foi eleito em nenhum dos pleitos.

A gestão de Ricardo Salles foi cercada por uma série de polêmicas. Considerado uma figura controversa, a indicação de Salles para o cargo foi feita com o apoio da bancada ruralista. Foi condenado por improbidade administrativa em primeira instância duas semanas antes de ser indicado (acusado pelo MPSP de mudar o plano de manejo de uma área protegida para beneficiar atividades empresariais, quando ocupava o cargo de Secretário Estadual do Meio Ambiente no Estado de São

Paulo). A condenação foi revertida no Tribunal de Justiça de São Paulo, que o encentrou em abril de 2021 (Climainfo *et al.*, 2021).

Além disso, está sendo investigado por enriquecimento ilícito, mas nega todas as irregularidades. A gestão de Salles foi marcada por métodos e intencionalidades que divergem da postura de ministro do MMA. Inicialmente, o presidente Jair Bolsonaro demonstrava a intenção de extinguir o MMA, integrando-o ao MAPA, mas a pressão internacional resultou na permanência do ministério. A manutenção do MMA resultou em medidas que visam à redução de competências no que tange às ações de comando e controle da pasta, além da diminuição da participação dos membros dos conselhos da sociedade civil, o que resultou em críticas ao presidente e ao ministro. Já no primeiro mês do mandato, Salles suspendeu por 90 dias todos contratos e parcerias com ONGs e justificou o ato como necessário para o reexame dos contratos.

De acordo com o Ricardo Salles Fakebook (sumário executivo desenvolvido por ONGs para revelar as falsidades e retóricas do ministro do MMA do Brasil), a condução do MMA pelo ministro resultou na extinção da governança das mudanças climáticas, o abandono dos planos de controle do desmatamento, o congelamento da iniciativa de REDD+ mais bem-sucedida do mundo, o Fundo Amazônia, e o encolhimento da participação da sociedade civil na política ambiental, paralisada em 2019, considerando a verba total do orçamento para o Ministério do Meio Ambiente foi incrivelmente baixa – menos de R\$ 1,3 milhão de reais (Climainfo *et al.*, 2021, p. 6).

No MMA administrado por Salles, o método de desestruturação contínua das normas e do campo operacional de ações foram uma realidade que atingiu “os órgãos federais encarregados da aplicação da lei ambiental (Ibama) e do gerenciamento de áreas protegidas (ICMBio)”, pois ambos foram desaparelhados, se tornaram praticamente inoperantes e seus servidores sofreram perseguições sob alegações inverídicas.

Nesse sentido, o MPF solicitou que o ministro deveria “abster-se de fazer declarações públicas que, sem provas, possam pôr em discussão o trabalho dos agentes do Ibama e do ICMBio” (Climainfo *et al.*, 2021, p. 7). Além disso, a Associação Nacional de Servidores da Carreira de Meio Ambiente (Ascema Nacional) divulgou uma carta que repudia as declarações feitas pelo ministro sobre a gestão ambiental brasileira e os servidores.

Chamado de antiministro por seus críticos, Ricardo Salles conduziu uma gestão marcada pelo aumento do desmatamento na Amazônia, com registros de aumento considerável de emissões. Os dados do aumento do desmatamento divulgados pelo Inpe geraram um conflito entre o diretor do instituto, Ricardo Galvão versus Bolsonaro e Salles, que além de questionarem publicamente os dados - com a justificativa de falhas no sistema de alertas do Inpe para orientar os fiscais ambientais nas áreas onde foram captados os dados, optaram por exonerar Galvão.

Tais declarações resultaram no pedido do procurador da República Luís Eduardo Marrocos de Araújo, para que o MMA e MCTI esclarecessem se há confiabilidade nos dados sobre desmatamento fornecidos pelo Inpe.

O cenário construído em torno do desmonte das políticas públicas socioambientais revela, por um lado, o negacionismo em relação às mudanças climáticas e os dados do desmatamento. Nesse contexto, o ministro e o presidente habitualmente fizeram declarações que evidenciavam a falta de vontade política para o tratamento da questão, o que se confirmou no aumento de áreas desmatadas em quase todos os biomas do país, e que juntamente com iniciativas relacionadas às mudanças climáticas apareceram preponderantemente no nível do discurso, já que foram negligenciadas no plano de ações, assim como as intervenções voltadas ao controle dos níveis de agrotóxicos e a participação social, com críticas ao trabalho de organizações não governamentais.

No período de agosto de 2019 a julho de 2020, que é o calendário oficial de monitoramento da Amazônia, o desmatamento, de acordo com dados divulgados pelo Inpe chegou a atingir 9,2 mil quilômetros quadrados (km²) (Escobar, 2020). Os dados do desmatamento divulgados em 2019 foram seguidos pelo aumento de incêndios, com o maior índice em uma década, o que levou as questões relativas à Amazônia ao debate transnacional e, conseqüentemente a negação do governo brasileiro em relação ao problema, além da afirmação do presidente Bolsonaro, de que as ONGs eram as verdadeiras responsáveis pelos incêndios e campanhas de difamação sobre o país. Naquele momento, Salles foi enviado aos Estados Unidos e à Europa para amenizar a situação com governos e investidores estrangeiros.

Nesse âmbito, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com um pedido de afastamento do ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, justificando que sua permanência no cargo resultaria em conseqüências trágicas para o meio ambiente. Essa falta de comprometimento resultou no abandono de inúmeros acordos findados

em governos anteriores, como o Acordo de Paris, gerando perdas econômicas, a partir da retirada de investimentos estrangeiros, como ocorreu com o fundo internacional para a Amazônia, a suspensão da compra de produtos brasileiros que influenciam diretamente no desmatamento e o impasse no acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Apesar disso, grupos bolsonaristas, como aquele da editora Brasil Paralelo, apresentem uma narrativa completamente contrária a esta.

O método de gestão do ministro no MMA foi muito criticado após a divulgação do vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020. Naquele contexto, o ministro fez referência à prática de pareces, que deveriam ser acobertadas pelo assunto do momento, a pandemia causada pela Covid-19, ou seja, nas palavras do ministro “aproveitar o momento para deixar a boiada passar”, o que para seus críticos seria “um exemplo de cinismo governamental a serviço da devastação” (Pereira, 2022).

As críticas indicam um fortalecimento das ações voltadas exclusivamente ao contexto do desenvolvimento brasileiro (como o agronegócio), impulsionado por interesses de alguns setores da economia que já pautaram os governos anteriores e que atualmente têm conquistado um maior incentivo governamental (no Congresso Nacional constituem a bancada ruralista). Uma das crenças mais evidentes do governo Bolsonaro coloca a proteção ambiental como impedimento para os negócios, sem considerar que o meio ambiente é que dá suporte para todas as atividades, sendo que as florestas regulam o clima, que permite a atividade da agricultura (Aguilera; Corelato, 2019).

O favorecimento de atores privados em detrimento do meio ambiente e da sociedade não é exclusividade do governo atual, agentes políticos de gestões anteriores já tiveram uma atuação ponderada em relação à defesa do meio ambiente. O que diferencia a gestão 2019-2022, é a falta de entendimento em torno da questão ambiental, que em virtude de sua multidimensionalidade se torna mais complexa com o atraso na busca por soluções.

Nesse cenário, a fiscalização, a conservação, a redução do orçamento, a baixa execução de recursos e a transferência de competências para outros ministérios parecem estar em consonância com antigos objetivos da economia brasileira, que segundo Monosowski (1989, p. 15), caracterizou-se historicamente por ‘ciclos’ que “enfaticavam a exploração de determinados recursos naturais”, num contexto em que “a percepção e o valor, atribuídos aos recursos naturais, assumem um papel decisivo nos processos de tomada de decisão e na percepção científica do meio ambiente”.

No primeiro mês da sua gestão, o presidente Bolsonaro editou a Medida Provisória (MP) 870/2019, que definiu parte da reestruturação dos órgãos de primeiro escalão da administração federal, ou seja, alterou as atribuições formais dos ministérios. Em consequência, o Ministério do Meio Ambiente perdeu poder político e passou a ser subordinado aos interesses de outras áreas da administração. Nesse cenário houve a desativação do departamento encarregado da prevenção e controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

Além disso, o Serviço Florestal Brasileiro foi transferido para o Ministério da Agricultura e chefiado por um membro da bancada ruralista do Congresso Nacional. A Secretaria de Mudanças Climáticas e Florestas foi extinta no MMA, assim como o Plano Nacional de Adaptação e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento para os Biomas Amazônia e Cerrado. O Comitê Interministerial sobre Mudanças Climáticas e seu Grupo Executivo (em conjunto com a Comissão Nacional de REDD+) foi dissolvido, o que ocasionou a interrupção do repasse de recursos ao fundo pelos países doadores. O governo também reduziu o orçamento do Ibama, que passou a enfrentar cortes orçamentários, interferência política e desregulamentação ambiental (Climainfo *et al.*, 2021). O Brasil também se recusou a sediar a Conferência das Partes do Clima em 2019. Em consequência, o evento foi sediado no Chile.

Segundo um levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2019), entre as mudanças foram incluídas: a redução na capacidade de formular e conduzir políticas, o que inclui: o estabelecimento das normas orientadoras de suas diretrizes; o poder sobre negociações internacionais e a Educação Ambiental (com menções genéricas no Ministério da Educação); a perda da competência no que tange ao combate ao desmatamento, queimadas e desertificação; a perda da gestão territorial e da produção de comunidades indígenas e tradicionais; as iniciativas voltadas para a responsabilidade socioambiental, de produção e consumo sustentáveis; a interlocução com a sociedade na pauta ambiental; a transferência do Cadastro Ambiental Rural (CAR), além do que envolve a economia da floresta (castanha, açaí, látex, essências, óleos, resinas etc.) para o Ministério da Agricultura; a competência no que tange às mudanças climáticas para os ministérios da Agricultura, Economia, Ciência e Tecnologia (MCTIC); os recursos hídricos e a Agência Nacional de Águas (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Considerando as lacunas nos instrumentos e políticas socioambientais, começaram a surgir uma série de manifestações. No mês de maio de 2019, oito ex-

ministros do MMA, de diferentes gestões e vertentes partidárias, divulgaram um comunicado manifestando preocupação em relação às ações na área do atual governo federal. Na sequência, organizações da sociedade civil e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (Abrampa), manifestaram-se contra o PL n.º 3729/2004, que flexibiliza o licenciamento ambiental.

No âmbito externo, um manifesto, por meio de uma carta, foi assinado por mais de 600 cientistas do continente europeu e duas organizações indígenas, solicitando que a União Europeia condicione critérios socioambientais no acordo comercial que estabelece com o país via Mercosul (G1, 2019a).

O Instituto de Estudos Normativos (Inesc) lançou em 2021, um documento intitulado: “Dando nome aos bois: análise das medidas infralegais para o meio ambiente nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro”, um estudo que selecionou e analisou todas as medidas normativas publicadas pelo MMA e suas entidades vinculadas (Ibama, ICMBio, JBRJ), no período de 2019 a 2020.

O objetivo da publicação foi fazer “o registro sistemático e crítico do processo de desregulação ambiental no Brasil, assumido como missão pelo atual governo” e desse modo, a publicação contribui “para que as medidas sejam conhecidas no que representam de risco ao meio ambiente e a toda a sociedade brasileira, bem como seus efeitos globais” (Inesc, 2021, p. 4).

Além disso, a publicação informou que a divulgação dos atos é importante por atender para o “perigo da cristalização política e jurídica de atos administrativos que favoreçam grupos seletos, os quais vão concentrar privilégios e menosprezar direitos coletivos conquistados ao longo da história, tornando a sociedade brasileira cada vez mais desigual” (Inesc, 2021, p. 4).

Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2020, o Instituto analisou 524 medidas, contabilizando as normas publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e a sistematização de todas as medidas infralegais do Ministério do Meio Ambiente (118 medidas - inclusive de instâncias colegiadas), do Ibama (113 medidas), do ICMBio (282 medidas) e do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), uma medida.

Na análise estão incluídas as medidas das instâncias colegiadas, “como as do Conselho Nacional do Meio Ambiente, cujos atos são assinados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, que o preside, entre outros, e dez medidas conjuntas expedidas por mais de uma das entidades que são alvo da pesquisa”. Alguns parâmetros foram utilizados para evidenciar o grau de risco das medidas para verificar

a possibilidade “de que a medida adotada favoreça processos e práticas de redução do nível de proteção ambiental (direta ou indiretamente) estabelecido em leis e em normas expedidas pelo Poder Executivo, bem como em medidas infralegais anteriormente publicadas pelos órgãos em análise” (Inesc, 2021, p. 6).

Além disso, os pesquisadores avaliaram cada uma das medidas com o objetivo de identificar os biomas brasileiros que poderiam sentir algum efeito em decorrência do risco identificado. O resultado em relação aos biomas foi o seguinte: Mata Atlântica (157), Amazônia (151), o Cerrado (132) e o Ambiente Marinho (126). Foram encontrados diversos atos sem referência a um bioma específico, classificados como “não se aplica” (110), mas que podem ter efeitos sob o bioma.

Nesse sentido, o relatório apontou 12 medidas que foram consideradas de alto risco entre os pesquisadores, seja por serem “mais danosas ou estruturalmente sintomáticas no sentido mais amplo da desregulação em matéria ambiental comandada pelo governo Bolsonaro”. A análise das medidas aponta para três dinâmicas de desregulação distintas e articuladas: “normas que buscam o enfraquecimento da responsabilização administrativa para punição dos infratores ambientais; normas que buscam o enfraquecimento da estrutura do ICMBio e do seu papel de gestão das unidades de conservação e normas que buscam o enfraquecimento da atuação do MMA e o redirecionamento de sua atuação na agenda ambiental” (Inesc, 2021, p. 9).

Em junho de 2021, a ministra do STF Carmen Lúcia autorizou a instauração de um inquérito para investigar o então ministro sob acusação de crimes como advocacia administrativa, criar dificuldades para a fiscalização ambiental e atrapalhar investigação de infração penal que envolva organização criminosa. A apuração, pedida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), surgiu a partir de uma investigação da Polícia Federal (Operação Handroanthus) que levou à apreensão de 226 mil metros cúbicos de madeira extraídos ilegalmente por organizações criminosas, segundo o STF. Essa madeira apreendida na divisa do Pará com o Amazonas no fim de 2020 foi avaliada em R\$ 129 milhões (BBCBrasil, 2021).

Além dessa investigação, endereços ligados ao ministro foram alvo de busca e apreensão pela PF, com autorização do STF. No dia 19 de maio de 2021, a Polícia Federal deflagrou em três Estados a Operação Akuanduba, que além de Salles, investigou empresários do ramo madeireiro e servidores públicos do MMA, entre eles o presidente do Ibama, Eduardo Bim.

A operação tinha suspeitas de exportação ilegal de madeira e desde janeiro investigava suspeitas de crimes como corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando. A operação iniciou “a partir de denúncias feitas por autoridades dos Estados Unidos sobre suposto ‘desvio de conduta de servidores públicos brasileiros no processo de exportação de madeira’” (BBCBrasil, 2021).

A decisão do ministro Alexandre de Moraes (que autorizou a operação) diz que “os depoimentos, os documentos e os dados coligidos sinalizam, em tese, para a existência de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais, o qual teria o envolvimento de autoridade com prerrogativa de foro nessa Suprema Corte, no caso, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles; além de servidores públicos e de pessoas jurídicas” (BBCBrasil, 2021). Para o ministro Salles, a operação foi “exagerada e desnecessária”

As suspeitas do envolvimento de Salles culminaram com o pedido de exoneração do ministro, publicada em 23 de junho de 2021 no Diário Oficial da União. Salles alegou motivos familiares ao deixar o cargo. A gestão do ministro foi desde o início tumultuada, com polêmicas públicas, escândalos e resultados desastrosos, o que sempre gerou boatos sobre sua saída, apesar de Salles ter sido defendido publicamente em diversas ocasiões pelo presidente Jair Bolsonaro.

Apesar dos fatos apresentados, o ministro Salles foi eleito para o cargo de Deputado Federal por São Paulo nas eleições de 2022.

3 MACROTEMAS SELECIONADOS PARA A PESQUISA

Neste capítulo o objetivo é apresentar uma contextualização, características e principais problemas socioambientais relacionados aos dois macrotemas selecionados para esta tese e a relação do MMA com cada um deles.

3.1 AGROTÓXICOS

A utilização dos agrotóxicos, sendo agrícolas ou não-agrícolas gera grande controvérsia. Considerados como produtos perigosos por seus críticos, são também identificados como insumos agrícolas por seus defensores. No Brasil, segundo a legislação vigente, os agrotóxicos são produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, utilizados nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, pastagens, proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais (MMA, 2021c).

A questão que se coloca é que há evidências científicas que indicam a periculosidade dos agrotóxicos, impondo uma regulação por parte do Estado. Apesar disso, a aplicação destes têm aumentado consideravelmente como justificativa para o aumento da produtividade agrícola no Brasil, que vincula a subordinação econômica ao modelo de desenvolvimento impulsionado pelo agronegócio e seu mercado de *commodities*. De acordo com o MMA (2021c), como são considerados “indispensáveis” para a agricultura no país e devido à sua toxicidade e a “escala de uso no Brasil, os agrotóxicos possuem uma ampla cobertura legal”, sendo a Lei n.º 7802/89, “o referencial legal mais importante”, assim como o “Decreto n.º 4074/02, que rege o processo de registro de um produto agrotóxico”.

Esse modelo hegemônico foi impulsionado pela Revolução Verde de 1950, que introduziu tecnologias que favorecem a produção em larga escala com o uso “extensivo de agrotóxicos que têm por finalidade controlar doenças e aumentar a produtividade” no processo de produção agrícola (MMA, 2021c; Fiocruz, 2018). Além disso, o incentivo da chamada “bancada ruralista” no Congresso Nacional traz à tona a questão para o campo político decisório, que favorece a flexibilização das leis e normas que regem esse setor, como os inúmeros “Projetos de Lei (PLs) em curso que

visam substituir a legislação atual para desregular as regras vigentes relacionadas à proteção da saúde e ao ambiente” (Fiocruz, 2018).

Ainda segundo a Fiocruz (2018, p. 21), o problema de saúde pública vinculado ao uso dos agrotóxicos engloba o público consumidor, os trabalhadores (acometidos por inúmeros problemas de saúde como: doenças crônicas, malformação congênita, câncer etc.), “afetando particularmente grupos populacionais em maior situação de vulnerabilidade em função de sua classe, gênero, grupo étnico ou de inserção em territórios e setores econômicos particulares” e as espécies animais e vegetais prejudicadas pela contaminação do ambiente e o aumento de resistência de pestes.

Em meio a esse cenário, houve de forma contraditória, a ampliação do consumo de agrotóxicos. A partir de 2008, o Brasil se tornou líder mundial no consumo dessas substâncias, o que, em termos globais atinge cerca de 1/5 do mercado do setor. A partir de 2010 houve um aumento percentual de 190% do mercado brasileiro em relação a 93% do mercado mundial, tudo isso vinculado ao aumento bilionário das vendas dos produtos (Gasparini, 2015). Em 2019, houve um aumento da liberação do uso de agrotóxicos e a isenção ou incentivo fiscal do governo para a fabricação destes. O Brasil aprovou o registro de 474 agrotóxicos, o maior número documentado pelo Ministério da Agricultura, classificando o país como o maior consumidor mundial do produto. Segundo dados do G1 (2019), “26 dos pesticidas são inéditos (5,4%) e 448 são genéricos (94,5%), ou seja, são "cópias" de princípios ativos inéditos — que podem ser feitas quando caem as patentes — ou produtos baseados em ingredientes já existentes no mercado”.

Cumprido salientar que a realidade complexa da utilização dos agrotóxicos envolve três aspectos: os interesses de mercado, conivência de parte do poder político e a vulnerabilidade das populações e dos ecossistemas. Nesse âmbito, nem a elaboração da política de regulação nem sua aplicação “são processos politicamente neutros: eles resultam, em parte, do poder relativo de grupos sociais, cujos membros formam redes tanto dentro quanto fora do Estado, o que implica que “os benefícios da regulação (ou da desregulação)” favoreçam alguns em detrimento da maior parte da sociedade (Moraes, 2019, p.8).

Por outro lado, a mobilização social em torno do tema tem crescido nos últimos anos a ponto de incluir “os desfavorecidos”, em uma série de conquistas como: “a proibição ou limitação do uso de organoclorados; a adoção de limites máximos de resíduos em alimentos; normas de segurança para transporte, armazenamento,

aplicação e disposição de pesticidas; e políticas de incentivo à agroecologia” (Moraes, 2019, p.8), que se consolidam na medida em que surgem movimentos sociais capazes de contribuir para limitar o curso do modelo hegemônico.

O MMA exerce um papel fundamental na reavaliação de agrotóxicos no Brasil, já que “uma vez concedido, o registro de agrotóxicos no Brasil tem prazo indeterminado”. O Decreto n.º 4.074/2002, estabeleceu a competência para reavaliação dos agrotóxicos aos Ministérios da Agricultura (Secretaria de Defesa Agropecuária), da Saúde (Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa) e do Meio Ambiente (Ibama), “no âmbito de suas respectivas áreas de competência” (MMA, 2021c).

A reavaliação deve atender às orientações de organizações internacionais responsáveis pela saúde, alimentação ou meio ambiente das quais o Brasil seja membro integrante ou signatário de acordos e convênios alertarem para riscos ou desaconselhem o uso de agrotóxicos, seus componentes e afins ou quando surgirem indícios da ocorrência de riscos que desaconselhem o uso dos produtos registrados [...] Quando houver indícios de redução de eficiência agrônômica, alteração dos riscos à saúde humana ou ao meio ambiente; ou de pedido do titular do registro ou de outro interessado, desde que fundamentado tecnicamente (MMA, 2021c).

Segundo o MMA, todos os procedimentos necessários para essa reavaliação, que inclui aspectos agrônômicos, toxicológicos e ambientais dos agrotóxicos são responsáveis pela permanência, alteração, suspensão ou cancelamento do registro, conforme o que estabelece a Instrução Normativa Conjunta (INC) n.º 2, de 27 de setembro de 2006 (MMA, 2021c).

3.2 AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia é o maior bioma de floresta úmida do mundo. Segundo Salomão *et al.* (2020), a Amazônia legal abrange cerca de 61% do território brasileiro e 13 % da população estimada no Brasil (27,8 milhões de pessoas). Possui uma área de 5,2 quilômetros quadrados (km²), abrange 9 estados e 772 municípios no Brasil (IBGE, 2014; IBGE, 2019a; IBGE, 2019b apud Salomão *et al.* (2020).

Além disso, o Brasil possui o maior manancial de água doce do mundo, sendo que a região amazônica responde por quase um quinto das reservas mundiais. O PIB

da região foi da ordem de R\$ 572,7 bilhões, contribuindo com 8,7% do PIB nacional (IBGE, 2017; IBGE, 2019c). A região amazônica é a maior reserva de madeira tropical do mundo, além disso é detentora de grandes estoques de borracha, castanha, peixe e minérios. Possui uma riqueza cultural associada ao conhecimento tradicional, responsável pelo uso e exploração dos recursos naturais sem esgotá-los e sem destruir o habitat natural (MMA, 2021d).

Segundo o MMA (2021d), o ecossistema local é frágil, apesar da dimensão da floresta, pois “a floresta vive a partir de seu próprio material orgânico, e seu delicado equilíbrio é extremamente sensível a quaisquer interferências” [...] e “os danos causados pela ação antrópica são muitas vezes irreversíveis”. Além da riqueza natural, o ministério indica que a “Amazônia se contrapõe dramaticamente aos baixos índices socioeconômicos da região, de baixa densidade demográfica e crescente urbanização”, o que torna o uso dos recursos florestais estratégicos para o desenvolvimento da região.

A historiografia da colonização na região amazônica aponta como a representação inicial do território como paraíso terrestre foi modificada (Porto-Gonçalves, 2017) para uma representação depreciativa em virtude dos conflitos que se originam nos interesses econômicos, políticos e sociais que converteram a discussão sobre a Amazônia brasileira “em um tema complexo, com diferentes dilemas e desafios a serem resolvidos” (Andrade, 2018, p. 1).

Inúmeras questões como a instalação de rodovias, a construção de hidrelétricas, o desmatamento, a atividade extrativista, e a agropecuária causam impactos que influem diretamente na perda da biodiversidade, geram degradação e o enfraquecimento dos modos de vida baseados nos saberes tradicionais. Um dos principais problemas é o desmatamento ilegal e predatório. De acordo com o Greenpeace Brasil (2022), entre agosto de 2018 a julho de 2019, a Amazônia perdeu quase 10 mil km² de floresta – a maior taxa de desmatamento da década na floresta, sendo que a maior parte do desmatamento e do garimpo ocorre em terras indígenas e unidades de conservação³⁰.

O território amazônico, desde a colonização, tornou-se alvo de disputa de interesses globais e entre os estados nacionais onde está situado. No caso do Brasil,

³⁰ De acordo com que estabelece a Constituição Federal no seu art. 231, a exploração em terras indígenas é proibida por lei. Apesar disso, o aumento do desmatamento da floresta atingiu 73% como fruto do garimpo ilegal em unidades de conservação e terras indígenas (Nunes, 2020).

interesses políticos e militares sempre conciliaram uma espécie de “colonização interna complementada com um colonialismo externo, do qual um dos objetivos é impor a lógica do lucro e da acumulação aos consumidores imediatos da natureza”. Nesse contexto, a supremacia da busca pelo lucro se sobrepõe às necessidades dos habitantes locais em termos culturais, sociais e da relação destes com a natureza (Mires, 2012, p. 159).

As políticas do nacional/internacional desenvolvimentismo deram margem para que o modelo de produção neoliberal fosse imposto perante a realidade socioambiental da região, que inclui, além da devastação florestal, a privação das comunidades tradicionais e dos povos originários (muitas vezes dizimados), de usufruir de seu habitat e de desenvolver seu modo peculiar de vida. Para Mires (2012, p.160), esse chamado “modo de produção amazônico” é um complexo “econômico, político e cultural orientado objetivamente à destruição da natureza em função da obtenção imediata de lucros que, em última instância, são absorvidos pelo mercado mundial”, num “processo de integração vertical e externa cuja consequência indireta é a desarticulação da região amazônica de seus contextos regionais e nacionais”.

As questões amazônicas geram mobilizações que pressionam o Estado no âmbito político internacional para a preservação do território brasileiro, ao mesmo tempo em que “têm incentivado e financiado diferentes megaprojetos que provocaram e ainda provocam a derrubada da floresta e exploração das suas riquezas naturais” (Andrade, 2018, p. 7). As pautas sobre a preservação da Amazônia incluem no debate a questão da soberania nacional em relação ao uso e exploração dos recursos do território, aproximando também as questões ecológicas aos temas do direito e da política internacional.

A forma de exploração tornou-se objeto de debate nos meios de comunicação de massa, que se dividem entre publicações no âmbito dos “subsetores” no contexto do ambientalismo complexo-multissetorial, com a mídia alternativa, que se identifica com o jornalismo ambiental, e no subsetor dominante constituído pela mídia convencional, do qual a Revista Veja aparece como um ator representativo, no que se refere a questões das políticas ambientais. Apesar dos grandes empreendimentos, a região continua carente em termos de infraestrutura, serviços públicos e escassez de empregos associada à precariedade das relações de trabalho (já que os postos que exigem qualificação profissional são ocupados em sua maioria por profissionais de

outras regiões do país), que afetou significativamente a população em virtude dos impactos socioambientais negativos.

Um aspecto central dessa discussão são as limitações da capacidade técnica e tecnológica que impedem o monitoramento, fiscalização e emissão de licenças ambientais na região, evidenciando a complexidade da questão agravada pelas dimensões continentais e pela fragilidade do Estado para tratar de tais questões (Lima, 2016).

O MMA assume uma posição fundamental nesse contexto, em virtude do papel que deve exercer nas ações de controle e prevenção do desmatamento, que devem seguir as diretrizes instituídas pelos “Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento”. Segundo o MMA (2017), o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado em 2004, “foi elaborado pelo Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI), constituído em 2003 por meio do Decreto s/n de 3 de julho, com o intuito de conter o aumento do desmatamento na Amazônia”, que é coordenado pelo MMA, “e o principal resultado dos Planos é a redução de mais de 70% da taxa de desmatamento na Amazônia Legal entre os anos de 2004 e 2016. A quarta fase do PPCDAm (2016-2020) foi lançada durante a reunião do GPTI em 15 de dezembro de 2016”. O MMA firmou desde 1988, uma parceria com o INPE para o monitoramento do desmatamento na Amazônia via satélite, com o objetivo de

(...) quantificar os desmates de áreas com vegetação nativa e, dessa forma, ter embasamento para as ações de fiscalização, controle e combate aos desmatamentos ilegais. Além disso, o monitoramento permite mensurar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) por desmatamento ilegal. Uma informação a mais para orientar as políticas de Mudança do Clima que visam cumprir as metas voluntárias de redução gradativa de emissões de GEE até 2020 assumidas pelo Governo Brasileiro no final de 2009.

Para isso, dois sistemas de monitoramento via satélite são utilizados. Um deles é o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes), utilizado desde 1988 para identificar visualmente os polígonos de desflorestamento por meio de imagens (antes impressas em papel fotográfico e hoje digitais analisadas por computador). Com esses dados, é possível calcular as taxas anuais de desflorestamento, fazer projeções e produzir um banco de dados geográfico ao longo do tempo.

O outro é o sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), utilizado desde 2004, que mapeia mensalmente as áreas de corte raso e de processo progressivo de desmatamento por degradação florestal. Trata-se de um levantamento ágil de

identificação das áreas de alerta para as ações rápidas de controle de desmatamento. O sistema detecta apenas desmatamentos com área maior que 25 ha, mas apresenta os dados por diferentes filtros de seleção, como por município, por estado, por base operativa do Ibama e unidades de conservação, o que facilita e agiliza as operações de fiscalização.

Em função das indicações do crescimento da degradação florestal da Amazônia obtidas a partir dos dados do Deter, o Inpe desenvolveu o sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (Degrad), destinado a mapear áreas em processo de desmatamento onde a cobertura florestal ainda não foi totalmente removida.

Já o projeto denominado TerraClass apresenta a qualificação, a partir de imagens orbitais, das áreas já desflorestadas da Amazônia Legal. Esta nova leitura resultou na elaboração de um mapa digital que descreve a situação do uso e da cobertura da terra no ano de 2008 (MMA, 2021e)

Nesse contexto, a relação Amazônia e mudanças climáticas carece de atenção.

De acordo com Salati (2001, citado por Nobre *et al.*, 2007, p. 22):

o equilíbrio dinâmico da atmosfera amazônica está sujeito a forças de transformação que levam às variações climáticas e podem ser estudadas sob três diferentes aspectos: 1) variações climáticas na região podem ser devidas às variações climáticas globais: essas mudanças estão relacionadas com variação da intensidade solar, variações da inclinação do eixo de rotação da Terra, variações da excentricidade da órbita terrestre, variações das atividades vulcânicas e variações da composição química da atmosfera, entre outras. Existem registros bem documentados sobre as oscilações climáticas na Amazônia ocorridas durante as glaciações e também de variações mais recentes da temperatura local. Os efeitos do El Niño, que é um fenômeno natural, podem estar incluídos dentro dessa categoria. O tempo de resposta às forças modificadoras pode ser em um período anual, de décadas e milênios. Não há muita coisa que a sociedade possa fazer contra essas tendências a não ser se preparar para minimizar seus efeitos quando houver possibilidade de previsões científicas, como é o caso específico das variações climáticas decorrentes do El Niño e La Niña, decorrentes de causas naturais; 2) mudanças climáticas de origem antrópicas, decorrentes de alterações do uso da terra dentro da própria região amazônica: tais alterações estão ligadas diretamente ao desmatamento de sistemas florestais para transformação em sistemas agrícolas e/ou pastagem, o que implica em transferência de carbono (na forma de dióxido de carbono) da biosfera para a atmosfera, contribuindo para o aquecimento global, o qual por sua vez acaba atuando sobre a região amazônica. Evidências de estudos observacionais e estudos de modelagem (como por exemplo: Nobre *et al.*, 1991; Betts *et al.*, 1997, 2000; Chase *et al.*, 2000; Zhao *et al.*, 2001) demonstraram que mudanças na cobertura superficial podem ter um impacto significativo no clima regional e global. Evidências de trabalhos paleoclimáticos e de

modelagem indicam que essas mudanças na vegetação, em alguns casos, podem ser equivalentes àquelas devidas ao aumento do CO₂ na atmosfera (Pitman; Zhao, 2000); 3) variações climáticas decorrentes das mudanças climáticas globais provocadas por ações antrópicas: se as tendências de crescimento das emissões se mantiverem, os modelos climáticos indicam que poderá ocorrer aquecimento até acima de 6°C em algumas regiões do globo até o final do século XXI. É provável que a temperatura média global durante o século XXI aumente entre 2,0°C a 4,5°C, com uma melhor estimativa de cerca de 3,0°C, e é muito improvável que seja inferior a 1,5°C. Valores substancialmente mais altos que 4,5°C não podem ser desconsiderados, mas a concordância dos modelos com as observações não é tão boa para esses valores (IPCC, 2007). Conclui-se que, mesmo no cenário de baixas emissões de gases do efeito estufa (cenário B1), as projeções dos diversos modelos do IPCC indicam aumento da temperatura, sobretudo no Hemisfério Norte.

A substituição das florestas por pastagens na Amazônia indica uma tendência de aumento de temperatura global devido ao desmatamento. Segundo Nobre (*et al.*, 2007, p. 23) a projeção do aumento de temperatura global entre 0,3°C e 3°C, assim como “a redução da evapotranspiração entre 15% e 30% e os estudos numéricos indicam redução da precipitação entre 5% e 20%”, em virtude da “mudança de vegetação de floresta para pastagem”³¹.

Com a criação do IPCC, em 1988, houve um progresso no entendimento de que “as questões climáticas progrediram no campo da ciência com a confirmação de que estão de fato acontecendo com forte influência de ações antrópicas”:

no Quinto relatório IPCC AR5, publicado em 2013, a principal conclusão foi que o aquecimento global é inequívoco desde meados de 1950s e que não tem precedentes nos últimos milênios. A atmosfera, oceano e continentes têm aquecido, o nível do mar se elevou e a concentração de gases de efeito estufa (GEE) tem aumentado. A influência humana no aquecimento é clara e, de fato, é “altamente provável” que as ações humanas, como queima de combustível fóssil e desmatamento, sejam a causa principal do aquecimento global observado desde meados do século XX. No Segundo Relatório do IPCC publicado em 1996, com modelos menos complexos e base de dados menos abrangentes, a influência humana no clima global era apenas “discernível”. O Quinto Relatório (IPCC AR5) mostra a evolução da compreensão do IPCC e da comunidade científica sobre as mudanças climáticas e as suas causas (Marengo; Souza Jr., 2018, p. 2).

³¹ O estudo de Nobre (*et al.*, 2007) apresenta uma diversidade de fatores e consequências. Para um maior detalhamento consultar a obra dos autores.

Os impactos causados pelas mudanças climáticas podem gerar danos irreversíveis para a sociedade em geral, para os ecossistemas e a biodiversidade que só poderá ser amenizada a partir da adaptação a essas mudanças. No caso da Amazônia, a floresta “vem sendo submetida a pressões ambientais de origem antrópica nas últimas décadas e que tem origem nos desmatamentos, incêndios florestais e pressões do aquecimento global” (Nobre *et al.*, 2007, p. 25).

Nesse contexto, a estabilidade climática, ecológica e ambiental das florestas tropicais amazônicas gera incertezas em relação ao futuro. Os estudos científicos ainda não são precisos em relação ao “ponto de ruptura do equilíbrio dos ecossistemas e mesmo de grande parte do bioma Amazônico, mas o princípio da precaução nos aconselha a levar em consideração que tal ponto de ruptura pode não estar distante no futuro”. Só há a certeza de que a perda parcial ou integral da floresta tropical “trará consequências adversas permanentes para o planeta Terra” (Nobre *et al.*, 2007, p. 25).

4 MÍDIAS SELECIONADAS

Neste capítulo o objetivo é apresentar as mídias selecionadas para esta tese, suas características e forma de atuação.

4.1 MÍDIAS SELECIONADAS PARA A PESQUISA

Foram selecionadas 5 mídias para a coleta de dados na elaboração da tese: mídias convencionais/não especializadas: Folha de São Paulo e Revista Veja; mídias socioambientais/especializadas: Eco21, Envolverde e Página22.

Quadro 1 – Mídias selecionadas para a pesquisa

Mídias Convencionais	Mídias Socioambientais
Revista Veja	Eco21
Folha de São Paulo	Envolverde
-	Página22

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Em relação às mídias convencionais, foram selecionadas duas grandes mídias de abrangência nacional e com formatos diferentes: a Folha de São Paulo, um jornal de publicação diária e a Revista Veja, uma revista de publicação semanal. A escolha pelas duas mídias diverge da proposta inicial (com foco específico na Revista Veja) em virtude da indisponibilidade de consulta integral do acervo digital da revista³². A Folha de São Paulo possui um acervo digital disponível integralmente para assinantes, o que permitiu uma composição de notícias entre as duas mídias, com a cobertura do período entre 2003 e 2021, de forma complementar.

Em relação às mídias socioambientais ou especializadas, foram selecionadas três mídias com formatos diferentes³³: Eco21, Envolverde e Página22. A escolha pelas três mídias ocorreu em virtude do recorte temporal e da disponibilidade de conteúdo em cada uma delas. A mídia Eco21 cobre todo o período, mas nem todo o acervo está

³² O site da revista está em manutenção e não há previsão para que o acervo retorne ao ar integralmente, apenas o acervo a partir de 2019 está disponível nos anos de 2021 e 2022.

³³ A Eco21 surgiu no formato impresso e com distribuição em bancas de revista, algumas livrarias e assinaturas (exclusivamente a partir de 1993), mas atualmente disponibiliza o conteúdo em versão digital. A Envolverde nasceu como um projeto jornalístico digital, de distribuição diária de conteúdos jornalísticos e artigos em formato de reprodução. A Página22 começou de forma impressa e com periodicidade mensal, mas atualmente disponibiliza o conteúdo em um site atualizado com postagens semanais (Dados obtidos nas entrevistas-piloto na fase inicial do projeto, Apêndice H).

disponível on-line, devido a um problema no seu banco de dados³⁴; já a Envolverde, apesar de publicar desde 1998, teve o primeiro site construído em HTML, sem banco de dados. Em 2000, a mídia mudou para um site SQL, que algum tempo depois foi atacado por hackers e destruído. Segundo Dal Marcondes (2020)³⁵, o site foi vítima de muitos ataques, perdendo muito conteúdo ao longo dos anos. Assim, de forma organizada, a Envolverde só tem o que está no ar hoje, a partir de 2011 até os dias atuais. A Página22 foi criada em 1996 e permanece no ar até hoje.

Desse modo, optamos por uma composição entre as três mídias, com a cobertura sobre a política exercida por cada gestão do Ministério do Meio Ambiente entre 2003 e 2021, de forma complementar.

4.2 SUBSETOR DE MÍDIA CONVENCIONAL

4.2.1 Folha de São Paulo

A Folha de São Paulo é um jornal de publicação diária com a maior tiragem paga do país. Surgiu no início da década de 1960, resultado da junção de três jornais lançados entre 1921 e 1925, denominados Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã, todos pertencentes à Empresa Folha da Manhã S.A. A década de 1960 foi marcada por inúmeras mudanças: como a greve de jornalistas e mudanças na direção da empresa, com Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho no comando, com o cientista José Reis³⁶, como de diretor de redação até 1967 e com jornalista Cláudio Abramo na direção de redação (Cohn *et al.*, 2021; MOM, 2021).

Com uma conduta empresarial diferenciada, “a Folha de S. Paulo ampliou substancialmente seu público leitor a partir de mudanças no sistema de distribuição”. Adquiriu frota própria e revolucionou a área de impressão, tornando-se “o jornal de maior circulação paga no Brasil, conforme dados por ele apresentados na edição de 4 de agosto de 1963” (Cohn *et al.*, 2021, 2009).

Naquele contexto, apresentava uma linha editorial contrária ao presidente João Goulart e favorável ao conjunto de acontecimentos que desencadearam o Golpe Militar de 1964, buscando independência do governo militar posteriormente. A

³⁴ De acordo com a troca de informações por e-mail com Rudá Capriles, e com Lúcia Chayb, por meio de um aplicativo de mensagens.

³⁵ Com base na troca de informações por e-mail com o jornalista Dal Marcondes.

³⁶ Um dos criadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

tentativa de independência política no período militar ocorreu em virtude da autonomia financeira e das reações contrárias a censura à imprensa, sendo considerado de oposição pela ala mais direitista do regime (Cohn *et al.*, 2021, 2009; MOM, 2021).

A influência do governo militar pressionou a troca de Claudio Abramo do cargo de editor-chefe, substituído por Boris Casoy após os episódios da prisão do jornalista Lourenço Diaféria, considerado subversivo pelos militares após a publicação de uma crônica sobre Duque de Caxias (Mom, 2021). Por outro lado, apesar da linha editorial afirmar ter como objetivo a pluralidade, há um enorme desequilíbrio entre o número de colunistas progressistas e o de colunistas conservadores nos artigos e espaços de opinião do jornal, sendo os últimos uma grande maioria (MOM, 2021).

Atualmente segue a linha editorial do Projeto Folha, que surgiu a partir de 1978 com a direção de Otávio Frias Filho e “consolidou a nova linha editorial do periódico paulista, incorporando estratégias de marketing e buscando fazer, nas palavras do jornal, um jornalismo crítico e imparcial”, uma reforma que direcionou o editorial para a estratégia política a ser seguida pelo jornal na fase de redemocratização do país. (Cohn *et al.*, 2021).

A Folha também inovou com o lançamento do manual geral da redação, em 1984, que sistematiza os procedimentos a serem seguidos na redação e a criação do cargo de ombudsman, em 1989. Posteriormente, em 1996, iniciou uma série de reformas no aspecto visual, que incluía o uso de cores, imagens ampliadas e uma nova organização interna das páginas. Criou o espaço on-line com textos e edições acessados pela internet, também inaugurou um novo centro gráfico com o aumento da capacidade de impressão diária, cerca 1,7 milhão de exemplares por hora (Cohn *et al.*, 2021; MOM, 2021).

Em 1995, ocorreu o lançamento da Folha Online, “o primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa”, focado na “criação, produção e o desenvolvimento de conteúdo jornalístico” e de serviços com a possibilidade de interatividade com os leitores. O portal publica diariamente 160 notícias, o “compromisso é produzir conteúdo na internet com a mesma qualidade histórica da Folha, seguindo os princípios editoriais: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independente” (Folha, 2022).

Os diferentes projetos editoriais que norteiam o trabalho dos profissionais do grupo Folha foram detalhados em diferentes projetos editoriais: que resultaram em

sete textos “que procuram traduzir na prática os princípios que constituem, no seu conjunto, o Projeto Folha” (Folha, 2022).

São eles:

2017 - Jornalismo profissional é antídoto para notícias falsas; 1997 - Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático; 1988 - A hora das reformas; 1986 - A Folha em busca da excelência; 1985 - Novos rumos; 1984 - 'A Folha depois da campanha diretas-já' e 1981 - 'A Folha e alguns passos que é preciso dar' (Folha, 2022).

No final da década de 1990, a Folha se mantinha como o maior jornal de circulação diária do Brasil, liderança que se estendeu na década de 2000, seguida pela queda na circulação em 2009, acompanhando a crise que se estendia sobre a imprensa brasileira no período (Cohn *et al.*, 2021).

O jornal é organizado pelas seções: Poder; Mundo; Mercado; Cotidiano; Esporte; Ciência +Saúde; Folha Corrida; Ilustrada; Turismo e Ilustríssima.

Quadro 2 – Características das seções publicadas diariamente na Folha de São Paulo

Seções	Características
Poder	A editoria se dedica à vida política, institucional e aos movimentos sociais. Procura oferecer ao leitor informações pluralistas e apartidárias, para que ele exerça sua cidadania. É, ao mesmo tempo, um instrumento fundamental para os formadores de opinião, que nele encontram análises sobre os últimos acontecimentos.
Mundo	Publica diariamente as principais notícias internacionais, sempre acompanhadas de análises precisas e enfoque didático. O leitor também tem acesso ao que é publicado nos mais influentes meios de comunicação do planeta.
Mercado	A conjuntura econômica, brasileira e internacional, e o mundo dos negócios
	são o principal. Com informações precisas, linguagem clara e elucidativa, o caderno orienta quanto a investimentos, traz indicadores econômicos e faz a cobertura de temas que mereçam atenção especial em função da conjuntura econômica.
Cotidiano	Oferece ao leitor informações úteis ao seu dia a dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país. Na edição São Paulo, concentra sua cobertura na capital paulista
Esporte	O Esporte trata o esporte como espetáculo e fenômeno empresarial. Aborda o tema de forma diferenciada. Além de acompanhar os principais campeonatos, traz assuntos relacionados a política, marketing e legislação. Foi o primeiro a usar estatísticas, preparadas pelo Datafolha, na análise esportiva
Ciência + Saúde	Notícias sobre as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes nas áreas científica e médica no Brasil e no mundo, com especial atenção para o didatismo e para o uso de recursos visuais na explicação de assuntos complexos. Também serviços e reportagens para melhorar a saúde e o bem-estar.

Folha Corrida	Criada para ser lida em até cinco minutos na versão impressa, a Folha Corrida traz diariamente resumos de notícias, extratos de colunistas, dicas práticas e curiosidades que perpassam todos os cadernos da Folha, de política a cultura, de economia a esporte. O objetivo é oferecer ao leitor, sempre com textos curtos, uma segunda "porta de entrada" para o jornal além da primeira página
Ilustrada	A Ilustrada traz a melhor cobertura do que há de mais original e relevante nas áreas de cultura e entretenimento. Crítica e ousada, fala sobre discos, livros, filmes, séries e muito mais. Seus colunistas garantem análise, humor e diversidade de pontos de vista.
Turismo	Traz os principais destinos do Brasil e do mundo com coberturas exclusivas, fotos e muito serviço. Seções com quadros informativos e dicas de preços e lugares fazem deste caderno um roteiro útil para quem gosta de viajar.
Ilustríssima	Seção dedicada à cultura, à ciência e a reportagens de fôlego. Textos de ficção, poesia, dramaturgia, ensaios, cartum e quadrinhos também compõem o suplemento.

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Folha de São Paulo.

Além dessas seções, a Folha é organizada pelas seguintes editorias: Política, Mercado, Cotidiano, Mundo, Esporte, Ilustrada, Ilustríssima; Comida, F5, Podcasts, Folhinha, Saúde, Ciência, Ambiente, Fotografia, TV Folha, Educação, Turismo, Guia Folha, MPME e Banco de Dados. E outras seções: Opinião³⁷, Dias Melhores, Empreendedor Social, Seminários Folha, Especiais, Folha em Espanhol, Folha In English, Folhainvest, Folhaleaks, Folha Mapas, Folha Tópicos, Folha Transparência, Últimas, Serviços³⁸, Outros Canais³⁹ e Canais da Folha⁴⁰.

A proposta da Folha é realizar uma curadoria de notícias, “oferecendo conteúdo variado e expondo seus leitores a diversos pontos de vista”, por meio de um jornalismo exercido profissionalmente e voltado a temas de interesse público e informação geral de forma compreensiva para o maior número de pessoas. Para tal, se estrutura como uma “linha de fiscalização crítica em relação a todos os poderes constituídos, independentemente de sua coloração partidária ou base social e política”. Além disso: “define-se como veículo de inspiração liberal, reformista e aberto à pluralidade de tendências, sempre mantendo firme compromisso com a defesa da democracia” (Folha, 2022).

³⁷ Opinião, Colunas e Blogs.

³⁸ Aeroportos, Classificados, Folha Informações, Horóscopo, Loterias, Mortes e Tempo.

³⁹ Agora, e-mail Folha, Datafolha, Folhapress, Folha Eventos, Top of Mind.

⁴⁰ Fale com a Redação, Mapa do site, Atendimento ao Assinante, Ombudsman e Política de Privacidade.

A Folha segue os seguintes diretrizes organizacionais: Missão: Produzir e organizar conteúdo jornalístico crítico, plural e apartidário; Visão: Contribuir para o aprimoramento da democracia e a redução das desigualdades no Brasil e Valores: Compromisso com o leitor, Diversidade, Excelência, Independência econômica e editorial, Integridade e Liberdade de expressão

A Folha também prega um compromisso editorial que está pautado nos seguintes princípios:

Quadro 3 – Princípios editoriais da Folha

	Princípios Editoriais
1	Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la
2	Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas
3	Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público
4	Promover os valores da democracia representativa, dos direitos humanos, da evolução dos costumes, do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa e da equalização de oportunidade
5	Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores
6	Cultivar a pluralidade na composição da Redação e no conteúdo veiculado pelo jornal, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões de diferentes atores sociais, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controversa ou inconclusa
7	Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório
8	Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão
9	Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário
10	Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo
11	Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei
12	Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Folha de São Paulo.

Em 2021, a Folha de São Paulo completou 100 anos de existência, para a comemoração foi lançada uma nova edição do Manual da Redação, “acrescida de trechos sobre liberdade de expressão, diversidade, mobilidade e assédio sexual e moral” (Folha, 2022). De acordo com o IVC (Instituto Verificador de Circulação), em

2021, a circulação total da Folha, nos formatos digital e impresso atingiu o montante de 366.089 exemplares diários pagos. Além disso, o conteúdo visualizado pelos leitores em números de páginas vistas, atingiu 171, 5 milhões de acessos mensais, considerando as visualizações entre janeiro e dezembro, o montante ultrapassou 2 bilhões, com dados fornecidos pela Comscore⁴¹. No que tange os usuários únicos, forma 22,2 milhões de acessos mensais (Folha, 2022).

4.2.2 Revista Veja

A revista *Veja* é uma publicação do grupo Abril e ofertada no formato semanal. Foi lançada em 1968 pela Editora Abril, no período mais duro da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Na época o diretor e editor era Vítor Civita (Fundador do grupo Abril), o diretor de publicações era seu filho, Roberto Civita, e o diretor de redação era Mino Carta.

A *Veja* nasceu como uma “revista semanal de informação, elaborada por Raymond Cohen, com 25 páginas de publicidade e tiragem entre 150 mil e trezentos mil exemplares, aprovado pela diretoria da Abril, que já mantinha outras publicações em circulação”. No início contou com uma equipe “formada por 150 profissionais, com jornalistas para o primeiro escalão e criar um curso de formação profissional para suprir as demais necessidades”. É uma publicação marcada pelas coberturas políticas (Velasquez; Kushnir, 2021)⁴².

No projeto MOM Brasil, a biografia de Roberto Civita narra seu compromisso com a “defesa da liberdade de imprensa e da democracia” (MOM, 2021, p. 285), a partir do viés progressista das revistas *Veja* e *Realidade*. O contrato do jornalista Mino Carta estabeleceu a garantia da independência editorial da revista em relação ao grupo.

O trabalho de Carta resultou em:

uma série de matérias que contrariavam os governos militares, como as denúncias da repressão ao congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna (SP), em outubro de 1968; a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), inaugurando a fase de maior endurecimento do regime militar; a morte pela Polícia do Exército de Chael Charles Schreier, contrariando as declarações do governo

⁴¹ Empresa americana especializada em análise de tráfego.

⁴² A fonte consultada não é paginada.

militar de que não havia tortura no Brasil. A revista Realidade, no início, seguia a mesma linha editorial, com reportagens mais longas: falou sobre a ditadura de François Duvalier no Haiti; entrevistou personalidades políticas exiladas como João Goulart, Leonel Brizola e Celso Furtado; publicou trechos do Diário de Che Guevara; e fez uma edição especial sobre a mulher com temas polêmicos como aborto e virgindade (MOM, 2021, p. 285).

Tanto a revista Veja, quanto a revista Realidade⁴³, apresentavam um forte viés democrático no contexto da sua formação, em virtude do surgimento “marcado pelas revoluções de 1968 no âmbito internacional e pela instauração do regime militar no Brasil” (MOM, 2021, p.285). Ainda de acordo com o projeto MOM (2021), a polarização política foi a grande oportunidade nos primeiros anos da revista, com a cobertura crítica dos acontecimentos, mesmo de forma limitada. A primeira “Carta ao Editor, assinada por Vítor Civita “apresentava os objetivos da revista como um veículo de integração nacional” e apresentava que a informação objetiva estimulava a reflexão a partir dos inúmeros temas abordados pela revista: ciência, tecnologia, arte, desenvolvimento dos negócios, educação, esporte e religião (MOM, 2021).

Por outro lado, a revista foi sendo modificada ao longo dos anos, se distanciando da ênfase da luta pela democracia, se tornando conservadora e atenta às expectativas dos anunciantes, além de apresentar um alinhamento com o governo. A censura foi intensa no período do governo militar, com a decretação do AI-5, o que impulsionou a publicação de temas generalizados como a corrida espacial, o lançamento das entrevistas em páginas amarelas, caderno sobre investimentos e a publicação de uma parte cultural sobre cinema e teatro.

A pressão exercida pelo governo militar na linha editorial da revista culminou com a saída de Mino Carta em 1976. Nesse sentido, a mudança de perfil ocorreu com o controle editorial de Roberto Civita, a direção editorial de José Roberto Guzzo e Mario Sérgio Conti, num contexto que em que “a revista passou a defender mais claramente a menor interferência do Estado na economia, a abertura para o capital estrangeiro, as privatizações, a condenação dos movimentos sindicais e o processo de abertura do regime de forma gradual, lenta e segura, como “queriam os militares” (MOM, 2021, p. 285).

⁴³ A revista Realidade, já em 1969, voltou-se mais para temas comportamentais.

A liderança no mercado editorial ocorreu alinhada ao processo de redemocratização nos anos de 1980, “associada a defesa de candidatos de centro-direita nas eleições para presidente” (MOM, 2021, p. 285). Os acontecimentos políticos, como as eleições e as grandes mobilizações populares, e, também, as reviravoltas da política econômica impulsionaram essa expansão. A cada novo plano econômico, edições especiais explicando as medidas para a opinião pública insegura alcançavam tiragens recordes. O crescimento da demanda por informações na vigência do sistema democrático e a tendência monopolística do setor jornalístico no Brasil formaram o pano de fundo desse processo (Velasquez; Kushnir, 2021).

A campanha pelas eleições diretas, noticiadas em 1984, tiveram grande cobertura da revista e o lançamento de uma edição especial com a notícia da vitória de Tancredo Neves. As alterações na política econômica geraram descontentamento popular naquele contexto e que impulsionou uma publicação solidária ao descontentamento dos eleitores, sendo que “o tom crítico da revista naquela conjuntura pode ser indicativo de uma tentativa de afinar a sintonia com a classe média, núcleo principal do seu público-leitor” (Velasquez; Kushnir, 2021)⁴⁴.

A Veja acompanhou toda a história pós-democratização no país, fazendo coberturas de várias eleições presidenciais e reportagens investigativas que revelaram o contexto em que ocorreu o impedimento do presidente da República, Fernando Collor de Melo. Também acompanhou os governos seguintes e seus principais acontecimentos, como os planos econômicos que deram origem ao Real e à estabilidade econômica nos anos iniciais do governo de Fernando Henrique Cardoso.

É relevante registrar que no período FHC houve escândalos noticiados pela revista e um deles tratava do “Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), alvo de denúncias de favorecimento a empresas estrangeiras e de superfaturamento na instalação de caríssimo esquema de radares aéreos e monitoramento por satélite”, mas sem o mesmo empenho da apuração dos escândalos anteriores, já que “a edição de fim de ano da revista, em 27 de dezembro, noticiou-os em espaço reduzido, com uma “Carta ao leitor” que trazia apenas um cartão com os votos de final de ano (Velasquez; Kushnir, 2021)⁴⁵.

⁴⁴ A fonte consultada não é paginada.

⁴⁵ A fonte consultada não é paginada.

As características editoriais foram consolidadas ao longo dos anos, com “um modelo de apresentação gráfica e de distribuição das matérias e seções pela revista que se manteve até os dias atuais”. Como já mencionado, na fase inicial, com abertura de uma agenda cultural e o editorial “Carta do editor”, a *Veja* assumiu posteriormente o modelo tradicional com a abertura por uma entrevista (que passou a ser impressa em páginas amarelas), seções de humor (variando conforme o momento), destaques da semana, cartas, o editorial (“Carta ao leitor”) e uma grande matéria de resumo da semana, normalmente de pauta política. Nas últimas páginas, os temas culturais: cinema, livros, música etc. Fechando a revista, uma página de opinião assinada (Velasquez; Kushnir, 2021)⁴⁶.

A abertura para as páginas de publicidade é uma prática comum ao longo da existência da revista, “tanto nos temas variados das seções de cultura, quanto no espaço cada vez mais amplo concedido à propaganda (a partir dos anos 1980 as páginas de publicidade passaram a ocupar cerca de 2/3 da revista)”. Assim, a “*Veja* tornou-se o principal veículo de divulgação escrita de produtos junto a um público leitor/consumidor de classe média e alta [...] visto como consumidor de um produto editorial de valor comercial” (Velasquez; Kushnir, 2021)⁴⁷.

Na década de 1990 houve um investimento nas edições locais (*Veja* SP, *Veja* Rio), o que ampliou o seu “papel de marketing cultural e de lazer”, pois esses suplementos apresentam anúncios com programações ou classificados. Mais recentemente, a revista entrou nas plataformas digitais, com a marca de 30 milhões de visitantes mensais em 2017 e em 2018, com 30,2 milhões de visitantes com a publicação da reportagem da prisão do ex-presidente Lula. Além disso, ocupa espaço também nas redes sociais, com produção de conteúdo digital com vídeos e textos, conquistando uma rica leva de seguidores (*Veja*, 2018).

O Portal Abril, fundado em 1999, surgiu como “portal de notícias e entretenimento contendo dezenas de páginas com diferentes serviços e conteúdos”. O ranking Alexa⁴⁸ mostrou que em fevereiro de 2019, os conteúdos mais acessados eram os das revistas “*Exame* (exame.abril.com.br), com 27,81% dos acessos, e *Veja* (veja.abril.com.br), com 25,31% dos acessos” (MOM, 2021, p. 292).

⁴⁶ A fonte consultada não é paginada.

⁴⁷ A fonte consultada não é paginada.

⁴⁸ Portal que reúne informações sobre o ranking dos sites mais acessados globalmente, por país e por categoria. O site saiu de operação em 1 de maio de 2022. O site não expõe mais os dados por categoria desde 17 de setembro de 2020.

O site da Revista Veja no Portal Abril é dividido pelas seguintes seções (assuntos em destaque): Últimas notícias, Radar, Radar Econômico, Placar, Páginas Amarelas, Vídeos, Livros mais vendidos, Veja SP e Veja Rio. Pelas colunas: José Casado, Fernando Schüller, Dora Kramer, Matheus Leitão, Clarissa Oliveira, Ricardo Rangel, Veja Gente, Jorge Pontes, Murillo de Aragão, Maquiavel, Lucília Diniz, Mundialista, Isabela Boscov, Cannabiz, Mailson da Nóbrega e Letra de médico. A seção Assuntos é organizada da seguinte forma: Política, Economia, Brasil, Tecnologia, Mundo, Ciência, Educação, Cultura, Saúde, Comportamento e Religião.

Quadro 4 – Seções do Portal Veja

Seções	Características
Últimas Notícias	Notícias publicadas recentemente
Radar por Robson Bonin	Notas exclusivas sobre política, negócios e entretenimento. Com Gustavo Maia, Laísa Dall'Agnol e Lucas Vettorazzo
Radar Econômico por Victor Irajá (interino)	Análises e bastidores exclusivos sobre o mundo dos negócios e das finanças. Com Diego Gimenes.
Placar	Notícias sobre futebol
Páginas Amarelas	Páginas com uma entrevista especial da semana
Vídeos	Vídeos sobre alguns assuntos publicados na revista
Livros mais vendidos	Ranking dos livros mais vendidos no Brasil
Veja SP	Edição local
Veja Rio	Edição local

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja.

Segundo dados disponibilizados pelo projeto MOM (2021, p. 285), apesar de enfrentar uma “crise financeira e de credibilidade”, a revista permanece como a de maior tiragem no Brasil, “com a publicação média de 1.111.968 exemplares, muito à frente da segunda colocada, a revista Época, da Editora Globo, com média de 340.195 exemplares”.

A liderança de audiência se mantém desde 1980, mesmo com constantes interferências políticas no trabalho realizado pelos jornalistas, sujeitos a interferências políticas e econômicas no exercício profissional e evidenciada “em capas sensacionalistas”, com críticas a políticos e movimentos não alinhados com o perfil da revista. O Grupo abril sofreu alterações com a morte de Roberto Civita em 2013. Seus filhos Giancarlo Civita e Victor Civita Neto passaram a fazer uma administração voltada para atrair novos investidores e o aumento das receitas publicitárias. Com a

mudança da equipe editorial sob o comando do jornalista André Petry, a revista passou a abordar temas que desagradaram o público mais conservador (MOM, 2021).

4.3 SUBSETOR DE MÍDIA SOCIOAMBIENTAL

4.3.1 Revista Eco21

A Revista ECO21, fundada em 1990 com o nome de ECO-RIO numa homenagem à RIO'92, é uma publicação independente, pioneira na divulgação de documentos, ensaios, entrevistas e textos de informação ambiental; escritos por especialistas de renome nacional e internacional. “Mantém desde a sua fundação, como proposta básica, a disseminação de informações ambientais em nível analítico e documental” (Capriles, 2020)⁴⁹. A partir de dezembro de 1998, passou a se denominar ECO21 em homenagem ao Século 21 e à Agenda 21 da Conferência do Rio de 1992. A ECO21 é o jornalismo ambiental do Século 21. É uma revista sobre ciências e políticas ambientais que, pioneiramente, abriu um novo espaço jornalístico até então inexistente no Brasil. Herdeira da visão analítica e comunicativa da revista francesa *Le Sauvage* e da inglesa *The Ecologist* que marcaram toda uma época no ambientalismo europeu, a ECO21 foi a primeira revista a tratar o tema ambiental de um ponto de vista especializado com uma visão analítica e de, certa forma, educativa (Eco21, 2021).

Como eixo,

objetivamos uma permanência de longo prazo entre os seus leitores, se transformando, a cada edição, numa espécie de fascículo semi-enciclopédico e documental à semelhança de uma pequena coletânea ambiental contemporânea, narrando os fatos na medida em que eles fossem acontecendo. A ECO21 está destinada a todos aqueles interessados em aprofundar os conhecimentos relativos à implementação do desenvolvimento sustentável (Capriles, 2020)⁵⁰

A respectiva mídia apresenta um histórico significativo como uma das pioneiras no jornalismo ambiental no Brasil, fundada pelos jornalistas Lucia Chayb e René

⁴⁹ Dados concedidos por escrito de acordo com o questionário de entrevistas-piloto elaborado pela pesquisadora (fase inicial do projeto, Apêndice G), enviado ao jornalista René Capriles.

⁵⁰ Idem nota de rodapé 38.

Capriles⁵¹, circula por 30 anos⁵², e contou com a participação de vários colaboradores de prestígio nacional e internacional, que diretamente “escreveram artigos ou autorizaram a sua reprodução”. Suas atividades nasceram do acompanhamento das “iniciativas nacionais e internacionais voltadas para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a RIO 92”. Naquele momento, o projeto ECO 21 contemplou, também, as iniciativas da sociedade civil que participaram do denominado Fórum Global/ECO - RIO, evento paralelo ao encontro de Cúpula dos chefes de Estado e presidentes. Foi a partir desse contexto que a revista passou a acompanhar e registrar “todos os grandes momentos da política ambiental nacional e internacional (Eco21, 2021), traduzindo e documentando exclusivamente inúmeros textos específicos sobre as iniciativas ambientais, tanto oficiais quanto da sociedade civil” (Eco21, 2021). “Por se tratar de uma iniciativa alternativa sem vínculos partidários, religiosos ou mesmo com organizações não-governamentais, a ECO21 surgiu como um veículo totalmente dependente do mercado publicitário tradicional que permite o funcionamento das publicações jornalísticas” (Capriles, 2020)⁵³.

Ainda segundo René Capriles (2020)⁵⁴:

a ECO21 passou a ser consultada e colecionada a cada edição tanto pelos seus assinantes quanto pelos seus leitores ocasionais. Nesse período, a revista superou largamente o milhão de leitores, público composto por pessoas distribuídas em todos os Estados do Brasil e em muitas cidades do exterior. Trata-se de um resultado satisfatório que se comprova através da replicação das informações contidas nas suas páginas. Um exemplo dessa repercussão pode se constatar na

⁵¹ Diretora: Lúcia Chayb; editor: René Capriles; redação: Rudá Capriles, Tara Ayuk, Erik von Farfan; site: Rudá Capriles; colaboradores: Samyra Crespo, André Trigueiro, José Monserrat Filho, Sergio Trindade; fotografia: Ana Huara, Rudá Capriles e Lúcia Chayb; correspondentes no Brasil (São Paulo: Elisa Homem de Mello); correspondentes no Exterior: (Bolívia: Carlos Capriles Farfán; México: Carlos Véjar Pérez-Rubio; França: Aurore Capriles).

⁵² Em 2019, a revista passou por uma crise econômica e conta com a colaboração espontânea dos leitores para dar continuidade ao trabalho, que sustenta que “os recursos dessa captação serão utilizados para modernizar a presença da ECO21 na internet e ampliar seu alcance junto aos leitores de todo o Brasil, em um momento em que a informação qualificada ganha relevância extra frente ao grande volume de dados fora de contexto e falsos que assolam a sociedade” (ECO 21, 2020?). Em março de 2020 a edição impressa deixou de circular por razões econômicas ficando somente a versão das mídias sociais. “A ECO 21 (sendo ECO-RIO ainda) era distribuída nacionalmente em bancas e algumas livrarias. Em 1993, o então Ministro da Cultura, Antonio Houaiss, solicitou uma doação de exemplares para enviar a cada representação do Sistema Nacional de Bibliotecas. Respondendo ao apelo do ministro foi doada uma boa quantidade de exemplares e, como resposta, houve um significativo número de solicitações de assinatura. Foi a partir de então que a ECO 21 passou a ser vendida exclusivamente mediante assinatura” (Capriles, 2020).

⁵³ Idem nota de rodapé 38.

⁵⁴ Idem nota de rodapé 38.

resposta obtida pelos eventos da área ambiental, que sempre foram divulgados nas páginas da ECO21 [...] a ECO21 frequentemente é convidada para enviar representantes aos mais diferentes âmbitos com o objetivo de dar palestras, conferências, entrevistas, etc.

A multitemática ambiental está presente nas publicações da ECO21 e sua cobertura engloba desde as mudanças climáticas, poluição, resíduos sólidos, recursos hídricos, energias alternativas, ciências ambientais, sanitarismo, saúde, conquista espacial, tecnologias de ponta, reciclagem, florestas, desertificação, vida marinha, biologia, legislação ambiental, até temas como a ecofilosofia, economia verde, etc., com um foco específico para as questões que envolvem o desenvolvimento sustentável.

A revista já entrevistou diversas personalidades nacionais e internacionais no campo da política ambiental como: Maurice Strong, Carlos Minc, José Lutzenberger, Eduardo Viola, Aziz Ab'Saber, Rigoberta Menchú, Vandana Shiva, Lester Brown, Fritjof Capra, José Goldemberg, Carlos Nobre e Bráulio Dias.

Além disso, foram reproduzidos os textos de Olof Palme, Indira Ghandi, Al Gore, Jacques Chirac, Tony Blair, Mikhail Gorbachov, Fidel Castro, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Marina Silva, José Sarney Filho, Gilberto Gil, Celso Lafer e Izabella Teixeira. A revista também faz parceria com a divulgação de organizações do terceiro setor, sejam elas nacionais ou internacionais, dentre as parcerias aparecem: Conservation Internacional, WWF, SOS Mata Atlântica, Greenpeace, União Mundial para a Natureza – IUCN, SPBS, Pro-Natura, GTA, ISER, Viva Rio, IBASE (Eco21, 2021).

A existência da revista justifica-se pela difusão da informação em relação à temática ambiental para os mais diversos públicos, favorecendo especialmente “aqueles voltados para a educação ambiental, que recebem diretamente o benefício do conhecimento do que acontece no campo ecológico, tanto no Brasil quanto no exterior”.

A mídia está atualmente organizada pelos seguintes temas em seu site: Análise, Agropecuária, Arte, Biodiversidade, Biomas, Cidades, Ciência, Clima, Datas Comemorativas, Desastres, Ecofilosofia, Economia, Editorial, Entrevista, Grenn New Deal, *In Memoriam*, Jovens pelo Clima, Justiça Ambiental, Livros, Meio Ambiente, Saneamento Básico, ONU, Opinião, Pandemia, Papa Francisco, Política Ambiental, Povos Indígenas, Resiliência, Responsabilidade Social, Trilhas Ecológicas.

A ECO21 tem como pioneirismo a inovação do conceito de jornalismo ambiental, pois apresenta textos com uma dinâmica visual com um misto documental e artístico. Além disso, é uma fonte de referência para estudantes e inúmeros profissionais, pois recebe inúmeras solicitações para replicações no país e no exterior. Até março de 2020 a revista circulava em abrangência nacional, com periodicidade mensal e tiragem de 30.000 exemplares⁵⁵.

A replicação da ECO21 é um fato concreto. São inúmeras as solicitações de autorização para reproduzir artigos ou ideias em outros trabalhos, principalmente na Internet. Da mesma forma, pequenas publicações escolares utilizam os nossos textos reproduzindo-os na íntegra. Já no campo profissional, diplomatas, técnicos, ecologistas, políticos, preparam as suas palestras consultando a ECO21. São inúmeros os pedidos do exterior solicitando autorizações de tradução. Também é possível medir a replicação da ECO21 pelo grande número de colaborações espontâneas que se recebe na redação, procedentes dos mais autorizados nomes das diversas áreas das ciências ambientais.

4.3.2 Envolverde

A mídia Envolverde foi fundada em 8 de janeiro de 1998 por Adalberto Wodianer Marcondes⁵⁶. Tem como objetivo atuar para “construir parcerias e redes sólidas com os mais diversos atores da sociedade, de forma a chegar a todos os públicos” (Envolverde, 2021), além disso tem como missão “ampliar o conhecimento social da sustentabilidade [por meio] do jornalismo e da comunicação” e como visão “ser parte de um processo transformador da sociedade em direção a uma economia sustentável” (Envolverde, 2021). Já a marca Envolverde surgiu em 1991, a partir da “ideia de se criar uma agência de notícias sobre meio ambiente”. No ano de 1995, a Envolverde recebeu uma “demanda do Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma-ONU) para editar no Brasil um projeto panamericano de jornalismo ambiental

⁵⁵ Dados obtidos por escrito de acordo com o questionário de entrevistas-piloto elaborado pela pesquisadora (fase inicial do projeto, Apêndice G), enviado ao jornalista René Capriles.

⁵⁶ Diretor executivo e editor chefe: Dal Marcondes; diretor administrativo Financeiro: Fabio Salama; diretora de relacionamentos: Ana Maria Vasconcellos; diretor de projetos especiais: Reinaldo Canto; arte, design e gestora de mídias: Alba Wodianer; diretor de relações institucionais: Carlos Muanis; estagiária: Paolla Yoshie; correspondente em Curitiba: Luana Vasconcellos; conselheiros: Ana Carolina Amaral, Efraim Neto, Pedro Roberto Jacobi e Alice Marcondes.

chamado Terramérica, em parceria com a agência Inter Press Service (IPS)⁵⁷ (Marcondes, 2020)⁵⁸.

A Envolverde também foi transformada em uma editora em 1996, e em 8 de janeiro de 1998 o site entrou no ar, que de acordo com um estudo da SEMBRA Media⁵⁹ é “considerado hoje o mais antigo projeto jornalístico nativo digital em operação no Brasil”. A partir de 1998, a mídia tem atuado “com produção, curadoria e distribuição diária de conteúdos jornalísticos e artigos em formato de livre reprodução”. No ano de 1997, a mídia deixou de ser editora jornalística e foi transformada em uma ONG chamada Instituto Envolverde, o que para Marcondes (2020)⁶⁰ pareceu mais “adequado ser uma organização sem fins lucrativos do que uma empresa”.

A mídia segue as seguintes diretrizes organizacionais: missão: ampliar o conhecimento social da sustentabilidade através do jornalismo e da comunicação; visão: ser parte de um processo transformador da sociedade em direção a uma economia sustentável; e atuação: construir parcerias e redes sólidas com os mais diversos atores da sociedade, de forma a chegar a todos os públicos (Envolverde, 2021).

As publicações são diárias, apesar de seguir a lógica editorial de um produto semanal, os conteúdos são indexados aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU) com a proposta de trabalhar “diariamente para oferecer a melhor informação de análise e reflexão aos nossos leitores”.

A estrutura editorial obedece às seguintes editorias: Destaques; Ambiente; Sociedade; Economia; Bem-estar; Empresas; Artigos; Educação; Comunicação e Educação. A mídia também produz *lives* semanais, intituladas “Diálogos Envolverde”, que são exibidas para a internet pelas plataformas Facebook e YouTube simultaneamente. Segundo Dal Marcondes (2020)⁶¹, a mídia não trabalha muito com “o factual do dia a dia, as hard News, mas sim a formação de contexto, seja em reportagens ou artigos de opinião”.

⁵⁷ O projeto tratava da produção de um tabloide de 16 páginas que circulava encartado em jornais da região, da Argentina ao México. “No Brasil chegou a circular encartado em mais de 20 veículos. O projeto durou até 2003, quando foi descontinuado” (Marcondes, 2020).

⁵⁸ Dados obtidos por escrito de acordo com o questionário de entrevistas-piloto elaborado pela pesquisadora (fase inicial do projeto, Apêndice G), enviado ao entrevistado Dal Marcondes.

⁵⁹ A SembraMedia é uma organização sem fins lucrativos dedicada a aumentar a diversidade de vozes e a ajudar os empreendedores de mídia digital a se tornarem mais sustentáveis e independentes. Para mais informações consultar: <https://www.sembramedia.org/>

⁶⁰ Idem nota de rodapé 47.

⁶¹ Idem nota de rodapé 47.

A mídia atende ao público em geral (feminino em sua maioria) e com qualificações acadêmicas e profissionais como: professores; gestores ambientais públicos, privados e de organizações sociais; advogados especializados em meio ambiente; jornalistas e estudantes. A Envolverde está organizada pelas seguintes seções em seu site: Ambiente, Sociedade, Economia, Cidades, Empresas, Educação, Infância, Colunistas e Mundo.

4.3.3 Página22

A Página22 é uma publicação no formato revista multimídia lançada em 2006, pelas jornalistas Amália Safatle e Flávia Pardini⁶². A iniciativa surgiu quando as jornalistas trabalhavam na redação da Carta Capital, na editoria de economia. Naquele contexto, as jornalistas sentiram a necessidade de relacionar os temas econômicos aos temas sociais e ambientais, já que, apesar de haver liberdade, não eram tratados de maneira tão enfática no veículo que trabalhavam. Além disso, a interrelação entre os temas não era algo convencional para os jornalistas nos veículos de imprensa, então foi preciso criar um veículo com toda profundidade necessária, pois as jornalistas sentiam que era necessário criar um veículo especializado em sustentabilidade

O projeto foi apresentado ao Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), num momento em que a palavra sustentabilidade era pouco conhecida (nos anos de 2004 e 2005) e as empresas ainda não tinham muito conhecimento sobre o que se tratava. A proposta foi aceita porque a FGVces precisava disseminar o assunto e a revista seria um instrumento nesse sentido (a publicação começou de forma impressa). Em 2018 a revista se tornou independente, o que impõe muitos desafios para a captação de recursos, por isso busca apoiadoras para projetos específicos, além de contar com colaboradores que publicam sem cobrar.

Segundo Safatle (informação verbal)⁶³, “a mídia não é classificada [como] um veículo ambiental”, mas “um veículo que aborda questões econômicas, sociais e

⁶² Fundadora e editora: Amália Safatle; fundadora: Flavia Pardini; repórteres: Magali Cabral e Sérgio Adeodato; designer gráfico: José Junior Roosevelt; produtor: Jorge Novais.

⁶³ Dados obtidos por meio do questionário enviado à jornalista Amália Safatle na fase inicial do projeto (Apêndice H), em outubro de 2020.

ambientais; tendo a sustentabilidade como um olhar transversal e a economia como um subsistema de um sistema maior, que é o ambiental que marcha com a atuação da sociedade para colocar em marcha esse desenvolvimento”. A revista “se tornou referência no mercado editorial brasileiro ao antecipar a importância do tema da sustentabilidade”, por meio de uma “linguagem atraente e acessível aos diversos públicos, acreditando que a informação clara é o primeiro passo para a construção de políticas públicas que tragam bem-estar para todos” (Página22, 2021).

A Página22 propõe discutir o modelo de desenvolvimento atual, por “um modelo capaz de gerar a riqueza mais distribuída entre as pessoas, respeitando os limites do planeta”. Sempre abordou aspectos políticos culturais históricos comportamentais, com escopo amplo incluindo a parte artística. A revista começou com periodicidade mensal e com estrutura regular, mas hoje existe um novo modelo de negócios, site atualizado sempre com novidades, uma ou duas postagens por semana, e com colaboradores que escrevem os artigos (informação verbal)⁶⁴.

Tem como objetivos provocar “o debate livre e plural sobre as principais questões da atualidade e aglutina propostas para lidar com as rápidas transformações da sociedade”, além disso “responde à crescente fragmentação da informação e traz uma luz original ao debate” (Página22, 2021) por captar tendências e sugerir novas proposições inter-relacionadas entre os temas discutidos, de forma aberta, já que o conteúdo reproduzido é compartilhado mediante licença *Creative Commons*.

A parte jornalística é realizada com apoio, pois alguns projetos são patrocinados a partir da escolha de determinados temas, com a pauta realizada com o patrocinador. Apesar do patrocínio, a apuração dos critérios jornalísticos é realizada com independência e autonomia numa construção conjunta com quem financia.

A Página22 não é considerada pela editora como uma mídia ambiental, pois nunca se refere ao meio ambiente isoladamente, utiliza um enfoque integrado, relacionando os aspectos: econômico, histórico, político e humano. A cobertura sempre é completa, já que cada assunto nunca é analisado por um único aspecto, ouvindo diversos públicos, diversos atores (como governo, empresa, pessoas afetadas, sociedade civil, academia, organismos multilaterais e o cidadão comum), o que a diferencia da mídia convencional que, na maioria das vezes, enfoca só no ponto de vista econômico (informação verbal)⁶⁵.

⁶⁴ Idem nota de rodapé 52.

⁶⁵ Idem nota de rodapé 52.

O público-alvo é amplo, o que representa um grande desafio, “porque usa uma linguagem para os diversos públicos”, mas sem o alcance popular das massas. Pelo fato de ser um veículo especializado, atrai formadores de opinião, tomadores de decisão e multiplicadores da informação.

Safatle (informação verbal)⁶⁶ considera o jornalismo ambiental importante, mas com o receio de que um jornalismo especializado pode ser produzido como algo separado do todo, pois considera que é preciso inter-relacionar tudo que acontece, ou seja, a grande contribuição é poder expor as múltiplas relações nessa grande esfera terrestre, que nada mais é que grande sistema complexo, com inter-relações onde tudo está interligado. É esse olhar que a redação imprimiu à revista Página22, “um olhar da complexidade e dos sistemas interligados, sempre guiada pelo pensamento complexo e sistêmico guiando o fazer jornalístico”, a partir do entendimento que “a produção e a geração de riquezas respeitem os limites físicos, biofísicos e biológicos para gerar bem-estar para esta e as próximas gerações”.

Um outro produto, em formato eletrônico, a P22_ON foi lançado em 2015. Por tratar de assuntos mais “complexos e estratégicos para o desenvolvimento sustentável” e “voltado para a disseminação na sociedade do conhecimento técnico sobre sustentabilidade” a partir da discussão dos seguintes temas: parcerias, precificação do carbono, serviços ecossistêmicos, finanças sustentáveis, formação integrada, adaptação, gestão de emissões, inovação na cadeia de valor; desenvolvimento local; moda; soluções baseadas na natureza; água; capital natural; blockchain socioambiental; ISP em clima, água e energias renováveis (Página22, P22_on, 2021).

⁶⁶ Idem nota de rodapé 52.

5 IDENTIFICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E SÍNTESE DAS PUBLICAÇÕES

Neste capítulo apresenta-se a identificação, interpretação e síntese das publicações das mídias convencional/não especializada e socioambiental/especializada sobre os dois macrotemas selecionados para esta tese: agrotóxicos e Amazônia brasileira entre 2003 e 2021.

A compreensão centra-se nas representações sociais desses dois diferentes subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial. Assim, procura-se identificar, interpretar e sintetizar por meio das publicações, o papel social das mídias no circuito do que é publicado, isto é, como os jornalistas percebem e interpretam o seu cotidiano, considerando a autonomia diante do processo de construção das notícias/reportagens e sua capacidade de ação e reflexão em relação ao que é publicado.

O entendimento das representações sociais, construídas e difundidas em práticas de comunicação do cotidiano, permite compreender como cada subsetor de mídia percebe a formulação da política ambiental em cada uma das diferentes gestões do MMA brasileiro, que é um dos principais atores do ambientalismo complexo-multissetorial. O intuito foi identificar o conteúdo simbólico em cada subsetor do ambientalismo complexo-multissetorial e identificar as fragilidades do modelo de desenvolvimento associado à formulação de políticas públicas pelo MMA em momentos específicos⁶⁷.

No presente estudo se propõe conferir como os dois subsetores percebem e constroem a pauta jornalística, influenciada pelo que ocorre na agenda ambiental governamental. O subsetor socioambiental/especializado, que tem o jornalismo ambiental ecopolítico e ecossocial; e o subsetor convencional/não especializado, que também se insere nesse contexto por meio de matérias sobre meio ambiente.

O intuito inicial de investigação partiu do princípio que os dois subsetores possivelmente apresentassem representações sociais diferentes, devido a aspectos estratégicos como motivação econômica, ética pública, abordagens político-ideológicas - em diversos momentos do recorte temporal selecionado, no entanto, após a leitura dos textos selecionados verificou-se que os dois subsetores apresentam categorias analíticas amplas que originam as representações. Além disso, os

⁶⁷ Como por exemplo, a aprovação do Código Florestal em 2012 etc.

aspectos estratégicos estão presentes de maneira variada nas publicações por macrotema nos dois tipos de mídia selecionados.

5.1 AMOSTRA DAS PUBLICAÇÕES

As notícias/reportagens (identificadas, interpretadas e selecionadas) foram coletadas no espaço de tempo que compreende o ano de 2003 até o ano de 2021, período no qual ocorreram diferentes gestões governamentais do MMA que motivaram a elaboração de publicações sobre os macrotemas agrotóxicos e Amazônia brasileira. A escolha pelas mídias ocorreu em virtude de algumas características que incluem: fundação, data de início das publicações, formação e composição do corpo editorial, valores organizacionais e variedade de textos publicados (textos de cobertura diária, produtos opinativos como editoriais, artigos, colunas e cadernos editoriais); e como suas respectivas atuações podem contribuir para o debate público a partir do jornalismo, seja o praticado pela mídia convencional ou o praticado pela mídia socioambiental.

O recorte temporal para esta tese, definido pelo período de 18 anos, considerou a existência de diferentes momentos da história: alguns períodos identificados pela abertura democrática e maior compromisso com as forças sustentabilistas; e outros períodos com menor abertura democrática e maior compromisso com alguns setores específicos que movimentam a economia brasileira.

Nesta etapa, são identificados os textos sobre os agrotóxicos e a Amazônia brasileira, tendo como primeiro movimento de investigação o rastreamento de todas as notícias relacionadas aos dois macrotemas no buscador da versão digital de cada uma das mídias selecionadas. A Folha de São Paulo é a única mídia que disponibilizava a versão integral do jornal impresso, já as demais mídias disponibilizavam somente as versões digitais (Portal Veja para a Revista Veja e o site específico de cada uma das demais mídias: Eco21, Envolverde e Página22)⁶⁸. Reconhece-se nesta escolha as limitações em relação à seleção das palavras-chave, assim como as possíveis falhas do sistema de busca das mídias selecionadas.

As notícias/reportagens selecionadas foram organizadas da seguinte maneira: optamos por apresentar os dados separadamente por cada subsetor (convencional e

⁶⁸ Os conteúdos no Portal Veja e na Folha de São Paulo são exclusivos para assinantes. Já o conteúdo da Eco21, da Envolverde e da Página22 são disponibilizados gratuitamente em seus respectivos sites.

socioambiental). Cada macrotema (agrotóxicos e Amazônia brasileira) foi subdividido em 3 subtemas: agrotóxicos: danos à saúde, danos ao ambiente e política ambiental; Amazônia brasileira: desmatamento, extrativismo e política ambiental)⁶⁹.

No que tange ao recorte temporal, foi realizada uma divisão por cada ano selecionado, a partir de 2003, com a posse de Marina Silva como ministra, até junho de 2021, com a gestão de Ricardo Salles, contabilizando a atuação de 5 ministros do meio ambiente (Marina Silva; Carlos Minc, Izabella Teixeira, Sarney Filho e Ricardo Salles)⁷⁰. Para informações detalhadas sobre os resultados encontrados na coleta de cada mídia em cada subsetor consultar os Apêndices A e B.

Foram selecionadas 229 notícias ou reportagens que apresentavam relação com o macrotema agrotóxicos e 937 notícias ou reportagens que apresentavam relação com o macrotema Amazônia brasileira, totalizando um *corpus* de 1.166 textos (somando os dois subsetores de mídia). Esclarece-se que mais notícias foram encontradas na busca preliminar⁷¹, mas, após a seleção inicial, muitas delas foram excluídas deste *corpus* por apresentarem um sentido que não se enquadrava ao tema desta pesquisa ou ainda porque sua menção se mostrou irrelevante em relação à informação que se buscava encontrar.

O mapeamento das notícias/reportagens sobre o tema foi realizado por meio de busca no próprio site de cada veículo e de palavras-chave relacionadas aos itens noticiosos que contivessem palavras-chave relacionadas aos macrotemas agrotóxicos e Amazônia brasileira⁷². O procedimento de coleta foi realizado por

⁶⁹ A separação ocorreu no decorrer da leitura das publicações selecionadas no sistema de busca das mídias até o total geral dos artigos encontrados no resultado final da coleta de dados, após a seleção realizada pela pesquisadora. No que tange o subtema extrativismo, a coleta foi centrada mais em notícias/reportagens que tratam do agroextrativismo (floresta em pé) e das atividades relacionadas à mineração.

⁷⁰ Entre 06/04/2018 e 01/01/2019, o ministério foi comandado pelo ministro interino Edson Duarte, que não foi selecionado para esta pesquisa.

⁷¹ 1.173 notícias ou reportagens para o macrotema agrotóxicos e 9.236 notícias ou reportagens para o macrotema Amazônia brasileira.

⁷² A busca preliminar nas mídias ocorreu da seguinte maneira: para a mídia convencional/não especializada, macrotema agrotóxicos: a) Folha de São Paulo: foram realizadas diversas tentativas de busca avançada utilizando as palavras-chave: agrotóxicos danos à saúde/agrotóxicos e saúde; agrotóxicos: danos ao ambiente/agrotóxicos e meio ambiente/agrotóxicos e política ambiental. Mas o sistema de busca não encontrou resultados no campo: exatamente esta frase. Já no campo de busca qualquer uma das palavras foram encontrados: 8.850 resultados para agrotóxicos danos à saúde e 21.430 resultados para agrotóxicos danos ao ambiente (esse resultado de busca foi rejeitado pelo volume desproporcional e não significativo para os propósitos desta pesquisa, pois a pesquisa encontrava resultados para qualquer uma das palavras), assim, optou-se pela palavra-chave agrotóxicos, com 66 resultados; b) Revista Veja (Portal Veja): foram realizadas tentativas de busca simples (a Veja não dispõe de busca avançada) com as palavras-chave: agrotóxicos: danos à saúde, danos ao ambiente e agrotóxicos política ambiental, mas os resultados foram insuficientes e optou-se

etapas: a) seleção preliminar, b) identificação da variedade encontrada e, c) nova seleção dos materiais encontrados.

Nesse contexto, o delineamento do *corpus* atendeu aos critérios de: relevância (com um foco temático), homogeneidade (material textual), sincronicidade no período selecionado (“intervalo de tempo dentro do qual um *corpus* de materiais relevantes e homogêneos deve ser selecionado”) (Bauer; Gaskell, 2008, p. 56). Na segunda triagem (identificação da variedade encontrada), atentando para as notícias/reportagens mais precisas, permaneceram como *corpus* empírico desta pesquisa aquelas que se encaixavam na temática vinculada aos subtemas de cada macrotema.

A pesquisa qualitativa tem por objetivo o entendimento de “diferentes ambientes sociais no espaço social, tipificando estratos sociais e funções sociais ou a combinação delas com representações específicas”. Desse modo, “os ambientes sociais ocupam um espaço social e podem ter um projeto de interesse e de investimento comuns que justifique suas representações específicas”, considerando a dinâmica social que abre espaço para novos ambientes sociais que convivem com os tradicionais e “produzem diferenças com respeito à representação de um novo problema na sociedade” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 57).

Nesse primeiro movimento, buscou-se tipificar a categoria funcional das mídias (convencional e socioambiental - no ambiente social da mídia) para posteriormente tipificar sua variedade de representações, ou a maneira como as mídias “se relacionam com o objeto (temas socioambientais) no seu mundo vivencial”. A relação

pela busca somente com a palavra-chave agrotóxicos, gerando 274 resultados. Para a mídia socioambiental/especializada foi utilizada a palavra-chave agrotóxicos no sistema de busca simples (não há sistema de busca avançada nas três mídias), em virtude dos resultados insuficientes gerados pelas buscas com o recorte dos subtemas agrotóxicos: danos à saúde/danos ao ambiente/política ambiental (Eco21: 50 resultados; Envolverde: 566 resultados; Página22: 217 resultados). Para o macrotema Amazônia brasileira: a) Folha de São Paulo: foram utilizadas as palavras-chave: Amazônia/desmatamento com 3.386 resultados, Amazônia/extrativismo com 1.797 resultados e Amazônia/política ambiental com 30.980 resultados (esse resultado de busca foi rejeitado pelo volume desproporcional e não significativo para os propósitos desta pesquisa, pois a pesquisa encontrava resultados para qualquer uma das palavras), assim, optou-se pela palavra-chave Amazônia com 1.723 resultados, no período selecionado; b) Revista Veja (Portal Veja): foram realizadas tentativas de busca simples (a Veja não dispõe de busca avançada) com as palavras-chave: Amazônia: desmatamento/extrativismo/política ambiental, mas os resultados foram insuficientes e optou-se pela busca somente com a palavra-chave Amazônia, gerando 3.688 resultados. Para a mídia socioambiental/especializada foi utilizada a palavra-chave Amazônia no sistema de busca simples (não há sistema de busca avançada nas três mídias), em virtude dos resultados insuficientes gerados pelas buscas com o recorte dos subtemas Amazônia: desmatamento/extrativismo/política ambiental (Eco21: 276 resultados; Envolverde: 2.766 resultados; Página22: 783 resultados no período selecionado). Todos esses resultados foram alterados após a leitura de todos os textos no resultado preliminar.

sujeito-objeto é observada por meio de conceitos “como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discursos, cosmovisões, hábitos e práticas”, como “uma variedade desconhecida” que “merece ser investigada” (Bauer; Gaskell, 2008, p. 57).

O entendimento dos problemas socioambientais a partir de dois subsetores da mídia abre espaço para a identificação/interpretação de representações que oscilam entre os valores consolidados pela lógica mercantil, assim como representações que refletem os valores da ecologia social e política. Nesse contexto (conforme já apontado no Capítulo 1), o jornalismo ambiental aparece como um subsetor do ambientalismo complexo-multissetorial, ecológico e ecossocial; já a mídia convencional, por outro lado, também se insere no ambientalismo complexo-multissetorial por meio de matérias sobre meio ambiente.

As publicações dos dois subsetores possibilitaram a construção de diferentes categorias relacionadas às dinâmicas processadas na gestão pública e a aspectos estratégicos como motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas que permitiram identificar representações sociais diversas em cada gestão do MMA. A investigação em torno das representações sociais das mídias e de aspectos estratégicos contribuiu para a compreensão pública a respeito de graves e complexas questões ambientais no Brasil, como as relativas aos agrotóxicos e à Amazônia brasileira.

Nesse sentido, diferentes categorias que deram origem às representações sociais foram identificadas em cada macrotema: agrotóxicos (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio), considerando que as categorias definem o agronegócio convencional, que aposta num modelo arcaico com a pretensão de atingir o lucro a qualquer custo; e o agronegócio que investe em iniciativas sustentáveis e diverge do agronegócio convencional.

As categorias do macrotema Amazônia brasileira (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma) foram definidas considerando práticas no modelo econômico-produtivo que preza pelo uso sustentável dos recursos do bioma amazônico; e um modelo produtivo que visa o lucro a qualquer custo, desconsiderando a importância da preservação da biodiversidade do bioma. Já a caracterização dos aspectos “estratégicos” deve-se ao

fato de constituírem ideias que se mantêm ao longo do tempo como estratégicas para a compreensão das relações entre Estado/governo, mercado e sociedade civil.

A identificação/interpretação das notícias/reportagens “acontece ao longo da pesquisa, na leitura de cada etapa [...] e do conjunto dos resultados obtidos, à qual se misturam elementos colaterais que contribuem para explicar o significado do que foi encontrado, à luz do/s referencial/is escolhido/s”. Assim a busca do entendimento do significado dos dados ocorre “a partir do (s) contexto (s) em que são produzidos, do referencial teórico que os orienta e do problema que se está a estudar” (Arruda, 2005, p. 230).

O percurso interpretativo iniciou na etapa de definição das categorias mencionadas, de modo que seguiu o “procedimento para levantar as condições de produção das representações sociais” (Arruda, 2005, p. 236), considerando as características do objeto de estudo, as do sujeito da representação e da pesquisadora, com o intuito de buscar o entendimento no processo de “organização de conhecimentos que possui um grupo a respeito de um objeto social” (Moscovici, 1979, p. 45 apud Andrade, 2018, p. 5).

Para Moscovici (2015), a psicologia social é, obviamente, uma manifestação do pensamento científico e, por isso, quando estuda o sistema cognitivo ela pressupõe que: 1) os indivíduos normais reagem a fenômenos, pessoas ou acontecimentos do mesmo modo que os cientistas ou os estatísticos e, 2) compreender consiste em processar informações, nós percebemos o mundo tal como é e tomadas nossas percepções, ideias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase físico em que nós vivemos. O que nos distingue é a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente; e o que distingue o meio ambiente é sua autonomia, sua independência com respeito a nós.

A escolha pela contribuição teórica e metodológica da Teoria das Representações Sociais justifica-se a partir de suas associações, que ressaltam uma “diversidade de concepções e significados que são utilizados para designar, perceber e compreender as questões ambientais, suas problemáticas e seus impactos” (Andrade, 2018, p.20).

A construção teórica do campo das representações sociais de Serge Moscovici é resultado do processo de inovação promovido pela Psicologia Social europeia que incluiu o estudo das minorias ativas e a influência destas no meio social. A busca pela compreensão do processo de construção social do conhecimento e sua relação com

as práticas sociais resultou na tese de doutorado intitulada *La psychanalyse son image et son public*, de 1961. Centrada no resgate da tradição sociológica do conceito de representações coletivas de Durkheim, a obra é uma releitura que coloca tanto os indivíduos quanto as sociedades como capazes de pensar e construir coletivamente suas realidades (Almeida *et al.*, 2014).

A referência principal para essa nova proposição está implícita na renovação da “especificidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, caracterizados por intensidade e fluidez das trocas e comunicações; desenvolvimento da ciência; pluralidade e mobilidade sociais” (Jodelet, 2001, p. 22). Nesse contexto, a Psicologia Social tem uma contribuição relevante no esforço de ultrapassar a dissociação na relação indivíduo/sociedade e psicologia/sociologia, se consolidando como um campo de estudos transdisciplinar, sem cair na armadilha da compartimentalização disciplinar (Spink, 1993).

A psicologia tradicionalmente se encarrega de avaliar “o estado mental que o produtor traz para o processo do conhecimento”, possibilitando “a análise do conteúdo mental privado para o atendimento das expectativas de papel publicamente definidas”. Por outro lado, a sociologia se encarrega da “avaliação das consequências do processo do conhecimento”, considerando “os efeitos da presença real, imaginada ou intuída de outros”. A superação dessa dicotomia pela Psicologia Social pressupõe “o indivíduo e suas produções mentais como produtos de sua socialização em um determinado segmento social”. Nessa concepção, a individualidade “emerge como uma estrutura estruturada que tem potencial estruturante” (Spink, 1993, p. 304).

Esse distanciamento do paradigma clássico da psicologia possibilita uma nova forma de entendimento da relação indivíduo-sociedade considerando o aspecto cognitivo para compreender como os sujeitos sociais constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição sociocultural. Para Denise Jodelet (2001, p. 26), esse novo paradigma busca, a partir das representações sociais, compreender os “elementos afetivos, mentais e sociais e integrar – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir”.

Moscovici tratou das representações sociais como um sistema de valores, ideias e práticas estabelecidas e prescritivas, ou seja, ao mesmo tempo são capazes de comunicar-se entre si e esvair-se para fazer surgir novas representações. “Trata-se de compreender não mais a tradição, mas a inovação; não mais uma vida social já

feita, mas uma vida social em via de se fazer” (Moscovici, 2001, p. 62). Nesse sentido, as representações são entendidas como formas de conhecimento prático, que consideram a relevância do senso comum numa “forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar” (Moscovici, 2009, p. 48).

Desse modo, “as representações são, ao mesmo tempo, construídas e adquiridas, tira-se-lhes esse lado preestabelecido estático, que as caracterizava na visão clássica. Não são os substratos, mas as interações que contam” (Moscovici, 2001, p. 62). Esse aspecto dinâmico dissocia a proposta de Moscovici da perspectiva anteriormente proposta por Durkheim, que atribuía às representações coletivas estabilidade e permanência ao longo do tempo, mesmo considerando excepcionais modificações. Essas mudanças no estatuto da objetividade e da busca pela verdade refletem a constatação de mudanças significativas no campo científico:

trata-se, evidentemente, de inserir o estudo das representações sociais entre os esforços de desconstrução da retórica da verdade, componente intrínseco da Revolução Científica que inaugura a modernidade nas sociedades ocidentais. Esta contestação da retórica da verdade pode ser visualizada como um movimento em três tempos: da epistemologia clássica à incorporação do social, com a consequente relativização da objetividade, e, no terceiro momento, à ampliação do olhar, de modo a ver o senso comum não mais como cidadão de segunda classe, mas como conhecimento legítimo e motor das transformações sociais (Spink, 1993, p. 302).

As representações sociais abrem um novo caminho para que os indivíduos possam ser agentes na interpretação e explicação do mundo que os cerca, ao mesmo tempo, mostra que são capazes de exercer algum tipo de domínio que oriente suas condutas. Para Spink (1993), a representação ilustra o indivíduo como sujeito social que não é apenas um produto determinado socialmente, ao mesmo tempo que busca uma integração com a independência produtiva, já que as representações surgem a partir de condições específicas e contextualizadas que abrem espaço para a subjetividade e a inclusão do afeto, não sendo apenas resultado da cognição.

Nesse sentido, Jodelet (1989 apud Spink, 1993, p. 304) indica que as representações sociais englobam “elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas

intervêm”. Essa complexidade indica que elas compreendem “sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, de um estado dos conhecimentos científicos, quanto da condição social e da esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos” (Jodelet, 2001, p. 21).

O argumento desenvolvido por Moscovici está centrado na existência de dois universos de pensamento nas sociedades contemporâneas, o universo reificado, embasado em pressupostos científicos, e o universo consensual, que se baseia nas perspectivas do senso comum, num processo de subjetivação, de visão de mundo. O autor argumenta que as representações sociais nascem do universo consensual, a partir de práticas cotidianas. Para ele, assim como para outros epistemólogos do século XX, a construção social da realidade e a compreensão do ser social dependem do conhecimento científico e do senso comum.

Nesse contexto, as representações sociais aparecem como *práxis* que orienta a “funcionalidade das representações sociais na criação e na manutenção de uma determinada ordem social”. Vistas como conhecimento prático, apresentam diversas funções como: “orientação das condutas e das comunicações (função social); proteção e legitimação de identidades sociais (função afetiva) e familiarização com a novidade (função cognitiva)” (Spink, 1993, p. 306).

A familiarização com a novidade, expressa pela função cognitiva, que tem como objetivo transformar o estranho em familiar a partir dos processos de ancoragem e objetivação:

a ancoragem refere-se à inserção orgânica do que é estranho no pensamento já constituído. Ou seja, ancoramos o desconhecido em representações já existentes. Moscovici (1978, citado por SPINK, p.306) a concebe como um processo de domesticação da novidade sob a pressão dos valores do grupo, transformando-a em um saber capaz de influenciar, pois "nos limites em que ela penetrou numa camada social, também se constitui aí num meio capaz de influenciar os outros e, sob esse aspecto, adquire status instrumental". Em suma, a ancoragem é feita na realidade social vivida, não sendo, portanto, concebida como processo cognitivo intraindividual (Spink, 1993, p. 306).

Desse modo é um processo que permite ao indivíduo “integrar o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social”

(Trindade; Santos; Almeida, 2014, p.146). Já o processo de objetivação caracteriza-se por ser:

essencialmente uma operação formadora de imagens, o processo [por meio] do qual noções abstratas são transformadas em algo concreto, quase tangível, tornando-se "tão vívidos que seu conteúdo interno assume o caráter de uma realidade externa" (Moscovici, 1988, apud Spink, 1993, p. 306). Este processo implica três etapas: primeiramente, a descontextualização da informação [por meio] de critérios normativos e culturais; em segundo lugar, a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual; e, finalmente, a naturalização, ou seja, a transformação destas imagens em elementos da realidade (Spink, 1993, p. 306).

A dinâmica desse processo privilegia algumas informações em detrimento de outras, de modo que transfere as informações do contexto original ao contexto imaginético dos atores sociais (Trindade; Santos; Almeida, 2014). Na visão de Spink (1993), os processos cognitivos acabam sendo privilegiados nesse contexto, por mais que haja um esforço para que a função cognitiva não reduza a elaboração das representações a esses processos. Por outro lado, a função afetiva lida com a proteção de identidades, tecendo a interação social a partir de estratégias no meio social que privilegiem a manutenção das identidades ameaçadas. Além disso, a função social cumpre com a função de análise da formação das interações sociais.

Cumprido salientar que o conceito de representação social está diretamente associado aos processos de comunicação social. Como reflexo deste entendimento, Moscovici observou que o desenvolvimento dos sistemas de comunicação, em particular ao longo do século XX, assumem um papel relevante na forma de abordagem desenvolvida por ele, já que são capazes de influenciar o pensamento a partir da ampliação da difusão da informação e consequentemente a criação de novos conhecimentos com base na heterogeneidade dos grupos sociais como estímulo ao diálogo e ao consenso na esfera pública, inserindo as representações sociais em um processo dinâmico (Gasparini, 2015).

Assim, a comunicação social assume um papel preponderante na análise dos fenômenos da representação social, por ser, por meio da linguagem, portadora em si mesma de representações. Além disso, seu caráter estruturante exerce influência, consenso, dissenso e polêmica no contexto da interação social, sendo relevante para os aspectos práticos e afetivos da interação social (Gasparini, 2015; Jodelet, 2001).

Na visão de Moscovici, a discussão sobre a apropriação social da ciência em uma sociedade pensante composta por cientistas amadores evidencia como o saber científico se transforma em senso comum (Jodelet, 2001). Nesse sentido, as ciências passam por transformações (que incluem conteúdo e estrutura) para tornarem-se elementos que compõem a vida cotidiana (Moscovici, 2012; Gasparini, 2017)

Essa aproximação científica inclui “diferentes esferas de comunicação – instâncias institucionais, redes de comunicação informais e mídia”, que “intervêm na elaboração das representações sociais possibilitando interferências e manipulação social” (Gasparini, 2017, p. 75).

Um aspecto central dessa identificação é a parcialidade das comunicações de massa, que vai influenciar diretamente o modo como as representações sociais são comunicadas, e quais são os objetivos que as comunicações de massa atendem, quais são os destinatários e sob quais recursos argumentativos ocorrem em contextos específicos de relações.

Moscovici propôs três sistemas de comunicação distintos ao analisar a divulgação desse tema por diferentes mídias: a difusão, a propagação e a propaganda. Para ele, esses sistemas tinham como característica uma base na fonte na lógica e na função das mensagens. Desse modo, os sistemas de comunicação descritos por Moscovici (1961, apud Almeida; Santos; Trindade, 2014) são a propaganda, a propagação e a difusão.

A modalidade da propaganda é focada na intervenção da conduta, com a estruturação da mensagem nas posições de verdadeiro e falso, objetivando a criação de estereótipos por parte do emissor, conferindo autoridade ao emissor em relação ao receptor, já que o que é divulgado atende aos interesses de um grupo específico. A modalidade da propagação centra-se no controle dos comportamentos no contexto em que está inserida por meio da adequação ao que é divulgado no âmbito de um sistema de crenças estabelecido e que carece ser intensificado ou propagado, agindo diretamente na atitude do receptor. A modalidade da difusão visa transmitir conteúdos associados ao interesse do público geral, com a estruturação frágil da mensagem em virtude da diversificação do público receptor.

Nesse sentido, o emissor constantemente modela o produto ao público receptor, pois a transmissão da informação no contexto da grande imprensa direciona as informações mais relevantes ao público receptor, de modo que o que é transmitido exerce influência na percepção e opinião. Desse modo, Moscovici (1976, apud

Camargo; Bousfield, 2014, p. 595) concluiu que “as relações entre comunicação e conduta são, portanto, bastante diversificadas: necessárias e explícitas na propaganda; necessárias e implícitas na propagação e optativas, fragmentárias e locais na difusão”.

O aspecto motivacional na comunicação da mídia sob a perspectiva de Moscovici (1971) coloca em questão que os meios de comunicação de massa tendenciosamente estão associados à modalidade da difusão, no intuito de formar opiniões. Ao mesmo tempo, as mídias podem utilizar as demais modalidades, como a propagação para a formação de atitudes e a propaganda com o intuito de formar estereótipos no tratamento de um objeto social (Gasparini, 2017). Nesse sentido, essas modalidades apresentam determinadas funções:

a primeira delas corresponde à função reguladora, que se traduz na afirmação e no restabelecimento da identidade do grupo, com o objetivo de eliminar as contradições que ameacem sua estabilidade. A segunda função, denominada organizadora, está relacionada com a elaboração apropriada do conteúdo das comunicações, visando “construir uma representação do objeto conforme as exigências da unidade do campo social e da ação do grupo” (Moscovici, 2012 apud Gasparini, 2017). Nestes termos, a formação de representações sociais é um dos aspectos fundamentais dessa modalidade de comunicação, pois os grupos envolvidos na situação de conflito, ao terem suas identidades ameaçadas pelo novo objeto social, precisam elaborar uma representação desse mesmo objeto, de modo a afirmarem-se. Segundo Moscovici (2012 apud Gasparini, 2017), o emprego de distorções e simplificações faz parte do arsenal da propaganda, reforçando a forte vinculação dessa modalidade com a criação de estereótipos. Nesse sentido, ele classifica as relações entre comunicação e conduta no sistema da propaganda como necessárias e explícitas. A princípio, os meios de comunicação de massa tenderiam a apresentar correspondência mais significativa com o sistema de difusão proposto por Moscovici (2012). Entretanto é importante observar que um mesmo jornal pode utilizar a difusão como modalidade de comunicação para tratar de um determinado objeto social e, adotar a propagação ou a propaganda, para tratar de outro (Gasparini, 2017, p. 77-78)

Em resumo, essas considerações apresentam relação com a interpretação das representações sociais propostas nesta pesquisa, já que evidenciam a relevância do conteúdo publicado pelos dois subsetores de mídia selecionados. Para Palmonari e Cerrato (2014, apud Almeida; Santos; Trindade, 2014, p. 78), as mídias de grande difusão afetam e regulam o funcionamento do metassistema cognitivo individual e,

consequentemente, influenciam o sistema de representações e práticas sociais cotidianas associadas ao mesmo”.

Nesse sentido, a recepção das informações deixa de ser passiva ao público receptor, já que os transmissores são referência em relação ao conteúdo transmitido, direcionando a maneira como as informações são interpretadas. Assim, a mídia passa a exercer um papel preponderante na legitimação e naturalização da visão de realidade. Especificamente no Brasil, esse cenário está permeado por vários fatores que influenciam os meios de comunicação de massa, como a relação entre os grandes grupos de mídia e seus patrocinadores, que incluem setores do mercado, da política e da religião.

Partindo dos objetivos da tese e em consonância com a Teoria das Representações Sociais foram identificadas categorias para cada um dos macrotemas selecionados, em um primeiro momento. Para o macrotema agrotóxicos: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio; para o macrotema Amazônia brasileira: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma.

Além disso, identificamos os aspectos estratégicos: motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas no estudo das representações sociais de dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial, ou seja, como tais aspectos estão presentes nas diferentes categorias encontradas em cada macrotema (agrotóxicos e Amazônia brasileira), e o significado deles na construção da pauta jornalística, influenciada pelo que ocorre na agenda ambiental governamental no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Num segundo momento, a afinação da análise considerou o objetivo deste trabalho e as categorias descritivas em cada macrotema para a identificação e interpretação das representações sociais.

5.2 ORGANIZAÇÃO DAS NOTÍCIAS/REPORTAGENS SELECIONADAS

As notícias/reportagens foram separadas por macrotema (agrotóxicos e Amazônia brasileira) e por cada gestão do MMA. O objetivo foi identificar as categorias que dão origem à identificação e à interpretação das representações sociais de cada subsetor (convencional e socioambiental) a partir de um ciclo especificado pelo recorte temporal entre 2003 e 2021 e pela atuação de cada ministro do MMA.

Após a identificação da variedade encontrada na seleção preliminar houve uma nova triagem, que gerou uma nova seleção de materiais atentando para a temática precisa da notícia/reportagem, vinculadas aos macrotemas, subtemas e aspectos estratégicos que permitiram a identificação e interpretação das representações sociais. Permaneceram como *corpus* empírico da investigação os materiais com claras evidências de que se encaixavam aos objetivos da temática principal.

Optou-se pela apresentação dos textos selecionados a partir dos macrotemas em cada um dos dois subsetores e por cada gestão do MMA. Além disso, optou-se pela mescla de notícias/reportagens entre as mídias socioambientais/especializadas, considerando os períodos com melhor aproveitamento no resultado da seleção das publicações, que será detalhado a partir da exposição do que foi encontrado em cada macrotema e dividido por cada gestão do MMA.

5.3 MACROTEMA AGROTÓXICOS - RESULTADOS GERAIS

Conforme já mencionado no texto, após a seleção preliminar, o resultado das buscas para o macrotema agrotóxicos, atingiu 229 notícias/reportagens, somando mídia convencional e socioambiental. Todas as notícias/reportagens foram lidas pela pesquisadora. Os Quadros 5 e 6 ilustram o resultado da primeira triagem.

Quadro 5 – Subsetor de mídia convencional/não especializada

	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos
Publicações – subsetor de mídia convencional/ não especializada	Subtema: proteção à saúde	Subtema: proteção ao ambiente	Subtema: política ambiental
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos

Folha de São Paulo (número de publicações entre 2003 e 2007) Total geral selecionado: 12	Total inicial: 66 Por subtema: 8	Total inicial: 66 Por subtema: 2	Total inicial: 66 Por subtema: 2
Revista Veja (número de publicações entre 2007 e 2021) Total geral selecionado: 63	Total inicial: 263 Por subtema: 39	Total inicial: 263 Por subtema: 16	Total inicial: 263 Por subtema: 9
Resultado notícias	47	18	11
Resultado total notícias	76	76	76

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Quadro 6 – Subsetor de mídia socioambiental/especializada

	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos
Publicações – subsetor de mídia socioambiental/ especializada	Subtema: proteção à saúde	Subtema: proteção ao ambiente	Subtema: política ambiental
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos
Eco21 (número de publicações entre 2003 e 2021) Total geral selecionado: 36	Total inicial: 36 Por subtema: 14	Total inicial: 36 Por subtema: 10	Total inicial: 36 Por subtema: 11
Envolverde (número de publicações entre 2011 e 2021) Total geral selecionado: 95	Total inicial: 148 Por subtema: 25	Total inicial: 148 Por subtema: 22	Total inicial: 148 Por subtema: 54
Página22 (número de publicações entre 2006 e 2021) Total geral selecionado: 17	Total inicial: 44 Por subtema:0	Total inicial: 44 Por subtema:5	Total inicial: 44 Por subtema:12
Resultado notícias	39	37	77
Resultado total notícias	153	153	153

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Na sequência foi realizada uma nova seleção dos materiais encontrados após a identificação da variedade encontrada, que será apresentada da seguinte maneira: primeiramente optou-se por apresentar os resultados encontrados nas buscas na

mídia convencional/não especializada, e posteriormente optou-se por apresentar os resultados encontrados na mídia socioambiental/especializada, apresentados a seguir.

5.3.1 Mídia convencional (Folha de São Paulo e Revista Veja/Portal Veja)

Para a mídia convencional foram realizadas buscas na Folha de São Paulo, no período entre 01/01/2003 e 05/05/2007, tendo como resultado notícias entre 10/01/2003 e 24/04/2007, e na Revista Veja (Portal Veja), no período entre 09/04/2007 e 10/07/2021, o que gerou notícias com o mesmo espaço de tempo como resultado. Os resultados de busca no Portal Veja (determinaram o recorte temporal na Folha de São Paulo, pois o objetivo inicial da tese era pesquisar exclusivamente as publicações da Revista Veja)⁷³.

Na gestão da ministra Marina Silva (01/01/2003 – 15/05/2008) foi selecionada somente a Folha de São Paulo, pois não foram encontradas/selecionadas publicações na Revista Veja no mesmo período (ver apêndice A). A nova seleção dos materiais encontrados (terceira triagem) resultou em 2 publicações, resumidas e apresentadas no apêndice D.

Na gestão do ministro Carlos Minc (27/05/2008 – 01/04/2010), a Folha de São Paulo não foi selecionada, pois a busca por publicações na Folha de São Paulo ocorreu entre 01/01/2003 e 05/05/2007. Além disso, não foram encontradas/selecionadas publicações na Revista Veja no período (ver apêndice A). A nova seleção dos materiais (terceira triagem) não apresentou resultados, resumidas e apresentadas no apêndice D.

Na gestão da ministra Izabella Teixeira (01/04/2010 - 12/05/2016), a Folha de São Paulo não foi selecionada, pois a busca por publicações nessa mídia ocorreu entre 01/01/2003 e 05/05/2007. Para a Revista Veja foram selecionadas publicações no período entre 07/06/2010 e 04/10/2016 (ver Apêndice A). A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 14 publicações, resumidas e apresentadas no apêndice D.

⁷³ O objetivo inicial desta pesquisa era encontrar publicações exclusivamente na página da Revista Veja, mas o acervo integral (desde a primeira edição em 1969) encontra-se temporariamente indisponível em virtude de uma reformulação desde a busca inicial realizada pela pesquisadora em 2020. Assim, optou-se por uma busca extensa no Portal Veja, com notícias/reportagens encontradas a partir de 2007, para o macrotema agrotóxicos; e desde 2011, para o macrotema Amazônia brasileira.

Na gestão do ministro Sarney Filho⁷⁴ (12/05/2016 - 06/04/2018), a Folha de São Paulo não foi selecionada, pois a busca por publicações nessa mídia ocorreu entre 01/01/2003 e 05/05/2007. Para a Revista Veja foram selecionadas publicações no período entre 04/10/2016 e 10/08/2018 (ver Apêndice A). A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 12 publicações na Revista Veja, resumidas e apresentadas no apêndice D.

Na gestão do ministro Ricardo Salles (01/01/2019 - 23/06/2021), a Folha de São Paulo não foi selecionada, pois a busca por publicações nessa mídia ocorreu entre 01/01/2003 e 05/05/2007. Para a Revista Veja foram encontradas publicações no período entre 26/07/2019 e 26/02/2021 (ver Apêndice A). A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 8 publicações para a Revista Veja, resumidas e apresentadas no apêndice D.

5.3.2 Agrotóxicos na mídia convencional

As publicações selecionadas na mídia convencional foram classificadas pelos subtemas: riscos à saúde, riscos ao ambiente e política ambiental. A partir dos resultados obtidos, verificou-se que no macrotema agrotóxicos foram identificadas as seguintes categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio.

A primeira categoria predominou na mídia convencional consultada e foi identificada em torno da lógica de legitimação referente a relevância do modelo agroquímico, que trata os agrotóxicos como defensivos agrícolas necessários ao modelo de desenvolvimento, que aposta no aumento do potencial agrícola do país e no desenvolvimento e aprovação de cultivos oriundos das grandes empresas de biotecnologia, produtoras dos transgênicos.

A barganha no cenário político contribuiu também para a redução de medidas restritivas ao uso de agrotóxicos. Nessa perspectiva, o avanço na aprovação de produtos agrotóxicos no Brasil entre 2018 e 2021, consolidou a aposta num modelo de desenvolvimento baseado no aumento das áreas de lavoura (que começou a se

⁷⁴ Entre 06/04/2018 e 01/01/2019, o ministério foi comandado pelo ministro interino Edson Duarte, que não foi selecionado para esta pesquisa.

intensificar em 2016), e que prioriza a produção e a modificação da inspeção sanitária de produtos agroindustriais, independentemente dos riscos à saúde, à fauna e a flora.

O mais significativo nessa categoria é a evidência que os possíveis riscos destes produtos seriam eliminados por meio do uso adequado da produção de alimentos na agricultura industrializada. Além disso, a liberação dos cultivos transgênicos aparece como iniciativa potencialmente estratégica na produção em larga escala, que supera o modelo de agricultura sem o uso de agrotóxicos, considerada pouco produtiva, evidenciada pela desqualificação dos dados divulgados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, entidades que contestam o excesso do uso desses produtos nas lavouras.

A segunda categoria apresentou um número reduzido de publicações e evidenciou que os agrotóxicos constituem um problema que impacta negativamente na qualidade de vida, na fauna e na flora, em virtude dos danos causados pela contaminação originada pelo modelo de produção agropecuário em larga escala. A representação também exprime que o problema é gerado por escolhas políticas que favoreceram a liberação do plantio de sementes transgênicas no país.

Além disso, essa categoria pôde intensificar a percepção de que há alternativas ao uso de pesticidas, por meio do controle biológico de pragas, que além de representar economia para os agricultores, instiga o posicionamento crítico em relação a real necessidade do uso e consumo de produtos que contenham essas substâncias nocivas, impulsionando a elaboração de políticas públicas favoráveis a um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

O total de publicações sobre o macrotema agrotóxicos atingiu por ano o seguinte número de publicações vinculadas às categorias para o macrotema:

Quadro 7 – Categorias para o macrotema agrotóxicos (mídia convencional)

Ano	Publicações (quantidade)	Categoria de análise
		A - Dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio B - Dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio
2003	2	Categoria A
2004	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações

2009	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	1	Categoria A
2011	2	Categoria A
2012	5	Categoria A
2012	2	Categoria B
2013	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014	1	Categoria B
2015	2	Categoria A
2016	1	Categoria B
2017	3	Categoria B
2018	8	Categoria A
2019	3	Categoria A
2019	1	Categoria B
2020	1	Categoria A
2021	2	Categoria A
2021	1	Categoria B

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Obs. O total geral atingiu 39 publicações, mas o quadro apresenta somente 36 publicações, pois 3 delas estão igualmente associadas à proteção à saúde e ao ambiente)

A mídia convencional apresentou o total de 21 publicações no âmbito da proteção à saúde (53,85% - sendo 4 publicações na gestão do ministro interino Edson Duarte), 14 publicações no âmbito da proteção ao ambiente (35,90%) e 4 publicações no âmbito da política ambiental (10,26%). Tais dados evidenciam que o tema da proteção à saúde predominou quando se trata dos agrotóxicos, independentemente se prevalece a tendência por publicações pró-agronegócio dissociadas de um modelo de produção sustentável. Já os danos ao ambiente não são tão enfatizados quanto os aspectos relacionados à saúde da população. A política ambiental foi vagamente abordada, pois muitas vezes, a discussão está implícita nos dois outros subtemas.

Nesse contexto, a intenção inicial era identificar como os aspectos estratégicos (motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas) estão presentes nas notícias/reportagens selecionadas pelas características de cada subsetor da mídia, mas na leitura dos textos percebeu-se que esses aspectos estão presentes de maneira variada em ambos subsetores e em cada publicação, pois cada uma das publicações apresenta elementos correlacionados aos aspectos estratégicos mencionados, e conseqüentemente a variação destes nos textos. Desse modo, os dados referentes aos aspectos estratégicos apresentaram o seguinte resultado para o subsetor de mídia convencional:

a) Dentre as 21 publicações no âmbito da proteção à saúde, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos estratégicos da

motivação econômica (em 18 notícias/reportagens), da ética pública (em 17 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 10 notícias/reportagens).

b) Dentre as 14 publicações no âmbito da proteção ao ambiente, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica (em 8 notícias/reportagens), da ética pública (em 13 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 5 notícias/reportagens).

c) Dentre as 4 publicações no âmbito da política ambiental, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica (em 4 notícias/reportagens), da ética pública (em 4 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 3 notícias/reportagens).

A amostra das notícias/reportagens selecionadas descreve como o subsetor de mídia convencional percebe as dinâmicas processadas na gestão pública sobre o macrotema agrotóxicos no decorrer do período entre 2003 e 2021, em cada uma das diferentes gestões do MMA brasileiro.

É importante ressaltar que dentre os aspectos estratégicos, a motivação econômica prevaleceu na maioria dos subtemas, seguida da ética pública e das abordagens político-ideológicas. A motivação econômica é referência quando se trata da liberação de cultivos oriundos de grandes empresas do setor de biotecnologia, no caso, privilegia-se um modo de produção associado aos cultivos em larga escala em detrimento dos aspectos relacionados à saúde e ao ambiente. Nesse contexto, o avanço do setor de biotecnologia, centrado no desenvolvimento de genes de resistência aos agrotóxicos causa “o desenvolvimento de maior resistência das pragas e das ervas daninhas combatidas, provocando o desequilíbrio dos ecossistemas. A utilização desses genes obriga os agricultores a aplicarem veneno nas plantações mais vezes e em quantidades maiores” (Idec, 2013, p. 6). Tal prática resulta no aumento de resíduos nos alimentos e nos ecossistemas, causando danos e prejudicando o equilíbrio no meio ambiente.

A ética pública é referência quando são abordados os riscos e os direitos dos membros de uma coletividade em relação ao uso dessas substâncias. Os aspectos políticos-ideológicos são referência quando é abordado o predomínio de uma política associada ao agronegócio que não considera os riscos e a importância da sustentabilidade socioambiental.

A seguir são apresentados os resultados do conteúdo selecionado.

5.3.2.1 *Categorias por subtema*

A identificação e interpretação das reportagens/notícias sobre agrotóxicos divulgadas pelas mídias foi recortada em três subtemas. Os textos selecionados foram subdivididos por subtema, de acordo com as características mais presentes no decorrer da leitura dos textos, como o ano em que foram publicados (nas diversas gestões do MMA) e a forma como os argumentos são apresentados em cada um deles. Na sequência os referidos textos são apresentados sinteticamente.

A partir dos resultados obtidos, conforme mencionado anteriormente, verificou-se que os textos relacionados aos agrotóxicos em cada subtema configuram duas categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio. E, dentre os subtemas proteção à saúde, proteção ao ambiente e política ambiental, verificou-se que o subtema proteção à saúde apresentou o maior número de abordagens, seguido do subtema proteção ao ambiente e política ambiental.

O subtema proteção à saúde apresentou características que o colocou no topo das publicações. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, evidenciadas por meio do contexto histórico recortado: ações em torno da intensificação do modelo agropecuário que investe no uso maciço de agrotóxicos, impulsionado pelo agronegócio que privilegia a produção associada mais ao lucro em detrimento da qualidade de vida e do bem-estar.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio, evidenciadas por meio do contexto histórico recortado: ações em torno da resistência ao uso de substâncias altamente tóxicas nas lavouras, e a discussão em torno da necessidade de aprovação da liberação de agrotóxicos sem análise toxicológica.

Além disso, o conteúdo dos textos também revelou iniciativas de manejo ecológico do solo, o debate em torno do uso de pesticidas como algo prejudicial à saúde e à alimentação, e o desenvolvimento de novas técnicas de aplicação de produtos agrotóxicos e inseticidas a partir do uso da nanotecnologia.

O subtema proteção ao ambiente apresentou características que o colocou no segundo lugar no que tange ao número de publicações. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, evidenciadas por meio do contexto histórico recortado: a interdição de agrotóxicos em virtude da falta de comprovação técnica no fabricante de origem, o aumento na venda de fertilizantes, o aumento do desaparecimento de polinizadores, e a política abertamente antiambiental do governo Jair Bolsonaro.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: iniciativas ao uso de agrotóxicos na produção das lavouras, a ameaça que alguns pesticidas representam para a biodiversidade, a ação de destruição de laboratórios de eucalipto transgênico e a importância que os polinizadores exercem para a biodiversidade e a agricultura.

O subtema política ambiental foi vagamente abordado nas publicações selecionadas. É importante destacar que todos os textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: a atuação da Anvisa em relação ao cultivo de transgênicos no Brasil e as iniciativas da bancada parlamentar ruralista para a aprovação da flexibilização na liberação de agrotóxicos no país. Além disso, houve o registro (pelo MAPA) de produtos tóxicos considerados nocivos pela Anvisa, o que contribuiu para o número elevado de aprovação dessas substâncias no cenário nacional a partir de 2016.

Subtema proteção à saúde

O subtema denominado proteção à saúde corresponde a 53,85% dos textos selecionados sobre o macrotema agrotóxicos na mídia convencional/não especializada. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio (maior parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio (menor parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: o manuseio “adequado” dos defensivos agrícolas na produção de alimentos com o intuito de evitar a intoxicação por contato, inalação ou ingestão; as vantagens da agricultura industrializada e as críticas à agricultura orgânica, por ser pouco produtiva; a liberação dos cultivos transgênicos, que coloca o Brasil como impulsionador desse tipo de lavoura em nível global.

Em 2015 foi divulgada a informação sobre a defesa do agronegócio a partir das críticas à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e à Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre o excesso de resíduos de agrotóxicos proibidos ou acima do permitido em 36% dos alimentos comuns à dieta do brasileiro, coletados em feiras livres de São Paulo e Brasília.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre a denúncia relativa ao lançamento de agrotóxicos por um avião pulverizador, em um acampamento de integrantes do Movimento dos Sem Terra.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre o avanço na aprovação de produtos agrotóxicos no Brasil entre 2018 e 2019; e a modificação da inspeção sanitária de alimentos de origem vegetal e animal e de produtos agroindustriais, como celulose e álcool.

Em 2021 foi divulgada a informação sobre os dados divulgados por uma pesquisa que evidenciou a disseminação do glifosato associada ao aumento da mortalidade infantil, em municípios do Sul e Centro-Oeste, que recebem águas de regiões sojicultoras.

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2010 foi divulgada a informação sobre o ingresso de uma ação civil pública pelo Ministério Público Federal, com o intuito de proibir a utilização do agrotóxico endossulfam no Brasil (considerado altamente tóxico pela Anvisa).

Em 2011 foi divulgada a informação sobre os resultados (do ano de 2010) do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos (Para) da Anvisa, responsável por divulgar os dados sobre a utilização de agrotóxicos - que incluem os

percentuais não autorizados de agrotóxicos e os níveis da substância acima do que é estipulado pela Anvisa.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: a demissão do gerente-geral de Toxicologia da Anvisa que havia denunciado casos de suspeita de corrupção e irregularidades na liberação de agrotóxicos; e a premiação recebida no *One World Award* pela agrônoma Ana Primavesi, uma das precursoras do movimento da lavoura sem agrotóxicos no Brasil.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre o debate em torno do mito da necessidade do uso de pesticidas para produzir alimentos que atendam à demanda alimentar global.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre o desenvolvimento de novas técnicas de aplicação de produtos agrotóxicos e inseticidas por meio da nanotecnologia com o intuito de aumentar a eficiência do controle de pragas no campo e minimizar as quantidades de produtos químicos aplicados em lavouras.

Subtema proteção ao ambiente

O subtema denominado proteção ao ambiente corresponde a 35,90% dos textos selecionados sobre o macrotema agrotóxicos na mídia convencional/não especializada. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio (maior parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio (menor parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2011 foi divulgada a informação sobre a interdição de 230 mil quilos de agrotóxicos (glifosato ácido) da empresa Monsanto, em virtude da falta de comprovação do produto técnico no fabricante de origem.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre a pesquisa realizada pelo IBGE que evidenciou o aumento das áreas de lavoura no Brasil e conseqüentemente a elevação da venda de fertilizantes e agrotóxicos.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre a preocupação de apicultores gaúchos com o desaparecimento das abelhas, a partir da morte de 250 mil colmeias no Rio Grande do Sul.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre o plano do governo Jair Bolsonaro para o meio ambiente, considerado o primeiro governo a ter uma política antiambiental, motivo que causou orgulho ao mandatário.

Em 2020 foi divulgada a informação sobre os benefícios da produção de *commodities* para o agronegócio no Brasil, e o desenvolvimento tecnológico do setor da agropecuária que gera aumento de produtividade.

Em 2021 foi divulgada a informação sobre a denúncia da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Alimentos ao MPF contra a gestão da ministra Teresa Cristina na Agricultura. A ação questionou a postura permissiva do MAPA em relação ao setor de alho no país, pois segundo o texto, a gestão descumpriu normas da pasta relacionadas a “classificação de identidade e qualidade do alho plantado, produzido e comercializado no território nacional” (Veja, 2021a).

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio) evidencia que: em 2012 foi divulgada a informação sobre a empresa brasileira Bug Agentes Biológicos, que apareceu como concorrente no mercado de pesticidas no país, com a iniciativa baseada no controle biológico de pragas em substituição ao uso de agrotóxicos, o que representou 40% de economia aos produtores rurais.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre o resultado de uma pesquisa realizada por pesquisadores da University de Saskatchewan, no Canadá, sobre o estudo que indicou que a contaminação por alguns dos tipos de pesticidas (neonicotinoides e o fipronil) são uma grande ameaça aos ecossistemas e a biodiversidade.

Em 2015 foi divulgada a informação sobre a invasão de mil mulheres do Movimento dos Sem-Terra (MST) a um centro de pesquisa de árvores transgênicas da FutureGene, pertencente ao grupo Suzano Papel e Celulose no interior de São Paulo. Segundo o texto, a invasão foi criminosa e tinha como alvo as mudas de uma espécie de eucalipto transgênico, H421.

Em 2016 foi divulgada a informação sobre a importância das abelhas, apontadas como responsáveis por 73% da polinização de toda a cultura mundial.

Apesar disso, sua possível extinção tem sido alvo de preocupação para a manutenção da biodiversidade e para a agricultura.

Subtema política ambiental

O subtema denominado política ambiental corresponde a 10,26% dos textos selecionados sobre o macrotema agrotóxicos na mídia convencional/não especializada. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com a categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio.

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2003 foi divulgada a informação sobre: a liberação, por parte da Anvisa, de cultivos oriundos de grandes empresas do setor de biotecnologia e o incentivo ao modo de produção associado à liberação dos transgênicos, que teve início no governo FHC e ocupou espaço no governo Lula; a denúncia sobre a recomendação para novos produtos agrotóxicos proibidos para uso em diferentes culturas, que constava no site do Ministério da Agricultura.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre a aprovação da reforma da Previdência proposta pelo Planalto e acordada com a bancada ruralista, que votou o projeto em troca da redução de medidas restritivas ao uso de agrotóxicos.

Em 2021 foi divulgada a informação sobre o registro de 67 novos agrotóxicos realizado pelo MAPA, sete deles considerados “extremamente tóxicos” pela Anvisa. Paralelamente, 590 produtos com esta finalidade foram aprovados desde o início do governo Bolsonaro. Sendo que nos dois primeiros anos do governo Lula foram 117 produtos e 188 nos dois primeiros anos de Dilma. Já no curto governo Michel Temer foram 470.

5.3.3 Mídia socioambiental (Eco21, Envolverde e Página22)

Para a mídia socioambiental foram selecionadas a Eco21, com resultados no período entre janeiro de 2004 e 29/11/2020; já a busca por publicações na Envolverde resultou em notícias/reportagens a partir de 2011, no período entre 24/01/2011 e 03/05/2013; e a busca por publicações na Página22 resultou em notícias/reportagens

no período entre 01/11/2006 e 26/12/2019. Com a finalidade de aprimorar os resultados, em virtude da necessidade de sintetizar o que foi coletado, optou-se por adotar um recorte temporal em cada uma das mídias: Eco21 entre 2003 e 2005; Envolverde entre 2011 e 2021; e Página22 entre 2006 e 2010, mas com a possibilidade de coletar material entre as mídias, em intervalos de tempo necessários para o preenchimento de possíveis lacunas.

Na gestão da ministra Marina Silva foi selecionada a Eco21, com resultados em janeiro de 2004, pois a Envolverde não tem acervo disponível antes de 2011, já a busca por publicações na Página22 resultou em publicações no período entre 01/11/2006 e 04/12/2018.

Assim, a Página22 foi a mídia com o maior número de notícias/reportagens sobre o macrotema agrotóxicos no período da gestão da ministra Marina Silva no MMA, seguida pela Eco21, com uma publicação (ver Apêndice A). A nova seleção dos materiais encontrados (terceira triagem) resultou em 1 publicação na Eco21 e 2 na Página22, resumidas e apresentadas no apêndice D.

Na gestão do ministro Carlos Minc, a Eco21 não apresentou resultados (ver Apêndice A). A busca por publicações na Envolverde resultou em notícias/reportagens a partir de 2011 e a busca por publicações na Página22 não obteve resultados no período selecionado.

Na gestão da ministra Izabella Teixeira, a seleção considerou o período entre 2003 e 2005 para a Eco21; já a Envolverde apresentou resultados entre 25/04/2011 e 03/05/2016. A Página22 foi selecionada para complementar informações no ano de 2010, mas não foram encontradas/selecionadas publicações (ver Apêndice A). A Envolverde apresentou 34 publicações e a Página22 não apresentou publicações, resumidas e apresentadas no Apêndice D.

Na gestão do ministro Gestão Sarney Filho⁷⁵ a seleção considerou o período entre 2003 e 2005 para a Eco21; já a Envolverde não apresentou resultados na gestão do ministro Sarney Filho. A seleção das publicações na Página22 ocorreu entre 2006 e 2010, mas a mídia foi selecionada para complementar informações entre 2016 e 2018, em virtude da ausência de publicações na Envolverde. A Página22 apresentou 3 publicações, resumidas e apresentadas no Apêndice D.

⁷⁵ Entre 06/04/2018 e 01/01/2019, o ministério foi comandado pelo ministro interino Edson Duarte, que não foi selecionado para esta pesquisa.

Na gestão do ministro Ricardo Salles, a seleção considerou o período entre 2003 e 2005 para a Eco21, mas a mídia foi selecionada para complementar informações entre 2019 e 2021, em virtude da ausência de publicações na Envolverde, que não apresentou resultados na gestão do ministro Ricardo Salles. A seleção das publicações na Página22 ocorreu entre 2006 e 2010. A Eco21 apresentou o resultado de 13 publicações e a Envolverde não apresentou resultados, resumidas e apresentadas no Apêndice D.

5.3.4 Agrotóxicos na mídia socioambiental

As publicações selecionadas na mídia socioambiental foram classificadas pelos subtemas: riscos à saúde, riscos ao ambiente e política ambiental. A partir dos resultados obtidos, verificou-se que no macrotema agrotóxicos foram identificadas as seguintes categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio.

A primeira categoria predominou nas mídias socioambientais consultadas nos subtemas proteção ao ambiente e política ambiental e repercutiu em menor número no subtema proteção à saúde.

Essa categoria, assim como na mídia convencional, foi identificada em torno da lógica de legitimação do modelo de produção que faz uso dos agrotóxicos, em virtude do avanço do consumo dessas substâncias por meio do incentivo de políticas governamentais para o aumento da produtividade agrícola, conciliadas com outros fatores que possibilitaram a expansão da monocultura extensiva, que apostou no uso de sementes modificadas por meio do favorecimento nas alterações na lei de biossegurança.

Nesse contexto, o setor agropecuário e o PIB do agronegócio apareceram como elementos centrais no desafio à construção de uma realidade em termos de produção sustentável, o que incluiu as polêmicas decisões da CTNBio, a alteração da legislação referente à rotulagem de transgênicos, o agravamento de conflitos por terras entre povos originários e produtores do setor agropecuário.

Paralelamente, o uso indiscriminado dessas substâncias revelou o comprometimento na qualidade da água bruta, comprometida também pela massiva liberação de agrotóxicos a partir de 2019, e o cenário político desfavorável aos temas

socioambientais no Congresso Nacional e no Executivo. O mais significativo, contudo, é que o Estado utilizou ferramentas para ampliar o acesso dos produtores rurais aos agrotóxicos e reduzir seus custos com incentivos fiscais por meio da redução ou mesmo eliminação de impostos, num contexto de permanência do uso de agrotóxicos extremamente tóxicos.

A segunda categoria apresentou um número maior de publicações no subtema proteção à saúde e repercutiu em menor número nos subtemas proteção ao ambiente e política ambiental, mesmo tratando-se das mídias socioambientais.

Nessa categoria, os agrotóxicos apareceram como tema a ser discutido, já que o Brasil figurava, desde 2011, como um dos maiores consumidores mundiais dessas substâncias, seguindo um modelo de desenvolvimento com um caráter estrutural de disseminação de doenças para a sociedade em geral, num cenário de aumento progressivo dos casos de intoxicação e liberação do uso de sementes transgênicas, com o enfraquecimento da lei de biossegurança. Tal cenário, apresentou-se desfavorável à produção e comercialização de alimentos produzidos sem o uso de substâncias agrotóxicas, que carecia de investimento estatal para que pudesse crescer.

Ao mesmo tempo, importa ressaltar que essa categoria evidenciou iniciativas favoráveis ao modelo de produção associado à saúde da população e aos ecossistemas, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), implementado em 2004 pelo governo federal, sob a responsabilidade do MMA, que impulsionou o pagamento por serviços ambientais para quem exercia a agricultura familiar, o extrativismo ou a pesca na Amazônia.

O questionamento do modelo de produção agrícola insustentável foi intensificado pelo lançamento do documentário “Nuvens de Veneno”, do documentarista Beto Novaes. Nessa perspectiva, os agrotóxicos foram apresentados como um problema multidimensional grave, que passou a receber mais atenção na esfera pública, o que por sua vez, impulsionou iniciativas para o fortalecimento de uma política nacional de agroecologia e produção orgânica com o objetivo de ampliar o número de famílias envolvidas com os produtos do setor e o incentivo do consumo dessas mercadorias pela população.

Esse cenário foi favorável à implementação da Política Nacional de Agroecologia e ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo),

que incluía a participação de entidades governamentais e não governamentais. No âmbito do Executivo, a representação evidenciou iniciativas do MMA para o consumo de alimentos produzidos a partir de matérias-primas sem o uso de agrotóxicos, incentivado pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil Agroecológico).

Essa categoria também exprime a importância das populações de insetos e pássaros e a morte massiva de insetos (abelhas, besouros, borboletas, vespas e outros milhares de grupos), em consequência do aumento do desmatamento, da conversão dos solos em agricultura intensiva em agrotóxicos ou das cidades; e a tentativa por parte do legislativo de barrar a liberação de novos produtos agrotóxicos no país.

O total de publicações sobre o macrotema agrotóxicos atingiu por ano o seguinte número de publicações vinculadas às categorias para o macrotema:

Quadro 8 – Categorias para o macrotema agrotóxicos (mídia socioambiental)

Ano	Publicações (quantidade)	Categoria de análise
		A - Dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio B - Dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio
2003	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	1	Categoria A
2004	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	1	Categoria A
2007	1	Categoria B
2008	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	6	Categoria A
2011	4	Categoria B
2012	2	Categoria A
2012	6	Categoria B
2013	1	Categoria A
2013	5	Categoria B
2014	2	Categoria A
2014	3	Categoria B
2015	1	Categoria A
2015	1	Categoria B
2016	2	Categoria A
2016	2	Categoria B
2017	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	1	Categoria B

2019	7	Categoria A
2019	2	Categoria B
2020	3	Categoria A
2021	1	Categoria A

Fonte: elaborado pela pesquisadora

As publicações selecionadas na mídia socioambiental foram divididas pelos subtemas: riscos à saúde, riscos ao ambiente e política ambiental. A mídia socioambiental apresentou 15 publicações no âmbito da proteção à saúde (28,30 %), 10 publicações no âmbito da proteção ao ambiente (18,87 %) e 27 publicações no âmbito da política ambiental (50,94 %).

Tais dados evidenciam que o subtema política ambiental prevaleceu quando se trata dos agrotóxicos, com publicações que questionaram o incentivo ao uso dessas substâncias, ao mesmo tempo que destacou iniciativas políticas voltadas à saúde da população e à preservação dos ecossistemas. Já os danos ao ambiente não são tão enfatizados quanto os aspectos relacionados à saúde da população, pois as publicações questionaram o modelo de desenvolvimento direcionado à disseminação de doenças. A política ambiental foi vagamente abordada, pois muitas vezes, a discussão está implícita nos dois outros subtemas.

Nesse contexto, a intenção inicial era identificar como os aspectos estratégicos (motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas) estão presentes nas notícias/reportagens selecionadas pelas características de cada subsetor da mídia, mas na leitura dos textos percebeu-se que esses aspectos estão presentes de maneira variada em ambos os subsetores e em cada publicação, pois cada uma das publicações apresentou elementos vinculados aos aspectos estratégicos mencionados. Desse modo, os dados referentes aos aspectos estratégicos apresentaram o seguinte resultado para o subsetor de mídia socioambiental:

- a) Dentre as publicações no âmbito da proteção à saúde, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos estratégicos da motivação econômica (em 12 notícias/reportagens), da ética pública (em 12 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 5 notícias/reportagens).
- b) Dentre as publicações no âmbito da proteção ao ambiente, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica

(em 11 notícias/reportagens), da ética pública (em 9 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 2 notícias/reportagens).

c) Dentre as publicações no âmbito da política ambiental, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica (em 28 notícias/reportagens), da ética pública (em 29 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 23 notícias/reportagens).

A amostra das notícias/reportagens selecionadas descreve como o subsetor de mídia socioambiental percebeu as dinâmicas processadas na gestão pública sobre o macrotema agrotóxicos no período entre 2003 e 2021, em cada uma das diferentes gestões do MMA brasileiro.

É importante ressaltar que dentre os aspectos estratégicos, o aspecto da motivação econômica dividiu espaço com a maioria dos subtemas, seguida do aspecto da ética pública e das abordagens político-ideológicas, divergindo um pouco da mídia convencional. A motivação econômica é referência quando se trata do desafio à construção de uma realidade em termos de produção sustentável, considerando que as publicações apresentaram um tom de protesto, não sendo meramente informativas, mas, questionadoras. A ética pública é referência pelo incentivo ao modelo tradicional de agricultura intensiva, ao mesmo tempo em que aparecem em publicações promotoras de um modelo de produção condizente às demandas da sustentabilidade socioambiental no setor produtivo.

Os aspectos político-ideológicos são referência em relação ao investimento político pela manutenção de um modelo de produção inviável, prejudicial ao bem-estar da sociedade e aos ecossistemas.

A seguir são apresentados os resultados do conteúdo selecionado.

5.3.4.1 Categorias por subtema

A identificação e interpretação das reportagens/notícias sobre agrotóxicos divulgadas pelas mídias foi recortada em três subtemas. Os textos selecionados foram subdivididos por subtema, de acordo com as características mais presentes no decorrer da leitura dos textos, como o ano em que foram publicados (nas diversas gestões do MMA) e a forma como os argumentos são apresentados em cada um deles. Na sequência os referidos textos são apresentados sinteticamente.

A partir dos resultados obtidos, conforme mencionado anteriormente, verificou-se que os textos relacionados aos agrotóxicos em cada subtema configuram duas categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio. E, dentre os subtemas proteção à saúde, proteção ao ambiente e política ambiental, verificou-se que o subtema política ambiental apresentou o maior número de abordagens, seguido do subtema proteção à saúde e proteção ao ambiente.

O subtema proteção à saúde foi o segundo mais abordado e o conteúdo das publicações evidenciou que a maior parte dos textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: as alternativas ao uso de agrotóxicos no Brasil, os riscos da liberação para a agricultura, a saúde humana e o ambiente. Nesse contexto, apareceram textos com críticas aos avanços do setor de biotecnologia e a as iniciativas governamentais associadas à liberação e uso dessas substâncias. O conteúdo dos textos também revelou uma série de questionamentos de pesquisadores sobre o modelo de produção vigente no país, assim como a possibilidade de revisão no atual modelo de desenvolvimento que não privilegia aspectos essenciais à vida.

Em menor parte, alguns textos tratavam das dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado, as políticas governamentais para o aumento da produtividade agrícola. O conteúdo dos textos também revelou iniciativas de alteração na lei de biossegurança no país e os resultados da análise do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que encontrou diversas violações na produção de alimentos.

O subtema proteção ao ambiente foi vagamente abordado nas publicações, pois a maior parte dos textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado, o aspecto desenvolvimentista do setor agropecuário brasileiro e a influência deste na Política Nacional de Biossegurança com a finalidade de garantir ganhos econômicos ao setor, desconsiderando aspectos socioambientais. O conteúdo dos textos também revelou

o impacto que a atividade agropecuária, baseada no modelo de produção convencional do agronegócio têm causado à fauna brasileira, especificamente no que tange o aumento da mortalidade de abelhas e o envenenamento das antas.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado, a importância dos polinizadores, a implementação de iniciativas vinculadas à produção agroecológica e o desenvolvimento de tecnologias que podem impactar positivamente a atividade agropecuária. Destaca-se que essas duas últimas publicações foram publicadas pela Página22, que se dedica a produzir conteúdo sobre sustentabilidade no setor produtivo.

O subtema política ambiental apresentou características que o colocou no topo das publicações. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado, a relevância da indústria de agroquímicos na contabilidade expressa pelo PIB, as decisões polêmicas da CTNBio, no que tange a flexibilização de sementes transgênicas, a iniciativa legislativa para a retirada da rotulagem de identificação nos alimentos transgênicos, assim como ações do executivo para a liberação massiva de agrotóxicos em meio a um cenário político desfavorável para a Frente Parlamentar Ambientalista, a redução de impostos para produtos agrotóxicos e o uso de substâncias banidas no país por serem altamente tóxicas.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado, a iniciativa do MMA que visa garantir o desenvolvimento rural para os produtores da agricultura familiar, atividades extrativistas e pesca por meio do pagamento de serviços ambientais; o fim da importação de um inseticida altamente tóxico; a formulação de uma política nacional de agroecologia e produção orgânica, após debate com a sociedade; a obrigatoriedade e a não obrigatoriedade em relação à rotulagem de produtos transgênicos no Brasil; a morte e a importância dos polinizadores para a agricultura e a biodiversidade; além do ato que visa derrubar a liberação de mais 42 produtos agrotóxicos em 2019.

Subtema proteção à saúde

O subtema denominado proteção à saúde corresponde a 28,30% dos textos selecionados sobre o macrotema agrotóxicos na mídia socioambiental/especializada. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio (menor parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio (maior parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: os fatores que levaram o Brasil a ser um dos grandes consumidores mundiais de agrotóxicos, o que ocorreu em virtude do incentivo de políticas governamentais para o aumento da produtividade agrícola, da falta de fiscalização efetiva, da morosidade da justiça, da agressividade e eficiência da política de venda das indústrias produtoras e da transgenia utilizada na monocultura extensiva de plantas modificadas para o aumento da produção; o funcionamento da lei de biossegurança no país com a alteração da legislação sobre a rotulagem de produtos transgênicos no Brasil - flexibilizada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) - que poderia deixar de ser obrigatória com a aprovação do Projeto de Lei n.º 4.148/08.

Em 2013 foi divulgada a informação sobre os dados de um estudo que indica as violações encontradas em alimentos em virtude dos resíduos de agrotóxicos, divulgadas pelos programas nacionais para análise de resíduos de agrotóxicos, como o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em parceria com o Ministério da Saúde e o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) do MAPA.

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2011 foi divulgada a informação de que o Brasil poderia deixar de ser o primeiro usuário mundial de agrotóxicos sem reduzir a produção de alimentos. Além disso, houve a divulgação da “Campanha contra o agrotóxico e pela vida” protagonizada pela Via Campesina e por outros movimentos sociais a partir de dois debates centrais: produção e o consumo de venenos no Brasil; e o modelo de desenvolvimento econômico-social-político (inter) nacional e seu caráter estrutural de

disseminação de doenças para a sociedade em geral, mas especialmente para a classe trabalhadora.

Também foi divulgada a informação sobre os desafios na produção e comercialização de alimentos orgânicos e a necessidade de investimento estatal para que esse modelo agrícola possa crescer.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: a caracterização dos alimentos modificados geneticamente com a alteração do código genético, seus riscos para a agricultura, para a saúde humana e para o meio ambiente; o debate sobre a mudança nas normas do uso de defensivos agrícolas no Brasil, impulsionada pelo aumento dos casos de intoxicação por agrotóxicos em 2011; e o banimento no Brasil do agrotóxico aldicarbe pela Anvisa, utilizado de forma irregular como raticida doméstico (chumbinho); o debate acerca do funcionamento da lei de biossegurança no país (que incluía a flexibilização na rotulagem de produtos transgênicos pela CTNBio), que parece favorecer mais ao agronegócio do que a população.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre a necessidade de superação do modelo de produção agrícola baseado na tecnologia química e de transgênicos; e a divulgação do documentário “Nuvens de Veneno”, do documentarista Beto Novaes, que trouxe o questionamento: “onde vão parar os milhões de litros de agrotóxicos que estavam nos vasilhames agora vazios?” (Envolverde, 2014a).

Subtema proteção ao ambiente

O subtema denominado proteção ao ambiente corresponde a 18,87% dos textos sobre o macrotema agrotóxicos na mídia socioambiental. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas representações sociais identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio (maior parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio (menor parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2006 foi divulgada a informação sobre o conteúdo que informa sobre o setor agropecuário, que responsável por 33% do PIB apareceu como elemento central no desafio à construção de uma realidade em termos de produção sustentável.

Em 2013 foi divulgada a informação sobre a influência da transgenia na realidade agrícola brasileira e as decisões polêmicas da CTNBio, que prestava apoio técnico ao governo federal na atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM); e o declínio da população de abelhas em várias regiões do mundo e o aumento da mortandade desses insetos no Brasil desde 2007, em virtude da exposição a pesticidas nas cercanias de áreas de monocultura – de tabaco, soja, cana, milho, laranja.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre os problemas na qualidade da água bruta envolvendo agrotóxicos, a grande liberação de novos agrotóxicos no Brasil e a “eventual potencialização da degradação da qualidade de nossos mananciais com estes novos compostos lançados nos cursos de água.

Em 2021 foi divulgada a informação sobre o relatório produzido a partir de um estudo realizado pela Iniciativa Nacional para a Conservação da Anta Brasileira (INCAB-IPÊ), organização que estuda a anta brasileira. No estudo, os pesquisadores alertaram sobre a alta quantidade de pesticidas presentes nesses animais que corriam risco de extinção.

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2014 foi divulgada a informação sobre a importância dos polinizadores, por exercerem uma economia anual de aproximadamente R\$ 17 bilhões por ano.

Em 2016 foi divulgada a informação sobre: o convênio assinado entre a Fundação Banco do Brasil e quatro municípios para a implantação de 550 unidades da tecnologia social de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), que pretendia “gerar trabalho, renda e melhorar a alimentação de cerca de 550 famílias camponesas atingidas por barragens” (Envolverde, 2016).

Subtema política ambiental

O subtema denominado política ambiental corresponde a 50,94% dos textos selecionados sobre o macrotema agrotóxicos na mídia socioambiental/especializada. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas representações sociais identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio (maior parte dos textos) e dinâmicas processadas

na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio (menor parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2011 foi divulgada a informação sobre: o chamado PIB do agronegócio, que expressa um montante significativo em bilhões sem considerar que nesses valores estão incluídos os gastos com a indústria de agrotóxicos (que intensifica esses valores que geram a riqueza nacional medida pela contabilidade econômica de tudo que é produzido, seja benéfico ou prejudicial ao bem-estar e a qualidade de vida); a suspensão (judicial) da produção do agrotóxico metamidofós, considerado de alta toxicidade e já havia sido proibido de ser comercializado no mercado brasileiro pela Resolução RDC 01/2011 da Anvisa; e a decisão proferida pela CTNBio, que tem o objetivo de flexibilizar os critérios para a liberação comercial de transgênicos.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre a ameaça de suicídio coletivo por parte de indígenas guarani-kaiowá, que evidenciou o agravamento dos conflitos pelas terras dos povos originários, cobiçadas por produtores de cana e soja, num contexto em que o conflito se estruturou a partir do aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, tornando vantajoso plantar soja ou cana-de-açúcar num contexto em que há maior demanda por terras. Desse modo, os fazendeiros e indígenas entraram em conflito pela disputa entre *commodities* e terras reivindicadas por indígenas.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre audiência pública realizada pelo MPF (a partir da recusa da comissão da CTNBio) para discutir os riscos da utilização de sementes transgênicas de milho, resistentes ao “agente laranja” (Envolverde, 2014b).

Em 2015 foi divulgada a informação sobre a aprovação pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) n.º 4148/08, que visava alterar a legislação de rotulagem para transgênicos existente desde 2003.

Em 2016 foi divulgada a informação sobre o balanço da gestão do meio ambiente por Dilma Rousseff e por Michel Temer, ambos lembrados por não fazerem a diferença na área ambiental.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre: a liberação de 290 agrotóxicos no Brasil desde o primeiro mês do ano; os impactos que a liberação desenfreada de agrotóxicos causam à população brasileira; a aprovação massiva dos defensivos

agrícolas (uso simpático para o termo agrotóxicos); o cenário político desfavorável aos temas socioambientais no Congresso Nacional e no Executivo, enfrentado pela Frente Parlamentar Ambientalista.

Além disso houve a divulgação da informação sobre a flexibilização da legislação em relação ao uso de substâncias químicas na agricultura; a acelerada liberação de agrotóxicos no governo Jair Bolsonaro; e o consumo excessivo de glifosato no território brasileiro, que aumentou depois do desenvolvimento das sementes transgênicas de soja, milho e algodão.

Em 2020 foi divulgada a informação sobre a crítica da ONU em relação à liberação massiva de agrotóxicos no Brasil, que seguia “um caminho íngreme de regressão rumo a um futuro muito tóxico”; as “ferramentas usadas pelo Estado para ampliar o acesso dos produtores rurais aos agrotóxicos e reduzir seus custos” (Eco21, 2020). Nesse contexto, os incentivos fiscais ocorreram por meio da” redução ou mesmo eliminação de impostos; e a utilização de um agrotóxico banido no país pela Anvisa, desde 2017, o agrotóxico Paraquat, apesar de extremamente nocivo recebeu permissão de utilização até o fim dos estoques, ou seja, “as compras foram feitas apesar da proximidade da data”.

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio) evidencia que:

Em 2007 foi divulgada a informação sobre o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), implementado em 2004 pelo governo federal sob a responsabilidade do MMA, iniciativa que visava garantir o desenvolvimento rural para quem exercesse a agricultura familiar, o extrativismo ou da pesca na Amazônia (pagamento por serviços ambientais).

Em 2011 foi divulgada a informação sobre o fim da importação do inseticida endossulfam (que afeta a produção de hormônios, causa problemas reprodutivos e pode ser absorvido pela ingestão de água ou alimentos contaminados, inalação ou por meio da pele), utilizado na agricultura e considerado um dos mais tóxicos para a saúde humana.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre a iniciativa do Governo Federal para a formulação de uma política nacional de agroecologia e produção orgânica, com o objetivo de ampliar o número de famílias envolvidas com os produtos do setor e incentivar o consumo dessas mercadorias pela população, ações discutidas no evento Diálogo Governo e Sociedade Civil; e a necessidade de consumo de alimentos

saudáveis, cultivados sem agrotóxicos e a implantação de uma Política Nacional de Agroecologia.

Além disso, houve a abordagem sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), que foi instituída pelo decreto n.º 7.794/12, pautada “na promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, uso sustentável dos recursos naturais a conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais, além das questões da participação da juventude e da redução das desigualdades de gênero” (Envolverde, 2012).

Em 2013 foi divulgada a informação sobre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), iniciativa que contou com a participação de entidades governamentais e não governamentais (2013); a iniciativa do MMA para o consumo de alimentos orgânicos produzidos a partir de matérias-primas sem o uso de agrotóxicos; e o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agroecológico, com a meta de atendimento a 75 mil famílias, por meio de assistência técnica voltada à produção orgânica, e apoio de 50 mil agricultores para que conseguissem a certificação de produtores orgânicos.

Também houve a abordagem sobre o histórico da indústria do setor de biotecnologia e seus produtos, como os transgênicos e a obrigação da rotulagem desses produtos no Brasil, ameaçada por um projeto de lei que pretendia “retirar essa informação dos rótulos”, o que representava “um retrocesso no que diz respeito à informação sobre a fabricação” (Envolverde, 2013).

Em 2015 foi divulgada a informação sobre o parecer encaminhado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e outras organizações da sociedade civil sobre o Projeto de Lei (PLC) n.º 34/2015, que previa o fim da obrigatoriedade de rotulagem de alimentos transgênicos.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre o histórico de produção dos alimentos que consumimos, suas origens e certificações ambientais.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre a importância das populações de insetos e pássaros e a morte massiva de insetos (abelhas, besouros, borboletas, vespas e outros milhares de grupos) como consequência do aumento do “desmatamento, da conversão dos solos em agricultura intensiva em agrotóxicos ou das cidades”; e o “projeto de Decreto Legislativo na Câmara e uma ação popular na

7ª Vara Federal de Fortaleza que visava derrubar o ato do Ministério da Agricultura que liberou 42 novos agrotóxicos no mercado brasileiro, elaborado pelo deputado federal Célio Studart (PV-CE) (Eco21, 2019).

5.4 MACROTEMA AMAZÔNIA BRASILEIRA – RESULTADOS GERAIS

Conforme já mencionado no texto, após a seleção preliminar, o resultado das buscas para o macrotema Amazônia brasileira, atingiu 937 notícias/reportagens, somando mídia convencional e socioambiental (Quadros 9 e 10). Todas as notícias/reportagens foram lidas pela pesquisadora.

Quadro 9 – Subsetor de mídia convencional/não especializada

Publicações – subsetor de mídia convencional/não especializada	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira
	Subtema: desmatamento	Subtema: extrativismo	Subtema: política ambiental
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia
Folha de São Paulo (número de publicações entre 2003 e 2011) Total geral selecionado: 137	Total inicial: 831 Por subtema: 53	Total inicial: 831 Por subtema: 3	Total inicial: 831 Por subtema: 81
Revista Veja (número de publicações entre 2011 e 2021) Total geral selecionado: 150	Total inicial: 300 Por subtema: 58	Total inicial: 300 Por subtema: 8	Total inicial: 300 Por subtema: 80
Resultado notícias	111	11	161
Resultado total notícias	283	283	283

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

Quadro 10 – Subsetor de mídia socioambiental/especializada

Publicações – subsetor de mídia socioambiental/especializada	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira
	Subtema: desmatamento	Subtema: extrativismo	Subtema: política ambiental
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia

Eco21 (número de publicações entre 2003 e 2021) Total geral selecionado: 36	Total inicial: 258 Por subtema: 50	Total inicial: 258 Por subtema: 14	Total inicial: 258 Por subtema: 85
Envolverde (número de publicações entre 2011 e 2021) Total geral selecionado: 95	Total inicial: 561 Por subtema: 76	Total inicial: 561 Por subtema: 16	Total inicial: 561 Por subtema: 255
Página22 (número de publicações entre 2006 e 2021) Total geral selecionado: 17	Total inicial: 286 Por subtema: 35	Total inicial: 286 Por subtema: 11	Total inicial: 286 Por subtema: 112
Resultado notícias	161	41	452
Resultado total notícias	654	654	654

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

5.4.1 Mídia convencional (Folha de São Paulo e Revista Veja/Portal Veja)

Para a mídia convencional foram realizadas buscas na Folha de São Paulo, no período entre 01/01/2003 e 11/11/2011, tendo como resultado notícias entre 03/02/2003 e 11/11/2011, e na Revista Veja (Portal Veja), no período entre 11/11/2011 e 25/06/2021, gerando notícias com o mesmo resultado. Conforme já mencionado no macrotema agrotóxicos, os resultados de busca no Portal Veja (determinaram o recorte temporal na Folha de São Paulo, pois o objetivo inicial da tese era pesquisar exclusivamente as publicações da Revista Veja).

Na gestão da ministra Marina Silva foi selecionada a Folha de São Paulo com o total de 12 notícias/reportagens. A busca por publicações na Revista Veja (Portal Veja) foi delimitada no período entre 2011 e 2021 (ver Apêndice B). A nova seleção dos materiais encontrados (terceira triagem) foi resumida e apresentada no Apêndice E.

Na gestão do ministro Carlos Minc, a Folha de São Paulo apresentou resultados entre 18/06/2003 e 15/10/2010 (ver Apêndice B), pois foram encontradas publicações da Revista Veja (Portal Veja) somente a partir de 2011. A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 20 publicações, resumidas e apresentadas no Apêndice E.

Na gestão da ministra Izabella Teixeira, a Folha de São Paulo apresentou resultados entre 10/08/2010 e 11/11/2011. Para a Revista Veja (Portal Veja) foram selecionadas as publicações no período entre 28/10/2011 e 06/10/2015 (ver Apêndice B). A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 14 publicações na Folha de São Paulo e 30 publicações na Revista Veja, resumidas e apresentadas no Apêndice E.

Na gestão do ministro Sarney Filho foi selecionada a Revista Veja (Portal Veja), pois foram encontradas publicações no período entre 14/17/2017 e 21/12/2018 (ver Apêndice B). A Folha de São Paulo não foi selecionada, pois a busca por publicações na Folha de São Paulo ocorreu entre 01/01/2003 e 11/11/2011. A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 10 publicações na Revista Veja, resumidas e apresentadas no Apêndice E.

Na gestão do ministro Ricardo Salles foram encontradas publicações na Revista Veja (Portal Veja) entre 08/05/2019 e 25/06/2021 (ver Apêndice B), pois a Folha de São Paulo não foi selecionada para o recorte temporal. A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 49 publicações, resumidas e apresentadas no Apêndice E.

5.4.2 Amazônia brasileira na mídia convencional

As publicações selecionadas na mídia convencional foram classificadas pelos subtemas: desmatamento, extrativismo e política ambiental. A partir dos resultados obtidos, verificou-se que no macrotema Amazônia brasileira foram identificadas as seguintes categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos para a conservação do bioma, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos para a conservação do bioma. A mídia convencional não apresentou 48 publicações no âmbito do desmatamento (36,64%) (sendo 5 publicações na gestão do ministro interino Edson Duarte), 5 publicações no âmbito do extrativismo (3,82%) e 78 publicações no âmbito da política ambiental (59,54%). Tais dados evidenciam que o subtema política ambiental prevaleceu quando se trata da Amazônia brasileira, com a tendência por publicações que retratam o ideário desenvolvimentista em relação ao bioma, mas sem apresentar um posicionamento crítico contundente. Tais características também foram identificadas nas publicações relacionadas aos subtemas desmatamento e extrativismo.

A primeira categoria apresentou menor número de publicações na mídia convencional/não especializada consultada e foi identificada em torno da lógica de conservação do bioma, com uma abordagem direcionada às iniciativas governamentais que caminham mais no âmbito da manutenção dos ecossistemas e da qualidade de vida, e voltadas ao debate de temas socioambientais: redução de queimadas, extração de minerais em terras indígenas, legislação ambiental protetiva, redução dos índices de desmatamento, redução das emissões de CO₂, regularização fundiária, demarcação de áreas de ocupação de povos indígenas, o incentivo à produção sustentável, o refinamento das imagens de satélite etc.

No entanto, os posicionamentos controversos da bancada do agronegócio no Congresso, intensificaram protestos e críticas contra a aprovação do Código Florestal e contra a construção da usina de Belo Monte, que evidenciaram um cenário político desfavorável aos temas socioambientais, num contexto marcado por posicionamentos do movimento ambientalista e de organizações científicas.

Essa categoria também evidenciou aspectos positivos: a anulação da licença para a construção de Belo Monte e o recuo do presidente Temer na extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca). Essa categoria foi marcada pela incoerência na gestão pública em diversos momentos: o governo Dilma Rousseff, que incentivou a construção de usinas hidrelétricas e a aprovação do Código Florestal; e o governo Jair Bolsonaro, que apesar das falas pontuais voltadas a proteção do meio ambiente, atuou de maneira significativa para inúmeros retrocessos ambientais no país.

A segunda categoria apresentou número maior de publicações e evidenciou que os índices de desmatamento elevados representam a miopia em torno dessa problemática, inclusive na recusa em relação à redução de emissões tratadas em acordos internacionais, e os índices elevados registrados desde o governo Lula até o governo Bolsonaro. Esse contexto foi reforçado pelo ideário desenvolvimentista que prevaleceu ao longo do período entre 2003 e 2021, a posição retardatária do país rumo à economia verde, e a recusa na assinatura dos acordos para redução de emissões. Tais medidas divergiram do posicionamento de alguns ministros do MMA, que intensificaram ações e estratégias direcionadas à conservação do bioma. O referido período também foi marcado pela saída da ministra Marina Silva no MMA.

Nesse contexto, a proposta de reforma do Código Florestal evidenciou a preponderância de ações direcionadas ao crescimento do agronegócio no país, que

no papel de forte impulsionador do PIB, atuou sem privilegiar um modelo de desenvolvimento que preceitue a realidade socioambiental da região amazônica, já que, nessa percepção, o manejo sustentável de florestas nativas não privilegia o aspecto econômico. Tal visão culminou com a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a tentativa de retirada do poder de fiscalização do Ibama no Legislativo, e a revisão do Plano Amazônia Sustentável (PAS), que passou a incluir projetos de mineração, defesa e grandes hidrelétricas, o que reestruturou o principal legado da ministra Marina Silva.

Além disso, em 2019 foi registrado o pedido dos governadores da região amazônica para o auxílio do governo federal no combate aos altos índices de queimadas e desmatamento e o encontro de sete ex-ministros do MMA, que se reuniram para protestar contra as políticas ambientais do governo brasileiro.

A regularização fundiária também alcançou notoriedade por meio da dinâmica que viabilizava a posse de terras públicas. Apesar de as gestões anteriores apresentarem controvérsias em relação à proteção ambiental, a gestão Bolsonaro intensificou essa questão, pois atuou para o impulsionamento do setor privado ao acesso dos mesmos recursos disponibilizados às ONGs pelo Fundo Amazônia, incentivou investimentos e grandes obras de infraestrutura na região - num cenário marcado por fortes críticas no contexto internacional, em virtude dos altos índices de desmatamentos e queimadas ilegais na Amazônia, o que culminou com a denúncia sobre a atuação do presidente Jair Bolsonaro em relação a essas questões na Organização das Nações Unidas (ONU) e a impossibilidade do estabelecimento de um acordo comercial entre União Europeia e Mercosul.

As medidas voltadas à redução dos 55 colegiados da administração pública federal e o decreto do presidente Jair Bolsonaro, que reduziu o espaço destinado à comunidade científica no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (Capda) contribuíram para o enfraquecimento de debate na esfera pública dos temas relacionados à Amazônia. Ao mesmo tempo, as críticas do presidente Bolsonaro ao sistema de monitoramento do Inpe culminaram com a demissão de Ricardo Galvão da presidência do instituto.

Tais aspectos impulsionaram atos em defesa da Amazônia e a suspensão do Fundo Amazônia, intensificados pelas controvérsias do ministro Ricardo Salles, que determinou a retirada de todos os agentes de combate do Ibama do campo. Além disso, o ministro alcançou notoriedade por conseguir reunir não apenas os piores

resultados, mas as piores práticas na área ambiental, inclusive a notícia-crime de obstrução para o favorecimento de madeireiros investigados na maior apreensão de madeira ilegal da história do país. Tais fatos contribuíram para que o ministro deixasse o cargo no MMA em 2021.

Nessa lógica, o discurso presidencial relativo aos avanços do governo Jair Bolsonaro no campo econômico apareceu nessa categoria, que destacou que o país estava tomando os remédios corretos, como a aprovação na Câmara da MP da Liberdade Econômica, favorável ao ambiente de negócios dos empreendedores brasileiros.

O total de publicações sobre o macrotema Amazônia brasileira atingiu por ano o seguinte número de publicações vinculados às categorias para o macrotema:

Quadro 11 – Categorias para o macrotema Amazônia brasileira (mídia convencional)

Ano	Publicações (quantidade)	Categorias de análise	
		Categoria A - Dinâmicas em torno dos objetivos para a conservação do bioma	Categoria B - Dinâmicas que divergem dos objetivos para a conservação do bioma
2003	2	Categoria A	
2003	4	Categoria B	
2004	1	Categoria A	
2005	1	Categoria A	
2005	1	Categoria B	
2006	1	Categoria A	
2007	1	Categoria B	
2008	1	Categoria A	
2008	1	Categoria B	
2009	4	Categoria A	
2009	8	Categoria B	
2010	3	Categoria A	
2010	5	Categoria B	
2011	8	Categoria A	
2011	9	Categoria B	
2012	11	Categoria A	
2012	7	Categoria B	
2013	1	Categoria B	
2014	4	Categoria B	
2015	2	Categoria A	
2016	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações	
2016	-	Não foram encontradas/selecionadas publicações	
2017	2	Categoria A	
2017	3	Categoria B	
2018	3	Categoria A	

2018	1	Categoria B
2019	4	Categoria A
2019	20	Categoria B
2020	2	Categoria A
2020	8	Categoria B
2021	7	Categoria A
2021	6	Categoria B

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Nesse contexto, a intenção inicial era identificar como os aspectos estratégicos (motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas) estão presentes nas notícias/reportagens selecionadas pelas características de cada subsetor da mídia, mas na leitura dos textos percebeu-se que esses aspectos estão presentes de maneira variada em ambos subsetores e em cada publicação, pois cada uma das publicações apresenta elementos correlacionados aos aspectos estratégicos mencionados, e conseqüentemente a variação destes nos textos. Desse modo, os dados referentes aos aspectos estratégicos apresentaram o seguinte resultado para o subsetor de mídia convencional.

a) Dentre as 48 publicações no âmbito do desmatamento, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos estratégicos da motivação econômica (em 21 notícias/reportagens), da ética pública (em 49 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 42 notícias/reportagens).

b) Dentre as 5 publicações no âmbito do extrativismo, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica (em 4 notícias/reportagens), da ética pública (em 5 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 4 notícias/reportagens).

c) Dentre as 78 publicações no âmbito da política ambiental, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica (em 25 notícias/reportagens), da ética pública (em 69 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 57 notícias/reportagens).

A amostra das notícias/reportagens selecionadas descreve como o subsetor de mídia convencional/não especializada percebe as dinâmicas processadas na gestão pública sobre o macrotema Amazônia brasileira no período entre 2003 e 2021, em cada uma das diferentes gestões do MMA brasileiro.

É importante ressaltar que dentre os aspectos estratégicos, a ética pública prevaleceu na maioria dos subtemas, seguida das abordagens político-ideológicas e

da motivação econômica. A ética pública é referência quando se trata da importância de conservação e uso sustentável do bioma e dos direitos dos membros de uma coletividade em relação a ele. As abordagens político-ideológicas e a motivação econômica são referência quando se trata dos posicionamentos dos atores que ocupam os centros de poder, seja na política ou no setor produtivo, que tendem a impor a lógica da busca por ganhos econômicos no topo das prioridades.

A seguir são apresentados os resultados do conteúdo selecionado.

5.4.2.1 *Categorias por subtema*

A identificação e interpretação das reportagens/notícias sobre Amazônia brasileira divulgadas pelas mídias foi recortada em três subtemas. Os textos selecionados foram subdivididos por subtema, de acordo com as características mais presentes no decorrer da leitura dos textos, como o ano em que foram publicados (nas diversas gestões do MMA) e a forma como os argumentos são apresentados em cada um deles. Na sequência, os referidos textos são apresentados sinteticamente.

A partir dos resultados obtidos, conforme mencionado anteriormente, verificou-se que os textos relacionados à Amazônia brasileira, em cada subtema, configuram duas categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos para a conservação do bioma, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos para a conservação do bioma. E, dentre os subtemas desmatamento, extrativismo e política ambiental, verificou-se que o subtema política ambiental apresentou o maior número de abordagens, seguido do subtema desmatamento e extrativismo.

O subtema desmatamento apresentou características que o colocou em segundo lugar dentre os três subtemas. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos da conservação do bioma, evidenciadas por meio do contexto histórico recortado: medidas que impactaram diretamente no que tange a aspectos socioambientais em relação à Amazonia, a miopia do debate em relação ao desmatamento, a baixa adesão do governo federal no que tange à redução nas emissões brasileiras, a falta de interesse do setor agropecuário industrial, o impulsionamento para a criação de usinas hidrelétricas, as mudanças propostas no

Código Florestal, a oscilação entre aumento e redução da perda florestal no período, a tentativa de redução da Flona do Jamanxim, as polêmicas em torno do governo Jair Bolsonaro na área ambiental (com destaque para a chamada MP da Grilagem) e, o papel controverso do ministro do MMA, Ricardo Salles.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: que existem alternativas para a produção de madeira, a importância da criação de áreas protegidas, a iniciativa para o refinamento das imagens de satélite para detectar queimadas e a extração de madeira, uma base de informações das unidades de conservação na Amazônia, a crítica em relação à criação de hidrelétricas na Amazônia, a redução das taxas de desmatamento, os investimentos para a redução das emissões globais de CO₂, redução da taxa de desmatamento na Amazônia, os discursos presidenciais em torno da propagação da queda nos índices de desmatamento e, as medidas anunciadas no que tange à redução do desmatamento.

O subtema extrativismo apresentou características que o colocou em terceiro lugar no que tange o número de publicações. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: a regulamentação da extração de minerais em terras indígenas, o risco que uma nova legislação ambiental mais permissiva pode representar ao bioma e as tentativas governamentais de flexibilizar a extração de minérios.

Em menor parte, os textos selecionados na categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos da conservação do bioma evidenciou por meio do contexto histórico recortado: a preocupação em relação às mudanças climáticas e a falta de compromisso de lideranças políticas como Donald Trump e Jair Bolsonaro em relação ao tema.

O subtema política ambiental apresentou características que o colocou em primeiro lugar no que tange o número de publicações. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos da conservação do bioma, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: questões polêmicas no que tange os processos de homologação de terras

indígenas, a regularização fundiária na Amazônia Legal por meio da MP 458/2009, a saída da ministra Marina Silva do governo, a discussão em torno da redução na emissão de gases-estufa, as propostas de mudanças no Código Florestal, o atendimento do presidente Lula às demandas ruralistas em relação ao adiamento da recuperação das matas – uma derrota para o ministro Minc, a falta de iniciativas rumo à economia verde e de projetos para o Fundo Amazônia.

Essa categoria também evidenciou que o ideário desenvolvimentista também esteve presente na gestão pública na segunda década do ano 2000, a partir do incentivo à construção da usina de Belo Monte e a reestruturação do PAS, que incluiu projetos de mineração, defesa e grandes hidrelétricas. Nessa lógica, as ações culminaram para a aprovação do Código Florestal, a elaboração da MP com o intuito de reduzir os Parques na Amazônia para dar lugar a duas hidrelétricas, e o desenvolvimento de uma emenda à Constituição no Senado que visava dificultar a criação de unidades de conservação, uma ameaça a todas as terras indígenas do país.

O Código Florestal foi o tópico com o maior número de publicações no período, em virtude do debate polêmico que gerou, principalmente em torno da anistia aos desmatadores de grandes superfícies na Amazônia brasileira, e do veto parcial da presidente Dilma Rousseff. Além disso, foi abordada a fragilidade nas políticas indígenas, com inúmeras tentativas de ingerência política na Funai para o atendimento de demandas ruralistas e a dificuldade gerada para a criação de novas áreas de conservação na floresta amazônica.

Essa categoria também evidenciou que a partir de 2019, a realidade em torno das políticas ambientais foi completamente influenciada por uma gestão que desconsiderou a relevância do atendimento de questões essenciais à sobrevivência dos ecossistemas, e da vida de humanos e não humanos. Nesse contexto, o aumento do número de queimadas e do desmatamento evidenciaram resultados e práticas negativas na gestão pública do meio ambiente.

Como foi ressaltado, as questões ambientais ocuparam espaço secundário nessa categoria em virtude do incentivo aos avanços exclusivamente na área econômica, evidenciados com a aprovação da MP da Liberdade Econômica, favorável ao ambiente de negócios dos empreendedores brasileiros.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma, que evidenciaram por meio

do contexto histórico recortado: a retomada das investigações sobre o assassinato de Chico Mendes, a redução dos índices de desmatamento, o veto do presidente Lula em relação à transferência de terras da União na Amazônia para empresas e pessoas que exploram indiretamente a área ou que tenham imóvel rural em outra região do país, o que contrariou a regularização de 67,4 milhões de hectares ocupados de forma ilegal na Amazônia aprovada pelo Senado Federal, e a criação de uma área indígena de 50 mil km² por meio de um decreto do presidente Lula.

Nessa categoria foi evidenciado o posicionamento de grupos ambientalistas e entidades científicas na tentativa de contribuir com propostas mais contundentes em questões ambientais como a aprovação do Código Florestal e a construção da usina de Belo Monte.

O processo de demarcação de 35 terras indígenas no país totalizou 8,9 milhões de hectares entre 2006 e 2010. Os resultados obtidos também evidenciaram que a presidente Dilma Rousseff assinou 12 decretos para a criação e ampliação de áreas de preservação ambiental, ampliação dos territórios indígenas e o estabelecimento de critérios verdes para a aquisição governamental de bens e serviços, que chegam a 16% do PIB.

Além disso, as publicações relacionadas a essa categoria evidenciaram o intuito do Brasil em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030: no discurso proferido pela presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU, que ressaltou a importância das metas climáticas no país para mitigar o aquecimento global; e no discurso reafirmado pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019, que se comprometeu com as ações necessárias para zerar até 2050 as emissões dos gases de efeito estufa e acabar com o desmatamento ilegal até 2030.

As medidas voltadas para a proteção do meio ambiente apareceram na fala ocasional (calculada para minimizar danos em certos momentos) do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do G20, onde o presidente “se apresentou como um zeloso gestor do meio ambiente e um governante atento aos reflexos dessas ações nos acordos comerciais”. Além disso, o presidente “mostrou estar ciente de que o descuido com a questão ambiental pode trazer prejuízo aos negócios do país”.

Por outro lado, ocorreram atos de mais de 250 entidades com o intuito de alcançar atenção especial dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com a finalidade de evitar que o Congresso passasse a boiada e aprovasse projetos de leis que representam retrocessos

ambientais sem uma discussão mais profunda. As publicações também evidenciaram que houve o envio de uma carta ao presidente americano Joe Biden, para que ele não assinasse qualquer acordo relativo à Amazônia com o Brasil, pois segundo os autores, o governo de Jair Bolsonaro não atendia os verdadeiros interesses da população brasileira em termos de meio ambiente.

Subtema desmatamento

O subtema desmatamento corresponde a 36,64% dos textos selecionados sobre o macrotema Amazônia brasileira na mídia convencional. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma (menor parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma (maior parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que:

Em 2003 foi divulgada a informação sobre o financiamento da produção de madeira ecológica por meio da primeira linha de crédito para o manejo florestal sustentável na Amazônia. O anúncio feito pela ministra Marina Silva informou que o governo criou o centro nacional de apoio ao manejo florestal, sob o comando do Ibama.

Em 2004 foi divulgada a informação sobre a criação de 9 áreas protegidas (3,9 milhões de hectares) no estado do Amazonas, criadas pelo governo estadual.

Em 2005 foi divulgada a informação sobre o refinamento das imagens do satélite Landsat, que com precisão de 94%, teve o intuito de detectar as marcas da atividade madeireira e de pequenas queimadas invisíveis ao satélite pelos métodos convencionais de processamento.

Em 2007 foi divulgada a informação sobre: a disponibilização na internet de uma base de dados com informações sobre as 286 Unidades de Conservação (UCs) amazônicas do país, uma iniciativa do Instituto Socioambiental (ISA), que apresentou a caracterização socioambiental das Unidades de Conservação na Amazônia brasileira; e a crítica em relação à criação de usinas hidrelétricas na Amazônia.

Em 2008 foi divulgada a informação sobre o anúncio da redução da taxa do desmatamento entre agosto de 2008 e julho de 2009, quando foram desmatados 7.008 km², uma redução de 45% ante o período anterior, quando a taxa foi de 12.911 km².

Em 2009 foi divulgada a informação sobre: a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que obrigou os proprietários rurais a recomporem a reserva legal em áreas compradas por eles e que já tinham sido devastadas; e a possibilidade de investimentos para o corte de 5% das emissões globais de CO₂.

Em 2010 foi divulgada a informação sobre a divulgação da baixa taxa de desmatamento na Amazônia em 2010.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre a criação de áreas protegidas por lei (contra a devastação) e que ocupam quase metade da Amazônia brasileira, apesar dessas reservas sofrerem com a gestão precária e com a falta de pessoal para monitorá-las.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre o menor índice de desmatamento dos últimos 23 anos na Amazônia Legal; a participação do Brasil na Cúpula do Clima em Nova Délhi, com a presidente Dilma Rousseff, que afirmou que é “possível e prioritário o crescimento com geração de emprego e distribuição de renda” (Veja, 2012); o uso da tecnologia pela tribo suruí, que vive no coração da Amazônia brasileira e passou a contar com a tecnologia do Google para enfrentar o desmatamento que a ameaça por meio de um aplicativo que retrata suas tradições e registra qualquer alteração na floresta.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre o discurso do presidente Michel Temer na abertura da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York. No discurso, o presidente propagou a queda de 20% nos índices de desmatamento da Floresta Amazônica.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre: o pedido feito pelos governadores dos nove estados que compõem a Amazônia Legal ao presidente Jair Bolsonaro. A solicitação era para que o governo federal aceitasse os recursos oferecidos pelo G7 para combater as queimadas na Floresta Amazônica; e o anúncio feito pelo ministro Ricardo Salles (MMA) sobre o plano para criar um fundo para a Amazônia em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 2020 foi divulgada a informação sobre: o evento virtual organizado pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS),

com representantes de todos os oito países que integram o território da Amazônia. Nesse contexto, o objetivo da conversa foi discutir com os países vizinhos a reativação do colegiado que compunha o Parlamento Amazônico voltado a debater políticas públicas e soluções para os problemas enfrentados pelos países em relação ao desenvolvimento sustentável e à preservação da floresta.

Em 2021 foi divulgada a informação sobre: o levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e pelo Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe sobre a governança florestal exercida por povos indígenas e tribais para a proteção do meio ambiente, pois de acordo com o relatório, foi constatado que as taxas de desmatamento na América Latina e no Caribe são significativamente menores em territórios indígenas; a proposta de revisão da política brasileira na Amazônia para um modelo que privilegie o manejo sustentável da floresta, iniciativa que “prevê a geração de US\$ 1,5 bilhão por ano em receitas e mais US\$ 220 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para os Estados amazônicos e de outras regiões” (Veja, 2021b).

Além disso, em 2021 foi divulgada a informação sobre a iniciativa idealizada pela coalizão formada pelos governos dos Estados Unidos, Reino Unido, Noruega e por empresas privadas durante a Cúpula do Clima organizada pelo presidente americano Joe Biden com o objetivo de reduzir as emissões de gases derivados do desmatamento; a comemoração da aliança pela preservação das florestas tropicais do mundo com os Estados Unidos, Noruega e Reino Unido pelo governador Flávio Dino (Maranhão), que presidia o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.

Ainda em 2021 foi divulgada informação sobre o estabelecimento dos compromissos sociais e ambientais vinculados a toda cadeia de valor de carne bovina na Amazônia por meio da iniciativa articulada entre o Imaflora, o Ministério Público Federal (MPF) e grandes empresas de alimentos que criaram a plataforma Boi na Linha, que permitiu acesso a sistemas, ferramentas, dados e laudos técnicos para que seja possível construir um ciclo de produção e venda de gado livre de desmatamento ilegal. Desse modo, todos os envolvidos no processo produtivo poderiam utilizar o sistema para encontrar as informações necessárias para cumprir suas obrigações.

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que:

Em 2003 foi divulgada a informação sobre: o aumento do índice de desmatamento na Amazônia, o mais alto dos últimos 15 anos. Segundo o texto, os dados do Inpe evidenciaram que o desmatamento cresceu 40% entre 2001-2002 em relação ao biênio anterior; e a crítica do presidente Lula à falta de investimentos na Amazônia. Segundo o presidente, o discurso da preservação ambiental de governos anteriores foi usado como desculpa para justificar a ausência de investimentos na região.

Em 2005 foi divulgada a informação sobre a miopia do debate em relação ao desmatamento na Amazônia, que atingiu um novo patamar com números crescentes, o que não incentivou um plano de ações para além do debate, mais centrada nos valores das taxas de desmatamento do que em discussões mais produtivas acerca do tema.

Além disso, houve a recusa do governo federal no que tange a redução nas emissões brasileiras, mediante as resoluções de Kyoto. Nesse cenário, apesar de o Brasil possuir uma Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas (secretariada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia), as ações foram centradas no trabalho basicamente burocrático em torno da apreciação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sem pontuar proposições para políticas mais abrangentes.

Em 2015 foi divulgada a informação de que o setor agropecuário industrial, principal impulsionador do PIB brasileiro (35% do total), deixou muito a desejar na área ambiental e social, pois apostou num modelo com grandes impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade não contabilizados pelas empresas.

Em 2007 foi divulgada a informação sobre a criação de usinas hidrelétricas na Amazônia, iniciativa vista com preocupação por ONGs.

Em 2009 foi divulgada a informação sobre as mudanças propostas pelo governo no Código Florestal, principalmente porque as mudanças evidenciam, via decreto presidencial, vantagens para desmatadores que recentemente derrubaram as áreas de floresta.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre: os dados divulgados sobre o desmatamento na Amazônia entre agosto de 2010 e abril de 2011, que registrou um aumento de 27%; e a entrevista com o biólogo Thomas Lovejoy, que considerou a Amazônia como a galinha dos ovos de ouro do agronegócio brasileiro. Lovejoy

evidenciou a necessidade da tomada de consciência sobre a importância da floresta para o equilíbrio do sistema de chuvas que abastecem lavouras do centro-oeste.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: a exploração comercial de árvores com o intuito de preservar a floresta. Segundo o estudo divulgado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), o manejo sustentável de florestas nativas é insustentável do ponto de vista econômico; e a crítica da ministra Izabella Teixeira às discussões sobre indicadores socioambientais que não levam em conta questões de governança e gestão.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre a perda florestal de 846 quilômetros quadrados com a redução de 49% em relação ao período de agosto de 2012 a maio de 2013.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre o veto do presidente Michel Temer na polêmica Medida Provisória 756, que reduzia a Floresta Nacional de Jamanxim, no Pará.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre: a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no que tange as penalidades por desmatamentos anteriores no conjunto de leis de proteção à Amazônia e outros biomas; o encontro de sete ex-ministros do MMA, que se reuniram “para protestar contra as políticas ambientais do atual governo brasileiro” (Veja, 2019a); o evento internacional organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Lima, Peru, sobre gestão florestal e agricultura, com foco na Amazônia, evento no qual o MMA apesar de ter sido convidado, não enviou representantes.

Além disso, em 2019 foi divulgada a informação sobre o posicionamento do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em relação ao estímulo do governo para que empresas privadas disputassem com as ONGs os recursos do Fundo da Amazônia destinados ao combate do desmatamento e ao desenvolvimento econômico da região amazônica (Veja, 2019b); o pedido realizado por centenas de organizações não governamentais à União Europeia, para que interrompesse imediatamente as negociações sobre um possível acordo comercial com o Mercosul, em razão da situação dos direitos humanos e do meio ambiente no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro; a possibilidade de extinção do Fundo da Amazônia criado em 2008 na gestão do ministro Carlos Minc e administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (Veja, 2019c).

Em 2019 também foi divulgada a informação sobre: o pedido realizado por governadores dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins ao presidente Jair Bolsonaro para que tomasse imediatas providências para viabilizar a cooperação das estruturas dos estados da Amazônia Legal e do governo federal no combate a focos de incêndio na Floresta Amazônica; o debate promovido pela organização *Human Rights Watch*, com a participação da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que defendeu o estabelecimento de princípios e valores fixos no Brasil e na América Latina com o intuito de que a Amazônia e os povos da região não ficassem à mercê das ideologias de plantão.

Ainda em 2019, foi divulgada a informação de que o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles confirmou que o governo utilizaria a Assembleia Geral da ONU para prestar esclarecimentos sobre sua agenda ambiental diante do desgaste internacional nos últimos meses. Além disso, o ministro Salles visitou a Alemanha na tentativa de reconquistar a verba de 155 milhões de reais para projetos de conservação florestal no Brasil. Nesse contexto, o presidente Jair Bolsonaro concedeu entrevista coletiva durante viagem oficial a Pequim, na qual comentou as divergências entre o ministro do Meio Ambiente e a ONG ambientalista Greenpeace sobre os vazamentos de óleo no Nordeste.

Em 2020 foi divulgada a informação sobre: o tema da regularização fundiária em terras públicas, especialmente na Amazônia, considerando a Medida Provisória 910 (chamada de MP da Grilagem); a denúncia sobre a atuação do presidente Jair Bolsonaro em relação às questões ambientais na Organização das Nações Unidas (ONU).

Além disso, em 2020 foi divulgada a informação sobre o encontro promovido pelo vice-presidente Hamilton Mourão com investidores que ameaçaram deixar o Brasil caso a questão da Amazônia não fosse contida pelo governo. Nesse contexto, a política ambiental do governo Jair Bolsonaro apareceu como uma tragédia anunciada, o que pressionou o governo em relação ao aumento de recordes de desmatamento e queimadas ilegais na Região Amazônica.

Nesse contexto, o presidente discursou na 75ª Assembleia-Geral da ONU, onde afirmou que o Brasil foi vítima de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal e o que o país mantinha uma política de tolerância zero para crimes ambientais.

Em 2021 foi divulgada a informação que contextualizou o conjunto de ações que foram lançadas por Getúlio Vargas no fim dos anos 30 e intitulado “Marcha para o Oeste”, que teve o intuito de promover a ocupação e a ligação da Amazônia ao restante do Brasil, plano central de governo durante a ditadura militar (1964-85). Um dos maiores símbolos desse movimento foi a construção da rodovia BR-319, de hidrelétricas, a autorização de garimpos, a concessão de incentivos fiscais, e uma intensa propaganda governamental para atrair os “homens sem terra” a ocupar a “terra sem homens” (Veja, 2021c).

Subtema extrativismo

O subtema denominado extrativismo corresponde a 3,82% dos textos sobre o macrotema Amazônia brasileira na mídia convencional. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma (maior parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma (menor parte dos textos).

Nesse contexto, a categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma) evidencia que:

Em 2012 foi divulgada a informação sobre o pedido do líder Yanomami Davi Kopenawa às instâncias de direitos humanos da ONU para que se opusessem à regulamentação da extração de minerais nas terras indígenas da Amazônia.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre o estudo liderado por pesquisadores brasileiros que mostrou como importantes ecossistemas do país podem ser danificados por novas propostas de legislação ambiental. A pesquisa publicada na revista *Science* evidenciou a afirmação dos cientistas sobre o risco de o país perder a posição de liderança ambiental alcançada na última década por meio de medidas governamentais.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre mais um recuo do presidente Temer por meio da suspensão dos efeitos do decreto que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que:

Em 2019 foi divulgada a informação sobre o chamado “apartheid climático” que pode ser causado pelo aquecimento global. O “apartheid” é uma referência ao fato de que “apenas os mais ricos poderiam pagar para escapar do calor e da fome causados pela elevação das temperaturas, de acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)” (Veja, 2019d). O documento também condenou o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, por silenciar ativamente a ciência do clima, e criticou o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, por ter prometido abrir o território da Floresta Amazônica para a mineração.

Subtema política ambiental

O subtema denominado política ambiental corresponde a 59,54% dos textos sobre o macrotema Amazônia brasileira na mídia convencional. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma (menor parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma (maior parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que:

Em 2003 foi divulgada a informação sobre a investigação do assassinato de Chico Mendes após quase 15 anos. A iniciativa do Ministério Público foi investigar a participação de outros suspeitos no assassinato, a partir da instauração de inquérito complementar com a participação de uma nova testemunha. O assassinato teve repercussão no exterior, pois Chico Mendes foi um ativista na defesa dos recursos naturais da Amazônia, o que motivou “conflitos com lideranças rurais e políticas da região” (Folha, 2003).

Em 2009 foi divulgada a informação sobre: a previsão da redução do índice de desmatamento na Amazônia, com a perspectiva de menor patamar da história em 2009; o veto que o presidente Lula fez em relação à transferência de terras da União na Amazônia para empresas e pessoas que exploravam indiretamente a área ou que tivessem imóvel rural em outra região do país.

Além disso, em 2009 foi divulgada a informação sobre a regularização fundiária na Amazônia e os posicionamentos divergentes em relação ao tema: o aumento da migração para a Amazônia e o posicionamento que a iniciativa seria útil para a

organização do espaço. Nesse contexto, o texto aprovado pelo Senado teve por objetivo a regularização de 67,4 milhões de hectares ocupados de forma ilegal, medida polêmica que acirrou o debate entre ambientalistas e ruralistas; e a criação de uma área indígena de 50 mil km² por meio de um decreto assinado pelo presidente Lula.

Em 2010 foi divulgada a informação sobre o posicionamento de ambientalistas ligados à campanha de Marina Silva que recusaram a proposta de revisão do Plano Amazônia Sustentável (PAS) proposto pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

Em 2011 foi divulgada a informação sobre a entrevista do líder do MST, João Pedro Stedile, com críticas ao agronegócio e manutenção do movimento dos sem terra. Stedile considerou que a redução dos números de famílias acampadas ocorreu em decorrência da lentidão da reforma agrária, não do bolsa família, já que os latifundiários e o agronegócio foram muito hábeis politicamente com a eleição de uma grande bancada no Congresso.

Além disso, em 2011 foi divulgada a informação sobre a entrega de um documento no Senado com argumentos sobre a falácia construída em torno do dilema entre produção agrícola e preservação. A iniciativa partiu de um grupo de pesquisadores das principais sociedades científicas brasileiras que tentaram intervir com propostas mais contundentes na reforma do Código Florestal, considerada injustificada e inconstitucional.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre o ato de anulação da licença ambiental que havia sido concedida para a construção da usina de Belo Monte, já que “houve falha no decreto que autorizou a construção de hidrelétrica”, o que surpreendeu a Eletrobras, principal acionista da Norte Energia; o ato de ocupação de 600 indígenas e ambientalistas nas obras da gigantesca usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Segundo a matéria, “os ativistas só deixaram a construção após uma decisão judicial que ordenou a desocupação”, segundo um porta-voz dos manifestantes (Veja, 2011a).

Em 2011 foi divulgada a informação sobre os processos demarcatórios de 35 terras indígenas no país, o que totalizou 8,9 milhões de hectares, entre 2006 e 2010. Segundo a publicação, no mesmo período, a Fundação Nacional do Índio (Funai) oficializou e pôs em andamento um conjunto de processos fundiários com o intuito de acrescentar outros 3 milhões de hectares, o que elevaria as reservas a 13% do

território nacional; o ato de centenas de ativistas de diversos grupos ambientalistas que protestaram contra o projeto de reforma do Código Florestal; e a advertência das organizações ambientalistas contra a aprovação do Código Florestal na conferência da ONU contra as mudanças climáticas (COP-17).

Além disso foi divulgada a informação sobre: o protesto organizado por ONGs no início das reuniões intergovernamentais da conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável. A organização foi realizada pela Cúpula dos Povos, evento paralelo ao encontro oficial das Nações Unidas; o debate em torno de temas como o direito à terra e o respeito à cultura dos povos indígenas durante a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de chamar a atenção de governantes para o movimento organizado por um grupo de cerca de 200 pessoas, “entre indígenas, agricultores e pescadores afetados pela construção da hidrelétrica de Belo Monte” (Veja, 2011b).

Em 2012 foi divulgada a informação sobre os debates internacionais promovidos pelo Ministério do Meio Ambiente, que contou com a participação de Achim Steiner - presidente do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) - e com a participação da ministra Izabella Teixeira no encerramento do evento.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: a iniciativa do governo Dilma Rousseff que planejou retirar um espaço do tamanho do estado de São Paulo da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, a maior área de um conjunto de unidades de conservação no sul do Pará, com o intuito de reduzir conflitos por disputa de terra (Veja, 2012c); o pedido para que a presidente Dilma Rousseff vetasse o Código Florestal, já que o projeto impulsionado por parlamentares vinculados aos representantes do agronegócio abriu espaço “para uma maior atividade agropecuária em zonas já degradadas, como a Amazônia” (Veja, 2012c).

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: o anúncio feito pelo Brasil no que tange a adesão de um milhão de hectares ao seu território protegido, a publicação destaca que “por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, a presidente Dilma Rousseff assinou 12 decretos que criaram e ampliaram as áreas de preservação ambiental, ampliaram os territórios indígenas e estabeleceram critérios verdes para a aquisição governamental de bens e serviços, que atingiam 16% do PIB” (Veja, 2012a); e a iniciativa para a ampliação no número de pesquisadores na Amazônia, que partiu

de um grupo de reitores de universidades do norte do país por meio da oferta de bolsas.

Em 2015 foi divulgada a informação sobre: o anúncio feito pela presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral da ONU com a promessa de redução das emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030, já que o alcance dessas metas climáticas mitigaria o aquecimento global.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre o movimento ambientalista e sua breve história: somente em 1962, com o livro *Primavera Silenciosa*, da americana Rachel Carson que se estabeleceram as primeiras conexões entre meio ambiente, economia e bem-estar, assim como os compromissos como o desenvolvimento sustentável, que somente brotaram em 1987, a partir do Relatório Brundtland, que propiciou inúmeros avanços intensificados na Rio 92 e que resultaram no Acordo de Paris.

Em 2020 foi divulgada a informação sobre o discurso do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do G20, onde o presidente “se apresentou como um zeloso gestor do meio ambiente e um governante atento aos reflexos dessas ações nos acordos comerciais”. Além disso, o mandatário evidenciou que o descuido com a questão ambiental poderia trazer prejuízo aos negócios do país (Veja, 2020).

Em 2021 foi divulgada a informação sobre os atos de mais de 250 entidades que assinaram um documento solicitando atenção especial aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) com o intuito de “evitar que o Congresso passasse a boiada e aprovasse projetos de leis que representassem retrocessos ambientais sem uma discussão mais profunda” (Veja, 2021c); e o envio de uma carta de diversos representantes ao presidente americano Joe Biden, para que ele não assinasse qualquer acordo relativo à Amazônia com o Brasil. No referido texto, os signatários afirmam que o governo de Jair Bolsonaro não representava os verdadeiros interesses da população brasileira em termos de meio ambiente.

Em 2021 foi divulgada a informação sobre o discurso virtual proferido pelo presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima, evento organizado pelo governo dos Estados Unidos para discutir questões ambientais. No discurso, “o presidente Jair Bolsonaro se comprometeu com as ações necessárias para zerar até 2050 as emissões dos gases de efeito estufa e acabar com o desmatamento ilegal até 2030”. Por outro lado, o presidente destacou a importância do auxílio internacional e do apoio

financeiro das nações mais ricas e empresas para alcançar esses objetivos. Além disso, Bolsonaro afirmou que determinou “que nossa neutralidade climática seja alcançada até 2050, antecipando em dez anos a sinalização anterior” e se comprometeu a fortalecer a vigilância contra o desmatamento (Veja, 2021d).

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que:

Em 2003 foi divulgada a informação sobre a decisão do governo em torno da continuidade da submissão ao Conselho de Defesa Nacional dos processos de homologação de terras indígenas, prática adotada no governo FHC, atitude duramente criticada por 15 organizações indígenas e indigenistas.

Em 2009 foi divulgada a informação sobre o ofício assinado por 34 representantes do Ministério Público (de seis dos nove estados da Amazônia Legal) contra a MP 458, que beneficiava grileiros e prejudicava índios. A medida tratava da regularização fundiária na região e aprovada pelo Senado foi alvo de críticas de ecologistas por ter sido um estímulo ao desmate e à concentração fundiária.

Em 2009 foi divulgada a informação sobre a reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros para tratar de dois temas espinhosos na área ambiental: a redução na emissão de gases-estufa e as propostas de mudanças no Código Florestal; e a decisão do presidente Lula, que adiou o prazo para recuperação de matas, atendendo demandas ruralistas. A publicação destacou que a decisão foi divulgada posteriormente ao anúncio da redução do desmatamento e que o presidente também decidiu pelos ruralistas em outros temas, contrariando o ministro Minc, que só não foi vencido no que tange a manutenção da reserva em todas as propriedades.

Em 2010 foi divulgada a informação sobre a posição retardatária do Brasil na corrida pela “nova economia verde”, já que o país não privilegiava investimentos e não incentivava adequadamente o desenvolvimento científico ligado à economia de baixo carbono; e a falta de projetos para o Fundo Amazônia, que segundo o ministro Carlos Minc, impediu o pleno aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, pois mesmo com R\$ 400 milhões à disposição, o programa só desembolsou R\$ 70,3 milhões em 5 projetos.

Em 2010 foi divulgada a informação sobre a decisão que viabilizava o plano do Ibama na concessão de licença prévia para que o governo pudesse realizar o leilão para a construção da usina de Belo Monte; o Plano Amazônia Sustentável (PAS),

principal legado de Marina Silva no MMA, revisto pelo governo com a inclusão de projetos de mineração, defesa e grandes hidrelétricas.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre o Projeto de Lei (PL) desengavetado pelo Senado com a proposta que visava esvaziar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e retirar seu poder de fiscalização nas ações contra o desmatamento, transferindo-o para governos estaduais.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre: a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados, proposta analisada sem consenso entre governo, ambientalistas e ruralistas; a entrevista concedida pelo relator do novo projeto de Código Florestal, que afirmou que os ambientalistas criavam mitos para não discutir o essencial a respeito da proposta; a medida provisória com o intuito de reduzir os Parques na Amazônia para dar lugar a duas hidrelétricas; o projeto no Senado que colocaria em risco todas as áreas indígenas do país, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visava dificultar a criação de unidades de conservação, o que ameaçou todas as terras indígenas do país.

Além disso, em 2011 foi divulgada a informação sobre: os quatro últimos destaques do novo Código Florestal rejeitados no plenário do Senado com vinte e seis emendas propostas pelos senadores incluídas no texto. Além disso, outras 56 alterações foram rejeitadas durante a votação num debate que durou cinco horas; a aprovação do novo Código Florestal e a possibilidade de redução de áreas protegidas e da anistia a desmatadores de grandes superfícies na Amazônia brasileira, o que gerou descontentamento da sociedade civil durante a Cúpula dos Povos; a crítica da organização ambientalista WWF em relação ao veto parcial da presidente Dilma Rousseff na reforma do Código Florestal, já que o intuito dos ambientalistas era que a presidente vetasse a lei na totalidade; a sanção do novo Código Florestal com 12 vetos, e a edição de uma Medida Provisória que gerou críticas das entidades ambientalistas que consideraram a legislação promotora da anistia a desmatadores e da redução das áreas de proteção ambiental; o ataque da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, às manifestações em defesa da biodiversidade que não levam em conta a proteção das populações.

Em 2013 foi divulgada a informação sobre o posicionamento favorável da presidente Dilma Rousseff em relação à construção de hidrelétricas no país, inclusive na Amazônia.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre a recusa do Brasil na assinatura da declaração aprovada na Cúpula do Clima em Nova York, sob o argumento de que o texto contrariava a legislação nacional e não foi negociado. O acordo previa o fim do desmatamento mundial até 2030 e teve adesão de 32 dos 193 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo Estados Unidos, França, Alemanha e Indonésia.

Além disso, em 2014 foi divulgada a informação sobre: o encontro da Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) e a desistência de participação no evento da candidata à Presidência pelo PSB, Marina Silva.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre o ato de exoneração do ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Antônio Fernandes Costa. Segundo Costa, sua demissão ocorreu devido a tentativas frustradas de ingerência política no órgão, já que o governo do presidente Michel Temer (PMDB) não entendia a questão indígena e que o ministro da Justiça, Osmar Serraglio defendia os interesses dos ruralistas. Além disso, o texto indicou a falta de investimentos no órgão para a defesa das políticas indígenas.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre os trinta anos do assassinato do líder ambientalista Chico Mendes. O texto expôs que os herdeiros de Chico Mendes, como Marina Silva (candidata à presidência pela Rede) receberam votos nas eleições, mesmo tendo sido vista com desconfiança por alguns dos entrevistados na publicação; o “imbróglio político que arrastou a criação de 11 novas Unidades de Conservação em Rondônia”, já que as reservas representavam 537.000 hectares de floresta amazônica, o equivalente a cerca de 3% do território do estado (Veja, 2018).

Em 2019 foi divulgada a informação sobre: o plano de desenvolvimento para a região da Amazônia, uma iniciativa do governo que tinha o intuito de avaliar investimentos de infraestrutura e definir grandes obras no Pará; os índices de desmatamento elevados e as medidas que o Brasil teria que adotar em relação a pressão sobre questões ambientais que definem os termos de um acordo comercial entre União Europeia e Mercosul; o revogação realizado pelo presidente Jair Bolsonaro em relação aos 55 colegiados da administração pública federal, que incluiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), conhecido como Conselhão; “a possibilidade da extinção do Fundo Amazônia, mantido graças a doações da Alemanha e da Noruega” (Veja, 2019e); o manifesto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que demonstrou apoio ao Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) após críticas feitas por Jair Bolsonaro sobre o trabalho de monitoramento do desmatamento da Amazônia; e o decreto do presidente Jair Bolsonaro (filiação ao PSL na época) que reduziu o espaço destinado à comunidade científica no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (Capda), órgão responsável por gerir recursos de investimentos feitos por empresas da Zona Franca de Manaus.

Além disso, em 2019 foi divulgada a informação sobre: o discurso presidencial de que o governo Jair Bolsonaro vinha obtendo alguns avanços importantes na área econômica, com a aprovação na Câmara da MP da Liberdade Econômica, favorável ao ambiente de negócios dos empreendedores brasileiros, o texto considerou que o Brasil estaria tomando, pela primeira vez em muito tempo, os remédios corretos.

Em 2019 também foi divulgada a informação sobre: os atos em defesa da Amazônia realizados em diversas cidades brasileiras; o acordo que trata da cooperação para a proteção da região e o seu desenvolvimento sustentável (chamado Pacto de Letícia pela Amazônia), assinado pelos países da América do Sul, entre os quais o Brasil. A publicação informa que “a iniciativa se dá em meio às polêmicas internacionais geradas pelos incêndios que assolam a floresta amazônica nas últimas semanas, em especial na parcela brasileira” (Veja, 2019f) ; a situação da floresta Amazônica após quase um ano do governo Jair Bolsonaro, publicada pelo jornal americano The New York Times: “por meses, nuvens negras pairavam sobre a floresta, enquanto trabalhadores a incendiavam e a desmatavam” (Veja, 2019g).

Em 2020 foi divulgada a informação sobre o aumento do volume de queimadas desde 2012 e a controvérsia em torno da decisão do ministro Ricardo Salles e do Ibama, que determinaram que todos os agentes de combate em campo voltassem às suas bases.

Em 2021 foi divulgada a informação sobre: a possível saída do ministro Ricardo Salles do MMA. Ao mesmo tempo, o ministro sinalizou que não havia interesse do presidente na mudança e que o ministério sofria ataques constantes em virtude de aspectos ideológicos; o evento Cúpula dos Líderes sobre o Clima, que contou com participação do Brasil, mesmo com a imagem desgastada, já que o governo de Jair Bolsonaro “conseguiu reunir não apenas os piores resultados, como também as piores práticas na área ambiental” - o que incluiu “até notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, acusado de obstruir investigação ambiental e favorecer madeireiros investigados” (Veja, 2021d).

Além disso, em 2021 foi divulgada a informação sobre o atrito entre o presidente Jair Bolsonaro e a ativista Greta Thunberg, chamada por Bolsonaro de “pirralha”. Nesse contexto, a publicação ressaltou que Bolsonaro “não entendeu o espírito dos novos tempos: a luta pela defesa do meio ambiente e contra o aquecimento global” (Veja, 2021e), causa defendida com paixão pela jovem ativista sueca, que “saltou da vala das questões laterais para a pista central dos rumos do planeta”; e o olhar distorcido dos interesses políticos de curto prazo do governo Bolsonaro, que provocou prejuízos enormes ao apostar em falsas dicotomias.

5.4.3 Mídia socioambiental (Eco21, Envolverde e Página22)

Para a mídia socioambiental foram selecionadas a Eco21, com resultados no período entre janeiro de 2003 e julho de 2021; já a busca por publicações na Envolverde resultou em notícias/reportagens a partir de 2011, no período entre 31/03/2011 e 15/06/2021; e a busca por publicações na Página22 resultou em notícias/reportagens no período entre 01/09/2006 e 14/07/2021 (ver apêndice B). Com a finalidade de aprimorar os resultados, em virtude da necessidade de sintetizar o que foi coletado, optou-se por adotar um recorte temporal em cada uma das mídias: Eco21 entre 2003 e 2005; Envolverde entre 2011 e 2021; e Página22 entre 2006 e 2010, mas com a possibilidade de coletar material quando fosse necessário para o preenchimento de possíveis lacunas.

Na gestão da ministra Marina Silva, a Página22 foi a mídia com o maior número de notícias/reportagens sobre o macrotema Amazônia brasileira com o total de 26 publicações, seguida pela Eco21, com 9 publicações. A nova seleção dos materiais encontrados (terceira triagem) apresentou o resultado de 35 publicações, resumidas e apresentadas no Apêndice F.

Na gestão do ministro Carlos Minc foi selecionada a Eco21, que atendeu ao recorte temporal entre 2003 e 2005, delimitado pela pesquisadora (mesmo assim, não apresentou resultados na gestão do ministro Carlos Minc (ver Apêndice B); já a busca por publicações na Envolverde resultou em notícias/reportagens a partir de 2011; e a busca por publicações na Página22 resultou em 11 publicações no período entre 01/08/2008 e 08/02/2010, resumidas e apresentadas no Apêndice F.

Na gestão da ministra Izabella Teixeira, a seleção considerou o período entre 2003 e 2005 para a Eco21, pois a Envolverde apresentou resultados entre 11/04/2011

e 23/04/2016. A Página22 foi selecionada para complementar informações no ano de 2010, com resultados entre 15/06/2010 e 06/12/2010 (ver Apêndice B). Foi selecionado apenas o ano de 2010 para a Página22, como complemento ao conteúdo da Envolverde, que tem publicações disponíveis a partir de 2011. A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 53 publicações na Envolverde e 5 publicações na Página22, resumidas e apresentadas no Apêndice F.

Na gestão do ministro Sarney Filho, a seleção considerou o período entre 2003 e 2005 para a Eco21; pois a Envolverde apresentou resultados entre 25/07/2016 e 13/11/2018. A seleção das publicações na Página22 ocorreu entre 2006 e 2010 (ver Apêndice B). A Envolverde apresentou o resultado (na terceira triagem) de 33 publicações, resumidas e apresentadas no Apêndice F.

Na gestão do ministro Ricardo Salles, a seleção considerou o período entre 2003 e 2005 para a Eco21; pois a Envolverde apresentou resultados entre 29/03/2019 e 15/06/2021. A seleção das publicações na Página22 ocorreu entre 2006 e 2010. A nova seleção dos materiais (terceira triagem) apresentou o resultado de 41 publicações, resumidas e apresentadas no Apêndice F.

5.4.4 Amazônia brasileira na mídia socioambiental

As publicações selecionadas na mídia socioambiental foram classificadas pelos subtemas: desmatamento, extrativismo e política ambiental. A partir dos resultados obtidos, verificou-se que no macrotema Amazônia brasileira foram identificadas as seguintes categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos para a conservação do bioma, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos para a conservação do bioma. A mídia socioambiental apresentou 42 publicações no âmbito do desmatamento (23,86%), 12 publicações no âmbito do extrativismo (6,82%) e 121 publicações no âmbito da política ambiental (69,54%). Tais dados evidenciam que o subtema política ambiental prevaleceu quando se trata da Amazônia brasileira, com a tendência por publicações que analisam e criticam o aspecto desenvolvimentista que prevalece no Brasil em relação ao bioma. O subtema desmatamento apareceu na sequência, pois grande parte do material encontrado também foi discutido no subtema política ambiental. O subtema extrativismo foi vagamente abordado, pois a tendência é que a redução da área de floresta seja mais enfatizada nas publicações.

A primeira categoria apresentou menor número de publicações na mídia socioambiental consultada e foi identificada em torno da lógica de conservação do bioma, com uma abordagem direcionada às iniciativas governamentais que caminham mais no âmbito das ações que contribuem para a mudança do clima, para a redução e combate do desmatamento ilegal nas florestas tropicais, para o uso sustentável do território por meio do manejo florestal e do pagamento por serviços ambientais, o fortalecimento de comunidades extrativistas e programas específicos para as populações indígenas que contribuem para a preservação das florestas.

Essa categoria também evidenciou a contribuição da atuação do movimento ambientalista para a conscientização das questões ambientais, a escolha de Marina Silva para o cargo de ministra do meio ambiente, a tramitação de medidas para a gestão das florestas públicas relacionadas às atividades econômicas sustentáveis e de pesquisa que contribuíram para a redução dos problemas de origem fundiária e de extração ilegal de madeira, a criação do Fundo Amazônia e da moratória da soja.

Além disso, a preocupação com o desmonte da política ambiental no país foi evidenciada nessa categoria a partir de 2019, assim como a omissão do Estado brasileiro em proteger os territórios indígenas e os ambientalistas assassinados. Nesse contexto, o enfraquecimento do colegiado do Conama também contribuiu para fragilizar a imagem de liderança ambiental que o Brasil ocupava internacionalmente.

A segunda categoria apresentou número maior de publicações e evidenciou que o alto patamar das taxas de desmatamento na Amazônia foi uma realidade ao longo do período analisado. Nesse contexto, o aspecto desenvolvimentista foi evidente tanto no setor agropecuário industrial quanto no Governo Federal, que lançou inúmeras obras de infraestrutura, como a construção da usina de Belo Monte.

A transversalização da questão socioambiental a partir da reestruturação da máquina proposta pela ministra Marina Silva não alcançou o espaço esperado no governo federal e culminou com a possibilidade da divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A tramitação de projetos de leis, como o do Código Florestal, a Lei da Grilagem e o novo Marco Legal da Mineração foram potencialmente estratégicos para os ruralistas, que exerceram pressão sobre o Governo Federal para a tramitação e aprovação dessas legislações. Além disso, ocorreu o aumento do número de assassinatos de lideranças ambientalistas, assim como o aumento de conflitos por posse de terra entre indígenas e madeireiros.

As alterações do clima em diversas partes da Amazônia também foram evidenciadas, pois resultaram no atraso das chuvas, secas intensas e rios sem água, o que ocasionou o aumento do número de incêndios e menor disponibilidade de alimento disponível para as comunidades indígenas.

Por outro lado, houve a alteração no processo de criação de unidades de conservação (UCs), que passou a incluir a consulta a todas as instâncias políticas para a verificação de conflitos socioambientais. Além disso, a lentidão na regulamentação de Cadastro Ambiental Rural (CAR) evidenciou o descompromisso do governo federal com a recuperação florestal e contribuiu para o aumento da confusão jurídica no campo.

Além disso, houve contradição na política do clima no Brasil, que excluiu a sociedade civil do debate sobre a matriz energética nacional. Por outro lado, o Acordo de Paris virou lei no país, mesmo com metas insuficientes.

A partir de 2016, no governo Michel Temer, a pauta ambiental foi mais fragilizada no país, período que coincidiu com o aumento de assassinatos de defensores do meio ambiente e com o registro de incêndios nos carros do Ibama e ameaças aos servidores do ICMBio nas operações de combate ao desmatamento na Amazônia, assim como a inviabilização do reconhecimento dos territórios das populações indígenas.

A reestruturação ministerial no governo Jair Bolsonaro asfixiou a autonomia e a influência da pasta ambiental e evidenciou a cobiça por territórios indígenas para projetos agrícolas e de mineração. Além disso, houve o corte de recursos para a pasta do MMA e, as polêmicas medidas adotadas pelo ministro Ricardo Salles contribuíram para a redução da competência da pasta nas ações de comando e controle.

Tais contratempos, evidenciados com maior intensidade a partir de 2019 representaram o desmonte da política ambiental brasileira e dificultaram a implementação do novo acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), já que a gestão do ministro Salles foi marcada por omissões do MMA que incluíram a exportação de madeira sem fiscalização, o congelamento dos fundos Amazônia e Clima e a fraca atuação das forças de segurança nas operações contra o garimpo ilegal em terras indígenas.

O total de publicações sobre o macrotema Amazônia brasileira atingiu por ano o seguinte número de publicações vinculados às categorias para o macrotema:

Quadro 12 – Categorias para o macrotema Amazônia brasileira (mídia socioambiental).

Ano	Publicações (quantidade)	Categorias de análise	
		Categoria A - Dinâmicas em torno dos objetivos para a conservação do bioma	Categoria B - Dinâmicas que divergem dos objetivos para a conservação do bioma
2003	2	Categoria A	
2004	3	Categoria A	
2005	2	Categoria A	
2005	4	Categoria B	
2006	4	Categoria A	
2006	4	Categoria B	
2007	5	Categoria A	
2007	3	Categoria B	
2008	8	Categoria A	
2008	14	Categoria B	
2009	1	Categoria A	
2009	1	Categoria B	
2010	4	Categoria B	
2011	4	Categoria A	
2011	15	Categoria B	
2012	8	Categoria A	
2012	2	Categoria B	
2013	4	Categoria A	
2013	5	Categoria B	
2014	4	Categoria A	
2014	4	Categoria B	
2015	1	Categoria A	
2015	4	Categoria B	
2016	14	Categoria A	
2016	6	Categoria B	
2017	3	Categoria A	
2017	5	Categoria B	
2018	2	Categoria A	
2018	5	Categoria B	
2019	4	Categoria A	
2019	10	Categoria B	
2020	7	Categoria A	
2020	13	Categoria B	
2021	2	Categoria A	
2021	5	Categoria B	

Fonte: elaborado pela pesquisadora

Nesse contexto, a intenção inicial era identificar como os aspectos estratégicos (motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas) estão presentes nas notícias/reportagens selecionadas pelas características de cada

subsetor da mídia, mas na leitura dos textos percebeu-se que esses aspectos estão presentes de maneira variada em ambos subsetores e em cada publicação, pois cada uma das publicações apresenta elementos que apresentam correlação aos aspectos estratégicos mencionados. Desse modo, os dados referentes aos aspectos estratégicos apresentaram o seguinte resultado para o subsetor de mídia socioambiental.

a) Dentre as 42 publicações no âmbito do desmatamento, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos estratégicos da motivação econômica (em 32 notícias/reportagens), da ética pública (em 43 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 32 notícias/reportagens).

b) Dentre as 12 publicações no âmbito do extrativismo, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica (em 7 notícias/reportagens), da ética pública (em 10 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 3 notícias/reportagens).

c) Dentre as 121 publicações no âmbito da política ambiental, as notícias/reportagens apresentaram vinculação aos aspectos da motivação econômica (em 50 notícias/reportagens), da ética pública (em 106 notícias/reportagens) e abordagens político-ideológicas (em 101 notícias/reportagens).

A amostra das notícias/reportagens selecionadas descreve como o subsetor de mídia socioambiental percebe as dinâmicas processadas na gestão pública sobre o macrotema Amazônia brasileira no período entre 2003 e 2021, em cada uma das diferentes gestões do MMA brasileiro.

É importante ressaltar que dentre os aspectos estratégicos, a ética pública prevaleceu na maioria dos subtemas, seguida das abordagens político-ideológicas e da motivação econômica. A ética pública é referência quando se trata da abordagem essencialmente crítica em relação ao uso sem considerar a relevância da biodiversidade e dos povos que ocupam o território amazônico, além disso, esse aspecto revela o teor da maioria dos textos publicados, com o intuito de revelar os benefícios de ações centradas na conservação do bioma. As abordagens político-ideológicas e a motivação econômica são referência quando se trata dos posicionamentos críticos em relação aos atores que ocupam os centros de poder, seja na política ou no setor produtivo. Tal crítica diverge das publicações da mídia convencional, que apresentam o aspecto mais informativo.

A seguir são apresentados os resultados do conteúdo selecionado.

5.4.4.1 *Categorias por subtema*

A identificação e interpretação das notícias/reportagens sobre a Amazônia brasileira divulgadas pelas mídias foi recortada em três subtemas. Os textos selecionados foram subdivididos por subtema, de acordo com as características mais presentes no decorrer da leitura dos textos, como o ano em que foram publicados (nas diversas gestões do MMA) e a forma como os argumentos são apresentados em cada um deles. Na sequência, os referidos textos são apresentados sinteticamente.

A partir dos resultados obtidos, conforme mencionado anteriormente, verificou-se que os textos relacionados à Amazônia brasileira, em cada subtema, configuram duas categorias: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos para a conservação do bioma, e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos para a conservação do bioma. E, dentre os subtemas desmatamento, extrativismo e política ambiental, verificou-se que o subtema política ambiental apresentou o maior número de abordagens, seguido do subtema desmatamento e extrativismo.

O subtema desmatamento apresentou características que o colocou em segundo lugar dentre os três subtemas. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos para a conservação do bioma, evidenciadas por meio do contexto histórico recortado: a destruição da biodiversidade causada pelo desmatamento, ações que contribuem para a mudança do clima - incluindo ações para o sequestro do carbono na Amazônia e no Cerrado coordenadas pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia (MCT) e do Meio Ambiente (MMA), a proposta do governo brasileiro para a redução do desmatamento das florestas tropicais com base em um fundo patrocinado pelos países ricos, as negociações do Protocolo de Kyoto com o objetivo de encontrar caminhos para que o mundo estabilize o nível total de emissões ao longo de uma década, a disponibilização de informações sobre as 286 Unidades de Conservação (UCs) amazônicas do país, o entendimento de que “as questões ambientais passaram a fazer parte das preocupações da sociedade nos últimos 20 anos graças à atuação do movimento ambientalista, o acordo chamado moratória da soja para a redução do desmatamento, os discursos de valorização do patrimônio socioambiental da

Amazônia, assim como a negligência dos centros de poder do país em relação ao investimento na transformação desse potencial em desenvolvimento sustentável associados à ciência e a tecnologia.

Além disso, o contexto histórico nesse subtema evidenciou: a iniciativa do governo federal para o chamado “PAC indígena” (Página22, 2007a), a criação de dispositivos para garantir a conservação das matas e a geração de benefícios sociais e econômicos por meio das concessões florestais, os esforços para a redução das emissões de gases de efeito estufa, o sucesso do manejo florestal como estratégia para a conservação e o desenvolvimento sustentável, a liderança do Brasil no que tange aos índices mundiais de desmatamento, os 25 anos dos sistemas de monitoramento do Inpe, a viabilidade da pecuária como atividade ecologicamente sustentável, a retomada das atividades do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas após anos na geladeira no governo Dilma, a oficialização da criação de cinco unidades de conservação (UCs) federais e da implantação do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe).

Essa primeira categoria também evidenciou que 35% das florestas intocadas no mundo são gerenciadas ou pertencentes a povos indígenas, a existência de valor econômico no serviço de conservação da vegetação nativa, e a Operação Handroanthus GLO - considerada histórica por ter sido a maior do país no que tange a apreensão de carga oriunda do desmatamento ilegal no Amazonas.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: o alto patamar das taxas de desmatamento na Amazônia no governo Lula, o papel exercido pelo setor agropecuário industrial (principal impulsionador do PIB brasileiro, dependente do uso maciço de agroquímicos e de combustíveis fósseis), o asfaltamento da Rodovia BR-163 como uma das obras prioritárias do governo Lula, o projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, e o exemplo que governos e agências públicas deveriam seguir no que tange à responsabilidade socioambiental.

O Código Florestal apareceu nessa categoria como potencialmente estratégico para os ruralistas, que exerceram pressão sobre o governo federal para a aprovação da nova legislação, que despertou críticas do Conselho Indigenista Missionário (CIMI/RS) em relação ao comprometimento “com o projeto de vida, de justiça e dignidade dos povos indígenas” (Envolverde, 2012b). Paralelamente, foi criado um

grupo de trabalho no MMA para a implementação da nova legislação do Código Florestal, acompanhada por meio de um observatório de entidades da sociedade civil.

Essa categoria também evidenciou o aumento do número de assassinatos de lideranças ambientalistas, assim como o aumento de conflitos por posse de terra entre indígenas e madeireiros. Nesse contexto, o aumento de queimadas na floresta culminou com o impulsionamento de obras de infraestrutura por meio do ressurgimento do projeto que revogava a lei do corte de crédito para quem operasse sem licença ambiental.

A tentativa de grilagem de terras da União por meio da iniciativa de parlamentares com o intuito de reduzir as unidades de conservação gerou críticas da ministra Izabella Teixeira (MMA), que foi responsável pela criação das cinco áreas protegidas alvo da bancada estadual do estado do Amazonas.

Por fim, essa categoria evidenciou a destruição da vegetação nativa na bacia do Xingu nos dois primeiros meses de 2019 e o aumento de 54% da taxa de desmatamento em relação ao mesmo período em 2018.

O subtema extrativismo apresentou características que o colocou em último lugar dentre os três subtemas. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos da conservação do bioma, evidenciadas por meio do contexto histórico recortado: o manejo florestal empresarial na Floresta Nacional (Flona) do Jamari, em Rondônia. A iniciativa gerou preocupação da comunidade local com as concessões florestais e o novo Marco Legal da Mineração, que possibilitou o aumento de royalties no entorno das regiões mineráveis a exemplo do “Programa Grande Carajás, que alterou profundamente a história, a geografia e o ambiente da Amazônia oriental (Envolverde, 2014c).

Além disso, essa categoria evidenciou o registro de processos minerários em territórios indígenas, o avanço do desmatamento em terras indígenas, incluindo as terras ocupadas por povos isolados. Ao mesmo tempo houve milhares de pedidos de títulos minerários no Amazonas, o que motivou o ingresso de uma Ação Civil Pública (ACP) pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF), que pediu o indeferimento de todos os requerimentos de pesquisa ou lavra minerais incidentes sobre terras indígenas (TIs) no estado.

As alterações no clima em diversas partes da Amazônia também foram evidenciadas nessa categoria, pois resultaram no atraso das chuvas, secas intensas e rios sem água, o que ocasionou o aumento do número de incêndios e menor disponibilidade de alimento disponível para as comunidades indígenas.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: o uso racional da Floresta Amazônica associado à mudança do cenário de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir do pagamento por serviços ambientais, a atividade dos ex-seringueiros para a indústria de cosméticos na busca do lucro associado à Amazônia preservada, e a obtenção do título coletivo de terras às comunidades do município de Juruti (PA), o que garantiu o direito à cobrança pela exploração.

O subtema política ambiental apresentou características que o colocou no topo de publicações dentre os três subtemas. Dentre tais características é importante destacar que a maior parte dos textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos da conservação do bioma, evidenciadas por meio do contexto histórico recortado: o plano de desenvolvimento do segundo governo Lula, que pretendia investir R\$200 bilhões até 2010, o papel exercido pela Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara com a promessa de fidelidade à legislação verde, e a reforma do Ministério do Meio Ambiente (MMA) no contexto de um governo com sede de crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, nos anos do governo Lula houve o aumento das obras de infraestrutura, licenciamento, impactos socioambientais e PAC, questões associadas ao jogo de interesses que envolvem grandes empreendimentos, corrupção, dinheiro, e a frustração no que tange à transversalização da questão socioambiental a partir da reestruturação da máquina proposta pela ministra Marina Silva, que não alcançou o espaço esperado no governo federal. Nesse contexto, também houve a polêmica divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão-chave para concretizar sonhos governistas de crescimento econômico.

O surgimento do projeto de lei sobre o Código Florestal em 2008 reacendeu o antagonismo entre interesses do agronegócio e a necessidade de conservação dos biomas brasileiros, onde preponderou o ideário desenvolvimentista na exploração da

Floresta Amazônica, o que permitiu subseqüentes saques cometidos contra as florestas e seus povos.

Além disso, houve o conflito por terras entre os povos indígenas e os produtores de arroz, na Raposa Serra do Sol e a falta de metas e poucas práticas para que a agenda de enfrentamento às mudanças climáticas avançasse.

A saída de Carlos Minc do MMA e a posse de Izabella Teixeira no comando do ministério foi marcada pelo discurso de abertura democrática da agenda ambiental pela ministra. Essa categoria também evidenciou que o ideário desenvolvimentista também esteve presente na gestão pública, na segunda década do ano 2000, com a aprovação do novo Código Florestal no Brasil, que ocorreu por meio de um acordo firmado entre os partidos políticos para a aprovação das mudanças em troca da liberação do depoimento do ministro Palocci no Congresso.

Nesse contexto, o projeto de implantação de Belo Monte revelou a complexidade da obra e o tamanho de seu impacto negativo na região, pois os malefícios se intensificaram, o que caracterizou o licenciamento precário realizado pelo Ibama, que certamente não considerou a complexidade do que estava licenciando, nem seus impactos ambientais. Além disso, os dilemas éticos que envolveram as populações locais em torno da construção do projeto de Belo Monte expuseram a irresponsabilidade governamental e a arrogância do uso do poder constituído para a mudança das regras de financiamento e de subsídios para garantir a realização da obra a qualquer custo.

Essa categoria também evidenciou que o primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff se caracterizou pelo maior retrocesso da agenda socioambiental desde o final da ditadura militar, o que gerou a insatisfação de 39 organizações ecologistas que manifestaram sua insatisfação à ONU.

Por outro lado, houve a alteração no processo de criação de unidades de conservação (UCs), que passou a incluir a consulta a todas as instâncias políticas para a verificação de conflitos socioambientais. Além disso, a lentidão na regulamentação de Cadastro Ambiental Rural (CAR) evidenciou o descompromisso do governo federal com a recuperação florestal e contribuiu para o aumento da confusão jurídica no campo.

A contradição na política do clima no Brasil, que excluiu a sociedade civil do debate sobre a matriz energética nacional, perdeu espaço para os projetos de alteração do Código Florestal e para os projetos de obras civis de grande impacto

socioambiental na Amazônia. Apesar disso, o Acordo de Paris virou lei no país, mesmo com metas insuficientes. Naquele contexto, o Brasil era o terceiro entre os grandes emissores de gases de efeito estufa e estava entre as maiores economias do mundo a ratificar o documento.

A pauta ambiental revelou fragilidade no governo Michel Temer, que fez inúmeros acordos com o legislativo no trato dessa questão. O período coincidiu com o aumento de assassinatos de defensores do meio ambiente.

Essa categoria também evidenciou que as taxas anuais de desmatamento em áreas florestais indígenas foram significativamente menores do que fora desses territórios. Apesar disso, tais territórios tradicionais não foram inseridos como política para o cumprimento da NDC. No que tange à política do clima em nível global, o acordo feito em Paris e reafirmado pelos países em Marrakesh teve como intuito reverter a tendência de alta da temperatura do planeta, mesmo com a apresentação de metas insuficientes para garantir um nível satisfatório de segurança climática.

A urgência sobre a questão climática e os desastres decorrentes desta com a crise hídrica no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, DF e Nordeste evidenciou a importância da Amazônia para as chuvas no centro e Sudeste do Brasil. Ao mesmo tempo, os casos registrados nas operações de combate ao desmatamento na Amazônia foram impactados por incêndios nos carros do Ibama e ameaças aos servidores do ICMBio. Além disso, a inviabilização do reconhecimento dos territórios das populações indígenas atendeu a uma antiga demanda dos ruralistas.

Por fim, a reestruturação ministerial no governo Jair Bolsonaro asfixiou a autonomia e a influência da pasta ambiental e evidenciou a cobiça por territórios indígenas para projetos agrícolas e de mineração. O corte de recursos para a pasta do MMA e as polêmicas medidas adotadas pelo ministro Ricardo Salles contribuíram para a redução da competência da pasta nas ações de comando e controle.

Os contratemplos graves na política ambiental no Brasil dificultaram a implementação do novo acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), pois nesse período houve o ressurgimento do Projeto de Lei Geral de Licenciamento n.º 3.729/2004, a anistia à invasão de terras até 2018, a explosão do desmatamento na Amazônia, e a modificação da legislação fundiária no país por meio da Medida Provisória n.º 759 de 22 de dezembro de 2016 (batizada de Lei da Grilagem).

A fala do ministro Ricardo Salles na reunião ministerial de 22 de abril, quando afirmou que era “hora de avançar nas reformas supralegais, de canetada, aproveitando o que chamou de alívio da imprensa por conta das mortes provocadas pelo coronavírus [...] e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”, surpreendeu autoridades e a sociedade civil, numa gestão marcada por omissões do MMA que incluíram a exportação de madeira sem fiscalização e o congelamento dos fundos Amazônia e Clima (Envolverde, 2020b).

Tal categoria também foi evidenciada nas publicações que revelaram o baixo valor orçamentário no MMA, considerado como parte do desmonte ambiental do governo Bolsonaro, e a indicação de uma deputada da base governista para presidir a Comissão do Meio Ambiente na Câmara dos Deputados, o que reforçou a tendência do governo no distanciamento das demandas ambientais.

A maior apreensão de madeira ilegal da história do país foi marcada por uma suposta interferência política do ministro Salles na operação que culminou com o enfraquecimento das forças de segurança, que se caracterizaram pela fraca atuação nessa e nas operações contra o garimpo ilegal em terras indígenas.

Em menor parte, alguns textos tratam das dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma, que evidenciaram por meio do contexto histórico recortado: a escolha de Marina Silva para o cargo de ministra do meio ambiente, o que sinalizou que a sustentabilidade ambiental seria o princípio estratégico no qual estaria baseado o primeiro governo Lula. Além disso, a criação do projeto de lei que estabeleceu a gestão das florestas públicas para atividades econômicas sustentáveis e de pesquisa contribuiu para a redução dos dois principais problemas da Amazônia brasileira: os de origem fundiária e de extração ilegal de madeira.

Ao mesmo tempo, cresceram as iniciativas para a redução do desmatamento ilegal e a valorização da floresta, intensificadas com a criação do Fundo Amazônia para evitar emissões de gases de efeito estufa pelas florestas tropicais e o compromisso assumido por empresas de não comprar grãos produzidos em áreas de desmatamento no bioma amazônico (chamado de moratória da soja), firmado em 2006.

A discussão em torno da questão indígena também foi evidenciada nessa categoria, principalmente pelo papel exercido pelos indígenas enquanto agentes essenciais na conservação do meio ambiente.

Paralelamente, ocorreu a participação dos diversos setores interessados na implantação de REDD+ pelo Brasil, em especial comunidades tradicionais e povos indígenas, ao mesmo tempo em que o Brasil figurava na terceira posição entre os grandes emissores de gases de efeito estufa, pois mesmo tendo ratificado o documento para a redução de emissões, o país apresentou metas insuficientes que culminaram com a falta de correção na INDC brasileira, um passe livre para o país poluir mais até 2030.

Essa categoria também evidenciou a preocupação com o desmonte da política ambiental no país a partir de 2019 por meio do comunicado emitido pelos ex-ministros de Estado do Meio Ambiente, lançado com intuito de alertar o governo sobre a importância da manutenção do MMA e a continuidade do Brasil no Acordo de Paris. Tais fatos revelaram também a omissão do Estado brasileiro em proteger os territórios indígenas, com o registro do aumento das invasões destas áreas e dos crimes a elas vinculados, como o assassinato de 24 ambientalistas brasileiros em 2019 - a grande maioria na Amazônia (dez deles de indígenas).

Por fim, essa categoria revelou que em 2021 houve o enfraquecimento do colegiado do Conama, cenário que contrastou com o papel do Brasil enquanto liderança global em questões ambientais, climáticas e de biodiversidade que o país exerceu nas últimas décadas. Tais fatos consolidaram-se no foco das diferenças ideológicas e partidárias, especificamente o que tange às ações e políticas de redução drástica dos desmatamentos na Amazônia, iniciativa que desconsiderou a qualidade da política ambiental brasileira, que é fruto de demanda e da participação efetiva da sociedade.

Subtema desmatamento

O subtema denominado desmatamento corresponde a 23,86% dos textos selecionados sobre o macrotema Amazônia brasileira na mídia socioambiental. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma (maior parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma (menor parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que: em 2004 foi divulgada a informação sobre: o desmatamento e conseqüentemente a destruição da biodiversidade, ações que contribuem para a mudança do clima; e as ações coordenadas em relação ao sequestro do carbono na Amazônia e no Cerrado, pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia (MCT) e do Meio Ambiente (MMA) dentro dos auspícios da Comissão Interministerial sobre Mudanças Climáticas.

Em 2005 foi divulgada a informação sobre a iniciativa do governo federal para a redução nas emissões brasileiras, com base nas resoluções estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, apesar disso, a iniciativa apresentava características meramente burocráticas, como a apreciação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) sem proposições para políticas mais abrangentes.

Em 2006 foi divulgada a informação sobre: a proposta do governo brasileiro para a redução do desmatamento das florestas tropicais com base em um fundo patrocinado pelos países ricos; e sobre os países industrializados, os em desenvolvimento que possuem florestas tropicais que negociaram tratados na Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, do Protocolo de Kyoto, com o objetivo de encontrar caminhos para que o mundo estabilizasse o nível total de emissões ao longo de uma década.

Em 2007 foi divulgada a informação sobre: a base de dados disponibilizada na internet com informações sobre as 286 Unidades de Conservação (UCs) amazônicas do país, uma iniciativa do Instituto Socioambiental (ISA), que apresentou a caracterização socioambiental das Unidades de Conservação na Amazônia brasileira; o entendimento de que “as questões ambientais passaram a fazer parte das preocupações da sociedade nos últimos 20 anos graças à atuação do movimento ambientalista, as conferências e convenções realizadas pelas Nações Unidas e à legislação (Página22, 2007b); a moratória da soja, compromisso assumido por empresas de não comprar grãos produzidos em áreas de desmatamento no bioma amazônico firmado em julho de 2006, num contexto em que pouco se questionou o plantio do grão transgênico; os discursos de valorização do patrimônio socioambiental da Amazônia, assim como a negligência dos centros de poder do país em relação ao investimento na transformação desse potencial em desenvolvimento sustentável associados à ciência e à tecnologia; e a visita do presidente Lula a São Gabriel da Cachoeira (AM) para lançar o PAC indígena.

Em 2008 foi divulgada a informação sobre: os dispositivos criados para garantir a conservação das matas e a geração de benefícios sociais e econômicos por meio das concessões florestais, após amplo processo de consulta pública; o lançamento de uma campanha para a construção de uma ferrovia na Amazônia e a iniciativa da ONG Idesam, que lançou a campanha no estado “com o intuito de evitar a ocupação desordenada, o desmatamento e a grilagem que normalmente se apoderam do entorno de rodovias na Amazônia” (Página22, 2008); os esforços para a redução das emissões de gases de efeito estufa e as discussões acerca do tema, ligada à conservação do que resta de cobertura florestal concentrada na Amazônia; e o sucesso do manejo florestal como estratégia para a conservação e o desenvolvimento sustentável, objetivo da criação do *Forest Stewardship Council* em 1993.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre a concessão de manejo florestal sustentável no estado do Pará, que tornou o momento favorável para o desenvolvimento da atividade, e os desafios impostos.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre os dados do desmatamento em nível mundial, onde o Brasil apareceu como um dos líderes do ranking.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre os últimos 25 anos de monitoramento do desmatamento da Floresta Amazônica a partir da implementação do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (Prodes) em 1988, e do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) em 2004, ambos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em 2016 foi divulgada a informação sobre: a Moratória da Soja, que representou a redução de 86% do desmatamento nos municípios alcançados pela medida, um “acordo entre sociedade civil, indústria e governo que visava tirar o desmatamento da cadeia de produção da Amazônia”, renovada por “tempo indeterminado no Ministério do Meio Ambiente”, em Brasília; e o risco da expansão da soja na Amazônia, que hoje mostrou na prática que o desmatamento zero é possível (Envolverde, 2016b).

Além disso, em 2016 foi divulgada a informação sobre os ganhos que a pecuária proporcionou à América Latina, além do “amplo e variado impacto ambiental que tornou urgente sua transformação em uma atividade sustentável ecologicamente amigável, socialmente aceita e economicamente rentável” (Envolverde, 2016c); e a proposta submetida pelo governo para a conferência do clima de Marrakesh, que

buscou levar créditos de Kyoto para dentro do novo regime e irritou ambientalistas pela exclusão do espaço ocupado pelas florestas.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre: o estudo realizado por cientistas brasileiros e alemães que revelou que manter a diversidade vegetal na Amazônia é fundamental para conter o ciclo vicioso causado pelo desmatamento, contribuindo para a permanência das chuvas; a retomada das atividades do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas após anos na geladeira no governo Dilma; e a da informação de que o secretário-executivo defendeu repressão na Amazônia.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre a oficialização da criação de cinco unidades de conservação (UCs) federais e da implantação do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe).

Em 2020 foi divulgada a informação sobre: os 35% de florestas intocadas e remanescentes no mundo e que estão localizadas em terras gerenciadas ou pertencentes a povos indígenas; o uso do fogo para fins agrícolas pelas populações tradicionais na Amazônia por meio de técnicas de manejo ancestrais, indígenas e ribeirinhos, que queimam a floresta para a abertura de roçados que permitem a regeneração da mata e a preservação da biodiversidade.

Além disso, em 2020 foi divulgada a informação sobre o valor econômico atribuído ao serviço de conservação da vegetação nativa, com a criação de uma nova opção de renda para o produtor rural por meio de um mecanismo privado chamado Conserv, lançado pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), em parceria com o Environmental Defense Fund (EDF) e com o *Woodwell Climate Research Center* (WCRI) (2020); a apreensão histórica (considerada a maior do país) de carga oriunda de desmatamento ilegal, nos rios Mamuru e Arapiuns, em Parintins, no Amazonas, com mais de 130 mil metros cúbicos de madeira ilegal em toras de espécies para exportação identificadas pela Polícia Federal durante a Operação Handroanthus GLO, acompanhada pelo Ministério Público Federal (MPF).

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que: em 2005 foi divulgada a informação sobre o balanço o Governo Lula em relação à Amazônia, que manteve patamar alto das taxas de desmatamento, assim como foi no governo tucano anterior, “como se não houvesse mudança de direção no comando da administração federal, ideologias e retóricas à parte”; o debate sobre o desmatamento na Amazônia, com números crescentes, pouco efetivo na prática (Eco21, 2005a).

Além disso, em 2005 foi divulgada a informação sobre o setor agropecuário industrial, principal impulsionador do PIB brasileiro, que deixou “muito a desejar na área ambiental e social”, pois o setor investiu em um modelo de produção de alimentos “dependente do uso maciço de agroquímicos e de combustíveis fósseis”; e o asfaltamento da Rodovia BR-163, “uma das obras prioritárias do governo Lula” (Eco21, 2005b).

Em 2006 foi divulgada a informação sobre o comparativo entre as emissões de gases de efeito estufa pelas florestas tropicais e aquelas geradas pela queima de combustíveis fósseis; e o papel que exerce o agronegócio na contabilidade do PIB no Brasil, que apesar de significativo, não considera dois elementos fundamentais: os custos ambientais da ampliação e a divisão dos benefícios.

Em 2010 foi divulgada a informação sobre a conservação da floresta, que nem sempre depende da demarcação de áreas a serem preservadas, pois a transposição do desmate pode ir além das áreas protegidas.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre: o projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte, uma iniciativa com muitos obstáculos (Envolverde, 2011a); e o exemplo que governos e agências públicas deveriam seguir no que tange a responsabilidade socioambiental, pois a maioria faz parte da rede de transgressão que sabota a legislação e as políticas ambientais, como no caso do BNDES, pois ao mesmo tempo que é o gestor do Fundo Amazônia, financia empresas e se associa a empreendimentos “acusados pelo Ministério Público Federal de contribuir para o desmatamento e a prática de trabalho escravo” (Envolverde, 2011b).

Além disso, em 2011 foi divulgada a informação sobre: o Código Florestal, visto como estratégico para os ruralistas, que exerceram pressão sobre o governo federal; e o assassinato de líderes rurais no Pará: Herenilton Pereira dos Santos, e o casal de ambientalistas Maria do Espírito Santo da Silva e José Cláudio Ribeiro da Silva, do projeto agroextrativista Praia Alta-Piranheira; o posicionamento de Aziz Ab Saber sobre as alterações no Código Florestal em artigo de julho de 2010.

Em 2013 foi divulgada a informação sobre: a crítica do Conselho Indigenista Missionário (CIMI/RS) em relação ao comprometimento “com o projeto de vida, de justiça e dignidade dos povos indígenas” (Envolverde, 2013b): uma crítica ao governo de esquerda por ter aderido aos programas e projetos de setores e grupos de extrema-direita; o grupo de trabalho estabelecido pelo MMA na implementação da nova legislação do Código Florestal, acompanhada por meio de um observatório de

entidades da sociedade civil; e a aprovação do Código Florestal, que completou um ano e anistiou o passivo ambiental de aproximadamente 40 milhões de hectares de cerrados e florestas desmatados ilegalmente antes de julho de 2008.

Em 2015 foi divulgada a informação sobre os indígenas Ka'apor e o risco que enfrentavam para expulsar madeireiros de sua terra, mesmo com o assassinato de uma das suas lideranças indígenas.

Em 2016 foi divulgada a informação sobre: o enfrentamento recorde de queimadas no Brasil em 2016, o estudo divulgado pela Ong Greenpeace documentou a gravidade do problema para a floresta, o clima e as pessoas; e o projeto que ressuscitou o “fast-track” para obras e ameaçou um dos principais instrumentos de combate ao desmatamento, com a revogação da lei que previa corte de crédito a quem operasse sem licença (Envolverde, 2016c).

Em 2017 foi divulgada a informação sobre o movimento de parlamentares do Amazonas com o intuito de reduzir as unidades de conservação no sul do estado, uma tentativa de oficializar a grilagem de terras da União, que segundo a ministra Izabella Teixeira (MMA) expôs o Brasil à “vergonha internacional”. A ministra foi responsável pela criação das cinco áreas protegidas que são alvo da bancada (Envolverde, 2017).

Em 2019 foi divulgada a informação sobre a destruição da vegetação nativa na bacia do Xingu nos dois primeiros meses de 2019, com o aumento de 54% da taxa de desmatamento em relação ao mesmo período em 2018, com a derrubada de 170 mil árvores por dia.

Subtema extrativismo

O subtema denominado extrativismo corresponde a 6,82% dos textos selecionados sobre o macrotema Amazônia brasileira na mídia socioambiental. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma (menor parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma (maior parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que: em 2020 foi divulgada a informação sobre: o uso racional da Floresta Amazônica associado à

mudança do cenário de Ciência, Tecnologia e Inovação a partir do pagamento por serviços ambientais; o papel exercido pelos ex-seringueiros, que mesmo com o passado vinculado ao trabalho análogo à escravidão, viraram fornecedores importantes da indústria de cosméticos na busca do lucro associado à Amazônia preservada; e a obtenção do título coletivo das terras e o direito de cobrar pela sua exploração concedido às comunidades do município de Juruti (PA).

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que: em 2008 foi divulgada a informação sobre o manejo florestal empresarial na Floresta Nacional (Flona) do Jamari, em Rondônia, iniciativa que gerou preocupação da comunidade local com as concessões florestais.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre o pioneirismo do Estado do Acre em relação ao uso da floresta sem destruí-la.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre o novo Marco Legal da Mineração, que possibilitou o aumento de royalties no entorno das regiões mineráveis, a exemplo do “Programa Grande Carajás, que alterou profundamente a história, a geografia e o ambiente da Amazônia oriental (Envolverde, 2014c).

Em 2016 foi divulgada a informação sobre o registro de processos minerários em território indígena proibidos pela Constituição.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre o avanço do desmatamento na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau, que colocou em risco o modo de vida de três povos indígenas contatados e de ao menos quatro registros de povos indígenas em situação de isolamento voluntário confirmados pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em 2019 foi divulgada a informação sobre a inconstitucionalidade em milhares de pedidos de títulos minerários e que motivou o ingresso de uma Ação Civil Pública (ACP) pelo Ministério Público Federal do Amazonas (MPF), que solicitou o indeferimento de todos os requerimentos de pesquisa ou lavra minerais incidentes sobre terras indígenas (TIs) no estado.

Em 2020 foi divulgada a informação sobre e as alterações no clima em diversas partes da Amazônia, que resultou no atraso das chuvas, secas intensas, rios sem água, o aumento do número de incêndios e menor quantidade de alimento disponível para as comunidades indígenas.

Subtema política ambiental

O subtema denominado política ambiental corresponde a 69,54% dos textos selecionados sobre o macrotema Amazônia brasileira na mídia socioambiental. Os conteúdos que compõem esse subtema relacionam-se, sobretudo, com as duas categorias identificadas: dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos da conservação do bioma (menor parte dos textos) e dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma (maior parte dos textos).

Nesse contexto, a primeira categoria (dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que: em 2003 foi divulgada a informação sobre o anúncio de que Marina Silva foi escolhida para o cargo de ministra do meio ambiente, com a sinalização de a sustentabilidade ambiental seria o princípio estratégico no qual estaria baseado o seu governo; a nomeação da senadora Marina Silva para o MMA, Claudio Langone como Secretário-Executivo e Marcus Barroso Barros para a presidência do Ibama.

Em 2005 foi divulgada a informação sobre o projeto de lei que estabeleceu a gestão das florestas públicas para atividades econômicas sustentáveis e de pesquisa, com o intuito de reduzir dois dos principais problemas da Amazônia brasileira: os de origem fundiária e de extração ilegal de madeira.

Em 2006 foi divulgada a informação sobre o posicionamento de Marina Silva em relação a redução do desmatamento ilegal e a valorização da floresta em pé a partir da criação de um fundo para evitar emissões de gases de efeito estufa pelas florestas tropicais; e o papel das organizações internacionais de conservação na preservação dos ecossistemas ao redor do mundo por meio de novas parcerias com agricultores locais para a criação de áreas protegidas.

Em 2007 foi divulgada a informação sobre o posicionamento de Fabio Feldman em relação às questões ambientais, que avançaram por meio das ações do movimento ambientalista, das convenções das Nações Unidas e da legislação, mesmo assim, os ambientalistas precisam inovar para enfrentar os desafios do século XXI; o compromisso assumido por empresas de não comprar grãos produzidos em áreas de desmatamento no bioma amazônico (moratória da soja), firmado em julho de 2006; os discursos para a valorização do patrimônio socioambiental da Amazônia e a negligência dos centros de poder do país em relação ao investimento na

transformação desse potencial em desenvolvimento sustentável associados à ciência e à tecnologia; e o lançamento do “PAC indígena” pelo presidente Lula (Página22, 2007a).

Em 2008 foi divulgada a informação sobre: os esforços para a redução das emissões de gases de efeito estufa e as discussões acerca do tema por meio de um iniciativa brasileira ligada à conservação do que resta de cobertura florestal, concentrada na Amazônia; e a estratégia do manejo florestal para a conservação e o desenvolvimento sustentável a partir da criação do *Forest Stewardship Council* em 1993.

Além disso, em 2008 foi divulgada a informação sobre os recursos provenientes do Fundo Amazônia para reduzir as emissões do desmatamento em grande escala, um mecanismo que sem gerar créditos de carbono, evita que outros países usem o esforço nacional para continuar emitindo; e a necessidade de disseminação do debate sobre sustentabilidade ainda encapsulado nos grupos de formadores de opinião e tomadores de decisão.

Ainda em 2008 foi divulgada a informação sobre o montante de recursos (cerca de US\$ 4 milhões) doados pela Conservação Internacional, com contrapartida do BNDES para a criação de um novo mecanismo financeiro aberto a novas doações para apoiar projetos de organizações indígenas no controle de suas fronteiras, denúncia a invasões, monitoramento ambiental e fomento a atividades sustentáveis; e a política pública para a redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação das florestas, conforme compromisso internacional assumido pelo país na Conferência do Clima de Cancun (COP16).

Em 2009 foi divulgada a informação sobre os eventos extremos que acenderam o debate sobre a necessidade de o país aderir ao tema da adaptação às mudanças climáticas.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre a coalizão formada por mais de 34 organizações ambientalistas e 30 empresas do setor florestal, que formularam um conjunto de 16 propostas com intuito de destravar as negociações sobre as mudanças no Código Florestal. O documento teve o intuito de superar as divergências provocadas pelo relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e atrair para um acordo mais setores da sociedade civil, do empresariado rural e urbano.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre: o Projeto de Lei n.º 1.876/99 (revisado pela Câmara dos Deputados) e o compromisso de campanha da Presidente

Dilma Rousseff de “não permitir incentivos a mais desmatamentos, redução de área de preservação e anistia a crimes ambientais” (Página22, 2011).

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: a fala da presidente Dilma sobre o crescimento do Brasil na área ambiental, a queda do desmatamento e as ações do governo para a conservação do bioma amazônico; a boa avaliação que o governo Dilma recebeu sobre a atuação na área ambiental em uma pesquisa do Ibope; e o aumento da conscientização dos brasileiros sobre a importância do meio ambiente, diferentemente do que ocorreu há 20 anos.

Em 2013 foi divulgada a informação sobre: o mapeamento das florestas na região amazônica, realizado por equipes de técnicos e especialistas, já que os dados sobre estas áreas limitavam-se a imagens da cobertura vegetal por satélites; a criação de uma área de preservação ambiental restritiva com amplas paisagens intocadas, livres da devastação humana e que não previa a existência de moradores, como as famílias ribeirinhas que ali habitavam.

Além disso, em 2013 foi divulgada a informação sobre a o panorama da questão indígena relacionada ao meio ambiente durante a COP19, considerando que a discussão pela conservação ambiental, e especialmente em torno do mercado de créditos de carbono, levasse em conta o papel dos povos indígenas, vistos como agentes essenciais na conservação do sistema ambiental.

Em 2014 foi divulgada a informação sobre: o Fórum Social Temático, evento que reuniu entidades da sociedade civil com o intuito de alertar para o enfraquecimento da legislação ambiental e para a busca de novas abordagens para defender os ecossistemas; a falta de estratégia do governo federal para implementação do novo Código Florestal, considerando a ausência de políticas de incentivo e insegurança jurídica que colocaram em xeque a viabilização da norma; o seminário “Repactuação da Agenda do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) na Amazônia”, promovido pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), com o intuito de propor “agenda mínima aos governos federal e estaduais” (Envolverde, 2014d).

Em 2016 foi divulgada a informação sobre: a carta aberta enviada à Presidência da República, escrita por organizações da sociedade civil para alteração do formato da Comissão Nacional do REDD+ (CONAREDD+), com o intuito de redefinir a captação, distribuição e execução de recursos do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+), com maior equilíbrio entre

representantes do governo e de organizações da sociedade; a iniciativa que teve por objetivo intensificar conhecimentos em gestão e comercialização mulheres artesãs de biojóias do Pará.

Além disso, em 2016 foi divulgada a informação sobre a participação dos diversos setores interessados na implantação de REDD+ pelo Brasil, em especial comunidades tradicionais e povos indígenas. Nesse contexto, foram selecionados dois representantes da sociedade civil na Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal – REDD+(Conaredd); a participação de Integrantes da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, que participaram da cerimônia de assinatura do Acordo de Paris, na sede da ONU (2016); a reserva extrativista Guariba-Roosevelt, localizada no Mato Grosso e habitada por uma comunidade que sobrevive da coleta da castanha, do óleo de copaíba e da borracha, que somente sobreviveu ao desmatamento porque a vegetação nativa estraga a corrente da motosserra; a publicação lançada pelo Instituto Socioambiental (ISA) relativa ao balanço da política de ordenamento territorial do governo Dilma, especificamente em relação ao desempenho do governo na criação e implementação de Unidades de Conservação.

Em 2016, também foi divulgada a informação de que o Brasil ocupava a terceira posição entre os grandes emissores de gases de efeito estufa, pois mesmo tendo ratificado o documento para a redução de emissões, o país apresentou metas insuficientes; a falta de correção na INDC brasileira, um passe livre para o país poluir mais até 2030.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre o mecanismo de captação de recursos para a conservação de florestas tropicais, o manejo florestal e o enriquecimento dos estoques de carbono, intitulado Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).

Em 2018 foi divulgada a informação sobre a Moratória da Soja e o comprometimento da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), que se comprometeu com o sistema de compras sem desmatamento.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre o comunicado emitido pelos ex-ministros de Estado do Meio Ambiente, que alertava sobre “a importância de o governo eleito não extinguir o Ministério do Meio Ambiente e manter o Brasil no Acordo de

Paris” (Envolverde, 2019); a omissão do Estado brasileiro em proteger os territórios indígenas do aumento das invasões destas áreas e dos crimes a elas vinculados, especificamente na etnia Guajajara entre 2000 e 2018; a participação do ministro do Meio Ambiente do Brasil na Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas (COP 25).

Em 2021 foi divulgada a informação sobre a proposta do acordo climático de Paris, com a ambição de limitar a elevação da temperatura global média a um patamar entre 1,5°C e 2°C, que se intensificou a partir da vitória de Joe Biden nos EUA, a formulação de um *Green Deal* europeu e os compromissos assumidos pela China.

Além disso, em 2021 foi divulgada a informação sobre o enfraquecimento do colegiado do Conama e a possibilidade de uma decisão do STF restaurar a expertise técnica desse colegiado. Tal cenário contrastou com o papel de liderança global em questões ambientais, climáticas e de biodiversidade, que foi exercido pelo Brasil nas últimas décadas, especificamente no que tange às ações e políticas de redução drástica dos desmatamentos na Amazônia, pois o comando do MMA centrou-se nas diferenças ideológicas e partidárias, o que divergiu dos últimos 30 anos, já que a qualidade da política ambiental brasileira é fruto de demanda e da participação efetiva da sociedade.

A segunda categoria (dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma) evidencia que: em 2006 foi divulgada a informação sobre o final do primeiro mandato do presidente Lula e a questão socioambiental, especificamente no que tange os licenciamentos em relação ao setor energético no país; o plano de desenvolvimento do governo, que pretendia investir R\$200 bilhões até 2010, o que foi uma oportunidade para a adoção de critérios sustentáveis.

Em 2007 foi divulgada a informação sobre: o espaço que o meio ambiente conquistou com a Frente parlamentar, a comissão especial e as mudanças no governo, sendo que “na agenda e no discurso, o meio ambiente ganhou espaço, pois a Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara contou com o recorde de mais de 300 nomes entre ruralistas e desenvolvimentistas que pregavam inédita fidelidade à legislação verde (Página22, 2007). Além disso, a reforma do Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi uma aposta para reforçar as ações da pasta em um governo com sede de crescimento econômico; o aumento das obras de infraestrutura,

licenciamento, impactos socioambientais e PAC, questões associadas ao jogo de interesses que envolvem grandes empreendimentos, corrupção e dinheiro.

Em 2008 foi divulgada a informação sobre: o projeto de lei sobre o Código Florestal, que reacendeu o antagonismo entre interesses do agronegócio e a necessidade de conservação dos biomas brasileiros. Nesse contexto, fora da batalha legal, mecanismos de mercado apareceram como capazes de conciliar esses dois polos; o protagonismo que governo federal poderia ter exercido para salvar a Amazônia, mas não assumiu, pois prevaleceu o custo político interno; o desmatamento na Amazônia e conseqüentemente o sucateamento de natureza política e ética, fatores não evidenciados nas imagens de satélite.

Além disso, em 2008 foi divulgada a informação sobre: a preponderância do ideário desenvolvimentista na exploração da floresta amazônica, que sob o axioma do desenvolvimento sustentável criou um marco regulatório para continuar a pilhagem da floresta e de seus povos, de modo que a aposta do grande capital como sinônimo de progresso de sucessivos governos culminou com a premissa geopolítica da região como um deserto demográfico, o que permitiu subseqüentes saques cometidos contra as florestas e seus povos (seus habitantes originais: índios, seringueiros, castanheiros e quilombolas, que não contavam como se não fossem gente), o que culminou com o projeto de lei referente à flexibilização do Código Florestal.

Em 2009 foi divulgada a informação sobre o desmonte da legislação ambiental, que com apoio do setor ruralista, do governo e de forças político-partidárias no Congresso, colocou a perder toda uma cultura política muito interessante, a de negociar, articular e trabalhar a diversidade de interesses; os impactos ambientais negativos que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) teve de lidar (sobrecarga de serviços públicos, de alterações na ictiofauna a sustentabilidade econômica de colônias de pescadores etc.).

Em 2010 foi divulgada a informação sobre: a contradição na política de clima no Brasil, que anunciou metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de desmatamento, ao mesmo tempo que vigorou a iniciativa para alteração do Código Florestal. Além disso, operou projetos de obras civis de grande impacto socioambiental na Amazônia, além de ter excluído a sociedade na hora de tomar as decisões sobre a matriz energética nacional; o dilema ético que envolveu as populações locais em torno da construção do projeto de Belo Monte, obra realizada apesar das dúvidas recorrentes sobre sua viabilidade técnica, econômica e ambiental,

que expôs a irresponsabilidade governamental e a arrogância de usar o poder constituído para mudar regras de financiamento e subsídios de modo a garantir a realização da obra a qualquer custo.

Além disso, em 2010 foi divulgada a informação de que a ministra Izabella Teixeira assumiu o posto deixado por Carlos Minc. Segundo a ministra, a aposta na natureza extremamente inovadora e estratégica da agenda ambiental gera bons frutos para a sociedade brasileira. Mas, para isso, as próprias instituições da área devem ter “uma concepção mais ampla dos problemas de desenvolvimento do país e se abram a uma conversa com todos”.

Em 2011 foi divulgada a informação sobre o novo Código Florestal no Brasil e o risco de sua aprovação para a alteração no ritmo de redução do desmatamento amazônico, que entre 2004 e 2010 foi de 70%; o acordo firmado entre os partidos políticos para a aprovação mudança no Código Florestal em troca da liberação do depoimento do ministro Palocci no Congresso; os processos de Belo Monte e do Rio Madeira que se consolidaram como reflexos da apatia do brasileiro; a desconsideração do voto dos eleitores pela Câmara dos Deputados, já que a maioria foi contra as principais mudanças na legislação e apoiou o veto da presidente Dilma Rousseff em relação ao Código Florestal.

Além disso, em 2011 foi divulgada a informação sobre o trabalho realizado com uma população ribeirinha do Tapajós, que teve seu território submergido pelos barramentos num contexto de conflitos em disputas territoriais que envolviam camponeses e os povos da floresta em áreas da Amazônia brasileira, pois os grandes projetos na Amazônia concebem a floresta como um banco de recursos naturais e um estoque de matéria-prima; o projeto de implantação de Belo Monte revelou a complexidade da obra e o tamanho de seu impacto negativo na região, pois o balanço de malefícios e benefícios de Belo Monte piorou e o projeto marcou em definitivo a falência do licenciamento precário realizado pelo Ibama, que certamente não considerou a complexidade do que estava licenciando, nem seus impactos ambientais.

Ainda em 2011, foi divulgada a informação sobre o Código Florestal, um caminho mais fácil para alteração da lei, já que a urgência do voto na Comissão de Meio Ambiente (CMA) e, posteriormente, no Senado, quis impedir que o projeto de reforma do Código vigente fosse discutido na Rio+20; as ações governamentais para internalizar o real valor da natureza nessa nova economia por meio de mecanismos

como a Iniciativa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e as compras verdes; a aprovação do Código Florestal pelo Senado, o que representou “perdas para uma lei que é essencial para a manutenção da saúde econômica do país” e que “não considerou os efeitos das mudanças climáticas no meio ambiente” num contexto em que o Brasil deveria aumentar as suas proteções às florestas (Envolverde, 2011c). A aprovação contribuiu para a redução das proteções naturais, de nascentes e das matas ciliares.

Em 2012 foi divulgada a informação sobre: o processo de criação de unidades de conservação (UCs) que segundo a ministra Izabella Teixeira foi mudado, pois incluiu a consulta a todas as instâncias políticas para verificação de conflitos socioambientais; o envio de uma carta da SBPC e da ABC para a presidente Dilma Rousseff, que revelou a preocupação das entidades com conclusão da tramitação no Congresso da MP n.º 571/2012 (Código Florestal) e o risco de mais retrocessos e graves riscos para o país.

Em 2013 foi divulgada a informação sobre: o processo de implantação da hidrelétrica de Belo Monte e a importância da questão indígena no processo, já que nem a Norte Energia, responsável pela obra, nem o Poder Público conseguiram cumprir as obrigações definidas no licenciamento ambiental, pois a execução do Plano de Proteção às Terras Indígenas (Tis) impactadas pela hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (PA) foi atrasada em quase dois anos, segundo informou a Fundação Nacional do Índio (Funai), de modo que “parte das ações previstas deveria ter sido realizada pela Norte Energia e pelos órgãos públicos competentes antes da emissão da Licença de Instalação, ocorrida em junho de 2011; e os desafios que os povos indígenas enfrentavam na Amazônia, especificamente no que tange a violência (Envolverde, 2013b).

Em 2014 foi divulgada a informação sobre a regulamentação de Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma iniciativa que evidenciou o descompromisso do governo federal com a recuperação florestal e que contribuiu para o aumento da confusão jurídica no campo; os dois anos da implementação do novo Código Florestal; a discussão em torno do Código Florestal e a necessidade da ação do governo para que os mecanismos financeiros incentivassem os proprietários ao ajuste da lei, já que houve atraso na regulamentação do capítulo referente às medidas econômicas e financeiras para beneficiar os proprietários que cumpriram a legislação e a punição dos devedores.

Em 2015 foi divulgada a informação sobre as demissões (os membros do quadro técnico da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da pasta, o secretário, Sérgio Margulis e a diretora de Programa, Natalie Unterstell) na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que sinalizaram a diminuição da importância da questão climática dentro do órgão;

Além disso, em 2015 foi divulgada a informação sobre o estudo produzido pelo ISA, que revelou impactos da possível aprovação da proposta de transferir do Governo Federal ao Congresso a última palavra sobre o reconhecimento de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e de Territórios Remanescentes de Quilombos; a falta de consenso para a aprovação do texto final pelos quase 200 países participantes na Conferência do Clima, já que as divergências estavam relacionadas aos países que queriam um texto vinculante, outros que pretendiam baixá-lo para um acordo não obrigatório, outros que ainda mencionavam uma simples declaração de intenções sem eficácia prática.

Em 2016 foi divulgada a informação sobre o acordo feito pelo governo Michel Temer com os partidos políticos no trato da pauta ambiental, o que representou a falta de expectativa para que o governo avançasse em agendas estratégicas que travaram no governo Dilma, como a do clima.

Além disso, em 2016 foi divulgada a informação sobre os assassinatos de 185 defensores do ambiente em 16 países (um aumento de 59% em relação ao que foi registrado em 2014), que “converteram 2015 no pior ano da história pelo número de ambientalistas que perderam a vida no mundo, segundo a organização *Global Witness* (Envolverde, 2016c); o posicionamento da ex-ministra do meio ambiente, Izabella Teixeira em relação ao clima, biodiversidade, consumo, desmatamento, agrotóxicos e a nomeação do Ministro Sarney Filho.

Ainda em 2016, foi divulgada a informação sobre: as taxas anuais de desmatamento em áreas florestais indígenas, que foram significativamente menores do que fora desses territórios entre 2000 e 2012, e a falta da inserção da demarcação de territórios tradicionais como política para cumprir a NDC, o que evitaria a emissão de 31 milhões de toneladas de gás carbônico por ano; os desafios e oportunidades na implementação e fortalecimento das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NCD) brasileiras e a importância da participação civil na cobrança do cumprimento das medidas e o compartilhamento de ações que foram discutidas com o intuito

reverter a tendência de alta da temperatura no planeta, apesar de as metas terem sido insuficientes para garantir um nível satisfatório de segurança climática.

Em 2017 foi divulgada a informação sobre a Licença de Operação de Belo Monte que completou um ano e deixou pendências e dívidas da usina junto ao Xingu e seus povos, pois os povos indígenas isolados foram ameaçados, o sistema de saneamento básico foi insuficiente em Altamira, o hospital foi fechado e os ribeirinhos foram expulsos de suas casas; o lançamento do edital para a contratação de um novo sistema de monitoramento de satélite para o controle do desmatamento para duplicar a função do Deter, sistema do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para detecção de desmate em tempo real, usado para municiar os fiscais do Ibama e considerado um dos principais responsáveis pela redução das taxas entre 2005 e 2012.

Além disso, foi divulgada em 2017 a informação sobre a possibilidade da completa destruição da legislação ambiental brasileira, na mira dos setores mais conservadores que operam no Planalto Central, seja nos Ministérios, seja no Congresso Nacional; o discurso de despedida do ministro Sarney Filho na Conferência do Clima, que defendeu o uso de biocombustíveis, a ampliação dos leilões de fontes renováveis para geração elétrica e o uso da eficiência energética no consumo de eletricidade.

Em 2018 foi divulgada a informação sobre o aumento dos desastres climáticos no país, e a relação destes com a crise hídrica no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, DF e no Nordeste, tais fatos evidenciaram a importância da vegetação nativa como fundamental para a regulação do clima, já que cada vez mais cientistas estudam a importância da Amazônia para as chuvas no centro e Sudeste do Brasil; a relevância das atividades vinculadas ao agronegócio para o PIB do país (que atinge cerca de ¼ do que é arrecadado) com ganhos de produtividade, como o aumento de 312% na produção de grãos e oleaginosas.

Além disso, em 2018 foi divulgada a informação sobre os casos registrados nas operações de combate ao desmatamento na Amazônia com registro de carros do Ibama incendiados e ameaças aos servidores do ICMBio, além da apreensão do ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte em relação aos acontecimentos; a possibilidade de inviabilização do reconhecimento dos territórios das populações indígenas, que atendeu a antiga demanda dos ruralistas.

Em 2019 foi divulgada a informação sobre a reestruturação ministerial que asfixiou a autonomia e a influência da pasta ambiental, já que o presidente Jair Bolsonaro sempre demonstrou “que o objetivo de seu governo seria fazer o Brasil voltar a ser como 40, 50 anos atrás” (Envolverde, 2019a); o conselho de Gestão Ka’Apor, que emitiu comunicado de autodefesa, montou guarda em dois acessos da área indígena e revelou ameaças de morte a líderes locais, já que os indígenas resistiram ao avanço e ataques de grupos madeireiros e mineradores por um mês, em uma área de mais de 530 mil hectares, nas regiões norte e sudeste do Maranhão, perto da divisa com o Pará.

Desse modo, o Conselho de Gestão Ka’apor “emitiu um comunicado público de autodefesa e montou guarda em dois acessos à região, que comporta a última área de floresta da Amazônia oriental homologada como território indígena em 1982”. A matéria informou que o território indígena é muito cobiçado pelos projetos de fronteira agrícola e do agronegócio, por “ser a maior, mais extensa e a única faixa contínua de floresta na última área da Amazônia oriental” (Envolverde, 2019b).

O decreto publicado pelo governo Bolsonaro, que cortou R\$ 187 milhões do orçamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) [o que representou a retirada de] até 95% das verbas de programas estratégicos como de combate às mudanças do clima, gestão e uso sustentável da biodiversidade, combate a incêndios, licenciamento e fiscalização ambiental; a condução da gestão socioambiental no Brasil em 2019, que causou apreensão aqui e no exterior. A matéria informou que uma série de medidas foram tomadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e causaram polêmica ao acelerar a redução da competência da pasta nas ações de comando e controle.

Além disso, em 2019 foi publicada a informação sobre a significativa redução do orçamento e algumas transferências de competências do MMA a outras pastas, o que comprometeu o papel de fiscalização e conservação, já que o pacote de ações suscitou reações de vários segmentos no Brasil e do exterior, algo que se repetiu em vários projetos de lei; as críticas à política ambiental do governo pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Rodrigo Agostinho, que afirmou preferir dialogar com a ministra da agricultura do que com o ministro do meio ambiente.

Ainda em 2019, foi divulgada a informação sobre os contratemplos graves na política ambiental no Brasil que contribuíram para dificultar a implementação do novo acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul

(Mercosul), pois o discurso do presidente Jair Bolsonaro sobre Acordo de Paris acabou com 20 anos de negociações e alcançou o acordo comercial que reunia um mercado de 780 milhões de consumidores 260 milhões de sul-americanos; a última versão do Projeto de Lei Geral de Licenciamento n.º 3.729/2004, cujo relator foi o deputado Kim Katiguirí (DEM-SP), um projeto que “desconsiderou os acordos feitos durante reuniões de um Grupo de Trabalho formado para debater o tema e buscar consensos entre setores interessados” (Envolverde, 2019c; 2019d).

Em 2020 foi divulgada a informação sobre a análise da medida de Bolsonaro para anistiar a invasão de terras até 2018 com o intuito de permitir a regularização a baixo custo de terras públicas originalmente ocupadas por povos indígenas e vulneráveis, o que gerou uma taxa de 16 mil km² em 7 anos desmatamento.

Ainda em 2020, foi divulgada a informação sobre a explosão do desmatamento na Amazônia (índice de 80%), inclusive em territórios com a presença de povos indígenas isolados, já que a derrubada da floresta nessas terras cresceu 113%; e a edição pelo presidente Michel Temer, da Medida Provisória n.º 759, de 22 de dezembro de 2016 (batizada de Lei da Grilagem) que modificou cerca de 26 marcos fundamentais da legislação fundiária do país e anistiou o crime de roubo de terras públicas federais, sem consulta à sociedade; a fala do ministro Ricardo Salles na reunião ministerial de 22 de abril, que afirmou que “é hora de avançar nas reformas supraleais, ‘de canetada’, aproveitando o que chamou de alívio da imprensa por conta das mortes provocadas pelo coronavírus” [...] e “ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”, tais falas surpreenderam autoridades e a sociedade civil (Envolverde, 2020a).

Além disso, em 2020 foi divulgada a informação sobre a construção de uma linha de transmissão de energia que ligaria os municípios de Óbidos, Juruti e Parintins, no Pará. A obra recebeu o aval para o Ibama na concessão da licença prévia sem consulta aos moradores e sem manifestação do Conama.

Ainda em 2020, foi divulgada a informação sobre as ações protocoladas no Supremo Tribunal Federal e na Justiça Federal do Estado do Amazonas pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), por quatro partidos políticos (PSB, PSOL, PT e Rede Sustentabilidade) e pelas as organizações Greenpeace e Instituto Socioambiental (ISA) [que] questionaram atitudes e omissões do Ministério do Meio Ambiente, o que incluiu a

exportação de madeira sem fiscalização e o congelamento dos fundos Amazônia e Clima.

Também em 2020 foi divulgada a informação sobre o iminente risco de desinvestimento e fuga de capitais do Brasil pela falta de compromissos do país em questões ambientais e de proteção aos povos indígenas, segundo o alerta de banqueiros e investidores; a criação do colegiado do “Observatório de Meio Ambiente”, anunciado pelo presidente do STF, Luiz Fux, “com o objetivo de propor iniciativas a serem adotadas por toda a Justiça brasileira em matéria de meio ambiente com repercussão no Poder Judiciário (Envolverde, 2020b).

Em 2021 foi divulgada a informação sobre a proposta orçamentária para o MMA em 2021, o que intensificou o chamado desmonte ambiental do governo Bolsonaro, que foi o mais baixo desde o fim do século passado; a indicação da deputada Carla Zambelli para presidir a Comissão do Meio Ambiente na Câmara dos Deputados, com apoio do ministro do Meio Ambiente, o que reforçou a tendência do governo em fazer muito pouco em relação às demandas ambientais.

Além disso, em 2021 foi divulgada a informação sobre a operação Handroanthus GLO, a maior apreensão de madeira ilegal da história e a suposta interferência política na operação (Envolverde, 2021a); o temor de novos ataques por grupos criminosos nas comunidades da Terra Indígena Yanomami, que aproveitaram a ausência de forças de segurança pública para amedrontar a população e facilitar o garimpo ilegal na região; o PL n.º 1.205/2019, texto que fragilizou as áreas protegidas no Brasil, incluindo as Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI) (Envolverde, 2021b).

5.5 PAUTA NA MÍDIA CONVENCIONAL E SOCIOAMBIENTAL

Os resultados obtidos na síntese apresentada possibilitaram o estabelecimento entre os dados coletados e os sistemas de comunicação descritos por Moscovici (1961, apud Trindade; Santos; Almeida, 2014) a propaganda, a propagação e a difusão.

Conforme já descrito neste Capítulo, a modalidade da propaganda é focada na intervenção da conduta, com a estruturação da mensagem nas posições de verdadeiro e falso, objetivando a criação de estereótipos por parte do emissor, conferindo autoridade ao emissor em relação ao receptor, já que o que é divulgado

atende aos interesses de um grupo específico. A modalidade da propagação centra-se no controle dos comportamentos no contexto em que está inserida por meio da adequação ao que é divulgado no âmbito de um sistema de crenças estabelecido e que carece ser intensificado ou propagado, agindo diretamente na atitude do receptor.

A modalidade da difusão visa transmitir conteúdos associados ao interesse do público geral, com a estruturação frágil da mensagem em virtude da diversificação do público receptor.

Nesse sentido, o emissor constantemente modela o produto ao público receptor, pois a transmissão da informação no contexto da grande imprensa direciona as informações mais relevantes ao público receptor, de modo que o que é transmitido exerce influência na percepção e opinião. Desse modo, Moscovici (1976, apud Camargo; Bousfield, 2014, p. 595) concluiu que “as relações entre comunicação e conduta são, portanto, bastante diversificadas: necessárias e explícitas na propaganda; necessárias e implícitas na propagação e optativas, fragmentárias e locais na difusão”.

O aspecto motivacional na comunicação da mídia sob a perspectiva de Moscovici (1971) coloca em questão que os meios de comunicação de massa tendenciosamente estão associados à modalidade da difusão, no intuito de formar opiniões. Ao mesmo tempo, as mídias podem utilizar as demais modalidades, como a propagação para a formação de atitudes e a propaganda com o intuito de formar estereótipos no tratamento de um objeto social (Gasperini, 2017). As mídias selecionadas nesta pesquisa alternaram o uso de tais modalidades para tratar as diferentes representações sociais identificadas nos textos selecionados sobre os macrotemas agrotóxicos e Amazônia brasileira.

5.5.1 Macrotema agrotóxicos

A interpretação das representações sociais do que foi divulgado pelos dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial mostrou que os conteúdos divulgados sobre agrotóxicos pelas mídias analisadas estiveram relacionados, em sua maioria, às dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio e, em menor parte, relacionados às dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio.

No que tange à mídia convencional, observou-se que foram utilizadas as modalidades de difusão, de propagação e de propaganda nas notícias/reportagens sobre o tema.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema proteção à saúde, a informação transmitida foi centrada nas informações mais relevantes ao público receptor, de modo que a transmissão influencia a percepção e a opinião. Paralelamente, a divulgação da informação no âmbito de um sistema de crenças estabelecido teve o intuito de agir diretamente na atitude do receptor, exercendo o controle dos comportamentos no contexto da informação.

Tais modalidades foram observadas na divulgação das informações que atendiam a lógica estabelecida pelo modelo agropecuário sustentado pelo uso de agrotóxicos, que impulsionado pelo agronegócio, privilegia a produção associada mais ao lucro em detrimento da qualidade de vida e do bem-estar. Além disso, a criação de estereótipos por parte do emissor atendendo aos interesses de um grupo específico foi evidenciada na publicação que retratou a conscientização dos produtores rurais para o uso adequado de agrotóxicos.

Ao mesmo tempo, foram divulgadas informações, na modalidade de difusão, que evidenciaram a resistência ao uso de substâncias altamente tóxicas nas lavouras, a discussão em torno da necessidade de aprovação da liberação de agrotóxicos sem análise toxicológica, iniciativas de manejo ecológico do solo, o debate em torno do uso de pesticidas como prejudicial à saúde e à alimentação, e o desenvolvimento de novas técnicas de aplicação de produtos agrotóxicos e inseticidas a partir do uso da nanotecnologia.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema proteção ao ambiente foram observadas as modalidades de comunicação (propagação e difusão) com mais notoriedade na segunda década analisada, evidenciando ações dos órgãos de vigilância e controle que foram completamente modificadas a partir de 2019. A modalidade da difusão esteve associada à publicação de mensagens em torno de alternativas ao uso de agrotóxicos na produção das lavouras, a ameaça que alguns pesticidas representam para a biodiversidade, e a importância que os polinizadores exercem para a biodiversidade e a agricultura. Por outro lado, a ação de destruição de laboratórios de eucalipto transgênico, apesar de ter sido enquadrada na representação que diverge dos objetivos do agronegócio, teve o intuito trazer a informação favorável ao modelo de produção que faz uso de agrotóxicos, pois

evidenciou a destruição de 15 anos de pesquisa em biotecnologia, tratando a ação como criminosa.

O conteúdo selecionado no subtema política ambiental seguiu o mesmo padrão dos subtemas anteriores, com o uso das modalidades de propaganda, propagação e divulgação. Os textos não refletiam necessariamente o posicionamento da mídia favorável à dinâmica em torno dos objetivos do agronegócio, mas sim o posicionamento crítico (seja de jornalistas ou de colunistas⁷⁶) em relação a tais práticas na gestão pública, consolidadas pela barganha no cenário político para a redução de medidas restritivas ao uso das substâncias químicas e o impulsionamento para a produção de *commodities* em larga escala no país.

Esse direcionamento com a difusão, a propagação e a propaganda de informações referentes a um nicho específico de mercado esteve associado a divulgação do uso seguro das substâncias agroquímicas, assim como a liberação dos cultivos transgênicos como iniciativa potencialmente estratégica na produção em larga escala, superando o modelo pouco produtivo de agricultura sem o uso de agrotóxicos. Ao mesmo tempo, a desqualificação dos dados divulgados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida estiveram presentes nos textos da lógica de legitimação dos agrotóxicos como defensivos agrícolas necessários ao modelo de desenvolvimento, que aposta no aumento do potencial agrícola do país e no desenvolvimento e aprovação de cultivos oriundos das grandes empresas de biotecnologia, produtoras dos transgênicos.

No que tange à mídia socioambiental, observou-se que foram utilizadas as modalidades de difusão e de propagação na publicação das notícias/reportagens sobre o tema, considerando que o público leitor, em sua maioria, é específico pelo fato de a mídia ser especializada numa determinada temática.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema proteção à saúde, a informação transmitida foi centrada nas informações mais relevantes ao público receptor, de modo que a transmissão influencia a percepção e a opinião. Paralelamente, a divulgação da informação no âmbito de um sistema de crenças estabelecido teve o intuito de agir diretamente na atitude do receptor, exercendo o controle dos comportamentos no contexto da informação.

⁷⁶ Tais posicionamentos não refletem necessariamente a opinião das mídias sobre o tema.

A maior parte das publicações manifestou intenções bem definidas ao fazer referência às dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio e apresentaram orientação clara sobre os riscos que esses insumos apresentam.

As modalidades de difusão e propagação foram utilizadas no intuito de esclarecer que há alternativas ao uso das substâncias agrotóxicas nas lavouras assim como os riscos da liberação para a agricultura, a saúde humana e o ambiente. Nesse contexto, os textos com críticas aos avanços do setor de biotecnologia e as iniciativas governamentais associadas à liberação e uso dessas substâncias teve o intuito de exercer influência na recepção da informação e na opinião. O conteúdo dos textos também revelou que é possível a adequação do público leitor em relação ao que é divulgado no âmbito de um sistema de crenças contrário ao modelo agropecuário com o uso de agrotóxicos por meio de uma série de questionamentos de pesquisadores sobre o modelo de produção vigente no país, assim como a possibilidade de revisão no atual modelo de desenvolvimento que não privilegia aspectos essenciais à vida.

Ao mesmo tempo, a transmissão de conteúdos associados ao interesse do público leitor foi identificada na categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio, de modo que o conteúdo transmitido exercesse influência na percepção e opinião em tom de crítica no que tange às políticas governamentais para o aumento da produtividade agrícola, que incluiu as iniciativas de alteração na lei de biossegurança no país e os resultados da análise divulgada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), que encontrou diversas violações na produção de alimentos.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema proteção ao ambiente foi observada a modalidade de difusão. A maior parte dos textos deste subtema referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio para influenciar a percepção sobre a influência do setor agropecuário brasileiro na Política Nacional de Biossegurança, com a finalidade de garantir ganhos econômicos ao setor, desconsiderando aspectos socioambientais.

Paralelamente, a categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio foi evidenciada nas publicações desse subtema, pois buscaram trazer informações relevantes ao público leitor sobre a importância dos polinizadores, a implementação de iniciativas vinculadas à produção

agroecológica e o desenvolvimento de tecnologias para impactar positivamente a atividade agropecuária, com as duas últimas publicações na mídia Página22, que se dedica a produzir conteúdo sobre sustentabilidade no setor produtivo.

O conteúdo selecionado no subtema política ambiental foi o subtema com o maior número de publicações, com os conteúdos publicados relacionados à modalidade de difusão. A maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio e trouxeram à tona conteúdos com o intuito de exercer influência na percepção e na opinião do leitor em relação ao papel significativo que a indústria de agroquímicos exerce na contabilidade expressa pelo PIB, incluindo as medidas controversas na arena política brasileira no período selecionado.

Já a categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio foi retratada em número menor no conteúdo selecionado, direcionando as informações mais relevantes ao público receptor, com o intuito de exercer influência tanto na percepção quanto na opinião deste. Nesse sentido, observou-se que os textos buscaram destacar ações de cunho socioambiental divergentes do modelo desenvolvimentista impulsionado pelo agronegócio, que contou com o apoio institucional do Estado na adoção de um modelo de produção não sustentável.

5.5.2 Macrotema Amazônia brasileira

A interpretação das representações sociais do que foi divulgado pelos dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial mostrou que os conteúdos divulgados sobre a Amazônia brasileira pelas mídias analisadas estiveram relacionados, em sua maioria, às dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio e, em menor parte, relacionados às dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio.

No que tange a mídia convencional, observou-se que foram utilizadas as modalidades de difusão e de propagação nas notícias/reportagens sobre o tema.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema desmatamento foi evidenciada a modalidade de difusão, com a informação centrada nas informações mais relevantes ao público receptor, de modo que a transmissão influencia na percepção e opinião.

A maior parte das publicações manifestou intenções bem definidas ao fazer referência às dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma e apresentaram orientação clara sobre os riscos do aumento do desmatamento na Amazônia, o incentivo ao desenvolvimentismo na região por meio do incentivo a grandes obras de infraestrutura, o descaso do setor agropecuário industrial com aspectos socioambientais por não considerar os prejuízos socioambientais causados pela atividade econômica na contabilidade do PIB nacional, pois aposta num modelo com grandes impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade, não contabilizados pelas empresas.

Paralelamente, foi evidenciada a dificuldade de adesão aos protocolos voltados à questão climática e a necessidade da tomada de consciência sobre a importância da floresta para o equilíbrio do sistema de chuvas que abastecem as lavouras do centro-oeste.

O conteúdo selecionado nos textos teve o intuito de exercer influência na percepção e na opinião do leitor em relação ao aumento significativo do desmatamento no território amazônico e revelou que a discussão girava mais em torno das taxas do que em discussões mais produtivas acerca do tema.

Por outro lado, o conteúdo selecionado revelou que o decreto sobre a proposta do governo para o Código Florestal não aprofundou a discussão sobre o tema, o que se estendeu também ao debate sobre a política climática nacional.

Já a categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma foi retratada em menor número no conteúdo selecionado, direcionando as informações mais relevantes ao público receptor, com o intuito de exercer influência tanto na percepção quanto na opinião deste.

Nesse sentido, observou-se que os textos buscaram destacar ações de cunho socioambiental como iniciativas para o manejo florestal, a criação de unidades de conservação, o refinamento de imagens de satélite, os anúncios sobre a redução das taxas de desmatamento, a governança florestal exercida por populações indígenas e, o estabelecimento dos compromissos sociais e ambientais vinculados a toda cadeia de valor de carne bovina na Amazônia para construir um ciclo de produção e venda de gado livre de desmatamento ilegal. Por outro lado, o cenário a partir de 2019 motivou os governadores da região amazônica a solicitar recursos para o combate às queimadas na Amazônia.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema extrativismo foi evidenciada a modalidade de difusão, com a informação centrada nas informações mais relevantes ao público receptor, de modo que a transmissão influencia na percepção e opinião.

A maior parte das publicações manifestou intenções bem definidas ao fazer referência às dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma para influenciar a percepção sobre a influência da iniciativa de uma liderança indígena às instâncias de direitos humanos da ONU, com o intuito de alertar sobre a extração de minerais em terras demarcadas na Amazônia. Além disso, a divulgação de uma pesquisa realizada por cientistas brasileiros mostrou intenção bem definida com o alerta sobre o prejuízo que os ecossistemas do país poderiam sofrer em virtude das novas propostas de legislação ambiental que levariam o país a perder a posição de liderança ambiental alcançada anteriormente.

Já a categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma foi retratada em número menor no conteúdo selecionado, direcionando as informações mais relevantes ao público receptor, com o intuito de exercer influência tanto na percepção quanto na opinião deste.

O conteúdo selecionado no subtema política ambiental atingiu o maior número de publicações, com os conteúdos publicados relacionados à modalidade de difusão. A maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma e trouxeram à tona conteúdos com o intuito de exercer influência na percepção e na opinião do leitor em relação à tramitação de medidas relacionadas à regularização fundiária.

As publicações também buscaram esclarecer ao público leitor que o posicionamento dos diferentes governos a favor dos ruralistas foi uma realidade ao longo do período analisado, evidenciada também pela letargia no que tange os investimentos para o desenvolvimento científico ligado à economia de baixo carbono, a sede por desenvolvimento na Amazônia e, a falta de projetos para o Fundo Amazônia, que apresentou baixo aproveitamento dos recursos destinados.

A tramitação de medidas para os projetos de grandes obras, a inclusão de projetos de mineração, de grandes hidrelétricas, a alteração do Código Florestal e a dificuldade na criação de unidades de conservação evidenciaram divergências, disputas e conflitos de interesse nas propostas de alteração de legislações de

proteção ao meio ambiente, em meio a um cenário de altos índices de desmatamento registrados.

Ao mesmo tempo, ocorreram inúmeros conflitos entre governo e cientistas, num cenário de críticas do presidente Bolsonaro ao monitoramento feito ao sistema de monitoramento de queimadas do Inpe. Além disso, um decreto do referido presidente reduziu o espaço destinado à comunidade científica no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (CAPDA).

A importância da questão econômica, com a aprovação na Câmara da MP da Liberdade Econômica, favorável ao ambiente de negócios dos empreendedores brasileiros evidenciou a defesa de que o país estaria no rumo certo ao buscar esse modelo de desenvolvimento.

Paralelamente, em meio a este cenário foram realizados inúmeros atos em defesa da Amazônia em diversas cidades brasileiras. A imagem desgastada do Brasil no cenário internacional culminou com a saída de Ricardo Salles do MMA, que conseguiu reunir resultados ruins, como também as piores práticas na área ambiental.

As publicações mostraram que a linha de argumentação adotada pelos defensores das alterações que não beneficiam o meio ambiente compõe um esforço visando impulsionar o modelo de desenvolvimento econômico dominante. Nessa lógica, as legislações vigentes são apresentadas como ultrapassadas por não atenderem às necessidades atuais, tornando-se um obstáculo para o desenvolvimento, o que favoreceu os interesses de grupos específicos.

No que tange à mídia socioambiental, observou-se que foram utilizadas as modalidades de difusão e de propagação na publicação das notícias/reportagens sobre o tema, considerando que o público leitor, em sua maioria, é específico pelo fato de a mídia ser especializada numa determinada temática.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema desmatamento foram evidenciadas as modalidades de difusão e propagação, com a informação centrada nas informações mais relevantes ao público receptor, de modo que a transmissão influencia na percepção e opinião. Paralelamente, a divulgação da informação no âmbito de um sistema de crenças estabelecido teve o intuito de agir diretamente na atitude do receptor, exercendo o controle dos comportamentos no contexto da informação.

Tais modalidades foram observadas em maior número na categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma por

meio da divulgação das informações que evidenciaram as consequências do aumento do desmatamento e da destruição da biodiversidade, ações que impactam diretamente na mudança do clima.

Nesse sentido, foram evidenciadas informações com o intuito de divulgar os dispositivos criados para garantir a conservação: a criação de um fundo específico patrocinado por países ricos, a geração de benefícios sociais e econômicos por meio das concessões florestais, as atividades de monitoramento do desmatamento na Floresta Amazônica, a implementação da Moratória da Soja, a criação de Unidades de Conservação, a importância que os povos indígenas têm na manutenção da floresta, a criação de um plano para o fortalecimento das comunidades extrativistas e ribeirinhas e, ações de combate ao desmatamento e apreensão de madeira extraída ilegalmente.

O conteúdo dos textos também revelou uma linha de argumentação que buscou esclarecer ao público leitor que o desenvolvimentismo sem compromisso com os aspectos socioambientais esteve presente na maioria das gestões analisadas.

Esse aspecto, revelado na categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma evidenciou a tramitação de medidas que favoreceram mais o setor industrial do que propriamente a sociedade, como no caso, o incentivo a obras de infraestrutura na Amazônia, a aprovação do Código Florestal e, o aumento das taxas de desmatamento.

O conteúdo selecionado revelou que no subtema extrativismo foi evidenciada a modalidade de difusão, com a informação centrada nas informações mais relevantes ao público receptor, de modo que a transmissão influencia na percepção e opinião.

A maior parte das publicações manifestou intenções bem definidas ao fazer referência às dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma para influenciar a percepção sobre: a preocupação da comunidade local em relação às concessões florestais empresariais em regiões de área de cobertura florestal nativa protegida pelo Estado, o novo Marco Legal da Mineração (que possibilitou o aumento de royalties no entorno das regiões mineráveis), o registro de processos minerários em território indígena proibidos pela Constituição, o avanço do desmatamento nas terras habitadas por povos indígenas em situação de isolamento voluntário e, as alterações no clima em diversas partes da Amazônia.

Por outro lado, as informações referentes às dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma procuraram influenciar a percepção e a opinião do leitor sobre a importância do uso racional da Floresta Amazônica a partir do pagamento por serviços ambientais. Além disso, o intuito foi informar que a atividade extrativista pode estar associada à preservação da floresta, um espaço que pode ser administrado pela comunidade local.

O conteúdo selecionado no subtema política ambiental atingiu o maior número de publicações com os conteúdos publicados relacionados à modalidade de difusão.

A maior parte dos textos referem-se às publicações dedicadas a abordar as dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma e trouxeram à tona conteúdos com o intuito de exercer influência na percepção e na opinião do leitor em relação às iniciativas desenvolvimentistas presentes nas diversas gestões no período selecionado, o que gerou frustrações em relação à transversalização da questão socioambiental e as disputas e conflitos de interesses entre o setor produtivo e ambientalistas na tramitação de medidas mais associadas ao crescimento econômico, como a proposta de alteração do Código Florestal.

As publicações também buscaram esclarecer o posicionamento dos diferentes governos a favor do setor produtivo ao longo do período analisado, evidenciada pela baixa efetividade na política do clima, pela realização de projetos de obras civis de grande impacto socioambiental na Amazônia, pela construção da usina de Belo Monte, a aceleração do ritmo do desmatamento, o descumprimento em relação à demarcação e proteção de territórios indígenas, o aumento do número de assassinatos de defensores do meio ambiente e, a falta da inserção da demarcação de territórios tradicionais como política para cumprir a Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC).

Em 2017 teve início o desmonte da política ambiental, intensificado a partir de 2019 no atendimento aos interesses dos setores mais conservadores que exercem grande influência no Planalto Central, nos Ministérios e no Congresso Nacional; em meio ao cenário de aumento dos desastres climáticos no país e a relação destes com a crise hídrica no estado de São Paulo, Rio de Janeiro, DF e no Nordeste. Além disso, houve casos registrados de violência contra servidores nas operações de combate ao desmatamento na Amazônia e a possibilidade de inviabilização do reconhecimento

dos territórios das populações indígenas, em atendimento a uma antiga demanda dos ruralistas.

A reestruturação ministerial em 2019 asfixiou a autonomia e a influência do MMA, em meio a um contexto de corte orçamentário de programas estratégicos como o combate às mudanças do clima, gestão e uso sustentável da biodiversidade, combate a incêndios, licenciamento e fiscalização ambiental, além da iniciativa que visou anistiar a invasão de terras até 2018, ocupadas originalmente por povos indígenas. Tais ações comprometeram a implementação do novo acordo de livre comércio entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL),

As publicações mostraram que a linha de argumentação adotada pelas mídias compôs um esforço para alertar sobre os riscos do modelo de desenvolvimento econômico dominante que desconsidera a importância da questão climática, evidenciada pelos altos índices de desmatamento e pelo descaso em relação a importância da preservação da floresta e dos povos que originalmente nela habitam.

Ao mesmo tempo, as modalidades de difusão e propagação foram encontradas na categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma, que expuseram a importância da questão ambiental como um princípio estratégico do governo e do setor produtivo para o investimento na biodiversidade amazônica como potencial para a sustentabilidade e para a mitigação da questão climática.

Nessa lógica, as legislações são colocadas como estratégicas para políticas públicas socioambientais voltadas à proteção do ambiente e dos que nele habitam, desde que sejam previamente consultados, já que o histórico de qualidade da política ambiental brasileira é fruto de demanda e da participação efetiva da sociedade.

5.6 ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO: AGROTÓXICOS E AMAZÔNIA

A conexão entre o material coletado e os processos de ancoragem e objetivação, que propiciam a familiarização com a novidade expressa pela função cognitiva na interpretação das representações sociais, constitui um exercício interessante de reflexão crítica sobre categorias identificadas nos macrotemas agrotóxicos e Amazônia brasileira divulgadas pelos dois subsetores de mídia selecionados.

A reflexão sobre como as dois subsetores de mídia objetivaram os temas agrotóxicos e Amazônia brasileira ao longo do período selecionado consistiu na seleção e filtragem dos conteúdos divulgados. A partir dos resultados encontrados, observou-se que nos macrotemas agrotóxicos e Amazônia brasileira prevaleceram os seguintes tópicos nas mídias selecionadas:

5.6.1 Agrotóxicos na mídia convencional

- a) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio: a relevância do modelo agropecuário que faz uso dos agrotóxicos e a necessidade de uso desses “insumos agrícolas”; o desenvolvimento do país sustentado no aumento do potencial agrícola; a barganha no cenário político, que permitiu a aprovação de cultivos oriundos das grandes empresas de biotecnologia; a redução de medidas restritivas ao uso de agrotóxicos e, as modificações nas inspeções sanitárias de produtos agroindustriais.
- b) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio: os agrotóxicos como um problema que impacta negativamente na qualidade de vida, na fauna e na flora; as escolhas políticas associadas ao modelo de produção em larga escala impulsionador do uso dessas substâncias e, alternativas ao uso de pesticidas nas lavouras.

5.6.2 Agrotóxicos na mídia socioambiental

- a) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos do agronegócio: a legitimação do modelo agropecuário que faz uso dos agrotóxicos; o incentivo às políticas governamentais para o aumento da produtividade agrícola; a expansão da monocultura extensiva; o uso de sementes modificadas e as alterações na lei de biossegurança.
- b) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos do agronegócio: iniciativas governamentais favoráveis ao modelo de produção associado à saúde da população e aos ecossistemas; o pagamento por serviços ambientais vinculados às atividades da agricultura familiar, do extrativismo ou da pesca na Amazônia; o questionamento do modelo de produção agrícola

insustentável; o fortalecimento de uma política nacional de agroecologia e produção sem o uso de agroquímicos; a implementação da Política Nacional de Agroecologia e ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), a importância das populações de insetos e pássaros e a morte massiva de insetos e, a tentativa por parte do legislativo de barrar a liberação de novos produtos agroquímicos no país.

Nesse sentido, a objetivação predominante do macrotema agrotóxicos apresentou diferenças nos dois subsetores de mídia do ambientalismo complexo-multisetorial. A mídia convencional esteve relacionada à construção de imagens que evidenciaram que os agrotóxicos são indispensáveis ao modelo de desenvolvimento baseado no potencial agrícola do país, assim como o uso adequado dos insumos agrícolas garante a eliminação dos riscos que essas substâncias oferecem. A liberação dos cultivos transgênicos e do uso das substâncias agrotóxicas são vistas como potencialmente estratégicas para o aumento dos ganhos na produção em larga escala. Por outro lado, a percepção de que há alternativas ao uso dos pesticidas e a necessidade de elaboração de políticas públicas favoráveis a um modelo de produção sustentável são tratados com menor ressonância nas publicações do subsetor.

A mídia socioambiental esteve relacionada à construção de imagens que evidenciaram que o modelo de produção agrícola vigente deve ser contestado em virtude dos danos causados. Nesse sentido, o setor agropecuário e o PIB do agronegócio apareceram como elementos centrais no desafio à construção de uma realidade em termos de produção sustentável, pois ao mesmo tempo houve a alteração da legislação referente à rotulagem de transgênicos, a liberação massiva e a redução de impostos para produtos agrotóxicos, além do agravamento de conflitos por terras entre povos originários e produtores do setor agropecuário.

A interpretação sobre como os dois subsetores de mídia selecionados utilizam conhecimentos prévios para ancorar o macrotema dos agrotóxicos ou o tipo de conhecimento prévio que as mídias ancoram a temática gerou o entendimento de que na mídia convencional, as premissas impulsionadas pela Revolução Verde de 1950 continuam presentes no conteúdo publicado, já que os agrotóxicos são divulgados como defensivos agrícolas necessários ao modelo de desenvolvimento, que aposta no aumento do potencial agrícola do país e no desenvolvimento e aprovação de cultivos oriundos das grandes empresas de biotecnologia, produtoras dos transgênicos.

Nesse sentido, é possível mencionar, por exemplo, a divulgação de que o uso seguro e adequado das substâncias garante a eliminação dos riscos que esses produtos "poderiam" apresentar na agricultura industrializada; a liberação dos cultivos transgênicos como iniciativa potencialmente estratégica na produção em larga escala; o modelo de agricultura sem o uso de agrotóxicos, considerado pouco produtivo e insuficiente para o atendimento da demanda alimentar da população mundial; e a desqualificação dos dados divulgados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, entidades que contestam o excesso dos produtos agroquímicos nas lavouras.

Por outro lado, mesmo que em número reduzido, algumas publicações geraram o entendimento de que os agrotóxicos constituem um problema com impacto negativo em variados aspectos; a crítica as escolhas políticas que favoreceram a liberação do plantio de sementes transgênicas no país; a percepção de que há alternativas ao uso de pesticidas; a sugestão para a elaboração de políticas públicas favoráveis a um modelo de desenvolvimento mais sustentável; o comprometimento da qualidade da água bruta; a massiva liberação de agrotóxicos a partir de 2019, e o cenário político desfavorável aos temas socioambientais no Congresso Nacional e no Executivo, com o uso de ferramentas para ampliar o acesso dos produtores rurais aos agrotóxicos e reduzir seus custos com incentivos fiscais por meio da redução ou mesmo eliminação de impostos.

Já a mídia socioambiental ancorou o conteúdo publicado com a proposta de redefinição do papel que o setor agropecuário e o PIB do agronegócio exercem como elementos centrais no desafio à construção de uma realidade em termos de produção sustentável. Nesse contexto, é possível mencionar, por exemplo, as polêmicas decisões da CTNBio; a alteração da legislação referente à rotulagem de transgênicos; o agravamento de conflitos por terras entre povos originários e produtores do setor agropecuário; a contaminação na qualidade da água bruta; a massiva liberação de agrotóxicos a partir de 2019; e o cenário político desfavorável aos temas socioambientais no Congresso Nacional e no Executivo.

Por outro lado, a maior parte das publicações foram ancoradas nos pressupostos de que existem iniciativas favoráveis ao modelo de produção associado à saúde da população e dos ecossistemas; que os agrotóxicos constituem um problema multidimensional grave; na importância da política nacional de agroecologia e produção orgânica por meio da implementação da Política Nacional de Agroecologia

e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo); as iniciativas do MMA para o consumo de alimentos produzidos a partir de matérias-primas sem o uso de agrotóxicos, incentivado pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Brasil Agroecológico); o incentivo à agricultura familiar; a importância das populações de insetos e pássaros; e a tentativa por parte do legislativo de barrar a liberação de novos produtos agrotóxicos no país.

5.6.3 Amazônia brasileira na mídia convencional

- a) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma: a redução de queimadas; a legislação ambiental protetiva; a redução dos índices de desmatamento; a redução das emissões de CO₂; a regularização fundiária; a demarcação de áreas de ocupação de povos indígenas; o incentivo à produção sustentável; o refinamento das imagens de satélite; as críticas contra a aprovação do Código Florestal e contra a construção da usina de Belo Monte, com posicionamentos do movimento ambientalista e de organizações científicas.
- b) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma: os índices de desmatamento elevados; a falta de ações para a redução de emissões tratadas em acordos internacionais; e os índices elevados registrados desde o governo Lula até o governo Bolsonaro.

5.6.4 Amazônia brasileira na mídia socioambiental

- a) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública em torno dos objetivos de conservação do bioma: as ações que contribuem para a mudança do clima; ações para a redução e combate do desmatamento ilegal nas florestas tropicais; ações para o uso sustentável do território por meio do manejo florestal e do pagamento por serviços ambientais; o fortalecimento de comunidades extrativistas e programas específicos para as populações indígenas que contribuem para a preservação das florestas.
- b) na categoria dinâmicas processadas na gestão pública que divergem dos objetivos de conservação do bioma: o alto patamar das taxas de desmatamento na Amazônia; e a construção de inúmeras obras de infraestrutura, como a construção da

usina de Belo Monte; a possibilidade da divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); tramitação do Código Florestal, da Lei da Grilagem e do novo Marco Legal da Mineração; o aumento do número de assassinatos de lideranças ambientalistas; e o aumento de conflitos por posse de terra entre indígenas e madeireiros.

A objetivação predominante no macrotema Amazônia brasileira não apresentou diferenças muito significativas nos dois subsetores de mídia do ambientalismo complexo-multissetorial. A mídia convencional esteve relacionada à construção de imagens que evidenciam a influência que o setor produtivo agropecuário e a bancada do agronegócio exercem no Congresso, compondo um cenário político desfavorável aos temas socioambientais, permeado por altos índices de desmatamento e a recusa na assinatura de acordos para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

Nesse sentido, é possível mencionar, por exemplo, a incoerência na gestão pública ao longo do período analisado, marcado por inúmeras ações desfavoráveis à preservação e manutenção das áreas ocupadas por florestas e habitadas por povos originários. Tal premissa intensifica a preponderância de ações para o crescimento do agronegócio no país, sem considerar a realidade socioambiental da região amazônica.

Paralelamente, a aprovação do Código Florestal, apesar dos posicionamentos contrários do movimento ambientalista e de organizações científicas; a construção da usina de Belo Monte e a proposta para regularização fundiária na região amazônica intensificaram o aspecto desenvolvimentista presente em todas as gestões, mas de maneira acentuada nos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Além disso, o cenário de desconstrução da política ambiental no país foi registrado por meio de altos índices de desmatamento e queimadas a partir de 2019. Por outro lado, houve em menor número, a abordagem direcionada às iniciativas governamentais que caminham mais no âmbito da manutenção dos ecossistemas, da qualidade de vida e voltadas ao debate de temas socioambientais.

A mídia socioambiental esteve relacionada à construção de imagens que evidenciam as críticas ao desenvolvimentismo presente tanto no setor agropecuário industrial quanto no Governo Federal. A tramitação de projetos de leis, como o do Código Florestal, a Lei da Grilagem e o novo Marco Legal da Mineração foram potencialmente estratégicos para os ruralistas, que exerceram pressão sobre o Governo Federal para a tramitação e aprovação dessas legislações.

Nesse sentido, é possível mencionar, por exemplo, as alterações do clima em várias partes da Amazônia e os impactos negativos gerados; o aumento do número de assassinatos de lideranças ambientalistas; o aumento de conflitos por posse de terra entre indígenas e madeireiros; a exclusão da sociedade civil no debate sobre a matriz energética para a política climática nacional; a inviabilização no reconhecimento dos territórios das populações indígenas; a reestruturação ministerial no governo Jair Bolsonaro, que asfixiou a autonomia e a influência da pasta ambiental e evidenciou a cobiça por territórios indígenas para projetos agrícolas e de mineração.

Ao lado dessas premissas, as publicações sobre a Amazônia brasileira estariam também objetivadas no pressuposto que a questão ambiental é irrelevante perante o ideário econômico progressista, sinalizada pelo corte de recursos para a pasta do MMA e as polêmicas medidas adotadas pelo ministro Ricardo Salles que representaram o desmonte da política ambiental brasileira.

Por outro lado, mas em número menor, as publicações também estiveram objetivadas na representação da lógica de conservação do bioma direcionada às iniciativas governamentais que caminham mais no âmbito das ações que contribuem para o desenvolvimento mais sustentável associado à contribuição do movimento ambientalista.

A interpretação sobre como os dois subsetores de mídia selecionados utilizam conhecimentos prévios para ancorar o tema Amazônia brasileira ou o tipo de conhecimento prévio que as mídias ancoram a temática gerou o entendimento de que na mídia convencional, as premissas impulsionadas pelo desenvolvimentismo de 4-5 décadas atrás continuam presentes no conteúdo publicado, já que os governos preponderantemente preocuparam-se com o desenvolvimento da região por meio do incentivo a grandes obras de infraestrutura e a tramitação de medidas mais adequadas às expectativas do setor produtivo para o uso e ocupação do território amazônico, negligenciando o problema do desmatamento na região, sinalizado também pela recusa do país na assinatura dos tratados para a redução de emissões.

Por outro lado, mesmo que em número reduzido, algumas publicações também estiveram objetivadas na categoria relacionada às iniciativas governamentais voltadas aos temas socioambientais, como por exemplo: a redução de queimadas; a extração de minerais em terras indígenas; a legislação ambiental protetiva; a redução dos índices de desmatamento; a redução das emissões de CO₂; a regularização fundiária;

a demarcação de áreas de ocupação de povos indígenas; o incentivo à produção sustentável; o refinamento das imagens de satélite etc.

Nesse sentido, é possível mencionar, por exemplo, a importância da contribuição do movimento ambientalista nesse processo; a escolha de Marina Silva como ministra do MMA e, a tramitação de medidas relacionadas às atividades econômicas sustentáveis, como o Fundo Amazônia e a Moratória da Soja.

Ao lado dessas premissas, as publicações sobre a Amazônia brasileira estariam também ancoradas na preocupação com o desmonte da política ambiental no país, assim como a omissão do Estado brasileiro em proteger os territórios indígenas e as lideranças ambientalistas, em virtude do número crescente de assassinados. Nesse contexto, o enfraquecimento do colegiado do Conama também contribuiu para fragilizar a imagem de liderança ambiental que o Brasil ocupava internacionalmente. Além disso, a reestruturação ministerial, o corte de recursos e as polêmicas medidas adotadas pelo ministro Ricardo Salles contribuíram para a redução da competência da pasta nas ações de comando e controle e asfixiaram a autonomia e a influência do ministério. Tais ações evidenciaram a cobiça por territórios indígenas para projetos agrícolas e de mineração.

6 A PERCEPÇÃO DOS JORNALISTAS

Neste capítulo é apresentado o resultado dos questionários enviados e respondidos por dois editores das mídias socioambientais selecionadas para esta tese, com o intuito de identificar a percepção destes sobre as políticas ambientais para os dois macrotemas selecionados.

Como instrumento de pesquisa de campo, foram enviados questionários que atendiam a roteiros elaborados com questões do tipo semiestruturadas abertas (ver Apêndice H). Os questionários foram direcionados aos editores das mídias especializadas para a obtenção de dados sobre a proposta de investigação desta tese. Todos os questionários visaram o cumprimento de todos os objetivos específicos.

Esta etapa foi para entender qual é a percepção dos jornalistas a respeito das políticas públicas socioambientais para os agrotóxicos e a Amazônia brasileira no governo federal nas diferentes gestões do Ministério do Meio Ambiente (ministros: Marina Silva, Carlos Minc, Izabella Teixeira, Sarney Filho e Ricardo Salles) entre 2003 e 2021.

Os questionários⁷⁷, com perguntas semiestruturadas abertas, têm o propósito de identificar quais são as preocupações dos jornalistas na produção de notícias relacionadas aos dois macrotemas selecionados.

Assim, questionaram-se 2 jornalistas/editores responsáveis pelas mídias socioambientais⁷⁸ que produziram as notícias. Foram selecionados somente os jornalistas responsáveis pelas mídias socioambientais/especializadas, pois estes são muitas vezes, os fundadores das mídias e permanecem responsáveis por elas até o final do período selecionado para esta pesquisa. Apesar de os jornalistas autorizarem a divulgação dos nomes, optou-se por identificá-los somente por numerais (1 e 2).

Optou-se por não selecionar jornalistas das mídias convencionais, pois estes veículos frequentemente trocam os profissionais responsáveis pela editoria que trata dos temas selecionados para este estudo. Além disso, a dificuldade de retorno ao

⁷⁷ O questionário é um instrumento constituído por uma ordem de perguntas, que podem ser abertas ou fechadas, o qual deve ser respondido por escrito e sem a presença do entrevistador. (Lakatos; Marconi, 2003).

⁷⁸ Somente dois jornalistas de duas mídias responderam ao questionário. A outra jornalista optou por não responder por motivos pessoais. Os jornalistas responderam o questionário por escrito e autorizaram a divulgação dos seus nomes na pesquisa.

contato por e-mail é uma realidade em veículos grandes de comunicação. O questionário foi respondido e enviado por e-mail pelos jornalistas entrevistados. A organização das questões foi pensada em duas partes, que reuniam perguntas por macrotema.

Parte das perguntas elaboradas tinham como finalidade compreender o que os entrevistados pensam sobre o tema, ou seja, como percebiam as políticas públicas para os agrotóxicos e a Amazônia brasileira nas diferentes gestões do MMA, entre 2003 e 2021.

Começa-se tentando identificar o que os jornalistas pensam sobre o macrotema agrotóxicos. A percepção dos jornalistas foi de que o jornalismo socioambiental tem se tornado mais técnico nos últimos anos, e a questão sobre os efeitos dos agrotóxicos ainda são desconhecidas:

há um tabu enorme de parte a parte em se falar sobre eles. De um lado os ruralistas não gostam de falar por medo das críticas. Por outro lado, os jornalistas não gostam de abordar mais tecnicamente por medo de serem taxadas de amigos dos agrotóxicos.

É necessário que se abra um diálogo claro entre jornalistas, academia e setores do agronegócio para ampliar a compreensão sobre e porque são necessários, e se são necessários. O governo [Bolsonaro] adotou a política de portas abertas para os agrotóxicos, inclusive os mais perigosos e já banidos de outros países. Isso não ajuda nem o agronegócio e nem a sociedade ou a economia (Jornalista 1).

Por outro lado, há a percepção de que as atividades do agronegócio - enquanto principal atividade econômica brasileira - “podem ser praticadas de forma inteligente e racional”, o que “pode alçar o país à vanguarda mundial da produção sustentável de alimentos”. Além disso, o combate ao uso indiscriminado dessas substâncias “têm relações diretas com temas de alta importância, como qualidade das águas, saúde humana, segurança alimentar e combate à pobreza” (Jornalista 2).

Na sequência, busca-se identificar como ocorre a preocupação governamental em relação ao uso de agrotóxicos entre 2003 e 2021, quais as fases de maior ou menor liberação do uso e o que motiva as iniciativas de liberação ou restrição para a utilização. Para o Jornalista 1, “o Brasil está vivendo neste exato momento (2021) um liberou-geral dos agrotóxicos, com a aprovação do chamado Pacote do Veneno na Câmara Nacional”, já o segundo jornalista apontou que “não

tinha dados sobre a evolução da legislação, mas sabia que a Anvisa era bem rigorosa antes de conceder uma licença de importação e uso”.

Para ambos os jornalistas, os fatores mais relevantes em relação ao uso de agrotóxicos e que foram noticiados pela sua mídia trataram da “liberação excessiva e interesses econômicos e políticos de alas retrógradas do agronegócio” e que o governo em 2021 apostou numa “política de portas abertas”, bastante explorada pela mídia tradicional e ambiental.

A supremacia dos interesses políticos mediante os aspectos técnicos na liberação e uso de agrotóxicos ocorreu no período selecionado, pois o Jornalista 1 considera:

que existe uma ala do agronegócio que é conservadora e muitas vezes reacionária, e que isso encontra eco em um governo como o de Bolsonaro, que é de direita e que flerta com frequência com a extrema-direita”. Essa ala (que não representa o agronegócio como um todo) vai na contramão das tendências mais avançadas do agro, que colocariam o Brasil em situação de vanguarda. A ala retrógrada exerce grande influência no Legislativo e no Executivo, ignorando os aspectos técnicos e a racionalidade da produção sustentável.

Além disso, o Jornalista 2 considera que:

houve a desconstrução do estamento técnico de avaliação dos agrotóxicos antes de serem liberados no Brasil. A ponto de que uma lei que está sendo votada estes dias no Congresso propõe que o Ministério do Meio Ambiente e a Anvisa não mais participem dessa decisão, que ficaria a cargo exclusivo do Ministério da Agricultura. É o caso típico da raposa tomando conta do galinheiro.

No que tange a visão desenvolvimentista do crescimento econômico linear (medido pelo PIB), a autorização de agrotóxicos no Brasil prioriza “o lucro a curto prazo, sem considerar as externalidades socioambientais, negativas”, segundo o Jornalista 1, já o Jornalista 2 considera que “não seja exclusivamente uma visão linear da economia, mas sim uma ignorância do que seja a economia do século 21, pois os espaços de poder estão ocupados pelo que há de mais retrógrado no campo do agronegócio”.

A participação democrática nas políticas públicas federais para os agrotóxicos oscilou no período selecionado, pois o Jornalista 1 considera que:

a participação da sociedade civil, de empresários e de cientistas no diálogo democrático só avançou desde a redemocratização pós-governo militar e desde a Eco 92. Esse movimento veio numa curva ascendente, até a chegada do governo Temer, e em seguida entrou em franco retrocesso no governo Bolsonaro. A esperança é que as diversas alas da sociedade se unam e se mobilizem para combater uma agenda deletéria.

Já o Jornalista 2 considera que:

Durante os governos petistas havia não apenas a participação social para limitar a fabricação, importação e uso de agrotóxicos, mas também a ação decisiva do Ministério do Meio Ambiente com seu papel fiscalizador e regulatório. Não era perfeito, mas ao menos se impunham barreiras para evitar exageros e absurdos. Mesmo assim havia problemas. No atual governo não há nada que limite a sanha dos adoradores do veneno.

Em relação ao macrotema Amazônia brasileira, foram elaboradas questões relativas aos subtemas desmatamento e extrativismo, com o subtema política ambiental implícito nesses questionamentos.

Para os jornalistas, o tema desmatamento no jornalismo socioambiental:

é um símbolo da irracionalidade brasileira, na medida em que vai na contramão da sustentabilidade: promove ganhos rápidos para poucos, enquanto gera prejuízos duradouros para a sociedade como um todo, seja localmente, pois vem acompanhado de crimes e ilegalidades de toda ordem, seja em âmbito nacional, com impacto no regime de chuvas. E também globalmente, devido à mudança do clima e à perda de biodiversidade. O desmatamento ainda deve ser olhado pela ótica dos debates sobre soberania nacional e sobre o comércio internacional. Governos gostam de usar a soberania nacional para acobertar a inépcia na proteção, ao dizer que ninguém pode opinar sobre o que ocorre em território nacional, mesmo que este seja um patrimônio da humanidade. Ora, se o governo é tão cioso do seu território, por que não ser cioso sobre a proteção desse patrimônio, desse bem público? O governo atual, que abre espaço para a ilegalidade e a criminalidade não tem moral para falar em soberania. Outro ponto é o protecionismo. Argumenta-se que países estrangeiros produtores de *commodities* se beneficiam do controle do desmatamento do Brasil, porque isso impede a expansão da fronteira agrícola. Essa é uma visão míope, porque o agronegócio e a economia brasileira só ganham com a proteção das florestas, que garante o equilíbrio climático tão necessário ao regime de chuvas do qual depende a produção agropecuária e a geração de energia hidrelétrica. Ou seja, proteger as florestas só aumenta a competitividade do Brasil no comércio internacional. Por todas essas razões, o desmatamento é pauta fundamental (Jornalista 1).

Para o Jornalista 2:

o desmatamento ilegal é um problema que transcende a questão ambiental. Claro, causa problemas na biodiversidade e potencializa as mudanças climáticas. Mas, também é um problema social: o país apresenta os maiores índices de criminalidade e miséria dos estados onde se concentram a atividade criminosa do desmatamento ilegal. Por fim, os impactos negativos na economia: O Brasil é um país que tem na exportação de produtos primários sua principal fonte de receita externa. Por meio dos acordos internacionais, principalmente patrocinados pela ONU, o país se compromete a não desmatar ilegalmente para manter os fluxos de produtos minerais e agropecuários para o exterior. Qualquer denúncia nessa área pode desencadear sanções à pauta de exportações brasileira.

A preocupação governamental em relação ao desmatamento, especificamente no que tange as medidas de prevenção e controle foi especificada da seguinte maneira:

houve grande avanço na gestão de Marina Silva no Ministério do Meio do Ambiente durante o governo Lula, com a criação do PPCDAm, o que gerou frutos durante anos. A visão desenvolvimentista de Dilma Rousseff enfraqueceu a política, e depois, com o governo Bolsonaro, a política passou a ser antiambiental, com a destruição deliberada do aparato de comando e controle (Jornalista 1).

Já o Jornalista 2 considera que:

a segunda metade dos anos 1990 foi um período de reorganização econômica e institucional do País. A inflação foi dominada, as crises políticas da redemocratização foram superadas e a Constituição de 1988 ganhou uma certa maturidade, principalmente seu capítulo sobre Meio Ambiente, considerado à época um dos mais avançados do mundo. O país entra no novo século com outros desafios, o foco se concentra em questões sociais e ambientais. A fome ganha visibilidade e o desmatamento não é mais visto como sinal de progresso. O governo Lula assume em 2003, com a promessa de atacar os problemas sociais e ambientais. A gestão da ministra Marina Silva reorganizou o Ministério do Meio Ambiente, levando para lá quadros das organizações sociais que atuam na defesa ambiental e da academia. Sua sinergia com os movimentos sociais levou à maior redução de desmatamento em tempo relativamente curto. Atuou, também, no reforço às políticas de comando e controle, com o fortalecimento de instituições de fiscalização, inclusive com aumento de pessoal. Em 2007 desmembrou a gestão de unidades de conservação do Ibama e criou o ICMBio. Marina foi uma ministra

política, capaz de dialogar com as organizações sociais e com os poderes públicos locais, de forma a conseguir seus objetivos de preservação.

Carlos Minc ficou pouco mais de um ano. Assumiu durante a mini recessão de 2008 e apenas conseguiu manter as políticas do MMA em andamento. Manteve o combate ao desmatamento ilegal e ampliou a visibilidade das políticas públicas ambientais na mídia.

Izabela Teixeira se manteve no cargo de ministra do Meio Ambiente por pouco mais de 5 anos. Considerada uma gestora técnica, que veio dos quadros de carreira do MMA, sua atuação recolocou o Brasil no cenário internacional. Atuando em parceria com o Itamaraty conseguiu algumas vitórias diplomáticas nas COPs climáticas e de biodiversidade. Reforçou a estrutura do ministério e fortaleceu as instâncias de pesquisa. Seu legado é amplo, eu destaco seu papel das conferências internacionais decisivo para a posição de respeito internacional do Brasil naquele período.

Para os jornalistas, os acontecimentos mais relevantes em relação ao desmatamento que foram noticiados pelas respectivas mídias foram:

a construção de usinas hidrelétricas, como Belo Monte, e do Rio Madeira, o enfraquecimento do comando e controle sobre atividades ilegais, a expansão da fronteira agrícola, o ciclo de alta de preços das *commodities* (Jornalista 1).

Já para o Jornalista 2:

a discussão sobre o Código Florestal foi, sem dúvida, um dos temas mais impactantes para a mídia ambiental nacional. No entanto, em termos internacionais a construção da Usina de Belo Monte e seus impactos em áreas do rio Xingu e do Parque Indígena do Xingu tomaram conta da pauta. Os dois temas foram tratados com igual relevância pela mídia ambiental brasileira. No caso da Agência Envolverde, no entanto, por sermos parceiros de uma agência Internacional, a Inter Press Service (IPS), com sede em Roma, fomos muito demandados a produzir pautas sobre Belo Monte.

No questionário, perguntou-se se os jornalistas consideram se há dificuldade de integrar economia e ecologia em relação ao desmatamento. Para eles:

há muita dificuldade, especialmente porque a bioeconomia na região amazônica foi pouco explorada – inclusive por resistência de uma ala ambientalista, avessa a mecanismos de mercado que poderiam conciliar conservação e geração de empregos e renda. Além disso, faltam políticas mais fortes nesse sentido, e o quadro hoje ainda é

agravado pelo sucateamento das universidades públicas e de institutos de pesquisa & desenvolvimento, de onde poderiam partir inovações em bioeconomia (Jornalista 1).

Já para o Jornalista 2:

nas duas últimas décadas a pauta econômica passou a incorporar muitos valores da pauta ambiental. Cresceu a percepção de que as questões de impacto ambiental poderiam afetar os negócios e, principalmente, o valor das ações em bolsa. No caso específico do agronegócio e da pecuária, estes setores sempre foram percebidos como geradores de renda para o país. Afinal, somos exportadores de produtos primários e estas atividades demandam terras. A mídia tradicional bota na balança os benefícios econômicos versus prejuízos ambientais, e a economia vence. No caso da mídia ambiental a conta é diferente, sempre se buscou criar modelos de valoração da floresta em pé. Acontece que esses modelos trabalham com valores difíceis de tangibilizar. Enquanto isso, a agropecuária apresenta balanços trimestrais com um gordo indicador de lucro financeiro.

Perguntou-se se visão desenvolvimentista do crescimento econômico linear (medido pelo PIB) prevalece sem questionar o modelo de produção e consumo vigente e como essa visão afeta o desmatamento. Segundo os jornalistas:

a visão desenvolvimentista olha apenas para o crescimento econômico a qualquer custo, sem considerar as externalidades sociais e ambientais. Isso está por trás do desmatamento. Mas é preciso observar que o desmatamento não gera nem mesmo crescimento econômico para o país, e sim ganhos insustentáveis para um pequeno grupo de exploradores, conforme mencionado na resposta 1, dentro da lógica nefasta do boom-colapso (Jornalista 1).

Segundo o Jornalista 2:

à primeira vista pode parecer que o desmatamento no Brasil é fruto de uma visão desenvolvimentista, uma observação dos principais fatores e fatores de desmatamento desmente essa linha de raciocínio. O desmatamento ilegal é predominantemente realizado por atividades criminosas, como o garimpo, a mineração em terras públicas e indígenas, a extração ilegal de madeiras de alto valor e a ocupação de terras para grilagem. A agronegócio legal, apesar de necessitar de terras, não é um ator relevante nas frentes de desmatamento ilegal, inclusive porque está sujeito a pressões internacionais em relação a metas de preservação ambiental.

A interferência de segmentos negacionistas em relação ao desmatamento e às mudanças climáticas também foi levantada e, segundo os jornalistas:

o governo que está no poder (2021) usa o negacionismo para desacreditar a ciência e, com isso, avançar na espoliação dos recursos naturais da Amazônia, a fim de obter ganhos imediatos (e insustentáveis), e manter mobilizada a base de apoio política que pretende se beneficiar da destruição (Jornalista 1).

não sei em que medida segmentos negacionistas interferem em políticas públicas nessas áreas. Minha visão é mais pragmática, creio que a falta de Iniciativas efetivas para conter o desmatamento ou para estimular políticas de controle climático tem a ver com a visão imediatista de mundo. Falta planejamento de longo prazo, visão de longo prazo. Isso tanto no governo como na iniciativa privada. Mas, justiça seja feita, já há empresas e segmentos da gestão pública interessados em uma nova modelagem de desenvolvimento (Jornalista 2).

Perguntou-se se a agenda ambiental federal entre 2003 e 2021 para o combate ao desmatamento passou por fases mais democráticas e menos democráticas e quais atores foram mais ouvidos pelos governos nas fases mais democráticas:

nesse período, a melhor fase mais favorável à agenda ambiental ocorreu durante a gestão da ministra Marina Silva, com criação de arcabouço institucional de proteção e de uso sustentável da floresta, além de acolhimento às pautas de organizações e movimentos da sociedade civil organizada (Jornalista 1).

a política ambiental neste período foi uma gangorra. Há um período de forte compromisso em preservar no primeiro governo Lula, depois um período pragmático no segundo governo, uma gestão mais organizada e estruturante nas gestões de Izabela Teixeira. Com o final abrupto do segundo mandato de Dilma o Ministério do Meio Ambiente foi tomado por gente ressentida que deseja apenas uma licença para destruir. Na gestão Salles fica claro que os órgãos de fiscalização e controle não podem atuar e, quando atuam, são penalizados. O governo Bolsonaro literalmente deu uma licença para matar a todos os criminosos ambientais (Jornalista 2).

Também perguntou-se se entre 2003 e 2021 a agenda ambiental federal foi fragilizada por conflitos internos ao governo:

a visão desenvolvimentista de Dilma Rousseff enfraqueceu a política ambiental, especialmente para acolher projetos megalômanos na Amazônia. Depois, com o governo Bolsonaro, a agenda passou a ser

antiambiental, com a destruição deliberada do aparato de comando e controle e uso do negacionismo como política de Estado (Jornalista 1).

[...] é complexo misturar os períodos dos governos do PT e os governos pós impeachment. São visões de mundo completamente diferentes, e não se trata de uma comparação entre ideologias políticas, mas sim de objetivos no governo. Em todo o período do PT, com oscilações, houve a estruturação institucional de políticas ambientais estruturadas pela Constituição de 1988 e a construção de uma interface internacional com respeito aos acordos e protagonismo nos fóruns mundiais. Quando Temer assume ele resgata o Sarney Filho para conseguir alguma credibilidade, mas seu governo carece de legitimidade para qualquer ação mais efetiva. Bolsonaro assume com o propósito claro de revanchismo. Uma de suas primeiras medidas na área ambiental foi demitir o fiscal do Ibama que o multou por pescar em uma reserva marinha. Sua ideia inicial era acabar com o Ministério do Meio Ambiente. Como não pode fazer isso na caneta, colocou um preposto para executar a tarefa, Ricardo Salles (Jornalista 2).

Os avanços ou retrocessos da participação democrática nas políticas públicas socioambientais federais para o desmatamento também foram pontuados pelos jornalistas:

houve um contínuo retrocesso nesse período, culminando com a gestão desastrosa do governo Bolsonaro, favorecendo a criminalidade e a ilegalidade. Com isso, os investimentos empresariais na região ficaram ainda mais arriscados. Quem vai colocar dinheiro, esforços e os próprios pés em um local tão inseguro do ponto de vista institucional e até mesmo do ponto de vista físico? Houve também tentativas sistemáticas de desacreditação da sociedade civil organizada e da comunidade científica, além do desmantelamento do Fundo Amazônia, que irrigava projetos importantes na região (Jornalista 1).

[...] os governos petistas sempre valorizaram a participação popular, em todas as instâncias. Se havia efetividade ou não nessa participação é uma discussão específica. Mas vejamos o exemplo do Conama, que tinha mais de 100 membro e foi reduzido a 22 no governo Bolsonaro, sem representação da sociedade civil. Aliás, uma das primeiras medidas desse governo foi a extinção de todos os conselhos com participação da sociedade civil que não fossem criados por lei. Foram centenas de conselhos extintos.

Não há medida de comparação entre a participação social nos governos petistas e neste que está aí. Exemplos são muitos, como as Conferências Nacionais de Educação, de Saúde, de Meio Ambiente e outras. Mesmo em representações de cientistas e da academia o atual governo atua para desconstruir a representatividade. No caso das entidades empresariais, essas sempre viveram um dualismo do tipo “se há governo, sou a favor” em público, mas planta críticas via imprensa (Jornalista 2).

Os jornalistas também foram questionados em relação ao subtema extrativismo. A primeira pergunta questionou a importância de explorar o extrativismo no jornalismo socioambiental. Para os jornalistas:

o extrativismo é uma forma de manter a floresta viva enquanto se geram trabalho e renda. É uma das saídas para a conservação ambiental, a geração e distribuição de riquezas e a valorização das comunidades locais, das populações tradicionais e dos povos indígenas (Jornalista 1).

extrativismo é uma atividade econômica que precisa ser profissionalizada, integrada aos mercados e incorporar tecnologias e agregação de valor (Jornalista 2).

Perguntou-se também sobre as atividades extrativistas na Amazônia entre 2003 e 2021. Para os jornalistas:

os governos anteriores a ao Bolsonaro poderiam ter fortalecido políticas e leis que estimulassem a bioeconomia do extrativismo, mas o grande desastre ocorreu após 2019, com a ação antiambiental deliberada, o enfraquecimento do aparato de comando e controle, o avanço da criminalidade e a da ilegalidade, e a interrupção de uma das poucas fontes de recursos, que é o Fundo Amazônia (Jornalista 1).

novamente temos as visões de mundo diferentes dos governos pré e pós impeachment. Há sempre que se lembrar que a ex-ministra Marina Silva tem sua origem em uma comunidade extrativista de borracha, no Acre, onde iniciou sua vida política pelas mãos do líder extrativista Chico Mendes. Só esse fato já deixa claro que o que havia é completamente antagônico ao que há hoje, com a autorização de mineração e garimpo em terras indígenas, priorização da mineração, derrubadas de grandes áreas para exploração de madeira e formação de pastagens etc. (Jornalista 2).

Perguntou-se também se há dificuldade de integrar economia e ecologia em relação às atividades extrativistas na Amazônia. Nesse sentido, os jornalistas afirmaram que:

há dificuldades estruturais para o florescimento da bioeconomia extrativista na Amazônia, como a falta extrema de infraestrutura, de sistemas de comunicação e logística, de cadeias de valor bem estabelecidas, de acesso a financiamento, além da existência de baixos indicadores sociais, baixa qualificação de mão-de-obra, baixo

desenvolvimento científico e acadêmico. E agora há dificuldades circunstanciais que se devem ao governo Bolsonaro, que veio agudizar sobremaneira os problemas crônicos e históricos já existentes (Jornalista 1).

a maior dificuldade de integração das atividades extrativistas à economia é a falta de mecanismos de acesso aos mercados, incorporação de tecnologias e agregação de valor aos produtos extraídos da floresta. Quando isso acontece os produtos são sucesso, como é o exemplo do Açaí e da borracha (lembrando que a borracha também é produzida pelo agronegócio). Empresas como a Natura e Boticário já perceberam o valor da biodiversidade para seus negócios e trabalham para agregar valor para as comunidades (Jornalista 2).

Perguntou-se também se a visão desenvolvimentista do crescimento econômico linear (medido pelo PIB) prevalece sem questionar o modelo de produção e consumo vigente e como esta visão afeta diretamente na atividade de grupos extrativistas locais na Amazônia. Nesse sentido, os entrevistados consideram que:

é preciso agregar valor aos produtos da floresta, para que remunerem de forma digna os extrativistas e mostrem a vantagem de estimular a bioeconomia com a floresta viva, se comparada à exploração predatória (Jornalista 1).

O Jornalista 2 considera que:

a linearidade do modelo econômico dá mais valor às monoculturas de escala do que aos produtos extrativistas, que demandam tempo e que têm produção em escalas menores. Essa realidade não pode ser mudada esperando-se transformar o extrativismo em produção de escala. É possível ampliar um pouco a escala, mas não muito. Além disso é preciso entender as oportunidades que o extrativismo traz para a construção de negócios inovadores, com aplicação de biotecnologia e inovação.

Os jornalistas foram questionados sobre a bioeconomia na Amazônia e sua relação com as atividades extrativistas. Segundo eles:

a biotecnologia é fundamental. Estamos no século da biotecnologia e o Brasil com toda a sua diversidade biológica e ambiental, e a Amazônia em especial, por sua escala territorial e biodiversidade explosiva não podem ficar fora dessa nova revolução. Segundo o economista Ignacy Sachs, o Brasil não participou de nenhuma das revoluções econômicas e tecnológicas dos últimos séculos. Não participou da revolução industrial, não participou das grandes e

descobertas da química e da física, não participou da revolução digital, mas pode ser um grande protagonista da revolução da bioeconomia (Jornalista 2).

A participação democrática nas políticas públicas socioambientais federais para as atividades extrativistas em termos de avanços ou retrocessos foi apontada da seguinte maneira pelo Jornalista 2:

a participação da sociedade civil em políticas públicas é profundamente inspiradora e inovadora. Nos governos do PT organizações sociais eram chamadas a contribuir com suas áreas de expertise em quase todos os campos de conhecimento. Isso deu vitalidade à construção de soluções em políticas sociais como o Programa Fome Zero e a construção de canais de comercialização de produtos da floresta. O Bolsa Floresta e as políticas de preço mínimo para produtos florestais e extrativistas deu grande impulso ao desenvolvimento de comunidades.

Outra questão desta prática profissional está vinculada à tensão entre o polo ideológico e o polo mercadológico. Os profissionais vivem em conflito, sob grande pressão, buscando decidir se optam pela sua responsabilidade social em relação ao público ou cedem aos constrangimentos institucionais que buscam vender a maior quantidade possível do produto jornalístico, o que, muitas vezes, cai no sensacionalismo e torna a notícia um mero produto de consumo. Todos estes aspectos, inerentes ao "mundo dos jornalistas", precisam ser gerenciados de modo que ao final do dia o produto jornal esteja finalizado. Para dominar a imprevisibilidade dos acontecimentos é que a rotinização da produção se faz imprescindível (Jornalista 2).

7 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS GESTÕES DO MMA BRASILEIRO

As representações sociais identificadas e interpretadas foram separadas por gestão do MMA e por macrotema em cada subsetor de mídia selecionada (convencional e socioambiental). Como esta tese ambiciona contribuir para o entendimento do conteúdo simbólico produzido por dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial (a mídia convencional e a socioambiental), esse movimento identifica as características do modelo de desenvolvimento associado à formulação de políticas públicas ambientais para os agrotóxicos e a Amazônia brasileira associadas às ações de um dos principais atores do ambientalismo complexo-multissetorial, o Ministério do Meio Ambiente brasileiro entre 2003 e 2021.

As representações sociais de cada gestão são apresentadas neste tópico, já que “variam em função da forma com a qual diferentes grupos [ou indivíduos] que ocupam distintos espaços na sociedade se posicionam diante de um mesmo objeto”. Além disso, variam “em função de como, ao longo do tempo, os grupos [ou indivíduos] modificam suas representações acerca de um determinado objeto, que adquirem um sentido diferente daqueles até então vigentes” (Santos; Danfá; Almeida, 2021, p. 2). Assim, as representações sociais evidenciam as diferentes conotações que o ministério ganhou ao longo dessas cinco gestões escolhidas para esta pesquisa.

7.1 MARINA SILVA

A gestão de Marina Silva pode ser representada por uma ministra ativista, engajada nas causas ambientais, mas que exerceu o cargo em meio a um cenário político que asfixiou sua autonomia nas ações executadas no MMA. A notoriedade da ministra nessa área contribuiu para dar maior visibilidade ao ministério, pois Marina reorganizou o MMA com quadros técnicos da academia e de organizações sociais, o que levou a uma expressiva redução das taxas de desmatamento e o aumento das ações de comando, controle e gestão das unidades de conservação, com a criação do ICMBio. Além disso, foram desenvolvidas ações voltadas ao desenvolvimento rural para a agricultura familiar, o extrativismo ou a pesca na Amazônia (pagamento por serviços ambientais), além da criação do Programa Amazônia Sustentável (PAS)⁷⁹.

⁷⁹ O PAS foi um plano de diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, lançado em maio de 2008 (Brasil, 2008).

A ministra também incentivou ações para o financiamento da produção ecológica de madeira por meio da primeira linha de crédito para o manejo florestal sustentável na Amazônia, num contexto marcado por altos índices de desmatamento.

Paralelamente, houve o lançamento da proposta de mudança no campo energético global, o que ocorreu de acordo com a recomendação da Comissão Interministerial sobre Mudanças Climáticas, que apesar do trabalho essencialmente burocrático, com a apreciação de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e sem proposições mais abrangentes, desenvolveu ações baseadas nos critérios internacionais estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto e pelos Acordos de Bonn e Marrakesh. Tais iniciativas foram coordenadas para o sequestro de carbono na Amazônia e no Cerrado pelos Ministérios de Ciência e Tecnologia (MCT) e do Meio Ambiente (MMA), num trabalho que envolveu a identificação de projetos, iniciativas e ações que contemplaram o critério de reflorestamento, florestamento e outras definições estabelecidas pelo mesmo documento, que resultou na maior contribuição individual de um país na redução de emissões por meio de uma política estatal.

Por outro lado, o desenvolvimentismo esteve presente no decorrer da gestão de Marina ao longo do primeiro governo Lula, com uma série de canteiros de obras para a construção de rodovias, ampliação das vias navegáveis, da malha ferroviária, da capacidade dos portos e da integração física com os demais países da América do Sul para destravar o que “impedia” o crescimento da economia.

Desse modo, a reforma no MMA teve o intuito de reforçar as ações da pasta no âmbito do governo, que naquele contexto apostava no desenvolvimento econômico. Assim, inúmeras obras de infraestrutura, licenciamento, impactos socioambientais e PAC foram associadas ao jogo de interesses que envolvem grandes empreendimentos e recursos financeiros.

Tais circunstâncias influenciaram a iniciativa do governo federal para a reestruturação do MMA, com a polêmica divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na tentativa de concretizar os sonhos governistas de crescimento econômico, impedindo a continuidade da pauta principal da ministra, a desejada transversalização da questão ambiental. Tais fatos evidenciaram a negligência dos centros de poder do país no que tange o desenvolvimento sustentável associado à ciência e à tecnologia como investimento na transformação do potencial relativo ao patrimônio socioambiental da Amazônia. O lançamento do Projeto de Lei para a flexibilização do Código Florestal, mesmo com o

aumento do desmatamento na Amazônia, no último ano do mandato de Marina Silva reacendeu o antagonismo entre interesses do agronegócio e a necessidade de conservação dos biomas brasileiros.

A gestão também foi marcada pelo anúncio do chamado PAC indígena, um programa que previa investimentos em demarcação e proteção de terras, educação, saúde, cultura e desenvolvimento econômico, uma espécie de compensação étnica do PAC, que foi desenvolvido para a concretização de grandes obras de infraestrutura que afetaram direta ou indiretamente as terras indígenas, sobretudo na Amazônia.

A principal característica do legado da ministra, de uma gestão aberta ao debate com a sociedade civil e o poder público local enfrentou a fragilidade do ministério em termos de orçamento, corpo técnico e relevância no cenário político, que impuseram desafios entre 2003 e 2008.

Nesses termos, o Paradigma da Complexidade, enquanto lente de observação permite a identificação de que as políticas ambientais foram democráticas na gestão da ministra, mesmo com as dificuldades de participação geradas pela transversalidade. Em suas ações, conclui-se que a ministra compreendeu a multidimensionalidade da questão ambiental, reconhecendo a complexidade do que costumeiramente é simplificado.

Apesar do avanço democrático e do viés pró-sustentabilidade, o período foi marcado pela influência dos grupos de poder no cenário político, que incluem também representantes dos setores produtivos, como o agropecuário e o de biotecnologia, que atuaram para o impulsionamento dos números alcançados pelo PIB e influenciaram a liberação dos transgênicos, dos agrotóxicos e nos índices de produção agropecuária sem considerar as iniciativas para a redução do desmatamento. Alguns desses aspectos ofuscaram a gestão ativista do MMA e culminaram no pedido de demissão da ministra.

7.2 CARLOS MINC

A gestão de Carlos Minc pode ser considerada como a gestão de um ministro engajado nas causas ambientais e que deu continuidade ao trabalho realizado por Marina Silva, pois o ministro conseguiu manter as políticas já existentes no MMA.

Assim, o combate ao desmatamento ilegal possibilitou a ampliação da visibilidade das políticas públicas ambientais na mídia em virtude da significativa

redução da taxa de desmatamento na Amazônia em meio ao cenário crescente de novas propostas do governo para o Código Florestal e para a regularização fundiária na região amazônica, com benefícios aos grileiros e prejuízos aos povos indígenas, um incentivo ao desmate e à concentração fundiária que gerou oposição do MP e dos ecologistas.

O debate em torno da anistia a desmatadores, multas a produtores rurais, diminuição de áreas de preservação permanente, restrição para a compra de terras por estrangeiros e sacrifícios da agropecuária nas metas de redução dos gases de efeito estufa acirrou a pauta das discussões no Executivo, Legislativo, entre ambientalistas e ruralistas.

Tais fatos evidenciaram que, em alguns momentos, o ministro Minc foi contrariado pelo presidente Lula, que atendeu a algumas demandas ruralistas, traduzidas nas ações que impulsionaram o projeto de construção da usina de Belo Monte e que podem ser caracterizadas pela celeridade do Ibama na avaliação dos impactos e os benefícios gerados pelo empreendimento.

Por outro lado, no período da gestão houve a criação de uma área indígena de 50 mil km² por meio de um decreto do presidente Lula, iniciativa que teve o objetivo de conter o desmatamento e ajudou o país a atingir a meta de corte das emissões de gases de efeito estufa.

O conflito de terras entre os povos indígenas com os produtores de arroz, na Raposa Serra do Sol esteve presente no período do ministro Minc. A reserva indígena ocupada pelas etnias Macuxi, Wapixana, Patamona e Ingarikó entrou em discussão pela falta de reconhecimento do valor cultural e ambiental desses povos e pelo interesse de ocupação nessas grandes extensões de terras do país. Tal episódio levantou o questionamento sobre qual seria o modelo de civilização abraçado pelo Brasil.

A iniciativa relativa ao Fundo Amazônia marcou a atuação do ministro, já que o fundo objetivava garantir recursos para reduzir as emissões do desmatamento em grande escala. Ao mesmo tempo, o cenário brasileiro foi de intensificação na exploração da Amazônia, com a abertura de discussões sobre a exploração mineral em terras indígenas, a construção de hidrelétricas, rodovias, portos e a concessão de florestas públicas para o setor privado. Por outro lado, a iniciativa de criação do Fundo esbarrou na falta de projetos, o que impediu o pleno aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

A questão climática foi meramente centrada no debate desordenado entre uma massa crítica formada pela sociedade civil organizada e o governo, o que gerou decepção geral pela falta de inovação do plano, limitado a todas as políticas e programas já existentes nas áreas de energia, transporte, uso do solo e conservação.

O modelo de desenvolvimento que diz respeito principalmente ao crescimento econômico e que conduz grande parte da sociedade ocidentalizada, orientada pelo paradigma disjuntor-redutor, onde o conhecimento, o pensamento e a ação refletem a limitação para o equacionamento dos problemas que cercam a totalidade é um aspecto que entra em choque com iniciativas que contemplam contextos humanos e culturais, pois fundamenta-se pela intensificação da ideia de desenvolvimento a partir do crescimento econômico.

Essa supervalorização da questão econômica observada na proposição do Paradigma da Complexidade refletiu também na atuação do ministro Carlos Minc e no seu ministério engajado com as causas ambientais, que mesmo com uma visão integrada das interdependências sistêmicas que contemplam as exigências socioambientais, teve, assim como Marina Silva, a autonomia limitada na condução do MMA.

7.3 IZABELLA TEIXEIRA

A gestão da ministra Izabella Teixeira pode ser considerada como a gestão de uma ministra técnica, já que pertencia aos quadros de carreira do MMA. Sua atuação recolocou o Brasil no cenário internacional, principalmente no âmbito das relações exteriores por meio de uma parceria com o Itamaraty. Mais concretamente, a ministra conseguiu algumas vitórias diplomáticas nas COPs climáticas e de biodiversidade, reforçou a estrutura do ministério e intensificou a relevância das pesquisas científicas.

Por outro lado, o argumento pró-desenvolvimentismo esteve presente na gestão com o aumento das áreas de lavoura no Brasil. Contra muitas evidências, o período foi marcado pela elevação da venda de fertilizantes, agrotóxicos, e a liberação dos cultivos transgênicos, apesar dos dados divulgados pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos (Para) da Anvisa, em parceria com o Ministério da Saúde e o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) do MAPA, que evidenciaram os níveis da substância acima do que é estipulado, assim

como a influência da transgenia na realidade agrícola brasileira e as decisões polêmicas da CTNBio na atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa aos Organismos Geneticamente Modificados.

Além disso, nesse período houve o agravamento dos conflitos pelas terras ocupadas pelos povos originários e cobiçadas por produtores da monocultura em larga escala, o debate sobre a mudança nas normas do uso de agrotóxicos, impulsionado pelo aumento dos casos de intoxicação e a tentativa de flexibilização da rotulagem dos alimentos transgênicos.

Paralelamente, nos primeiros anos da gestão, foi evidenciada a ausência de investimento estatal para que o modelo agrícola sem o uso de agrotóxicos pudesse crescer, pois o cenário favorável ao PIB do agronegócio foi determinante para que o impacto negativo dos gastos gerados pelos prejuízos referentes à indústria de agrotóxicos fosse desconsiderado.

Apesar dessa conjuntura inicial, o Governo Federal despertou interesse na formulação de uma política nacional de agroecologia e produção orgânica na implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agroecológico, com foco na ampliação do número de famílias envolvidas com os produtos do setor e no incentivo ao consumo dessas mercadorias pela população.

No que tange à Amazônia brasileira, foi registrado o aumento nos índices de desmatamento entre 2010 e 2011, com o crescimento anormal da redução da cobertura florestal em meio à discussão sobre o Código Florestal. Tal fato impulsionou a criação de um gabinete de crise no MMA, que ampliou o contingente de homens em ações fiscalizadoras na região para tentar controlar a situação. Nessa conjuntura, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) propôs a revisão do Plano Amazônia Sustentável (PAS), com a inclusão de projetos de mineração, defesa e grandes hidrelétricas para a região.

A criação de áreas protegidas por lei foi uma realidade no período, mesmo geridas precariamente, com falta de monitoramento. Por outro lado, a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados foi acompanhada pela postura desenvolvimentista do governo, com a construção da usina de Belo Monte, especificamente porque a obra foi realizada em meio a uma série de dúvidas sobre a viabilidade técnica, econômica e ambiental. A publicação de uma medida provisória com o intuito de reduzir os parques e uma Flona na Amazônia ocorreu nesse período,

que coincidiu com o anúncio da redução do menor índice de desmatamento nos últimos 23 anos na Amazônia Legal em 2012.

No que tange a questão climática, a promessa da presidente Dilma era contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa em 43% até 2030, com o intuito de conter o aquecimento global por meio da chamada contribuição nacionalmente determinada (INDC, na sigla em inglês). Assim, o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento a se comprometer com cortes absolutos (em números totais) na emissão de gás carbônico, o CO₂.

A questão climática foi discutida por diversos setores interessados na implantação do REDD+ no Brasil, e o Acordo de Paris foi selado em um evento realizado na sede da ONU, com a participação de mais de 60 chefes de Estado. Tais fatos contribuíram também para a renovação por tempo indeterminado da Moratória da Soja no MMA, o que substituiu as renovações anuais utilizadas desde 2008.

Nesses termos, assim como ocorreu nas gestões anteriores (Marina Silva e Carlos Minc), as políticas no MMA técnico foram democráticas em alguns contextos, com a visão que propõe o Paradigma da Complexidade, pois mesmo que parcialmente, a ministra percebeu a multidimensionalidade da questão ambiental, minimizando o paradigma reducionista culturalmente inscrito nela. Ou seja, o conhecimento, o pensamento e a ação trouxeram à tona uma visão que integra o todo no equacionamento dos problemas que cercam a totalidade, considerando os contextos humanos e culturais. Por outro lado, o desenvolvimentismo com a supervalorização da questão econômica limitou parcialmente a visão integrada das interdependências sistêmicas que contemplam as exigências socioambientais.

7.4 SARNEY FILHO

A gestão do ministro Sarney Filho pode ser considerada como a gestão de um ministro político, com longa carreira como parlamentar engajado nas causas ambientais, mas que foi asfixiado pelo governo de Michel Temer, caracterizado pelo avanço das pautas mais conservadoras. Além disso, o governo evidenciou características monetaristas e neoliberais como uma espécie de preanúncio do que se estava gestando em termos de pauta antiambiental.

Nesse período, o anúncio da redução de 20% nas taxas de desmatamento da Amazônia ocorreu mesmo com a atuação branda em relação ao problema. Além

disso, a tentativa de extinção de uma reserva na Amazônia teve o intuito de regularizar a situação de títulos minerários na região, mas foi suspensa após pressão da sociedade civil.

A exoneração de Antônio Fernandes Costa, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), ocorreu em meio a tentativas frustradas de ingerência política no órgão, já que o governo do presidente Michel Temer (PMDB) não tratava adequadamente a questão indígena e atuava em defesa dos interesses dos ruralistas. Tal cenário foi evidenciado pela falta de investimentos no órgão para a defesa das políticas indígenas.

O acordo entre o governo Michel Temer e os partidos políticos no trato da pauta ambiental representou baixas expectativas em relação ao avanço de agendas estratégicas que travaram no governo Dilma, como a do clima. Afinal, as nomeações no gabinete do presidente indicaram dúvidas em relação ao trato dessa pauta.

No que tange a questão climática, o Acordo de Paris, aprovado em 2015 na COP 21 e firmado em 2016, virou lei no Brasil por meio do Decreto n.º 9.073/2017. O referido texto firmou o comprometimento com a redução das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa, com a meta de aquecimento do planeta inferior a 2º.

A agenda do clima foi referenciada na gestão do ministro, com a nomeação de Alfredo Sirkis como secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e a dificuldade de convencimento do presidente Temer a essa pauta.

Em meio a este cenário, a movimentação no centro de discussões dos setores mais influentes nos Ministérios e no Congresso Nacional indicaram a possibilidade da completa destruição da legislação ambiental brasileira. Além desse contraste, o ministro Sarney Filho prometeu intensificar o uso de biocombustíveis, ampliar os leilões de fontes renováveis para geração elétrica e a eficiência energética no consumo de eletricidade, ao mesmo tempo em que o presidente Michel Temer enviou uma MP ao Congresso com o intuito de beneficiar empresas de petróleo em subsídios de US\$ 300 bilhões para perfuração de reservas offshore.

O último ano da gestão Michel Temer foi marcado pela criação de cinco unidades de conservação (UCs) federais e da implantação do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), medidas que ampliaram o conjunto de áreas protegidas nos biomas Amazônia, costeiro-marinho e Caatinga. Em seguida, a gestão de Sarney foi confrontada pela grave crise hídrica em

São Paulo, Rio de Janeiro, DF e Nordeste, o que ressaltou a importância da vegetação nativa e da Amazônia para que ocorram as chuvas nessas regiões do Brasil.

O cenário da política ambiental também não foi favorável ao reconhecimento dos territórios indígenas, pois foram pautadas discussões favoráveis às demandas ruralistas, discutidas pela bancada conservadora na Câmara dos Deputados.

Em meio a este cenário, torna-se indispensável a regeneração do pensamento. A razão instrumental predominante no governo Temer implica na necessidade de reestruturação política a partir do entendimento planetário que não dissocia as necessidades do mundo, dos humanos e da sociedade. Por isso, o autoexame e a autocrítica devem ser permanentes na prática da política, que não deve restringir-se às estratégias econômicas competitivas, que causam sofrimentos à população, distanciando-a do bem comum. O pensamento político carece de regeneração. Deve voltar-se para uma nova política, que, por sua vez, deveria obedecer “a uma dupla orientação: a de uma política de humanidade e de uma política da civilização [...] comprometida em pensar de modo permanente e simultâneo o planetário, o continental, o nacional e o local” (Morin, 2013, p. 56).

A preponderância da razão instrumental que estigmatizou a noção de que o PIB e o crescimento econômico são condicionantes para o crescimento com atendimento aos objetivos da utilidade funcional estão distanciadas das ideias de bem-estar, pois geram efeitos negativos que impedem a solidariedade, o sentimento de pertencimento a uma comunidade e o bem-estar no sentido existencial, com afeição e comunicação.

Numa visão geral, a iniciativa política deve ser condizente com uma política de humanidade e de civilização, naquilo que é comum à humanidade. Ou seja, uma pátria comum que considere a importância das diversidades culturais e nacionais, englobando unidade e diversidade humana, com instituições adequadas e uma consciência comum, o que não condiz com o MMA político do ministro Sarney Filho, limitado em ações sustentáveis.

7.5 RICARDO SALLES

A gestão do ministro Ricardo Salles pode ser considerada pela primeira vez na história brasileira, como a gestão de um antiministro condizente com o plano do

governo Jair Bolsonaro para o meio ambiente: nitidamente voltado a uma política antiambiental, motivo que causou orgulho ao mandatário.

Em conjunto, esse estado de coisas iniciou com o avanço da aprovação de produtos agrotóxicos no Brasil entre 2018 e 2019, com o expressivo número de 590 novos produtos aprovados, o que comparativamente foi superior aos governos anteriores: nos dois primeiros anos do governo Lula foram 117 produtos, 188 nos dois primeiros anos de Dilma e 470 no curto espaço de tempo do governo Michel Temer. Além disso, houve a iniciativa política para a modificação da inspeção sanitária de alimentos de origem vegetal e animal e de produtos agroindustriais, como celulose e álcool, uma espécie de incentivo à intensificação do modelo de produção agrícola que não privilegia os ecossistemas nem a saúde humana.

A notoriedade em torno da liberação massiva despertou preocupação também na ONU, que afirmou que o país caminhava regressivamente a um futuro muito tóxico. Enquanto isso, o Estado utilizou diversas ferramentas para ampliar o acesso dos produtores rurais aos agrotóxicos para reduzir os custos de produção por meio de incentivos fiscais para a redução ou mesmo eliminação de impostos.

O desmonte da governança socioambiental no Brasil, em afronta à Constituição, motivou um encontro dos ex-ministros do MMA. A reunião resultou numa publicação crítica no âmbito da tomada de uma série de ações sem precedentes e que esvaziaram a capacidade de formulação e implementação de políticas públicas do ministério, que incluiu a redução da competência da pasta nas ações de comando e controle.

A gestão do ministro evidenciou maior compromisso com empresas privadas do que com as ONGs, pois houve estímulo para que as empresas utilizassem os recursos do Fundo da Amazônia, destinados ao combate do desmatamento e ao desenvolvimento econômico da região amazônica. O período também foi repleto de violações aos povos indígenas, pois somente entre 2000 e 2018, 42 indígenas Guajajara foram assassinados, com 12 assassinatos na TI Arariboia.

Ao mesmo tempo, houve o pedido realizado por centenas de organizações não governamentais à União Europeia, para que interrompesse imediatamente as negociações sobre um possível acordo comercial com o Mercosul, em razão da situação dos direitos humanos e do meio ambiente no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro.

A suspensão do Fundo Amazônia, criado em 2008 na gestão do ministro Carlos Minc e administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) ocorreu em virtude da divulgação do aumento de 88% das taxas de desmatamento em relação ao mesmo período em 2018.

As críticas ao governo brasileiro, que prometeu abrir o território da Floresta Amazônica para mineração vieram de um relatório produzido pela ONU. Além das atividades de mineração, foi evidenciado que o plano do governo para o desenvolvimento da região amazônica estava associado a investimentos de infraestrutura em grandes obras no Pará.

Os elevados índices de desmatamento, apontados pelo avanço da agropecuária, da grilagem e da abertura de estradas ilegais na gestão do ministro intensificaram a pressão internacional sobre o país, que visava o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul. O acordo incluía como condição que os dois lados deveriam implementar efetivamente o Acordo de Paris sobre mudança climática, assim como outros compromissos para limitar o desmatamento.

Ao mesmo tempo, a MP 910/2019 foi editada com o intuito anistiar a invasão de terras e permitir que criminosos que roubaram terras públicas até 2018 regularizassem seus grilos com baixo custo. A referida iniciativa foi alvo de denúncias vindas de organizações indígenas, indigenistas, socioambientais e de direitos humanos, que pediram a retirada da medida de legalização da grilagem de terras públicas, pois a MP poderia aumentar as invasões e o desmatamento em terras indígenas e de comunidades e povos tradicionais, além do aumento do desmatamento nessas áreas. Tal medida foi elaborada para beneficiar os setores do agronegócio e a bancada ruralista, gerando a grilagem e a invasão de terras públicas em poder de usufruto das populações tradicionais, dos povos indígenas e de ribeirinhos.

As novas leis de terras no Brasil trouxeram uma concentração da terra rural sem precedentes, pois ampliaram o desmatamento e a destruição de habitat promovida pelo aumento da incorporação do espaço para produção industrial de *comodities*, impulsionada pela Lei n.º 13.465/17, resultado da Medida Provisória n.º 759/2016, editada por Michel Temer, que sem consultar a sociedade, alterou 26 marcos fundamentais da legislação fundiária do país, o que anistiou o crime de roubo de terras públicas federais.

Nesse contexto, a lei, batizada de “Lei da Grilagem” foi responsável por promover uma massiva privatização das terras da Amazônia Legal, que compreendeu

500 milhões de hectares, cerca de 60% do território nacional e abrigo de grande parte dos territórios indígenas e territórios de comunidades quilombolas e tradicionais.

Ainda nesse cenário, o “revogação” realizado por meio do Decreto n.º 9759/2019, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro extinguiu os 55 colegiados da administração pública federal, conhecido como “Conselhão”. Assim, o decreto pôs fim ao colegiado composto por mais de noventa representantes da sociedade civil, com grande número de empresários. O Conselhão foi criado em 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ao mesmo tempo, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) divulgou um manifesto de apoio ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), após críticas feitas por Jair Bolsonaro sobre o trabalho de monitoramento do desmatamento na Amazônia. Além disso, houve a redução do espaço destinado à comunidade científica no Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia (Capda), órgão responsável por gerir recursos de investimentos feitos por empresas da Zona Franca de Manaus.

É interessante observar que tais ações coincidiram com a fala do ministro Ricardo Salles na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, quando afirmou que seria hora de avançar nas reformas supralegais, de canetada, aproveitando o que chamou de alívio da imprensa por conta das mortes provocadas pelo coronavírus, quando utilizou a expressão “passar a boiada”. Tais falas surpreenderam autoridades e a sociedade civil, mas evidenciaram a visão do ministro, que refletia a atuação do governo, com algumas medidas de desregulamentação, como o desaparelhamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a partir do incentivo a uma política de estímulo às madeireiras ilegais, garimpeiros, grileiros e desmatadores.

A redução da proposta orçamentária para o meio ambiente em 2021, a mais baixa do século para a pasta coincidiu com a ação destrutiva do ministro Salles, que incluiu a falta de segurança nas operações de fiscalização e combate das práticas ilícitas que prejudicam o meio ambiente, sem considerar os constantes ataques ocorridos contra os servidores em campo. Além disso, uma nota emitida pela associação dos servidores afirmou que tanto o presidente do Ibama, Eduardo Fortunato Bim, quanto o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, contribuíram para

inibir a destruição de bens apreendidos em atividades ambientais ilícitas, embora isso esteja previsto legalmente.

Nesse contexto, além dos protestos, incêndios, agressões físicas em curso, o MMA foi caracterizado pelo recorde de abertura de processos de demissão de funcionários do IBAMA e do ICMBio, quando estes atuavam contra os infratores ambientais, já que 21 dos 27 superintendentes regionais do órgão foram substituídos.

É interessante observar que mesmo em meio ao enfraquecimento dos órgãos ambientais, o governo publicou o Decreto n.º 10.341/2020, que autorizou o emprego das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal por 30 dias, com a definição dos meios e comandos responsáveis pela operação e pelo comando dos órgãos federais de proteção ambiental como responsabilidade do Ministro da Defesa.

Tal iniciativa contrastou com a fraca atuação e o silêncio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) no auge da pandemia causada pela Covid-19. Paralelamente, inúmeras ações foram protocoladas no Supremo Tribunal Federal (STF) e na Justiça Federal do estado do Amazonas questionando atitudes e omissões do Ministério do Meio Ambiente no Dia Mundial do Meio Ambiente: a primeira tratava de inconstitucionalidade em relação ao despacho do presidente do Ibama que liberou (a pedido das madeireiras) a exportação de madeira nativa sem fiscalização, e a outra ação tratava do congelamento dos fundos Amazônia e Clima, principais mecanismos financeiros da política climática brasileira que permitiriam ao país cumprir a Lei n.º 12.187/2009, que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima e o compromisso brasileiro no Acordo de Paris.

O risco de desinvestimento estrangeiro e a fuga de capitais do Brasil se intensificaram pela falta de compromissos do país em questões ambientais e de proteção aos povos indígenas. O cenário de desconstrução da política ambiental motivou a criação do colegiado do “Observatório de Meio Ambiente”, anunciado pelo presidente do STF, Luiz Fux.

Em meio a esse contexto, surgiu a possibilidade de o STF restaurar a expertise técnica do Conama, o colegiado que exerceu nas últimas décadas, um papel de liderança global em questões ambientais, climáticas e de biodiversidade, inclusive as ações e políticas de redução drástica dos desmatamentos na Amazônia.

Tal ação ocorreu em decorrência das diferenças ideológicas e partidárias presentes no comando Ministério do Meio Ambiente, que divergiu do compromisso dos gestores dos últimos 30 anos que prezavam pela efetiva participação social em matéria ambiental e que contou com um arranjo institucional que viabilizou a qualidade da política ambiental brasileira.

A gestão do ministro também foi marcada pelo temor das comunidades da Terra Indígena Yanomami, que passaram a conviver com a possibilidade de novos ataques por grupos criminosos, que aproveitaram a ausência de forças de segurança pública para amedrontar a população e facilitar o garimpo ilegal na região.

Por fim, a proposta apresentada no PL n.º 1.205/2019 representou uma ameaça às áreas protegidas no Brasil, como Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI), já que a proposta restringia dois instrumentos que conferem efetividade e atualidade às funções ecológicas dessas áreas: as zonas de amortecimento e os corredores ecológicos. Paralelamente, a Operação Handroanthus GLO, realizada pela Polícia Federal e acompanhada pelo Ministério Público Federal (MPF) resultou na apreensão histórica de um volume elevado de carga oriunda de desmatamento ilegal.

A polêmica situação do governo brasileiro não impediu que o presidente Bolsonaro discursasse na Cúpula do G20, com a afirmação de que o seu governo seria um zeloso gestor do meio ambiente, atento aos reflexos dessas ações nos acordos comerciais.

Ao mesmo tempo, uma carta redigida por lideranças ambientais, incluindo senadores, deputados e membros da sociedade civil foi enviada ao presidente americano Joe Biden com o intuito de que ele não assinasse “qualquer acordo relativo à Amazônia com o Brasil”, já que o governo de Jair Bolsonaro não representava os verdadeiros interesses da população brasileira em termos de meio ambiente.

A situação do meio ambiente no país gerou a especulação de uma possível saída do ministro Salles do MMA. Apesar disso, o discurso virtual proferido pelo presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima foi associado às ações necessárias para zerar até 2050 as emissões dos gases de efeito estufa e acabar com o desmatamento ilegal até 2030, com ênfase na importância do auxílio internacional e do apoio financeiro das nações mais ricas e empresas para alcançar os objetivos. Além disso, Bolsonaro sinalizou a determinação de alcance da neutralidade climática até 2050, antecipando em dez anos a sinalização anterior por meio da vigilância contra o desmatamento.

O país chegou com a imagem desgastada na Cúpula dos Líderes sobre o Clima em 2021, já que o governo Jair Bolsonaro conseguiu reunir os piores resultados associado a piores práticas na área ambiental. Desde 2020, as queimadas e o desmatamento ilegal colocaram o Brasil na situação de pária ambiental no cenário internacional. Mesmo assim, o governo Jair Bolsonaro assumiu a promessa de atuar para uma política ambiental mais responsável. Salles deixou o ministério em junho de 2021.

A razão instrumental, voltada unicamente à expectativa de resultados, dominou a gestão do ministro Salles para o meio ambiente no Brasil por meio de um antiambientalismo racializado e autoritário (Acsegrad, 2018). Nesse caso, a razão foi moldada por preceitos do mercado em atendimento aos objetivos da utilidade funcional, num contexto em que o progresso necessita exclusivamente da razão para avançar. Para Guerreiro Ramos (1981) esse modelo, que delimitou o projeto de desenvolvimento a partir da modernidade, poderia ser superado com a redefinição da razão e por consequência, a reestruturação epistemológica das ciências sociais e da teoria organizacional. Assim, a proposta de novo paradigma estaria em consonância com a superação dos inúmeros dilemas que a sociedade vivencia, pois se adequaria à complexidade dos múltiplos sistemas sociais existentes a partir da emancipação da razão substantiva como principal categoria de análise.

O viés da gestão Salles, com ações centradas exclusivamente na sociedade de mercado, não contempla a vida humana no seu âmbito geral, nem mesmo o entendimento relativo à complexidade dos sistemas sociais, já que reflete a incorporação de valores e preceitos regulados pelo mercado no atendimento dos critérios de eficiência organizacional.

Em resumo, a abordagem substantiva da organização, capaz de abranger a multiplicidade de organizações existentes incluiria as organizações econômicas como parte e não como elemento fundamental, estruturada em um modelo multidimensional de sociedade pautado a partir da compreensão e aplicação de princípios que considerem as particularidades dos indivíduos e suas diferentes necessidades em tempos distintos, categorizando os diferentes sistemas sociais e os diferentes cenários sociais, como a gestão do meio ambiente no Brasil, que estaria inter-relacionada no contexto mais amplo de sociedade a partir de uma abordagem substantiva e multidimensional, como propôs Guerreiro Ramos, que definiu o chamado paradigma paraeconômico, estruturado a partir de uma delimitação

organizacional que considere a autorrealização humana, partindo de um raciocínio em consonância com um sistema de governo capaz de implementar políticas públicas que promovam o equilíbrio entre os diversos enclaves sociais. Tal proposta não condiz com o MMA antiambiental e destrutivo marcado por um projeto explícito de retrocesso no decorrer da gestão do ministro Ricardo Salles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo interpretar as representações sociais (e suas possíveis ambivalências) sobre políticas de meio ambiente no Brasil entre 2003 e 2021, relativas aos agrotóxicos e à Amazônia brasileira, de dois subsetores do ambientalismo complexo-multissetorial: subsetor de mídia convencional e subsetor de mídia socioambiental, associadas às ações do Ministério do Meio Ambiente brasileiro, um dos principais atores do ambientalismo complexo-multissetorial. Para tanto, buscou-se identificar e interpretar concepções teóricas, o histórico das políticas ambientais no Brasil e as representações sociais dessas gestões, tendo sido realizadas leituras relacionadas às políticas públicas para o meio ambiente e consultas nos sites das mídias selecionadas para esta pesquisa, buscando-se trabalhar o objeto de estudo de forma transdisciplinar.

De forma específica, três objetivos específicos foram delineados no intuito de: identificar e interpretar representações sociais sobre as políticas públicas relativas aos agrotóxicos nos diferentes tipos de mídias, ao longo do período de 2003-2021; identificar e interpretar representações sociais sobre as políticas públicas relativas à Amazônia brasileira nos diferentes tipos de mídias, ao longo do período de 2003-2021; e comparar o conjunto das políticas ambientais, a partir da identificação das suas categorias nas notícias/reportagens que deram origem às representações sociais e possíveis ambivalências, considerando os referidos aspectos estratégicos (motivação econômica, ética pública e abordagens político-ideológicas).

A historiografia nacional evidencia que o Brasil avançou na discussão e elaboração de um conjunto de leis no atendimento às demandas socioambientais. Por outro lado, a dinâmica política no país revela que há preponderância no modelo de desenvolvimento baseado no alcance dos indicadores econômicos, tornando o MMA um ator com capacidade institucional reduzida, como ocorreu mais acentuadamente na penúltima e última das gestões do MMA analisadas.

O Brasil passou a tratar da questão ambiental por meio do desenvolvimento de um conjunto de iniciativas regulatórias pautadas na proteção e na elaboração de políticas específicas em face do impulsionamento desenvolvimentista que passou a despertar a preocupação global sobre o incentivo ao desenvolvimento econômico, sustentado por métodos ambientalmente prejudiciais aos ecossistemas e à qualidade de vida.

As muitas interpretações otimistas em relação ao modelo de desenvolvimento adotado começaram a dividir espaço com o debate promovido pela reflexão difundida pelo movimento ambientalista, apontando a necessidade de uma redefinição da combinação virtuosa de crescimento/desenvolvimento disseminada pelo modelo mercantil de crescimento.

Os primeiros sinais de que o crescimento caminhava rumo às coações impostas pela inserção nos mercados nacional e global foram evidenciados já no século XX, representado pela diversidade de catástrofes naturais que a humanidade vivenciou. O momento atual traduz-se pela reconfiguração da problemática ambiental em uma emergência climática.

A agenda climática ganhou uma dimensão totalmente diferente nos anos do governo Bolsonaro (2019-2022), pois é evidente que o mundo já entrou na era da emergência climática, em que os estados nacionais e a humanidade terão que começar a reagir às transformações do clima. A guerra na Ucrânia contribuiu para o relançamento das indústrias fósseis ao mesmo tempo em que contribuiu para a aceleração do desenvolvimento e o investimento de novas tecnologias renováveis, num contexto em que o Brasil ocupa centralidade nessa discussão dada a relevância da Floresta Amazônica.

O último pleito presidencial de 2022, disputado por Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro foi visto como um referendo sobre a existência da Amazônia pela comunidade internacional. A vitória de Lula significou um reposicionamento do país no cenário internacional, que enfrentava uma agenda antiambiental no governo Bolsonaro e que poderia expor o país a sanções e embargos internacionais. Nesse novo contexto, o Brasil passa a ocupar a posição de eixo estruturante no debate climático.

O momento, portanto, torna oportuno não somente revisitar a história recente da política ambiental brasileira exercida pelo Ministério do Meio Ambiente entre 2003 e 2021 como também conhecer como a produção e transmissão do conteúdo simbólico opera com o intuito de intervir no curso dos acontecimentos e conseqüentemente nas ações dos atores sociais a partir da diversidade de concepções e significados que são utilizados para perceber e compreender a problemática em torno das questões socioambientais sobre os agrotóxicos e a Amazônia brasileira, que revelam a fragilidade do modelo de desenvolvimento concebido no cenário brasileiro.

O estudo da história da política ambiental brasileira dificilmente pode ser separado do estudo sobre os discursos do movimento ambientalista. As percepções deste grupo para explicar os problemas ambientais no mundo moldam também nosso olhar, conduzindo nossa percepção para determinados aspectos da realidade. Com isso, surgem novos temas e discussões, que podem desaparecer e reaparecer ao longo do tempo, conforme a configuração socioeconômica e o clima intelectual do momento.

O enquadramento da dinâmica em torno das políticas sobre agrotóxicos e Amazônia brasileira a partir de dois subsetores de mídia do ambientalismo complexo-multissetorial em relação às políticas do MMA brasileiro - um dos atores principais deste movimento - buscou o entendimento da complexidade presente no próprio movimento, que alcançou destaque nas últimas décadas.

A identificação dos ambientalistas fortaleceu o entendimento que a subdivisão do ambientalismo em vários setores profissionalizou o movimento, em detrimento de outros que se ancoravam predominantemente na costumeira posição de protesto, da fala de proteção ambiental de forma isolada, substituída pelo estabelecimento de novas relações entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, formando a convergência entre sociedade e Estado. Por outro lado, esse caráter multissetorial do ambientalismo, impulsionado pela constituição de fóruns e redes com importância estratégica para ativar e expandir esse caráter, é expresso pela reunião desses setores que incluem organizações ambientalistas e movimentos sociais, compondo uma heterogeneidade organizativa e ideológica que torna complexo o movimento.

Como foi abordado nos capítulos iniciais desta tese, entendemos que a crise socioambiental está associada ao modelo de desenvolvimento impulsionado também pelo enfoque predominante na academia, que consolidou uma visão de mundo dualista e fragmentada pelo fechamento disciplinar e pela especialização, o que originou subdisciplinas fechadas que compartimentalizam os saberes e fragmentam os problemas fundamentais globais que necessitam de um conhecimento transdisciplinar, chamado por Edgar Morin de Paradigma da Complexidade.

Esse reducionismo gerou modos simplificadores de conhecimento para explicar a realidade. Por outro lado, Morin tenta mostrar que o Paradigma da Complexidade tem o desafio de fundar-se sobre os princípios de ligação e de associação, que têm tanto peso quanto a distinção e oposição em um processo de reaprendizagem. Ou seja, o conhecimento, o pensamento e a ação refletem a

limitação para o equacionamento dos problemas que cercam a totalidade, já que o modelo seguido ignora os contextos humanos e culturais e fundamenta-se pela intensificação da ideia de desenvolvimento a partir do crescimento econômico. Segundo o autor, a supervalorização da questão econômica não permite uma visão integrada das interdependências sistêmicas que contemplem as exigências socioambientais.

No exercício de vislumbrar caminhos alternativos que promovam uma nova forma de inter-relação entre os sistemas sociais e ecológicos, foram esboçados alguns direcionamentos priorizando a discussão levantada por Guerreiro Ramos, que identifica a necessidade de um esforço epistemológico também nas ciências para a possibilidade de avanço social a partir da redução da valorização exclusiva para tudo que se refere às atividades econômicas em detrimento de outras possibilidades de alocação de recursos que considerem o indivíduo como um detentor de uma ocupação que ultrapasse a predominância das regras ditadas pelo mercado.

Conforme já mencionado no Capítulo 1, a destruição organizada da floresta Amazônica e o uso maciço de agrotóxicos na produção agropecuária são atividades que fazem avançar o PIB nacional e global sem contabilizar a perda da dimensão natural que resulta disso, nem suas diversas consequências sobre o clima, a biodiversidade, o longo prazo e as necessidades das gerações futuras, pois esses danos não são considerados como tais nas contas da riqueza econômica.

Dada a abordagem histórica desta tese, essas questões são incontornáveis. Por isso, o trabalho foi dividido em partes que se complementam. Os Capítulos 1 e 5 apresentam o referencial teórico-epistemológico que orienta esta pesquisa. Os capítulos 2, 3 e 4 apresentam a contextualização da política ambiental no Brasil, os macrotemas e as mídias selecionadas. Os Capítulos 6 e 7 apresentam os resultados dos dados coletados no apanhado histórico relativo à atuação do MMA em diferentes gestões.

Esta conclusão discute as principais questões abordadas neste trabalho e especula sobre alguns caminhos futuros para as políticas ambientais brasileiras sobre agrotóxicos e a Amazônia brasileira.

A busca de resultados teve como intuito comparar o conjunto de políticas ambientais e a atuação do MMA, a partir da identificação de categorias que deram origem às suas representações sociais e suas possíveis ambivalências que revelam a fragilidade do modelo de desenvolvimento concebido no cenário brasileiro. Ressalta-

se que os dados baseados na objetivação e ancoragem apresentaram diferenças, que muitas vezes são impulsionadas pela lógica comercial e seus patrocinadores em cada subsetor de mídia, nos macrotemas agrotóxicos e Amazônia brasileira. A comparação foi feita para identificar como cada tipo de mídia divulga/noticia o conteúdo sobre a política ambiental relativa aos macrotemas selecionados.

No que diz respeito à mídia convencional, esse exercício evidenciou como ocorre a construção de imagens sobre os agrotóxicos, subestimando os danos que podem ser causados pelo uso e manuseio dessas substâncias. Nesse sentido, os agrotóxicos são difundidos como indispensáveis ao modelo de desenvolvimento baseado no potencial agrícola do país, assim como o uso adequado dos insumos agrícolas garante a eliminação dos riscos que essas substâncias oferecem. Quanto aos ganhos econômicos, essas substâncias e os produtos transgênicos são vistos como potencialmente estratégicos para o aumento dos ganhos na produção em larga escala. Ao mesmo tempo, verificou-se que as premissas impulsionadas pela Revolução Verde de 1950 continuam presentes no conteúdo publicado, pois permanece a aposta no aumento do potencial agrícola do país e no desenvolvimento e aprovação de cultivos em larga escala, oriundos das grandes empresas de biotecnologia, produtoras dos transgênicos.

Além disso, a divulgação sobre o uso seguro e adequado das substâncias assim como as críticas ao modelo de agricultura sem o uso de agrotóxicos, e a desqualificação dos dados divulgados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida reforçaram o incentivo ao modelo de produção agrícola insustentável.

Em poucas publicações há discordância, pois é difundida a percepção de que há alternativas ao uso dos pesticidas assim como a necessidade de elaboração de políticas públicas favoráveis a um modelo de produção sustentável, já que os agrotóxicos constituem um problema com impacto negativo em variados aspectos e sua liberação excessiva, como ocorreu em 2019, é extremamente prejudicial.

No que diz respeito à mídia socioambiental, esse exercício evidenciou como ocorre a construção de imagens sobre os agrotóxicos por meio das críticas ao modelo de produção agrícola vigente. Nesse sentido, o setor agropecuário e o PIB do agronegócio apareceram como elementos centrais no desafio à construção de uma realidade em termos de produção condizente aos valores socioambientais. A maior

parte das publicações estiveram relacionadas a propagação das iniciativas favoráveis ao modelo de produção associado à saúde da população e dos ecossistemas.

No que diz respeito à mídia convencional, esse exercício evidenciou como ocorre a construção de imagens sobre a Amazônia brasileira, evidenciando a influência que o setor produtivo agropecuário e a bancada do agronegócio exercem na difusão da informação e no Congresso, compondo um cenário político desfavorável aos temas socioambientais, permeado por altos índices de desmatamento, a recusa na assinatura de acordos para a redução de emissões de gases de efeito estufa e o descaso com o desmatamento, num contexto marcado também pela incoerência em relação aos aspectos socioambientais do território amazônico, caracterizado pelo incentivo a grandes obras e a mudanças na legislação protetiva.

Em poucas publicações foi difundida a discordância em relação ao modelo de desenvolvimento na região. A exceção foi a abordagem direcionada às iniciativas governamentais voltadas à proteção dos ecossistemas e ao debate de temas socioambientais.

No que diz respeito à mídia socioambiental, esse exercício evidenciou a propagação das críticas ao modelo de desenvolvimento presente tanto no setor agropecuário industrial quanto no Governo Federal, o que impossibilitou a transversalização da questão socioambiental a partir da tramitação de projetos de leis potencialmente estratégicos para os ruralistas, negligenciando a proposta de redefinição do papel do governo no âmbito das ações que contribuem para um modelo de desenvolvimento que considere a necessidade de proteção do bioma amazônico. Além disso, foi propagado o desmonte da política ambiental no país a partir de 2019, com o enfraquecimento da participação da sociedade em decisões colegiadas sobre o meio ambiente e o enfraquecimento do MMA.

Por outro lado, mas em número menor, as publicações também estiveram objetivadas na categoria da lógica de conservação do bioma direcionada às iniciativas governamentais que caminham mais no âmbito das ações que contribuem para o desenvolvimento mais sustentável associado à contribuição do movimento ambientalista.

Além desses resultados, as entrevistas baseadas na percepção dos jornalistas foram úteis para o entendimento da percepção e dos valores que motivam a pauta jornalística no âmbito do subsetor de mídia socioambiental, mais centrado na elaboração de notícias/reportagens vinculados à dimensão socioambiental.

A caracterização apresentada nesta investigação evidenciou que o modelo de desenvolvimento nacional aposta no uso maciço de agrotóxicos sem considerar a gravidade do uso dessas substâncias no âmbito socioambiental. Já a Amazônia necessita de um modelo de desenvolvimento que minimize as ameaças causadas pela pecuária bovina extensiva, a exploração de madeira, pelo modelo fundiário adotado, as grandes obras de infraestrutura e o garimpo ilegal. Todos esses dados evidenciaram que o modelo de desenvolvimento de caráter predatório ainda está distante de ser superado, violando direitos fundamentais.

No Brasil, o grupo de políticos eleitos com imóveis rurais com grande extensão de hectares cresceu demasiadamente. Esses políticos latifundiários têm como alvo principal os estados que compõem a Amazônia Legal. Dentre as muitas pautas elaboradas por eles estão posicionamentos contrários à demarcação de terras indígenas, definição de áreas de preservação etc. Além disso, há denúncias de trabalho degradante, roubo de cargas, compra de votos etc.

No período selecionado nesta pesquisa, observou-se que a grilagem no país contou com a contribuição as MPs n.º 422/08 e n.º 458/13, que legalizaram a atividade no segundo governo Lula, pois o Estado brasileiro se absteve do controle do território, gerando dúvidas em relação aos proprietários.

Além disso, muitos dos políticos brasileiros possuem empresas que exercem atividades agropecuárias. Essa é a característica de políticos como Blairo Maggi, um político-empresário chamado de “o rei da soja”, num contexto que colocou o Brasil como o segundo maior exportador do grão. Maggi, assim como muitos outros políticos vinculados ao agronegócio, têm uma biografia ambientalmente controversa.

A ocupação do território brasileiro por políticos está diretamente associada à pecuária. Do mesmo modo essa ocupação se dá nas fronteiras agrícolas, ocupada por grande parte das cabeças de gado no Brasil, nos estados da Amazônia Legal. Tais atividades contribuem diretamente para o desmatamento nessas regiões, segundo cientistas e ONGs ambientalistas.

Além disso, muitos dos políticos brasileiros são madeireiros, com a prática do corte ilegal, com empresas como movelaria ou carpintaria, serrarias ou de reflorestamento. É nesse contexto que houve o crescimento da bancada ruralista no Congresso, que por meio de suas comissões (onde cada uma tem uma dinâmica específica) toma previamente as decisões mostradas no plenário, como foi o caso da alteração do Código Florestal em 2012.

Paralelamente, os dados apresentados pelas mídias contribuem para o esclarecimento que as atividades predatórias e poluentes evidenciaram o enfraquecimento da participação democrática em muitas das decisões políticas associadas aos agrotóxicos e a Amazônia brasileira.

Tal cenário começou a ser estruturado a partir da jornadas de junho de 2013, após o impeachment de Dilma Rousseff, período no qual a direita ou extrema-direita passou a ganhar força no país, o que se intensificou a partir da gestão de Michel Temer, mas atingiu o ápice na gestão de Jair Bolsonaro, o que levou o país à fragilidade democrática com o uso da institucionalidade como instrumento.

Nesse contexto, o chamado autoritarismo antiambiental, expresso por meio do descrédito a dados científicos, o enfraquecimento dos órgãos de controle, o desprezo pelos povos originários, a rejeição da participação da sociedade civil, a redução orçamentária e uma retórica violenta foram algumas das atitudes capazes de destruir o Estado brasileiro

Nesses termos, é possível considerar que cada subsetor do ambientalismo complexo-multissetorial foi pouco crítico ao tratar dos temas, pois o subsetor convencional apresentou maior alinhamento com o setor do agronegócio, fortemente alinhado com um sistema político ruralista, que ultrapassa meramente uma bancada no Congresso Nacional, que se estende do poder local, no âmbito de prefeituras até o Planalto Central. Já o subsetor socioambiental faz uma crítica aberta por ser constituído por uma rede com o objetivo de conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância da consolidação de um modelo de desenvolvimento favorável ao equilíbrio dos ecossistemas e ao bem-estar civilizacional, com base numa governança socioambiental.

Essas evidências revelam a riqueza do conteúdo produzido pelos dois subsetores, que indicam que continuamos a adotar um modelo de desenvolvimento frágil no que tange o aspecto socioecológico, que envolve fatores éticos, políticos, culturais, econômicos e organizacionais que são intensificados também no processo de produção do conhecimento centrado no paradigma reducionista da simplificação, intensificado também por interesses econômicos que influenciam as controvérsias no espaço da produção do conhecimento e que interfere diretamente na formulação e implementação de políticas públicas socioambientais para os agrotóxicos e a Amazônia brasileira alinhadas a esses interesses econômicos.

Por fim, a ampliação do debate público sobre o tema poderia ser favorecido e intensificado pelas informações que propiciem o entendimento e a resistência ao atual modelo por meio da mobilização social como estratégia de enfrentamento, pois muitas publicações (especialmente as do subsetor de mídia convencional) não interferem na forma como os indivíduos percebem as questões associadas às políticas públicas para os agrotóxicos e para a Amazônia brasileira. Além de despertar a percepção, o desafio para romper com essa sina inclui enfrentamento de uma disputa política desigual por parte da sociedade, pois não há muito espaço para acreditar na simples alternância do que já está consolidado.

O desafio consiste em mobilizar a sociedade civil, políticos interessados e empresários em parceria com a comunidade científica, na tentativa de evidenciar que há possibilidade de construção de um novo modelo que contemple às questões socioambientais e climáticas, incluindo os direitos dos povos originários, a manutenção adequada da biodiversidade e a integridade de servidores públicos dos órgãos ambientais, assim como mobilizar a atenção da sociedade para iniciativas em torno dos projetos de leis que comprometam o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. N.; OLIVEIRA, Maria Sílvia de. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. **Opin. Publica**, Campinas, v.21, nº. 2, p. 336-364, ago. 2015.

ACSELRAD, Henri. Pressão do agronegócio se junta a preconceito em novo antiambientalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, dez. 2018. Ilustradíssima. Disponível em: <https://bit.ly/2BkhMLh>. Acesso em: 1 jul. 2020.

AGENDA 21 NACIONAL. **AGENDA 21 brasileira**: ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional, 2002.

AGUILERA, Juliana; CORELATO, Marina. **Site Modifica**, 2019. Porque o Governo Bolsonaro é obcecado pelo meio ambiente. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/governo-bolsonaro-meio-ambiente/>. Acesso em: 30set. 2019.

ARRUDA, Ângela. Despertando do Pesadelo: a interpretação. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, Brígido V.; Jesuíno, J. C.; NÓBREGA, S. M. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005, p. 229-258.

ONU. **Site da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em 20 ago. 2020.

ALEXA. **Site do Ranking Alexa**, 2022. Disponível em: <http://www.alexa.com>. Acesso em 03 mar. 2022.

ALEXANDRE, Agripa. F. **Práticas ambientais no Brasil**: definições e trajetórias. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

ALMEIDA, Angela Maria O.; SANTOS, Maria de Fátima.S.; TRINDADE, Zeidi A. (Orgs.) *Teoria das Representações Sociais*: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.

ALONSO, Ângela.; COSTA, Valeriano. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB**, São Paulo, n.º 53, 2002.

ANDRADE, Francisca. M.R. de. A Amazônia além das florestas, dos rios e das escolas: representações sociais e problemas ambientais. **Ambiente e sociedade**, São Paulo, v. 21, e00250, 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES AMBIENTAIS. **Site da ASCEMA Nacional**, 2020. Disponível em: <https://ascemanacional.org.br/2020/05/06/violencia-contra-os-servidores-ambientais-ascema-exige-providencias/>. Acesso em 21 jun. 2020.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, George (org.) **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BBC BRASIL. **Site da BBC Brasil**, 2021. Entenda investigação contra Ricardo Salles autorizada pelo STF que apura suspeita de atrapalhar PF. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57346129>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BELMONTE, Roberto. V. **Jornalismo ambiental**: evolução e perspectiva. Porto Alegre: Agir Azul na Rede, 1997. Disponível em: <https://www.agirazul.com.br/artigos/joriental.htm>. Acesso em 10 jul. 2021.

BERNARDES, Júlia; FERREIRA, Francisco. P. de M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, José T. (Orgs) **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BETTS, R.A.; COX, P. M.; LEE, S. E.; WOODWARD, F.I. Contrasting physiological and structural vegetation feedbacks in climate change simulations. **Nature**, 387, 796-799.1997.

BOEIRA, Sérgio. L. Ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil: emergência e declínio na década de 1990? **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais (RICA)**, jun, jul, ago, Set 2016 - v.7 - n.3. p. 170-188. Sustenere Publishing Corporation. Disponível em: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2016.003.0014>. Acesso em 12 fev. 2020.

BOCUHY, Carlos. **Site da Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaao/o-brasil-tem-uma-licao-a-aprender-com-ricardo-salles/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BUENO, Wilson. da C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson. da C. **Jornalismo Ambiental**: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR, n.º 15, p. 33-44, jan./jun. 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidades, Territórios e Cidadania. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n1/a07v48n>. Acesso em: 11 fev. 2017.

BURSZTYN, Marcel.; BURSZTYN, Maria Augusta. Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E. P.; VIANA, J. N. S. (Orgs) **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável**: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira / Presidência da República. – Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória n.º 422, de 2008. **Dá nova redação ao inciso II do § 2º-B do art. 17 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/mpv/422.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 13.465, de 11 de julho de 2017. **Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis n.ºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória n.º 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis n.ºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar n.º 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei n.º 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm. Acesso em: 30 mai. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 9.073, de 5 de junho de 2017. **Promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.** Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9073&ano=2017&ato=79bkXSE1UeZpWT6bb>. Acesso em: 27 abr. 2022

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 9.759 de 11 de abril de 2019. **Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/d9759.htm. Acesso em: 15 mar. 2023

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória n.º 910, de 10 de dezembro de 2019. **Altera a Lei n.º 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/mpv/mpv910.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.341, de 6 de maio de 2020. **Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/d10341.htm. Acesso em: 25 mar. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL n.º 1.205/2019. **Dispõe sobre a zona de amortecimento das unidades de conservação; altera a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193334>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CÂMARA, José. B. D. **Governança ambiental no Brasil: ecos do passado.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Site da Câmara dos Deputados**, 2019. PL 3729/2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257161> Acesso em 10 jun. 2019.

CASTILHO, Alceu L. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2012.

CELLARD, André. A análise documental. In. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.* In. POUPARD, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel -H; LAPERRIÈRE, Anne; MAUER, Robert; PIRES, Álvaro P. (Orgs.) Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. CUNHA, Luís Henrique; COELHO, Maria. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra B.; GUERRA, José T. (Orgs) **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHASE, T.N.; PIELKE, R.A.; KITTEL, T.G.F.; NEMANI, R.R.; RUNNING, S.W. Simulated impacts of historical land cover changes on global climate in northern winter. **Clim. Dyn.**, 16, 93-106. 2000.

CLIMAINFO; GREENPEACE; OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Site do O ECO**, 2021. Ricardo Salles Fakebook: um guia para as falsidades e mentiras do Ministro do Meio Ambiente. Sumário executivo, 2021. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2019/10/Ricardo-Salles-Fakebook_PT.pdf. Acesso em: 10/01/2021.

COHN, Amélia. **Site do CPDOC, 2021**. Verbete: Folha de S. Paulo. Rio de Janeiro: CPDOC | FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>. Acesso em out. 2021.

COMUNICADO DOS EX-MINISTROS DO MEIO AMBIENTE, 2019, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Comunicado dos ex-ministros do meio ambiente**. 2019. 3p.

CRESPO, Samira. **Conta quem viveu. Escreve quem se atreve**: crônicas do meio ambiente no Brasil. Editora CRV, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1A2Bi7RovVTxyfK8FqTz06ZGkzkxBvir_/view. Acesso em: 20 abr. 2022.

DIEGUES, Antônio Carlos. Desenvolvimento sustentado, gerenciamento geoambiental e o de recursos naturais. **Cadernos FUNDAP**, 1989. págs. 33-45.

DESLAURIES, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In. POUPARD, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel -H; LAPERRIÈRE, Anne; MAUER, Robert; PIRES, Álvaro P. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DUARTE, Fernanda de P. 'Save the Earth' or 'Manage the Earth'? The politics of Environmental Globality in High Modernity. **Sage Social Science Collections**, 2001.

ECO21 (2005a). **Desmatamento na Amazônia**: miopia do debate - Edição n.º 103/julho de 2005.

ECO21. **Site da Eco21**, 2005b. Rodovia BR-163: o perigo de asfaltar a Amazônia – Edição n.º 108/novembro de 2005. Edição 103/julho de 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200112123019/http://www.eco21.com.br:80/textos/textos.asp?ID=1230>. Acesso em 10 jun. 2021.

ECO21. **Site da Eco21**, 2020. Brasil caminha para um futuro tóxico, diz relator da ONU sobre pesticidas. Disponível em: <https://eco21.eco.br/onu/brasil-caminha-para-um-futuro-toxico-diz-relator-da-onu-sobre-liberacao-de-pesticidas/>. Acesso em 20 jul. 2021.

ECO21. **Site da Eco21**, 2019. Deputado aciona justiça e Congresso para derrubar a liberação de mais 42 agrotóxicos. Disponível em: <https://eco21.eco.br/agrotoxicos/deputado-aciona-justica-e-congresso-para-derrubar-liberacao-de-mais-42-agrotoxicos/>. Acesso em 25 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2011a. Belo Monte diante de obstáculos e polêmicas. Disponível em: <https://envolverde.com.br/belo-monte-diante-de-obstaculos-e-polemicas-sem-fim/>. Acesso em 25 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2011b. Sustentabilidade no governo: choque de interesses e práticas contraditórias. Disponível em: <https://envolverde.com.br/sustentabilidade-no-governo-choque-de-interesses-praticas-contraditorias/>. Acesso em 26 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2011c. Essa é uma lei de produção agrícola e não nada a ver com o Código Florestal. Disponível em: <https://envolverde.com.br/essa-e-uma-lei-da-producao-agricola-e-nao-tem-nada-a-ver-com-o-codigo-florestal/>. Acesso em 26 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2012a. Governo incentiva produção e consumo de produtos orgânicos no país. Disponível em: <https://envolverde.com.br/governo-incentiva-producao-e-consumo-de-produtos-organicos-no-pais/>. Acesso em 27 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2012b. Código Florestal: texto aprovado é contraditório e de difícil interpretação. Disponível em: <https://envolverde.com.br/codigo-florestal-texto-aprovado-e-contraditorio-e-de-dificil-interpretacao/>. Acesso em 27 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2013a. A transgenia está mudando para pior a realidade agrícola brasileira. Disponível em: <https://envolverde.com.br/a-transgenia-esta-mudando-para-pior-a-realidade-agricola-brasileira/>. Acesso em 28 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2013b. Povos indígenas não são tratados como protagonistas. Disponível em: <https://envolverde.com.br/povos-indigenas-nao-sao-tratados-como-protagonistas/>. Acesso em 29 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2013c. Plano de proteção a terras indígenas afetadas por Belo Monte está atrasado em quase dois anos, diz Funai. Disponível em: <https://envolverde.com.br/plano-de-protecao-a-terras-indigenas-afetadas-por-belo-monte-esta-atrasado-em-quase-dois-anos-diz-funai/>. Acesso em 29 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2014a. Nuvens de veneno. Disponível em: <https://envolverde.com.br/nuvens-de-veneno/>. Acesso em 30 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2014b. Transgênicos: importância de abrir o debate. Disponível em: <https://envolverde.com.br/transgenicos-importancia-de-abrir-o-debate/>. Acesso em 30 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2014c. Plano Nacional de mineração é a nova versão do Programa Grande Carajás. Disponível em: <https://envolverde.com.br/plano-nacional-de-mineracao-e-nova-versao-programa-grande-carajas/>. Acesso em 30 jul. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2014d. Sociedade civil se mobiliza em defesa do manejo florestal comunitário. Disponível em: <https://envolverde.com.br/sociedade-civil-se-mobiliza-em-defesa-manejo-florestal-comunitario/>. Acesso em 05 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2016a. Fundação BB implanta 12 mil unidades de produção agroecológica. Disponível em: <https://envolverde.com.br/fundacao-bb-implanta-12-mil-unidades-de-producao-agroecologica/>. Acesso em: 05 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2016b. Moratória da Soja completa dez anos. Disponível em: <https://envolverde.com.br/moratoria-da-soja-completa-dez-anos/#:~:text=O%20compromisso%20foi%20mantido%20em,diz%20o%20termo%20de%20renova%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 05 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2016c. Pecuária: ameaça e oportunidade. Disponível em: <https://envolverde.com.br/pecuaria-ameaca-e-oportunidade/>. Acesso em 05 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2016d. Lei de licenciamento livra bancos de punição. Disponível em: <https://envolverde.com.br/lei-de-licenciamento-livra-bancos-de-punicao/>. Acesso em 05 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2016e. Recorde de mortes de ambientalistas. Disponível em: <https://envolverde.com.br/recorde-de-mortes-de-ambientalistas-em-2015/>. Acesso em 05 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2017. Querem oficializar a grilagem, diz Izabella. Disponível em: <https://envolverde.com.br/querem-oficializar-grilagem-diz-izabella/>. Acesso em 06 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2019a. Comunicados dos ex-ministros do meio ambiente sobre a política ambiental brasileira. Disponível em: <https://envolverde.com.br/comunicado-dos-ex-ministros-do-meio-ambiente-sobre-a-politica-ambiental-brasileira/>. Acesso em 07 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2019b. O que muda ou resta do meio ambiente com a reforma de Bolsonaro. Disponível em: <https://envolverde.com.br/o-que-muda-ou-resta-no-meio-ambiente-com-a-reforma-de-bolsonaro/>. Acesso em 08 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2019c. Indígenas vivem sob ameaças de madeireiros e mineradores no Maranhão. Disponível em: <https://envolverde.com.br/indigenas-vivem-sob-ameacas-de-madeireiros-e-mineradores-no-maranhao/>. Acesso em 08 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2019d. O cenário conturbado da gestão ambiental brasileira. Disponível em: <https://envolverde.com.br/o-cenario-conturbado-da-gestao-ambiental-brasileira/>. Acesso em 09 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2019e. Anto-ambientalismo brasileiro ameaça acordo comercial entre UE e Mercosul. Disponível em: <https://envolverde.com.br/anti-ambientalismo-brasileiro-ameaca-acordo-comercial-entre-ue-e-mercosul/>. Acesso em 09 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2020a. Ricardo Salles passando a boiada: ministro do meio ambiente brasileiro muda leis ambientais na pandemia. Disponível em: <https://envolverde.com.br/ricardo-salles-passando-a-boiada-ministro-do-meio-ambiente-brasileiro-muda-leis-ambientais-na-pandemia/>. Acesso em 09 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2020b. Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles surpreende com discurso de desmonte ambiental em reunião ministerial. Disponível em: <https://envolverde.com.br/ministro-do-meio-ambiente-ricardo-salles-surpreende-com-discurso-de-desmonte-ambiental-em-reuniao-ministerial/>. Acesso em 10 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2020c. A frente do CNJ, Fux anuncia criação de observatório do meio ambiente. Disponível em: <https://envolverde.com.br/a-frente-do-cnj-fux-anuncia-criacao-do-observatorio-do-meio-ambiente/>. Acesso em 10 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2021a. Alexandre Saraiva: ex-superintendente da PF no Amazonas explica motivações para enviar notícia-crime contra o ministro do meio ambiente. Disponível em: <https://envolverde.com.br/alexandre-saraiva-ex-superintendente-da-pf-no-amazonas-explica-motivacoes-para-enviar-noticia-crime-contra-o-ministro-do-meio-ambiente/>. Acesso em 10 ago. 2021.

ENVOLVERDE. **Site da Envolverde**, 2021b. Yanomamis seguem há um mês desprotegidos e expostos a novos ataques criminosos de garimpeiros. Disponível em: <https://envolverde.com.br/yanomamis-seguem-ha-um-mes-desprotegidos-e-expostos-a-novos-ataques-criminosos-de-garimpeiros/>. Acesso em 11 ago. 2021.

ESCOBAR. Héctor. **Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FERREIRA, Marcos Bruno M.; SALLES, Alexandre. O. T. Política Ambiental Brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, v. 43, n. 2 (ano 40), mai./ago. 2016

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Agrotóxicos e Saúde. **Coleção saúde, ambiente e sustentabilidade** 2. Rio de Janeiro, 2018a. (Série Fiocruz - documentos institucionais).

FOLHA DE SP. **Site da Folha de São Paulo**, 2022. História da Folha. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4. Acesso em: 10 abr. 2022.

FRANCHINI, MATÍAS; VIOLA, EDUARDO; BARROS-PLATIAU, ANA FLÁVIA. THE Challenges of the Antropocene: From International Environmental Politics to Global Governance. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 177-202, Sept. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000300177&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 jan. 2021.

GADREY, Jean; JANY-CATRICE, Florence. **Os novos indicadores de riqueza**. Ed. Senac, São Paulo, 2006.

GASPARINI, Mariana. F. **Ecocídio consentido nos marcos da persistência do modelo agroquímico: estudo das representações sociais de agrotóxicos divulgadas pelos jornais brasileiros entre 2007 e 2017**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2015.

G1. **Site do G1**, 2019a. Manifesto assinado por 600 cientistas pede que Europa pare de “importar” desmatamento do Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/04/25/manifesto-assinado-por-600-cientistas-pede-que-europa-pare-de-importar-desmatamento-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2019.

G1. **Site do G1**, 2019b. Número de agrotóxicos registrados em 2019 é o maior da série histórica. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/12/28/numero-de-agrotoxicos-registrados-em-2019-e-o-maior-da-serie-historica-945percent-sao-genericos-diz-governo.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GIRARDI, Ilza Maria C.; MORAES, Cláudia H. de; LOOSE, Eloísa B.; BELMONTE, Roberto V. (orgs.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática** [livro eletrônico] – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da Riqueza das Nações**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

GREENPEACE. **Site do Greenpeace**, 2022. Protegendo o desconhecido. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/protegendo-o-desconhecido/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. (Orgs.) **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

IBAMA. Resolução 458, de 16 de julho de 2013. **Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=130335>. Acesso em: 15 abr. 2023.

IDEC. **Site do IDEC**, 2013. Transgênicos: abra a boca e feche os olhos. Disponível em: <https://idec.org.br/publicacao/cartilha-sobre-transgenicos-saiba-o-que-voce-come>. Acesso em: 15 mai. 2022.

INESC. **Dando nome aos bois:** O Brasil tem uma lição a aprender com Ricardo Salles, 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Site do instituto Socioambiental**, 2019. O que muda ou resta do meio ambiente com a reforma de Bolsonaro. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-muda-ou-resta-no-meio-ambiente-com-a-reforma-de-bolsonaro>. Acesso em: 16 jun. 2019.

JACOBI, Pedro R. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In. CAVALCANTI, C. (Org) **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 2ª edição, São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

JACOBI, Pedro R. Movimento ambientalista no Brasil: Representação Social e Complexidade na Articulação de Práticas Coletivas. In. RIBEIRO, Wagner da C. (Org) **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

_____. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, no. 3, semestral, p. 679-712, set. 2009.

JANUZZI, Paulo. de M. **Indicadores sociais no Brasil**. 2ª edição, Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

_____. **Sobre o conceito de políticas públicas**. Nexo Jornal. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/Sobre-o-conceito-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas>. Acesso em 29 jul. 2023.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental:** a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro:Ed. Civilização Brasileira, p. 2006.

LEIS, Héctor. R. **A Modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, Vozes; Santa Catarina, Editora da UFSC, 1999.

LIMA, Marcelo de O. Amazônia, uma história de impactos e exposição ambiental em paralelo à instalação de grandes empreendimentos na região. **Rev Pan-Amaz Saúde**, Ananindeua, v.7, n.2, p. 9-11, jun., 2016.

LOSEKANN, Cristiana. **Ambientalistas em movimento no Brasil:** entrelaçamentos e tensões entre o estado e a sociedade durante o governo Lula. 1ª Edição - Curitiba, PR: Appris, 2014.

MARCONDES, Adalberto. W. **Questionário entrevista-piloto**. Entrevista concedida a SCHMIDT, M. C. C. Ago. 2020.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARENGO, José A.; SOUZA JR., Carlos. *Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia*. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Alana; APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil); Artigo 19; Conectas Direitos Humanos; Engajamundo; Greenpeace; Instituto Socioambiental; Instituto de Energia e Ambiente; Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental Universidade de São Paulo; Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) para Mudanças Climáticas Fase 2, 2018.

MARINA SILVA. **Site da ministra Marina Silva**. Disponível em: <https://marinasilva.org.br/>. Acesso em 16 set. 2020.

MINC, Carlos. **Site do Deputado Carlos Minc**, 2022. Ministro do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.minc.com.br/ministro-do-ambiente> Acesso em: 10 jun. 2022.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Site do Ministério do Meio Ambiente**, 2019. Convenção das Nações Unidas/Acordo de Paris. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Site do Ministério do Meio Ambiente**, 2021a. Gestão territorial/Zoneamento Territorial. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial.html>. Acesso em: 25 ago. 2021

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Site do Ministério do Meio Ambiente**, 2021b. Responsabilidade socioambiental/ Agenda 21. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/programa.html>. Acesso em: 30 ago. 2021

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Site do Ministério do Meio Ambiente**, 2021c. Segurança Química/gestão das substâncias Químicas/Produtos agritóxicos. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/seguranca-quimica/gestao-das-substancias-quimicas/produtos-agrot%C3%B3xicos.html>. Acesso em: Acesso em: 20 ago. 2021

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Site do Ministério do Meio Ambiente**, 2023. Acesso à informação/Institucional/Secretarias. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias>. Acesso em: 10 abr. de 2023.

MIRES, Fernando. **O discurso da natureza: ecologia e política na América Latina**. Org. ALVES, V. R. Florianópolis, Editora da UFSC; Bernúncia Editora, 2012.

MORAES, Rodrigo. F. **Agrotóxicos no Brasil**: padrões de uso, política da regulação e prevenção da captura regulatória. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para Discussão 2506, Brasília, 2019.

MOURA, Adriana. Maria. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In. MOURA, A. M. M. (org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.

MONOSOWSKI, Elizabeth. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: **Cadernos FUNDAP**, 1989. págs. 15-24.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Edição revista e modificada pelo autor, 2ª ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar; KERN, Anne. B. **Terra-Pátria**. 6ª ed. Porto Alegre: Ed.Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOSCOVICI, Serge. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

_____. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de Sônia Fuhrmann. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados** 26 (74), 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a05v26n74.pdf>> Acesso em: 20 dez. de 2018.

NEDER, R. de T. **Crise socioambiental, Estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)** (São Paulo, Annablume, 2002).

NOBRE, Carlos A.; SAMPAIO, Gilvan; SALAZAR, Luis. Mudanças climáticas e Amazônia. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 22-27, Sept. 2007. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300012&lng=en&nrm=iso . Acesso em 24 nov. 2020.

NOBRE, Carlos A., Amazônia: fonte ou sumidouro de carbono? In: **Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia**. Ministério do Meio Ambiente, p.197-224. 2001

NOBRE, Marcos. Desenvolvimento sustentado e problemática ambiental. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 137-156, ago.1999.

_____. **Limites da Democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Site do Observatório do Clima**, 2020. MMA exclui informações sobre áreas protegidas em novo site. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/mma-exclui-informacoes-sobre-areas-protegidas-de-novo-site>. Acesso em: 30 nov. 2020.

O ECO. **Site do O Eco**, 2013. Dicionário ambiental. Disponível em: <https://oeco.org.br/dicionario-ambiental/27802-para-que-serve-o-instituto-chico-mendes/> Acesso em: 20/05/2022.

PÁDUA, José. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

P22ON. **Site da Página22ON**, 2021. Disponível em: <http://www.p22on.com.br/>. Acesso em 04: out. 2022
<https://www.p22on.com.br/>

PÁGINA22. **Site da Página22**, 2007a. Diversidade em Transformação. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2007/10/01/diversidade-em-transformacao/>. Acesso em: 10 ago. 2022

PÁGINA22. **Site da Página22**, 2007b. Brasília na Era dos Limites. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2007/05/01/brasil-na-era-dos-limites/>. Acesso em: 10 ago. 2022

PÁGINA22. **Site da Página22**, 2008. Valorizar para conservar. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2008/03/01/valorizar-para-conservar/>. Acesso em: 10 ago. 2022

PÁGINA22. **Site da Página22**, 2011. Manifesto contra o Código Florestal. Disponível em: <https://pagina22.com.br/2011/12/07/manifesto-contra-o-codigo-florestal/>. Acesso em: 10 ago. 2022

PÁGINA22. **Site da Página22**, 2021. Quem somos? Disponível em: <https://pagina22.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 ago. 2022

PAULA, Ana Paula P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 14, n. 40, p. 169-188, mar. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302007000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26 nov. de 2019.

PEREIRA, Júlia. **Site da Rede Brasil Atual**, 2022. No dia da Amazônia, ambientalistas responsabilizam Bolsonaro por devastação. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/no-dia-da-amazonia-ambientalistas-responsabilizam-bolsonaro-por-devastacao/>. Acesso em set. 2022.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Texto para discussão nº. 37, Brasília: ENAP, 2000.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In. POUPARD, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel -H; LAPERRIÈRE, Anne; MAUER, Robert; PIRES, Álvaro P. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

POUPARD, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In. POUPARD, Jean; DESLAURIES, Jean-Pierre; GROULX, Lionel -H; LAPERRIÈRE, Anne; MAUER, Robert; PIRES, Álvaro P. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PRATES, Ana P.; BARRETO, Marina S.; AINBINDER, Olivia; STEC, Taciana. **Autoritarismo antiambiental: mais um ano de ataques aos biomas brasileiros revela novas arenas de disputa e a reutilização de expedientes ineficazes**. Disponível em: <https://www.quatrocinco.com.br/br/artigos/laut/autoritarismo-antiambiental>. Acesso em: 17 mai. 2023.

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2011. Indígenas e ambientalistas desocupam obras de Belo Monte. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/indigenas-e-ambientalistas-desocupam-obras-de-belo-monte/>. Acesso em: 06 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2011b. Ambientalistas e indígenas protestam contra Belo Monte. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/ambientalistas-e-indigenas-protestam-contrabelo-monte>. Acesso em: 06 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2012a. Dilma defende crescimento com respeito ao meio ambiente. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/atualiza-1-dilma-defende-crescimento-com-respeito-ao-meio-ambiente>. Acesso em: 06 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2012b. Governo estuda reduzir maior floresta nacional do Brasil. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/governo-estuda-reduzir-maior-floresta-nacional-do-brasil>. Acesso em: 06 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2012c. Brasil amplia área protegida e pede que crise não impeça metas ambientais. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-amplia-area-protegida-e-pede-que-crise-nao-impeca-metas-ambientais/>. Acesso em: 06 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2018. Deputados querem eliminar 500 mil hectares de área protegida na Amazônia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/impacto/deputados-querem-eliminar-500-mil-hectares-de-area-protegida-na-amazonia>. Acesso em: 08 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2019a. Ex-ministros alertam sobre desmatamento descontrolado da Amazônia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/ex->

ministros-alertam-sobre-desmatamento-descontrolado-da-amazonia. Acesso em: 08 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2019b. Ministério do Meio Ambiente cortará recursos para ONGs. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/ministerio-do-meio-ambiente-cortara-recursos-para-ongs>. Acesso em: 08 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2019c. Alemanha e Noruega admitem fim de fundo bilionário na Amazônia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/alemanha-e-noruega-admitem-fim-de-fundo-bilionario-na-amazonia>. Acesso em: 08 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2019d. ONU critica Bolsonaro por defender mineração na Amazônia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/onu-critica-bolsonaro-por-defender-mineracao-na-amazonia/>. Acesso em: 06 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2019e. Bolsonaro extingue Conselho criado durante o governo Lula. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/bolsonaro-extingue-conselhao-criado-durante-gestao-de-lula>. Acesso em: 09 ago. 2021

VEJA, **Site da Revista Veja**, 2019f. Brasil e mais seis países assinam pacto pela Amazônia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/brasil-e-mais-seis-paises-assinam-o-pacto-pela-amazonia>. Acesso em: 09 ago. 2021

VEJA, **Site da Revista Veja**, 2019g. Um tiro no pé. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/um-tiro-no-pe>. Acesso em: 09 ago. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2020. Em discurso no G20, Bolsonaro se apresenta como defensor do meio ambiente. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/em-discurso-no-g20-bolsonaro-se-apresenta-como-defensor-do-meio-ambiente>. Acesso em: 06 set. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2021a. Importadores denunciam boiada passando no Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/importadores-denunciam-boiada-passando-no-ministerio-da-agricultura/>. Acesso em: 06 set. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2021b. Brasil perde 15 bi por ano com desmatamento na Amazônia, diz estudo. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/brasil-perde-us-15-bi-por-ano-com-desmatamento-da-amazonia-diz-estudo>. Acesso em: 06 set. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2021c. BR- 319: a polêmica pavimentação da rodovia que corta a Amazônia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/br-319-a-polemica-pavimentacao-da-rodovia-que-corta-a-amazonia>. Acesso em: 06 set. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2021d. Todos do meio ambiente contra Bolsonaro. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/todos-do-meio-ambiente-contra-bolsonaro>. Acesso em: 06 set. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2021e. Cúpula do Clima promete neutralidade climática até 2050. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/em-cupula-do-clima-bolsonaro-promete-neutralidade-climatica-ate-2050>. Acesso em: 06 set. 2021

VEJA. **Site do Portal Veja**, 2021f. Ventos da mudança: Cúpula do Clima une países em torno da economia verde. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/ventos-da-mudanca-cupula-do-clima-une-paises-em-torno-da-economia-verde>. Acesso em: 06 set. 2021

VERGARA, Sylvia C. **Métodos e Pesquisas em Administração**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

SAFATLE, Amália. **Questionário entrevista-piloto**. Entrevista concedida a SCHMIDT, M. C. C. Ago. 2020.

SCARDUA, F. P.; BURSZTYN, M. A. Descentralização da Política Ambiental no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 257-290, jan./dez. 2003

SALOMÃO, Rodney; GOMES, Izabella, PINTO, Andréa; AMARAL, Paulo; CUNHA, Carlos A. da; FIGUEIREDO, Lucas N. **Situação territorial, desmatamento e focos de calor em 60 municípios da Amazônia Legal**, Belém, PA: Imazon, 2020.

SANTOS, Maria de F. de S.; DANFÁ, Lassana; ALMEIDA, Angela M. O. A Loucura em Movimento: Representação Social e Loucura na Imprensa Escrita. **Psicologia: Ciência e Profissão** 2021 v. 41, p. 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/LDJV9hk6Lx84j73G5WSV8Ck/?lang=pt#>. Acesso em: 15 out. 2022.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina R. Como os dominantes dominam: O caso da bancada ruralista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 12, nº. 24, p. 215-237, jul./dez. 2012.

SCHNITMAN, Dora Fried. (org.). **Novos Paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, Sept. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1993000300017&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 out. 2020.

TRINDADE, Zeide; SOUZA, Fátima; ALMEIDA, Angela. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In ALMEIDA, Angela M.O.; SANTOS, Maria de Fátima S.; TRINDADE, Zeide A. (Orgs.) **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 133-162.

VELASQUEZ, Maria Clara C.; KUSHNIR, Beatriz. **Site do CPDOC**. Verbete Revista Veja. Rio de Janeiro: CPDOC | FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/veja>. Acesso em: 20 de mai. 2021.

VIEIRA, Paulo. H. F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). In: VIEIRA, Paulo. H. F. e HOGAN, Daniel. (Orgs) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

VEIGA, José Eli da. CEBRI. **Indicadores Socioambientais**. Rio de Janeiro: CEBRI, 2013.

_____. **O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra**. São Paulo: Editora 34, 2019 (1ª Edição).

VIEIRA, Paulo. H. F. **A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990)**. In: VIEIRA, P. H. F. e HOGAN, D. (Orgs) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

VIEIRA, Paulo. H. F.; CAZELLA, Ademir; CERDAM, Claire; CARRIÉRE, Jean-Paul. (orgs.) **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**: Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O SISTEMA INTERNACIONAL NO ANTROPOCENO. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 31, n. 92, e 319201, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000300501&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 jan. 2021.

VIOLA, E. e LEIS, H. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: VIEIRA, P. H. F. e HOGAN, D. (Orgs) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

VIOLA E.; LEIS, H. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E.; LEIS, H.; SCHERERWARREN, I; GUIVANT, J.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. (orgs.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

VINCENT, Andrew. **Ideologias Políticas Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 235

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a Riqueza**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

ZHAO, M.; PITMAN, A.J.; CHASE, T. The impact of land cover change on the atmospheric circulation". **Clim. Dyn.**, 17, 467-477.2001.

APÊNDICE A

Publicações dos subsetores de mídia socioambiental e convencional entre 2003 e 2021.

Agrotóxicos: mídia convencional

Agrotóxicos: Folha de São Paulo

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos
	Subtema: proteção à saúde	Subtema: proteção ao ambiente	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 10/01/2003 Notícia mais recente: 24/04/2007			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos
Número de publicações entre 2003 e 2007	Busca inicial: 66 Busca final: 8	Busca inicial: 66 Busca final: 2	Busca inicial: 66 Busca final: 2
Publicações selecionadas	8	2 (repete proteção à saúde)	2 (repete proteção à saúde)

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção à saúde

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção à saúde Total: 8 publicações
2003 - número de publicações: 5	1) Morango e tomate lideram contaminação de agrotóxicos - 10/01/2003, n. 26.945, ano 83, pág. 49 2) A herança envenenada de FHC - 11/02/2003, n. 26.977, ano 83, pág. 3 3) Ministério recomenda agrotóxico banido - 25/03/2003, n. 27.019, ano 83, pág. 14 4) Orgânicos na porta de casa - 24/08/2003, n. 27.171, ano 83, Revista da Folha 5) Anúncio Monsanto - 14/12/2003, n. 27.283, ano 83 Notas em 8 edições diferentes com indicações de restaurantes
2004 - número de publicações: 1	1) Pôr do sol e música ao vivo - 08/02/2004, n. 27.339, ano 84, Revista da Folha Notas em 5 edições diferentes com indicações de restaurantes
2005 - número de publicações: 2	1) Grupo transportava 50% do contrabando - 06/05/2005, n. 27.792, ano 85, pág. 6 2) Saúde e beleza - 20/11/2005, n. 27.990, ano 85, Revista da Folha Notas em 10 edições diferentes com indicações de restaurantes
2006	Notas em 12 edições diferentes com indicações de restaurantes
2007	Notas em 5 edições diferentes com indicações de restaurantes

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção ao ambiente

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção ao ambiente Total: 2 publicações
2003 - número de publicações: 2	1)A herança envenenada de FHC - 11/02/2003, n. 26.977, ano 83, pág. 3 2)Ministério recomenda agrotóxico banido - 25/03/2003, n. 27.019, ano 83, pág. 14
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Macrotema: agrotóxicos; subtema: política ambiental

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: agrotóxicos Subtema: política ambiental Total: 2 publicações
2003 - número de publicações: 2	1)A herança envenenada de FHC - 11/02/2003, n. 26.977, ano 83, pág. 3 2)Ministério recomenda agrotóxico banido - 25/03/2003, n. 27.019, ano 83, pág. 14
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Agrotóxicos: Revista Veja

Publicações da Revista Veja (Portal Veja)	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos
	Subtema: proteção à saúde	Subtema: proteção ao ambiente	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 09/04/2007 Notícia mais recente: 10/07/2021			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos
Número de publicações entre 2007 e 2021	Busca inicial: 263 Busca final: 39	Busca inicial: 263 Busca final: 16	Busca inicial: 263 Busca final: 9
Publicações selecionadas	39	16	9

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção à saúde

Publicações da Revista Veja (Portal Veja)	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção à saúde Total: 39 publicações
2003	Informações não disponíveis no Portal Veja
2004	Informações não disponíveis no Portal Veja
2005	Informações não disponíveis no Portal Veja
2006	Informações não disponíveis no Portal Veja
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações

2010 - número de publicações: 1	1)MP quer proibir no Brasil agrotóxico banido em 60 países (O endossulfam é considerado impróprio pela Anvisa) - 07/06/2010/Assunto: Saúde
2011 - número de publicações: 10	<p>1)Anvisa: 28% dos alimentos apresentam agrotóxicos em níveis acima dos permitidos (Os mais contaminados são o pimentão, o morango e o pepino) - 08/12/2011/Assunto: Saúde</p> <p>2)Mercado será autuado pela venda de produtos agrícolas contaminados - 08/12/2011/Assunto: Saúde</p> <p>3)Pelo 3º ano consecutivo, pimentão é o campeão de agrotóxicos - 07/12/2011/Assunto: Saúde</p> <p>4)Anvisa interdita mais de 230 mil quilos de agrotóxicos - 02/12/2011/Assunto: Brasil</p> <p>5)Alunos de escola de Salvador sofrem intoxicação - 07/10/2011/Assunto: Brasil</p> <p>6)Clima esquentou no Senado (Foi feio o entrevero entre Kátia Abreu e Pedro Taques durante discussão do Código Florestal nesta tarde no Senado. Indignada com as críticas do integrante do Ministério Público Federal Mario José Gisi...) - 13/09/2011/Assunto: Brasil</p> <p>7)JN mistura protestos contra com protestos a favor... (Não sou ombudsman do Jornal Nacional ou da TV Globo. O fato é que a edição misturou “protestos contra” com “protestos a favor”. A manifestação contra o uso de agrotóxicos em Pernambuco, promovido, que...) - 07/09/2011/Assunto: Brasil</p> <p>8)Anvisa autua duas empresas por vender agrotóxico vencido -17/08/2011/Assunto: Saúde</p> <p>9)Ministério da Agricultura reforça controle de resíduos em carnes - 11/08/2011/Assunto: Saúde</p> <p>10)Agrotóxico chinês (O Cade deverá julgar na quarta-feira a compra de 60% das ações da Makhteshim Agan Industries (MAI) pela ChemChina (China National Agrochemical Corporation), estatal chinesa que atua no setor de defens...) - 02/05/2011/Assunto: Brasil</p>
2012 - número de publicações: 8	<p>1)Cadeira vaga (Na Anvisa, teme-se de que o escândalo da aprovação ilegal de seis agrotóxicos para serem postos no mercado sem passar pelas avaliações necessárias, dificulte a nomeação de um novo gerente-geral de Tox...) - 21/11/2012/Assunto: Brasil</p> <p>2)Um padrão muito particular de moralidade - Anvisa demite gerente que revelou fraude. Quem mandou ser honesto? (Por Evandro Éboli, no Globo: A direção da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) demitiu semana passada o gerente-geral de Toxicologia do órgão, o engenheiro agrônomo Luiz Cláudio Meirelles...) - 20/11/2012/Assunto: Brasil</p> <p>3)Alimento orgânico não é mais nutritivo que o convencional, diz pesquisa (Alimento orgânico não é mais nutritivo que o convencional, diz pesquisa) - 05/09/2012/Assunto: Brasil</p> <p>4)Ceagesp ignora quantidade de pesticidas - 27/07/2012/Assunto: Brasil</p> <p>5)Pioneira da agroecologia receberá prêmio mundial - 22/07/2012/Assunto: Brasil</p> <p>6)Exposição a agrotóxicos pode alterar comportamento de gerações futuras (Pesquisa feita com ratos mostrou que elementos tóxicos afetam resposta ao stress e aumentam ansiedade de animais e seus descendentes) - 22/05/2012/Assunto: Brasil</p>

	<p>7) Programa busca reduzir intoxicações por agrotóxico no País -09/03/2012/ Assunto: Saúde</p> <p>8) Teste de agrotóxicos em alimentos terá novos critérios - 23/01/2012/ Assunto: Saúde</p>
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2015 - número de publicações: 4	<p>1) Mito: "o brasileiro ingere 5 litros de agrotóxicos por ano (Por que tantos jornalistas confiam em estatísticas divulgadas por ONGs e ativistas?) - 22/10/2015/ Assunto: Brasil</p> <p>2) Mitos alimentares: a resposta do Instituto Nacional do Câncer (Na segunda-feira, eu acusei o Instituto Nacional do Câncer de divulgar mitos e erros comuns sobre o câncer – como os de que adoçante e agrotóxicos causam a doença e alimentos orgânicos a previnem...) -31/07/2015/ Assunto: Brasil</p> <p>3) Instituto Nacional do Câncer reproduz mitos e lendas populares sobre... o câncer! - 27/07/2015/ Assunto: Brasil</p> <p>4) Gastronomia ou superstição? - 22/07/2015/ Assunto: Brasil</p>
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 2	<p>1) 36% dos alimentos das feiras contêm agrotóxicos acima do normal (Foi o que revelou levantamento do Greenpeace com 113 quilos de amostras de alimentos coletados em São Paulo e Brasília) - 31/08/2017/ Assunto: Saúde</p> <p>2) Necessidade de pesticidas no combate à fome é um mito, diz ONU (Relatório sustenta que é possível alimentar as 9,6 bilhões de pessoas que vão habitar a terra em 2050 sem o uso dessas substâncias - 09/03/2017/ Assunto: Ciência</p>
2018 - número de publicações: 8	<p>1) Tereza Cristina diz que estuda ida do Inca e pesca para a Agricultura (Presidente eleito pediu à futura ministra um estudo para aglutinar em um único ministério assuntos relacionados ao setor agrícola) - 13/11/2018/ Assunto: Política</p> <p>2) Famílias expostas a agrotóxicos de fazenda vizinha serão indenizadas (Moradores relataram enjoos, cheiro forte e invasão de cobras após pulverização) - 06/09/2018/ Assunto: Saúde</p> <p>3) Segurança contra agrotóxicos (Projeto no Congresso pode piorar os casos de intoxicação) - 10/08/2018/ Assunto: Revista Veja</p> <p>4) Comissão da Câmara aprova projeto que flexibiliza uso de agrotóxico (Texto do relator, Luiz Nishimori, aprovado por 18 votos a 9, prevê, por exemplo, alteração do nome 'agrotóxico' para 'pesticida' e deve facilitar registros) - 25/06/2018/ Assunto: Política</p> <p>5) Após bomba falsa, Câmara restringe acesso à audiência sobre agrotóxicos (Comissão Especial analisa projeto de lei que flexibiliza a fiscalização de agrotóxicos no país) - 25/06/2018/ Assunto: Política</p> <p>6) Votação de projeto que altera lei do agrotóxico é adiada na Câmara (Proposta revogaria atual lei de agrotóxicos, que hoje são fiscalizados por diversos órgãos, e submeteria fiscalização somente ao Ministério da Agricultura) - 16/05/2018/ Assunto: Brasil</p> <p>7) 'Bancada ruralista' comanda votação de projeto pró-agrotóxicos (Demanda antiga dos ruralistas, novas regras avançaram após o impeachment de Dilma Rousseff e se aproximam de aprovação na Câmara) - 10/05/2018/ Assunto: Política</p>

	8)Avião pulverizador joga agrotóxico em 340 famílias no interior do Pará (até o momento, suspeita-se que o avião utilizado seja vinculado a um grupo do banqueiro Daniel Dantas) - 28/03/2018/Assunto: Brasil
2019 - número de publicações: 4	1)Pessoas e pragas (Se estivessem pondo "veneno" na comida, você iria ver gente caindo morta na sua frente em cada esquina, todo dia. Em vez disso, a população só aumenta) - 18/08/2019/Assunto: Brasil 2)Venenos sem controle (A liberação de agrotóxicos no Brasil precisa ser mais rigorosa) - 26/07/2019/Assunto: Brasil 3)Com nanotecnologia, cientistas diminuem uso de agrotóxicos nas lavouras (Grupo de pesquisa de São Paulo conseguiu reduzir em dez vezes a quantidade necessária de um composto nas plantações) - 29/03/2019/Assunto: Ciência/Tecnologia 4)Governo prepara MP para acabar com inspeção sanitária diária (Com a medida, empresas produtoras seriam responsáveis por fazer 'autorregulação' dos produtos enquanto o governo faria apenas fiscalização do trabalho) - 22/02/2019/ Assunto: Economia
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021 - número de publicações: 2	1)Agrotóxico glifosato está ligado a aumento de mortes infantis, diz estudo (O agrotóxico mais popular do Brasil e representa 62% de todos os herbicidas utilizados nacionalmente) - 26/05/2021/Assunto: Saúde 2)Startup de orgânicos mira expansão nacional (Dona de 30% do mercado de orgânicos online na capital paulista prevê expansão para Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba) - 26/01/2021/Assunto: Brasil

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção ao ambiente

Publicações da Revista Veja (Portal Veja)	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção ao ambiente Total: 16 publicações
2003	Informações não disponíveis no Portal Veja
2004	Informações não disponíveis no Portal Veja
2005	Informações não disponíveis no Portal Veja
2006	Informações não disponíveis no Portal Veja
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011 - número de publicações: 1	1)Monsanto reage à decisão da Anvisa sobre agrotóxicos - 03/12/2012/Assunto: Economia
2012 - número de publicações: 5	1)Chuva faz produtor de hortaliças usar mais agrotóxicos - 27/07/2012/Assunto: Saúde 2)Crescimento da lavoura dispara venda de fertilizantes - 18/06/2012/Assunto: Brasil 3)"Transformar a agricultura do mundo em orgânica é um absurdo", afirma pesquisador (Para Tim Benton, não há espaço suficiente para transformar o mundo em produtor orgânico. Desde que praticada com responsabilidade, a agricultura industrial é o caminho para a produção sustentável de a...) - 13/06/2012/Assunto: Ciência 4)Empresa apontada a mais inovadora do Brasil mostra que vespas podem substituir agrotóxicos (Bug Agentes Biológicos foi considerada a 33ª empresa mais inovadora do mundo pela revista americana Fast Company. A startup

	brasileira vende insetos que combatem pragas em grandes plantações, como can...) - 18/03/2012/Assunto: Ciência 5)Brasil, motor do crescimento mundial da agricultura transgênica - 08/02/2012/Assunto: Ciência
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014 - número de publicações: 1	1)Contaminação por pesticidas pode causar impacto ambiental 'sem precedentes' (Após analisar mais de 800 artigos, cientistas concluem que o uso dessas substâncias oferece riscos à biodiversidade e aos ecossistemas terrestres) - 24/06/2014/Assunto: Ciência
2015 - número de publicações: 1	1)MST destrói 15 anos de pesquisa em biotecnologia (Cerca de 1.000 mulheres invadem centro de pesquisa e depredam viveiros com mudas de eucalipto transgênico em Itapetininga, interior de São Paulo) - 05/03/2015/Assunto: Brasil
2016 - número de publicações: 1	1)As abelhas estão morrendo intoxicadas no Brasil, segundo estudo (A morte do inseto preocupa apicultores e agricultores por colocar em risco a produção de alimentos) - 04/10/2016/Assunto: Ciência
2017 - número de publicações: 2	1)A tecnologia ilumina o campo (Graças ao investimento em pesquisa e às inovações de startups, produtores brasileiros festejam uma nova safra de resultados superlativos) - 15/12/2017/Assunto: Revista Veja 2)Morte e 'favelização' de abelhas preocupam produtores gaúchos (Após a perda de 250 mil colmeias em 2015, setor se mobiliza por recuperação e prevenção de novas mortes; agrotóxicos e mudanças climáticas são as causas) - 07/08/2017/Assunto: Brasil
2018 - número de publicações: 2	1)Maggi se corrige e diz que liminar proibindo uso de glifosato não caiu (Ministro comemorou nas redes sociais decisão que não aconteceu) - 24/08/2018/Assunto: Economia 2)Blairo Maggi diz que Justiça liberou uso de glifosato no Brasil comemora (Considerado como 'cancerígeno provável' pela OMS, o herbicida é comercializado em produtos de diferentes marcas, sendo o mais conhecido o da Monsanto) - 23/08/2018/Assunto: Economia
2019 - número de publicações: 1	1)Os pesticidas e o apocalipse das abelhas (A perda de colmeias põe em risco não só a apicultura como também a produção agrícola — o que pode significar a falta de alimentos) - 27/09/2019/Assunto: Ciência
2020 - número de publicações: 1	1)Lavoura conectada (A pandemia acelerou a digitalização do agro brasileiro, a ponto de superar até mesmo o americano, em um processo que envolve grandes e pequenos produtores) - 30/10/2020/Assunto: Economia
2021 - número de publicações: 1	1)Importadores denunciam boiada passando no Ministério da Agricultura (Mercado bilionário de alho vem sofrendo com ausência de fiscalização da produção nacional, diz entidade ao MPF) - 20/05/2021/Assunto: Brasil

Macrotema: agrotóxicos; subtema: política ambiental

Publicações da Revista Veja (Portal Veja)	Macrotema: agrotóxicos Subtema: política ambiental Total: 9 publicações
2003	Informações não disponíveis no Portal Veja
2004	Informações não disponíveis no Portal Veja
2005	Informações não disponíveis no Portal Veja
2006	Informações não disponíveis no Portal Veja

2007 - número de publicações: 1	1)Prioridade do MST agora é atacar agronegócio - 09/04/2007/Assunto: Brasil
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011 - número de publicações: 5	1)Trabalhadores rurais fazem manifestação em Fortaleza - (23/08/2011)/Assunto: Brasil 2)Reforma agrária: o esforço para seduzir “conservadores” continua. Agora, até o MST entra na dança...(A marquetagem do governo Dilma descobriu que basta falar algumas palavrinhas mágicas para amansar certos espíritos. Leiam o que informa João Carlos Magalhães na Folha Online. Volto em seguida: O agrônomo... - 30/03/2011/Assunto: Brasil 3)Com terra, mas sem vergonha 2 – MST X MST: a reforma agrária que se dane (Existem o MST e o MST do B, o movimento liderado por João Pedro Stedile e o conduzido por José Rainha. 4)Qual é o melhor? Uma injeção na testa! A “dissidência” não tem nada de ideológica) - 10/05/2011/Assunto: Brasil 5)O que o ministro Fux me diz deste conflito entre “deserdados” e “opulentos”? (Abaixo, exibo para o ministro Luiz Fux, que assumiu hoje a sua vaga no Supremo Tribunal Federal, um exemplo do que muitos acham um conflito entre os “deserdados” e os “opulentos”. O que vocês me dizem...) - 03/03/2011/Assunto: Brasil
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018 - número de publicações:1	1)Ruralistas topam Previdência por liberação de agrotóxicos (Negociações por um denominador comum) - 02/02/2018/Assunto: Política
2019 - número de publicações:1	1)Predador por natureza (Antiambientalismo) - 24/11/2019/Assunto: Brasil
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021 - número de publicações:1	1)Um governo para lá de tóxico (Desprezo pela vida e o meio ambiente) - 26/02/2021/Assunto: Política

Agrotóxicos: mídia socioambiental

Agrotóxicos: Eco 21

Publicações da Eco 21	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos
	Subtema: proteção à saúde	Subtema: proteção ao ambiente	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: Janeiro de 2004 Notícia mais recente: 29/11/2020			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos
Número de publicações entre 2003 e 2021	Busca inicial: 36 Busca Final: 14	Busca inicial: 36 Busca Final: 10	Busca inicial: 36 Busca Final: 11
Publicações selecionadas	14	10	11

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção à saúde

Publicações da Eco 21 (site antigo até 2017 – site novo a partir de 2019)	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção à saúde Total: 14 publicações
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011 - número de publicações: 1	1)Entrevista com Lia Giraldo sobre agrotóxicos - Edição 175/junho de 2011
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014 - número de publicações: 1	1)O perigo dos agrotóxicos - Edição 206/janeiro de 2014
2015 - número de publicações: 3	1)Entrevista sobre agrotóxicos com Fran Paula/ Brasil consome 5,2 litros de agrotóxicos por ano - Edição 218/janeiro de 2015 2)Um guia para proteger as crianças dos agrotóxicos - Edição 222/maio de 2015 3)Mais saúde ou mais veneno? Pelo fim dos agrotóxicos, Pronara Já! - Edição 228/novembro de 2015
2016 - número de publicações: 2	1)Agrotóxicos podem causar câncer e Mal de Parkinson - Edição 230/janeiro de 2016 2)Agrotóxicos liderança indesejável no mundo - Edição 236/julho de 2016
2017 - número de publicações: 1	1)Mais de 20% de todos os agrotóxicos usados no Brasil são ilegais - Edição 244/março de 2017
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019 - número de publicações: 2	1)Ninguém está isento dos males do agrotóxico - Edição 272/julho de 2019 2)Os Agrotóxicos e a saúde - Edição 271/junho de 2019
2020 - número de publicações: 3	1)Vontade de um moranguinho sem veneno - sem data 2)Não se engane: a variedade das prateleiras de supermercado é pura monotonia - sem data 3)Pandemia sanitária dá mais uma volta no parafuso da fome nos países empobrecidos - sem data
2021 - número de publicações: 1	1)Alimentação saudável e sustentável - sem data

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção ao ambiente

Publicações da Eco 21 (site antigo até 2017 - site novo a partir de 2019)	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção ao ambiente Total: 10 publicações
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações

2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013 - número de publicações: 1	1)Pesticidas fronteira agrícola da Amazônia - Elton Alisson impactam - Edição 199/junho de 2013
2014 - número de publicações: 1	1)Agronegócio quer Comissão a favor dos agrotóxicos - Edição 206/janeiro de 2014 Um exemplo dessa escolha do governo é a Medida Provisória 619/2013, que dá ao Ministério da Agricultura o poder de declarar estado de emergência em áreas com pragas e, à revelia da Anvisa e IBAMA, importar, produzir, distribuir e comercializar agrotóxicos não registrados ou até mesmo proibidos no país.
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 2	1)Agrotóxicos, transgênicos e polinizadores na COP 13 sobre biodiversidade - Edição 244/março de 2017 2)Debate sobre redução de agrotóxicos incomoda ruralistas - Edição 250/setembro de 2017
2018 - número de publicações: 2	1)MPT lança projeto Água sem Agrotóxicos - Edição 256/março de 2018 2)Onças, agrotóxicos e florestas - Edição 259/junho de 2018
2019 - número de publicações: 2	1)Pragas, parceiros ou heróis da biodiversidade? - sem data 2)Agrotóxicos na água não é novidade, mas há outros compostos que também preocupam - Edição 274/setembro de 2019
2020 - número de publicações: 1	1)Uma agenda agroecológica para as eleições de domingo - 29/11/2020
2021 - número de publicações: 1	1)Antas contaminadas: Pesquisa conclusiva comprova que animais estão sendo impactados por agrotóxicos no Cerrado de MS - sem data

Macrotema: agrotóxicos; subtema: política ambiental

Publicações da Eco 21 (site antigo até 2017 – site novo a partir de 2019)	Macrotema: agrotóxicos Subtema: política ambiental Total: 11 publicações
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004 - número de publicações: 1	1)Uma Lei sem agrotóxicos - Lucia Chayb - Edição 86/janeiro de 2004
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2015 - número de publicações: 1	1)O silêncio em relação aos impactos dos agrotóxicos - Edição 226/setembro de 2015
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019 - número de publicações: 6	1)Frente Parlamentar Ambientalista deve conter retrocessos - Edição 268/março de 2019 2)169 novos agrotóxicos aprovados até maio 2019 - Edição 268/março de 2019

	<p>3)Prefeito de Florianópolis sanciona lei que proíbe venda e uso de agrotóxicos na cidade - Edição 275/outubro de 2019</p> <p>4)Liberação de agrotóxicos no governo Bolsonaro é a maior dos últimos 14 anos - Edição 276/novembro de 2019</p> <p>5)Agrotóxicos enquanto o mundo condena o glifosato, o Brasil o inocenta - Edição 277/dezembro de 2019</p> <p>6)Deputado aciona Justiça e Congresso para derrubar liberação de mais 42 agrotóxicos - sem data</p>
2020 - número de publicações: 3	<p>1)“Brasil caminha para um futuro tóxico”, diz relator da ONU sobre liberação de pesticidas - Edição 278/janeiro de 2020</p> <p>2)Uma política de Incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é Injustificável e Insustentável - sem data *Este texto faz parte do Relatório produzido pela Abrasco através do GT Saúde e Ambiente, com o apoio do Instituto Ibirapitanga</p> <p>3)Anvisa libera o agrotóxico proibido - publicado originalmente no site Outras Palavras em 08/10/2020</p>
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Agrotóxicos: Envolverde

Publicações da Envolverde	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos
	Subtema: proteção à saúde	Subtema: proteção ao ambiente	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 25/04/2011 Notícia mais recente: 03/05/2013			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos
Número de publicações entre 2011 e 2021	Busca inicial: 148 Busca Final: 23	Busca inicial: 148 Busca Final: 22	Busca inicial: 148 Busca Final: 54
Publicações selecionadas	23	22	54

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção à saúde

Publicações da Envolverde	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção à saúde Total: 23
2003	Informações não disponíveis no site Envolverde
2004	Informações não disponíveis no site Envolverde
2005	Informações não disponíveis no site Envolverde
2006	Informações não disponíveis no site Envolverde
2007	Informações não disponíveis no site Envolverde
2008	Informações não disponíveis no site Envolverde
2009	Informações não disponíveis no site Envolverde
2010	Informações não disponíveis no site Envolverde
2011 - número de publicações: 10	<p>1)Terramérica - “O Brasil não precisa de venenos” - 25/04/2011</p> <p>2)A longa polêmica dos transgênicos - 06/05/2011</p> <p>3)Os impactos do agronegócio na saúde coletiva - 06/05/2011</p> <p>4)Biodiversidade para garantir a saúde - 27/05/2011</p> <p>5)Os agroquímicos são um ‘mal necessário’? - 24/06/2011</p> <p>6)Médicos das usinas dão pinga para cortar o efeito do agrotóxico no corpo - 29/07/2011</p> <p>7)Avecerização social - 12/08/2011</p> <p>8)O brasileiro come veneno - 19/08/2011</p>

	9)Agrotóxico: o veneno produtor de doenças no Brasil - 26/08/2011 10)Sociedade do risco e o consumo de alimentos orgânicos - 16/09/2011
2012 - número de publicações: 6	1)Alimentos orgânicos nas garras do capital - 02/02/2012 2) Saiba o que são os alimentos transgênicos e quais os seus riscos - 29/03/2012 3)Brasil teve 8 mil casos de intoxicação por agrotóxico em 2011 - 10/05/2012 4)Agrotóxico na alimentação: sinal vermelho - 22/08/2012 5)Anvisa: agrotóxico utilizado como chumbinho é retirado do mercado brasileiro - 05/11/2012 6)A rotulagem e a flexibilização geral dos transgênicos - 13/12/2012
2013 - número de publicações: 4	1)Sementes transgênicas: a contaminação do troca-troca - 29/04/2013 2)Embrapa divulga estudo sobre análise de resíduos em alimentos - 08/07/2013 3)Insegurança alimentar é resultado de um contexto político, econômico e social - 15/07/2013 4)Conheça 10 razões para consumir alimentos orgânicos - 25/07/2013
2014 - número de publicações: 3	1)O modelo de produção agrícola em discussão - 20/01/2014 2)Nuvens de veneno - 23/01/2014 3)Dá para beber essa água? - 21/03/2014
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção ao ambiente

Publicações da Envolverde	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção ao ambiente Total: 22
2003	Informações não disponíveis no site Envolverde
2004	Informações não disponíveis no site Envolverde
2005	Informações não disponíveis no site Envolverde
2006	Informações não disponíveis no site Envolverde
2007	Informações não disponíveis no site Envolverde
2008	Informações não disponíveis no site Envolverde
2009	Informações não disponíveis no site Envolverde
2010	Informações não disponíveis no site Envolverde
2011 - número de publicações: 6	1)Desmatamento pode voltar a crescer forte - 04/07/2011 2)O Brasil e a sua guerra particular - 04/07/2011 3)As raízes da crise - 05/07/2011 4)Cansei. Agora, sou Agro - 25/07/2011 5)A ameaça do veneno que chega do campo - 25/11/2011 6)Metas contraditórias fazem o campo andar - 12/12/2011
2012 - número de publicações: 7	1)Alimentos orgânicos nas garras do capital - 02/02/2012 2)Rumo à reforma agrária - 25/03/2012 3)Saiba o que são os alimentos transgênicos e quais os seus riscos -29/03/2012 4)Brasil teve 8 mil casos de intoxicação por agrotóxico em 2011 - 10/05/2012 5)Agrotóxico na alimentação: sinal vermelho - 22/08/2012

	6)Anvisa: agrotóxico utilizado como chumbinho é retirado do mercado brasileiro - 05/11/2012 7)A rotulagem e a flexibilização geral dos transgênicos - 13/12/2012
2013 - número de publicações: 6	1)“A transgenia está mudando para pior a realidade agrícola brasileira” - 03/06/2013 2)Proteger a Amazônia e desenvolver a agricultura é possível? -21/06/2013 3)Secretário do Meio Ambiente defende parceria para proteger abelhas - 05/07/2013 4)Agricultura familiar contribui com empregos e baixas emissões -08/07/2013 5)Recolhimento de embalagens de agrotóxico economiza energia e o consumo de água - 19/07/2013 6)O envenenamento das abelhas -18/09/2013
2014 - número de publicações: 2	1)Preservação dos polinizadores, uma questão de sobrevivência humana - 07/04/2014 2)Aplicativo online ajudará na proteção às abelhas - 15/04/2014
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016 - número de publicações: 1	1)Fundação BB implanta 12 mil unidades de produção agroecológica - 03/02/2016
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Macrotema: agrotóxicos; subtema: política ambiental

Publicações da Envolverde	Macrotema: agrotóxicos Subtema: política ambiental Total: 54
2003	Informações não disponíveis no site Envolverde
2004	Informações não disponíveis no site Envolverde
2005	Informações não disponíveis no site Envolverde
2006	Informações não disponíveis no site Envolverde
2007	Informações não disponíveis no site Envolverde
2008	Informações não disponíveis no site Envolverde
2009	Informações não disponíveis no site Envolverde
2010	Informações não disponíveis no site Envolverde
2011 - número de publicações: 13	1)Nova data para votação do Código Florestal é oportunidade para melhorar texto - 09/05/2011 2)Para salvar o Código Florestal - 16/05/2011 3)Qual a maior bobagem sobre a reforma do Código Florestal? - 23/05/2011 4)As consequências do novo Código Florestal - 30/05/2011 5)Importação de agrotóxico acaba em julho - 07/06/2011 6)Código Florestal: Aldo Rebelo e a visão míope do desenvolvimento e do agronegócio - 20/06/2011 7)Criação do Conama é considerado marco no processo de redemocratização do Brasil - 02/07/2011 8)PIB envenenado - 27/09/2011 9)Justiça mantém decisão da Anvisa sobre banimento do agrotóxico Metamidofós - 28/09/2011 10)A marcha dos insensatos - 17/10/2011 11)Governo isenta empresas de monitorar efeitos dos transgênicos -17/11/2011 12)Violação das regras de biossegurança: a questão dos transgênicos - 24/11/2011

	13)“Essa é uma lei da produção agrícola e não tem nada a ver com o Código Florestal” - 12/12/2011
2012 - número de publicações: 10	<p>1)Justiça restringe o cultivo de transgênicos no entorno de unidades de conservação do RS - 04/04/2012</p> <p>2)Linha do tempo do cinismo ambiental - 09/04/2012 - EcoAgência</p> <p>3)Precisamos de outra racionalidade, mais sistêmica e menos cartesiana - 23/04/2012</p> <p>4)Governo incentiva produção e consumo de produtos orgânicos no país - 21/05/2012</p> <p>5)O poder do agronegócio sobre os Estados na Rio+20 - 22/05/2012</p> <p>6)Urgência de modelos alternativos - 16/07/2012</p> <p>7)Agroecologia é alternativa - 16/07/2012</p> <p>8)Política Nacional de Agroecologia é avaliada como tímida - 10/09/2012</p> <p>9)Agricultura e biodiversidade: uma união possível - 01/10/2012</p> <p>10)Soja e cana, nova fórmula do conflito indígena no Brasil - 14/11/2012</p>
2013 - número de publicações: 12	<p>1)Famílias colhem 14,5 mil toneladas de arroz orgânico no Rio Grande do Sul - 18/03/2013</p> <p>2)Assentamento em Nova Venécia é modelo de agricultura sustentável - 08/04/2013</p> <p>3)Produção de orgânicos em pauta - 15/04/2013</p> <p>4)Pará, onde a terra é poder - 15/04/2013</p> <p>5)Desafios da segurança alimentar no Brasil - 02/05/2013</p> <p>6)Brasil se prepara para implantar Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - 10/05/2013</p> <p>7)Ministério do Meio Ambiente incentiva consumo de alimentos orgânicos - 22/07/2013</p> <p>8)Transgênicos: tudo legal? - 29/07/2013</p> <p>9)Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica dará apoio técnico a 75 mil famílias - 18/10/2013</p> <p>10)Sementes da discórdia - 05/11/2013</p> <p>11)Transgênicos: “Apenas 5% dos consumidores brasileiros podem ser considerados conscientes” - 19/11/2013</p> <p>12)Sementes robustas da agroecologia brasileira - 16/12/2013</p>
2014 - número de publicações: 8	<p>1)Transgênicos: a importância de abrir o debate - 08/01/2014</p> <p>2)O Brasil no ano da agricultura familiar - 09/01/2014</p> <p>3)O insustentável desenvolvimentismo - 06/05/2014</p> <p>4)Pouco a comemorar, mas muito por fazer - 06/06/2014</p> <p>5)Deputados agem para nos empurrar transgênicos - 12/06/2014</p> <p>6)Em Prol da Sustentabilidade - 01/09/2014</p> <p>7)O desafio da produção e do consumo sustentáveis - 02/10/2014</p> <p>8)Incentivo para recuperação de cobertura florestal está na pauta da CRA - 29/10/2014</p>
2015 - número de publicações: 10	<p>1)O Direito Internacional da Sustentabilidade - 27/01/2015</p> <p>2)Votação sobre eucalipto transgênico é adiada - 09/03/2015</p> <p>3)Alimento orgânico na escola: agora é lei - 23/03/2015</p> <p>4)Câmara aprova fim do símbolo de transgênicos nos rótulos - 30/04/2015</p> <p>5)O debate dos transgênicos - 25/05/2015</p> <p>6)O fim da rotulagem de transgênicos - 08/06/2015</p> <p>7)Orgânicos a preços acessíveis? - 15/06/2015</p> <p>8)Organizações enviam a senadores parecer contra projeto que acaba com rotulagem de transgênicos - 13/07/2015</p>

	9)Brasil: potência orgânica? - 05/08/2015 10)Segurança alimentar apenas com produtos orgânicos - 26/10/2015
2016 - número de publicações: 1	1)Questão ambiental: ruim com Dilma, pior com Temer - 03/05/2016
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Agrotóxicos: Página22

Publicações da Página22	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos	Macrotema: agrotóxicos
	Subtema: proteção à saúde	Subtema: proteção ao ambiente	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 01/11/2006 Notícia mais recente: 26/12/2019			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos	Palavra-chave: agrotóxicos
Número de publicações entre 2006 e 2021	Busca inicial: 44 Busca Final: 0	Busca inicial: 44 Busca Final: 5	Busca inicial: 44 Busca Final: 12
Publicações selecionadas	0	5	12

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção à saúde

Publicações da página22	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção à saúde Total: 0
2003	A Página22 surgiu em 2006
2004	A Página22 surgiu em 2006
2005	A Página22 surgiu em 2006
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Macrotema: agrotóxicos; subtema: proteção ao ambiente

Publicações da Página22	Macrotema: agrotóxicos Subtema: proteção ao ambiente Total: 5
-------------------------	---

2003	A Página22 surgiu em 2006
2004	A Página22 surgiu em 2006
2005	A Página22 surgiu em 2006
2006 - número de publicações: 1	1)O dilema agropecuário - 01/12/2006
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013 - número de publicações: 1	1)Duelo Desigual - 08/04/2013
2014 - número de publicações: 1	1)Abelhas à deriva - 01/07/2014
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016 - número de publicações: 2	1)Embrapa aposta em boi carbono neutro e plano ABC 2.0 - 11/04/2016 2)João K., personagem chave da integração lavoura pecuária floresta - 12/04/2016
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Macrotema: agrotóxicos; subtema: política ambiental

Publicações da Página22	Macrotema: agrotóxicos Subtema: política ambiental Total: 12
2003	A Página22 surgiu em 2006
2004	A Página22 surgiu em 2006
2005	A Página22 surgiu em 2006
2006 - número de publicações: 1	1)Mormaço na Floresta (Proambiente) - 01/11/2006
2007 - número de publicações: 1	1)Propostas sobre a mesa - 02/09/2017
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013 - número de publicações: 4	1)Enredo de contradições - 14/02/2013 2)Em busca de uma receita própria - 08/04/2013 3)Paralisia no Brasil - 10/07/2013 4)Ativismo contra os ruralistas - 10/12/2013
2014	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 1	1)Reconciliar o Brasil - 14/08/2017
2018 - número de publicações: 2	1)30 anos da constituição: livro conta a evolução dos direitos socioambientais no brasil - 09/08/2018 2)A busca de tecnologias em favor da certificação socioambiental - 04/12/2018
2019 - número de publicações: 3	1)Pesquisadores estimam em R\$ 43 bilhões o valor da polinização no Brasil em 2018 - 06/02/2019

	2)No Dia Mundial do Meio Ambiente, Brasil tem pouco a comemorar - 05/06/2019 3)Depois de retrocessos ambientais sem precedentes, o que fazer em 2020 - 26/12/2019
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

APÊNDICE B

Publicações dos subsetores de mídia convencional e socioambiental - macrotema Amazônia brasileira entre 2003 e 2021.

Amazônia brasileira: mídia convencional

Amazônia brasileira: Folha de São Paulo

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira
	Subtema: desmatamento	Subtema: extrativismo	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 03/02/2003 Notícia mais recente: 11/11/2011			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia
Número de publicações entre 2003 e 2011	Busca inicial: 831 Busca final: 53	Busca inicial: 831 Busca final: 3	Busca inicial: 831 Busca final: 81
Publicações selecionadas	53	3	81

Obs.: Foram selecionadas as reportagens dos cadernos: Cotidiano, Mercado, Eleições, Mundo, Caderno Especial, Economia, Política e Internacional

Macrotema: Amazônia Brasileira; subtema: desmatamento

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: desmatamento Total: 53
2003 - número de publicações: 11	1)Incêndio em Roraima pode superar 1998 - 20/03/2003, n.º 27.014, ano 83, A11 2)Florestas podem agravar o efeito estufa - 22/04/2003, n. 27.047, ano 83, A14 3)Floresta absorve carbono, diz estudo - 06/06/2003, n. 27.092, ano 83, A16 4)Florestas modernas - 09/06/2003, n. 27.095, ano 83, A2 5)Manejo Florestal ganha R\$ 2 mi de crédito - 18/06/2003, n. 27.104, ano 83, A16 6)Desmatamento cresce 40% na Amazônia - 26/06/2003, n. 27.112, ano 83, A19 7)Flonas para uma Amazônia Florestal/O papel social da madeira - 27/06/2003, n. 27.113, ano 83, A3 8)Madeira inverte a lógica da destruição - 28/06/2003, n. 27.114, ano 83, A19 9)Amazônia não é intocável, diz Lula - 29/06/2003, n. 27.115, ano 83, A4 10)Civilização do Xingu tinha estradas e pontes - 19/09/2003, n. 27.197, ano 83, A14
2004 - número de publicações: 2	1)Fogo ameaça florestas da região amazônica - 22/08/2004, n. 27.135, ano 84 C5 2)Amazonas cerca 1 Bélgica para conter desmatamento - 17/12/2004, n. 27.652, ano 84 A20
2005 - número de publicações: 1	1)Sistema turbina vigilância na Amazônia - 28/10/2005, n. 27.967, ano 85, A19

2006 - número de publicações: 1	1)Aquecimento pode dividir a Amazônia - 16/02/2006, n. 28.078, ano 86, A12
2007 - número de publicações: 1	1)Hidrelétricas são ameaça à floresta, diz ambientalista - 09/12/2007, n.28.739, ano 87, B12
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009 - número de publicações: 17	<p>1)Varejo suspende compra de carne de áreas devastadas - 12/06/2009, n.29.290, ano 89, B3</p> <p>2)Riqueza vinda do desmate só dura 15 anos - 12/06/2009, n. 29.290, ano 89, A10</p> <p>3)Indústria suspende compra de áreas de desmatamento - 13/06/2009, n. 29.291, ano 89, B3</p> <p>4)Carne com garantias - 14/06/2009, n. 29.292, ano 89, A2</p> <p>5)Carne rastreada - 25/06/2009, n. 29.303, ano 89, A2</p> <p>6)Veto à carne derruba preço e gera reação política no Pará - 28/06/2009, n. 29.306 , ano 89, B5</p> <p>7)Floresta volta em 20% de área derrubada - 29/08/2009, n. 29.368, ano 89, A19</p> <p>8)Madeira do Pará tem origem 89% ilegal - 08/11/2009, n. 29.439, ano 89, A23</p> <p>9)Desmate melhora economia, mas não eleva índices sociais - 11/11/2009, n. 29.442, ano 89, A4</p> <p>10)Governo anuncia o menor desmatamento da história - 13/11/2009, n. 29.444, ano 89, A4</p> <p>11)Pará inicia ação contra desmatamento ilegal - 25/11/2009, n. 29.456, ano 89, B2</p> <p>12)Aquecimento custará um ano de crescimento ao Brasil - 25/11/2009, n. 29.456, ano 89, A21</p> <p>13)Emissão do Brasil sobe 62% em 15 anos - 26/11/2009, n. 29.457, ano 89, A30</p> <p>14)Pará repõe floresta nativa com eucalipto - 28/11/2009, n. 29.459, ano 89, A22</p> <p>15)Justiça ignora Lula e pune desmatadores - 30/11/2009, n. 29.461, ano 89, A15</p> <p>16)Parar desmate até 2020 custa no máximo US\$18 bi - 04/12/2009, n. 29.465, ano 89, A18</p> <p>17)Lula deixa para 2011 multa para desmatadores ilegais - 10/12/2009, n. 29.471, ano 89, A18</p>
2010 - número de publicações: 6	<p>1)Governo e ONG divergem sobre desmate - 10/08/2010, n. 29.714, ano 90, A16</p> <p>2)Queimadas levam a Brasília nível de poluição de SP - 17/08/2010, n. 29.721, ano 90, C7</p> <p>3)Impunidade dá força a queimadas no sul paraense/Fora de controle, fogo destrói plantações/Cidade recordista não tem brigada anti-incêndio - 22/08/2010, n. 29.726, ano 90, C6; C7</p> <p>4)Seca pode bater recorde na Amazônia 22/10/2010, n. 29.787, ano 90, Ciência 8</p>
2011 - número de publicações: 14	<p>1)Amazônia teve a pior seca em cem anos - 04/02/2011, n. 29.892, ano 91, C15</p> <p>2)Quase metade da Amazônia no país é área de preservação -23/04/2011, n. 29.970, ano 91, C9</p> <p>3)Novo estudo corrobora visão de Amazônia mais quente e seca -11/05/2011, n. 29.988, ano 91, C9</p> <p>4)Desmate tem nova alta de 30% na região amazônica - 19/05/2011, n. 29.996, ano 91, C13</p> <p>5)Exército e Força Nacional vão combater desmatamento - 20/05/2011, n. 29.997, ano 91, C15</p> <p>6)Altamira (PA) é campeã de desmate em maio - 20/06/2011, n. 30.028, ano 91, C11</p> <p>7)Ibama flagra desmatamento com agrotóxico - 28/06/2011, n. 30.036, ano 91, C13</p>

	<p>8) Amazônia é a galinha de ouro do agronegócio brasileiro - 16/08/2011, n. 30.085, ano 91, C11</p> <p>9) Projeto de 'pecuária verde' tenta reabilitar município paraense - 20/08/2011, n. 30.089, ano 91, C13</p> <p>10) Pasto ocupa 60% da área desmatada da região amazônica - 03/09/2011, n. 30.103, ano 91, C13</p> <p>11) Manejo insustentável/Diretor do serviço florestal defende modelo de negócio - 04/09/2011, n. 30.104, ano 91, C15</p> <p>12) Obras na Amazônia atraem 7 'trens-bala' - 16/10/2011, n. 30.146, ano 91, B1</p> <p>13) Estudo faz 'previsão de fogo' na Amazônia - 11/11/2011, n. 30.172, ano 91, C11</p>
--	---

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: extrativismo

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: extrativismo Total: 3
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010 - número de publicações: 2	<p>1) Boato sobre ouro forma um novo garimpo na divisa Pará-Maranhão - 12/08/2010, n. 29.716, ano 90, B12</p> <p>2) Açaí conquista o mundo, mas se elitiza na Amazônia - 15/08/2010, n. 29.719, ano 90, C6</p>
2011 - número de publicações: 1	1) Índios querem participar da mineração - 09/09/2011, n. 30.109, ano 91, B7

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: política ambiental

Publicações da Folha de São Paulo	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: política ambiental Total: 81
2003 - número de publicações: 11	<p>1) Indigenistas ameaçam ir à justiça contra governo Lula - 20/03/2003, n. 27.014, ano 83, A10</p> <p>2) O Governo Federal e as mudanças climáticas - 08/05/2003, n. 27.063, ano 83, A3</p> <p>3) Caso Chico Mendes volta a ser investigado - 10/05/2003, n. 27.065, ano 83, A7</p> <p>4) No Acre, Lula homenageia o sindicalista Chico Mendes - 11/05/2003, n. 27.066, ano 83, A5</p> <p>5) Meio Ambiente: preparando a mudança - 05/06/2003, n. 27.091, ano 83, A3</p> <p>6) O Desenvolvimento sustentável na Amazônia - 09/06/2003, n. 27.095, ano 83, A3</p> <p>7) Am vive ocupação estrangeira, diz Braga 10/06/2003, n. 27.096, ano 83, A6</p> <p>8) Desgoverno na Amazônia - 06/07/2003, n. 27.122, ano 83, pág.</p> <p>9) Ambientalista prevê 'chacoalhão' ecológico - 07/07/2003, n. 27.123, ano 83, A12</p> <p>10) Índios 'amansados' tentam resgatar cultura - 14/07/2003, n. 27.130, ano 83, A6</p> <p>11) General critica Ongs que atuam na região - 23/10/2003, n. 27.231, ano 83, A10</p>
2004 - número de publicações: 1	1) O termômetro do mundo - 26/10/2004, n. 27.600, ano 84, Sinapse, pág. 25

2005 - número de publicações: 1	1)Crise com agência faz INPE cancelar licitação - 22/03/2005, n. 27.747, ano 85, A15
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008 - número de publicações: 2	1)14% da Amazônia é 'terra de ninguém', diz estudo oficial - 27/06/2008, n.28.940, ano 88, A4 2)Exército tenta regularizar 3.000 posses na Amazônia - 27/06/2008, n.28.940, ano 88, A5
2009 - número de publicações: 30	1)Usinas de madeira levam caos e riqueza a RO - 08/03/2009, n. 29.194, ano 89, B7 2)Um golpe amazônico - 07/06/2009, n. 29.285, ano 89, A9 3)Regularização fundiária acirra debate/ONGs querem desmoralizar autoridades/Está todo mundo se esfaqueando em praça pública -08/06/2009, n. 29.286, ano 89, A6 4)Ecos de um Brasil arcaico - 08/06/2009, n. 29.286, ano 89, A2 5)Nova lista de desmatadores exclui Incri - 10/09/2009, n.29.288, ano 89, A7 6)Procuradores da Amazônia pedem veto a MP/Presidente diz que vetará o que vier em excesso - 11/06/2009, n. 29.289, ano 89, A10 7)Minc e o cérebro - 12/06/2009, n. 29.290, ano 89 A2 8)Desmatando a MP - 18/06/2009, n. 29.296, ano 89, A4 9)Lula vetará só um ponto da MP da Amazônia - 25/06/2009, n. 29.303, ano 89, A12 10)A disputa Amazônica - 27/06/2009, n. 29.305, ano 89, B2 11)Governo já se arma para rebater críticas de Marina - 14/08/2009, n. 29.353, ano 89, A7 12)Marina deixa o PT e diz não ter mais ilusão/Senadora revela senso de oportunidade - 20/08/2009, n. 29.359, ano 89, A8 13)Marina assina desfiliação ao PT heterogêneo/Partido é alvo de denúncias e pode perder repasses - 30/08/2009, n. 29.369, ano 89, A10 14)Região onde Marina nasceu se divide sobre candidatura - 30/08/2009, n. 29.369, ano 89, A10 15)Lula vetará o plantio de cana em 50% do país - 07/09/2009, n. 29.377, ano 89, B3 16)Empresas cobram posição do governo sobre meta climática - 29/09/2009, n. 29.399, ano 89, B9 17)Lula discute agenda ambiental polêmica - 03/11/2009, n. 29.434, ano 89, A7 18)Governo deixa meta de CO ₂ para depois - 04/11/2009, n. 29.435, ano 89, A20 19)Amazônia Legal terá estudo sobre logística - 05/11/2009, n. 29.436, ano 89, B2 20)Lula reúne ministros para decidir sobre impasses ambientais - 09/11/2009, n. 29.440, ano 89, A6 21)Brasil reduzirá até 39% de gases efeito estufa - 14/11/2009, n. 29.445, ano 89, A16 22)Lula atende a ruralistas e adia prazo para recuperar matas - 14/11/2009, n. 29.445, ano 89, A4 23)A paradoxal retórica verde - 17/11/2009, n. 29.448, ano 89, A3 24)Lula põe meta voluntária na lei do clima - 20/11/2009, n. 29.451, ano 89, A19 25)Brasil aposta que Obama trocará metas por dinheiro - 17/12/2009, n. 29.478, ano 89, A18 26)Decreto de Lula cria área indígena com 50 mil km ² - 22/12/2009, n. 29.483, ano 89, A11

<p>2010 - número de publicações: 8</p>	<p>1)A novela de Belo Monte - 03/02/2010, n. 29.526, ano 90, A2 2)Brasil fica para trás na corrida pela nova economia 'verde' - 28/02/2010, n. 29.551, ano 90, B8 3)Fundo Amazônia esbarra na falta de projetos, diz Minc - 27/03/2010, n. 29.578, ano 90, A27 4)Cientistas pedem mudança no painel do clima da ONU - 31/08/2010, n. 29.735, ano 90, A18 5)Campanha amazônica refuta discurso verde - 19/09/2010, n. 29.754, ano 90, especial11 6)Desmate cai 47% na Amazônia no mês de agosto, diz governo - 08/10/2010, n. 29.773, ano 90, A24 7)Governo vai rever plano de Marina para a Amazônia - 14/10/2010, n. 29.779, ano 90, A4 8)Verdes criticam revisão do plano verde de Marina - 15/10/2010, n. 29.780, ano 90, A9</p>
<p>2011 - número de publicações: 28</p>	<p>1)Regularização de terra na Amazônia cumpre 1% da meta - 28/02/2011, n. 29.916, ano 91, A6 2)Turma do agronegócio só pensa na conta bancária - 17/04/2011, n. 29.964, ano 91, A12 3)Impasse sobre lei florestal empurra votação para terça - 05/05/2011, n. 29.982, ano 91, C13 4)Senado desengaveta PL que esvazia IBAMA e muda fiscalização - 07/05/2011, n. 29.984, ano 91, C11 5)Reflorestamento sofreria com novo código/Juiz do Pará restringe poder do Ibama de punir desmatamento - 10/05/2011, n. 29.987, ano 91, C13 6)Acordo viabiliza votação de lei florestal - 11/05/2011, n. 29.988, ano 91, C9 7)Governo cede para votar nova lei florestal/Do ponto de vista econômico, desmatamento é tiro no pé/Sim à agropecuária e sim ao meio ambiente - 24/05/2011, n. 30.001, ano 91, C13 8)Câmara aprova Código Florestal, que anistia desmatamento antigo/Ex-ministros do meio ambiente reclamam - 25/05/2011, n. 30.002, ano 91, C9 9)Governo teme nova derrota em lei florestal - 26/05/2001, n. 30.003, ano 91, C11 10)'Para ambientalista, todos são criminosos' - 03/06/2011, n. 30,011, ano 91, C11 11)Por usinas, governo vai reduzir áreas de proteção - 07/06/2011, n. 30.015, ano 91, C11 12)Código anistia área igual a do Rio Grande do sul, afirma Ipea - 09/06/2011, n. 30.017, ano 91, C13 13)Novas hidrelétricas não reduzirão tarifa - 12/06/2011, n. 30.020, ano 91, B1 14)Guru de Chico Mendes critica lei florestal - 16/06/2011, n. 30.024, ano 91, C13 15)Itaipu será modelo para a Amazônia - 19/06/2011 - n. 30.027, ano 91, B1 16)Parques na Amazônia serão reduzidos por medida provisória/Ministro critica debate 'emotivo' sobre lei - 13/07/2011, n. 30.051, ano 91, C11 17)Lei florestal vai encarecer indenizações - 20/07/2011, n. 30.058, ano 91, C9 18)Moratória da soja é prorrogada até 2013 - 14/10/2011, n. 30.144, ano 91, B5 19)Cientistas sobem o tom contra novo Código Florestal - 17/10/2011 - n. 30.147, ano 91, A7</p>

	<p>20) Juíza federal vota pela anulação da licença ambiental de Belo Monte - 18/10/2011, n. 30.148, ano 91, B5</p> <p>21) Investimento amazônico - 19/10/2011, n. 30.149, ano 91, A2</p> <p>22) Termina protesto na usina de Belo Monte - 29/10/2011, n. 30.159, ano 91, B11</p> <p>23) Projeto no Senado pode colocar em xeque áreas indígenas no país - 11/11/2011, n. 30.172, ano 91, C11</p>
--	--

Amazônia brasileira: Revista Veja

Publicações da Revista Veja (portal Veja)	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: desmatamento	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: extrativismo	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 11/11/2011 Notícia mais recente: 25/06/2021			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia
Número de publicações entre 2011 e 2021	Busca inicial: 299 Busca final: 58	Busca inicial: 299 Busca final: 8	Busca inicial: 299 Busca final: 80
Publicações selecionadas	58	8	80

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: desmatamento

Publicações da Revista Veja (Portal Veja)	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: desmatamento Total: 58 publicações
2003	Informações não disponíveis no Portal Veja
2004	Informações não disponíveis no Portal Veja
2005	Informações não disponíveis no Portal Veja
2006	Informações não disponíveis no Portal Veja
2007	Informações não disponíveis no Portal Veja
2008	Informações não disponíveis no Portal Veja
2009	Informações não disponíveis no Portal Veja
2010	Informações não disponíveis no Portal Veja
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012 - número de publicações: 6	<p>1) Brasil e Bird premiados por luta contra o desmatamento - 07/06/2012/ Assunto: Ciência</p> <p>2) Ministra do Meio Ambiente critica a miopia ambiental. Não é que ela está certa??? - 12/06/2012/ Assunto: Brasil</p> <p>3) Dilma defende crescimento com respeito ao meio ambiente - 13/06/2012/ Assunto: Economia</p> <p>4) Governador tem meta de desmatamento 'zero' no Pará - 15/06/2012/ Assunto: Brasil</p> <p>5) Tribo aposta no Google para combater desmatamento na Amazônia - 16/06/2012/ Assunto: Brasil</p> <p>6) IBGE traça o retrato do desmatamento no Brasil - 18/06/2012/ Assunto: Brasil</p>
2013	Não foram encontradas/selecionadas informações
2014 - número de publicações: 1	1) ONG registra queda no desmatamento na Amazônia Segundo levantamento, perda florestal foi de 846 quilômetros quadrados entre agosto de 2013 a maio de 2014, uma redução de 49% em relação ao mesmo período... - 17/06/2014/ Assunto: Ciência
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações

2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 2	<p>1)Temer envia projeto de lei que reduz área protegida na Amazônia/Proposta é remetida à Câmara menos de um mês após presidente vetar MPs sobre mesmo assunto; redução foi criticada pelo governo da Noruega e Gisele Bündchen - 14/07/2017/ Assunto: Brasil/Ciência</p> <p>2)Na ONU, Temer omite crise e propaganda queda de desmatamento/ Presidente abriu Assembleia Geral citando melhorias na economia do Brasil e fazendo críticas à Coreia do Norte e à Venezuela - 19/09/2017/ Assunto: Política</p>
2018 - número de publicações: 3	<p>1)O verde ficou cinza/Levantamento inédito mostra como região amazônica, antes exaltada por ser exemplo de preservação, se tornou uma das que mais sofrem com desmatamento - 01/07/2018/ Assunto: Revista Veja</p> <p>2)STF mantém mudanças nas leis florestais em revés a ambientalistas/Ambientalistas disseram que as leis revistas, conhecidas como Código Florestal, criariam uma cultura na qual desmatamento ilegal é ace... - 28/02/2018/ Assunto: Economia</p> <p>3)Indústria da cana-de-açúcar é contra a expansão do cultivo na Amazônia/Projeto de lei que tramita no Senado para permitir a produção de cana-de-açúcar no bioma amazônico poderá ser votado hoje - 27/03/2018/ Assunto: Ciência</p>
2019 - número de publicações: 23	<p>1)A floresta exige a lei/Por que, apesar de o Brasil ser pioneiro em monitorar as florestas, o desmatamento ainda cresce? - 19/04/2019/ Assunto: Brasil</p> <p>2)Ex-ministros alertam sobre desmatamento descontrolado da Amazônia/Ex-chefes da pasta de Meio Ambiente criticam descaso do governo na área e chamam a atenção para consequente perda de credibilidade do ... - 08/05/2019/ Assunto: Mundo</p> <p>3)MMA não envia representantes a evento sobre preservação da Amazônia/Conferência internacional organizada por órgão da ONU convidou membros do Ministério brasileiro; decisões de Salles vêm sendo critic... - 15/05/2019/ Assunto: Mundo</p> <p>4)Ministério do Meio Ambiente cortará recursos para ONGs/Governo acusa organizações de uso irregular de verbas públicas - 16/05/2019/ Assunto: Brasil</p> <p>5) ONGs pedem que UE pare negociações com o Mercosul por causa de Bolsonaro/Em carta aberta, 340 grupos acusam o governo brasileiro de estimular ataques às minorias e organizar a destruição de regiões 'p... - 18/06/2019/ Assunto: Mundo</p> <p>6)No G20, Merkel quer ter conversa clara com Bolsonaro sobre desmatamento/Chanceler alemã descarta o apelo de ONGs para interromper negociações comerciais por causa das políticas do Brasil sobre meio am... - 26/06/2019/ Assunto: Mundo</p> <p>7)Alemanha e Noruega admitem fim de fundo bilionário na Amazônia/Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, se encontrou nesta quarta com embaixadores dos dois países europeus - 03/07/2019/ Assunto: Brasil</p> <p>8) Merkel e Macron não têm autoridade na questão ambiental, diz Bolsonaro/Presidente reforçou lealdade à bancada ruralista e afirmou que líder indígena Raoni 'não é autoridade para estar ao meu lado' -04/07/2019/ Assunto: Mundo</p> <p>9)Brasil perde a chance de liderar transição sustentável, diz especialista/Desmatamento da Amazônia em junho teve um</p>

	<p>aumento de 88% em comparação ao mesmo período do ano passado - 04/07/2019 / Assunto: Brasil</p> <p>10)Governadores pedem providências sobre focos de incêndio na Amazônia/Pedido foi feito em carta enviada ao governo federal, assinada na sexta e divulgada neste sábado - 24/08/2019/ Assunto: Política</p> <p>11)Ajuda internacional começa a chegar para combater fogo na Amazônia/Governo argentino disponibilizou 200 homens, enquanto o CAF informou que serão enviados 500 mil dólares - 24/08/2019/ Assunto: Mundo/Política</p> <p>12)Congresso deve instalar comissão sobre mudanças climáticas nesta terça/Exposição internacional de queimadas na Amazônia motivaram criação do grupo misto permanente, anunciado pelo presidente ... - 27/08/2019/ Assunto: Política</p> <p>13)Sem dinheiro, governadores pedem que Bolsonaro aceite verba para Amazônia/Líderes da região citam crise fiscal para pedir que o Brasil receba ajuda do G7; presidente diz que só fará isso se Macron ret... - 27/08/2019/ Assunto: Política</p> <p>14)Brasil virou pária global, diz Celso Amorim/Para o chanceler de Itamar e Lula, o governo Bolsonaro transgredir normas internacionais e, com a crise na Amazônia, dá argumentos para que ele sofra sanções - 06/09/2019/ Assunto: Política</p> <p>15)Marina Silva: Amazônia não pode estar 'à mercê de ideologias de plantão'/Ex-ministra do Meio Ambiente denunciou afastamento do Brasil de princípios como defesa de direitos humanos e Estado democrático... - 17/09/2019/ Assunto: Brasil</p> <p>16)Salles quer plano com BID para criar novo fundo para a Amazônia/Embora tenha anunciado plano, ainda não há detalhes sobre países ou entidades doadoras, valor ou prazo para início de funcionamento de m... - 20/09/2019/ Assunto: Política</p> <p>17)Salles: 'Brasil vai mostrar na ONU que somos o país mais sustentável'/Nos EUA, ministro também comentou sobre a criação de um novo fundo de investimento para a Amazônia, que será detalhado em novembro 23/09/2019/ Assunto: Política</p> <p>18) Alguns fatos e dados trazidos de dentro da Amazônia/Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, nos Estados Unidos, o presidente Jair Bolsonaro amplificou polêmicas no Brasil e no mundo - 27/09/2019/ Assunto: Brasil</p> <p>19)Alemanha recusa pedido de Salles para renegociação de auxílio ambiental/Depois Bolsonaro afirmar que o Brasil "não precisa" do fundo de 155 milhões de reais para reflorestamento, Salles vai a Berlim par...- 02/10/2019/ Assunto: Mundo</p> <p>20)'O Greenpeace só nos atrapalha', diz Bolsonaro/Em entrevista na China, presidente também comentou o lançamento de um programa de criação de empregos e chamou de 'terroristas' os protestos no Chile - 25/10/2019/ Assunto: Política</p> <p>21)'Agricultura que exporta não tem nada a ver com Amazônia', diz ministra/Tereza Cristina assumiu que há um problema a ser discutido sobre o tema, mas que não é o "dado maluco que estavam falando" -18/11/2019/ Assunto: Brasil</p>
--	--

	<p>22)Predador por natureza/Antiambientalismo - 24/11/2019/ Assunto: Brasil</p> <p>23)Marina Silva: 'O presidente Bolsonaro faz apologia da ditadura'</p> <p>Ex-senadora evita se colocar de volta à disputa presidencial e cobra quem não está nos extremos do espectro político para construção de ... - 03/12/2019/ Assunto: Política/Páginas Amarelas</p>
<p>2020 - número de publicações: 12</p>	<p>1)Governador do Pará espera que Mourão abra debate no Conselho da Amazônia/'Estamos à disposição para o diálogo e construção do desenvolvimento econômico com a floresta em pé', diz Helder Barbalho - 14/02/2020/ Assunto: Brasil</p> <p>2)Atacada por artistas, MP 910 é novo foco de embate entre Maia e Bolsonaro/Presidente da Câmara é pressionado por ambientalistas a não colocar a pauta em votação, enquanto bancada ruralista tenta aprov...- 11/05/2020/ Assunto: Política/Mundo</p> <p>3)ONGs denunciam Bolsonaro à ONU por política ambiental/Entidades reclamam de redução do papel da sociedade civil em órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente - 09/07/2020/ Assunto: Mundo</p> <p>4)A investidores, Mourão defende Salles e vê campanha contra o agronegócio/'Ministro tem a total confiança do presidente Bolsonaro e a minha também', afirmou vice-presidente em reunião com administrador... - 09/07/2020/Assunto: Política</p> <p>5)Pressões e ameaças estrangeiras põem em risco o agronegócio do Brasil/Fundos e empresas apontam descaso com a Amazônia e provocam alvoroço no governo - 10/07/2020/Assunto: Economia</p> <p>6)O inferno são os outros/Só depende do governo transformar toda a pressão relacionada ao meio ambiente em cooperação, mas isso não deve acontecer - 11/07/2020/Assunto: Brasil</p> <p>7)Biomas em chamas/A sucessão de recordes de desmatamento e queimadas na Amazônia é rotina no governo de um presidente que vê o ambiente como causa menor - 05/08/2020/Assunto: Brasil</p> <p>8)Dinheiro do combate à corrupção está sendo usado para preservar a Amazônia/Estados estão aplicando em ações ambientais 100% do dinheiro que foi recuperado pela Lava Jato e destinado à região por deter... - 13/08/2020/Assunto: Brasil</p> <p>9)Bancos se unem em projeto de desenvolvimento na Amazônia</p> <p>Ideia é criar soluções financeiras e canalizar investimentos para desafios de longo prazo, entre eles o de desenvolver a economia da região ama... - 18/09/2020/Assunto: Economia</p> <p>10)Em discurso na ONU, Bolsonaro responderá às críticas ambientais/Fala do presidente será na terça-feira, mas já foi gravada na semana passada; Em 2019, Bolsonaro negou avanços de incêndios na Amazônia - 02/09/2020/Assunto: Mundo</p> <p>11)Brasil é vítima de campanha de desinformação sobre Amazônia, diz Bolsonaro/Em discurso na ONU, presidente garantiu que mantém política de tolerância zero para crimes ambientais e culpou organizações p... - 22/09/2020/Assunto: Mundo</p> <p>12)Bolsonaro promete revelar países que comprem madeira ilegal do Brasil/Presidente brasileiro afirmou em reunião com</p>

	os Brics que os mesmos países que criticam sua política ambiental têm incentivado o m... - 17/11/2020/Assunto: Mundo
2021 - número de publicações: 11	<p>1)BR-319: a polêmica pavimentação da rodovia que corta a Amazônia/Prioridade para o governo, obra reabre controvérsia entre desenvolvimento econômico e a preservação da floresta - 26/02/2021/Assunto: Brasil</p> <p>2)Procurador pede suspensão de obras em estrada no meio da Amazônia/Lucas Furtado também pediu maiores informações sobre os projetos de reconstrução da rodovia, que dá acesso a área preservada da floresta...- 01/03/2021/Assunto: Brasil</p> <p>3)ONU: povos indígenas são os melhores guardiões das florestas . Relatório que compila décadas de estudo comprova valor inestimável dos indígenas para a manutenção de florestas na América Latina e no Caribe... - 25/03/2021/Assunto: Ciência</p> <p>4)Brasil perde US\$ 1,5 bi por ano com desmatamento da Amazônia, diz estudo/Estimativa é conservadora e leva em conta receitas que poderiam ser obtidas se áreas desmatadas fossem manejadas dentro da lei ...- 25/03/2021/Assunto: Brasil</p> <p>5)'É urgente mudar', diz Gilberto Tomazoni, presidente global da JBS/Conglomerado agropecuário com unidades em vinte países promete aplicar 1 bilhão de dólares para se transformar em um modelo de sustentabilidade...- 16/04/2021/Assunto: Páginas Amarelas</p> <p>6)Não (des)matar (por Gustavo Krause)/Desenvolvimento sustentável - 21/04/2021/Assunto: Política</p> <p>7)Empresas e países lançam coalizão bilionária para conter desmatamento/Com potencial para ser a maior iniciativa do gênero, projeto vai repassar recursos a países que apresentem resultados na redução de emissões... - 22/04/2021/Assunto: Mundo</p> <p>8)Dino comemora iniciativa que remunera governos por combate ao desmatamento/Governador do Maranhão, que preside Consórcio da Amazônia Legal, elogiou a aliança 'Leaf Coalition', anunciada na Cúpula do C... - 22/04/2021/Assunto: Brasil</p> <p>9)Amazônia irá desaparecer se não houver negociação com Bolsonaro, diz Kerry/Em depoimento à Câmara dos EUA, enviado especial de Biden demonstrou ceticismo sobre promessas ambientais do governo brasileiro...- 12/05/2021/Assunto: Mundo</p> <p>10)Transparência e sustentabilidade na pecuária amazônica/Programa Boi na Linha Integra Ministério Público Federal, terceiro setor e indústrias para preservar a região - 28/05/2021/Assunto: Agenda Verde</p> <p>11)Iniciativa visa ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Fundo JBS pela Amazônia apoiará projetos locais e deve beneficiar 16 mil famílias - 05/06/2021/Assunto: Agenda Verde</p>

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: extrativismo

Publicações da Revista Veja (Portal Veja)	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: extrativismo Total: 8 publicações
2003	Informações não disponíveis no Portal Veja

2004	Informações não disponíveis no Portal Veja
2005	Informações não disponíveis no Portal Veja
2006	Informações não disponíveis no Portal Veja
2007	Informações não disponíveis no Portal Veja
2008	Informações não disponíveis no Portal Veja
2009	Informações não disponíveis no Portal Veja
2010	Informações não disponíveis no Portal Veja
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012 - número de publicações: 2	1)Líder yanomami procura apoio da ONU contra lei de extração de minerais - 05/03/2012/Assunto: Economia 2)Cacau volta a ser produzido na Amazônia para preservar parte da floresta - 29/03/2012/Assunto: Economia
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014 - número de publicações: 1	1)Nova legislação pode prejudicar o ecossistema no Brasil, diz 'Science'/Estudo publicado do periódico científico tem como foco principal um projeto de lei que destina à mineração até 10% das terras con... - 06/11/2014/Assunto: Ciência
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 3	1)Temer extingue reserva e autoriza exploração mineral na Amazônia/Ministério nega que decisão vá impactar a preservação ambiental na região, que é rica em ouro; portaria de março falava em estímulo à m... - 23/08/2017/Assunto: Política 2)Após post de Gisele, governo diz que reserva 'não é um paraíso' Presidente Michel Temer disse que reorganizou uma área ambiental alvo de garimpo: 'O governo não alterou nenhuma reserva ambiental da no... - 24/08/2017/Assunto: Política 3)Governo recua e suspende decreto que extingue reserva na Amazônia/Decisão foi tomada "em respeito às legítimas manifestações da sociedade", segundo comunicado do Ministério de Minas e Energia - 01/09/2017/Assunto: Brasil
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019 - número de publicações: 2	1)Garimpo irregular no Pará ameaça transmissão de energia de Belo Monte/Atividade de mineração ilegal está desestabilizando o solo sob as torres da linha Xingu-Estreito, que leva eletricidade da usina p... - 06/11/2019/Assunto: Mundo 2)ONU critica Bolsonaro por defender mineração na Amazônia Relatório especial também alertou para um possível "apartheid climático" criado pelo aquecimento global, criticando a ineficácia das políticas ... - 25/06/2019/Assunto: Mundo
2020	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: política ambiental

Publicações da Revista Veja (Portal Veja)	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: política ambiental Total: 80 publicações
2003	Informações não disponíveis no Portal Veja
2004	Informações não disponíveis no Portal Veja
2005	Informações não disponíveis no Portal Veja
2006	Informações não disponíveis no Portal Veja
2007	Informações não disponíveis no Portal Veja

2008	Informações não disponíveis no Portal Veja
2009	Informações não disponíveis no Portal Veja
2010	Informações não disponíveis no Portal Veja
2011 - número de publicações: 6	<p>1)Índigenas e ambientalistas desocupam obras de Belo Monte -28/10/2011/Assunto: Mundo</p> <p>2)Índios recebem mais terra, mas conflitos continuam - 21/11/2011/Assunto: Política/Mundo</p> <p>3)Ecologistas pressionam Dilma contra mudanças no Código Florestal/Brasil vive dilema de proteger a Amazônia e se desenvolver - 29/11/2011/Assunto: Mundo/Ciência</p> <p>4)Conferência do Clima preocupada com novo código florestal no Brasil - 06/12/2011/Assunto: Ciência</p> <p>5)Aprovado pelo Senado, Código Florestal volta à Câmara - 06/12/2011/Assunto: Política</p> <p>6)Ambientalistas criticam Código Florestal do Brasil - 07/12/2011/ Assunto: Mundo</p>
2012 - número de publicações: 23	<p>1)Código Florestal volta à pauta da Câmara nesta semana Plenário pode votar texto na terça. Mas líderes da Casa devem entrar em acordo - 05/03/2012/ Assunto: Política</p> <p>2)Governança do meio ambiente está “vencida” no Brasil, afirma ministra Izabella Teixeira/Presidente do PNUMA pede mais ousadia do Brasil à frente da Rio+20. "O resto do mundo aguarda por mais liderança... - 16/04/2012/ Assunto: Política</p> <p>3)ONGs farão grande marcha de protesto durante a Rio+20 - 23/04/2012/Assunto: Brasil</p> <p>4)Dilma sofre pressão para vetar Código Florestal - 26/04/2012/Assunto: Ciência</p> <p>5)Ambientalistas não esperam “nada” dos estados na Rio+20/Apresentação do 'Manifesto pelo Retorno à Terra', em Paris, transformou-se em um voto de desconfiança na postura de governos e governantes - 12/06/2012/ Assunto: Mundo</p> <p>6)Cúpula dos Povos no Rio: espaço para o descontentamento da sociedade civil - 12/06/2012/ Assunto: Brasil</p> <p>7)Cúpula dos Povos promove justiça social e ambiental na Rio+20 - 14/06/2012/ Assunto: Mundo</p> <p>8)Direito à terra e à cultura leva indígenas à Rio+20 - 15/06/2012/ Assunto: Mundo</p> <p>9)Protesto contra usina de Belo Monte reúne 200 pessoas - 16/06/2012/Assunto: Economia</p> <p>10)Governo estuda reduzir maior Floresta Nacional do Brasil/Projeto está no Instituto Chico Mendes, subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, e deve ser levado ao gabinete da presidente. Redução servir... - 16/07/2012/Assunto: Política</p> <p>11)Em encontro, Dilma defende novas usinas hidrelétricas - 04/04/2012/Assunto: Brasil</p> <p>12)Dilma, desta vez, está certa - Pessoas contrárias a hidrelétricas na Amazônia vivem “fantasia”, diz presidente/Por João Domingos e Rafael Moraes Moura, no Estadão: A presidente Dilma Rousseff (PT) apr... - 05/04/2012/Assunto: Brasil</p> <p>13)Ecologistas aumentam pressão para Dilma vetar Código Florestal - 24/05/2012/Assunto: Mundo</p> <p>14)Dilma veta polêmica reforma do Código Florestal - 25/05/2012/ Assunto: Ciência</p> <p>15)Ecologistas questionam veto parcial de Dilma a Código Florestal - 25/05/2012/Assunto: Ciência</p>

	<p>16)Piau diz veto parcial ao Código Florestal foi 'corajoso' - 28/05/2012/Assunto: Brasil</p> <p>17)Para ambientalistas, novo Código é 'retrocesso' - 29/05/2012/ Assunto: Brasil</p> <p>18)Para ambientalistas, novo Código é 'retrocesso' - 01/06/2012/ Assunto: Brasil</p> <p>19)Amazônia tem menor índice de desmatamento em 23 anos/Planalto aproveita o Dia Mundial do Meio Ambiente para anunciar queda da área devastada na Amazônia Legal e pacote de medidas ambientais - 05/06/2012/Assunto: Ciência</p> <p>20)Brasil amplia área protegida e pede que crise não impeça metas ambientais - 05/06/2012/Assunto: Mundo</p> <p>21)Só quatro metas ambientais avançaram, revela estudo - 06/06/2012/Assunto: Brasil</p> <p>22)Ministra defende ambientalismo com inclusão social - 14/06/2012/Assunto: Brasil</p> <p>23)Universidades querem mais 10.000 pesquisadores na Amazônia</p> <p>Em dez anos, projeto custaria mais de 1,7 bilhão de reais. Pesquisadores dizem que plano não resolve problemas relativos à pesquisa na região - 18/09/2012/Assunto: Educação</p>
2013 - número de publicações: 1	<p>1)Dilma diz que há espaço no país para a construção de hidrelétricas/Discurso é diferente do de dois meses atrás, quando a presidente disse que "questões ambientais" freavam novas usinas e que termelétr... - 05/06/2013/ Assunto: Economia</p>
2014 - número de publicações: 2	<p>1)Brasil não assina acordo para eliminar desmatamento até 2030</p> <p>A proposta teve adesão de 32 dos 193 países que integram a Organização das Nações Unidas, incluindo Estados Unidos, França, Alemanha e Indo... - 24/09/2014/Assunto: Ciência</p> <p>2)Na Amazônia, Marina diz que questão ambiental 'andou para trás'/Agenda da candidata do PSB tenta compensar a ausência na Cúpula do Clima - 21/09/2014/Assunto: Brasil</p>
2015 - número de publicações: 2	<p>1)Dilma anuncia meta de reduzir em 43% as emissões de gases do efeito estufa até 2030 - 27/09/2015/Assunto: Mundo</p> <p>2)'Metas climáticas brasileiras estão na direção certa, mas poderiam ser mais ambiciosas'/Para Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima, os cortes de emissões deveriam ser até 30% mai... - 06/10/2015/Assunto: Ciência</p>
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 1	<p>1)Ex-presidente da Funai ataca governo e aponta ingerência política/Antônio Fernandes Costa diz que ministro Osmar Serraglio (Justiça) defende ruralistas, que líder de Temer pediu cargos e que governo i... - 05/05/2017/Assunto: Brasil, política</p>
2018 - número de publicações: 5	<p>1)Entre ambientalistas, o óbvio nem sempre floresce VEJA conversou com líderes de ONGs que defendem a pauta ecológica; para eles, Marina Silva larga na frente, mas há ressalvas - 06/06/2012/Assunto: Política</p> <p>2)Deputados querem eliminar 500 000 hectares de área protegida na Amazônia/Polêmica teve início em março, quando o então governador de Rondônia criou 11 unidades de conservação - 28/09/2018/Assunto: Ciência</p>

	<p>3)Visão atrasada/Com Bolsonaro, há enorme risco de o Brasil se isolar e perder protagonismo em temas estratégicos do século XXI, como meio ambiente e direitos humanos - 07/12/2018/Assunto: Política</p> <p>4)O bagre de Bolsonaro/Questões ambientais pouco frequentaram o programa de Bolsonaro - 09/12/2018/Assunto: Brasil</p> <p>5)Sinal amarelo para o verde/Nas últimas décadas, os avanços na proteção ambiental vinham ocorrendo. Com Trump, os recuos começaram. Com Bolsonaro, o Brasil tende a ir na mesma toada - 21/12/2018/Assunto: Ciência</p>
<p>2019 - número de publicações: 21</p>	<p>1)Em Davos, Bolsonaro sinaliza com respeito do Brasil ao Acordo de Paris/Presidente irrita ambientalistas ao dizer que área ocupada pela agricultura e pecuária é menor do que a das florestas tropicais d. - 22/01/2019/Assunto: Mundo</p> <p>2)Governo prepara pacote de grandes obras para a Amazônia/Projetos incluem ponte sobre o Rio Amazonas, hidrelétrica e extensão da BR-163 até o Suriname - 12/02/2019/ Assunto: Política</p> <p>3)Brasil agirá contra desmatamento se preocupação se confirmar, diz ministra/Dados do Inpe mostram que o desmatamento na Amazônia brasileira cresceu mais de 88% em junho na comparação com mesmo mês em 2...- 04/07/2019/Assunto: Política</p> <p>4)Bolsonaro extingue Conselho, criado durante gestão de Lula Colegiado reunia empresários e membros da sociedade civil para aconselhamento presidencial - 08/05/2019/Assunto: Economia</p> <p>5)Organizações temem descontinuidade de projetos com fim do Fundo Amazônia/Extinção da iniciativa apoiada pelos governos norueguês e alemão pode prejudicar conquista de metas traçadas pelo Brasil para A... - 05/07/2019/Assunto: Mundo</p> <p>6)Entidade em prol da ciência defende Inpe de declarações de Bolsonaro/Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência divulgou manifesto repudiando as “críticas sem fundamento” do presidente contra a ...- 21/07/2019/Assunto: Brasil</p> <p>7)Bolsonaro tira espaço da comunidade científica em Comitê da Amazônia/Presidente ampliou a participação do setor privado em órgão que gere recursos de pesquisa vindos de empresas da Zona Franca de Mana... - 26/07/2019/Assunto: Política</p> <p>8)'The Economist' aponta risco à Amazônia e pede reação mundial a Bolsonaro/Em reportagem de capa, revista britânica afirma que presidente brasileiro é 'sem dúvida, o chefe de Estado mais perigoso em te...- 01/08/2019/Assunto: Política</p> <p>9)Coronel da Aeronáutica é escolhido como diretor interino do Inpe/Darcton Policarpo Damiano foi o indicado do ministro Marcos Pontes para o órgão que monitora o desmatamento; substituto efetivo sairá de... - 05/08/2018/Assunto: Política</p> <p>10)O clima da resistência/O agronegócio teme a perda de mercado/Com o desmatamento, vai se dar conta da perda das chuvas - 13/08/2019/Assunto: Brasil</p> <p>11)Um tiro no pé/As ideias de Bolsonaro na área ambiental podem provocar um efeito contrário ao que se deseja e resultar em prejuízos para a economia - 16/08/2019/Assunto: Revista Veja</p>

	<p>12)Os prejuízos do Capitão Motosserra/As bravatas do presidente e as ações do governo em temas como o desmatamento da Amazônia arranham a imagem do país e podem gerar perdas na economia -16/08/2019/Assunto: Política</p> <p>13)Estados querem negociar diretamente com países doadores do Fundo Amazônia/Alemanha e Noruega suspenderam doações recentemente por reprovarem políticas ambientais federais - 20/08/2019/Assunto: Brasil</p> <p>14)Merkel: incêndios na Amazônia são uma 'situação urgente'/Chanceler alemã se juntou aos líderes francês e canadense e pediu que tema seja discutido na reunião de cúpula do G7 -23/08/2019/Assunto: Mundo</p> <p>15)O agro brasileiro e o risco da narrativa desastrosa sobre a Amazônia/Brasil pode ser potência agro sem deixar de ser potência ambiental, mas deve abandonar a linha de confrontação a cada manifestação ... - 23/08/2019/Assunto: Mundo</p> <p>16)Manifestantes protestam pela Amazônia nas principais capitais brasileiras/Maiores atos ocorrem em São Paulo, Rio de Janeiro e DF; grupos pedem a saída do ministro Ricardo Salles e criticam política am...- 23/08/2019/Assunto: Política</p> <p>17)Protesto pela Amazônia reúne Caetano, Sônia Braga e Maitê Proença/Manifestantes caminharam pela orla de Ipanema, no Rio, com faixas e cartazes de apoio à preservação da floresta e com críticas ao gove...- 25/08/2019/Assunto: Brasil</p> <p>18)Ernesto Araújo para CNN: 'A Amazônia não está queimando'/Chanceler diz ser mentira que os governos anteriores fizeram mais pela floresta, e admite que Brasil tem responsabilidade menor pelo aqueciment... - 04/09/2019/Assunto: Mundo</p> <p>19)Brasil e mais seis países assinam o Pacto pela Amazônia/Convocada pela Colômbia e Peru, reunião é primeira iniciativa da região de resposta à crise causada pelos incêndios - 06/09/2019/Assunto: Mundo</p> <p>20)Acusação de Bolsonaro contra DiCaprio é notícia na imprensa internacional/Jornal britânico 'The Guardian' classificou as alegações do presidente como 'espúrias' e 'sem fundamento' - 29/11/2019/ Assunto: Mundo</p> <p>21)New York Times diz ser a Amazônia, no governo Bolsonaro, 'terra sem lei'/Reportagem do jornal americano diz que atual governo brasileiro enfraqueceu a fiscalização ambiental e expôs a floresta a risco... - 05/12/2019/Assunto: Mundo</p>
2020 - número de publicações: 5	<p>1)Brincando com fogo/A chantagem de Ricardo Salles é grave sinal de instabilidade e insegurança - 26/10/2020/Assunto: Brasil</p> <p>2)Noruega e Alemanha doaram R\$ 3,4 bilhões para o Fundo Amazônia/Segundo o BNDES, 93,8% do total dos recursos foram repassados pela Noruega, 5,7% pela Alemanha e 0,5% foram injetados pela Petrobras - 26/10/2020/Assunto: Economia</p> <p>3)Queimadas são a maior ameaça atual ao meio ambiente, diz pesquisa da CNI/Brasileiro acredita que é preciso aumentar áreas de preservação ambiental e, para 93%, preservar a Amazônia é fundamental para ... - 03/11/2020/Assunto: Economia</p> <p>4)Em discurso no G20, Bolsonaro se apresenta como defensor do meio ambiente/Aos líderes estrangeiros,</p>

	<p>presidente disse que vai 'continuar protegendo a Amazônia e o Pantanal' - 22/11/2020/ Assunto: Política</p> <p>5)Nelsinho Trad reúne países e marca data para recriar Parlamento Amazônico/Os Parlamentos dos oito países que integram a Amazônia devem indicar os membros do colegiado até o dia 21 - 30/11/2020/Assunto: Brasil</p>
<p>2021 - número de publicações: 14</p>	<p>1)Bolsonaro, o elefante na sala/Emissários do EUA dizem que pode haver sanções por devastação na Amazônia - 24/02/2021/Assunto: Mundo</p> <p>2)'Estamos na mesma página que EUA em relação ao clima', diz Ernesto Araújo/Em coletiva promovida pelo Conselho das Américas, ministro das Relações Exteriores diz que não há diferença filosófica com o g... - 05/03/2021/Assunto: Mundo</p> <p>3)Todos do meio ambiente contra Bolsonaro/Mais de 250 entidades assinam carta na qual pedem atenção especial do Congresso a projetos de lei que tratam de questões ambientais - 16/03/2021/ Assunto: Brasil</p> <p>4)Ricupero: Cúpula do clima será 'última chance' de Brasil retomar prestígio/Ex-ministro do Meio Ambiente afirma que governo Bolsonaro terá 'oportunidade única' em encontro com Biden para se posicionar ... - 20/03/2021/Assunto: Mundo</p> <p>5)Leia a íntegra da Carta de lideranças ambientalistas em defesa da Amazônia/Senadores, deputados e integrantes da sociedade civil pedem que Estados Unidos não assinem acordo com o Brasil -15/04/2021/Assunto: Brasil</p> <p>6)Ricardo Salles: "Contrariamos interesses"/Em entrevista a VEJA, o ministro afirma que a preservação da Amazônia só será possível com o desenvolvimento da região - 16/04/2021/Assunto: Política</p> <p>7)Tudo que o Brasil podia ser (por Marcos Magalhães)/O objetivo é um país onde a industrialização, por definição, depende da saúde das florestas e dos rios - 21/04/2021/Assunto: Política</p> <p>8)Em cúpula do clima, Bolsonaro promete neutralidade climática até 2050/Mudança de tom no discurso do presidente é uma sinalização às cobranças dos Estados Unidos pelo maior comprometimento brasileiro c...- 22/04/2021/Assunto: Mundo</p> <p>9)Leia a íntegra do discurso do presidente Jair Bolsonaro na Cúpula do Clima/Evento organizado pelo governo americano conta com presença de 40 líderes mundiais para debate de ações e objetivos em relaça... - 22/04/2021/Assunto: Mundo</p> <p>10)O meio ambiente que os brasileiros desejam/O País apoia a preservação ambiental. Esse é o único prumo possível para essa política - 22/04/2021/Assunto: Política</p> <p>11)Ventos da mudança: Cúpula do Clima une países em torno da economia verde/Reunião virtual apressa as metas para conter o aquecimento global. O Brasil, por enquanto, é só promessas - 22/04/2021/Assunto: Mundo</p> <p>12)"Precisamos de uma alternativa", diz Marina Silva sobre eleições de 2022/A ex-ministra do Meio Ambiente e candidata nas três últimas disputas presidenciais defende um projeto político distante tanto d... - 07/05/2021/Assunto: Páginas Amarelas</p> <p>13)O agro brasileiro na agenda de biodiversidade/Agenda Pós-2020 da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) é excelente oportunidade para uma agenda pró-ativa e positiva para o agronegócio brasileiro - 28/05/2021/Assunto: Agenda Verde</p>

	14)Após queda de Salles, há poucos sinais de mudança na política ambiental/Governo tem a chance de corrigir a desastrosa política que transformou o país no vilão do planeta - 25/06/2021/Assunto: Política
--	---

Amazônia brasileira: mídia socioambiental

Amazônia brasileira: Eco 21

Publicações da Eco 21	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira
	Subtema: desmatamento	Subtema: extrativismo	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: Janeiro de 2003 Notícia mais recente: Julho de 2021			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia
Número de publicações entre 2003 e 2021	Busca inicial: 258 Busca Final: 50	Busca inicial: 258 Busca Final:14	Busca inicial: 258 Busca Final: 85
Publicações selecionadas	50	14	85

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: desmatamento

Publicações da Eco 21 (site antigo até 2018 – site novo a partir de 2019)	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: desmatamento Total: 50 publicações
2003 - número de publicações: 1	1)Expediente Amazônia - Edição 79/junho de 2003.
2004 - número de publicações: 3	1)Desenvolvimento sustentável e áreas protegidas na Amazônia - Edição 86/janeiro de 2004 2) Amazônia resiste em seiva e sangue - Edição 86/janeiro de 2004 3)O Sequestro de Carbono na Amazônia e no Cerrado - Edição 95/outubro de 2004
2005 - número de publicações: 6	1)A Amazônia está acabando - Edição 103/julho de 2005 2)Desmatamento na Amazônia: miopia do debate - Edição 103/julho de 2005 3)Pressão Humana no Bioma Amazônia - Edição 104/julho de 2005 - tipos de desmatamento 4) Seca na Amazônia: algo está fora da ordem - Edição107/outubro de 2005 5)A Amazônia no caminho da transição agrícola mundial - Edição 107/outubro de 2005 6)Rodovia BR-163: o perigo de asfaltar a Amazônia - Edição 108/novembro de 2005
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007 - número de publicações: 4	1) Destruir a Amazônia ou outro bioma é uma insensatez - Edição 123/fevereiro de 2007 2)APAs da Amazônia permanecem no papel - Edição 127/junho de 2007 3)Os serviços ambientais da Amazônia para o Brasil - Edição 129/agosto de 2007 4)Bali representou um avanço na proteção da Amazônia - Edição 133/dezembro de 2007
2008 - número de publicações: 1	1)Da polêmica em torno do desmatamento na Amazônia - Edição 136/março de 2008

2009 - número de publicações: 2	1) Cobrar por retenção de dióxido de carbono poderá ajudar a Amazônia - Edição 147/fevereiro de 2009 2) Mudanças Climáticas podem levar ao colapso da Amazônia - Edição 157/dezembro de 2009
2010 - número de publicações: 3	1) Britaldo Soares: áreas protegidas da Amazônia podem evitar emissões mundiais de carbono - Edição 163/junho de 2010 2) Interação entre a floresta e o clima na Amazônia - Edição 166/setembro de 2010 3) Entrevista com Carlos Nobre - A Amazônia está aquecendo - Edição 168/novembro de 2010
2011 - número de publicações: 1	1) Um modelo para a Amazônia - Edição 179/outubro de 2011
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013 - número de publicações: 3	1) TNC e Walmart juntos pela pecuária sustentável na Amazônia - Edição 197/abril de 2013 2) Experiência na Amazônia vira modelo mundial para pesquisas - Edição 199/julho de 2013 3) Novo Código Florestal amplia desmatamento na Amazônia - Edição 201/setembro de 2013
2014 - número de publicações: 2	1) DETER registra redução do desmatamento na Amazônia - Edição 208/março de 2014 2) Estudo aborda papel da Amazônia na regulação do clima na América do Sul - Edição 217/dezembro de 2014
2015 - número de publicações: 1	1) Redução do desmatamento da Amazônia evita 1,7 mil mortes por ano - Edição 226/setembro de 2015
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 3	1) Queimadas destroem 78% da biodiversidade da Amazônia - Edição 244/março de 2017 2) Aumenta desmatamento em UCs da Amazônia - Edição 244/março de 2017 3) Desmatamento na Amazônia: o que comemoramos? - Edição 251/outubro de 2017
2018 - número de publicações: 2	1) Desmatamento na Amazônia está prestes a atingir limite irreversível - Edição 255/fevereiro de 2018 2) Risco de savanização da Amazônia exige medidas adaptativas - Edição 265/dezembro de 2018
2019 - número de publicações: 8	1) Conservação fornece várias vitórias ao Brasil - Edição 268/março de 2019 2) Brasil é pioneiro em incentivo financeiro contra desmatamento - Edição 272/julho de 2019 3) 50 milhões de hectares estão sendo destruídos porque empresas ignoraram compromisso - Edição 271/junho de 2019 4) Estamos em uma emergência planetária - Edição 269/abril de 2019 5) Reflexos do aquecimento global na economia brasileira - Edição 270/maio de 2019 6) O pior do fogo pode ainda estar por vir - Edição 273/agosto de 2019 7) Amazônia em Chamas: filha de Chico Mendes lidera "empates" contra as queimadas - edição 273/agosto de 2019 8) Alta no desmatamento coroa desmonte ambiental de Bolsonaro e Salles - Edição 276/dezembro de 2019
2020 - número de publicações: 5	1) Direto do confinamento: nem com a pandemia o desmatamento vai cair - Edição 280/março-abril de 2020 2) Pesquisadores temem explosão de desmatamento em 2020 - Edição 282/julho-agosto de 2020 3) Carta dos fundos internacionais para o Embaixador do Brasil em Londres - Edição 281/maio-junho de 2020

	4)Desmatamento e interesse nacional - sem data 5)Seis medidas para a queda rápida do desmatamento – sem data
2021 - número de publicações: 5	1)Brasil caminha para recorde de desmatamento na Amazônia - sem data 2)Pesquisa conecta frigoríficos a incêndios na Amazônia - Edição 282/julho-agosto de 2020 3)Com desmatamento, Amazônia perde sua capacidade de absorver carbono - sem data 4)Desmatamento acumulado dos últimos 11 meses cresceu 51% na Amazônia, aponta Imazon - sem data 5)Relatório do IPCC é ultimato para governos e empresas - sem data

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: extrativismo

Publicações da Eco 21 (site antigo até 2017 – site novo a partir de 2019)	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: extrativismo Total: 14 publicações
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011 - número de publicações: 1	1)Açaí, jóia púrpura da Amazônia, gera riqueza nas APPs - Edição 179/outubro de 2011
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013 - número de publicações: 1	1)Ameaças à Amazônia vão muito além das queimadas - Edição 202/setembro de 2013
2014 - número de publicações: 2	1)Projetos do IEB ajudam agricultores na Amazônia - Edição 207/fevereiro de 2014 2)Moratória de pesca reduzirá as ameaças aos botos da Amazônia - Edição 210/maio de 2014
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017 - número de publicações: 1	1)Ouro de tolo: RENCA e o futuro da Amazônia - Edição 250/setembro de 2017
2018 - número de publicações: 2	1)O mercúrio nas veias da Amazônia - Edição 261/agosto de 2018 2)Pesquisas ambientais na Amazônia devem integrar questões socioeconômicas - Edição 263/outubro de 2018
2019 - número de publicações: 1	1)Destacando as origens dos produtos florestais indígenas do Brasil - Edição 274/setembro de 2019
2020 - número de publicações: 4	1)PL da Mineração: entrevista com o Subprocurador-Geral Antônio Carlos Bigonha - Edição 279/fevereiro de 2020 2)Semana do Meio Ambiente: projeto ajuda a estruturar cadeias produtivas que mantêm floresta em pé - sem data 3)Maior biodiversidade do planeta está no Brasil e precisa ser conservada - sem data 4)Em plena pandemia, extração de ouro aumenta na Amazônia - sem data
2021 - número de publicações: 2	1)Biodiplomacia, uma saída à devastação na Amazônia - sem data 2)Produtores rurais recebem por mata conservada na Amazônia - sem data

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: política ambiental

Publicações da Eco 21 (site antigo até 2017 - site novo a partir de 2019)	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: política ambiental Total: 85 publicações
2003 - número de publicações: 2	1)Editorial: O caminho da sustentabilidade ambiental - Edição 74/janeiro de 2003 2)No ambientalismo do PT até de olhos fechados - Edição 75/fevereiro de 2003
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005 - número de publicações: 2	1)Cinco milhões de hectares protegidos na Amazônia 1 - Edição 100/março de 2005 2)Contra a privatização da Amazônia - Denise Hamú - Edição 106/setembro de 2005
2006 - número de publicações: 2	1)Nacionalizando a Amazônia - Edição 116/julho de 2006 2)A internacionalização da Amazônia e o agronegócio - Edição 117/agosto de 2006
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008 - número de publicações: 5	1)As pontes para uma Amazônia Sustentável - Edição 135/fevereiro de 2008 2)Os inimigos da Amazônia estão aqui, e são brasileiros - Edição 139/junho de 2008 3) Mangabeira propõe projeto para reinventar a Amazônia - Edição 143/outubro de 2008 4)A internacionalização da Amazônia já está acontecendo - Edição 145/dezembro de 2008 5) Amazônia vive o crime legal - Edição 162/maio de 2010
2009 - número de publicações: 1	1)REDD é a melhor opção para o desenvolvimento da Amazônia – Bruno Calixto - Edição 150/maio de 2009
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014 - número de publicações: 2	1)Paragominas: a batalha da Amazônia! - Edição 207/fevereiro de 2014 2)Mad Maria, Mad Madeira, Mad Amazônia - Edição 208/março de 2014
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016 - número de publicações: 1	1)Como captar R\$ 70 bilhões para conservar a Amazônia? - Edição 239/outubro de 2016
2017 - número de publicações: 6	1)Parlamentares tiram proteção de Parque Nacional na Amazônia - Edição 245/março de 2017 2)Governança garantiu avanços socioambientais na Amazônia -Edição 246/abril de 2017 3)Sobre corte de verba da Noruega para Amazônia - Edição 247/maio de 2017 4)Hidrelétricas em série causarão colapso ecológico na Amazônia - Edição 247/maio de 2017 5)Carlos Nobre propõe Terceira Via de desenvolvimento para a Amazônia - Edição 247/maio de 2017 6)Decreto coloca em risco 9 áreas protegidas na Amazônia - Edição 249/julho de 2017
2018 - número de publicações: 3	1)A Amazônia tem pressa - Edição 262/setembro de 2018 2)Amazônia e os Retrocessos do Momento Político - Edição 263/outubro de 2018 3)Fundo Amazônia aprova R\$ 45 mi para gestão de terras indígenas e de unidades de conservação - Edição 265/dezembro de 2018

<p>2019 - número de publicações: 18</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1)Empresas são essenciais para o desenvolvimento sustentável - Edição 270/maio de 2019 2)Três Ministros responsáveis pela região amazônica - Edição 270/maio de 2019 3)Comunicado dos ex-Ministros de Estado do Meio Ambiente - Edição 270/maio de 2019 4)Ex-Ministros alertam sobre a desconstrução do meio ambiente - Edição 270/maio de 2019 5)MPF pede afastamento de Salles do MMA por improbidade administrativa - sem data 6)Ousemos um modelo econômico do Século 21 - Edição 272/julho de 2019 7)A política ambiental coloca a fauna silvestre em risco - Edição 272/julho de 2019 8)O desastre ambiental brasileiro: com a palavra, países compradores de commodities - Edição 272/julho de 2019 9)Meio Ambiente e Soberania - Edição 272/julho de 2019 10)Ex-Ministros querem a Câmara na crise ambiental - Edição 273/agosto de 2019 11)Responsabilidades amazônicas - Marina Silva (Ex-Ministra do Meio Ambiente e ex-Senadora) - Edição 273/agosto de 2019 12) Ex-Ministros do Meio Ambiente e OAB pedem apoio da Câmara para enfrentar a crise na Amazônia - 28/08/2019 13)Fundo para meio ambiente ou centralização de poder? - Edição 275/outubro de 2019 14)Carlos Nobre: “Semana do Clima mantém viva a esperança” - sem data 15)Serviços ambientais: fogo atenuado? - Edição 274/outubro de 2019 16)O INPE e o monitoramento dos biomas brasileiros - Edição 276/dezembro de 2019 17)Posição brasileira para COP25 é para lá de vergonhosa - Edição 276/dezembro de 2019 18)Alter do Chão: acusação sem provas é ataque à Constituição - Edição 276/dezembro de 2019
<p>2020 - número de publicações: 26</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1)Retrospectiva de 2019 e perspectivas para 2020 na área ambiental - Edição 277/janeiro de 2020 2)2019: o ano que o mundo e o Brasil pegaram fogo - Edição 277/janeiro de 2020 3)Denúncia – A destruição do meio ambiente em três frentes - sem data 4)Indígenas correm risco de genocídio por coronavírus - edição 280/março-abril de 2020 5)Pagamento por serviços ambientais - Edição 281/maio-junho de 2020 6)A Boiada e o Dia Mundial do Meio Ambiente - Edição 281/maio-junho de 2020 7) Onde se planta jornalismo floresce democracia - Edição 281/maio-junho de 2020 8)Sirkis: Ratificar o Acordo de Paris é um momento único no Brasil - Edição 282/julho-agosto de 2020 9)Ex-Ministros do Meio Ambiente divulgam Carta em defesa da democracia e da sustentabilidade - ex-Ministros do Meio Ambiente Carlos Minc, Edson Duarte, Gustavo Krause, José Carlos Carvalho, Izabella Teixeira, Marina Silva, Rubens Ricupero, Sarney Filho e José Goldemberg - Edição 282/julho-agosto de 2020 10)Ex-ministros e presidentes do BC lançam carta. Como o Brasil deve crescer? - Edição 282/julho-agosto de 2020

	<p>11)Desmonte ambiental do governo Bolsonaro chega ao STF - sem data</p> <p>12)Devastação ambiental e a urgência de um Green New Deal - sem data</p> <p>13)Década da Biodiversidade termina sem nenhuma meta cumprida - sem data</p> <p>14)Nota de desagravo à tentativa de intimidação do Ministro Salles ao Secretário-Executivo do Observatório do Clima - sem data</p> <p>15)Presidente da Comissão de Meio Ambiente critica Salles por promover 'desmonte' - sem data</p> <p>16)Deputados Verdes repudiam Salles por desmonte ambiental - 03/11/2011</p> <p>17)Partidos vão ao STF contra projeto "Punição Zero" a crime ambiental - sem data</p> <p>18)Preparação para a COP26 reúne múltiplos atores em busca de agenda comum para a América Latina - sem data</p> <p>19)Sobre a semana do clima de Nova York - sem data</p> <p>20)STF analisa paralisação do Fundo Amazônia - sem data</p> <p>21)ONGs e parlamentares cobram ONU por espionagem na COP25 - 29/10/2020</p> <p>22)O risco de perder a Agenda 2030 no Brasil - 06/11/2020</p> <p>23)Carta pública: Tudo está interligado como se fôssemos um nessa casa comum - 04/12/2020</p> <p>24)Movimento indígena elege 15 candidatos em Roraima - 08/12/2020</p> <p>25)Empresários pedem rápida ratificação do Acordo entre Mercosul e União Europeia – sem data</p> <p>26)Aldeias na reclusão: invasão e luta nas fronteiras Norte - 17/12/2020</p>
2021 - número de publicações: 17	<p>1)Ex-Ministros do Meio Ambiente enviam carta aos Presidentes da Alemanha, França e Noruega - sem data</p> <p>2)Bolso & Biden não se protege a Amazônia sem transparência - sem data</p> <p>3)Sem combate, desmatamento mantém alta em 2021 - sem data</p> <p>4)Em defesa do Instituto Chico Mendes - sem data</p> <p>5) Crise Ecológica e Sobrevivência da Humanidade - sem data</p> <p>6)Preservar Amazônia é mais lucrativo que desmatar - sem data</p> <p>7)#SínodoAmazônico: a Igreja está comprometida em ser aliada da Amazônia - sem data</p> <p>8)A favor da Amazônia, bancos e entidades católicas pressionam Bolsonaro - sem data</p> <p>9)Deputados do PV buscam urgência para evitar coação dos servidores e o fim da fiscalização ambiental - sem data</p> <p>10)Corte de verba reforça desmonte da fiscalização ambiental no Brasil - sem data</p> <p>11)Ex-ministros do MMA fazem debate em defesa do meio ambiente - sem data</p> <p>12)Salles enfim cai, mas quem manda ainda é Bolsonaro - sem data</p> <p>13)Dia mundial de proteção das florestas estados e municípios buscam iniciativas próprias - 17/07/2021</p> <p>14)Governadores apresentam aos EUA projetos para proteção ambiental e desenvolvimento sustentável no Brasil - 30/07/2021</p> <p>15)Pesquisa aponta que brasileiros não confiam no Estado para proteger a Amazônia - sem data</p>

	16)Brasileiros... mas nem tanto (o indígena no Brasil de Alencar a Krenak) - sem data 17)Na ONU, Apib e Cimi denunciam medidas anti-indígenas e questionam governo brasileiro - sem data
--	---

Amazônia brasileira: Envolverde

Publicações da Envolverde	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira
	Subtema: desmatamento	Subtema: extrativismo	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 31/03/2011 Notícia mais recente: 15/06/2021			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia
Número de publicações entre 2003 e 2021	Busca inicial: 561 Busca Final: 76	Busca inicial: 561 Busca Final: 16	Busca inicial: 561 Busca Final: 255
Publicações selecionadas	76	16	255

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: desmatamento

Publicações da Envolverde	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: desmatamento Total: 76 publicações
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011 - número de publicações: 11	1)Querência (MT) deverá sair da lista dos maiores desmatadores em abril - 31/03/2011 2)Crescimento do manejo florestal esbarra em desafios - 11/04/2011 3)Rumo a uma nova economia florestal - 11/04/2011 4)Belo Monte diante de obstáculos e polêmicas sem fim - 11/04/2011 5)Sustentabilidade no governo: choque de interesses, práticas contraditórias - 19/04/2011 6)“Código Florestal é porta de entrada para ruralistas destruírem mais leis” - 25/04/2011 7)Mirem no exemplo dos que obedecem Código Florestal - 09/05/2011 8)Brasil rural: matar e desmatar - 06/06/2011 9)A nova exploração madeireira - 13/06/2011 10)Quanto custa o saboroso bife amazônico - 19/09/2011 11)A marcha dos insensatos - 17/10/2011
2012 - número de publicações: 6	1)Diretrizes nacionais para programa de redução de emissões - 11/03/2012 2)Mudanças no Código Florestal baseiam-se em ‘desconhecimento entristecedor’, escreveu Ab’Saber - 18/03/2012 3)Tribu amazônica está sendo exterminada, diz ONG - 22/03/2012

	<p>4)Extração ilegal de madeira é problema crônico, diz ONG - 05/04/2012</p> <p>5)Brasil é modelo em direitos de comunidades florestais - 09/04/2012</p> <p>6)Madeira sustentável gera emprego e renda em município do Pará - 19/11/2012</p>
2013 - número de publicações: 13	<p>1)Brasil fará inventário minucioso da Floresta Amazônica - 30/01/2013</p> <p>2)Justiça florestal pelas próprias mãos - 04/03/2013</p> <p>3)ONU quer “revolução tecnológica” para combater extração ilegal da madeira - 22/03/2013</p> <p>4)Povos indígenas não são tratados como protagonistas - 19/04/2013</p> <p>5)Mudanças climáticas, como estamos? - 06/05/2013</p> <p>6)Código Florestal completa um ano com poucos avanços - 25/05/2013</p> <p>7)Governo e ONGs criam iniciativas para o Código Florestal - 25/05/2013</p> <p>8)Novo Código Florestal: um ano, nada de novo - 27/05/2013</p> <p>9)Um ano do Código Florestal: tudo dito, nada feito - 29/05/2013</p> <p>10)Brasil busca marco legal para incentivar preservação ambiental -03/06/2013</p> <p>11)Um dia que não existiu - 10/06/2013</p> <p>12)Um dia que não existiu - 01/07/2013</p> <p>13)Mais de 1 milhão de hectares na Floresta Amazônica poderão ser explorados por madeiras - 04/09/2013</p>
2014 - número de publicações: 11	<p>1)A importância das grandes árvores - 20/01/2014</p> <p>2)Um novo foco no combate à ilegalidade - 21/01/2014</p> <p>3)Uma nova ameaça ao Tapajós - 27/01/2014</p> <p>4)Moratória da soja é renovada pela última vez - 03/02/2014</p> <p>5)Empresas apoiam renovação da moratória da soja - 10/02/2014</p> <p>6)Acordo de Gado: dando nome aos bois - 04/04/2014</p> <p>7)O retorno da Moratória da Soja? - 08/05/2014</p> <p>8)Degradação avança sobre áreas protegidas - 03/09/2014</p> <p>9)Degradação florestal no Brasil preocupa especialistas - 08/09/2014</p> <p>10)A destruição da floresta não para - 05/11/2014</p> <p>11)Desmatamento: má notícia pode virar pesadelo - 10/11/2014</p>
2015 - número de publicações: 6	<p>1)Incêndios criminosos impedem regeneração florestal em terra indígena - 07/01/2015</p> <p>2)Artigo publicado na revista Science reconhece eficácia da Moratória da Soja - 26/01/2015</p> <p>3)Europeus dizem não à madeira ilegal - 05/03/2015</p> <p>4)Fraudes acobertam madeira ilegal - 06/03/2015</p> <p>5)Compromisso Público da Pecuária - 03/05/2015</p> <p>6)Tomba árvore, tomba índio -18/05/2015</p>
2016 - número de publicações: 12	<p>1)Moratória da soja é renovada por tempo indeterminado - 11/05/2016</p> <p>2)Problemas fundiários são entraves para fim do desmate - 19/05/2016</p> <p>3)Assentados trocam madeira por renda sustentável - 19/05/2016</p> <p>4) Desmate zero é viável - 13/07/2016</p> <p>5)Moratória da Soja completa dez anos - 25/07/2016</p> <p>6)Recordes de queimadas e de problemas - 30/08/2016</p> <p>7)Pecuária, ameaça e oportunidade - 31/08/2016</p> <p>8)As queimadas roubam a cena - 05/09/2016</p>

	9)Florestas queimando, planeta aquecendo - 15/09/2016 10)Brasil tenta regular novo mercado de carbono - 24/10/2016 11)Emissão do Brasil sobe 3,5% em 2015 - 28/10/2016 12)Lei de licenciamento livra bancos de punição - 02/12/2016
2017 - número de publicações: 4	1)Os cinturões que sustentam a floresta - 14/03/2017 2)“Querem oficializar grilagem”, diz Izabella - 09/02/2017 3) Colocando mais gasolina na motosserra - 13/02/2017 4)“É preciso declarar guerra ao desmate” - 22/02/2017
2018 - número de publicações: 2	1)2018 - O ano da transparência da Moratória da Soja: compartilhando aprendizados - 12/06/2018 2)Governo cria cinco novas unidades de conservação ambiental -06/04/2018
2019 - número de publicações: 4	1)Avanço da agropecuária, estradas ilegais e floresta no chão. Assim começa o ano no Xingu - 29/03/2019 2)A casa está em chamas - 31/07/2019 3)Brasil perdeu 89 milhões de hectares de vegetação natural nos últimos 34 anos - 29/08/2019 4)Brasil tem emissões estáveis em 2018 - 06/11/2019
2020 - número de publicações: 7	1)Um terço das florestas intocadas do mundo estão em terras indígenas - 29/04/2020 2)70% da madeira explorada no Pará é ilegal, mostra estudo - 11/05/2020 3)No Pará, cientistas e ribeirinhos trabalham juntos para reduzir os estragos do fogo - 06/10/2020 4)Iniciativa remunera produtor rural que mantém a floresta em pé - 12/11/2020 5)Entrevista: “O grande impacto de uma queimada na floresta acontece quatro anos depois” - 17/11/2020 6)Quase 50% das queimadas estão em áreas recém-desmatadas, diz Inpe - 18/11/2020 7)Operação identifica mais de 130 mil metros cúbicos de madeira ilegal no Pará - 22/12/2020
2021	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: extrativismo

Publicações da Envolverde	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: extrativismo Total: 16 publicações
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2012 - número de publicações: 1	1)Acre lidera novo boom da borracha - 03/12/2012
2013 - número de publicações: 3	1)A desregulamentação ambiental no Brasil - 04/02/2013 2)Parceria entre empresas e instituições impulsiona economia verde no Pará - 03/10/2013 3)Agricultores familiares planejam aumentar a produção de cacau em São Félix do Xingu - 19/12/2013
2014 - número de publicações: 3	1)Plano Nacional de Mineração e a nova versão do Programa Grande Carajás - 28/04/2014 2)Reservas extrativistas enfrentam o desafio da sucessão - 30/07/2014

	3)A mineração em unidades de conservação: como não comprometer oportunidades futuras? - 18/11/2014
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016 - número de publicações: 1	1)Em terra de índio, a mineração bate à porta - 28/06/2016
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018 - número de publicações: 1	1)Com certeza de impunidade, grileiros intensificam invasão na Terra Indígena Uru- Eu-Wau-Wau - 18/12/2018
2019 - número de publicações: 1	1)Ministério Público entra com ação contra mineração em terras indígenas - 01/03/2019
2020 - número de publicações: 5	1)Alerta verde: como os indígenas vêm sentindo as mudanças climáticas na floresta - 14/05/2020 2)"Nós, povos da floresta, temos que nos unir" - 17/04/2020 3)Extrativistas cercados pelo fogo se dizem abandonados - 16/09/2020 4)Mineração em terras indígenas pode causar prejuízo anual de US\$ 5 bi, diz estudo - 25/09/2020 5)Como ribeirinhos no Pará enfrentaram uma das maiores mineradoras de alumínio do mundo - 08/10/2020
2021 - número de publicações: 1	1)Dendê busca se fortalecer como uma das vocações amazônicas - 26/01/2021

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: política ambiental

Publicações da Envolverde	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: política ambiental Total: 255 publicações
2003	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011 - número de publicações: 40	1)Proposta de empresas e ONGs abre caminho para o consenso sobre Código Florestal - 31/03/2011 2)Deputados adiam votação do Código Florestal para a próxima terça-feira - 05/05/2011 3)Metas climáticas ameaçadas - 16/05/2011 4)Acordo sobre Código Florestal fere democracia, mancha reputações e alimenta impunidade geral - 20/05/2011 5)Qual a maior bobagem sobre a reforma do Código Florestal? - 23/05/2011 6)Câmara aprova novo Código Florestal com mudança em APPs - 25/05/2011 7)Belo Monte, o calcanhar de Aquiles do governo. Entrevista especial com Telma Monteiro - 06/06/2011 8)Projeto de lei de reforma do Código Florestal trará perdas econômicas para a agricultura brasileira - 13/06/2011 9)Panorama inquietante. E caminhos para mudar - 13/06/2011 10)Pesquisa mostra insatisfação com novo Código Florestal - 13/06/2011 11)Floresta, para que floresta? - 20/06/2011 12)Divórcio insustentável - 27/06/2011 13)"O Código Florestal cria o caminho 'legal' para concluir a grilagem da terra" - 04/07/2011 14)O Código Florestal e a violência no campo - 04/07/2011

	<p>15)Brasil deve fortalecer mecanismos de incentivo à preservação ambiental - 06/07/2011</p> <p>16)Fundo Kayapó vai apoiar projetos indígenas de conservação da Floresta Amazônica - 09/07/2011</p> <p>17)Falando a verdade sobre Belo Monte e o Plano Decenal de Energia - 12/07/2011</p> <p>18)Belo Monte é pior do que estava previsto - 20/07/2011</p> <p>19)Cansei. Agora, sou agro. - 25/07/2011</p> <p>20)Um Código sustentável - 01/08/2011</p> <p>21)Brasil avança na estratégia nacional de REDD+ - 05/08/2011</p> <p>22)REDD+ no Brasil - 08/08/2011</p> <p>23)“Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras” na luta contra Belo Monte - 08/08/2011</p> <p>24)Belo Monte e Jirau: por trás das represas - 15/08/2011</p> <p>25)Lei com endereço certo - 22/08/2011</p> <p>26)Um Código Florestal mais iluminado - 29/08/2011</p> <p>27)Com a morte nos calcanhares - 30/08/2011</p> <p>28)Texto do Código Florestal gera insegurança jurídica e anistia desmatador - 26/09/2011</p> <p>29)Código Florestal - o que a ciência tem a dizer - 26/09/2011</p> <p>30)Bolsa Verde pode ser uma gota no oceano - 10/10/2011</p> <p>31)Bolsa Floresta e Bolsa Verde: semelhanças, diferenças e desafios - 31/10/2011</p> <p>32)Código Florestal - Análise do relatório do senador Luiz Henrique - 31/10/2011</p> <p>33)Código Florestal e o princípio da precaução - 07/11/2011</p> <p>34)Bancos recebem notificação sobre financiamento de Belo Monte - 08/11/2011</p> <p>35)Código Florestal: “a discussão é feita a partir de um cronograma político” - 14/11/2011</p> <p>36)Código Florestal: uma mensagem negativa - 27/11/2011</p> <p>37)O que querem as comunidades da floresta amazônica? - 28/11/2011</p> <p>38)Violência no campo, instituições e Código Florestal - 05/12/2011</p> <p>39)Marina Silva pede que Dilma vete novo Código Florestal - 12/12/2011</p> <p>40)“Essa é uma lei da produção agrícola e não tem nada a ver com o Código Florestal” - 12/12/2011</p>
2012 - número de publicações: 29	<p>1)“Essa é uma lei da produção agrícola e não tem nada a ver com o Código Florestal” - 02/01/2012</p> <p>2)O Código Florestal, a economia de baixo carbono e o desenvolvimento - 06/02/2012</p> <p>3)ONU faz homenagem póstuma a casal de ambientalistas assassinado no Pará - 10/02/2012</p> <p>4)Uma maldição afeta hidrelétricas amazônicas - 27/02/2012</p> <p>5)Relator admite que reforma do Código Florestal promove anistia a desmatadores - 05/03/2012</p> <p>6)Relator antecipa principais pontos do novo Código Florestal - 09/03/2012</p> <p>7)Ecologistas vão políticas de Dilma - 30/03/2012</p> <p>8)Novo Código Florestal: cadê o bom senso? - 08/04/2012</p> <p>9)Código Florestal: de volta ao Século 19 - 09/04/2012</p> <p>10)Código Florestal: uma concepção bandeirante de desenvolvimento - 16/04/2012</p> <p>11)“Não será um Código Ambiental perfeito.” E Dilma levou suas palavras a sério - 23/04/2012</p>

	<p>12)Semana de votação do Código Florestal começa com ameaças e sem consenso - 23/04/2012</p> <p>13)A decisão de Dilma, vetar, ou não, o Código Florestal? - 03/05/2012</p> <p>14)Código Florestal: texto aprovado é contraditório e de “difícil interpretação” - 07/05/2012</p> <p>15)13 Razões para o veto total do PL 1876/99 do Código Florestal - 07/05/2012</p> <p>16)Marina Silva - Ambientalista desde a juventude, ela critica possíveis retrocessos na Conferência da ONU - 04/06/2012</p> <p>17)Ministra rebate críticas sobre timidez do pacote ambiental na criação de áreas de preservação - 06/06/2012</p> <p>18)Para Dilma, Brasil vem crescendo na área ambiental - 12/06/2012</p> <p>19)Uma avaliação da RIO+20: sucesso ou fracasso? - 16/06/2012</p> <p>20)Meio ambiente é segunda área do governo mais bem avaliada pela população - 05/07/2012</p> <p>21)Felipe Milanez: jornalismo em defesa da floresta e dos direitos indígenas - 03/08/2012</p> <p>22)Consciência ambiental no país quadruplicou, diz pesquisa -17/08/2012</p> <p>23)“Uma hora ele é índio demais e atrapalha, outra hora ele é índio de menos, e não têm direitos” - 27/08/2012</p> <p>24)Blefe ruralista - 17/09/2012</p> <p>25)Congresso sentencia fim das florestas - 26/09/2012</p> <p>26)Novo manifesto da SBPC e ABC sobre o Código Florestal encaminhado para a presidente Dilma Rousseff - 09/10/2012</p> <p>27)Um rio em fúria - 05/12/2012</p> <p>28)A guerra dos megawatts - 05/12/2012</p> <p>29)Fórum discute acesso à biodiversidade e repartição de benefícios durante encontro em Belém - 07/12/2012</p>
2013 - número de publicações: 13	<p>1)Plano de proteção a Terras Indígenas afetadas por Belo Monte está atrasado em quase dois anos, diz Funai - 23/01/2012</p> <p>2)Ministério do Meio Ambiente vai mapear florestas brasileiras 28/01/2013</p> <p>3)Vida que vem da floresta - 21/03/2013</p> <p>4)Laísa luta pela terra e pela memória da irmã - 10/07/2013</p> <p>5)Direitos indígenas violados - 25/07/2013</p> <p>6)Sem escola, comunidade ribeirinha no PA sofre expropriação territorial - 26/07/2013</p> <p>7)A eterna resistência dos Awá-Guajá - 06/08/2013</p> <p>8)Todos perdem na guerra pelas hidrelétricas amazônicas - 27/08/2013</p> <p>9)Bolsa Verde beneficia 42 mil famílias aliando preservação ambiental e aumento da renda - 09/09/2013</p> <p>10)Governo apresenta o Sistema de Cadastro Ambiental Rural -01/10/2013</p> <p>11)Mobilizações indígenas escancaram problemas ambientais e sociais no Brasil - 04/10/2013</p> <p>12)De celeiro a grande canteiro de obras para o mundo - 05/11/2013</p> <p>13)COP19: Comunidades indígenas enumeram prioridades para políticas ambientais - 14/11/2013</p>
2014 - número de publicações: 25	<p>1)“Matar um índio para pegar uma índia” - 15/01/2014</p> <p>2)Brasil precisa de estratégia nacional para implantação do Código Florestal - 17/01/2014</p> <p>3)ONGs criticam estratégia brasileira de desenvolvimento a todo custo - 24/01/2014</p>

	<p>4)Estados amazônicos lançam publicação com propostas para a Estratégia Nacional de REDD+ - 20/02/2014</p> <p>5)Código Florestal: sempre pode piorar - 12/03/2014</p> <p>6)Inpe e Fao assinam acordo para capacitar no monitoramento de florestas por satélites - 24/04/2014</p> <p>7)Science publica estudo sobre o impacto do novo Código Florestal - 25/04/2014</p> <p>8)“Falta visão de longo prazo nas políticas para o clima” - 06/05/2014</p> <p>9)Regulamentação pendente do Código Florestal é publicada - 08/05/2014</p> <p>10)CAR: Antes tarde do que nunca - 12/05/2014</p> <p>11)CAR para quê? - 16/05/2014</p> <p>12)Governo estabelece novo arranjo financeiro ao Programa Arpa -21/05/2014</p> <p>13)Estados ainda não têm estrutura para implementar novo Código Florestal, diz sociedade civil - 23/05/2014</p> <p>14)Para observatório, implementação do Código Florestal ainda está “engatinhando” - 26/05/2014- 26/05/2014</p> <p>15)Viva Mata: Fazer valer o Código Florestal é tarefa de todos - 26/05/2014</p> <p>16)Desenvolvimento econômico x crise ambiental - 22/08/2014</p> <p>17)O Brasil na contramão - 24/09/2014</p> <p>18)Estudo do Senado aponta preservação ambiental como caminho para desenvolvimento - 01/10/2014</p> <p>19)Proposta dá prioridade para financiamento de projetos de recuperação ambiental -14/10/2014</p> <p>20)A tática da “embromação climática” - 21/10/2014</p> <p>21)Sociedade clama por incentivos econômicos para cumprir o Código Florestal - 17/11/2014</p> <p>22)Mudanças climáticas: escutem o homem ou assumam o prejuízo! - 19/11/2014</p> <p>23)COP20: REDD e REDD+ na perspectiva dos povos indígenas -03/12/2014</p> <p>24)Sociedade Civil se mobiliza em defesa do Manejo Florestal Comunitário - 05/12/2014</p> <p>25)Sem acordos em 2014, agenda ambiental de 2015 será intensa - 18/12/2014</p>
2015 - número de publicações: 17	<p>1)E o “verde”, como fica? - 05/01/2015</p> <p>2)Ex-deputado avalia atuação do Congresso na questão ambiental -30/01/2015</p> <p>3)Ex-deputado avalia atuação do Congresso na questão ambiental - 23/02/2015</p> <p>4)Governo relaxa contra mudanças climáticas - 06/03/2015</p> <p>5)Presidência demite líderes de estudo sobre clima, a nove meses da COP de Paris - 17/03/2015</p> <p>6)Ministro do Desenvolvimento Agrário promete priorizar manejo florestal para comunidades na região amazônica - 27/03/2015</p> <p>7)Mundo deve seguir exemplo brasileiro de proteção de florestas, diz Nature - 08/05/2015</p> <p>8)Outro triste recorde para o Brasil - 24/04/2015</p> <p>9)Mudanças Climáticas – Plano de adaptação sai até julho e terá metas - 27/04/2015</p> <p>10)País assume compromisso de descarbonização - 21/08/2015</p> <p>11)Emenda ameaça 228 terras indígenas - 17/09/2015</p> <p>12)Falta clareza à promessa climática - 13/11/2015</p>

	<p>13)'País não pode abrir mão de supercomputador' - 04/11/2015</p> <p>14)"Acordo deve prever renovação dos compromissos a cada 5 anos" - 04/12/2015</p> <p>15)Carta aberta sobre a recém-criada Comissão Nacional de Redd+ -10/12/2015</p> <p>16)Clima leva índios ao palco em Paris - 11/12/2015</p> <p>17)Senadores votam futuro do Licenciamento Ambiental - 14/12/2015</p>
<p>2016 - número de publicações: 30</p>	<p>1)Hidrelétricas causarão extinções, diz estudo - 17/03/2016</p> <p>2)Comunidades ribeirinhas ampliam ações em busca de um futuro sustentável - 10/03/2016</p> <p>3)Sociedade civil integrará comissão do mecanismo Redd+ - 09/03/2016</p> <p>4)Por que o Brasil precisa ratificar o Acordo de Paris? - 04/04/2016</p> <p>5)Coalizão Brasil elenca passos para concretizar metas do clima - 23/04/2016</p> <p>6)O clima na nova Esplanada dos Ministérios - 17/05/2016</p> <p>7)Guardiões lutam para manter a floresta em pé - 19/05/2016 extrativismo</p> <p>8)É possível conciliar conservação e desenvolvimento econômico - 20/05/2016</p> <p>9)"De olho nos ruralistas" inicia campanha de arrecadação - 27/05/2016</p> <p>10)Parte 2 – O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas Unidades de Conservação? - 07/06/2016</p> <p>11)Recorde de mortes de ambientalistas em 2015 - 23/06/2016</p> <p>12)Izabella Teixeira: não podemos ter retrocessos - 06/07/2016</p> <p>13)Um erro chamado de hidrelétrica - 01/08/2016</p> <p>14)Falhas e inconsistências do Cadastro Ambiental Rural - 02/08/2016</p> <p>15)A floresta negociada na bolsa - 03/08/2016</p> <p>16)O verde deve financiar o marrom? - 09/08/2016</p> <p>17)Um passo para o futuro - 15/08/2016</p> <p>18)Brasil ratificará acordo do clima na segunda - 25/08/2016</p> <p>19)Emissões: ajuste em meta não amplia esforço - 07/09/2016</p> <p>20)Acordo de Paris vira lei no Brasil - 12/09/2016</p> <p>21)O legado, o impeachment e as mudanças climáticas - 12/09/2016</p> <p>22)Os novos problemas de uma velha disputa - 13/09/2016</p> <p>23)OC encontra erro em programa de emissões do Governo - 16/09/2016</p> <p>24)Emissão por desmate para de cair no Brasil - 29/09/2016</p> <p>25)O desajuste da meta climática do Brasil - 03/10/2016</p> <p>26)Terra indígena facilita meta climática - 10/10/2016</p> <p>27)COP 22: Desafios e oportunidades da NDC brasileira - 11/11/2016</p> <p>28)Carlos Rittl: O Brasil "ainda não tem plano, só uma meta" - 18/11/2016</p> <p>29)Brasil precisa repensar suas restrições ao mercado de carbono - 06/12/2016</p> <p>30)Pecuária pode aumentar produção e reduzir emissões de gases do efeito estufa 12/12/2016</p>
<p>2017 - número de publicações: 9</p>	<p>1)Belo Monte, um legado de violações - 09/01/2017</p> <p>2) Enfim, um não recorde climático - 16/02/2017</p>

	<p>3)Polêmica: INPE questiona investimento do MMA em novo satélite - 05/05/2017</p> <p>4)Governo Temer está destruindo as conquistas ambientais - 16/05/2017</p> <p>5)Brasil pode perder este ano o equivalente ao território de Portugal em áreas protegidas - 17/05/2017</p> <p>6)Brasil na COP 23, da Alemanha - 26/08/2017</p> <p>7)Proposta de brasileiros na COP 23 indica REDD+ como mecanismo de proteção de florestas - 14/11/2017</p> <p>8)COP 23 – A floresta em pé precisa valer mais - 15/11/2017</p> <p>9)COP23 – Ministro anuncia plano de recuperação de florestas - 17/11/2017</p>
2018 - número de publicações: 13	<p>1)Ministério do Meio Ambiente discute acordos para setor produtivo - 31/01/2018</p> <p>2)Julgamento do Código Florestal tem ligação com desastres ambientais - 21/02/2018</p> <p>3)“O agronegócio brasileiro é uma potência, mas se tornou uma ameaça”, diz artigo - 22/02/2018</p> <p>4)STF faz julgamento final do Código Florestal nesta quarta-feira - 26/02/2018</p> <p>5)Em artigo na Nature Climate Change, professores da Coppe revelam o custo do retrocesso na política ambiental do governo brasileiro - 09/07/2018</p> <p>6)Eleições, Meio Ambiente e Esperança - 10/10/2018</p> <p>7)A questão ambiental não tem vez na campanha eleitoral - 18/10/2018</p> <p>8)Nota do MMA sobre ataques contra Ibama e ICMBio - 22/10/2018</p> <p>9)As ameaças de Bolsonaro ao papel central do Brasil no meio ambiente 26/10/2018</p> <p>10)Ministros do meio ambiente de 1992 a 2016 alertam contra as políticas ambientais de Bolsonaro - 31/10/2018</p> <p>11)Para controlar demarcações, bancada ruralista quer mudar de novo o Estatuto do Índio - 13/11/2018</p> <p>12)Emissões do Brasil caem 2,3% em 2017 - 21/11/2018</p> <p>13)Governo Bolsonaro: o que defende coordenador ambiental do time de transição - 21/11/2018</p>
2019 - número de publicações: 20	<p>1)O que muda (ou resta) no Meio Ambiente com a reforma de Bolsonaro? - 09/01/2019</p> <p>2)Indígenas vivem sob ameaças de madeireiros e mineradores no Maranhão - 06/03/2019</p> <p>3)Haverá vida além do PIB? - 06/03/2019</p> <p>4)Crônica de um desastre anunciado (ou o triste desmonte da agenda ambiental brasileira) - 30/04/2019</p> <p>5)Os profundos cortes no orçamento da área ambiental - 06/05/2019</p> <p>6)Comunicado dos ex-ministros do Meio Ambiente sobre a política ambiental brasileira - 09/05/2019</p> <p>7)O cenário conturbado da gestão ambiental brasileira - 10/05/2019</p> <p>Brasil sai do protagonismo em decisões internacionais da área ambiental - 21/05/2019</p> <p>8)Representantes do agronegócio e ambientalistas lançam campanha em defesa do Código Florestal - 28/05/2019</p> <p>9)“No mínimo, é prevaricação”, diz deputado sobre desmonte da fiscalização ambiental por Ricardo Salles - 03/06/2019</p> <p>10)Dia do mau ambiente: o Brasil mergulha na mediocridade política - 05/06/2019</p> <p>11)Anti-ambientalismo brasileiro ameaça acordo comercial entre UE e Mercosul - 12/07/2019</p>

	<p>12)Organizações da sociedade civil criticam o projeto de Lei Geral de Licenciamento - 15/08/2019</p> <p>13)Kataguirí admite pressão ruralista e de governo em substitutivo contra controle ambiental - 20/08/2019</p> <p>14)Um governo em chamas - 26/08/2019</p> <p>15)A carência de uma visão e ação integradas panamazônicas - 26/08/2019</p> <p>16)Direitos humanos: violência contra povos indígenas aumenta em 2018 - 30/09/2019</p> <p>17)Por Que o Governo Bolsonaro é Obcecado pelo Meio Ambiente - 01/10/2019</p> <p>18)Morte e vida Guajajara - 06/11/2019</p> <p>19)Entrevista: As mudanças climáticas no centro da pauta - 04/12/2019</p> <p>20)Na COP 25, Salles pede dinheiro a países ricos e recusa homenagem a indígenas mortos - 09/12/2019</p>
2020 - número de publicações: 43	<p>1)COP25: anatomia de um fracasso - 10/01/2020</p> <p>2)Os equívocos de um governo descuidado com a sustentabilidade -04/02/2020</p> <p>3)Grilagem é incrementada - 05/02/2020</p> <p>4)MP da Grilagem causa rombo de até R\$ 88 bi, diz Imazon - 07/02/2020</p> <p>5)Relatório do ISA denuncia na ONU risco elevado de genocídio de povos indígenas isolados - 10/03/2020</p> <p>6)Direto do confinamento: Congresso tem de deter escalada da grilagem em plena pandemia - 08/04/2020</p> <p>7)Sem floresta, o agro não é nada. Entenda a importância dos colossais “Rios Voadores” - 09/04/2020</p> <p>8)ISA divulga nota técnica contra a ‘MP da grilagem’ - 14/04/2020</p> <p>9)Coronavírus de um lado, invasores de outro: como está a situação dos indígenas no Brasil - 16/04/2020</p> <p>10)Degola no Ibama atrapalha estratégia de RP de Mourão - 16/04/2020</p> <p>11)A legalização do grande roubo de terras públicas no Brasil - 05/05/2020</p> <p>12)O “eu te avisei” sobre Belo Monte - 11/05/2020</p> <p>13)MP 910: uma medida nefasta, autoritária, que ataca a democracia e a soberania nacional - 13/05/2020</p> <p>14)Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, surpreende com discurso de desmonte ambiental em reunião ministerial - 25/05/2020</p> <p>15)Salles, o antiministro - 25/05/2020</p> <p>16)Ricardo Salles “passando a boiada”: ministro do Meio Ambiente brasileiro muda leis ambientais na pandemia - 25/05/2020</p> <p>17)Se depender de nós, a boiada não passará - 25/05/2020</p> <p>18)Nota de repúdio às declarações de Ricardo Salles - 25/05/2020</p> <p>19)Passando a boiada: licenciamento de linha de transmissão avança sem ouvir quilombolas no Pará - 04/06/2020</p> <p>20)Dia Mundial do Meio Ambiente: preservar a biodiversidade é essencial! - 04/06/2020</p> <p>21)Parte 12: Semana do Meio Ambiente: Conama em silêncio no ano de 2020, em tempos de Covid-19 - 04/06/2020</p> <p>22)Três ações judiciais colocam em xeque política ambiental do governo Bolsonaro - 05/06/2020</p>

	<p>23)Os prejuízos da falta de políticas ambientais e de proteção aos índios - 24/06/2020</p> <p>24)Parte 16 – Quais são as prioridades ambientais no Congresso Nacional, em tempos de pandemia da COVID-19? - 29/06/2020</p> <p>25)BR-319 ameaça povos indígenas 7: – A fragilidade da proteção - 01/07/2020</p> <p>26)Brasil se tornou pária internacional, sem aliados nem simpatias - 06/07/2020</p> <p>27)Pouca terra para muito índio: estudo detecta alta densidade populacional em metade das TIs do Brasil - 23/07/2020</p> <p>28)Brasil é o terceiro país mais letal do mundo para ativistas ambientais - 29/07/2020</p> <p>29)Desgaste ambiental também afeta imagem das “empresas verdes” brasileiras - 31/07/2020</p> <p>30)Duas décadas do SNUC e a importância da conservação dos biomas, com Cláudio Maretti - 07/08/2020</p> <p>31)Agronegócio e coronavírus: uma ligação pra lá de suspeita - 11/08/2020</p> <p>32)Rubens Barbosa: Brasil não pode ignorar demandas ambientais em negociações comerciais - 24/08/2020</p> <p>33)Floresta Amazônica: a sociobiodiversidade como valor universal - 01/09/2020</p> <p>34)“É mito que o Brasil tem muitas unidades de conservação” - 04/09/2020</p> <p>35)Os heróis amazônicos que não se rendem - 17/09/2020</p> <p>36)STF abre audiência sobre política climática do governo Bolsonaro - 22/09/2020</p> <p>37)À frente do CNJ, Fux anuncia criação do Observatório do Meio Ambiente - 23/09/2020</p> <p>38)Relatório mostra disparada na violência contra indígenas - 30/09/2020</p> <p>39)Defesa nacional, militares e mudanças climáticas 15/10/2020</p> <p>40)“Governo tenta intencionalmente destruir povos indígenas” -16/10/2020</p> <p>41)Meio ambiente: inimigo a ser abatido - 16/10/2020</p> <p>42)Bolsonaro e as ‘ONGs’ - 22/10/2020</p> <p>43)Fábio Feldmann sente falta de uma agenda sustentável e representação política - 11/11/2020</p>
2021 - número de publicações: 16	<p>1)320 Cadastros Rurais se sobrepõem a mais de 67 mil hectares em terras indígenas no MA e no PA - 05/01/2021</p> <p>2)Brasil se afasta da luta contra a emergência climática; como será em 2021? - 05/01/2021</p> <p>3)Barragem de Belo Monte: eletricidade ou vida na floresta amazônica do Brasil - 07/01/2021</p> <p>4)Orçamento do Meio Ambiente é o menor em 21 anos - 22/01/2021</p> <p>5)Para 77% dos brasileiros, proteger meio ambiente é urgente -05/02/2021</p> <p>6)Conama e o fim da democracia no meio ambiente - 05/03/2021</p> <p>7)Questão ambiental não vai avançar com Carla Zambelli na Comissão de Meio Ambiente - 15/03/2021</p> <p>8)Novo relatório da ONU sobre conservação das florestas “ressalta e evidencia tudo o que é negado por Bolsonaro”, diz líder indígena -26/03/2021</p> <p>9)Carecemos de entendimento e políticas públicas para a economia do conhecimento da natureza - 31/03/2021</p>

	<p>10) André Lima, do Instituto Democracia e Sustentabilidade, analisa o futuro das demandas ambientais no Congresso Nacional - 20/04/2021</p> <p>11) A boiada de Bolsonaro & Salles - 21/04/2021</p> <p>12) Cúpula climática: falta de ambição pode transformar o Brasil em “saco de pancada” - 21/04/2021</p> <p>13) Alexandre Saraiva, ex-superintendente da PF no Amazonas, explica motivações para enviar notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente - 27/04/2021</p> <p>14) Ataques aos Yanomamis. O que essa invasão tem a ver com você - 09/06/2021</p> <p>15) Yanomamis seguem há um mês desprotegidos e expostos a novos ataques criminosos de garimpeiros - 11/06/2021</p> <p>16) Projeto pode inviabilizar zonas de amortecimento de Unidades de Conservação - 15/06/2021</p>
--	---

Amazônia brasileira: Página22

Publicações da Página22	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira	Macrotema: Amazônia brasileira
	Subtema: desmatamento	Subtema: extrativismo	Subtema: política ambiental
Notícia mais antiga: 01/09/2006 Notícia mais recente: 14/07/2021			
Forma de busca: busca simples	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia	Palavra-chave: Amazônia
Número de publicações entre 2003 e 2021	Busca inicial: 286 Busca Final: 35	Busca inicial: 286 Busca Final: 11	Busca inicial: 286 Busca Final: 112
Publicações selecionadas	35	11	112

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: desmatamento

Publicações da Página22	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: desmatamento Total: 35 publicações
2003	A Página22 surgiu em 2006
2004	A Página22 surgiu em 2006
2005	A Página22 surgiu em 2006
2006 - número de publicações: 4	1) Propostas para desmatar menos - 01/09/2006 2) O Brasil no centro da fogueira - 01/10/2006 3) Pagamento indireto - 01/10/2006 4) O dilema agropecuário - 01/12/2006
2007 - número de publicações: 3	1) O Brasil no divã - 01/04/2007 2) Mapa das áreas protegidas - 01/08/2007 3) Novo Porto Velho - 01/10/2007
2008 - número de publicações: 5	1) A serviço do homem - 01/03/2008 2) Valorizar para conservar - 01/03/2008 3) Trem antidesmatamento - 01/03/2008 4) Além da floresta - 01/04/2008 5) Floresta a quilo - 01/07/2008
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010 - número de publicações: 1	1) Sinal verde para o REDD - 15/06/2010

2011 - número de publicações: 1	1)Economia verde: à procura de vocações - 13/05/2011
2012 - número de publicações: 3	1)Pelo desmatamento zero - 26/03/2012 2)Produzir e conservar - 14/06/2012 3)É pau é pedra - 10/07/2012
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014 - número de publicações: 4	1)Boi na linha - 17/02/2014 2)Antena - 01/10/2014 3)Falta transversalizar - 31/10/2014 4)Ações contra o desmatamento - 03/12/2012 exemplos
2015 - número de publicações: 1	1)Illegalidade na mira - 02/04/2015
2016 - número de publicações: 2	1)Do Antropoceno ao obscuro - 04/08/2016 2)Desmatamento pressiona emissões brasileiras para cima em 2015 - 26/10/2016
2017 - número de publicações: 4	1)Madeira mais barata do mercado - 14/03/2017 2)Sem dinheiro, sem apoio, sem floresta - 04/04/2017 3)Mitos e verdades sobre o REED+ - 17/05/2017 4)Oportunidades ameaçadas - 17/05/2017
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019 - número de publicações: 1	1)Programa permite ao mercado comprar soja produzida de forma responsável - 05/10/2019
2020 - número de publicações: 2	1)Descumprimento de metas de Aichi é sinal de alerta para outros acordos globais - 02/10/2020 2)Mercados de carbono: a saga - 17/11/2020
2021 - número de publicações: 4	1)Uma década para recobrir o planeta - 06/03/2021 2)É possível investir em florestas? - 22/04/2021 3)Um mergulho no imaginário - 04/06/2021 4)Natureza sem fronteiras - 14/07/2021

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: extrativismo

Publicações da Página22	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: extrativismo Total: 11 publicações
2003	A Página22 surgiu em 2006
2004	A Página22 surgiu em 2006
2005	A Página22 surgiu em 2006
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007 - número de publicações: 3	1)Resgate na Selva - 01/10/2007 2)Rolidei na floresta - 01/10/2007 3)A floresta escassa e inesgotável - 01/10/2007
2008 - número de publicações: 3	1)A floresta é uma só - 01/08/2008 2)O laboratório das biocivilizações do futuro - 01/08/2008 3)Por onde anda Chico Mendes - 01/12/2008
2009	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011 - número de publicações: 1	1)Mulheres florestais - 09/03/2011
2012	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2013	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2015	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2016	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2020 - número de publicações: 1	1)Pirarucu digital - 20/04/2020

2021 - número de publicações: 3	1)Começo de conversa - 27/03/2021 2)Bomba de carbono - 01/04/2021 3)Como valorar a bioeconomia? - 04/06/2021
---------------------------------	--

Macrotema: Amazônia brasileira; subtema: política ambiental

Publicações da Página22	Macrotema: Amazônia brasileira Subtema: política ambiental Total: 112 publicações
2003	A Página22 surgiu em 2006
2004	A Página22 surgiu em 2006
2005	A Página22 surgiu em 2006
2006 - número de publicações: 5	1)No apagar das luzes - 01/12/2006 2)Transversalidade em pessoa - 01/12/2006 3)Mormaço na floresta - 01/10/2006 4) Crescer, crescer e crescer... - 01/12/2006 5)Conservacionistas insuspeitados - 01/12/2006
2007 - número de publicações: 12	1)A febre do carbono neutro - 01/02/2007 2)O lema é reinventar - 01/02/2007 3)Brasília na era dos limites - 01/05/2007 4) Hora do passo à frente - 01/05/2007 5)A política na contramão - 01/07/2007 6)A democracia pede licença - 01/07/2007 7)Transversal interdita - 01/07/2007 8)Desmatamento ou transgenia? - 01/08/2007 9)Tesouro à espera de um mapa - 01/10/2007 10)Diversidade em transformação - 01/10/2007 11)Por mais ciência e cidadania - 01/10/2007 12)O trator avança - 01/12/2007
2008 - número de publicações: 14	1)A floresta repartida - 02/02/2008 2)Avançar, mas no debate - 02/02/2008 3)No fio da política - 01/03/2008 4)Não deu liga - 01/03/2008 5)O discurso ecotecnocrata - 01/03/2008 6)Quinze anos depois - 01/04/2008 7)O jogo do momento - 01/05/2008 8)Brasil mostra a tua cara pálida - 01/05/2008 9)A força da leveza - 01/06/2008 10)Sem meias palavras - 01/07/2008 - entrevista com Marina Silva 11)Mudança de raciocínio - 01/07/2008 12)Floresta de gente - 01/08/2008 13)Para fora da bolha - 30/10/2008 14) O rei isolado - 30/11/2008
2009 - número de publicações: 5	1) O enigma da terra - 26/02/2009 2) Encontros insuspeitados - 27/02/2009 3)Design, e não desastre - 29/06/2009 3)A inevitável adaptação - 01/07/2009 4)Como trincar o monólito político - 03/07/2009 5)Por todos os lados - 08/02/2010 (presidente do IBAMA)
2010 - número de publicações: 12	1)Política do clima é incoerente, dizem ONGs - 07/05/2010 2)Um rio além de seus megawatts - 10/05/2010 3)Clima e economia - 06/08/2010 4)Papel articulador - 06/08/2010 5)Sr.(a). Presidente - 10/09/2010 6)O fermento impossível - 10/09/2010 7)Verdes desde o início - 10/09/2010 movimento ambientalista PV 8)Valor em cadeia - 07/10/2010 9)A grande virada - 08/11/2010

	<p>10)Análise: pintou a Marina - 08/11/2010 11)Clima & Economia - 06/12/2010 12)Paragominas: ainda é possível - 06/12/2010</p>
2011 - número de publicações: 10	<p>1)O Código Florestal na mídia internacional - 26/05/2011 2)Turbinas do PAC - 12/07/2011 3)Em busca de reforços - 12/07/2011 4)Próximo round: Tapajós - 02/08/2011 5)Pragmatismo global - 09/08/2011 6)Contatos imediatos - 06/10/2011 7)O amadurecimento dos verdes - 10/10/2011 aniversário das ONGs 8)Bolsa Floresta e Bolsa Verde: semelhanças, diferenças e desafios - 17/10/2011 9)Empregados na floresta - 10/11/2011 10)Manifesto contra o Código Florestal - 07/12/2011</p>
2012 - número de publicações: 11	<p>1)Por um mercado de carbono no Brasil - 13/02/2012 2)Carta da sociedade sobre retrocessos socioambientais do governo - 06/03/2012 3)Carta do Amazonas - 26/03/2012 4)Fade in/Fade out - 11/04/2012 5)Convencer e constranger - 11/04/2012 6)Táticas de campanha - 10/05/2012 como os movimentos se comunicam com o público 7)Divisores da sociedade civil - 14/06/2022 8)A economia da floresta nativa - 06/07/2012 9)Análise de risco - 10/07/2012 10)Após a Rio+20, os desafios continuam - 10/09/2012 11)Por que o governo ajuda a especulação fundiária? - 08/11/2012</p>
2013 - número de publicações: 4	<p>1)Momento decisivo - 07/03/2013 2)Ganho de corpo - 11/03/2013 trajetória da legislação ambiental 3)Sem apito, sem terra, sem voz - 09/09/2013 4)Sinal vermelho - 08/11/2013</p>
2014 - número de publicações: 6	<p>1)Davi versus Golias - 08/01/2014 2)Lição dada, lição aprendida? - 23/07/2014 3)Começando pelo começo - 23/07/2014 4)Fundo no planejamento - 23/07/2014 5)Diálogos sobre o fim do mundo - 29/09/2014 6)Política fiscal verde - 31/10/2014</p>
2015 - número de publicações: 5	<p>1)"Cartilha" auxilia municípios a acessar fundos federais para projetos ambientais - 02/04/2015 2)Águas amazônicas: escalas, conexões e desafios - 13/05/2015 3)Coalizão aponta que metas da INDC brasileira demandarão esforços relevantes - 29/09/2015 4)COP 21 - um panorama das negociações - 29/11/2015 5)Líderes globais abrem a Conferência do Clima em Paris - 01/12/2015</p>
2016 - número de publicações: 3	<p>1)A urgência de redescobrir o Brasil - 04/02/2016 2)Costura de retalhos - 05/04/2016 3)Polêmicas ofuscam "parceria" entre ministros brasileiros na COP 22 - 18/11/2016</p>
2017	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2019 - número de publicações: 3	<p>1)Sociedade Civil reage ao discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU - 24/09/2019 2)Depois de retrocessos ambientais sem precedentes, o que fazer em 2020 - 26/11/2019</p>

	3)Procuradores e especialistas debatem atual momento da política ambiental no País - 28/11/2019
2020 - número de publicações: 9	<p>1)O Brasil reduzido à periferia na área ambiental - 21/01/2020</p> <p>2)Diretrizes ambientais impactarão títulos da dívida - 05/02/2020</p> <p>3)Superar a Covid-19 e prosperar com qualidade de vida - 12/04/2020</p> <p>4)A pandemia e a crise da biodiversidade -15/06/2020</p> <p>5)Uma luz na escuridão da floresta - 07/08/2020</p> <p>6)Secretário-executivo do OC é vítima de tentativa de intimidação pelo governo; veja nota de desagravo - 15/08/2020</p> <p>7)Como as soluções baseadas na Natureza podem integrar um novo pacto social e econômico 03/11/2020</p> <p>8)Como a imprensa glorificou a destruição da floresta na Ditadura militar? - 19/11/2020</p> <p>9)Transparência e participação social sofrem retrocesso nas políticas ambientais - 23/12/2020</p>
2021 - número de publicações: 13	<p>1)Espaços políticos de convergência - 18/01/2021</p> <p>2)As vozes da resistência - 22/01/2021</p> <p>3)O valor da diversidade para a bioeconomia - 01/02/2021</p> <p>4)Um mapa do caminho - 18/02/2021</p> <p>5)Por uma nova clivagem política - 16/04/2021</p> <p>6)O papel do setor privado na biodiversidade - 22/04/2021</p> <p>7)Agenda renovada - 23/04/2021</p> <p>8)Terra, sujeito de direitos - 04/05/2021</p> <p>9)Uma nova economia em gestação - 04/05/2021</p> <p>10)Agendas conectadas e multicoloridas - 25/05/2021</p> <p>11)Bioeconomia exige inclusão e cooperação - 01/06/2021</p> <p>12)Fomento ao ecossistema de inovação em bioeconomia - 25/06/2021</p> <p>13)Questão de sobrevivência - 12/07/2021</p>

APÊNDICE C

Macrotema Agrotóxicos: mídia convencional

Gestão Marina Silva

(Folha de São Paulo)

ANO	SELEÇÃO
2003	- A herança do governo FHC para a liberação dos transgênicos sem a participação de órgão competentes como o Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente e do Ibama; assim como continuidade da parceria entre a União e a Monsanto num recurso junto ao TRF, e a ambiguidade em relação à liberação dos transgênicos no início do governo Lula (Política ambiental) - Site do Ministério da Agricultura recomendava novos produtos agrotóxicos proibidos para diferentes culturas. Os produtos foram proibidos pelo Ministério da Saúde, mas continuavam a ser divulgados pelo site Agrofit (área do Ministério da Agricultura responsável pela fiscalização fitossanitária) (Política ambiental)
2004	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2005	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	- Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Folha de São Paulo.

Gestão Carlos Minc

(Revista Veja)

ANO	SELEÇÃO
2008	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2009	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2010	- Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja (Portal Veja).

Gestão Izabella Teixeira

(Revista Veja)

ANO	SELEÇÃO
2010	- MP quer proibir no Brasil agrotóxico banido em 60 países: o endossulfam é considerado impróprio pela Anvisa (Proteção à saúde)
2011	- Alimentos apresentam agrotóxicos em níveis acima dos permitidos (Proteção à saúde) - Monsanto reage à decisão da Anvisa sobre agrotóxicos (Proteção ao ambiente)
2012	- Anvisa demite gerente que havia denunciado casos de suspeita de corrupção e irregularidades na liberação de agrotóxicos (Proteção à saúde) - Ana Primavesi: pioneira da agroecologia receberá prêmio mundial (Proteção à saúde e ao ambiente) - Programa busca reduzir intoxicações por agrotóxico no País: Cultivida (programa nacional de conscientização dos produtores rurais para o uso adequado dos defensivos agrícolas) tem o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e parceria com institutos de pesquisa, toxologistas, prefeituras e sindicatos rurais (Proteção à saúde) - Crescimento da lavoura dispara venda de fertilizantes (Proteção ao ambiente) - “Transformar a agricultura do mundo em orgânica é um absurdo”, afirma pesquisador (Proteção à saúde e ao ambiente)

	- Empresa apontada como a mais inovadora do Brasil mostra que vespas podem substituir agrotóxicos (Proteção ao ambiente) - Brasil, motor do crescimento mundial da agricultura transgênica (Proteção à saúde e ao ambiente)
2013	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2014	- Contaminação por pesticidas pode causar impacto ambiental 'sem precedentes' (Proteção ao ambiente)
2015	- Mito: "o brasileiro ingere 5 litros de agrotóxicos por ano (por que tantos jornalistas confiam em estatísticas divulgadas por ONGs e ativistas?) (Proteção à saúde) - Mitos alimentares: a resposta do Instituto Nacional do Câncer (na segunda-feira, eu acusei o Instituto Nacional do Câncer de divulgar mitos e erros comuns sobre o câncer – como os de que adoçante e agrotóxicos causam a doença e alimentos orgânicos a previnem...) (Proteção à saúde) - MST destrói 15 anos de pesquisa em biotecnologia (cerca de 1.000 mulheres invadem centro de pesquisa e depredam viveiros com mudas de eucalipto transgênico em Itapetininga, interior de São Paulo) (Proteção ao ambiente)
2016	- Não foram encontradas/selecionadas publicações.

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja (Portal Veja)

Gestão Sarney Filho

(Revista Veja)

ANO	SELEÇÃO
2016	- As abelhas estão morrendo intoxicadas no Brasil, segundo estudo, a morte do inseto preocupa apicultores e agricultores por colocar em risco a produção de alimentos (Proteção ao ambiente)
2017	- 36% dos alimentos das feiras contêm agrotóxicos acima do normal - foi o que revelou levantamento do Greenpeace com 113 quilos de amostras de alimentos coletados em São Paulo e Brasília (Proteção à saúde) - Necessidade de pesticidas no combate à fome é um mito, diz ONU - Relatório sustenta que é possível alimentar as 9,6 bilhões de pessoas que vão habitar a terra em 2050 sem o uso dessas substâncias (Proteção à saúde) - Morte e 'favelização' de abelhas preocupam produtores gaúchos - após a perda de 250 mil colmeias em 2015, setor se mobiliza por recuperação e prevenção de novas mortes; agrotóxicos e mudanças climáticas são as causas (Proteção ao ambiente)
2018	- Avião pulverizador joga agrotóxico em 340 famílias no interior do Pará (Proteção à saúde) - Segurança contra agrotóxicos - projeto no Congresso pode piorar os casos de intoxicação (Proteção à saúde) - Comissão da Câmara aprova projeto que flexibiliza uso de agrotóxico (Proteção à saúde - ministro interino Edson Duarte) - Após bomba falsa, Câmara restringe acesso à audiência sobre agrotóxicos (Proteção à saúde - ministro interino Edson Duarte) - Votação de projeto que altera lei do agrotóxico é adiada na Câmara (Proteção à saúde - ministro interino Edson Duarte) - 'Bancada ruralista' comanda votação de projeto pró-agrotóxicos (Proteção à saúde - ministro interino Edson Duarte) - Maggi se corrige e diz que liminar proibindo uso de glifosato não caiu - Ministro comemorou nas redes sociais decisão que não aconteceu (Proteção ao ambiente - ministro interino Edson Duarte) - Ruralistas topam Previdência por liberação de agrotóxicos - negociações por um denominador comum (Política ambiental - ministro interino Edson Duarte)

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja (Portal Veja)

Gestão Ricardo Salles

(Revista Veja)

ANO	SELEÇÃO
2019	<ul style="list-style-type: none"> - Venenos sem controle (a liberação de agrotóxicos no Brasil precisa ser mais rigorosa) (Proteção à saúde) - Com nanotecnologia, cientistas diminuem uso de agrotóxicos nas lavouras (Proteção à saúde) - Governo prepara MP para acabar com inspeção sanitária diária (Proteção à saúde) - Os pesticidas e o apocalipse das abelhas (Proteção ao ambiente)
2020	<ul style="list-style-type: none"> - Lavoura conectada - a pandemia acelerou a digitalização do agro brasileiro, a ponto de superar até mesmo o americano, em um processo que envolve grandes e pequenos produtores (Proteção ao ambiente)
2021	<ul style="list-style-type: none"> - Agrotóxico glifosato está ligado a aumento de mortes infantis, diz estudo: o agrotóxico mais popular do Brasil e representa 62% de todos os herbicidas utilizados nacionalmente (Proteção à saúde) - Importadores denunciam boiada passando no Ministério da Agricultura - mercado bilionário de alho vem sofrendo com ausência de fiscalização da produção nacional, diz entidade ao MPF (Proteção ao ambiente) - Um governo para lá de tóxico - desprezo pela vida e o meio ambiente (Política ambiental)

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja (Portal Veja).

APÊNDICE D

Macrotema Agrotóxicos: mídia socioambiental

Gestão Marina Silva

(Eco21)

ANO	SELEÇÃO
2003	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2004	- Uma lei sem agrotóxicos (Política ambiental)
2005	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2006	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2008	- Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Eco21.

(Página22)

ANO	SELEÇÃO
2006	- O dilema agropecuário: responsável por 33% do PIB, a cadeia do agronegócio está no centro do desafio atual. Aumentar a produção, preservar biomas e garantir a qualidade de vida no campo (Proteção ao ambiente)
2007	- Mormaço na Floresta (Proambiente): nascido de movimentos sociais no Pará, o Proambiente transformou o pagamento por serviços ambientais em política pública e refém do orçamento federal (Política ambiental)
2008	- Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Página22.

Gestão Izabella Teixeira

(Página22)

ANO	SELEÇÃO
2010	- Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Página22.

(Envolverde)

ANO	SELEÇÃO
2010	- Sem acervo disponível antes de 2011
2011	- "O Brasil não precisa de venenos": Movimento dos Sem Terra precisa dar respostas a problemas que vão além da reforma agrária, "por isso estamos na agroecologia e na educação", afirma nesta entrevista o dirigente João Pedro Stédile (Proteção à saúde) - Os impactos do agronegócio na saúde coletiva: até 13 metais pesados, 13 solventes, 22 agrotóxicos e seis desinfetantes podem estar presentes na água que você bebe. Há cinco anos, Lucas do Rio Verde, município de Mato Grosso, foi vítima de um acidente ampliado de contaminação tóxica por pulverização aérea (Proteção à saúde) - Os agroquímicos são um 'mal necessário'? "Entre os fatores que levaram o Brasil a ser um dos grandes consumidores mundiais de agrotóxicos estão certamente as políticas governamentais de incentivo ao aumento da produtividade agrícola" (Proteção à saúde) - Agrotóxico: o veneno produtor de doenças no Brasil - campanha contra os agrotóxicos ganha a dimensão real de superação do que temos, a partir da construção do projeto popular para o Brasil que queremos (Proteção à saúde) - Sociedade do risco e o consumo de alimentos orgânicos: o Brasil possui uma área de mais de 880 mil hectares destinada à agricultura orgânica, mas "isso representa apenas 0,33% do total da área agrícola do país", informa o sociólogo Eduardo Moro (Proteção à saúde) - Metas contraditórias fazem o campo andar: o Brasil pretende cumprir suas metas climáticas no setor agrícola estimulando algumas técnicas já conhecidas, que reduzem

	<p>as emissões de gás carbono, mas que podem aumentar o uso de agrotóxicos, afirmam ativistas (Proteção ao ambiente)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importação de agrotóxico acaba em julho: decisão é a primeira etapa do processo para eliminar em 2013 o uso do endossulfam, prejudicial à saúde humana e poluente ambiental. O Brasil vai encerrar em julho a importação do endossulfam, inseticida usado na agricultura e considerado altamente tóxico para a saúde humana (Política ambiental) - PIB envenenado: nem tudo que é PIB presta. Há muita especulação, muito lixo, muito veneno inflando a tal riqueza brasileira (Política ambiental) - Justiça mantém decisão da Anvisa sobre banimento do agrotóxico Metamidofós: o Tribunal Regional Federal suspendeu a liminar que autorizava a empresa Fersol Indústria e Comércio S/A a continuar produzindo o agrotóxico metamidofós no país, apesar de a Resolução RDC 01/2011 da Anvisa determinar a retirada do produto do mercado brasileiro (Política ambiental) - Governo isenta empresas de monitorar efeitos dos transgênicos: “qual é a razão de pedir uma coisa dessas se a gente sabe que não faz mal?”, questionava Walter Colli no final de seu mandato como presidente da CTNBio, referindo-se às medidas de controle dos efeitos dos transgênicos no médio e longo prazo (Política ambiental)
2012	<ul style="list-style-type: none"> - Saiba o que são os alimentos transgênicos e quais os seus riscos: são alimentos modificados geneticamente com a alteração do código genético, isto é, é inserido no organismo genes provenientes de outros. Este procedimento pode ser feito até mesmo entre organismos de espécies diferentes (inserção de um gene de um vírus em uma planta), por exemplo. O procedimento pode ser realizado com plantas, animais e micro-organismos (Proteção à saúde) - Brasil teve 8 mil casos de intoxicação por agrotóxico em 2011: a médica Anamaria Tambellini defende que os agrotóxicos que causam doenças sejam banidos no Brasil. O Ministério da Saúde registrou 8 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil em 2011 (Proteção à saúde) - Anvisa: agrotóxico utilizado como chumbinho é retirado do mercado brasileiro - o aldicarbe, agrotóxico utilizado de forma irregular como raticida doméstico (chumbinho), foi banido do mercado brasileiro. Estimativas do governo apontam que o produto é responsável por quase 60% dos 8 mil casos de intoxicação relacionados a chumbinho no Brasil todos os anos (Proteção à saúde) - A rotulagem e a flexibilização geral dos transgênicos: “a partir da regulamentação do feijão transgênico dá para se ter uma ideia de como está funcionando a lei de biossegurança no país. Na verdade, ela está favorecendo o interesse do agronegócio e não da população”, observa o membro da CTNBio, José Maria Ferraz (Proteção à saúde) - Governo incentiva produção e consumo de produtos orgânicos no país: o governo prepara uma política nacional de agroecologia e produção orgânica para ampliar para 300 mil, até 2014, o número de famílias envolvidas na produção de produtos no setor, além de incentivar o consumo dessas mercadorias pela população (Política ambiental) - Agroecologia é alternativa: produção de orgânicos tem vantagens para consumidores e produtores. O crescente número de enfermidades associadas ao uso de agrotóxicos traz à tona a necessidade de se consumir alimentos saudáveis e livres de substâncias químicas. Nesse contexto, a agroecologia surge como a melhor alternativa (Política ambiental) - Política Nacional de Agroecologia é avaliada como tímida: lançada no mês de agosto, a política não aborda questões cruciais como os agrotóxicos e a função social da terra e restringe a participação da sociedade Esperada por diversos movimentos sociais, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) foi instituída pelo decreto 7.794 no dia 21 de agosto (Política ambiental) - Soja e cana, nova fórmula do conflito indígena no Brasil: a ameaça de suicídio coletivo por parte de indígenas guarani-kaiowá no sudoeste do Brasil colocou em evidência uma nova fórmula de agravamento dos conflitos pela terra ancestral - a expansão da soja e da cana-de-açúcar, de alto valor de exportação para o país (Política ambiental)
2013	<ul style="list-style-type: none"> - Embrapa divulga estudo sobre análise de resíduos em alimentos: pesquisadores da Embrapa divulgaram em junho de 2013, um estudo que analisa as violações encontradas em alimentos. Em 2009, o consumo de agrotóxicos no Brasil foi superior a 300 mil toneladas de ingrediente ativo, totalizando o valor de 6,4 bilhões de dólares, com um aumento de cerca de 50% desde 2005 (Proteção à saúde)

	<p>- “A transgenia está mudando para pior a realidade agrícola brasileira”: “existem abordagens contraditórias. De um lado há unanimidade quanto à importância dos avanços científicos e do potencial da engenharia genética para o futuro da humanidade. De outro lado, há uma grande divisão relativamente aos resultados obtidos até o presente momento”, pontua o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo (Proteção à saúde)</p> <p>- O envenenamento das abelhas: prestadoras de inestimáveis serviços ambientais, elas sucumbem a agrotóxicos, monocultura, manejo inadequado (Proteção ao ambiente)</p> <p>- Brasil se prepara para implantar Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que conta com o apoio e o envolvimento de dezenas de entidades governamentais e não-governamentais, representa o marco zero de uma importante política para o setor que o governo se prepara para implantar ainda este ano (Política ambiental)</p> <p>- Ministério do Meio Ambiente incentiva consumo de alimentos orgânicos: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) incentiva o consumo de alimentos orgânicos, que são fonte de vitaminas e sais minerais e que respeitam os aspectos ambientais, sociais e culturais. Hoje, já é diversificada e acessível a produção de orgânicos: carnes, frutas, verduras, mel, cereais, farinhas e doces produzidos a partir de matérias-primas sem o uso de agrotóxicos (Política ambiental)</p> <p>- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica dará apoio técnico a 75 mil famílias: o governo federal lançou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Brasil Agroecológico, com a meta de atender a 75 mil famílias, por meio de assistência técnica voltada à produção orgânica, e apoiar 50 mil agricultores para que consigam a certificação de produtores orgânicos (Política ambiental)</p>
2014	<p>- O modelo de produção agrícola em discussão: “o modelo de produção agrícola baseado na ‘tecnologia’ química e de transgênicos tem que ser revisto”, afirma a toxicóloga Karen Friedrich. Com a resistência gradual das pragas e plantas daninhas aos agrotóxicos tradicionais, a indústria dos transgênicos precisou buscar alternativas mais eficientes para a manutenção de seus resultados (Proteção à saúde)</p> <p>- Nuvens de veneno: há uma grande disparidade no tratamento que o agronegócio dispensa à saúde da lavoura e a saúde dos trabalhadores. A preocupação com o aumento da produção sem economizar no uso dos agrotóxicos, revela um descaso com os efeitos colaterais causados na vida da população e do meio ambiente (Proteção à saúde)</p> <p>- Preservação dos polinizadores, uma questão de sobrevivência humana: “do montante do resultado da produção agrícola, o custo do serviço ambiental prestado pela polinização está na ordem de R\$ 17 bilhões”, explica o diretor do Ibama Márcio Rosa Rodrigues de Freitas (Proteção ao ambiente)</p> <p>- Transgênicos: a importância de abrir o debate - audiência promovida pelo Ministério Público Federal revela que persistem dúvidas sobre “segurança” das plantas modificadas e expõe necessidade de romper silêncio sobre temas nacionais relevantes (Política ambiental)</p> <p>- O insustentável desenvolvimentismo: no Brasil, como em todos os países em desenvolvimento, a prioridade governamental é sempre concedida ao crescimento econômico, visto em termos quantitativos. Após décadas de dominação neoliberal, o desenvolvimentismo hoje predominante no país considera o meio ambiente como entrave ao desenvolvimento (Política ambiental)</p>
2015	<p>- Câmara aprova fim do símbolo de transgênicos nos rótulos: rotulagem deixa de ser obrigatória mesmo para produtos alimentares à base de matéria-prima 100% transgênica; Congresso Nacional priva o consumidor de seu direito básico. A Câmara dos Deputados aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 4148/08, de autoria do Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS), que altera a legislação de rotulagem para transgênicos, existente desde 2003 (Política ambiental)</p> <p>- Organizações enviam a senadores parecer contra projeto que acaba com rotulagem de transgênicos: documento elaborado pelo ISA foi entregue nos últimos dias aos senadores e aponta impactos sociais, econômicos, ambientais e diplomáticos de projeto de lei que retira a identificação de alimentos transgênicos em rótulos. O parecer é apoiado pela Terra de Direitos, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (Política ambiental)</p>

2016	- Fundação BB implanta 12 mil unidades de produção agroecológica: em parceria com o BNDES, foram investidos R\$ 134 milhões nos últimos dez anos. Projeto mais recente vai atender 550 famílias atingidas por barragens (Proteção ao ambiente) - Questão ambiental: ruim com Dilma, pior com Temer - Dilma não será lembrada no futuro como alguém que fez a diferença na área ambiental. Com Michel Temer, a tendência é ainda pior (Política ambiental)
-------------	--

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Envolverde.

Gestão Sarney Filho

(Envolverde)

ANO	SELEÇÃO
2016	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	- Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Envolverde.

(Página22)

ANO	SELEÇÃO
2016	- Embrapa aposta em boi carbono neutro e Plano ABC 2.0: aos olhos do Brasil e do exterior, a pecuária é uma atividade que pressiona os ambientes frágeis, força o desmatamento, e lança mão de processos e insumos que geram elevadas emissões de gases de efeito estufa. “Não adianta tapar o sol com a peneira”, afirma o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes (Proteção ao ambiente) - Um nome está por trás da técnica da Integração Lavoura Pecuária Floresta (ILPF): João Kluthcouski, ou para simplificar, João K, engenheiro agrônomo e pesquisador da Embrapa Arroz e Feijão (Proteção ao ambiente)
2017	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2018	- A busca de tecnologias em favor da certificação socioambiental: todos os dias nós consumimos alimentos ofertados em diversos pontos de venda - supermercados, restaurantes e feiras. Mas já parou para pensar no caminho que fizeram para chegar a sua mesa? (Política ambiental)

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Página22.

Gestão Ricardo Salles

(Eco21)

ANO	SELEÇÃO
2019	- Ninguém está isento dos males do agrotóxico: desde o primeiro dia de 2019 já foram liberados 290 agrotóxicos no Brasil. O Ministério da Saúde registrou 4.003 casos de intoxicação aguda por agrotóxicos em 2017, quase 11 por dia e 148 mortes. De 2015 a 2017, foram confirmados 1.141 casos de intoxicação crônica. Entretanto, especialistas da saúde reconhecem que os dados são subnotificados, uma vez que 32% dos municípios considerados prioritários não apresentaram casos de intoxicação por pesticidas entre 2007 e 2015 (Proteção à saúde) - Os agrotóxicos e a saúde: são muitos os impactos que a liberação desenfreada de agrotóxicos tem causado à população brasileira. Aprovados em grandes levas, os agrotóxicos receberam o nome simpático de “defensivos agrícolas” e ganharam a afeição do atual governo, que libera cada vez mais venenos na mesa do brasileiro (Proteção à saúde) - Pragas, parceiros ou heróis da biodiversidade? Baixas preocupantes nas populações de insetos e pássaros, e quebras consideráveis de cadeias alimentares que são suporte da biodiversidade animal e vegetal (Proteção ao ambiente) - Agrotóxicos na água não é novidade, mas há outros compostos que também preocupam: problemas na qualidade da água bruta envolvendo agrotóxicos (Proteção ao ambiente) - Frente Parlamentar Ambientalista deve conter retrocessos: já somando mais de 200 deputados e senadores, a Frente Parlamentar Ambientalista deu início a seus trabalhos para os próximos 4 anos. O evento de lançamento da iniciativa ocorreu no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, em Brasília, com a presença de mais de 350

	<p> pessoas, entre parlamentares, ambientalistas, cientistas, representantes de movimentos sociais e comunidades tradicionais (Política ambiental) - 169 novos agrotóxicos aprovados até maio 2019: o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo e sua legislação é uma das mais flexíveis quanto ao uso de substâncias químicas na agricultura. 169 novos produtos foram registrados apenas nos cinco primeiros meses de 2019. Contando com outras 28 substâncias - cujos registros foram concedidos em 2018, mas oficializados somente em 2019 - o número de agrotóxicos autorizados chega a quase 200 (Política ambiental) - Liberação de agrotóxicos no governo Bolsonaro é a maior dos últimos 14 anos (Política ambiental) - Agrotóxicos: enquanto o mundo condena o glifosato, o Brasil o inocenta (Política ambiental) - Deputado aciona Justiça e Congresso para derrubar liberação de mais 42 agrotóxicos (Política ambiental) </p>
2020	<p> - “Brasil caminha para um futuro tóxico”, diz relator da ONU sobre liberação de pesticidas (Política ambiental) - Uma política de Incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável (Política ambiental) - Anvisa libera o agrotóxico proibido (Política ambiental) </p>
2021	<p> - Antas contaminadas: pesquisa conclusiva comprova que animais estão sendo impactados por agrotóxicos no Cerrado de MS (Proteção ao ambiente) </p>

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Eco21.

APÊNDICE E

Macrotema Amazônia brasileira: mídia convencional

Gestão Marina Silva

(Folha de São Paulo)

ANO	SELEÇÃO
2003	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Nacional de Florestas (PNF) e a concessão de 500 mil km² de Flonas, que permitem a exploração com manejo sustentável (Desmatamento) - Concessão da primeira linha de crédito para o manejo florestal sustentável na Amazônia. Criação do primeiro grupo de produtores de madeira com selo verde no Brasil e a mudança da forma como o governo vê o potencial econômico da Amazônia (Desmatamento) - Amazônia não é intocável para presidente Lula, segundo ele, o discurso da preservação ambiental foi usado por governos anteriores para justificar a ausência de investimentos na região (Desmatamento) - Lula mantém a consultoria do Conselho de Defesa Nacional para a homologação de terras indígenas, prática adotada por FHC e alvo de críticas de várias Ongs (Política ambiental) - Assassinato de Chico Mendes volta a ser investigado com a suspeita de novos envolvidos (Política ambiental) - Desgoverno na Amazônia: ausência do controle do poder público sobre o desmatamento (Política ambiental) - Xingu: índios reclamam da área demarcada há 60 anos, degradada pelos brancos (Política ambiental) - Chefe do Comando Militar da Amazônia defende política ambiental do governo e critica ONGs que atuam na região amazônica, que "levam em contrabando a nossa biodiversidade" (Política ambiental)
2004	- Governo do Amazonas cria 9 áreas protegidas para conter desmatamento (Desmatamento)
2005	<ul style="list-style-type: none"> - Brasileiro apresenta método mais preciso para detectar desmatamento 'oculto' causado por atividade madeireira (Desmatamento) - Inpe perde 80% da verba para agência espacial, cientistas veem risco para projetos essenciais/medida burocratiza o repasse de recursos e atrapalha o andamento de projetos importantes (Política ambiental)
2006	Não foram encontradas/selecionadas publicações
2007	- ONGs indicam que hidrelétricas são ameaça à floresta (Desmatamento)
2008	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Folha de São Paulo.

Gestão Carlos Minc

(Folha de São Paulo)

ANO	SELEÇÃO
2008	<ul style="list-style-type: none"> - Governo anuncia menor taxa de desmatamento da história: taxa em 2008/2009 foi de 7.008km² a mais baixa desde o início das medições, em 1988 (Desmatamento) - Estudo do Inbra aponta que 14% da Amazônia é de terrenos desconhecidos em termos de situação fundiária (Política ambiental)
2009	<ul style="list-style-type: none"> - Justiça ignora Lula e pune desmatadores: STJ muda julgamentos e obriga proprietários rurais a recomprem reserva legal, enquanto presidente posterga punição (Desmatamento) - Investimento para zerar desmatamento na Amazônia até 2020 custaria até US\$ 18 bilhões e cortaria até 5% das emissões globais de CO₂, que poderia vir do mecanismo REDD, segundo um grupo de cientistas brasileiros e americanos (Desmatamento)

	<ul style="list-style-type: none"> - Lula deixa para 2011 multa aos proprietários rurais que não registraram a área de reserva legal nem se comprometerem a compensar a área desmatada, por meio de decreto. Além disso, o presidente propôs mudanças no Código Florestal (Desmatamento) - MP 458 (regularização fundiária na Amazônia Legal): 34 Procuradores da República pediram veto parcial do Lula, já que a nova regulamentação poderá levar o fortalecimento dos grileiros que ameaçam os territórios das populações tradicionais no texto já aprovado pelo Senado. Se for sancionada, a MP permitirá a doação e a venda sem licitação de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União (Política ambiental) - A derrota de Minc com a MP da grilagem produzida por Lula, aprovada pela base governista na Câmara, mas com uma única voz contrária: a da governista Marina Silva (Política ambiental) - Lula vetará só um ponto da MP da grilagem: será derrubado o trecho que permite a transferência de terras da União para pessoas jurídicas (Política ambiental) - Regularização fundiária acirra debate: ONG diz que norma vai aumentar migração pra a Amazônia, e ruralista diz que ela vai acabar com a 'bagunça' (Política ambiental) - Governo se arma para derrubar críticas de Marina: um dos argumentos é que o desmatamento caiu depois que ela deixou o MMA (Política ambiental) - Marina deixa o PT e diz não ter mais ilusão: após 30 anos no partido, senadora afirma que o PT não vai encampar o projeto de desenvolvimento sustentável que ela defende (Política ambiental) - Lula discute agenda ambiental polêmica: debate sobre alterações no Código Florestal e a redução de gases-estufa ocorre em momento de tensão entre ruralistas e ambientalistas (Política ambiental) - Lula reúne ministros para discutir impasses ambientais: cinco pontos da legislação colocam em lados opostos as pastas da agricultura e meio ambiente (Política ambiental) - Brasil reduzirá até 39% de gases efeito estufa: Lula arbitra disputa interna e define meta que o país apresentará na conferência do clima em Copenhague (Política ambiental) - Lula atende a ruralistas e adia o prazo para recuperar matas: presidente também decidiu pelos ruralistas em outros temas; única vitória de Minc foi a manutenção da reserva em todas as propriedades (Política ambiental) - Decreto de Lula cria área indígena com 50 mil km²: novas reservas abrigam 7 mil índios, tem o objetivo de conter o desmatamento e ajudar o país a atingir as metas de corte de emissões de gases de efeito estufa (Política ambiental)
2010	<ul style="list-style-type: none"> - Inpe aponta queda de 49% na taxa de desmatamento entre agosto de 2009 e junho de 2010, já o Imazon vê alta de 8% no mesmo período (Desmatamento) - Brasil fica para trás na corrida pela nova economia 'verde': em 2009, grandes economias gastaram 16,4% dos pacotes de estímulo com investimentos 'verdes'; no Brasil, fatia foi de 5% (Política ambiental) - Fundo Amazônia esbarra em falta de projetos, diz Minc. Programa já tem R\$ 400 mi à disposição, mas só desembolsou R\$ 70, 3 mi em 5 projetos (Política ambiental) - Licença prévia do Ibama para o leilão da construção de Belo Monte. Para o MPF, o Ibama aceitou informações incompletas e realizou apenas quatro audiências públicas em 2009, consideradas insuficientes (Política ambiental)

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Folha de São Paulo.

Gestão Izabella Teixeira

(Folha de São Paulo)

ANO	SELEÇÃO
2010	<ul style="list-style-type: none"> - Governo vai rever plano de Marina para a Amazônia (ministros criticam propostas da ex-ministra: considerada conservacionista), mudanças vão incluir a presença de militares, projetos de mineração e hidrelétricas, além de rever terras indígenas (Política ambiental) - Verdes criticam revisão do plano de Marina: proposta da SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) vai rever o PAS (Programa Amazônia Sustentável), principal legado da gestão de Marina no MMA (Política ambiental)
2011	<ul style="list-style-type: none"> - Quase metade da Amazônia no país é área de preservação, mas com fiscalização precária e falta de pessoal, segundo levantamento feito por ONGs (Desmatamento)

	<ul style="list-style-type: none"> - Deter indica alta de 30% do desmatamento na região amazônica (Desmatamento) - Mata é a galinha de ouro do agronegócio brasileiro, pois é importante para manter as chuvas que abastecem as lavouras do centro-oeste (Desmatamento) - Estudo da USP demonstrou que manejo sustentável de florestas nativas é, ao menos do ponto de vista econômico, insustentável (Desmatamento) - Turma do agronegócio só pensa na conta bancária (Política ambiental) - Senado desengaveta PL que esvazia IBAMA e muda fiscalização (Política ambiental) - Câmara aprova Código Florestal, que anistia desmatamento antigo/Ex-ministros do meio ambiente reclamam (Política ambiental) - 'Para ambientalista, todos são criminosos' (Política ambiental) - Parques na Amazônia serão reduzidos por medida provisória/Ministro critica debate 'emotivo' sobre lei (Política ambiental) - Cientistas sobem o tom contra novo Código Florestal (Política ambiental) - Juíza federal vota pela anulação da licença ambiental de Belo Monte (Política ambiental) - Projeto no Senado pode colocar em xeque áreas indígenas no país (Política ambiental)
--	---

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Folha de São Paulo.

(Revista Veja)

ANO	SELEÇÃO
2010	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2011	<ul style="list-style-type: none"> - Indígenas e ambientalistas desocupam obras de Belo Monte (Política ambiental) - Índios recebem mais terra, mas conflitos continuam (Política ambiental) - Ecologistas pressionam Dilma contra mudanças no Código Florestal (Política ambiental) - Aprovado pelo Senado, Código Florestal volta à Câmara (Política ambiental) - Ambientalistas criticam Código Florestal do Brasil (Política ambiental)
2012	<ul style="list-style-type: none"> - Amazônia tem menor índice de desmatamento em 23 anos (Desmatamento) - Ministra do Meio Ambiente critica a miopia ambiental (Desmatamento) - Dilma defende crescimento com respeito ao meio ambiente (Desmatamento) - Tribo aposta no Google para combater desmatamento na Amazônia (Desmatamento) - Líder yanomami procura apoio da ONU contra lei de extração de minerais (Extrativismo) - Governança do meio ambiente está "vencida" no Brasil, afirma ministra Izabella Teixeira (Política ambiental) - ONGs farão grande marcha de protesto durante a Rio+20 (Política ambiental) - Dilma sofre pressão para vetar Código Florestal (Política ambiental) - Cúpula dos Povos no Rio: espaço para o descontentamento da sociedade civil (Política ambiental) - Direito à terra e à cultura leva indígenas à Rio+20 (Política ambiental) - Protesto contra usina de Belo Monte reúne 200 pessoas (Política ambiental) - Governo estuda reduzir maior Floresta Nacional do Brasil (Política ambiental) - Ecologistas aumentam pressão para Dilma vetar Código Florestal (Política ambiental) - Ecologistas questionam veto parcial de Dilma a Código Florestal (Política ambiental) - Para ambientalistas, novo Código é 'retrocesso' (Política ambiental) - Brasil amplia área protegida e pede que crise não impeça metas ambientais (Política ambiental) - Ministra defende ambientalismo com inclusão social (Política ambiental) - Universidades querem mais 10.000 pesquisadores na Amazônia (Política ambiental)
2013	- Dilma diz que há espaço no país para a construção de hidrelétricas (Política ambiental)
2014	<ul style="list-style-type: none"> - ONG registra queda no desmatamento na Amazônia (Desmatamento) - Nova legislação pode prejudicar o ecossistema no Brasil, diz 'Science' (Extrativismo) - Brasil não assina acordo para eliminar desmatamento até 2030: a proposta teve adesão de 32 dos 193 países que integram a Organização das Nações Unidas (Política ambiental) - Na Amazônia, Marina diz que questão ambiental 'andou para trás' (Política ambiental)
2015	<ul style="list-style-type: none"> - Dilma anuncia meta de reduzir em 43% as emissões de gases do efeito estufa até 2030 (Política ambiental) - 'Metas climáticas brasileiras estão na direção certa, mas poderiam ser mais ambiciosas' (Política ambiental)

2016	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
-------------	--

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja (Portal Veja).

Gestão Sarney Filho

(Revista Veja)

ANO	SELEÇÃO
2016	- Não foram encontradas/selecionadas publicações
2017	- Temer envia projeto de lei que reduz área protegida na Amazônia (Desmatamento) - Na ONU, Temer omite crise e propagandeia queda de desmatamento (Desmatamento) - Temer extingue reserva e autoriza exploração mineral na Amazônia (Extrativismo) - Governo recua e suspende decreto que extingue reserva na Amazônia (Extrativismo) - Ex-presidente da Funai ataca governo e aponta ingerência política (Política ambiental)
2018	- STF mantém mudanças nas leis florestais em revés a ambientalistas (Desmatamento) - Entre ambientalistas, o óbvio nem sempre floresce: Veja conversou com líderes de ONGs que defendem a pauta ecológica; para eles, Marina Silva larga na frente, mas há ressalvas (Política ambiental) - Deputados querem eliminar 500.000 hectares de área protegida na Amazônia (Política ambiental) - Sinal amarelo para o verde: nas últimas décadas, os avanços na proteção ambiental vinham ocorrendo. Com Trump, os recuos começaram. Com Bolsonaro, o Brasil tende a ir na mesma toada (Política ambiental)

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja (Portal Veja).

Gestão Ricardo Salles

(Revista Veja)

ANO	SELEÇÃO
2019	- Ex-ministros alertam sobre desmatamento descontrolado da Amazônia (Desmatamento) - MMA não envia representantes a evento sobre preservação da Amazônia (Desmatamento) - Ministério do Meio Ambiente cortará recursos para ONGs: governo acusa organizações de uso irregular de verbas públicas (Desmatamento) - ONGs pedem que UE pare negociações com o Mercosul por causa de Bolsonaro: em carta aberta, 340 grupos acusam o governo brasileiro de estimular ataques às minorias e organizar a destruição de regiões (Desmatamento) - Alemanha e Noruega admitem fim de fundo bilionário na Amazônia (Desmatamento) - Governadores pedem providências sobre focos de incêndio na Amazônia (Desmatamento) - Sem dinheiro, governadores pedem que Bolsonaro aceite verba para Amazônia (Desmatamento) - Marina Silva: Amazônia não pode estar 'à mercê de ideologias de plantão' (Desmatamento) - Salles quer plano com BID para criar novo fundo para a Amazônia (Desmatamento) - Salles: 'Brasil vai mostrar na ONU que somos o país mais sustentável' (Desmatamento) - Alguns fatos e dados trazidos de dentro da Amazônia: em seu discurso na abertura da Assembleia Geral da ONU, nos Estados Unidos, o presidente Jair Bolsonaro amplificou polêmicas no Brasil e no mundo (Desmatamento) - Alemanha recusa pedido de Salles para renegociação de auxílio ambiental (Desmatamento) - 'O Greenpeace só nos atrapalha', diz Bolsonaro (Desmatamento) - ONU critica Bolsonaro por defender mineração na Amazônia (Extrativismo) - Governo prepara pacote de grandes obras para a Amazônia (Política ambiental) - Brasil agirá contra desmatamento se preocupação se confirmar, diz ministra (Política ambiental) - Bolsonaro extingue Conselho, criado durante gestão de Lula: colegiado reunia empresários e membros da sociedade civil para aconselhamento presidencial (Política ambiental)

	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações temem descontinuidade de projetos com fim do Fundo Amazônia (Política ambiental) - Entidade em prol da ciência defende Inpe de declarações de Bolsonaro (Política ambiental) - Bolsonaro tira espaço da comunidade científica em Comitê da Amazônia (Política ambiental) - Um tiro no pé: as ideias de Bolsonaro na área ambiental podem provocar um efeito contrário ao que se deseja e resultar em prejuízos para a economia (Política ambiental) - Estados querem negociar diretamente com países doadores do Fundo Amazônia (Política ambiental) - Manifestantes protestam pela Amazônia nas principais capitais brasileiras (Política ambiental) - Brasil e mais seis países assinam o Pacto pela Amazônia (Política ambiental) - New York Times diz ser a Amazônia, no governo Bolsonaro, 'terra sem lei' (Política ambiental)
2020	<ul style="list-style-type: none"> - Atacada por artistas, MP 910 é novo foco de embate entre Maia e Bolsonaro (Desmatamento) - ONGs denunciam Bolsonaro à ONU por política ambiental (Desmatamento) - A investidores, Mourão defende Salles e vê campanha contra o agronegócio (Desmatamento) - Pressões e ameaças estrangeiras põem em risco o agronegócio do Brasil (Desmatamento) - O inferno são os outros: só depende do governo transformar toda a pressão relacionada ao meio ambiente em cooperação, mas isso não deve acontecer (Desmatamento) - Biomas em chamas: a sucessão de recordes de desmatamento e queimadas na Amazônia é rotina no governo de um presidente que vê o ambiente como causa menor (Desmatamento) - Brasil é vítima de campanha de desinformação sobre Amazônia, diz Bolsonaro (Desmatamento) - Brincando com fogo: a chantagem de Ricardo Salles é grave sinal de instabilidade e insegurança (Política ambiental) - Em discurso no G20, Bolsonaro se apresenta como defensor do meio ambiente: aos líderes estrangeiros, presidente disse que vai 'continuar protegendo a Amazônia e o Pantanal' (Política ambiental) - Nelsinho Trad reúne países e marca data para recriar Parlamento Amazônico (Política ambiental)
2021	<ul style="list-style-type: none"> - BR-319: a polêmica pavimentação da rodovia que corta a Amazônia (Desmatamento) - ONU: povos indígenas são os melhores guardiões das florestas (Desmatamento) - Brasil perde US\$ 1,5 bi por ano com desmatamento da Amazônia, diz estudo (Desmatamento) - Empresas e países lançam coalizão bilionária para conter desmatamento (Desmatamento) - Dino comemora iniciativa que remunera governos por combate ao desmatamento (Desmatamento) - Transparência e sustentabilidade na pecuária amazônica (Desmatamento) - Todos do meio ambiente contra Bolsonaro: mais de 250 entidades assinam carta na qual pedem atenção especial do Congresso a projetos de lei que tratam de questões ambientais (Política ambiental) - Carta de lideranças ambientalistas em defesa da Amazônia: senadores, deputados e integrantes da sociedade civil pedem que Estados Unidos não assinem acordo com o Brasil (Política ambiental) - Ricardo Salles: "Contrariamos interesses"/Em entrevista a VEJA, o ministro afirma que a preservação da Amazônia só será possível com o desenvolvimento da região (Política ambiental) - Em cúpula do clima, Bolsonaro promete neutralidade climática até 2050: mudança de tom no discurso do presidente é uma sinalização às cobranças dos Estados Unidos pelo maior comprometimento brasileiro (Política ambiental) - O meio ambiente que os brasileiros desejam: o país apoia a preservação ambiental? (Política ambiental)

- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">- Ventos da mudança: Cúpula do Clima une países em torno da economia verde (Política ambiental)- Após queda de Salles, há poucos sinais de mudança na política ambiental: governo tem a chance de corrigir a desastrosa política que transformou o país no vilão do planeta (Política ambiental) |
|--|---|

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Revista Veja (Portal Veja).

APÊNDICE F

Macrotema Amazônia brasileira: mídia socioambiental

Gestão Marina Silva

(Eco21)

ANO	SELEÇÃO
2003	<p>- Quando o presidente Lula, ainda não empossado, revelou nos EUA os primeiros nomes do seu futuro ministério, foi contundente ao pronunciar Marina Silva como Ministra do Meio Ambiente. Com esse gesto Lula sinalizou o princípio estratégico no qual estaria baseado o seu governo: o da sustentabilidade ambiental. Tanto Lula, como Marina Silva e Claudio Langone, consideram o Brasil (isso pode se ler no principal documento do PT sobre a questão ambiental) um novo tipo de potência mundial em termos de meio ambiente, capaz de propor uma agenda planetária de desenvolvimento sustentável (Política Ambiental)</p> <p>- A nomeação da senadora Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente, de Claudio Langone como Secretário-Executivo do MMA e de Marcus Barroso Barros para a presidência do Ibama: os três juntos serão os responsáveis pela implementação de uma nova política ambiental, baseada nos princípios definidos no documento “Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Brasil”, elaborado pelo Partido dos Trabalhadores ainda na etapa da campanha eleitoral (Política Ambiental)</p>
2004	<p>- Tomando como base os critérios internacionais estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto e os Acordos de Bonn e Marrakesh, estão sendo identificados projetos, iniciativas e ações que contemplem o critério de Reflorestamento, Florestamento e outros que venham a cumprir com as definições estabelecidas pelo mesmo documento. As atividades prioritárias identificadas são as de reflorestamento e florestamento em áreas desflorestadas anteriormente a 31 de dezembro de 1989 e que cumpram com os critérios e definições previstas no documento supramencionado (Desmatamento) - O primeiro ano do governo Lula, em 2003, manteve num patamar alto a média de desmatamento do consúlcado tucano, como se não houvesse mudança de direção no comando da administração federal, ideologias e retóricas à parte. Ainda era a inércia da gestão anterior, justificavam os petistas (Desmatamento)</p>
2005	<p>- O desmatamento deve ser encarado a partir da premissa de que há tipos de desmatamento que podem ser aceitos e trazem benefícios para a sociedade. O critério de aceitação neste caso seria estabelecido pelo nível dos benefícios para a sociedade e do impacto que causam sobre o ambiente (Desmatamento)</p> <p>- Ocorre que o governo Federal jamais aceitou limitações nas emissões brasileiras, se escudando nas resoluções de Kyoto. O Brasil tem uma Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas, que é secretariada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. E o que tem feito é apreciar projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Exerce um trabalho basicamente burocrático, que não é ruim, mas não propôs até agora políticas mais abrangentes (Desmatamento)</p> <p>- O setor agropecuário industrial é, por um lado, a máquina econômica principal no Brasil de hoje, responsável por 35% do Produto Interno Bruto do país. Contudo, este setor deixa muito a desejar na área ambiental e social. O modelo atual adotado de produção de alimentos é dependente do uso maciço de agroquímicos e de combustíveis fósseis, ele provoca a homogeneização de paisagens e sociedades rurais, e gera a redução da diversidade biológica, cultural e agrícola nas regiões onde é implementado. Tal modelo gera grandes custos ecológicos e sociais os quais não são contabilizados pelas empresas (Desmatamento)</p> <p>- Em 2004, o governo brasileiro criou um Grupo Interministerial com o ambicioso objetivo de apresentar uma proposta para a pavimentação da BR-163 com o “mínimo impacto possível”. O plano batizado de “BR-163 Sustentável” - foi lançado em março de 2005, e teve a participação de várias ONGs e movimentos sociais. A ideia dos participantes do Plano é propor medidas estruturantes e medidas de caráter emergencial que impeçam</p>

	<p>que a pavimentação da Cuiabá-Santarém repita os trágicos exemplos de desastre ambiental e social resultantes de outras estradas asfaltadas na Amazônia, como a Belém-Brasília, a PA-150 e a BR-364 (ligando Porto Velho ao Sudeste do País) (Desmatamento)</p> <p>- O projeto de Lei que estabelece a gestão das florestas públicas para atividades econômicas sustentáveis e de pesquisa merece ser aprovado com urgência pelo Congresso Nacional. Dele depende a redução de dois dos principais problemas da Amazônia brasileira: os de origem fundiária e de extração ilegal de madeira (Política ambiental)</p>
2006	- Acervo indisponível
2007	- Acervo indisponível
2008	- Acervo indisponível

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Eco21.

(Página22)

ANO	SELEÇÃO
2006	<p>- A decisão do governo brasileiro de apresentar uma proposta para redução do desmatamento das florestas tropicais com base em um fundo patrocinado pelos países ricos (Desmatamento)</p> <p>- Uma nova rodada de negociações sobre o futuro do regime internacional do clima, destinada à adoção de metas mais ambiciosas e de outros tipos de compromisso para redução de gases de efeito estufa emitidos para a atmosfera em todas as partes do mundo (Desmatamento)</p> <p>- O trabalho do Ipam com proprietários rurais no Mato Grosso para criar condições de certificação de propriedades quanto ao cumprimento da legislação ambiental (Desmatamento)</p> <p>- Responsável por 33% do PIB, a cadeia do agronegócio está no centro do desafio atual: aumentar a produção, preservar biomas e garantir a qualidade de vida no campo (Desmatamento)</p> <p>- O primeiro mandato do presidente Lula termina sem que o país tenha encontrado formas de atender à demanda e, ao mesmo tempo, respeitar os limites socioambientais (Política ambiental)</p> <p>- Depois de quatro anos à frente do Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva diz que o Brasil tem uma “base limpa” para integrar a questão ambiental aos demais setores do governo (Política ambiental)</p> <p>- O governo planeja investir R\$ 200 bilhões em obras até 2010: uma rica oportunidade para adotar critérios sustentáveis em vez de considerá-los como entrave... “Estou determinado a fazer com que este País saia desses 25 anos de crescimento medíocre. (...) O meu desafio, dos meus ministros, dos nossos governadores e do povo brasileiro é crescer, crescer e crescer (...)” (Política ambiental)</p> <p>- As margens das áreas protegidas constituem linhas de batalha entre as atividades econômicas que substituem a floresta, como a agricultura e as pastagens, e os ambientalistas que defendem os interesses públicos nos ecossistemas nativos. Uma das mais importantes conquistas da última década na Amazônia: a criação de 5 milhões de hectares de reservas florestais na disputada região central do Pará, mostra que talvez esse destino não esteja selado. Com a criação das reservas, o Pará e o Mato Grosso passaram a deter o maior mosaico de áreas protegidas de floresta tropical do mundo, com 23 milhões de hectares de terras indígenas, reservas extrativistas e biológicas e florestas nacionais (Política ambiental)</p>
2007	<p>- A Caracterização Socioambiental das Unidades de Conservação na Amazônia Brasileira é uma iniciativa do Instituto Socioambiental (ISA), que lançou uma base de dados com informações sobre as 286 Unidades de Conservação (UCs) amazônicas do País (Desmatamento)</p> <p>- Há um novo panorama político para as questões socioambientais? O que esperar dos próximos quatro anos com a posse de 13 novos governadores e renovação de 52% da Câmara dos Deputados (Política ambiental)</p> <p>- A Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara conta com o recorde de mais de 300 nomes, incluindo ruralistas e desenvolvimentistas que pregam inédita fidelidade à legislação verde. Nesse contexto, a reforma do Ministério do Meio Ambiente (MMA) é uma aposta para reforçar as ações da pasta em um governo com sede de crescimento econômico (Política ambiental)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - O novo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco reconhece a necessidade de o Brasil aumentar o protagonismo no que se refere ao aquecimento global (Política ambiental) - Discussões tardias, já na fase do licenciamento de obras, evidenciam a falta de um debate anterior sobre os rumos do Brasil. Na nascente democracia brasileira, o cidadão tem um voto, mas dificilmente sua opinião é levada em conta quando se decide por obras polêmicas e de grande impacto socioambiental, como uma usina de energia nuclear, a transposição do Rio São Francisco e a construção de grandes hidrelétricas ou de rodovias (Política ambiental) - Passados cerca de dois meses da anunciada reestruturação ambiental do governo federal, a nova máquina planejada pela ministra do Meio Ambiente Marina Silva ainda não decolou. A batata mais quente nas mãos da petista é a polêmica divisão do Ibama, órgão-chave para concretizar sonhos governistas de crescimento econômico. Trata-se de mais um capítulo no frustrado sonho de transversalizar a questão socioambiental no governo federal (Política ambiental) - Passado um ano da moratória da soja, pouco se questionou a questão do plantio do grão transgênico (Política ambiental) - Propagadores de discursos de valorização do patrimônio socioambiental da Amazônia, os centros de poder do país são negligentes quando se trata de investir na transformação desse potencial em desenvolvimento sustentável por meio da ciência e da tecnologia (Política ambiental) - Recentemente o presidente Lula foi a São Gabriel da Cachoeira (AM), município com a maior proporção de índios em sua população (mais de 80%), para lançar o assim denominado “PAC indígena”. Estimado em pouco mais de R\$ 500 milhões, o programa prevê investimentos em demarcação e proteção de terras, educação, saúde, cultura e desenvolvimento econômico. Tal como foi apresentado, parece ser uma espécie de “compensação étnica” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que afetará direta ou indiretamente algumas dezenas de terras indígenas (TIs), sobretudo na Amazônia (Política ambiental) - A sintonia do Congresso com a urgência das mudanças do clima está novamente em xeque. O Projeto de Lei n.º 6424/2005, do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), chegou à Câmara para permitir plantações de espécies exóticas à Amazônia como babaçu e dendê em áreas desmatadas do bioma. Os ruralistas defendem a medida e, mesmo na oposição, de certa forma contam com a mãozinha do governo, interessado em incentivar a expansão do plantio para a produção de biocombustíveis. A grita ambientalista é de que isso levará a novos desmatamentos e não estimula a recuperação de áreas desflorestadas com árvores nativas, além de permitir que os locais continuem sem matas em troca de compensação em outras paragens. O Conselho Nacional do Meio Ambiente chegou a recomendar ao governo do Acre que reduza a reserva legal de 80% para 50% em um quinto do estado, onde há propriedades rurais, assentamentos e muitas áreas desmatadas (Política ambiental)
2008	<ul style="list-style-type: none"> - Após amplo processo de consulta pública, uma série de dispositivos foi pensada para garantir a conservação das matas e a geração de benefícios sociais e econômicos por meio das concessões florestais (Desmatamento) - O problema da ocupação desordenada, do desmatamento e da grilagem nas rodovias do estado levou o Idesam a lançar uma campanha por uma ferrovia na Amazônia. O problema levou MMA a lançar, em 2003, o plano BR-163 Sustentável, para promover o asfaltamento da estrada que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA) de modo controlado, com a criação de áreas protegidas e regularização fundiária no entorno (Desmatamento) - Projeto de lei que propõe flexibilização do Código Florestal reacende o antagonismo entre interesses do agronegócio e a necessidade de conservação dos biomas brasileiros. Fora da batalha legal, mecanismos de mercado podem ser capazes de conciliar esses dois polos (Política ambiental) - As negociações em torno dos esforços de redução das emissões de gases de efeito estufa atestam que o mundo se vê diante de um xadrez complexo em que cada peça depende da outra. A do Brasil está ligada à conservação do que resta de cobertura florestal, concentrada na Amazônia. Não à toa, a notícia da expansão galopante do desmatamento nos últimos meses de 2007 ecoou pelo mundo. Mesmo sem metas oficiais de redução de emissões, o Brasil está sob escrutínio (Política ambiental)

	<p>- O governo federal pode, mas não quer salvar a Amazônia. Ou, melhor, até gostaria de protegê-la, desde que o custo político interno fosse indolor. Essa é a explicação para a falta de uma ação efetiva contra o desmatamento, na visão do embaixador Rubens Ricupero (Política ambiental)</p> <p>- Nas raízes profundas do desmatamento da Amazônia está o sucateamento de natureza política e ética, que vem de muito tempo, sem prazo para ser resolvido. A equipe do Ministério do Meio Ambiente assumiu com diagnóstico de qualidade e proposta de mudança intragovernamental assentada sobre dois pilares: a transversalidade na ação e o deslocamento do cerne da política ambiental para o coração do governo. Dizia-se que o ministério deveria deixar de ser a grande ONG governamental, eternamente na condição de litigante ou de pedinte, e exercer o papel de dinamizador dessa proposta. Chegou-se a pensar na criação de espaços inovadores para viabilizar a troca permanente de informações e o aprendizado institucional necessários para gerar políticas com alto grau de integração e participação (Política ambiental)</p> <p>- Sob o axioma do desenvolvimento sustentável, o Estado cria marco regulatório para continuar a pilhagem da floresta e de seus povos. O SFB insiste em omitir o óbvio. É fato, o regime de concessão não privatiza a terra. Entretanto, as diversas críticas deixam claro: o modelo adotado privatizará o uso da terra e os recursos florestais. Isso, necessariamente, impede o acesso à floresta às populações que dela vivem. Parece anunciar-se uma nova era em que o controle do território se dará pelo domínio de seus recursos (Política ambiental)</p> <p>- Quinze anos após a criação do Forest Stewardship Council (FSC, ou Conselho de Manejo Florestal), o Brasil é o país tropical com a maior área de floresta certificada do mundo. São 5 milhões de hectares, dos quais 3,5 milhões estão distribuídos em 60 empreendimentos empresariais e 1,5 milhão em 9 áreas de manejo administradas por comunidades. Espalhadas por 12 estados e três biomas - Mata Atlântica, Cerrado e Amazônia -, as florestas nativas e plantações certificadas produzem majoritariamente madeira certificada, mas também produtos não madeireiros, como óleos, frutos e sementes (Política ambiental)</p>
--	---

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Página22.

Gestão Carlos Minc

(Página22)

ANO	SELEÇÃO
2008	<p>- A Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP), de 2006, permite que empresas explorem produtos e serviços florestais em Unidades de Conservação (UC) de uso sustentável. Entre as garantias para as populações que vivem nas áreas de floresta está a exclusão do processo de licitação dos produtos mais importantes para o extrativismo local, como a castanha, o palmito e o fruto do açaí. Há também produtos considerados “casos especiais”, que só poderão ser explorados pelo manejo empresarial mediante autorização do SFB, de modo a não comprometer o uso tradicional (Extrativismo)</p> <p>- Para explorar o potencial de usos racionais da Floresta Amazônica é preciso mudar radicalmente o cenário de Ciência, Tecnologia e Inovação. A Academia Brasileira de Ciências acaba de circular o documento Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI – A necessidade de uma revolução científica e tecnológica. Ressaltando a importância do patrimônio natural da região, o documento parte da premissa de que “a valorização econômica dos recursos florestais e aquáticos da Amazônia se coloca como marco fundamental para sua conservação” (Extrativismo)</p> <p>- Só depois da morte de Chico Mendes foi criada a primeira reserva extrativista, a do Alto Juruá, no Acre. Desde então, elas se expandiram para outros estados da Amazônia, para o Cerrado, e mesmo para a região costeira, mas sempre debaixo de uma artilharia de críticas. As mais comuns são de propalada inviabilidade econômica congênita, ineficiência produtiva, atraso tecnológico e difícil inserção no mercado. Em conversa recente, a senadora Marina Silva levantou pontos importantes para atualizar o debate. De fato, as reservas apresentam diversos níveis de desenvolvimento e de problemas, alguns muito graves, por deficiências de gestão ou pressões externas (Extrativismo)</p> <p>- A reserva Raposa Serra do Sol abriga muitos povos indígenas, mas a falta de reconhecimento do valor cultural e ambiental do índio evidencia a disputa e o interesse em se ocupar as últimas grandes extensões de terras do País, sob o argumento da soberania nacional (Política ambiental)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Com o Fundo Amazônia, o Brasil espera obter recursos para reduzir as emissões do desmatamento em grande escala. Sem gerar créditos de carbono, o mecanismo evita que outros países usem o esforço nacional para continuar emitindo (Política ambiental) - O Brasil parece disposto a intensificar a exploração amazônica: foram reabertas as discussões no Congresso Nacional sobre exploração mineral em terras indígenas; grandes empresas desembarcam na região para construir hidrelétricas, rodovias, portos; e o país experimenta a concessão de florestas públicas para o setor privado (Política ambiental) - O debate sobre sustentabilidade ainda está encapsulado em um grupo de formadores de opinião e tomadores de decisão. Justo ela, que tem como um dos pilares a inclusão social (Política ambiental) - A ausência de um plano inovador de mudanças climáticas e sem metas para redução de emissões afasta o governo da sociedade, de expoentes do setor produtivo e até do Congresso Nacional (Política ambiental)
2009	<ul style="list-style-type: none"> - Eventos extremos despertam o Brasil para um dos primos pobres da Convenção do Clima. A área científica sai na frente (Política ambiental) - Mais que desconstituir a legislação ambiental, o setor ruralista - com apoio do governo e de forças político-partidárias no Congresso - põe a perder toda uma cultura política muito interessante, a de negociar, articular e trabalhar a diversidade de interesses (Política ambiental) - De supressão vegetal a sobrecarga de serviços públicos, de alterações na ictiofauna a sustentabilidade econômica de colônias de pescadores, a lista de impactos com os quais o Ibama tem de lidar é imensa. É assim que o Ibama se tornou o epicentro de uma ambiguidade temporal. Para alguns, os licenciamentos comandados pelo instituto correm a toque de caixa, conforme os interesses. Para outros, são excessivamente morosos e penalizam o crescimento econômico do País (Política ambiental)
2010	Não foram encontradas/selecionadas publicações

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Página22.

Gestão Izabella Teixeira

(Envolverde)

ANO	SELEÇÃO
2010	- Sem acervo disponível antes de 2011
2011	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento do manejo florestal esbarra em desafios: desenvolvimento da atividade depende de mão-de-obra capacitada, maior envolvimento das comunidades e sistemas de certificação de qualidade (Desmatamento) - Belo Monte diante de obstáculos e polêmicas sem fim (Desmatamento) - Os governos, as agências públicas deveriam ser exemplos de responsabilidade social e ambiental. Mas não são. Muitas fazem parte da rede de transgressão que sabota nossa legislação e nossas políticas ambientais. Como pode o BNDES ser o gestor do Fundo Amazônia, destinado a proteger a floresta e promover o desenvolvimento sustentável da região, e ao mesmo tempo financiar empresas e se associar a empreendimentos acusados pelo Ministério Público Federal de contribuir para o desmatamento e a prática de trabalho escravo? (Desmatamento) - Especialista analisa momento da luta em torno do Código Florestal, seu valor estratégico para os ruralistas e cobra posição do governo federal (Desmatamento) - Brasil rural: matar e desmatar – o assassinato de quatro líderes rurais (Desmatamento) - Iniciativas de incentivo à exploração legalizada de madeira e ao manejo florestal, rendem bons resultados para a economia e o meio-ambiente (Desmatamento) - Uma coalizão inédita de mais de 34 organizações ambientalistas e 30 empresas do setor florestal apresentou na última semana, em São Paulo, um conjunto de 16 propostas que pode destravar as negociações sobre as mudanças do Código Florestal (Política ambiental) - A questão do desmatamento amazônico volta a ser assunto no Brasil com o debate sobre o novo Código Florestal (Política ambiental) - Acordo entre partidos para aprovar mudança no Código Florestal e livrar o ministro Palocci de depor no Congresso, ameaça patrimônio natural, cria risco de desmatamento, desastres e destrói mecanismo fundamental da democracia. Todos perdem, inclusive Palocci. Só os maus produtores que nada têm a perder ganham (Política ambiental)

	<ul style="list-style-type: none"> - “Os processos de Belo Monte e do Rio Madeira são reflexos da apatia do brasileiro.” Esta é a conclusão a que a ativista ambiental Telma Monteiro chegou depois de lutar, por anos, contra a construção das hidrelétricas na região amazônica (Política ambiental) - Datafolha entrevistou 1.286 brasileiros e revelou que a opinião dos eleitores não foi levada em consideração pela Câmara dos Deputados, já que a maioria é contra as principais mudanças na legislação e apoiaria o veto da presidente Dilma Rousseff (Política ambiental) - “O Código Florestal cria o caminho ‘legal’ para concluir a grilagem da terra”: “Trabalho com uma população ribeirinha do Tapajós que terá seu território submerso por estes barramentos. Vejo a angústia e o terror com que o anúncio chegou a eles”, narra o geógrafo Mauricio Torres (Política ambiental) - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou o Fundo Kayapó, com o objetivo de apoiar projetos de organizações indígenas que se destinem a atividades de conservação de cinco áreas situadas entre os estados do Pará e de Mato Grosso, região onde vivem cerca de 7 mil índios da etnia Kayapó (Política ambiental) - A cada etapa na implantação do projeto de Belo Monte, vão se revelando a complexidade da obra e o tamanho de seu impacto negativo na região (Política ambiental) - Brasil avança na estratégia nacional de REDD+: o Brasil acaba de dar mais um passo rumo à política pública que deverá futuramente colaborar com a redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação das florestas, conforme compromisso internacional assumido pelo país na Conferência do Clima de Cancun (COP16), em dezembro do ano passado (Política ambiental) - Código Florestal: “a discussão é feita a partir de um cronograma político”: “Antes de haver um esforço para implementação do Código Florestal, opta-se por um caminho mais fácil: alterar a lei”, aponta o integrante do Instituto Democracia e Sustentabilidade, Bazileu Margarido (Política ambiental) - “Essa é uma lei da produção agrícola e não tem nada a ver com o Código Florestal”: “Para manter esta orgia de crescimento econômico e exportação, aprovam um Código que autoriza aumentar a área plantada” (Política ambiental)
2012	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças no Código Florestal baseiam-se em ‘desconhecimento entristecedor’, escreveu Ab’Saber (Desmatamento) - Brasil é modelo em direitos de comunidades florestais (Desmatamento) - O estado do Acre é pioneiro em uma abordagem de desenvolvimento que busca tirar o máximo proveito da floresta sem destruí-la (Extratativismo) - Organizações sociais denunciaram que o primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff se caracterizou pelo “maior retrocesso da agenda socioambiental desde o final da ditadura militar”, revertendo uma tendência sustentada desde 1998 (Política ambiental) - Para cumprir seu compromisso de campanha e não permitir incentivos a mais desmatamentos, redução de área de preservação e anistia a crimes ambientais, a presidenta Dilma terá que reverter ou recuperar, no mínimo, alguns dispositivos do CF. No entanto, a maioria dos dispositivos é irreversível ou irrecuperável por meio de veto parcial (Política ambiental) - Ministra rebate críticas sobre timidez do pacote ambiental na criação de áreas de preservação (Política ambiental) - Para Dilma, Brasil vem crescendo na área ambiental (Política ambiental) - O meio ambiente é a segunda área mais bem avaliada pela população (55% de aprovação), segundo o levantamento, perde apenas para o combate à fome e à pobreza (57%) (Política ambiental) - Os brasileiros estão mais conscientes sobre a importância do meio ambiente do que há 20 anos. Na comparação entre os primeiros e últimos resultados, divulgados em junho, a pesquisa “O que o brasileiro Pensa do Meio Ambiente e do Consumo Sustentável”, realizada desde 1992, mostrou que a consciência ambiental no país quadruplicou (Política ambiental) - Novo manifesto da SBPC e ABC sobre o Código Florestal encaminhado para a presidente Dilma Rousseff (Política ambiental)
2013	<ul style="list-style-type: none"> - Povos indígenas não são tratados como protagonistas: “A relação deste governo, e dos que o antecederam, está muito longe de ser comprometida com o projeto de vida, de

	<p>justiça e dignidade dos povos indígenas”, aponta o vice-presidente do Conselho Indigenista Missionário/RS (Desmatamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Governo e ONGs criam iniciativas para o Código Florestal: Ministério do Meio Ambiente estabelece grupo de trabalho para implementar a nova legislação, enquanto entidades da sociedade civil lançam observatório para acompanhar o processo (Desmatamento) - Um ano do Código Florestal: tudo dito, nada feito: no dia 26 de maio o novo Código Florestal completou um ano de aprovação. Muita coisa foi dita, mas pouco foi feito. A Lei Federal nº 12.651 ainda não disse a que veio. Parece que bastou a anistia do passivo ambiental de aproximadamente 40 milhões de hectares de cerrados e florestas desmatados ilegalmente antes de julho de 2008 (Desmatamento) - Plano de proteção a Terras Indígenas afetadas por Belo Monte está atrasado em quase dois anos, diz Funai: apesar da importância da questão indígena no processo de implantação da hidrelétrica de Belo Monte, nem a Norte Energia, responsável pela obra, nem o Poder Público conseguiram cumprir as obrigações definidas no licenciamento ambiental (Política ambiental) - Ministério do Meio Ambiente vai mapear florestas brasileiras: equipes de técnicos e especialistas começam a ser deslocadas este ano para a Amazônia, onde terão que mapear as florestas da região em detalhes. Atualmente, apesar de o Brasil ser coberto por 60% de florestas nativas, os dados sobre estas áreas limitam-se a imagens da cobertura vegetal, por satélites, por exemplo. O objetivo do governo é detalhar aspectos como a qualidade dos solos, as espécies existentes em cada área e o potencial de captura e emissão de gás carbônico pelas florestas (Política ambiental) - Direitos indígenas violados: o desenvolvimento brasileiro é resultado da violação dos direitos indígenas. Há uma imposição de um padrão desenvolvimentista, de um modelo de sociedade mais valorizado. Os direitos indígenas vão sendo solapados e, se eles resistem, são vistos como atrasados (Política ambiental) - A criação de uma área de preservação ambiental é uma notícia que soa bem aos ouvidos da opinião pública: amplas paisagens intocadas, livres da devastação humana. Mas essa não é a narrativa dos moradores do beiradão do Rio Iriri, alguns dos quais levam até 20 dias de suas casas até a sede de Altamira, no coração do Pará (Política ambiental) - Em todo o país, indígenas das mais diversas etnias estão mobilizados em defesa dos seus direitos estabelecidos na Constituição Federal; em Santa Catarina, Guaranis pedem homologação de suas terras (Política ambiental) - Integrantes da COICA, formada por organizações indígenas de países da América Latina, deram um importante panorama da questão indígena relacionada ao meio ambiente durante a COP19. De acordo com eles, é fundamental que a discussão pela conservação ambiental, e especialmente em torno do mercado de créditos de carbono, leve em conta o papel dos povos indígenas, agentes essenciais na conservação do sistema ambiental (Política ambiental)
2014	<ul style="list-style-type: none"> - O país precisa olhar com mais atenção para outro problema ambiental tão grave quanto o desmatamento: a degradação florestal, que afeta não só a Amazônia, mas também outros biomas brasileiros (Desmatamento) - O Plano Nacional de Mineração, que irá estimular a exploração de minérios no Brasil até 2030, tende a agravar a qualidade de vida das pessoas que vivem na região amazônica, especialmente por conta do segundo Programa Grande Carajás, previsto para ser implantado nos próximos anos (Extrativismo) - Durante o Fórum Social Temático, entidades da sociedade civil alertam para o enfraquecimento da legislação ambiental e afirmam que estão buscando novas abordagens para defender os ecossistemas (Política ambiental) - Regulamentação de Cadastro Ambiental Rural (CAR) publicada na semana passada mostra descompromisso do governo federal com a recuperação florestal e poderá aumentar a confusão jurídica no campo (Política ambiental) - Código Florestal: segundo integrantes de observatório, governo federal também segue sem estratégia de implementação da nova lei. Ausência de políticas de incentivo e insegurança jurídica colocam em xeque viabilização da norma (Política ambiental) - A implementação da Lei 12.651 de 2012, o novo Código Florestal - que completou ontem (25) dois anos de sanção pela Presidência da República - ainda está engatinhando, avaliam entidades que compõem o Observatório do Código Florestal,

	<p>criado em maio do ano passado para acompanhar a implantação da nova lei (Política ambiental)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para que o Código Florestal se torne um mecanismo eficaz para a conservação e recuperação do passivo ambiental existente nas cerca de 5,2 milhões de propriedades rurais do País, é preciso que o governo estabeleça com urgência os mecanismos financeiros que incentivem os proprietários a se ajustar à lei. Após dois anos e meio de vigência da nova lei florestal, o governo ainda não regulamentou o capítulo das medidas econômicas e financeiras para beneficiar os proprietários que cumpriram a legislação e punir os devedores (Política ambiental) - IEB promove seminário para propor agenda mínima aos governos federal e estaduais (Política ambiental)
2015	<ul style="list-style-type: none"> - Os Ka'apor arriscam a vida para expulsar madeireiros de sua terra. Em meio ao conflito, líder indígena é assassinado (Desmatamento) - Demissões na Secretaria de Assuntos Estratégicos sinalizam diminuição da importância da questão climática dentro do órgão ligado à Presidência da República. O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger, demitiu na semana anterior os membros do quadro técnico da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável da pasta (Política ambiental) - Estudo produzido pelo ISA revela impactos da possível aprovação da proposta que quer transferir do governo federal ao Congresso a última palavra sobre o reconhecimento de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e de Territórios Remanescentes de Quilombos (Política ambiental) - Organizações da sociedade civil escreveram, em conjunto, uma carta aberta à Presidência da República solicitando que o formato da Comissão Nacional do REDD+ (CONAREDD+), recém-criada pelo decreto nº 8576/2015, seja revisto. A comissão, que terá o importante papel de definir como se dará a captação, distribuição e execução de recursos do mecanismo de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) precisa, na opinião das entidades que assinam a carta, ter um maior equilíbrio entre representantes do governo e de organizações da sociedade (Política ambiental) - Índios brasileiros de várias etnias e vários pontos do território, coordenados pelo chefe Raoni Metuktire, debateram em Paris a necessidade de defender os territórios indígenas, dada a sua importância para o clima. Um dos focos esteve em projetos de hidrelétricas, como as planejadas para o Rio Tapajós, que atingirão vários grupos (Política ambiental)
2016	<ul style="list-style-type: none"> - Moratória da soja é renovada por tempo indeterminado: desde que o acordo foi assinado pela primeira vez, há quase dez anos, o desmatamento da Amazônia caiu 86% nos municípios alcançados pela Moratória (Desmatamento) - Comunidades ribeirinhas ampliam ações em busca de um futuro sustentável (Política ambiental) - Sociedade civil integrará comissão do mecanismo Redd+: a expectativa é que a seleção contemple a participação dos diversos setores interessados na implantação de REDD+ pelo Brasil, em especial comunidades tradicionais e povos indígenas (Política ambiental) - Coalizão Brasil elenca passos para concretizar metas do clima (Política ambiental)

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Envolverde.

(Página22)

ANO	SELEÇÃO
2010	<ul style="list-style-type: none"> - Segundo Britaldo Soares-Filho, o desenvolvimento de políticas públicas e o aumento da fiscalização por parte do Ibama, juntamente com a desaceleração do mercado agrícola, foram alguns dos principais fatores responsáveis por impedir o aumento do desmatamento. Para o professor, a criação dessas estruturas de controle acabaria por desencorajar a atuação de grileiros (Desmatamento) - O governo vive uma profunda contradição em relação à política de clima no Brasil. Ao mesmo tempo em que anuncia metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de desmatamento, age para alterar o Código Florestal, projeta obras civis de grande impacto socioambiental na Amazônia e ainda deixa de fora a sociedade na hora de tomar as decisões principalmente sobre a matriz energética nacional (Política ambiental)

<ul style="list-style-type: none"> - Havia expectativa de que o governo daria atenção especial às populações locais em todo o processo. Foi exatamente aí que o projeto de Belo Monte mais falhou (Política ambiental) - Izabella Teixeira: a nova ministra do MMA mostra que a sociedade brasileira tem a ganhar com a natureza extremamente inovadora e estratégica da agenda ambiental. Mas, para isso, ela defende que as próprias instituições da área tenham uma concepção mais ampla dos problemas de desenvolvimento do país e se abram a uma conversa com todos (Política ambiental) - Paragominas: o primeiro município a sair da lista do desmatamento do MMA (Política ambiental)
--

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Página22.

Gestão Sarney Filho

(Envolverde)

ANO	SELEÇÃO
2016	<ul style="list-style-type: none"> - Moratória da Soja completa dez anos: na década passada a expansão da soja representava um enorme risco para a Amazônia. Hoje, mostra na prática que Desmatamento Zero é possível (Desmatamento) - Recordes de queimadas e de problemas: Brasil deve enfrentar temporada recorde de queimadas este ano e o Greenpeace sobrevoou a Amazônia para documentar a gravidade do problema para a floresta, o clima e as pessoas (Desmatamento) - Pecuária, ameaça e oportunidade: a pecuária proporciona multimilionários divididos à América Latina, mas também um amplo e variado impacto ambiental que torna urgente sua transformação em uma atividade sustentável que seja ecologicamente amigável, socialmente aceita e economicamente rentável (Desmatamento) - Brasil tenta regular novo mercado de carbono: proposta submetida pelo governo para a conferência do clima de Marrakesh busca levar créditos de Kyoto para dentro do novo regime e irrita ambientalistas ao excluir florestas mais uma vez (Desmatamento) - Lei do Licenciamento: um dos principais instrumentos que permitiram ao governo brasileiro reduzir as taxas de desmatamento encontra-se sob ameaça. E quem aponta a arma é o próprio governo: um projeto de lei em discussão na Casa Civil revoga a legislação que embasou as políticas de corte de crédito para desmatadores, de embargo de propriedades e de responsabilização dos bancos por danos ambientais, que vêm sendo aplicadas com sucesso na Amazônia desde 2008. Caso seja aprovado sem modificações, o projeto poderá dificultar ainda mais o controle da devastação, que em 2016 cresceu 29% na região amazônica (Desmatamento) - Em terra de índio, a mineração bate à porta: mesmo com a proibição constitucional, órgãos federais têm posição oposta sobre a validade de registrar processos minerários em território indígena. Atualmente, um terço dessas áreas na Amazônia Legal é cobiçado; o Pará é o campeão nacional (Extrativismo) - O clima na nova Esplanada dos Ministérios: o que o gabinete escolhido por Michel Temer nos diz sobre meio ambiente e mudanças climáticas (Política ambiental) - Guardiões lutam para manter a floresta em pé: criada em 1996, a Guariba-Roosevelt é a única reserva extrativista de Mato Grosso e é uma das últimas áreas de extrativismo tradicional no estado. A comunidade sobrevive da coleta da castanha, do óleo de copaíba e da borracha (Política ambiental) - “De olho nos ruralistas” inicia campanha de arrecadação: Observatório jornalístico terá um programa de webTV, oficinas e um site sobre os impactos sociais e ambientais do agronegócio no Brasil (Política ambiental) - O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas Unidades de Conservação?: balanços da política de ordenamento territorial do governo Dilma aborda desempenho na criação e implementação de Unidades de Conservação (Política ambiental) - Brasil lidera em mortes de ambientalistas: ONG registra 29 mortes no país em 2014, de um total de 116 casos em todo o mundo. Três em cada quatro assassinatos de ativistas ambientais aconteceram na América Latina (Política ambiental) - Izabella Teixeira: não podemos ter retrocessos - ex-Ministra do Meio Ambiente, bióloga e doutora em planejamento ambiental, Izabella Teixeira, fala sobre clima, biodiversidade, consumo, desmatamento, agrotóxicos e sobre a nomeação do atual Ministro Sarney Filho (Política ambiental)

	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo de Paris vira lei no Brasil: o país é o terceiro entre os grandes emissores de gases de efeito estufa e está entre as maiores economias do mundo a ratificar o documento, mas as metas ainda são insuficientes (Política ambiental) - Emissão por desmate para de cair no Brasil: estabilização ocorreu após 2010, indica análise de dados do SIEG lançada pelo Observatório do Clima; setor ainda é o que mais emite gases de efeito estufa na economia nacional (Política ambiental) - O desajuste da meta climática do Brasil: a falta de uma correção na INDC brasileira pode significar um passe livre para o país poluir mais até 2030 (Política ambiental) - Terra indígena facilita meta climática: demarcação de territórios tradicionais não está listada como política para cumprir a NDC, mas evitaria emissão de 31 milhões de toneladas de gás carbônico por ano, afirma estudo (Política ambiental) - COP 22: Desafios e oportunidades da NDC brasileira: os desafios e oportunidades para implementar e fortalecer as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NCD) brasileiras fizeram parte do debate no segundo dia (8) da 22ª da Conferência das Partes (COP22). A importância da participação civil na cobrança do cumprimento das medidas e o compartilhamento de ações foram discutidas (Política ambiental) - Brasil precisa repensar suas restrições ao mercado de carbono: o acordo feito em Paris e reafirmado pelos países em Marrakech pode reverter a tendência de alta da temperatura no planeta, mas as metas ainda não são suficientes para garantir um nível satisfatório de segurança climática (Política ambiental)
2017	<ul style="list-style-type: none"> - Os cinturões que sustentam a floresta: estudo de brasileiros e alemães revela que manter a diversidade vegetal na Amazônia ajuda a conter o ciclo vicioso causado pelo desmatamento e pela diminuição das chuvas (Desmatamento) - “Querem oficializar a grilagem”, diz Izabella: ex-ministra diz que o governo agora cogita desfazer as áreas protegidas. Medida expõe Brasil a “vexame internacional” em nome de interesses “que precisam ser explicitados” (Desmatamento) - “É preciso declarar guerra ao desmate”: Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas retoma atividades em março após anos na geladeira no governo Dilma; secretário-executivo defende repressão na Amazônia (Desmatamento) - Belo Monte, um legado de violações: a licença de operação de Belo Monte completa um ano com um balanço de passivos, pendências e dívidas da usina junto ao Xingu e seus povos indígenas isolados e ameaçados, sistema de saneamento básico em Altamira (PA) incompleto, hospital fechado, ribeirinhos expulsos de suas casas etc. (Política Ambiental) - Polêmica: INPE questiona investimento do MMA em novo satélite: com a alta do desmatamento na Amazônia e sem dinheiro para ampliar a fiscalização em campo, o governo brasileiro resolveu lançar um edital de R\$ 78,5 milhões para a contratação de um novo sistema de monitoramento por satélite da devastação (Política ambiental) - Governo Temer está destruindo as conquistas ambientais: segundo carta publicada pelo Observatório do Clima, vivemos “talvez a maior ofensiva antiambiental desde a elaboração da Constituição de 1988”. O documento também deixa claro que os retrocessos em curso no governo e no Congresso colocam em risco as metas climáticas assinadas por Temer e que fazem parte do Acordo de Paris ratificado pelo Brasil (Política ambiental) - Proposta de brasileiros na COP 23 indica REDD+ como mecanismo de proteção de florestas: O REDD+ integrado traz alternativas para regulação do mecanismo que ajuda a financiar a conservação florestal, com benefícios para comunidades da floresta (Política ambiental) - COP23/Ministro anuncia plano de recuperação de florestas: em discurso de despedida da conferência do clima, Sarney Filho disse que vai intensificar o uso de biocombustíveis, ampliar os leilões de fontes renováveis para geração elétrica e a eficiência energética no consumo de eletricidade (Política ambiental)
2018	<ul style="list-style-type: none"> - 2018: o ano da transparência da Moratória da Soja: compartilhando aprendizados (Desmatamento) - Governo cria cinco novas unidades de conservação ambiental: o governo federal oficializou a criação de cinco unidades de conservação (UCs) federais e de implantação do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe). As medidas buscam, de um lado, ampliar o conjunto de áreas protegidas nos biomas Amazônia, costeiro-marinho e Caatinga e, de outro, promover a integração das

<p>políticas públicas de melhoria da qualidade de vida e de produção sustentável para milhares de famílias que vivem do extrativismo no país (Desmatamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com certeza de impunidade, grileiros intensificam invasão na Terra Indígena Uru- Eu-Wau-Wau: sistema de monitoramento do ISA detectou 42 polígonos de desmatamento na TI Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, entre setembro e outubro de 2018 (Extrativismo - ministro interino Edson Duarte) - Julgamento do Código Florestal tem ligação com desastres ambientais: o julgamento ganhou mais importância em virtude do aumento dos desastres climáticos no país nos últimos anos, a exemplo da crise hídrica em São Paulo, Rio de Janeiro, DF e Nordeste. A vegetação nativa é fundamental para a regulação do clima (Política ambiental) - “O agronegócio brasileiro é uma potência, mas se tornou uma ameaça”: somos o país que mais desmata no planeta - 6.600 quilômetros quadrados na Amazônia só no ano passado, e 50% mais do que isso no cerrado. Em 2016, o país foi o sétimo maior emissor dos gases que causam o aquecimento da Terra. O setor agropecuário foi responsável por 74% das 2,3 bilhões de toneladas de CO2 e outros gases que lançamos no ar. Também é o setor que torna o Brasil recordista mundial em violência no campo - 65 assassinatos apenas em 2017, segundo a Comissão Pastoral da Terra - e alimenta a corrupção, com mais de R\$ 600 milhões pagos em propina a políticos em 2014, somente pela JBS (Política ambiental) - Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, manifesta apreensão em relação aos casos registrados durante operações de combate ao desmatamento na Amazônia. Carros do Ibama foram incendiados e servidores do ICMBio sofreram ameaças (Política ambiental - ministro interino Edson Duarte) - Passadas as eleições, os direitos indígenas voltaram ao centro dos ataques da bancada conservadora na Câmara dos Deputados. Uma proposta que pode inviabilizar o reconhecimento dos territórios dessas comunidades pode ser votada em breve na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa: é o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que altera o Estatuto do Índio, datado de 1973, para estabelecer que as terras indígenas sejam demarcadas por meio de projetos de lei no Poder Legislativo, não mais pelo Poder Executivo, como ocorre atualmente (Política ambiental - ministro interino Edson Duarte)
--

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Envolverde.

Gestão Ricardo Salles

(Envolverde)

ANO	SELEÇÃO
2019	<ul style="list-style-type: none"> - Destruição da vegetação nativa na bacia do Xingu nos dois primeiros meses de 2019 superou em 54% o desmatamento no mesmo período em 2018. Em média, 170 mil árvores foram derrubadas por dia (Desmatamento) - A casa está em chamas: o desmatamento na Amazônia disparou e saiu completamente do controle em julho (Desmatamento) - Ministério Público entra com ação contra mineração em terras indígenas: MPF aponta inconstitucionalidade em milhares de pedidos de títulos minerários. O Ministério Público Federal do Amazonas ingressou com ação civil pública (ACP) pedindo o indeferimento de todos os requerimentos de pesquisa ou lavra minerais incidentes sobre terras indígenas (TIs) no estado do Amazonas (Extrativismo) - O que muda (ou resta) no Meio Ambiente com a reforma de Bolsonaro? Raio-x da reestruturação ministerial feito pelo ISA revela asfixia da influência e da autonomia da pasta ambiental (Política ambiental) - Indígenas vivem sob ameaças de madeireiros e mineradores no Maranhão: Conselho de Gestão Ka’Apor emitiu comunicado de autodefesa e montou guarda em dois acessos da área indígena, além de denunciar ameaças de morte a líderes locais (Política ambiental) - Os profundos cortes no orçamento da área ambiental: o governo Bolsonaro cortou R\$ 187 milhões do orçamento do MMA (Política ambiental) - Comunicado dos ex-ministros do Meio Ambiente sobre a política ambiental brasileira (Política ambiental) - O cenário conturbado da gestão ambiental brasileira: Brasil sai do protagonismo em decisões internacionais da área ambiental (Política ambiental)

	<ul style="list-style-type: none"> - “No mínimo, é prevaricação”, diz deputado sobre desmonte da fiscalização ambiental por Ricardo Salles (Política ambiental) - Antiambientalismo brasileiro ameaça acordo comercial entre UE e Mercosul (Política ambiental) - Organizações da sociedade civil criticam o projeto de Lei Geral de Licenciamento (Política ambiental) - Morte e vida Guajajara: a realidade indígena no Maranhão é assustadora, 42 Guajajara assassinados entre 2000 e 2018; nos últimos dez anos ocorreram 12 assassinatos somente da TI Arariboia. (Política ambiental) - Na COP 25, Salles pede dinheiro a países ricos e recusa homenagem a indígenas mortos (Política ambiental)
2020	<ul style="list-style-type: none"> - Um terço das florestas intocadas do mundo estão em terras indígenas (Desmatamento) - No Pará, cientistas e ribeirinhos trabalham juntos para reduzir os estragos do fogo (Desmatamento) - Iniciativa remunera produtor rural que mantém a floresta em pé: estabelecer um valor econômico para o serviço de conservação da vegetação nativa e criar uma nova opção de renda para o produtor rural é a aposta do Conserv, mecanismo privado lançado em outubro (Desmatamento) - Operação identifica mais de 130 mil metros cúbicos de madeira ilegal no Pará: investigação que culminou com apreensão histórica, nos rios Mamuru e Arapiuns, foi iniciada após identificação de carga oriunda de desmatamento ilegal em Parintins, no Amazonas (Desmatamento) - Alerta verde: como os indígenas vêm sentindo as mudanças climáticas na floresta (Extrativismo) - Com um passado de trabalho análogo à escravidão, ex-seringueiros se organizam e viram fornecedores importantes da indústria de cosméticos. Um exemplo de como lucrar diretamente com uma Amazônia preservada (Extrativismo) - Como ribeirinhos no Pará enfrentaram uma das maiores mineradoras de alumínio do mundo (Extrativismo) - MP da Grilagem causa rombo de até R\$ 88 bi, diz Imazon (Política ambiental) - Relatório do ISA denuncia na ONU risco elevado de genocídio de povos indígenas isolados (Política ambiental) - A legalização do grande roubo de terras públicas no Brasil (Política ambiental) - MP 910: uma medida nefasta, autoritária, que ataca a democracia e a soberania nacional (Política ambiental) - Ricardo Salles “passando a boiada”: ministro do Meio Ambiente brasileiro muda leis ambientais na pandemia (Política ambiental) - Passando a boiada: licenciamento de linha de transmissão avança sem ouvir quilombolas no Pará (Política ambiental) - Semana do Meio Ambiente: Conama em silêncio no ano de 2020, em tempos de Covid-19 (Política ambiental) - Três ações judiciais colocam em xeque política ambiental do governo Bolsonaro (Política ambiental) - Os prejuízos da falta de políticas ambientais e de proteção aos índios (Política ambiental) - Brasil é o terceiro país mais letal do mundo para ativistas ambientais (Política ambiental) - À frente do CNJ, Fux anuncia criação do Observatório do Meio Ambiente (Política ambiental) - “Governo tenta intencionalmente destruir povos indígenas” (Política ambiental) - Meio ambiente: inimigo a ser abatido (Política ambiental) - Bolsonaro e as ‘ONGs’ (Política ambiental)
2021	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil se afasta da luta contra a emergência climática: como será em 2021? (Política ambiental) - Orçamento do Meio Ambiente é o menor em 21 anos (Política ambiental) - Conama e o fim da democracia no meio ambiente (Política ambiental) - Questão ambiental não vai avançar com Carla Zambelli na Comissão de Meio Ambiente (Política ambiental) - Alexandre Saraiva: ex-superintendente da PF no Amazonas, explica motivações para enviar notícia-crime contra o ministro do Meio Ambiente (Política ambiental)

	<ul style="list-style-type: none">- Yanomamis seguem há um mês desprotegidos e expostos a novos ataques criminosos de garimpeiros (Política ambiental)- Projeto pode inviabilizar zonas de amortecimento de Unidades de Conservação (Política ambiental)
--	---

Fonte: reprodução das informações publicadas no site da Envolverde.

APÊNDICE G

Questionário-piloto

A - Dados do entrevistado (formação e atuação)

Como surgiu a mídia (Eco21/Envolverde/Página22)?

1. Quais as características do que é publicado (textos de cobertura diária, produtos opinativos como editoriais, colunas ou cadernos especiais)?
2. Qual a diferença entre a mídia (Eco21/Envolverde/Página22) e as mídias convencionais?
3. Qual o público-alvo da (Eco21/Envolverde/Página22)?
4. Qual o papel do jornalismo focado no meio ambiente?
5. Qual o potencial do discurso jornalístico para os temas ambientais?

APÊNDICE H

Questionário para elaboração de tese de doutorado

Doutoranda: Monique Carina Caliri Schmidt

Orientador: Sérgio Luís Boeira

Título provisório da tese: Representações Sociais e Complexidade de Políticas Públicas de Meio Ambiente no Brasil: estudo sobre mídias socioambientais e de mídia convencional (2003-2021)

Dados do entrevistado (dados profissionais já foram coletados em questionário prévio respondido na fase de elaboração do projeto de qualificação).

Mídia que o entrevistado (a) representa:

Nome do entrevistado (a):

Cargo/função que exerce:

Deseja ser identificado (a): () Sim () Não.

Entrevista gravada (recursos de áudio e voz) ()

Entrevista por escrito ()

Sobre as políticas públicas socioambientais para a Amazônia no governo federal, representado pelas diferentes gestões do Ministério do Meio Ambiente (ministros: Marina Silva, Carlos Minc, Izabella Teixeira, Sarney Filho e Ricardo Salles) entre 2003 e 2021 – continuidade ou não de programas ou políticas definidas em cada gestão

a) Desmatamento

1. Qual a importância de explorar o desmatamento no jornalismo socioambiental?
2. Como você percebe a preocupação governamental em relação ao desmatamento (medidas de prevenção e controle) na Amazônia entre 2003 e 2021? Quais acontecimentos você considera mais relevantes nesse período da política brasileira?
3. Quais os acontecimentos que você considera mais relevantes em relação ao desmatamento e que foram noticiados pela sua mídia (ex: Código Florestal, construção da usina de Belo Monte etc.)?
4. Você considera que há dificuldade de integrar economia e ecologia em relação ao desmatamento? Por quê?
5. A visão desenvolvimentista do crescimento econômico linear (medido pelo PIB) prevalece sem questionar o modelo de produção e consumo vigente? Como esta visão afeta diretamente nos índices de desmatamento?
6. Você considera que exista interferência de segmentos negacionistas em relação ao desmatamento e às mudanças climáticas? Por quê?
7. Você considera que entre 2003 e 2021 a agenda ambiental federal para o combate ao desmatamento passou por fases mais democráticas e menos democráticas? Quais atores foram mais ouvidos pelos governos nas fases mais democráticas?
8. Você considera que entre 2003 e 2021 a agenda ambiental federal pode ter sido

9. Como você percebe a participação democrática nas políticas públicas socioambientais federais para o desmatamento entre 2003 e 2021? Você considera que houve avanço ou retrocesso em termos de uma participação ampla de vários segmentos como a sociedade civil, empresários e cientistas? Qual a relevância dessa participação que se intensificou no primeiro mandato do presidente Lula e declinou nos últimos anos?

b) Extrativismo

1. Qual a importância de explorar o extrativismo no jornalismo socioambiental?
2. Como você percebe a preocupação governamental em relação às atividades extrativistas na Amazônia entre 2003 e 2021?
3. Quais os acontecimentos que você considera mais relevantes em relação às atividades extrativistas na Amazônia e que foram noticiadas pela sua mídia (ex: Código Florestal, construção da usina de Belo Monte etc.)?
4. Você considera que há dificuldade de integrar economia e ecologia em relação às atividades extrativistas na Amazônia? Por quê?
5. A visão desenvolvimentista do crescimento econômico linear (medido pelo PIB) prevalece sem questionar o modelo de produção e consumo vigente? Como esta visão afeta diretamente na atividade de grupos extrativistas locais na Amazônia?
6. A bioeconomia na Amazônia é indispensável para as atividades extrativistas? Quem pode ser favorecido?
7. Como você percebe a participação democrática nas políticas públicas socioambientais federais para as atividades extrativistas entre 2003 e 2021? Você considera que houve avanço ou retrocesso em termos de uma participação ampla de vários segmentos como: a sociedade civil, empresários e cientistas? Qual a relevância dessa participação que se intensificou no primeiro mandato do presidente Lula e declinou nos últimos anos?

Sobre as políticas públicas para a utilização de agrotóxicos no governo federal, representado pelas diferentes gestões do Ministério do Meio Ambiente (ministros: Marina Silva, Carlos Minc, Izabella Teixeira, Sarney Filho e Ricardo Salles) entre 2003 e 2021 – continuidade ou não de programas ou políticas definidos em cada gestão

a) Agrotóxicos

1. Qual a importância de explorar a utilização dos agrotóxicos (nas atividades agrícolas) no jornalismo socioambiental?
2. Como você percebe a preocupação governamental em relação ao uso de agrotóxicos entre 2003 e 2021, ou seja, quais as fases de maior ou menor liberação do uso? O que motiva as iniciativas de liberação ou restrição para a utilização?
3. Quais fatores você considera mais relevantes em relação ao uso de agrotóxicos e que foram noticiados pela sua mídia (ex: liberação excessiva, aprovação do uso de sementes transgênicas etc.)?
4. Você considera que os aspectos políticos prevalecem sobre os aspectos técnicos no que tange a liberação e uso de agrotóxicos em diferentes fases de 2003 a 2021? Por exemplo, como você avalia a isenção ou redução de

impostos para a comercialização desses produtos? No que é baseada essa iniciativa?

5. A visão desenvolvimentista do crescimento econômico linear (medido pelo PIB) prevalece sem questionar o modelo de produção e consumo vigente? Como esta visão afeta diretamente na autorização do uso de agrotóxicos na agricultura no Brasil?
6. Como você percebe a participação democrática nas políticas públicas federais para os agrotóxicos entre 2003 e 2021? Você considera que houve avanço ou retrocesso em termos de uma participação ampla de vários segmentos como: a sociedade civil, empresários e cientistas? Qual a relevância dessa participação que se intensificou no primeiro mandato do presidente Lula e declinou nos últimos anos.